



.....

A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO RUSSA

VOLUME III

O TRIUNFO
DOS SOVIETES

Leon Trotsky

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 240-C





Lenine no palanque da Praça de Sverdlov, Moscou, fala ao povo em comício nas vésperas da Revolução. À direita, na escada ao palanque, está Trotsky. Posteriormente Stalin mandou apagar desta foto a imagem de Trotsky, na tentativa de deletá-lo da História da Revolução.

.....

A HISTÓRIA DA
REVOLUÇÃO RUSSA



Mesa Diretora

Biênio 2017/2018

Senador Eunício Oliveira

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel

1º Secretário

Senador Gladson Cameli

2º Secretário

Senador Antônio Carlos Valadares

3º Secretário

Senador Zeze Perrella

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Amorim

Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre

Senador Cidinho Santos

Conselho Editorial

Senador Edison Lobão

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Wilson Roberto Theodoro

Ewandro de Carvalho Sobrinho

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 240-C

A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO RUSSA

3º VOLUME
O TRIUNFO DOS SOVIETES

Tradução de E. HUGGINS
Edição do centenário

Leon Trotsky



Brasília – 2017

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 240-C

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país, e também obras da história mundial.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2017
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)
Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-813-7 (obra completa)

ISBN: 978-85-7018-816-8

.....

Trotsky, Leon, 1879-1940.

A história da Revolução Russa / Leon Trotsky ; tradução de E. Huggins. –
Ed. do centenário -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

3 v. – (Edições do senado Federal ; v. 240 A-C)

Conteúdo: v. 1. A queda do tzarismo – v. 2. A tentativa de contrarrevolução
– v. 3. O triunfo dos soviets.

1. Revolução, Rússia, 1917. I. Título. II. Série.

CDD 947.841

.....

.....

Sumário

Introdução aos volumes II e III
pág. 9

CAPÍTULO I
O campesinato perante outubro
pág. 21

CAPÍTULO II
O problema das nacionalidades
pág. 55

CAPÍTULO III
Retirada do pré-parlamento e luta pelo
Congresso dos Sovietes
pág. 82

CAPÍTULO IV
O comitê militar revolucionário
pág. 108

CAPÍTULO V
Lenine apela para a insurreição
pág. 143

CAPÍTULO VI
A arte da insurreição
pág. 185

CAPÍTULO VII
A conquista da capital
pág. 217

CAPÍTULO VIII
A tomada do Palácio de Inverno
pág. 254

CAPÍTULO IX

A insurreição de outubro

pág. 289

CAPÍTULO X

O Congresso da ditadura soviética

pág. 315

CONCLUSÃO

pág. 355

APÊNDICE

Nota

pág. 361

APÊNDICE UM

Algumas lendas da burocracia

pág. 363

APÊNDICE DOIS

Socialismo num país isolado?

pág. 392

APÊNDICE TRÊS

Referências históricas sobre a teoria da
“Revolução Permanente”

pág. 441

Quadro cronológico, 452 – Breve lista de personagens principais, 458 –
Breve lista de lugares principais, 463 – Breve glossário de termos pouco
familiares ou termos empregados neste livro em sentido especial, 464 –
Lista de partidos e grupos políticos, 468

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 471

.....

Introdução aos volumes II e III

COM TAMANHO ATRASO realizou a Rússia sua Revolução burguesa, que se viu forçada a transformá-la em Revolução proletária. Em outras palavras: a Rússia estava tão atrasada em relação a outros países, pelo menos em certos setores, que foi obrigada a ultrapassá-los. Isto parece absurdo. A História, entretanto, está repleta de paradoxos semelhantes. A Inglaterra capitalista ultrapassou de tal maneira os outros países, que se viu forçada a deixar-se ultrapassar, depois, por eles. Imaginam os pedantes que a dialética não passa de simples jogo intelectual. Na realidade, ela reproduz o processus do desenvolvimento que vive e que se move dentro de contradições.

O primeiro tomo desta obra deveria explicar por que razão o regime democrático, tardiamente chegado à história para substituir o tzarismo, se revelou totalmente inviável. O presente volume trata da conquista do poder pelos bolcheviques. A exposição, ainda aqui, é baseada em narrativa. O leitor deve procurar nos processus do desenvolvimento que vive e que se move dentro de deduções.

O autor não quer dizer em absoluto que tenha evitado as generalizações sociológicas. A História não teria valor algum se não nos ensinasse alguma coisa. O poderoso determinismo da Revolução Russa, a concatenação de suas fases, a invencibilidade do impulso das massas, a formação perfeita dos agrupamentos políticos, a nitidez das palavras de ordem – tudo isto facilita de maneira extrema a compreensão da Revolução em geral e, por conseguinte, a compreensão também da sociedade humana. Porque pode-se avaliar, provar mesmo, através de toda a marcha da História, que qualquer sociedade, dilacerada por antagonismos internos, só consegue desvendar completamente, tanto a própria anatomia como a própria “alma”, precisamente em uma Revolução.

De maneira mais imediata, a presente obra deve ajudar à compreensão do caráter da União Soviética. Nosso tema é atual não porque se tenha realizado a insurreição de outubro aos olhos de uma geração ainda viva – fato que, como é óbvio, não deixa de ter importância – mas pelo fato de que o regime decorrente da insurreição está bem vivo, desenvolve-se, e apresenta à humanidade novos enigmas. O problema apresentado pelo país dos soviets permanece, invariavelmente, na ordem do dia do mundo inteiro. Ora, não se pode conceber com exatidão aquilo que é, sem ter elucidado, previamente, a maneira pela qual se formou o que existe. As grandes avaliações políticas exigem perspectiva histórica.

Para a descrição de oito meses de Revolução, de fevereiro a outubro de 1917, foram necessários dois volumes. A crítica, em geral, não nos acusou de termos sido prolixos. A amplitude da obra explica-se, sobretudo pela maneira de considerar os materiais. Pode-se fotografar uma das mãos: ocuparemos uma página com a fotografia. Todavia, para a exposição dos resultados do estudo microscópico dos tecidos da mão, será necessário um volume. O autor,

em absoluto, não se ilude quanto à plenitude e ao limitado da pesquisa por ele realizada. Não obstante, inúmeros foram os casos em que se viu obrigado a empregar métodos que mais se aproximam dos processos microscópicos do que dos aparelhos fotográficos.

Em certos momentos, quando percebíamos que estávamos abusando da paciência do leitor, suprimíamos passagens dos depoimentos de testemunhas, das declarações de coparticipantes, de episódios secundários; em seguida reincluímos, frequentemente, muito do que havíamos cortado. Nessa luta por detalhes, deixávamo-nos guiar pela intenção de mostrar, o mais concretamente possível, o processus mesmo da Revolução. Afigurava-se-nos impossível não tentar utilizar amplamente a vantagem notória de ter sido esta história escrita enquanto vivida, no próprio ambiente em que se processava.

Milhares e milhares de livros são lançados ao mercado, anualmente, a fim de apresentarem ou uma variante nova de romance pessoal, ou a descrição das incertezas de algum melancólico, ou a história da carreira de certo ambicioso. Uma qualquer heroína de Proust precisa de numerosas páginas requintadas para chegar a sentir que em absoluto nada sente. Julgamos por isto que pelo menos nos assiste direito igual de pedir atenção para dramas coletivos que, na História, arrancam do nada centenas de milhares de seres humanos, transformam o caráter das nações e se inserem para todo o sempre na vida da humanidade.

A exatidão das referências e das citações do primeiro tomo não foi até agora contestada por pessoa alguma; o que, realmente, teria sido muito difícil. Os adversários se limitam, mais frequentemente, a considerações em torno do tema de a parcialidade pessoal poder manifestar-se através da seleção artificial e unilateral dos fatos e dos textos. Indiscutível em essência, esta consideração não se aplica à presente obra, e muito menos ainda a seus processos

científicos. Ora, tomamos a liberdade de insistir resolutamente no fato de o coeficiente do subjetivismo estar determinado, limitado e controlado, não tanto pelo temperamento do historiador, mas pelo caráter de seu método.

A escola puramente psicológica, que considera a tecitura dos acontecimentos como se fosse um emaranhado das livres atividades dos indivíduos, ou dos grupos de indivíduos, deixa a mais ampla das margens à arbitrariedade, mesmo quando se admitem as melhores intenções do pesquisador. O método materialista institui disciplina que nos obriga a tomar como ponto de partida os fatos dominantes da estrutura social. As forças essenciais do processo histórico são, para nós, representadas pelas classes; sobre estas apoiam-se os partidos políticos; as ideias e as palavras de ordem aparecem como moeda divisionária dos interesses objetivos. Todo o andamento do estudo conduz do objetivo ao subjetivo, do social ao individual, do que é fundamental à conjuntura. Ficam, por este modo, contrapostos rigorosos limites à arbitrariedade do autor.

Quando um engenheiro de minas, em certo setor ainda não investigado, descobre, pela sondagem, minério de ferro magnético, pode-se sempre supor que se trate de feliz acaso: ainda não há indicação para que se proceda à escavação de um poço. Quando o mesmo engenheiro, baseado, por exemplo, em desvios da agulha imantada, chega à conclusão de que a terra deve encerrar jazidas de minério, e quando, em seguida, em diversos pontos da mesma região, ele descobre efetivamente minério de ferro, nem mesmo o mais exigente dos cépticos ousará falar em acaso. O que é convincente é o sistema que põe em uníssonos o geral e o particular.

As provas da objetividade científica devem ser procuradas não nos olhos do historiador, nem nas inflexões de sua voz, mas na lógica íntima da própria narrativa, se os episódios, os testemunhos,

os dados e as citações coincidirem com as indicações gerais da agulha imantada da análise social, terá o leitor a mais séria das garantias da solidez científica das conclusões. De modo mais concreto: o autor mantém-se exatamente fiel à objetividade nos limites em que o presente trabalho revela efetivamente a inelutabilidade da insurreição de Outubro, e as causas de sua vitória.

O leitor sabe muito bem que, numa Revolução, nós procuramos, antes de mais nada, a intervenção direta das massas nos destinos da sociedade. Por detrás dos acontecimentos, tentamos descobrir as modificações da consciência coletiva. Afastamos as alegações grosseiras concernentes a um movimento das “forças espontâneas”, alegações que, na maioria dos casos, nada explicam e nada ensinam. As revoluções realizam-se de acordo com certas leis. Isto não significa que as massas atuantes tenham a consciência nítida das leis da Revolução; significa, porém, que as modificações da consciência das massas, em vez de serem fortuitas, subordinam-se a uma necessidade objetiva, sujeita ao esclarecimento teórico, e criando daí bases para as previsões e para a direção.

Alguns historiadores soviéticos, oficiais, tentaram, por mais surpreendente que isto pareça, criticar nossa concepção, acoimando-a de idealista. O professor Pokrovsky, por exemplo, insistia no fato de termos nós subestimado os fatores objetivos da Revolução: “entre fevereiro e outubro produziu-se formidável desorganização econômica”; “entretantes, o campesinato... sublevou-se contra o Governo Provisório”; é precisamente em semelhantes “deslocamentos objetivos”, e não em processos psíquicos variáveis, que seria conveniente reconhecer a força motriz da Revolução. Graças à louvável clareza em sua maneira de formular as questões, Pokrovsky deixa transparecer do melhor modo possível a inconsistência duma vulgar explicação econômica da História, bastante frequentemente impingida como sendo marxismo.

As mudanças radicais que se produzem no decurso de uma Revolução são na realidade provocadas, não pelos abalos episódicos da economia que se produzem no curso dos acontecimentos, mas pelas modificações capitais que se acumularam nas próprias bases da sociedade durante toda a época precedente. É absolutamente incontestável – e jamais perdemos de vista tal fato – que, tanto na véspera da deposição da monarquia quanto entre fevereiro e outubro, a desorganização econômica se agravou constantemente e manteve e aguçou o descontentamento das massas. Seria, entretanto, erro muito grosseiro julgar que a segunda Revolução se tenha realizado oito meses após a primeira unicamente porque a ração de pão tivesse sido diminuída durante aquela fase, passando de libra e meia a 3/4 de libra. Durante os anos imediatamente consecutivos à insurreição de outubro, a situação das massas, do ponto de vista do abastecimento, piorou continuamente. Todavia, as esperanças dos políticos contrarrevolucionários, que se voltavam para uma nova insurreição, sofriam decepções a cada passo. O fato pode parecer enigmático, mas somente para aquele que imagina a sublevação das massas como se fosse movimento de “forças espontâneas”, isto é, como se fosse o estouro da boiada habilmente aproveitado pelos seus condutores. Na realidade, as privações não bastam para explicar a insurreição – se assim fosse, as massas estariam em perpétua sublevação; é preciso que a incapacidade definitivamente manifesta do regime social tenha tornado intoleráveis as privações e que novas condições e novas ideias tenham deixado entrever a perspectiva de uma saída revolucionária. Ao tomar consciência de altos desígnios, as massas sentem-se capazes, em seguida, de suportar privações, dupla e mesmo triplamente mais pesadas.

A alusão feita à sublevação da classe camponesa, dando-a como segundo “fator objetivo”, denota um ainda mais evidente mal-entendido. Para o proletariado, a guerra camponesa era, e

isto se compreende muito bem, uma circunstância objetiva, na medida em que, em geral, os atos de uma classe se tornam impulsão exterior, para a formação da consciência de outra classe. Mas a causa imediata da insurreição camponesa propriamente dita baseia-se em modificações do estado de espírito do campo; um dos capítulos deste livro foi consagrado à pesquisa da natureza destas modificações. Não nos esqueçamos de que as revoluções são feitas por homens, mesmo quando anônimos. O materialismo não ignora o homem que sente, que pensa e que age; ele explica-o. E em que outra coisa consiste a tarefa do historiador?¹

Alguns críticos do lado democrático, propensos a operar por meio de provas indiretas, quiseram ver na atitude “irônica” do autor em relação aos chefes conciliadores, a expressão de inadmissível subjetivismo que vivia o caráter científico da exposição. Tomamos a liberdade de achar que este critério não é convincente. O princípio de Spinoza: “Não chorar, nem rir, mas compreender”, acautela-nos apenas contra o riso intempestivo e contra as lágrimas quando este homem é historiador, de seu direito ao pranto e ao riso, quando isto se justifica pela compreensão adequada de sua própria finalidade.*

Uma ironia puramente individualista que, como tênue névoa de indiferença, se estende por todas as obras e por todas as concep-

1. A notícia da morte de M. N. Pokrovsky, com quem mais de uma vez tivemos ocasião de travar polémica no decorrer desta obra, chegou-nos quando o trabalho já estava terminado. Vindo para o marxismo da facção liberal, quando já era um sábio completamente formado, Pokrovsky enriqueceu a literatura histórica contemporânea com trabalhos e com iniciativas preciosas, mas não se apossou completamente do método do materialismo dialético. É de elementar justiça acrescentar que Pokrovsky era homem dotado não somente de excepcional erudição e de grande talento, como também devotado à causa que servia.

* Trotsky omitiu parte desta sentença, que completa é: “não chorar, nem rir, nem detestar, mas compreender.” [N. do T].

ções da humanidade, se apresenta com o pior aspecto do esnobismo: ela é tão falsa em qualquer obra de arte quanto em qualquer trabalho histórico. Há, entretanto, uma espécie de ironia que está na própria base das relações vitais. A obrigação do historiador, tanto quanto a obrigação do artista, é a de exteriorizá-la.

A rutura da correlação entre o subjetivo e o objetivo é, falando em linhas gerais, tanto a fonte essencial do cômico quanto a do trágico, na vida como na arte. O campo da política, menos ainda que qualquer outro, escapa ao efeito desta lei. Os homens e os partidos são heroicos, ou ridículos, não em si mesmos, nem por si próprios, mas pela atitude que mantêm diante das circunstâncias. Quando a Revolução Francesa entrou na fase decisiva, o mais eminente girondino fazia lamentável e ridícula figura ao lado de qualquer insignificante jacobino. Jean-Marie Roland, figura respeitável como inspetor das manufaturas de Lyon, tem a aparência de caricatura quando surge sobre o fundo do quadro de 1792. Os jacobinos, ao contrário, estão à altura das circunstâncias. Podem provocar hostilidade, ódio, terror, jamais ironia.

A heroína de Dickens que procura impedir a subida da maré com o auxílio de uma vassoura é, em consequência da incompatibilidade fatal entre o meio e o fim, um tipo notoriamente cômico. Se dissermos que esta personagem simbolizou a política dos partidos conciliadores na Revolução, parecerá exagero. Ora, Tseretelli, o animador real do regime da dualidade de poderes, confessava a Nabokov, um dos líderes liberais, após a insurreição de Outubro: “Tudo o que então fizemos nada mais era que vã tentativa de conter, com a ajuda de alguns pobres gravetos, a destruidora torrente dos elementos desencadeados.” Há nisto o tom de sátira maldosa; ora, estas são as mais verdadeiras palavras que os próprios conciliadores pronunciaram a respeito deles mesmos. Abster-se de fazer ironia ao descrever “revolucionários”

que tentam conter a Revolução com gravetos seria, para a delícia dos pedantes, defraudar a realidade e faltar com a objetividade.

Peter Struve, monarquista outrora marxista, escrevia do exílio: “Na Revolução somente o bolchevismo foi que se manteve lógico e fiel à sua própria essência; e foi por isto que, na Revolução, ele venceu.” Foi aproximadamente em termos análogos que Mi-liukov, líder do liberalismo, se referia aos bolcheviques: “Sabiam aonde iam e marcharam numa única direção, adotada em definitivo, dirigida para o fim que, a cada nova experiência malograda dos conciliadores, mais se aproximavam.” Enfim, um dos menos conhecidos emigrados brancos, ao tentar compreender, a seu modo, a Revolução, assim se exprimia: “Para enveredar por aquele caminho eram imprescindíveis homens de ferro... revolucionários ‘profissionais’, que não temessem trazer à tona um devorador espírito de rebeldia.” Pode-se dizer dos bolcheviques, com muito mais razão do que dos jacobinos: são adequados à época e às tarefas deles exigidas; milhares de maldições têm-lhes sido dirigidas; a ironia, porém, não consegue atingi-los – porque não encontra alvo onde se encravar.

No prefácio do primeiro volume foi explicado por que razão julgou o autor mais adequado falar de si próprio, participante dos acontecimentos, na terceira pessoa em vez de fazê-lo na primeira: este procedimento literário, conservado nos capítulos seguintes, não é em si mesmo garantia contra o subjetivismo; pelo menos não faz ele do subjetivismo uma obrigação. Melhor: traz sempre, à mente, a necessidade de evitá-lo.

Em muitos casos hesitamos bastante porque não sabíamos se deveríamos ou não citar tal ou qual juízo de um contemporâneo sobre o papel do autor deste livro na marcha dos acontecimentos. Teria sido fácil renunciar a determinadas citações se não tratasse, aqui, de alguma coisa mais importante do que as regras convencionais do

bom-tom. O autor foi presidente do Soviete de Petrogrado após a conquista da maioria pelos bolcheviques; foi, em seguida, presidente do Comitê Revolucionário Militar que organizou a insurreição de Outubro. Ora, ele não pode, nem deve, apagar semelhantes fatos da História. A fração que atualmente governa a URSS teve bastante tempo, nestes últimos anos, para consagrar uma verdadeira multidão de artigos e não menos de livros ao autor da presente obra, consagrando-os à tarefa de demonstrar que a atividade dele tinha sido invariavelmente dirigida contra os interesses da Revolução; a questão de saber por que razão o Partido Bolchevique tomou a decisão de colocar um “adversário” tão encarniçado, durante os mais críticos períodos, nos mais pesados postos de responsabilidade, fica, neste caso, totalmente aberta a explicações. Deixar completamente em silêncio discussões retrospectivas seria, até certo ponto, renunciar ao restabelecimento, em toda a sua verdade, da marcha dos acontecimentos. Mas com que fim? Uma espécie de desprendimento é necessário somente para aquele que objetiva sugerir, em surdina, ao leitor, conclusões que não decorrem dos fatos. Preferimos chamar as coisas pelo seu próprio nome, em total conformidade com o vocabulário.

Não ocultaremos que, neste assunto, não se trata, para nós, apenas do passado. Assim como os adversários, ao atacarem a pessoa, se esforçam por atingir o programa, também a luta por determinado programa obriga a pessoa a se recolocar no seu lugar real no meio dos acontecimentos. Se alguém, na luta pela realização de grandes tarefas, ou na luta pela conquista de lugar sob uma bandeira, não se sentir capaz de perceber coisa alguma além da vaidade pessoal, podemos lamentá-lo, mas não nos encarregaremos de convencê-lo. Todavia, tomamos as medidas necessárias para que as questões “pessoais” não ocupem neste livro maior lugar que aquele a que tem direito de pretender.

Alguns amigos da União Soviética – e com frequência não passam de amigos das autoridades soviéticas atuais, e apenas por todo o tempo em que subsistirem estas autoridades – abriram campanha contra o autor em virtude de sua atitude crítica em relação ao Partido Bolchevique, ou em relação a alguns de seus líderes. Nenhum deles, entretanto, tentou sequer refutar ou corrigir o quadro que apresentamos quanto ao estado do partido no decorrer dos acontecimentos. Para governo de tais “amigos”, que se julgam conclamados a defender, contra nós, o papel dos bolcheviques na insurreição de Outubro, prevenimo-los de que nosso trabalho não ensina meio algum de se amar tardiamente uma Revolução vitoriosa, na figura da burocracia que dela resultou, mas somente ensina de que modo se prepara uma Revolução, como se processa o seu desenvolvimento, e a maneira pela qual ela alcança a vitória. O partido, para nós, não é um aparelho cuja infalibilidade devesse ser protegida por meio de repressões governamentais, mas um organismo complexo que, como qualquer coisa viva, se desenvolve dentro de contradições. O descobrimento das contradições e, a partir dessas contradições, os erros e as hesitações do estado-maior, absolutamente não enfraquece, segundo nossa opinião, a importância do gigantesco trabalho histórico de que o Partido Bolchevique suportou o fardo, pela primeira vez, na história mundial.

Leon Trotsky.

Prinkipo, 13 de maio de 1932.

P.S. – Os críticos sempre prestaram o seu tributo à tradução de Max Eastman. Ele deu ao seu trabalho não somente um dom criador de estilo, mas também o carinho de um amigo. Subscrevo com sincera gratidão a voz unânime dos críticos.

L. T.

.....

Capítulo I

O CAMPESINATO PERANTE OUTUBRO

A CIVILIZAÇÃO TRANSFORMOU o camponês em burro de carga. A burguesia, afinal de contas, apenas modificou a forma da cangalha. A duras penas suportado na soleira da vida nacional, o campesinato, em suma, permaneceu estacionado no limiar da ciência. O historiador, via de regra, interessa-se por ele tão pouco quanto qualquer crítico teatral se possa interessar pelos personagens obscuros que varrem os assoalhos, carregam nas costas céu e terra, e escovam os trajes dos artistas. A participação dos camponeses nas revoluções do passado permanece, até hoje, mal elucidada.

“A burguesia francesa começou por emancipar os camponeses”, escrevia Marx em 1848. “Graças à ajuda dos camponeses, ela conquistou a Europa. A burguesia prussiana estava de tal maneira limitada por seus interesses acanhados, imediatos, que chegou mesmo a perder esse aliado, e transformou-o em instrumento nas mãos da contrarrevolução feudal.” Nesta contradição, o que há de verdadeiro é o que se refere à burguesia alemã; afirmar, porém, que “a burguesia francesa começara por emancipar os camponeses”, é fortalecer a lenda oficial francesa de que, em seu tempo, exerceu grande influência, mesmo em Marx. Na realidade, a burguesia, no sentido próprio do termo, opunha-se com todas as forças à Revolução

camponesa. Já nas reivindicações de 1789, os líderes provincianos do Terceiro Estado rejeitavam, a pretexto de melhorar a redação, as mais violentas e as mais ousadas delas. As famosas decisões da noite de 4 de agosto, adotadas pela Assembleia Nacional, sob o rubro firmamento das aldeias que se incendiavam, durante longo tempo permaneceram como fórmula patética e sem conteúdo. Os camponeses que não desejavam resignar-se ao papel de lesados eram chamados pela Assembleia Constituinte a “retornarem ao cumprimento dos próprios deveres, e a considerarem a propriedade [feudal!] com o devido respeito”. A Guarda Nacional, por mais de uma vez, movimentou-se a fim de reprimir as insurreições nos campos. Os operários das cidades, tomando partido pelos camponeses insurretos, acolhiam a repressão burguesa atirando pedras e tacos de telhas.

Durante cinco anos, em todos os momentos críticos da Revolução, os camponeses franceses sublevaram-se, opondo-se a qualquer acomodação entre os proprietários feudais e os proprietários burgueses. Os *sans-culottes* de Paris, ao derramarem o próprio sangue, pela República, libertavam os camponeses dos grilhões do feudalismo. A República Francesa de 1792 marcava um novo regime social, diferente do da república alemã de 1918, ou do da República Espanhola de 1931, que representam o velho regime exceto a dinastia. Na base dessa distinção, não é difícil reconhecer-se a questão agrária.

O camponês francês não sonhava, de modo algum, diretamente, com a República: o que ele queria era expulsar o pequeno nobre agrário. Os republicanos de Paris, ordinariamente, esqueciam-se da aldeia. Mas foi somente o avanço dos camponeses contra os proprietários o que garantiu a criação da república, porque varria para ela o terreno do bricabraque feudal. Uma república com nobreza não é república. Isso foi perfeitamente compreendido pelo velho Maquiavel que, 400 anos antes da presidência de Ebert, durante o exílio que cumpria em Florença, entre a caça aos melros e o jogo de gamão com um açougueiro, generalizava a experiência das revoluções democráticas: “Quem quer que tenha o desejo de fundar uma república num país onde existam muitos nobres não o poderá fazer senão depois de tê-los exterminado a todos.” Os mujiques russos eram, em suma, da mesma opinião, e bem que o manifestaram abertamente, sem qualquer trago de “maquiavelismo”.

Ao passo que Petrogrado e Moscou desempenhavam papel dirigente no movimento dos operários e dos soldados, o primeiro lugar no movimento camponês deve ser atribuído ao retrógrado centro agrícola da Grande Rússia, e à região central do Volga. Ali, as sobrevivências do regime de servidão conservavam raízes particularmente profundas; a propriedade agrária dos nobres possuía o mais parasitário caráter; a diferenciação da classe camponesa estava retardada, revelando a proporção do atraso, a miséria da aldeia. Tendo estourado a Revolução naquela região desde o mês de março, o movimento imediatamente matizou-se com as cores do terror. Graças aos esforços dos partidos dirigentes, foi ele dentro em pouco canalizado para o leito da política de conciliação.

Na Ucrânia, industrialmente atrasada, a agricultura que trabalhava para a exportação tomou o caráter muito mais progressista e, por conseguinte, muito mais capitalista. A segregação no seio do campesinato foi ali muito mais profunda muito maior do que na Grande Rússia. A luta pela emancipação nacional, pelo menos durante algum tempo, entrava nas outras formas de luta social. Mas as diferenças de condições regionais, e mesmo nacionais, traduziam-se afinal de contas apenas pela diversidade nas datas dos acontecimentos. Lá pelo outono, o território da sublevação dos rurais alcança quase todo o país. De 624 distritos que compunham a antiga Rússia, o movimento atingiu 482 distritos, isto é, 77%; com exceção das regiões limítrofes que se distinguiam pelas condições agrárias especiais que apresentavam: a região do Norte, a Transcaucásia, a região das estepes, e a Sibéria; de 481 distritos, a insurreição camponesa englobou 439 distritos, isto é, 91%.

As modalidades da luta são diversas, segundo diga respeito à lavoura, às florestas, aos campos de pasto, aos arrendamentos de herdades ou então ao trabalho assalariado. A luta muda de formas e de métodos de acordo com as diversas etapas da Revolução. No conjunto, porém, o movimento nos campos desenvolveu-se com um atraso inevitável e passando pelas mesmas duas grandes fases que constituíram o movimento nas cidades. Na primeira etapa o campesinato adapta-se ainda ao novo regime e esforça-se por resolver seus problemas por meio das novas instituições. Entretanto, ainda aqui, trata-se mais da forma do que do conteúdo. Um jornal liberal de Moscou que, até a Revolução, se coloria com as nuances populistas, exprimia

com louvável espontaneidade o sentimento íntimo dos círculos de proprietários durante o verão de 1917: “O mujique olha em torno de si, no momento não se determina a fazer qualquer cousa, mas, olhai bem em seus olhos: eles dizem que toda a terra que se estende em torno é dele.” Temos a chave insubstituível da política “pacífica” do campesinato em um telegrama enviado por algumas vilas da província de Tambov, em abril, ao Governo Provisório: “Nós desejamos manter a calma no interesse das liberdades conquistadas e, por esse motivo, é preciso proibir que sejam alugadas as terras dos proprietários até a Assembleia Constituinte, de outra forma derramaremos sangue e não permitiremos a ninguém lavrar a terra.”

Era bem mais cômodo ao mujique manter o tom de respeitosa ameaça porquanto, com a pressão sobre os direitos historicamente adquiridos, ele quase não tivera ocasião de esbarrar diretamente contra o Estado. Nas localidades não existiam órgãos de poder governamental. Os comitês de cantão dispunham da milícia. Os tribunais estavam na maior desordem. Os comissários locais mostravam-se impotentes. “Fomos nós que te elegemos”, gritavam-lhes os camponeses, “e nós também te expulsaremos.”

Ao desenvolver a luta dos meses precedentes o campesinato, no decorrer do verão, aproxima-se dia a dia da guerra civil e a ala esquerda ultrapassa mesmo a soleira. Segundo uma comunicação dos proprietários de terra do distrito de Taganrog, os camponeses apoderam-se arbitrariamente do feno, das terras, opõem-se ao amanhã da terra, fixam, segundo seus desejos, os preços dos arrendamentos, expulsam os senhores e os gerentes. Segundo o relatório do comissário de Nizhjni-Novgorod as violências e as apropriações de terras e de bosques, na província, tornam-se cada vez mais frequentes. Os comissários de distritos temem parecer aos olhos dos camponeses como protetores dos grandes proprietários. A milícia rural é pouco segura: “Houve casos em que membros da milícia participaram das violências juntamente com o povo.” No distrito de Schüsselburg o comitê de cantão proibiu aos proprietários cortarem madeira dentro de seus próprios domínios. A ideia do camponês era simples: nem uma espécie de Assembleia Constituinte poderá reconstituir com cavacos as árvores derrubadas. O comissário do Ministério da Corte queixa-se da apropriação de campos de pasto: somos obrigados a comprar feno para os cavalos do palácio! Na província de Kursk os camponeses repartiram, entre si, os alqueires

beneficiados de Tereshchenko: o proprietário é o ministro dos Negócios Estrangeiros. Os camponeses declararam a Schneider, proprietário de haras na província de Orel, que não somente iriam ceifar o trigo em suas terras como também iriam “enviá-lo para a caserna na qualidade de soldados”. O encarregado das terras de Rodzianko recebeu do comitê de cantão ordem para que cedesse os campos aos camponeses: “Se não obedeceres ao comitê agrário agirão convosco de outra maneira, prender-vos-ão.” Assinatura e estampilha.

As queixas e as lamentações afluíam de todas as partes do país: proprietários vítimas, autoridades locais, honradas testemunhas. Os telegramas dos proprietários de terras constituem a mais esmagadora refutação das grosseiras teorias da luta de classes. Personagens titulados e senhores de latifúndios, partidários da servidão, clérigos e laicos, preocupam-se exclusivamente com o bem geral. O inimigo não são os camponeses, são os bolcheviques, algumas vezes os anarquistas. Os próprios domínios pertencentes aos nobres rurais só lhes interessam exclusivamente do ponto de vista da prosperidade da pátria. Trezentos membros do Partido Cadete, na província de Chernigov, declaram que os camponeses, excitados pelos bolcheviques, libertam os prisioneiros de guerra e ceifam, arbitrariamente, a colheita do trigo: em resultado, esta ameaça: “impossibilidade de pagar os impostos”. Os proprietários liberais viam o sentido da existência na manutenção do Tesouro! A sucursal do Banco de Estado de Podolsk queixa-se das iniciativas arbitrárias dos comitês de cantão “cujos presidentes são, não raras vezes, prisioneiros austríacos”. Aqui fala o patriotismo ofendido. Na província de Vladimir, nos domínios do notário Odintsov, retiram materiais de construção, preparados para obras de beneficência. “Os notários vivem, apenas, para as obras humanitárias!” O bispo de Podolsk comunica que se apossaram arbitrariamente de uma floresta que pertence ao arcebisado. O alto-procurador do Sínodo queixa-se que se apossaram dos campos do mosteiro Alexandre Nevsky. A abadessa do mosteiro de Kizliarsk impreca aos raios contra os membros do soviete local: eles se imiscuem nos negócios do mosteiro, confiscam, em proveito próprio, os arrendamentos das terras, “excitam as religiosas contra as autoridades”. Em semelhantes casos os interesses da Igreja eram atingidos diretamente. O conde Tolstoi, um dos filhos de Leon Tolstoi, comunica, em nome da União

dos proprietários rurais da província de Ufim, que a transmissão da terra aos comitês locais, “sem aguardar a decisão da Assembleia Constituinte... provocará uma explosão de descontentamento... entre os camponeses proprietários que são na província em número de mais de 200.000”. Este proprietário de alta linhagem preocupa-se, exclusivamente, com o irmão menor. O senador Belgardt, proprietário de Tver está pronto a se submeter às derrubadas feitas nos bosques mas se aflige por ver que os camponeses “não querem submeter-se ao governo burguês”. Veliaminov, proprietário na província de Tambov, solicita a salvação de dois domínios que “servem às necessidades do exército”. Inteiramente por acaso, acontece que tais domínios lhe pertencem. Para os filósofos do idealismo os telegramas dos proprietários constituem um verdadeiro tesouro. O materialismo neles verá, sobretudo, uma exposição de modelos de cinismo. E acrescentará, talvez, que as grandes revoluções retiram, aos possuidores, até a possibilidade de uma hipocrisia decente.

As petições das vítimas, enviadas às autoridades dos distritos e das províncias, ao ministro do Interior e ao presidente do Conselho de Ministros permanecem, em geral, sem resultado. A quem, então, pedir auxílio? A Rodzianko, presidente da Duma de Estado. No tempo que media entre as Jornadas de Julho e o levante korniloviano o camareiro sente que voltou a ser uma personagem influente: muitas coisas foram feitas por meio de um simples apelo telefônico de Rodzianko.

Os funcionários do Ministério do Interior enviam às províncias circulares determinando que os culpados compareçam perante os tribunais. Os rústicos, os proprietários da província de Samara, telegrafam em resposta: “As circulares que não vierem assinadas pelos ministros socialistas não têm efeito.” Dessa forma se manifesta a utilidade do socialismo. Tseretelli viu-se obrigado a sobrepor-se à própria modéstia: a 18 de julho envia uma circular com instruções prolixas prescrevendo “medidas rápidas e resolutas”. Assim como os proprietários, Tseretelli preocupa-se exclusivamente com o exército e o Estado. Parece, portanto, aos camponeses, que Tseretelli tomou os proprietários sob a proteção dele.

Dá-se uma reviravolta nos métodos de repressão do governo. Até julho encontrava-se escapatória, sobretudo por meio de belos discursos. Se destacamentos de tropas eram enviados às províncias destinavam-se, exclu-

sivamente, a servir de cobertura ao orador governamental. Após a vitória conseguida contra os operários e os soldados de Petrogrado, as companhias de cavalaria, já então sem argumentadores, foram postas diretamente à disposição dos proprietários. “Na província de Kazan, uma das mais perturbadas – segundo o jovem historiador Yugov – só por meio de prisões e pela introdução de destacamentos armados nas aldeias e até mesmo pelo restabelecimento dos castigos com chibata que foi possível forçar os camponeses a se resignarem durante algum tempo.” Em outros lugares a repressão não foi ineficaz. O número de propriedades de nobres sacrificadas diminuiu, em julho, passando de 516 para 503. Em agosto o Governo obteve novos sucessos: o número dos distritos convulsionados caiu de 325 para 288, isto é, menos 11%; O número de domínios atingidos diminuiu de 33%.

Algumas regiões, e até então das mais agitadas, acalmam-se ou descem para um segundo plano. Em compensação, as regiões que ontem ainda eram seguras entram hoje no caminho da luta. Há mais ou menos um mês o comissário de Penza traçava um quadro consolador: “Os campos se ocupam com a colheita... Preparam-se para as eleições dos *zemstvos* do cantão. O período da crise governamental transcorreu em calma. A formação de novo governo foi recebida com grande satisfação.” Mas em agosto já não restara sequer um traço desse idílio: “Eles vêm, em massa, pilhar os pomares e cortar madeira... é preciso recorrer à força armada a fim de liquidar com as desordens.”

Segundo seu aspecto geral, o movimento do estio prende-se ainda ao período “pacífico”. Entretanto já se podem observar sintomas, se bem que, em verdade, fracos, mas indubitáveis de radicalização: se, durante os quatro primeiros meses, os ataques diretos contra os solares dos proprietários diminuem, já em julho os ataques recomeçam em maior número. Os pesquisadores estabelecem, em seu conjunto, a classificação dos conflitos de julho na ordem de uma curva decrescente: tomada dos pomares, de colheitas, de provisões e forragens, de lavoura, de material agrícola; a luta pelos salários de aluguel; saque dos domínios. Em agosto: apropriação de colheitas, de reservas de abastecimento e de forragens, de pastos e pomares, de terras e madeiras; o terror agrário.

Em princípio de setembro, Kerensky, na qualidade de generalíssimo, reproduz, em édito especial, as ameaças recentes de seu predecessor,

Kornilov, contra “os atos de violência” que partem dos camponeses. Alguns dias mais tarde escreve Lenine: “Ou... todas as terras, imediatamente, aos camponeses ou então os proprietários e os capitalistas levarão o caso até uma terrível insurreição camponesa.” E, no decorrer do mês seguinte, isto se transformou em fato.

O número dos domínios aos quais se estenderam os conflitos agrários elevou-se, em setembro, em comparação com o mês de agosto, de 30%; em outubro, em relação a setembro, de 43%. Mais de um terço de todos os conflitos agrários registrados desde março deram-se durante o mês de setembro e as três primeiras semanas de outubro. A ousadia desses conflitos, entretanto, cresceu incomensuravelmente mais do que o número deles. Durante os primeiros meses até mesmo as apropriações diretas de diversos bens de raiz assumiam a aparência de entendimentos atenuados e dissimulados pelos órgãos conciliadores. Agora a máscara da legalidade cai. Cada um dos ramos do movimento assume caráter mais intrépido. Abandonando diversos aspectos e graus de pressão, os camponeses lançam-se à tomada, pela violência, das partes essenciais dos domínios, ao saque dos ninhos dos proprietários nobres, ao incêndio das mansões e até mesmo ao assassinato dos proprietários e dos administradores.

A luta pela modificação das condições de arrendamento que, em julho, era superior, em número de casos, ao movimento de destruição, representa, em outubro, menos da quadragésima parte dos saques e o próprio movimento dos rendeiros muda de caráter transformando-se, apenas, em outra maneira de expulsar os proprietários. A proibição de comprar ou de vender as terras ou as madeiras é substituída pelo sequestro direto. Destruição sombria das florestas, gado abandonado nos domínios, tais medidas assumem o caráter de uma destruição intencional dos bens de raiz. Em setembro foram registrados 279 casos de pilhagens de propriedades; constituem agora mais da oitava parte de todos os conflitos. Outubro registra mais de 42% de todos os casos de destruição anotados pela milícia entre Fevereiro e Outubro.

A luta assumiu um caráter particularmente encarniado a respeito das madeiras. As aldeias eram frequentemente consumidas pelos incêndios. As madeiras para construção eram rigorosamente guardadas e vendidas por preço alto. Houve, entre os mujiques, fome de madeira.

Além disso, chegara o tempo das provisões para o aquecimento do inverno. Das províncias de Moscou, de Nizhjni-Novgorod, de Petrogrado, de Orel, de Volyn, de todos os pontos do país, enfim, chegam queixas a respeito da destruição das florestas e da apropriação das reservas de madeira. “Os camponeses, por conta própria, e impiedosamente, lançam-se ao corte das árvores.” “Os camponeses queimaram 200 deciatinas de florestas pertencentes aos proprietários nobres.” “Os camponeses dos distritos de Klimovichesky e de Cherikovsky destroem as madeiras e devastam as culturas do outono...” Os guardas-florestais fogem. Um gemido se eleva nos bosques da nobreza, os cavacos voam por todo o país. O machado do mujique trabalha durante todo o outono, no ritmo febril da Revolução.

Nas regiões que importam trigo a situação de abastecimento ainda é mais grave do que nas cidades. Havia falta não apenas de meios de subsistência, mas também de sementes. Nas regiões exportadoras a situação não era melhor, os recursos alimentícios eram sugados sem cessar. A elevação dos preços obrigatórios sobre os cereais feriu duramente os pobres. Em grande número de províncias manifestaram-se perturbações provocadas pela fome, pilharam os celeiros e atacaram os encarregados do abastecimento. A população recorria aos sucedâneos do pão. Notícias eram espalhadas, anunciando casos de escorbuto e de tifo, assim como suicídios causados pelas situações sem saída. A fome ou, por outra, o espectro da fome tornava, de modo particular, intolerável a vizinhança do bem-estar e do luxo. As camadas mais necessitadas dos campos tomavam lugar nas primeiras fileiras.

As vagas de irritação faziam subir à superfície muita lama. Na província de Kostroma “observa-se uma agitação de Cem Negros e de antissemitas. A criminalidade aumenta... Observa-se uma diminuição do interesse a respeito da vida política do país”. Essa última frase, constante do Relatório do comissário, significa que as classes educadas viram as costas à Revolução. Subitamente repercute, na província de Podolsk, a voz do monarquismo Cem Negros: o comitê do burgo do Demidovka não reconhece o Governo Provisório e considera “como o mais fiel chefe do povo russo” o Imperador Nicolau Alexandrovich: “se o Governo Provisório não se retirar nos uniremos aos alemães”. Declarações tão audaciosas eram, entretanto coisa rara: os monarquistas que existiam entre os camponeses tinham,

de há muito, mudado de cor acompanhando os proprietários. Em certos lugares e também nessa província de Podolsk, as tropas, juntamente com os camponeses, devastam as usinas dos destiladores. O comissário faz um relatório a respeito da anarquia. “As aldeias e o povo estão perdidos; a Revolução corre para sua perda.” Não, a Revolução está muito longe de correr para sua perda. Ela cava, para ela, um leito mais profundo. Suas águas impetuosas aproximam-se do estuário.

Na noite de 7 para 8 de setembro os camponeses do burgo Sychevka, da província de Tambov, armados de cacetes e de chicotes, foram de casa em casa a convocar todo mundo, desde o menor ao maior, para tudo demolirem na casa do proprietário Romanov. Um grupo propôs, na assembleia comunal, de se apoderarem do domínio em boas condições, de dividir os bens entre a população e de conservar os edifícios para fins culturais. Os pobres exigiam que queimassem a mansão, que não deixassem pedra sobre pedra. Os pobres são os mais numerosos. E na mesma noite um mar de chamas se espalhou por sobre todos os domínios do cantão. Queimou-se tudo aquilo que era suscetível de ser queimado até mesmo uma plantação modelo, estrangulou-se o gado de raça, “saciaram-se loucamente”. O fogo passou de um cantão a outro. O exército, em tropas, não se limitou a usar as forquilhas e as foices patriarcais. O comissário da província telegrafa: “Camponeses e desconhecidos, armados de revólveres e de granadas, pilham os domínios dos distritos de Ranembugo e de Riazhsky.” A guerra trouxera à insurreição camponesa uma copiosa técnica. A união dos proprietários registra que, em três dias, foram queimadas 24 propriedades. “As autoridades locais são impotentes para restabelecer a ordem.” Um destacamento enviado pelo comando das tropas chegou atrasado, o estado de sítio foi declarado, as reuniões proibidas e os instigadores presos. As ravinas estavam cheias dos bens dos proprietários, os rios devoravam muito daquilo que fora pilhado.

Conta um camponês de Penza, Begishev: “Em setembro todos foram demolir a propriedade de Logvin (já tinha sido saqueada em 1905). Na ida e na volta alongava-se uma fila de juntas de bois, centenas de mujiques e de camponeses puseram-se a perseguir o gado tirando também o trigo e outras coisas...” Um destacamento requisitado pela direção

do *zemstvo* tentou recuperar parte do que fora pilhado, mas 500 mujiques e camponeses aproximadamente, reuniram-se em torno do chefe do cantão e o destacamento dispersou-se. Os soldados, evidentemente, não empregavam muito zelo em restabelecer os direitos esmagados dos proprietários. A partir dos últimos dias de setembro, na província de Táuride, segundo as memórias do camponês Gaponenko, “os camponeses puseram-se a devastar as plantações, a expulsar os administradores, a apoderar-se do trigo dos celeiros, dos animais da lavoura, do material... Mesmo as janelas, as portas, os tetos e o zinco das coberturas foram arrancados e levados...” “De início vinham a pé, apanhavam e levavam”, conta um camponês de Minsk, Grunko”, mas depois atrelavam-se os cavalos daqueles que os possuíam e levavam tudo em carroças cheias. Sem tréguas... traziam e levavam, a partir de meio-dia, durante dois dias inteiros, noite e dia sem parar. Em 48 horas limpavam tudo.” A apropriação dos bens, segundo Kuzmichev, camponês da província de Moscou, justificava-se assim: “o proprietário era nosso, trabalhávamos para ele e a fortuna que ele possuía devia caber a nós somente.” Outrora dizia o nobre ao servo: “Você me pertence e tudo o que você possui é meu.” Agora replicam: os camponeses: “O nobre era nosso senhor e todos os seus bens são nossos.”

“Em alguns lugares começaram a inquietar os proprietários durante a noite”, diz outro camponês de Minsk, Novkov. “Cada dia, mais frequentemente, incendiavam as mansões dos proprietários nobres.” E chegou a vez do domínio do grão-duque Nicolau Nicolaievich, antigo generalíssimo: “Depois que tiraram tudo aquilo que podia ser tirado começaram a destruir as estufas e a tirar os abafadores, os assoalhos e os tetos e a tudo levar para casa...”

Por detrás desses atos de destruição havia o cálculo multissecular, milenar, de todas as guerras dos camponeses: escavar até a base as posições fortificadas do inimigo, não deixar sequer um lugar onde pudesse repousar a cabeça. “Os mais razoáveis”, escreve Tzygankov, camponês da província de Kursk, “diziam: Não se deve destruir as construções; delas teremos necessidade... para escolas ou hospitais... mas a maioria constava daqueles que gritavam que tudo devia ser destruído para que os inimigos não soubessem onde se esconder...” “Os camponeses apossavam-se de todos os

bens dos proprietários”, narra Savchenko, camponês da província de Orel, “expulsavam os proprietários dos domínios, quebravam as janelas das casas, as portas, o teto, os assoalhos... Os soldados diziam que se destruíam a fumaça do leão era necessário também estrangular o leão. Devido a tais ameaças os mais importantes e mais considerados proprietários escondiam-se, um depois do outro e; devido a isso, não houve massacre de proprietários.”

Na cidade de Zalesseye, da província de Vitebak, queimaram os celeiros repletos de grãos e de feno, nos domínios do francês Barnard. Os mujiques estavam pouco dispostos a diferenciar as nacionalidades porque muitos proprietários apressavam-se em passar as terras para estrangeiros privilegiados. “A embaixada de França pediu que tomassem medidas.” Na zona do *front*; em meados de outubro, era um instante difícil tomar “medidas” mesmo que fosse para satisfazer a embaixada da França.

A pilhagem de uma grande propriedade situada nas proximidades de Riazan durou quatro dias; “mesmo as crianças tomaram parte na pilhagem”. A União dos Proprietários de Terras comunicou aos ministros que, se não tomassem providências “haverá linchamento, fome e guerra civil”. Não é possível compreender por que os proprietários nobres empregavam ainda, falando da guerra civil, o tempo futuro. No Congresso da Cooperação, Berkenheim, um dos líderes do sólido campesinato comerciante, dizia nos primeiros dias de setembro: “Estou persuadido de que a Rússia ainda não se transformou, toda ela, em casa de loucos e que, no momento, a demência atingiu, sobretudo a população das grandes cidades.” Essa presunçosa voz, de uma parte do campesinato solidamente estabelecida e conservadora, atrasava-se irremediavelmente; justamente, durante aquele mês. Os campos se desatrelaram, para sempre, de todos os freios da sabedoria e, pela exasperação da luta, deixaram muito atrás “as casas de loucos” das cidades.

Lenine, em abril, supunha ainda possível que os cooperadores patriotas e os culaques arrastassem, após eles, pelo caminho de um acordo com a burguesia e os proprietários, a grande massa de camponeses. E cada vez mais incansavelmente ele insistia para que criassem soviets particulares de operários agrícolas (*batraks*) assim como uma organização independente de camponeses mais pobres. De mês para mês, entretanto, descobria-se que esse ramo da política dos bolcheviques não tinha raízes. Exceção feita

das províncias bálticas, não existiam, absolutamente, sovietes de operários agrícolas. Os camponeses pobres tampouco encontraram formas independentes de organização. Explicar tal fato unicamente pelo estado atrasado dos operários agrícolas e das camadas mais pobres da cidade seria passar ao lado do essencial. A principal causa residia na natureza mesma do problema histórico: o da Revolução agrária democrática.

Nas duas mais importantes questões – a do arrendamento e a do trabalho assalariado – descobre-se, de modo mais convincente, como os interesses gerais da luta contra a sobrevivência da servidão interceptaram os caminhos a uma política independente não somente aos camponeses pobres como, também, aos operários agrícolas. Os camponeses arrendavam aos proprietários nobres, na Rússia europeia, 27 milhões de deciatinas, aproximadamente 60% de todos os domínios particulares e pagavam, anualmente, um tributo de arrendamento que se elevava a 400 milhões de rublos. A luta contra as condições espoliadoras do arrendamento das fazendas transformou-se, após a insurreição de Fevereiro, no elemento mais essencial do movimento camponês. Lugar inferior, mas também considerável, foi ocupado pela luta dos operários agrícolas que se encontravam em oposição não apenas à exploração dos proprietários nobres, mas também aos camponeses. O rendeiro lutava em prol de um melhoramento das condições de arrendamentos, o operário, para conseguir melhoria nas condições de trabalho. Um e outro, cada qual a seu modo, tinham como ponto de partida o reconhecimento do nobre rural como proprietário e patrão. A partir, porém, do momento em que se abriu a possibilidade de levar a negócio até o fim, isto é, de tomarem terras e nelas se instalarem, o campesinato pobre deixou de interessar-se pelas questões de arrendamento e o sindicato começou a perder a força de atração que exercia sobre os operários agrícolas. Foram, precisamente, os últimos e os rendeiros pobres que, pela adjunção ao movimento geral, deram à guerra camponesa um caráter extremo de resolução e de irredutibilidade.

A luta contra os proprietários nobres não arrastava, de um modo tão geral, o polo oposto da aldeia. Enquanto o caso não atingia o grau de um levante declarado, os mais altos representantes do campesinato desempenhavam, no movimento, um papel de evidência e, algumas vezes, de direção. Durante o período do outono os mujiques enriquecidos consi-

deravam, com desconfiança cada dia maior, o transbordamento da guerra camponesa: não sabiam eles de que modo aquilo terminaria, tinham alguma coisa a perder – e se punham de lado. Eles porém não conseguiram, apesar de tudo, ficar inteiramente de lado: a aldeia não o permitiu.

Ainda mais fechados e mais hostis do que “os do meio”, isto é, os culaques pertencentes à comuna, mantinham-se os pequenos proprietários territoriais, na condição de camponeses destacados da comuna. Eram em número de 600.000 os cultivadores que possuíam lotes até 50 deciatinas, em todo o país. Constituíram, em diversos lugares, a espinha dorsal das cooperativas e, em questões de política, tendiam, particularmente no Sul, para a União camponesa conservadora que funcionava já, com a ponte para os cadetes. “Os separatistas* da comuna e os rurais enriquecidos”, segundo cultivador da província de Minsk, “sustentavam os proprietários nobres, esforçando-se por conter a campesinato por meio de admoestações.” Aqui e ali, sob a influência das condições locais, a luta no interior do campesinato assumira um caráter furioso, antes mesmo da insurreição de Outubro. Os camponeses destacados da comuna sofreram, em consequência, de modo particular. “Quase todas as explorações particulares”, narra Kuzmichev, camponês da província de Nizhegorod, “foram queimadas, o material em parte destruído e em parte apreendido pelos camponeses.” O camponês destacado da comuna era “o lacaio do proprietário nobre, o homem de confiança que zelava pela conservação de muitas reservas florestais; era ele o favorito da polícia civil e militar e dos patrões.” Os camponeses e as comerciantes mais ricos de certos cantões do distrito de Nizhegorod desapareceram durante o outono e só voltaram a seus lares dois ou três anos mais tarde.

Entretanto, na maior parte do país, as relações internas das aldeias estavam longe de atingir tal grau de acuidade. Os culaques comportavam-se com diplomacia, freavam e resistiam, mas esforçavam-se por não ficar em oposição ao *mir*.** O camponês de condição, por seu lado, observava com muita vigilância o culaque não permitindo que ele se unisse ao

* Camponeses que tinham deixado a comuna e constituído propriedades privadas, de acordo com a lei de Stolypin, de 9 de novembro de 1906. [Nota de Max Eastman.]

** Esta palavra, aplicada a aldeia, como comuna significa, literalmente, “o mundo” – isto é, todo mundo. [Nota de Max Eastman.]

proprietário nobre. A luta entre nobres e camponeses, visando a influência sobre o culaque prosseguiu durante todo o ano de 1917, sob diversas formas, indo de uma ação “amigável” até a um terror furioso.

Enquanto os proprietários de latifúndios abriam obsequiosamente aos camponeses proprietários a porta de honra da Assembleia da nobreza, os pequenos proprietários de terras afastavam-se demonstrativamente dos nobres para que não se perdessem com eles. Em linguagem política isto significava que os nobres, pertencentes até a Revolução aos partidos da extrema-direita, cobriam-se, agora, com a cor de liberalismo, tomando-a, segundo velhas recordações, como uma cor protetora; enquanto isso os proprietários, dentre os camponeses que, outrora, frequentemente tinham sustentado os cadetes, evoluíam agora para a esquerda.

Em setembro, o congresso dos pequenos proprietários da província de Perm retirou veementemente a solidariedade que dera ao congresso moscovita dos proprietários de terras, à frente do qual se encontravam “condes, príncipes e barões”. Um proprietário de 50 deciatinas dizia: “Os cadetes jamais usaram *armyaki** e *lapti*** e eis por que eles jamais defenderão nossos interesses. Ao se afastarem dos liberais os proprietários trabalhadores procuravam “socialistas” que defendessem a propriedade. Um dos delegados pronunciou-se pela socialdemocracia. “... O operário? Dai-lhe terra, ele virá para o campo e deixará de escarrar sangue. Os socialdemocratas não nos tomarão a terra.” Tratava-se, bem entendido, dos mencheviques. “Não cederemos nossa terra a ninguém. É fácil aqueles que a obtiveram sem esforço separarem-se dela, por exemplo, o proprietário nobre. Para o camponês a terra foi uma aquisição penosa.”

Nesse período outonal a aldeia lutava contra os culaques sem afastá-los; ao contrário, obrigava-os a se unirem ao movimento geral e os defendia contra as camadas da direita. Houve mesmo casos em que a recusa de participar da pilhagem foi castigada pela execução do rebelde. O culaque bordejava tanto quanto podia, mas no último minuto coçava a nuca mais uma vez e atrelava seus cavalos bem nutridos a sua telega, colocada sobre sólidas rodas, e partia a fim de apossar-se de seu lote. Era, frequen-

* *Armyaki* – casaco de lã feito em casa. [Nota de Max Eastman.]

** *Lapti* – calçado de tiras de casca de árvores trançadas. [Nota de Max Eastman.]

temente, a parte do leão. “Aqueles que se aproveitavam eram, geralmente, pessoas enriquecidas – conta Begishev, camponês da província de Penza – que tinham cavalos e gente à disposição delas.” E quase nos mesmos termos que se exprime Savchenko, da província de Orel: “O proveito, em grande parte, vai para os culaques que são bem alimentados e têm meios para transportar a madeira...”

Segundo o cálculo de Vermenichev, sobre 4.954 conflitos agrários com os proprietários nobres, de fevereiro a outubro, houve um total de 324 conflitos com a burguesia camponesa. Relatório evidentemente notável! Por ele demonstra-se, indiscutivelmente, que o movimento camponês até 1917, em sua base social, era dirigido não contra o capitalismo mas contra os remanescentes da servidão. A luta contra os culaques só se desenvolveu mais tarde, a partir de 1918, após a liquidação definitiva dos proprietários nobres.

O caráter puramente democrático do movimento camponês que devia, ao que parece, dar à democracia oficial uma força irresistível demonstrou, em verdade, e mais do que tudo, o quanto ela estava apodrecida. Se considerarmos os fatos de cima, veremos que o campesinato, em sua totalidade tinha, à frente, os socialistas revolucionários, os sufragava, os seguia, quase que se confundia com eles. No congresso dos soviets camponeses, em maio, Chernov obteve, nas eleições para o Comitê-Executivo, 810 votos, Kerensky 804, enquanto que Lenine obteve, em tudo e por tudo, apenas 20. Não era sem razão que Chernov se denomina ministro dos campos. Mas não foi sem razão, também, que a estratégia dos campos afastou-se violentamente dele.

A dispersão econômica torna os camponeses, tão resolutos na luta contra um determinado proprietário, impotentes contra o proprietário generalizado na pessoa do Estado. E daí a necessidade orgânica do mujique apoiar-se num fabuloso reino contra o Estado real. Nos velhos tempos, o mujique punha os impostores em destaque, agrupavam-se em torno de um falso pergaminho dourado do tzar ou então em torno de uma lenda a respeito das terras dos justos. Após a Revolução de Fevereiro os camponeses uniam-se em torno da bandeira socialista revolucionária “Terra e Liberdade”, procurando, nela, um auxílio contra o proprietário nobre e liberal, transformado em comissário. O programa populista estava

para o governo real de Kerensky como o pergaminho apócrifo do tzar para o autocrata real.

No programa dos socialistas revolucionários houve sempre muita utopia: dispunham-se a edificar o socialismo sobre as bases de uma pequena economia mercantil. O fundo do programa, porém, era democrático revolucionário; retomar as terras aos proprietários nobres. Ao chegar o momento de cumprir o programa o partido enredou-se na coligação. Tanto os proprietários nobres quanto os banqueiros cadetes levantaram-se, irredutivelmente, contra a confiscação das terras: os bens fundiários tinham sido hipotecados aos bancos pelo menos por quatro bilhões de rublos. Dispostos a comerciar com os proprietários nobres a respeito dos preços, na Assembleia Constituinte, mas no intuito de acabar amigavelmente, os socialistas revolucionários empregavam todo o zelo em impedir que o mujique se apoderasse da terra. Perdiam, dessa forma, a influência que tinham sobre os camponeses não somente devido ao caráter utópico do socialismo que praticavam, mas também pela inconsistência democrática que apresentavam. A verificação do utopiano poderia exigir muitos anos. A traição deles ao democratismo agrário evidenciou-se em alguns meses: sob o governo dos socialistas revolucionários deviam os camponeses entrar no caminho de insurreição a fim de realizar o programa dos mesmos socialistas revolucionários.

Em julho, quando o governo iniciou a repressão na aldeia, os camponeses lançaram-se, ao acaso, sob a proteção dos mesmos socialistas revolucionários: ao lado de Pôncio Júnior procuravam defesa contra Pilatos primogênito. Durante o mês em que os bolcheviques estiveram mais enfraquecidos nas cidades foi que os socialistas revolucionários mais se expandiram nos campos. Como comumente acontece, sobretudo em época de Revolução, o máximo do empreendimento organizatório coincidiu com o início da decadência política. Abrigando-se por detrás dos socialistas revolucionárias a fim de escapar aos golpes de um governo socialista revolucionário, os camponeses perdiam, dia a dia, a confiança naquele governo ou naquele partido. E foi assim que a hipertrofia das organizações socialistas revolucionárias nos campos tornou-se mortal para esse partido universal que de baixo se levantava e, de cima, reprimia.

Em Moscou, em uma reunião da Organização Militar, a 30 de julho, um delegado do *front*, também socialista revolucionário, dizia: se

bem que os camponeses se considerem ainda socialistas revolucionários há uma fissura entre eles e o partido. Os soldados concordavam: sob a influência da agitação socialista revolucionária os camponeses estão ainda hostis aos bolcheviques, mas resolvem o problema da terra e do poder à moda bolchevique. Povolzhsky, bolchevique que militava na região de Volga, testemunha o fato de os mais destacados socialistas revolucionários, que haviam participado do movimento de 1905 sentiam-se dia a dia mais eliminados; “Os mujiques denominavam-nos os ‘velhos’, tratavam-nos com aparência de respeito e votavam segundo as próprias cabeças.” Eram os operários e os soldados que ensinavam os camponeses a votar exclusivamente “segundo as próprias cabeças”. É impossível avaliar a influência revolucionária dos operários sobre o campesinato: essa influência tinha um caráter permanente, molecular, onipresente e, por conseguinte, pouco susceptível de ser calculada. A reciprocidade da penetração era facilitada pelo fato de considerável número de empresas industriais estarem espalhadas pelos campos. E mesmo os operários de Petrogrado, a mais europeia de todas as cidades, conservavam ligações imediatas com a aldeia natal. O desemprego que aumentara durante os meses do verão e os *lock-outs* dos empresários despejavam, na aldeia, vários milhares de operários: eles transformavam-se, em grande maioria, em agitadores e dirigentes.

Em maio-junho, em Petrogrado, criaram-se organizações regionais que agrupavam naturais de determinada província, de distritos e mesmo de cantões. Na imprensa operária, colunas inteiras eram reservadas aos anúncios das reuniões dessas organizações, nas quais podiam-se ler relatórios a respeito das visitas realizadas nas aldeias, estabeleciam-se instruções para os delegados e pediam-se recursos financeiros para a agitação. Pouco antes da insurreição essas organizações se fundiram em torno de um birô central especial que estava sob a direção dos bolcheviques. O movimento de tais organizações estendia-se, em pouco tempo a Moscou, ao Tver e, provavelmente também, a grande número de outras cidades industriais.

Entretanto, do ponto de vista da ação direta sobre a aldeia, os soldados tinham importância ainda maior. Foi somente dentro das condições artificiais do *front* ou então das casernas na cidade, que os jovens camponeses, sobrepondo-se de algum modo, aos efeitos da dispersão, viram-se colocados face a face com os problemas da envergadura nacional.

A falta de autonomia política, entretanto, ainda se fazia sentir. Caindo, invariavelmente, sob a direção dos intelectuais patriotas e conservadores e esforçando por deles escapar, tentaram os camponeses formar um bloco no exército, à parte dos demais grupos sociais. Mostravam-se as autoridades contrárias a semelhantes tendências, o Ministério da Guerra se opunha, os socialistas revolucionários não vinham em auxílio deles – os soviets dos deputados camponeses só conseguiam infiltrar-se fracamente no exército. Mesmo nas condições mais favoráveis os camponeses não se encontram em situação de transformar a esmagadora quantidade deles em qualidade política! Foi somente nos grandes centros revolucionários, sob a ação direta dos operários, que os soviets dos camponeses soldados conseguiram desenvolver um trabalho considerável. Foi assim que o soviete camponês de Petrogrado, de abril de 1917 a 19 de janeiro de 1918, enviou aos campos 1.395 agitadores munidos de mandatos especiais; outros, quase tão numerosos, partiram sem mandatos. Os delegados percorreram 65 províncias (governos). Em Kronstadt, entre os marinheiros e soldados, organizava-se, segundo exemplo dos operários, diversas organizações regionais que conferiam aos delegados certificados dando-lhes “o direito” de viajar gratuitamente de trem ou de navio. As estradas de ferro das sociedades privadas aceitavam tais certificados sem reclamar, mas nas estradas de ferro do Estado registravam-se conflitos.

Os delegados oficiais das organizações não representavam, apesar de tudo, senão gotas d’água no oceano do campesinato. Um trabalho infinitamente mais importante era realizado por centenas de milhares e milhões de soldados que desertavam do *front* e das guarnições da retaguarda e que guardavam nos ouvidos as consistentes palavras de ordem dos discursos e dos *meetings*. Os mudos do *front*, quando em casa, na aldeia, transformavam-se em oradores. E não faltava gente ávida de escutar. “Entre o campesinato que cercava Moscou”, conta Muralov, um dos bolcheviques do local, “produziu-se um formidável movimento para a esquerda... Os burgos e as aldeias da região formigavam de desertores... E aí também penetrava o proletário da capital que ainda não tinha rompido com a aldeia.” A sonolenta aldeia da província de Kaluga, segundo o camponês Naumchenkov, “foi despertada pelos soldados que chegavam do *front* por uma razão ou por outra, durante o período de junho a ju-

lho”. “O comissário de Nizhegorod comunicava que todas as infrações ao direito e a lei eram causadas pela aparição, nos limites da província, de desertores, de soldados em licença ou de delegados dos comitês de regimentos.” O principal encarregado dos domínios da princesa Bariatinsky, do distrito de Zoloto-noshzky, queixava-se, em agosto, dos atos arbitrários do comitê agrário presidido por um marinheiro de Kronstadt, Gatran. “Os soldados e marinheiros que vieram de licença”, segundo o relatório do comissário do distrito de Bugulminsk, “fazem agitação no intuito de criar a anarquia e de provocar programa.” “No distrito de Mglinsk, no burgo de Bielogosh, um marinheiro proibiu, de autoridade própria, que cortassem madeiras e vigas das florestas ou as despachassem.” Mesmo que não fossem os soldados a começar a luta eram eles os que a terminavam. No distrito de Nizhegorod os mujiques atormentavam o convento de mulheres, ceifavam os prados, quebravam as clausuras e não davam um pouco de tranquilidade às freiras. A abadessa não cedia, os milicianos levavam os mujiques para reprimir. “Isso durou”, escreve o camponês Arbekov, “até a chegada dos soldados. Os homens do *front* seguraram, imediatamente, o touro pelos chifres”: o convento foi evacuado. Na província de Moghilev, segundo o camponês Bobkov, “os soldados que tinham voltado do *front* para casa eram os primeiros chefes dos comitês e orientavam a expulsão dos proprietários nobres.”

Os homens do *front* punham no empreendimento a grave resolução daqueles que tinham adquirido o hábito de se servirem do fuzil e da baioneta contra o homem. Até mesmo as mulheres de soldados tomavam de empréstimo aos maridos a espírito combativo. “Em setembro”, narra Begishev, camponês da província de Penza, “houve um forte movimento dos ‘camponeses-soldados’, que, nas assembleias, pronunciavam-se pela pilhagem.” O mesmo fato podia ser observado nas demais províncias. Mesmo nas cidades os soldados, frequentemente, ativavam a fermentação.

Os casos em que os soldados se encontraram à frente dos distúrbios rurais foram, segundo o cálculo de Vermenichev, em março, em número de 1%, em abril, de 8% em setembro de 13%, em outubro de 17%. Tal cálculo não pode pretender ser exato; mas indica sem erro a tendência geral. A direção moderada de professores, notários e funcionários

socialistas revolucionários era substituída pela direção dos soldados que não recuavam perante coisa alguma.

Certo escrivão alemão, bom marxista, a seu tempo, Parvus, que, durante a guerra soube adquirir fortunas mas a custa de seus princípios e de sua perspicácia, comparava os soldados russos aos lansquenês da Idade Média, saqueadores e violentadores. Para assim falar era necessário desconhecer que os soldados russos, apesar dos excessos, eram, simplesmente, o órgão executivo da maior Revolução agrária da História.

Enquanto o movimento não rompia, definitivamente, com a legalidade, o envio de tropas para os campos conservavam caráter não se podia empregar, efetivamente, para a repressão, senão cossacos. “Enviaram para o distrito de Serdobsky 400 cossacos... essa medida restabeleceu a calma. Os camponeses declaram que aguardarão a Assembleia Constituinte”, escravo, a 11 de outubro, afirma o jornal liberal *Russkoe Selo* (a *Palavra Russa*). Quatrocentos cossacos são um argumento irretorquível para a Assembleia Constituinte! Mas, faltavam cossacos e aqueles que existiam tergiversavam. Entrementes era o governo forçado a tomar, cada vez com maior frequência, “medidas decisivas”. Durante os primeiros meses Vermenichev anotou 17 casos em que a força armada foi enviada contra os camponeses; em julho e em agosto, 39 casos; em setembro e outubro, 105.

Reprimir o movimento camponês por meio da força armada era jogar óleo no fogo. Os soldados, na maioria dos casos, se passavam para o lado dos camponeses. Um comissário de distrito, da província de Podolsk, conta o seguinte: “As organizações militares, e mesmo fortes contingentes resolvem as questões sociais e econômicas, forçam [?] os camponeses a realizarem apreensões e a cortar madeira e, muitas vezes, em certos locais, participam também da pilhagem... As tropas locais negam-se a tomar parte na repressão contra tais violências...” Foi assim que a insurreição das aldeias destruiu os últimos vestígios da disciplina. Não se podia sequer pensar, nas condições da guerra camponesa, à frente da qual se encontravam os operários, que o exército se deixasse enviar contra a insurreição nas cidades.

Os camponeses aprendiam, pela primeira vez, através dos operários e dos soldados, algo novo, não aquilo que os socialistas revolucionários lhes tinham contado sobre os bolcheviques. As palavras de ordem e o nome de Lenine penetraram na aldeia. As queixas, cada vez mais frequentes con-

tra os bolcheviques, encerram, na maioria dos casos, um caráter de invenção ou de exagero: os proprietários esperam, dessa forma, obter auxílio mais seguramente. “Reina anarquia completa no distrito de Ostrovsky, em consequência da propaganda do bolchevismo.” Da província de Ufa: “O membro do comitê de cantão, Vassiliev, propaga o programa dos bolcheviques e declara, abertamente, que os proprietários nobres serão enforcados.” Um proprietário da província de Novgorod, Polonnik, procurando “proteção contra a pilhagem”, não esquece de acrescentar: “Os comitês executivos estão repletos de bolcheviques”; o que significa: péssimas pessoas para os proprietários. “Em agosto”, escreve em suas memórias Zumorin, camponês da província do Simbirsk, “operários percorreram a aldeia, fazendo agitação a favor do partido dos bolcheviques, expondo o programa deles.” O juiz de acusação do distrito de Sebezh, abriu um processo a respeito de um operário têxtil que chegara de Petrogrado, Tatiana Mikhailova, de 26 anos, que, na sua aldeia, apelava “para a derrubada do Governo Provisório e enaltecia a tática de Lenine”. Na província de Smolensk, lá para fins de agosto, conforme testemunha o camponês Kotov, “começaram a tomar interesse por Lenine, prestaram atenção à palavra de Lenine...” Entretanto, nos *zemstvos* de cantão, são eleitos, em grande maioria, os socialistas revolucionários.

O Partido Bolchevique esforça-se por aproximar-se do camponês. A 10 de novembro, Nevsky exige do Comitê de Petrogrado que se inicie a publicação de um jornal camponês: “É preciso organizar o negócio de tal modo que não seja necessário passar pelas provas que a Comuna de Paris conheceu quando o campesinato não compreendeu Paris e Paris não compreendeu o campesinato.” O jornal *Byednotá** começou, em breve, a circular. Mas o trabalho do partido, propriamente dito, entre o campesinato, permanecia insignificante. A força do Partido Bolchevique não residia nos meios técnicos, nem no aparelho, mas sim em uma política justa. Assim como as correntes de ar espalham as sementes, os turbilhões da Revolução disseminavam as ideias de Lenine.

* *Jornal dos Pobres* [Nota da tradutora.]

“Lá para o mês de setembro”, escreve em suas memórias Vorobiev, camponês da província de Tver, “nas reuniões não apenas os soldados do *front*, mas também os camponeses pobres se manifestam, cada vez com maior frequência, em defesa dos bolcheviques...” “Entre as pobres e certos camponeses médios”, segundo o confirma Zumorin, camponês da província de Simbirsk, “o nome de Lenine estava em todos os lábios, não falavam senão de Lenine.” Um camponês de Novgorod, Grigoriev, conta que um socialista revolucionário, chamou, no cantão, os bolcheviques de “saqueadores” e de “traidores”. Os mujiques advertiram: “Abaixo o cachorro, pedras nele. Nada de embustes! Onde está a terra? Isso basta! Que nos tragam um bolchevique!” É possível, aliás, que esse episódio – e como esse houve muitos no mesmo gênero – se relacione com o período pós-Outubro: nas recordações dos camponeses os fatos se fixam fortemente mas o sentido cronológico é mais fraco.

Um soldado, Chinenov, que levou, para a província de Orel, uma mala repleta de literatura bolchevista foi mal recebido em sua aldeia natal: ouro alemão, pensavam. Mas, em outubro, “a célula do cantão já contava com 700 membros, muitos fuzis e orientava-se sempre no sentido da defesa do poder soviético”. O bolchevique Vrachev narra como os camponeses da província exclusivamente agrícola de Voronezh “voltando a si da asfixia socialista revolucionária, começaram a tomar interesse pelo nosso Partido, graças ao que já possuímos certo número de células de aldeia e de cantão, de assinantes de jornais e recebemos numerosos mujiques no pequeno espaço de nosso Comitê.” Na província de Smolensk, segundo as recordações de Ivanov, “os bolcheviques eram muito raros nas aldeias, havia muito poucos deles nos distritos, os jornais bolchevistas não existiam, os volantes eram raramente publicados... Entretanto, quanto mais nos aproximávamos de Outubro tanto mais a aldeia se voltava para os bolcheviques...”

“Nos distritos nos quais, até Outubro, havia uma influência bolchevista nos soviets”, escreve o mesmo Ivanov, “o desencadear do vandalismo contra os domínios dos proprietários nobres ou não se manifestava ou então se manifestava mui fracamente.” O caso, entretanto, nem em toda parte manifestava-se do mesmo modo. “As reivindicações dos bolcheviques exigindo a entrega das terras aos camponeses”, conta, por exemplo,

Tadeush, “eram com particular rapidez adotadas pela massa de camponeses do distrito de Moghliev, massa esta que pilhava os domínios, incendiava alguns deles, apoderava-se dos prados, das madeiras.” Existe, entretanto, falando propriamente, contradição nesses testemunhos. A agitação geral dos bolcheviques alimentava incontestavelmente, a guerra civil nos campos. Mas lá onde os bolcheviques conseguiam criar raízes mais sólidas esforçavam-se naturalmente, sem enfraquecer o impulso camponês, para ordená-lo e diminuir os estragos.

A questão agrária não se colocava isoladamente. O camponês sofria, sobretudo no último período da guerra, tanto na qualidade de vendedor como na de comprador: tomavam-lhe o trigo segundo as tarifas fixadas pelo Estado, os produtos da indústria tornavam-se, dia a dia, mais inacessíveis. O problema das relações econômicas entre o campo e a cidade, que se tornará, a seguir, sob a denominação de “tesouras” no problema central da economia soviética, apresentava-se, já então, sob aparência ameaçadora. Os bolcheviques diziam ao camponês: “os soviets devem tomar o poder, devolver a terra, acabar com a guerra, desmobilizar a indústria, estabelecer o controle operário sobre a produção, regularizar as relações de preços entre os produtos industriais e os produtos agrícolas”. Por mais sumária que seja esta resposta pelo menos determinava o caminho. “A separação entre nós e o campesinato”, dizia Trotsky, a 10 de outubro, na conferência dos comitês de usinas, “são os soviéticos gênero Avksentiev.” É preciso abrir uma brecha nesta separação. É necessário que se explique aos camponeses que todos os esforços do operário para ajudar o camponês, através do fornecimento à aldeia de máquinas agrícolas, permanecerão sem resultado enquanto nada for estabelecido o contato operário sobre uma produção organizada.” Foi baseada nesse pensamento que a conferência publicou um manifesto dirigido aos camponeses.

Os operários de Petrogrado, nesse meio-tempo, criaram, nas usinas, comissões especiais que faziam a coleta dos metais, dos artigos de refugo e de aparas para colocá-los à disposição de um centro especial: “Do operário ao camponês.” As aparas serviam para a fabricação de simples instrumentos agrícolas e de pegas sobressalentes. Essa primeira intervenção operária na marcha da produção, e que era levada a efeito segundo um plano traçado, ainda pouco considerável quanto ao volume e em que

predominavam os desígnios de agitação com fins econômicos, entreabria, entretanto, a perspectiva de um futuro próximo. Apavorado pela intromissão dos bolcheviques nos domínios sagrados da aldeia, o Comitê executivo camponês tentou captar a nova iniciativa. Mas, no terreno da cidade estava acima das forças dos conciliadores desmoralizados rivalizar com os bolcheviques, eles que perdiam terreno até mesmo nos campos.

O eco da agitação dos bolcheviques “despertou a tal ponto os camponeses pobres”, escrevia mais tarde Vorobiev, camponês da província de Tver, “que é possível dizer claramente: se Outubro não tivesse acontecido em Outubro, teria lugar em novembro”. Essa característica brilhante da força política do bolchevismo não está, de modo algum, em contradição com a fraqueza da organização. É somente através de tão fortes proporções que uma Revolução pode abrir caminho. E é precisamente por isso, diga-se de passagem, que o movimento revolucionário não pode ser inserido nos quadros de uma democracia formal. Para que a Revolução agrária pudesse ser realizada, em outubro ou novembro, só restava ao camponato utilizar o tecido dia a dia mais gasto do próprio partido socialista revolucionário. Os elementos de esquerda, agrupam-se apressada e desordenadamente sob a pressão do levante camponês, acertam o passo atrás dos bolcheviques e rivalizam com eles. O deslocamento político do camponato realizar-se-á durante o correr dos meses que seguirão, principalmente sob a bandeira remendada dos socialistas revolucionários de esquerda: esse partido efêmero transforma-se num reflexo, numa forma instável do bolchevismo rural, numa ponte provisória entre a guerra camponesa e a insurreição proletária.

A Revolução agrária necessitava de seus próprios órgãos locais. De que modo se apresentarão eles? Nas aldeias existiam organizações de diversas espécies: organizações do Estado, tais como os comitês executivos de cantão, os comitês agrários e os de abastecimento; organizações sociais tais como os sovietes; organizações puramente políticas tais como os partidos; enfim, organizações de administração autônoma representadas pelos *zemstvos* de cantão. Os sovietes de camponeses não se tinham desenvolvido a não ser dentro dos limites administrativos das províncias, parcialmente dos distritos; existiam poucos sovietes de cantão. Os *zemstvos* de cantão eram dificilmente assimiláveis. Em compensação, os comitês agrários e os comitês-executivos

que foram criados como órgãos de Estado tornavam-se tão bizarros que pareciam, à primeira vista, órgãos da Revolução camponesa.

O principal comitê agrário, composto de funcionários, de proprietários, de professores, de agrônomos diplomados, de políticos socialistas revolucionários, aos quais se misturavam camponeses duvidosos, era, em resumo, um freio central à Revolução agrária. Os comitês de província não cessavam de aplicar a política governamental. Os comitês de distrito oscilavam entre os camponeses e as autoridades. Em compensação, os comitês de cantão, eleitos pelos camponeses e exercendo atividades no próprio local e sob os olhos da aldeia, transformavam-se em instrumento do movimento agrário. A circunstância de que os membros dos comitês pretendiam, via de regra, pertencer aos socialistas revolucionários não mudava absolutamente o caso: eles colocavam-se sob a isbá do mujique, mas não se orientavam pela mansão do nobre. Os camponeses apreciavam, de um modo particular, o caráter estatal dos comitês agrários vendo ali uma espécie de alvará para a guerra civil.

“Dizem os camponeses que fora do comitê de cantão não reconhecem pessoa alguma”, declara, no mês de maio, um dos chefes da milícia do distrito de Saransk, “mas todos os comitês de distritos e de cidades trabalham para servir aos proprietários de terras.” Segundo o comissário de Nizhegorod, “as tentativas levadas a efeito por alguns comitês de cantão para lutar contra o despotismo que os camponeses punham em seus atos terminavam, quase sempre, por um fracasso e levavam à destituição de toda a equipe...” “Os comitês estavam sempre”, segundo Denissov, camponês da província de Pskov, “do lado do movimento camponês contra os proprietários, uma vez que os eleitos por eles representavam a parte mais revolucionária do campesinato e os soldados do *front*.”

Nos comitês de distrito e sobretudo nos das capitais da província era a *intelligentsia* dos funcionários que dirigia, esforçando-se por manter relações pacíficas com os proprietários nobres. “Perceberam os camponeses”, escreve Yurkov, camponês da província de Moscou, “que era sempre a mesma pele, porém virada do lado do avesso, o mesmo poder, porém sob outro nome.” “Observa-se”, escreve o comissário de Kursk, “uma tendência... fazer novas eleições para os comitês de distrito que aplicam, intransigentemente, as decisões do Governo Provisório.” Entretanto era

muito difícil ao camponês atingir o comitê de distrito: as ligações políticas das aldeias e dos cantões eram garantidas pelos socialistas revolucionários, de modo que os camponeses viam-se obrigados a agir por intermédio do partido cuja principal missão era virar a velha peליça.

A frieza, espantosa à primeira vista, do campesinato perante os soviets de março tinha, na realidade, causas profundas. Um soviete não representa apenas uma organização especial, tal como um comitê agrário, mas sim uma organização universal da Revolução. Entretanto, no domínio da política em geral o camponês não podia dar um passo sequer sem direção. Toda a questão consistia em saber de onde viria a direção. Os soviets camponeses das províncias e dos distritos constituíam-se por iniciativa, em medida bastante considerável, da cooperação e com os recursos dela, não como órgãos da Revolução camponesa, mas como instrumentos de uma tutela conservadora sobre o campesinato. As aldeias suportavam os soviets dos socialistas revolucionários de direita como se fosse uma proteção contra o poder. Mas preferiam, para elas, os comitês agrários.

A fim de impedir que a aldeia se fechasse no círculo “dos interesses puramente rurais”, o governo apressava a criação dos *zemstvos* democráticos. Isto bastava para forçar o mujique a pôr-se em guerra. Frequentemente era necessário impor-se eleições. “Houve casos de ilegalidade” – narra o comissário de Penza – ; “devido a isso, as eleições foram anuladas.” Na província de Minsk, os camponeses detiveram o presidente da comissão eleitoral do cantão, o príncipe Drutskoi-Liubetskoi, acusando-o de ter fraudado as listas: os mujiques tinham dificuldades para se entenderem com o príncipe sobre a solução democrática de uma complicação secular. Bougolminsky, comissário de distrito, narra: “As eleições para os *zemstvos* de cantões, no distrito, não foram totalmente regulares... A composição dos eleitos é exclusivamente camponesa, observa-se o afastamento dos intelectuais do local, sobretudo dos proprietários de terras.” Sob esse aspecto os *zemstvos* não se distinguem, absolutamente, dos comitês. “A respeito dos intelectuais e, particularmente, dos proprietários de terras”, escreve, lamentando-se, o comissário da província de Minsk, “a atitude da massa camponesa é negativa.” Pode-se ler, em um jornal de Moghilev, datado de 23 de setembro: “O trabalho dos intelectuais nos campos encerra muitos riscos quando se deixa de prometer, categoricamente, trabalho em favor da

entrega imediata de toda a terra aos camponeses.” Lá onde um acordo, ou mesmo um entendimento, entre as principais classes torna-se impossível, o terreno desliza sob as instituições da democracia. O estado de natimorto dos *zemstvos* de cantão fazia pressagiar, sem erro, o desmoronamento da Assembleia Constituinte.

“No campesinato daqui”, declarava o comissário de Nizhegorod, “criou-se a convicção de que todas as leis civis perderam a força e que todas as relações do direito devem, doravante, ser regidas pelas organizações camponesas.” Dispondo da milícia, ali mesmo, os comitês de cantão editavam leis locais, determinavam o preço de arrendamento, regulamentavam os salários, colocavam gerentes nos domínios, apossavam-se da terra, dos prados, dos bosques, do material; confiscavam as armas em casa dos proprietários, realizavam buscas e tanto a voz dos séculos com a experiência recente da Revolução diziam, igualmente, ao mujique que a questão da terra era uma questão de força. Para uma Revolução agrária era necessário que existissem os órgãos de uma ditadura camponesa. Os mujiques ainda não conheciam essa palavra de origem latina. Mas o mujique sabia o que queria. A “anarquia” da qual se lamentavam os proprietários, os comissários liberais, os políticos conciliadores, era, na realidade, a primeira etapa de uma ditadura revolucionária nos cantões.

A necessidade para a Revolução agrária, da criação de órgãos particulares, puramente camponeses, foi sustentada por Lenine durante os acontecimentos de 1905-1906: “Os comitês revolucionários camponeses – demonstrava ele no congresso do partido em Estocolmo – apresentam o caminho único pelo qual pode caminhar o movimento camponês.” O mujique não lia Lenine. Em compensação, Lenine lia muito bem nos pensamentos do mujique.

Somente lá pelo outono foi que a aldeia mudou de atitude em relação aos soviets, quando os próprios soviets modificaram o curso da política deles. Os soviets bolchevistas e socialistas revolucionários de esquerda, nas capitais do distrito ou da província, não retêm mais os camponeses – ao contrário, empurram-no para frente. Se, durante os primeiros meses, a aldeia tinha procurado nos soviets de conciliadores uma camuflagem legal para, posteriormente, entrar em conflito com eles, no momento começavam a encontrar, e pela primeira vez, nos soviets revolucionários, uma verdadeira

direção. Escreviam, em setembro, camponeses da província de Saratov: “Em toda a Rússia o poder deve passar para as mãos... dos soviets de deputados operários, camponeses e soldados. Será mais seguro.” Foi somente lá pelo outono que o campesinato começou a unir seu programa agrário à palavra de ordem de todo o poder aos soviets. Mas ainda aqui o campesinato não sabia nem quem deveria dirigir esses soviets, nem como.

Os movimentos agrários contavam, na Rússia, com grande tradição, com programa simples, porém claro, e, em diversos lugares, com mártires e heróis próprios. A grandiosa experiência de 1905 não passou sem que deixasse marcas mesmo nas aldeias. A isto é preciso acrescentar a ação do pensamento das seitas religiosas que reuniam milhões de camponeses. “Conheci – escreve um autor bem informado – grande número de camponeses que receberam... a Revolução de Outubro como a realização absoluta das esperanças religiosas que nutriam.” De todos os levantes camponeses conhecidos através da História o movimento do campesinato russo em 1917 foi, sem dúvida, o mais fecundado pelas ideias políticas. Se, apesar disso, mostrou-se incapaz de criar uma direção autônoma e de tomar o poder em suas mãos, as causas repousavam na natureza orgânica de uma economia isolada, mesquinha e rotineira: esgotando toda a seiva do muji que essa economia não o compensava garantindo-lhe a capacidade de generalizar.

A liberdade política do camponês significa, na prática, a liberdade de escolher entre os diversos partidos das cidades. Essa escolha, entretanto, não se faz *a priori*. O campesinato, sublevando-se, empurra os bolcheviques para o poder. Entretanto, somente após terem conquistado o poder os bolcheviques poderão conquistar o campesinato, transformando a Revolução agrária em uma lei do Estado operário.

Um grupo de eruditos, sob a direção de Yakolev, estabeleceu uma classificação extremamente preciosa dos documentos que caracterizam a evolução do movimento agrário de fevereiro a outubro. Adotando como base o número 100 para exprimir o número de manifestações não organizadas em cada mês, calcularam os eruditos que os conflitos “organizados” elevaram-se, em abril, a 33, em junho a 86 e em julho a 120. Foi nessa ocasião que se verificou a expansão das organizações socialistas revolucionárias nos campos. Em agosto, em 100 conflitos não organizados

houve apenas 62 organizados e, em outubro, ao todo 14. Desses números, extremamente esclarecedores se bem que muito convencionais, Yako-lev chega a uma dedução absolutamente inesperada: se, anteriormente ao mês de agosto, o movimento tornava-se, dia a dia, mais “organizado”, ele assume, no outono, cada dia mais, o caráter de uma força “espontânea”.* Outro pesquisador, Vermenichev chega à mesma fórmula: “A diminuição da percentagem do movimento organizado, durante o período em que subiu a onda revolucionária, às vésperas de Outubro, demonstra a natureza elementar do movimento durante todos aqueles meses.” Se opusermos o elementar ao consciente, como a cegueira à visão – e é esta a única antítese científica –, chegaríamos necessariamente à conclusão de que o estado de consciência do movimento camponês se elevou até agosto para, daí por diante, ir declinando até desaparecer completamente, justo no momento da insurreição de Outubro. Isso os eruditos não queriam, evidentemente, dizer. Se refletirmos, mesmo pouco, sobre a questão, não será difícil compreender que, por exemplo, as eleições rurais para a Assembleia Constituinte, apesar da aparência de “organização”, encerravam um caráter infinitamente mais “espontâneo”, isto é, não racionado, gregário, cego – do que as marchas “não organizadas” dos camponeses contra os proprietários nobres, durante as quais, cada rural sabia claramente aquilo que queria.

Na reviravolta do outono, o campesinato rompia, não com a opinião consciente dele próprio para se lançar na força espontânea, mas com a direção dos conciliadores a fim de que pudesse chegar à guerra civil. A decadência do estado de organização apresentou, em suma, um caráter superficial: as organizações dos conciliadores caíam; mas o que ficava depois delas transformava-se num ponto de partida por novos caminhos sob a direção dos elementos mais revolucionários: soldados, marinheiros, operários. Chegado o momento dos atos decisivos, os camponeses convocavam, frequentemente, uma assembleia-geral e tinham o cuidado de fazer com que a decisão tomada fosse assinada por todos os moradores da aldeia. “Durante o período outonal do movimento camponês, muita vez

* A palavra russa *espontâneo* significa, literalmente, *elementar*; e é geralmente ligada na literatura aos movimentos de consciências de classe dirigidos por uma organização com uma teoria e um programa. [Nota de Max Eastman.]

devastador – escreve Chestakov, terceiro erudito –, o que mais frequentemente aparece em cena é a velha assembleia comunal dos camponeses... É através da *skhod* que o campesinato divide os bens requisitados, através da *skhod*, que entabula conversações com os proprietários e os administradores dos domínios, com os comissários de distrito e diferentes *pacificadores*.”

Por que motivo desaparecem da cena os comitês de cantão que conduziram em linha reta os camponeses à guerra civil? – Não possuímos, a esse respeito, indicações suficientemente claras nos documentos. A explicação, porém, vem por si mesma. A Revolução gasta, com excessiva rapidez, seus órgãos e suas armas. Pelo fato em si de que os comitês agrários mantinham a direção através de medidas semipacíficas, deviam encontrar-se em estado pouco suscetível de ordenar, diretamente, o assalto. A causa geral é completada pelas causas particulares que não têm, entretanto, peso menor. Empenhando-se no caminho de uma guerra aberta com os proprietários sabiam os camponeses, muito bem, aquilo que os ameaçava no caso de uma derrota. Mais de um comitê agrário, mesmo sob Kerensky, foi metido na cadeia. Descentralizar as responsabilidades transformava-se numa exigência absoluta da tática. Para isso a forma mais útil era o *mir*. A habitual desconfiança dos camponeses, uns contra os outros, agia, indubitavelmente, no mesmo sentido: tratava-se, agora, de tomar e de repartir os bens dos proprietários, cada um desejando participar, pessoalmente, da operação, não confiando a quem quer que fosse os seus direitos. E assim uma crescente agravação da luta levava à eliminação temporária dos órgãos representativos da democracia camponesa primitiva, sob as aparências da *skhod* e das sentenças do *mir*.

Grosseiras aberrações na definição do movimento camponês devem parecer particularmente inesperadas quando escritas pelos eruditos bolchevistas. Mas não se deve esquecer que se trata de eruditos da nova formação. A burocratização do pensamento leva, inevitavelmente, a uma superestimação das formas de organização que eram impostas de cima para baixo ao campesinato e a uma subestimação das formas que o campesinato se impunha a si mesmo. O funcionário instruído, seguindo o professor liberal, considera os processos sociais do ponto de vista administrativo. Na qualidade de comissário do povo para a Agricultura, demonstrou Yakolev, mais tarde, a mesma atitude sumária do burocrata em relação ao campesi-

nato, mas, já entra num terreno infinitamente mais extenso e carregado de responsabilidades, precisamente na aplicação “da coletivização generalizada.” O superficial na teoria vinga-se, terrivelmente, quando se trata de uma prática de grande envergadura!

Antes, porém, de chegarmos aos erros da coletivização generalizada, falta ainda percorrer treze bons anos. No momento trata-se apenas da expropriação das terras dos proprietários. Existem ainda 134.000 proprietários que tremem nos seus 80 milhões de deciatinas. Os mais ameaçados são os de cima, os 30.000 senhores da antiga Rússia e que possuem 70 milhões de deciatinas, mais de 2.000 deciatinas, em média, *per capita*. Escreve ao camareiro Rodzianko um membro da nobreza chamado Boborykin: “Sou proprietário e não posso meter na cabeça a possibilidade de ver-me privado de minha terra e sobretudo com os fins mais inverossímeis: para uma experiência das doutrinas socialistas.” Mas a Revolução tem exatamente por finalidade empreender tudo aquilo que não entra na cabeça dos dirigentes.

Os mais perspicazes dentre os proprietários, entretanto, não podem deixar de ver que não conservarão seus domínios. Não mais se esforçam, mesmo, por conservá-los; quando mais depressa se desembarçassem da terra tanto melhor para eles. A Assembleia Constituinte para eles é, antes de mais nada um grande Tribunal de Contas para o qual o Estado os indenizará, não apenas pelas terras, mas, também, pelas tribulações pelas quais passaram.

Os camponeses proprietários aderiam a esse programa, mas pelo lado esquerdo. Estavam eles bastante inclinados a acabar, de uma vez, com a nobreza parasitária, mas temiam, ao mesmo tempo, abalar a própria concepção da propriedade territorial. O Estado é suficientemente rico – declaravam eles no congresso – para pagar aos proprietários quaisquer 12 bilhões de rublos. Na qualidade de “camponeses” contavam aproveitar-se, em condições vantajosas, das terras dos proprietários nobres que seriam pagas à custa do povo.

Compreendiam os proprietários que a importância das indenizações era um valor político que seria determinado pela relação das forças no momento de ajustar as contas. Até fins de agosto permanecia a esperança de que a Assembleia Constituinte, convocada à Kornilov, faria com

que a linha da reforma agrária passasse entre Rodzianko e Miliukov. A derrocada de Kornilov significava que as classes possuidoras tinham perdido a parada.

No decorrer dos meses de setembro e outubro os proprietários esperavam o desenlace do mesmo modo que um doente incurável espera a morte. O outono é a época da política dos mujiques. As colheitas estão feitas, as ilusões dissipadas, a paciência esgotada. É preciso terminar! O movimento transborda, estende-se a todas as regiões, apaga as peculiaridades locais, arrasta todas as camadas da aldeia, varre todas as considerações sobre a legalidade e a prudência, torna-se ofensivo, exasperado, terrível, colérico, toma como armas o ferro e o fogo, o revólver e a granada, destrói e queima os solares, expulsa os proprietários, limpa a terra e, aqui e ali, rega-a com sangue.

Eles desaparecem, os ninhos dos senhores cantados por Puchkin, por Turgueniev e por Tolstoi. A velha Rússia desfaz-se em fumaça. A imprensa liberal recolhe as lamentações, os gemidos, a respeito da destruição dos jardins a inglesa, dos quadros pintados na época da servidão, das bibliotecas patrimoniais, dos *partenons* de Tambov, dos cavalos de corrida, das velhas gravuras, dos touros de raça. Os historiadores burgueses tentam lançar sobre os bolcheviques a responsabilidade de “vandalismo” dos camponeses ao exercerem represálias contra a “cultura” dos nobres. Na realidade o mujique russo acabava uma obra empreendida muitos séculos antes da aparição dos bolcheviques no mundo. Realizava ele seu papel histórico de progresso com os únicos meios que estavam a sua disposição: pela barbárie revolucionária ele extirpava a barbárie medieval. Aliás, nem ele próprio, nem seus antepassados, nem seus avós, conheceram, jamais, a clemência ou a indulgência.

Quando os feudais venceram a *jacquerie*, quatro séculos antes da libertação dos camponeses franceses, escrevia um piedoso monge em suas crônicas: “Fizeram tanto mal ao país que não havia necessidade da chegada dos ingleses para a devastação do reino; os ingleses não poderiam fazer aquilo que fizeram os nobres da França.” Apenas a burguesia, em maio de 1871, ultrapassou, em atrocidade, a nobreza francesa. Os camponeses russos, graças à direção dos operários, os operários russos, graças ao apoio

dos camponeses, escaparam a esta dupla lição dos defensores da cultura e da humanidade.

As relações recíprocas entre as classes essenciais da Rússia encontraram sua reprodução nos campos. Assim como os operários e os soldados bateram-se contra a monarquia, apesar dos planos da burguesia, os camponeses pobres foram os mais audaciosos ao se levantarem contra os proprietários, sem dar ouvidos aos avisos do culaque. Assim como os conciliadores acreditavam que a Revolução só estaria solidamente firmada quando Miliukov a reconhecesse, o camponês de condição média, olhando à direita e à esquerda, imaginava que a rubrica do culaque legalizaria as apreensões. Assim como, enfim, a burguesia hostil à Revolução não hesitou em se atribuir o poder, os culaques que se opuseram às devastações não renunciaram a delas tirar proveito. O poder, entre as mãos dos burgueses, assim como os bens dos proprietários, entre as mãos do culaque, não foram mantidos por muito tempo: nos dois casos, em virtude de causas análogas.

O poder da Revolução democrático-agrária, de essência burguesa, manifestou-se pelo fato de superar durante algum tempo os antagonismos de classes nos campos: o operário agrícola pilhava o proprietário e ao fazê-lo ajudava o culaque. O XVII, o XVIII e o XIX séculos da história russa subiram aos ombros do XX e fizeram com que ele tocasse o chão. A fraqueza da Revolução burguesa em atraso traduziu-se no fato de a guerra camponesa não empurrar os revolucionários burgueses para frente, mas, ao contrário, lançá-los, definitivamente, no campo da reação: Tseretelli, prisioneiro forçado ainda ontem, protegia as terras dos proprietários nobres contra a anarquia! Desprezada pela burguesia, a Revolução camponesa fez causa comum com o proletariado industrial. Com isso o século XX não apenas se livrou dos séculos precedentes que se abateram sobre ele mas sobre os ombros daqueles mesmos séculos, atingiu novas altitudes históricas. Para que os camponeses pudessem limpar a terra e retirar as barreiras era necessário que o operário assumisse a direção do Estado: tal é a fórmula mais simples da Revolução de Outubro.

.....

Capítulo II

O PROBLEMA DAS NACIONALIDADES

A LÍNGUA É O MAIS IMPORTANTE INSTRUMENTO de ligação de homem para homem e, por conseguinte, de ligação também na economia. Torna-se numa língua nacional com a vitória da circulação mercantil que une uma nação. Sobre esta base estabelece o Estado nacional, na medida em que é o terreno mais cômodo, mais vantajoso e normal das relações capitalistas. Na Europa Ocidental, na época da formação das nações burguesas, se deixarmos de lado a luta dos Países-Baixos pela independência e a sorte da Inglaterra insular, começou pela Grande Revolução Francesa e, no que era essencial, terminou, mais ou menos em um século, pela constituição do império alemão.

No período em que o estado nacional, na Europa, já tinha deixado de absorver as forças de produção e desenvolvia-se como Estado imperialista, no Oriente estava-se ainda – na Pérsia, nos Bálcãs, na China, na Índia – no início da era das revoluções nacional-democráticas, cujo impulso foi dado pela Revolução Russa de 1905. A guerra dos Bálcãs, em 1912, representou o desfecho da formação dos estados nacionais no sudeste da Europa. A guerra imperialista que se seguiu terminou, de passagem, na Europa, a obra incompleta das revoluções nacionais, acarretando o desmem-

bramento da Áustria-Hungria, a criação de uma Polônia independente e de estados limítrofes que se separaram do império dos tzares.

A Rússia não se constituía como um estado nacional, mas como um estado de nacionalidades. Isso correspondia à sua condição de país atrasado. Baseando-se em uma agricultura extensiva e no artesanato rústico, o capital mercantil desenvolvia-se não em profundidade, não pela transformação da produção, mas em largura, aumentando o raio das operações. O comerciante, o proprietário, o funcionário, deslocavam-se do centro para a periferia, seguindo o camponês que se dispersava e, à procura de novas terras e de isenções fiscais, penetravam em outros territórios onde viviam povos ainda mais atrasados. A expansão do Estado consistia, essencialmente, na extensão de uma economia agrícola que, apesar do primitivismo, revelava alguma superioridade sobre os nômades do sul e do Oriente. O estado de castas e de burocracia que se formou sobre tal base vastíssima e que se alargava constantemente, tornou-se bastante poderoso para submeter, no Ocidente, algumas nações de cultura mais elevada, porém incapazes, devido à pequena população que possuíam ou a alguma crise interior, de defender a própria independência (Polônia, Lituânia, províncias bálticas e Finlândia).

Aos 70 milhões de grão-russos que constituíam o maciço central do país foram-se juntando, gradualmente, mais ou menos 90 milhões de alógenos que se dividiam nitidamente em dois grupos: os ocidentais, superiores aos grão-russos pela cultura que possuíam, e os orientais, de nível inferior. Dessa forma constituiu-se um império no qual a nacionalidade dominante era apenas representada por 43% da população, enquanto que os 57% (dos quais 17% ucranianos, 6% poloneses, 4 ½% de russos brancos) correspondiam a nacionalidades diversas tanto pelo grau de cultura quanto pela desigualdade de direitos.

As ávidas exigências do estado e a exigência da base camponesa sob as classes dominantes engendraram as mais ferozes formas de exploração. A opressão nacional era, na Rússia, infinitamente mais brutal que nos estados vizinhos, não apenas os da fronteira ocidental, mas também os da fronteira oriental. O grande número de nações lesadas em seus direitos e a acuidade da situação jurídica dessas nações proporcionavam ao problema nacional da Rússia czarista uma força explosiva enorme.

Se, nos Estados de nacionalidade homogênea, a Revolução burguesa desenvolvia poderosas tendências centrípetas, passando a ser uma luta contra o particularismo, tal como na França, ou então contra um desmembramento nacional como na Itália e na Alemanha – nos estados heterogêneos, tais como a Turquia, a Rússia, a Áustria-Hungria, a Revolução da burguesia, em atraso, desencadeava, contrariamente, as forças centrífugas. Apesar da evidente oposição desses *processus*, expressa em termos de mecânica, a função histórica é a mesma, na medida em que, em ambos os casos, se trate de utilizar a unidade nacional como um reservatório econômico importante: seria necessário, para tanto, realizar a unidade da Alemanha e, em contraposição, conseguir o desmembramento da Áustria-Hungria.

Lenine calculara, em tempo oportuno, o caráter inevitável dos movimentos nacionais centrífugos na Rússia e, durante anos, lutara obstinadamente, sobretudo contra Rosa Luxemburgo, em favor do famoso parágrafo 9 do velho programa do partido que formulava o direito das nações se autodeterminarem, isto é, de se separarem, completamente, do estado. Com isso o Partido Bolchevique não se encarregava, de modo algum, de fazer uma propaganda de separatismo. Obrigava-se, somente, a resistir, com intransigência, a quaisquer espécies de opressão nacional e, entre elas, a de reter pela força tal ou qual nacionalidade dentro dos limites de um Estado comum. Foi somente por esse caminho que o proletariado russo pôde, gradualmente, conquistar a confiança das nacionalidades oprimidas.

Todavia, esse era apenas um dos lados do caso. A política do bolchevismo, no terreno nacional, tinha também outro aspecto, aparentemente em contradição com o primeiro, mas que, na realidade, o completava. Nos quadros do partido e, em geral, das organizações operárias, o bolchevismo aplicava o mais rigoroso centralismo, lutando, implacavelmente, contra todo contágio de nacionalismo suscetível de opor os operários uns aos outros ou de dividi-los. Legando, categoricamente, ao estado burguês o direito de impor a uma minoria nacional residência forçada ou, mesmo, língua oficial, o bolchevismo julgava, ao mesmo tempo, que a tarefa verdadeiramente sagrada para ele era a de unir, o mais estreitamente possível, por meio de uma disciplina de classes voluntária, os trabalhadores de diversas nacionalidades em um todo único. Desse modo ele afastava, pura e simplesmente, o princípio nacional federativo da estrutura do partido.

Uma organização revolucionária não é o protótipo de um Estado futuro, ela é apenas um instrumento para criá-lo. O instrumento deve ser adequado à fabricação do produto, mas não deve, absolutamente, assimilar-se a ele. É apenas uma organização centralizadora que pode assegurar o sucesso da luta revolucionária, mesmo quando se trata de destruir a opressão centralizadora sobre as nações.

A derrubada da monarquia devia, necessariamente, significar também para as nações oprimidas da Rússia a sua própria Revolução nacional. Aqui, entretanto, manifestou-se o que acontecera em todos os demais domínios do regime de fevereiro: a democracia oficial, ligada pela dependência política à burguesia imperialista, mostrou-se totalmente incapaz de destruir os velhos entraves. Julgando incontestável o direito que tinha de regularizar a sorte de todas as outras nações, continuava ela a salvaguardar, com zelo, as fontes de riqueza, de força, de influência, fontes que davam à burguesia grã-russa sua situação dominante. A democracia conciliadora apenas interpretou as tradições da política nacional do tzarismo na linguagem de uma retórica emancipadora: tratava-se no momento, apenas, de defender a unidade da Revolução. Mas a coligação dirigente tinha outro argumento, mais grave: considerações motivadas pelo tempo de guerra. Isto significava que os esforços de emancipação de diversas nacionalidades eram representados como obra do estado-maior austro-alemão. Ainda aí os cadetes tocavam, também, como primeiros violinos e os conciliadores os acompanhavam.

O novo poder não podia, bem entendido, deixar intacta a abominável profusão de ultrajes medievais impostos aos alógenos. Esperava ele, entretanto, limitar-se simplesmente, e esforçava-se por consegui-lo, à abolição das leis de exceção contra diversas nações, isto é, ao estabelecimento de uma igualdade aparente entre todos os elementos da população perante a burocracia do Estado grão-russo.

A igualdade formal dos direitos jurídicos trazia vantagens, sobretudo aos israelitas: o número de leis que limitavam o direito deles atingia a 550. Além disso, como nacionalidade exclusivamente urbana e das mais espalhadas, não podiam os judeus pretender nem a uma independência no Estado, nem a uma autonomia territorial. Quanto ao que diz respeito ao projeto de uma “autonomia nacional-cultural”, que deveria, em toda a ex-

tensão de país, unir os judeus em torno das escolas e de outras instituições, essa utopia reacionária, tomada de empréstimo, por diversos grupos de judeus, ao teórico austríaco Otto Bauer, fundiu-se, logo nos primeiros dias da liberdade, como um pouco de cera exposta aos raios do sol.

A Revolução é, precisamente, uma Revolução porque não se contenta com esmolas nem com depósitos a crédito. A anulação das restrições mais vergonhosas estabelecia, formalmente, a igualdade de direitos dos cidadãos, independentemente da nacionalidade; mas a desigualdade dos direitos jurídicos das próprias nações manifestava-se tanto mais vivamente quanto eles ficavam, em grande parte, na situação de filhos ilegítimos ou adotados pelo Estado grão-russo.

A igualdade dos direitos civis nada concedia aos finlandeses que procuravam, não a igualdade em relação aos russos, mas a própria independência em relação à Rússia. Nada acrescentava aos direitos dos ucranianos que, anteriormente, não conheceram qualquer restrição pelo simples fato de terem sido, à força, declarados russos. Nada alterava na situação dos letões e dos estonianos, esmagados pela propriedade latifundiária alemã e pela cidade russo-alemã. Em nada amenizava os destinos dos povos e das povoações atrasadas da Ásia, mantidos nos mais baixos lugares pela falta de direito jurídico, não por meio de restrições, mas por meio das cadeias de uma servidão econômica e cultural. Todas essas questões a coligação liberal-democrática não desejava, sequer, considerar. O estado democrático permanecia, sempre, o mesmo estado do funcionário grão-russo que não se dispunha a ceder o lugar a pessoa alguma.

À medida que a Revolução conquistava massas mais profundas na periferia, tornava-se manifesto que a língua oficial era, lá longe, a das classes possuidoras. O regime da democracia formal, com liberdade de imprensa e de reunião, obrigou as nacionalidades atrasadas a sentirem, ainda mais dolorosamente, o quanto se achavam privadas dos meios mais elementares de um desenvolvimento cultural: escolas próprias, tribunais próprios e funcionalismo próprio. Os retornos à futura Assembleia Constituinte eram simplesmente irritantes: porque, na Assembleia, deviam dominar os mesmos partidos que tinham criado o Governo Provisório e continuavam a manter as tradições dos russificadores, delimitando com acrimônia o limite além do qual as classes dirigentes não desejavam passar adiante.

A Finlândia, subitamente, transformou-se numa farpa metida no corpo do regime de Fevereiro. Devido à gravidade da questão agrária que pesava na Finlândia sobre os *torpari*, isto é, sobre os pequenos agricultores oprimidos, os operários industriais, que representavam 14% da população, arrastavam, atrás deles, a aldeia. O *Seim* finlandês ficou sendo, no mundo, o único parlamento em que os socialdemocratas obtiveram maioria: 103 sobre 200 cadeiras de deputados. Ao proclamar o *Seim* soberano, pela lei de 5 de junho, exceção feita das questões que diziam respeito ao exército e à política exterior, a socialdemocracia finlandesa dirigiu-se “aos partidos irmãos da Rússia” a fim de conseguir o apoio deles. Aconteceu, porém, que o pedido era absolutamente mal endereçado. O governo, de início, pôs-se de lado deixando toda liberdade de agir “aos partidos irmãos”. Uma delegação que partira com o objetivo de aconselhar, chefiada por Cheidze voltou de Helsingfors sem obter resultado algum. Então, os ministros socialistas de Petrogrado, Kerensky, Chernov, Skobelev, Tseretelli, decidiram liquidar, por meio da violência, o governo socialista de Helsingfors. O chefe do estado-maior do quartel-general, o monarquista Lukomsky, advertiu as autoridades civis e a população da Finlândia que, no caso de manifestação contra o exército russo “as cidades, e em primeiro lugar Helsingfors, seriam devastadas”. Após ter, assim, preparado o terreno, o governo, em manifesto solene, cujo estilo parecia um plágio da monarquia, decretou a dissolução do *Seim* e, no mesmo dia em que se iniciava uma ofensiva no *front*, colocou às portas do Parlamento finlandês soldados russos retirados do *front*. E foi desse modo que as massas revolucionárias da Rússia receberam, a caminho de Outubro, uma boa lição que lhes ensinava que lugar convencional os princípios da democracia ocupam na luta das forças de classes.

Perante o desencadeamento nacionalista dos dirigentes, as tropas revolucionárias da Finlândia assumiram uma digna posição. O Congresso Regional dos Sovietes que se realizou em Helsingfors, durante a primeira quinzena de setembro, declarou: “Se a democracia finlandesa julga necessário reiniciar as sessões do *Seim*, todas as tentativas visando opor-se a tal medida serão consideradas, pelo congresso, como um ato contrarrevolucionário.” Era um oferecimento direto de assistência militar. A socialdemocracia finlandesa, na qual predominavam as tendências conciliadoras, não estava, entretanto, disposta a embrenhar-se pelo caminho

da insurreição. As novas eleições, que tiveram lugar sob ameaça de nova dissolução, asseguraram aos partidos burgueses, de acordo com os quais o governo tinha dissolvido o *Seim*, uma pequena maioria: 108 sobre 200.

Agora, porém, colocam-se, na primeira linha, questões internas que, nessa Suíça do Norte, nesse país de montanhas de granito e de propriedades avaras, levam, inevitavelmente, à guerra civil. A burguesia finlandesa prepara, semiabertamente, os quadros militares. Ao mesmo tempo organizam-se as células secretas da Guarda Vermelha. A burguesia, para conseguir armas e instrumentos, dirige-se à Suécia e à Alemanha. Os operários encontram apoio nos soldados russos. Concomitantemente, nos círculos burgueses que ainda na véspera estavam dispostos a um entendimento com Petrogrado reforça-se o movimento pela total separação da Rússia. O jornal dirigente *Huvudstatsbladet* escrevia: “O povo russo é presa de uma fúria anarquista... Não devemos, em tais condições... afastarmo-nos, tanto quanto possível, de semelhante caos?” O Governo Provisório viu-se forçado a fazer concessões sem esperar a Assembleia Constituinte: a 23 de outubro foi adotada uma disposição “de princípios” sobre a independência da Finlândia, exceção feita às questões militares e às relações exteriores. A “independência”, porém, provindo das mãos de Kerensky, já não mais valia grande coisa: faltavam apenas dois dias para que ele caísse.

Havia outro corpo estranho bem mais profundamente introduzido: era a Ucrânia. Em princípios de junho, Kerensky interditou o congresso das tropas da Ucrânia, convidado pelo *Rada*. Os ucranianos não cederam. Para salvar as aparências do governo, Kerensky, com atraso, legalizou o congresso, por meio de um telegrama pomposo cuja leitura os congressistas ouviram entre risos pouco respeitosos. A lição tão amarga não impediu, entretanto, que Kerensky interditasse, três semanas mais tarde, o congresso dos militares muçulmanos em Moscou. Parecia que o governo democrático apressava-se em sugerir às nações descontentes: só recebereis o que conseguirdes arrancar.

No primeiro número do *Universal*, aparecido a 10 de junho, o *Rada*, acusando Petrogrado de opor-se à autonomia nacional, proclamava: “Daqui por diante organizaremos, por conta própria, a nossa vida.” Os cadetes tratavam os dirigentes ucranianos como se fossem agentes da Alemanha. Os conciliadores enviavam aos ucranianos exportações sentimentais.

O Governo Provisório enviou uma delegação a Kiev. Em meio à atmosfera superaquecida da Ucrânia, Kerensky, Tseretelli e Tereshchenko viram-se forçados a dar alguns passos em direção da *Rada*. Mas, após o esmagamento dos operários e dos soldados, em julho, o governo pôs igualmente uma barra à direita, na questão ucraniana. A 5 de agosto, a *Rada*, por maioria esmagadora, acusou o governo de ter violado a convenção de 3 de julho, “por estar impregnado das tendências imperialistas da burguesia russa”. “Quando o governo devia pagar uma letra de cambio”, escrevia o chefe do poder ucraniano, Vinnichenko, “aconteceu que esse governo provisório... revelou-se um escroque e, por meio de trapações, pretendia liquidar um grande problema histórico.” Tal linguagem, um pouco equívoca, demonstra suficientemente qual a autoridade do governo mesmo naqueles círculos que politicamente deveriam estar muito perto dele: o conciliador Vinnichenko diferia de Kerensky apenas como um romancista negligente difere de um advogado medíocre.

A bem dizer, em setembro, o governo publicou, enfim, um ato que reconhecia as nacionalidades da Rússia – dentro dos quadros a serem consignados pela Assembleia Constituinte – “o direito de se autodeterminarem”. Mas essa letra de câmbio, emitida sem qualquer garantia para o futuro e contendo contradições, extremamente imprecisas no todo, exceto quanto às reservas que continha, não inspirou confiança a pessoa alguma: os atos do Governo Provisório gritavam, demasiado alto, contra ele.

A 2 de setembro, o Senado, aquele mesmo que recusara receber, em sessão, os novos membros que não estivessem vestidos com o antigo uniforme, decidiu rejeitar a promulgação de uma instrução confirmada pelo governo e dirigida ao secretário-geral da Ucrânia, isto é, ao gabinete dos ministros de Kiev. Motivo: não existem leis sobre o secretariado e, portanto, não se pode enviar instruções a uma instituição ilegal. Os eminentes juristas não escondiam, absolutamente, que o próprio acordo entre o governo e a *Rada* constituía uma usurpação dos direitos da Assembleia Constituinte: os partidários mais inflexíveis da democracia pura encontravam-se, agora, do lado dos senadores do czar. Ao demonstrarem tanta coragem, os opositores da direita nada arriscavam: sabiam eles que a oposição que faziam estava, inteiramente, ao gosto dos dirigentes. A burguesia russa se resignava em conhecer certa independência da Finlân-

dia, que mantinha com a Rússia apenas liames econômicos, todavia não podia, de modo algum, consentir na “autonomia” dos trigos da Ucrânia, do carvão do Donetz, e dos minerais de Krivoi-Rog.

A 19 de outubro, Kerensky, por telegrama, ordenou aos secretários-gerais da Ucrânia “que viessem, urgentemente, a Petrogrado para explicações pessoais” a respeito da agitação criminosa que promoviam em favor de uma Assembleia Constituinte ucraniana. Concomitantemente, o Tribunal de Kiev foi convidado a abrir uma acusação contra a *Rada*. Mas os raios desferidos contra a Ucrânia intimidavam tão pouco quanto as gentilezas feitas à Finlândia alegravam.

Os conciliadores ucranianos sentiam-se, durante esse tempo, ainda infinitamente mais garantidos do que seus primos mais velhos de Petrogrado. Independentemente da atmosfera favorável que envolvia a luta deles pelos direitos nacionais, a relativa estabilidade dos partidos pequeno-burgueses da Ucrânia, assim como dos partidos de outras nações oprimidas, tinha raízes econômicas e sociais que podem ser qualificadas com uma só palavra: atrasadas. Apesar do rápido desenvolvimento industrial das bacias do Donetz e de Krivoi-Rog, a Ucrânia, na totalidade, continuava a marchar a reboque da Grande Rússia, o proletariado ucraniano era menos homogêneo e pouco experimentado, o Partido Bolchevique permanecia, tanto em qualidade quanto em quantidade, fraco, desligando-se, lentamente, dos mencheviques, discernindo mal as coisas da política, sobretudo no âmbito nacional. Mesmo na Ucrânia Oriental, industrial, a conferência regional dos soviets, realizada em meados de outubro, deu pequena maioria aos conciliadores!

A burguesia ucraniana era, ainda, relativamente mais fraca. Uma das causas da instabilidade social da burguesia russa, tomada em conjunto, residia, como devemos lembrar, no fato de que sua parte mais poderosa compunha-se de estrangeiros que nem sequer residiam na Rússia. Na periferia esse fato complicava-se com outro que não era de menor importância: a burguesia do país, no interior, pertencia a uma nação diferente daquela a que pertencia a massa principal do povo.

A população das cidades da periferia distinguia-se, integralmente, da população das aldeias pela sua composição nacional. Na Ucrânia, e também na Bielo-Rússia, o proprietário de terras, o capitalista, o jornalista

e o advogado são grão-russos, poloneses, judeus, estrangeiros: ora, a população dos campos é absolutamente constituída de ucranianos e de russo-brancos. Nas províncias bálticas, as cidades eram centros de burguesia alemã, russa e judaica; os campos eram habitados, inteiramente, por letões e estonianos. Nas cidades da Geórgia predominavam as populações russa e armênia, assim como no Azerbaijão turco. Separados da massa essencial do povo, não apenas pelo nível de existência e dos costumes como também pela língua, exatamente como os ingleses na Índia; diante da defesa dos seus domínios e de seus bens presos ao aparelho burocrático; ligados, inseparavelmente, com as classes dominantes de todo o país, os proprietários nobres, os industriais e os comerciantes da periferia agrupavam, em torno de si, um estreito círculo de funcionários, empregados, mestre-escolas, médicos, advogados, jornalistas, parcialmente de operários, todos russos, transformando as cidades em centros de russificação e de colonização.

A aldeia podia passar despercebida enquanto se calasse. Entretanto, quando começou a elevar a voz, com crescente impaciência, a cidade teimou em resistir, defendendo a situação privilegiada em que se encontrava. O funcionário, o mercador, o advogado, aprenderam, rapidamente, a disfarçar a luta alegando a necessidade da conservação das alturas estratégicas na economia e na cultura, e sob a altaneira condenação do “chauvinismo” despertado. O esforço da nação dominante para manter o *status quo* é, frequentemente, colorido de supranacionalismo, assim como o esforço de um país vencedor, desejando conservar aquilo que pilhou, assume a forma de pacifismo. É dessa maneira que McDonald sente-se internacionalista, perante Gandhi. É dessa maneira que o avanço dos austríacos, em direção da Alemanha, apresenta-se a Poincaré como um insulto ao pacifismo francês.

O povo que vive nas cidades da Ucrânia – escrevia, em maio, a delegação da Rada de Kiev ao Governo Provisório – vê diante de si, as ruas russificadas das cidades... Esquecem, totalmente, que essas cidades nada mais são do que ilhotas no mar de todo o povo ucraniano. Quando Rosa Luxemburgo, em polêmica póstuma sobre o programa da Revolução de Outubro, afirmava que o nacionalismo ucraniano anteriormente fora apenas uma “distração” para uma dúzia de intelectuais pequeno-burgueses, inchara, artificialmente, com o fermento da fórmula bolchevista do direito das nações disporem de si mesmas, ela caiu, se bem que tivesse o espírito

lúcido, em um erro histórico muito grave: o campesinato da Ucrânia não formulou, no passado, reivindicações nacionais pela simples razão de que, em geral, ele não conseguiu elevar-se até a política. O principal mérito da insurreição de Fevereiro, ou melhor, o único, não suficiente, consistiu, precisamente, no fato de dar às classes e às nações mais oprimidas da Rússia a possibilidade de falar bem alto. O despertar político do campesinato não poderia dar-se de outra forma senão com o retorno à língua natal, e com todas as consequências que disso decorriam, com relação à escola, aos tribunais, às administrações autônomas. Opor-se a isso seria tentar reconduzir o campesinato ao nada.

A heterogeneidade nacional entre a cidade e a aldeia fazia-se sentir, também, dolorosamente, nos soviets, na qualidade de organização, sobretudo urbana. Sob a direção dos partidos conciliadores, os soviets afetavam, constantemente, ignorar os interesses nacionais da população autóctone. E nisto residia uma das causas da fraqueza dos soviets na Ucrânia. Os soviets de Riga e do Reval esqueciam os interesses dos letões e dos estonianos. O soviete conciliador de Baku negligenciava os interesses de uma população principalmente turcomana. Sob uma falsa divisa de internacionalismo, os soviets travavam, frequentemente, luta contra a defesa nacionalista ucraniana ou muçulmana, camuflando a russificação opressiva exercida pelas cidades. Muito tempo há de passar ainda, mesmo sob domínio dos bolcheviques, até que os soviets da periferia aprendam a falar a língua da aldeia.

Aos alógenos siberianos, esmagados pelas condições naturais e pela exploração, o estado primitivo deles, econômico e cultural, não permitia que se elevassem ao nível onde principiam as reivindicações nacionais. A vodca, o fisco e a ortodoxia forçada, eram, há séculos, as alavancas principais do poder de Estado. A enfermidade que os italianos chamavam de “doença francesa”, e que os franceses chamavam “mal napolitano”, recebia entre os povos siberianos o nome de “mal russo”: indicação segura das fontes de onde provinham as sementes da civilização. A Revolução de Fevereiro não conseguiu chegar até lá. Será preciso esperar muito tempo, antes que a aurora desponte para os caçadores e para os condutores de renas da imensidão polar.

As populações e os povoados do Volga, do Cáucaso setentrional, da Ásia Central, despertadas da existência pré-histórica que levavam,

e pela primeira vez, graças à insurreição de Fevereiro, não conheciam, ainda, nem a burguesia nacional, nem proletariado. Acima da massa camponesa ou pastoral destacava-se, das camadas superiores, uma tênue película de intelectuais. Antes de elevar-se até qualquer programa de administração nacional autônoma, travavam luta em torno de questões de um alfabeto particular de qualquer professor que fosse deles – e, às vezes mesmo... de um padre do próprio meio. Estes seres, dentre os mais oprimidos, deviam constatar, pela amarga experiência própria que os patrões instruídos do Estado não lhes permitiam, de bom grado, elevar-se. Atrasados entre os mais atrasados viam-se forçados a procurar alianças na mais revolucionária das classes. Era assim, por intermédio dos elementos de esquerda dos jovens grupos de intelectuais, que os *votiaks*, os *tchuvacos*, os *zirianos*, as tribos do Daguestão e do Turquestão começavam a abrir caminho na direção dos bolcheviques.

O destino das possessões coloniais, principalmente na Ásia Central, modificou-se com a evolução econômica do centro que, após a pilhagem direta e declarada, principalmente a pilhagem comercial, chegava, finalmente, a métodos menos disfarçados, transformando os camponeses asiáticos em fornecedores de matérias-primas industriais, principalmente de algodão. A exploração, hierarquicamente organizada, ao combinar a barbárie do capitalismo com a dos costumes patriarcais, conseguia manter, com êxito, os povos da Ásia num estado de extremo aviltamento nacional. O regime de Fevereiro deixara ali tudo como estava dantes, no antigo estado.

As melhores terras, que, sob o regime *tzarista*, foram conquistadas aos *bashkirs*, aos *buriatas*, aos *kirguizes*, e a outros nômades, continuavam em mãos dos proprietários nobres e dos camponeses russos enriquecidos, espalhados pelos oásis de colonização no meio da população indígena. O despertar do espírito de independência nacional significava, antes de mais nada, a luta contra os colonizadores que tinham criado um fracionamento artificial, e que tinham condenado os nômades à fome e ao definhamento. Por outro lado, os intrusos defendiam, encarniçadamente, a unidade da Rússia, isto é, a imunidade das pilhagens, contra o “separatismo” dos asiáticos. O ódio dos colonos para com o movimento dos indígenas assumia caracteres zoológicos. Na *Transbaikaria* preparavam e, ativamente, *pogroms* dos *buriatas*, sob direção dos socialistas revolucionários de

março, representados pelos escrivães da justiça cantonal, e por suboficiais regressados do *front*.

O esforço por conservar, o maior tempo possível, a velha ordem estabelecida, todos os exploradores e todos os fautores de violências nas regiões colonizadas passavam, daquele momento em diante, a apelar para os direitos soberanos da Assembleia Constituinte: essa fraseologia era-lhes fornecida pelo Governo Provisório, que nelas encontrava seu mais forte apoio. Por outro lado, nas altas camadas privilegiadas dos povos oprimidos, invocava-se, com frequência cada vez maior, o nome da Assembleia Constituinte. Os próprios ministros da região muçulmana, que levantaram o estandarte verde do Alcorão sobre as populações das montanhas e as hordas despertadas no Cáucaso setentrional, em todos os casos em que a pressão vinda de baixo punha-os em situação difícil, insistiam na necessidade de se protelar “até à Assembleia Constituinte”. Esta acabou sendo a palavra de ordem dos conservadores, da reação, dos interesses e privilégios cúpidos em todos os pontos do país. O apelo à Assembleia Constituinte significava: protelar e temporizar. A temporização significava concentrar forças e abafar a Revolução.

A direção, entretanto, caíra em mãos de autoridades religiosas, ou da nobreza feudal, somente nos primeiros tempos e apenas nos povos atrasados, quase que exclusivamente nos povos muçulmanos. De modo geral, o movimento nacional nos campos tinha à frente, naturalmente, os mestres-escolas, os escrivães da justiça cantonal, os pequenos funcionários e oficiais e, parcialmente, os comerciantes. Ao lado da *intelligentsia* russa, ou russificada, entre elementos os mais vigorosos e os mais endinheirados, nas cidades da periferia chegou a constituir-se outra camada mais jovem, estreitamente ligada à aldeia por suas origens, que não conseguira acesso à mesa do capital, e que tomara para si, naturalmente, o encargo da representação política dos interesses nacionais e, em parte, dos sociais, das massas profundas do campesinato.

Opondo-se, hostilmente, aos conciliadores russos no que dizia respeito às reivindicações nacionais, os conciliadores da periferia pertenciam ao mesmo tipo peculiar, e, muitas vezes, adotavam as mesmas denominações. Os socialistas revolucionários e os socialdemocratas da Ucrânia, os mencheviques da Geórgia e da Letônia, os “trabalhistas” da Lituânia,

esforçavam-se, tanto quanto os seus homônimos grão-russos, por manter a Revolução dentro dos quadros do regime burguês. Mas a extrema fraqueza da burguesia indígena obrigava, ali, os mencheviques e os socialistas revolucionários a recusarem a coligação e a se apoderarem do poder de Estado. Forçados, no domínio da questão agrária, a ultrapassar o poder central, os conciliadores da periferia ganhavam muito por se mostrarem adversários do Governo Provisório de coligação, aos olhos do exército e do país. Tudo isto bastava, se não para engendrar destinos diferentes entre os conciliadores grão-russos e os da periferia, pelo menos para determinar a diferença dos seus ritmos de acesso e de declínio.

A socialdemocracia da Geórgia, não somente arrastava, após ela, o campesinato indigente da pequena Geórgia, como também pretendia, e não sem algum sucesso, dirigir o movimento da “democracia revolucionária” em toda a Rússia. Nos primeiros meses da Revolução, as cúpulas da *intelligentsia* georgiana consideravam a Geórgia, não como uma pátria nacional, porém como uma Gironde, uma abençoada província do sul, chamada a fornecer chefes ao país inteiro. Na Conferência de Estado de Moscou, um dos mencheviques georgianos mais em evidência, Chenkeli, gabou-se dizendo que os georgianos, mesmo quando sob o regime czarista, tanto na prosperidade como nos períodos de adversidade, tinham proclamado: “a única pátria é a Rússia”. “Que dizer da nação georgiana?” – perguntava o mesmo Chenkeli, um mês depois, na conferência democrática – “ela está inteiramente a serviço da grande Revolução russa.” E, efetivamente: tanto os conciliadores georgianos, como os judeus, estavam sempre “a serviço” da burocracia grã-russa quando se tratava de moderar, ou de entrar, as reivindicações nacionais das diferentes regiões.

E isso continuou, mas apenas por todo o tempo que os socialdemocratas georgianos conservaram a esperança de manter a Revolução dentro dos quadros da democracia burguesa. À medida que aparecia o perigo da vitória das massas dirigidas pelo bolchevismo, a socialdemocracia georgiana afrouxava as suas ligações com os conciliadores russos, apegando-se, mais estreitamente, aos elementos reacionários da própria Geórgia. No momento da vitória soviética, os georgianos partidários da Rússia una e indivisível transformam-se em oráculos do separatismo e mostraram às outras populações da Transcaucásia as presas amarelas do chauvinismo.

A inevitável camuflagem nacional dos antagonismos sociais, via de regra, aliás, menos desenvolvidos na periferia, é bastante para explicar por que razão a Revolução de Outubro devia, na maioria das nações oprimidas, encontrar maior resistência do que na Rússia central. Mas, em compensação, a luta nacional, por si mesma, abalava cruelmente o regime de Fevereiro, criando para a Revolução, no centro, uma periferia política suficientemente favorável.

Nos casos em que coincidiam com as contradições de classe, os antagonistas nacionais adquiriam acuidade particular. A luta secular entre o campesinato letão e os barões alemães levou, no início da guerra, muitos milhares de trabalhadores letões a alistar-se, voluntariamente, no exército. Os regimentos de caçadores, compostos de diaristas e de camponeses letões, eram considerados entre os melhores do *front*. Entretanto, em maio, já se manifestavam pelo poder aos soviets. O nacionalismo revelou-se como não passando do invólucro de um bolchevismo pouco amadurecido. *Processus* análogo teve lugar também na Estônia.

Na Bielo-Rússia, onde viviam proprietários poloneses ou polonizados, uma população judia, nas cidades e nos lugarejos, assim como um funcionalismo russo – o campesinato dupla e triplamente oprimido, sob a influência das proximidades do *front*, orientou, mesmo antes de outubro, sua revolta nacional e social para a corrente do bolchevismo. E, nas eleições para a Assembleia Constituinte, a esmagadora massa dos camponeses da Bielo-Rússia votara nos bolcheviques.

Todos esses processos nos quais a dignidade nacional despertada se combinava com a indignação social, ora retendo-a, ora empurrando-a para frente, encontravam a mais viva expressão aguda no exército, onde havia uma febre para a criação de regimentos. Estes eram ou promovidos, ou tolerados e mesmo protegidos pelo governo. Mas em geral se voltavam com hostilidade cada dia maior contra Petrogrado.

Lenine tateava, com firmeza, o pulso “nacional” da Revolução. Em seu famoso artigo “*A crise está amadurecida*”, em fins de setembro, ele advertira, com insistência, que a cúria nacional da conferência democrática “devido ao radicalismo, colocava-se em segundo lugar, cedendo-o apenas aos sindicatos e elevando-se acima da cúria dos soviets pela percentagem de votos dados contra a coligação (40 sobre 55)”. Isto signifi-

cava que, da burguesia grã-russa, as nações oprimidas nada mais de bom esperavam. Tornavam elas seus direitos efetivos da maneira como queriam, pelas citações das leis aos pedaços, segundo os métodos das interpretações revolucionárias. Em outubro, no Congresso dos Buriatas, no longínquo Verkhnudinsk, um relator testemunhava: na situação dos alógenos “a Revolução de Fevereiro nada trouxe de novo”. Tal balanço forçava-os, senão a se colocarem ao lado dos bolcheviques, pelo menos a manter, em relação a eles, uma neutralidade amistosa.

O congresso das tropas pan-ucranianas, que já funcionava durante a insurreição de Petrogrado, decidiu combater a reivindicação de entrega do poder aos soviets na Ucrânia, porém, concomitantemente, recusou-se a considerar a insurreição dos bolcheviques grão-russos “como ação antidemocrática” e prometeu empregar todos os meios para que não fossem enviadas tropas a fim de esmagar a insurreição. Essa ambiguidade que caracteriza, do melhor modo possível, a fase pequeno-burguesa da luta nacional, facilitava a Revolução do proletariado, decidida a acabar, de uma vez, com todos os equívocos.

Por outro lado, os círculos burgueses da periferia, sempre e invariavelmente voltados para o poder central, lançavam-se agora num separatismo sob o qual, em muitos casos, não havia sequer uma sombra de base nacional. Ainda na véspera, a burguesia ultrapatriótica das províncias bálticas, acompanhando os barões alemães que representavam o melhor apoio dos Romanovs, colocava-se, em sua luta contra a Rússia bolchevique e as massas dos seus próprios países, sob a bandeira do separatismo. Nesse rumo produziram-se fenômenos ainda mais bizarros. A 20 de outubro surgiu uma nova forma governamental, denominada “União Sudeste das tropas cossacas, dos montanheses do Cáucaso e dos povos livres das estepes”. Os altos dirigentes dos cossacos do Don, do Kubam, do Ter e de Astracã, os mais poderosos sustentáculos do centralismo imperial, transformaram-se, em alguns meses, nos partidários mais apaixonados da federação e, nesse terreno, amalgamaram-se com os chefes muçulmanos, com os montanheses e os homens das estepes. As estacadas do regime federativo deviam servir de barreira contra o perigo bolchevista que descia do norte. Portanto, antes mesmo de criar as principais praças de armas da guerra civil contra

os bolcheviques, o separatismo contrarrevolucionário visava, diretamente, a coligação dirigente, desmoralizando-a e enfraquecendo-a.

Dessa forma, o problema nacional, depois de outros, mostrava ao Governo Provisório uma cabeça de Medusa cuja cabeleira, esperanças de março e de abril, seria, doravante, feita com as serpentes do ódio e da revolta.

(Nota complementar ao problema das nacionalidades)

O Partido Bolchevique esteve longe de ocupar, imediatamente depois da insurreição, uma posição quanto à questão nacional que, finalmente, lhe assegurou a vitória. Isto diz respeito não somente à periferia, com suas organizações do partido, fracas e inexperientes, mas também ao centro de Petrogrado. Durante os anos de guerra o partido enfraquecera-se tanto, o nível político e teórico dos quadros descera de tal forma, que a direção oficial assumiu também, perante a questão nacional, até a chegada de Lenine, uma posição muito confusa e hesitante.

A bem dizer, conforme a tradição, os bolcheviques continuaram a defender o direito de as nações disporem de si mesmas. Essa fórmula, todavia, também era admitida, em palavras, pelos mencheviques: o texto do programa ainda permanecia comum. Entretanto, a questão do poder tinha uma importância decisiva, uma vez que os dirigentes temporários do partido se revelavam absolutamente incapazes de compreender o irreduzível antagonismo entre as palavras de ordem bolcheviques, quer na questão nacional, quer na questão agrária de um lado e, de outro, a manutenção do regime burguês imperialista, mesmo camuflado sob formas democráticas.

A posição democrática encontrou sua expressão mais vulgar sob a pena de Stalin. A 25 de março, em um artigo a respeito do decreto governamental que abolia as restrições dos direitos nacionais, Stalin tenta colocar a questão nacional em toda sua amplitude histórica. “A base social da opressão nacional”, escreve ele, “a força que a inspira, é a aristocracia latifundiária em declínio.” Quanto ao importante fato de que a opressão nacional tomou um incremento inaudito na época do capitalismo e encontrou sua mais bárbara expressão na política colonial, o autor não parece sequer suspeitar. “Na Inglaterra”, continua ele, “onde a aristocracia fundiária divide o poder com a burguesia, onde, de há muito, não existe uma dominação ilimitada daquela aristocracia, a

opressão nacional é mais suave, menos desumana, se, bem entendido, tomar-se em consideração (?) a circunstância de que, no decurso da guerra, quando o poder passou para as mãos dos nobres rurais (!) a opressão nacional foi consideravelmente reforçada (perseguição contra os irlandeses, os indianos)”. E é assim que são inculcados da opressão dos irlandeses e dos indianos nobres rurais que, evidentemente, na pessoa de Lloyd George, se apoderaram do poder, graças à guerra. “... Na Suíça, na América do Norte”, continua Stalin, “onde não existem e nunca existiram nobres rurais (?), onde o poder pertence indivisivelmente à burguesia, as nacionalidades desenvolvem-se livremente e não há, em geral, lugar para a opressão nacional...” O autor esquece inteiramente, a questão dos negros e a questão colonial nos Estados Unidos.

Dessa análise desesperadamente provinciana, que consiste apenas em estabelecer um vago contraste entre o feudalismo e a democracia, decorrem conclusões políticas puramente liberais. “Fazer desaparecer da cena política a aristocracia feudal, arrancar-lhe o poder – isso significa, precisamente, liquidar a opressão nacional, criar as condições de fato para a liberdade nacional. “Na medida em que a Revolução Russa venceu”, escreve Stalin, “ela já criou suas condições de fato.” Temos aqui, parece, uma apologia da “democracia” imperialista melhor baseada sobre um princípio, do que tudo quanto foi escrito, sobre esse tema, na mesma época, pelos mencheviques. Assim como na política exterior, Stalin, seguindo Kamenev, esperava, pela divisão do trabalho com o Governo Provisório, chegar a uma paz democrática, também, na política interior, ele encontrava na democracia do príncipe Lvov “as condições de fato” da liberdade nacional.

Na realidade, a queda da monarquia revelava, pela primeira vez de modo completo, que não apenas os proprietários reacionários, mas também toda a burguesia liberal e, por detrás dela, toda democracia pequeno-burguesa, com alguns líderes patriotas da classe operária, mostravam-se adversários irreductíveis da igualdade dos direitos nacionais, isto é, da supressão dos privilégios da nação dominante: todo o programa deles reduzia-se a uma atenuação, a um polimento cultural e a uma camuflagem democrática da dominação grã-russa.

Na conferência de abril, defendendo a resolução de Lenine sobre a questão nacional, Stalin parte já, formalmente, desse ponto: “a opressão nacional, é o sistema... são as medidas... que são aplicadas pelos círculos imperialistas”, mas recai, imediata e inevitavelmente, na mesma posição de março.

“Quanto mais democrático é o país, tanto mais fraca é a opressão nacional e inversamente”, tal é o conceito abstrato do relator, conceito bem dele e não tomado de empréstimo a Lenine. O fato de que a Inglaterra democrática oprime a Índia feudal, com as suas castas, continua a escapar ao campo visual limitado de Stalin. Diferentemente da Rússia, onde dominava “uma velha aristocracia fundiária”, continua Stalin, “na Inglaterra e na Áustria-Hungria, a opressão nacional jamais assumiu as formas de um pogrom”. Como se na Inglaterra jamais tivesse existido uma aristocracia fundiária, ou então como se na Hungria tal aristocracia não continuasse a dominar ainda naqueles dias! O caráter do desenvolvimento histórico, combinando a “democracia” com o asfixiamento das nações fracas, permanecia para Stalin um livro fechado a sete chaves.

Que a Rússia se tenha constituído como um Estado de nacionalidades é o resultado de seu atraso histórico. Mas o atraso é um conceito complexo, inevitavelmente, contraditório. Um país atrasado não caminha, absolutamente, nas pegadas de um país adiantado, guardando sempre a mesma distância. Na época da economia mundial, as nações retardatárias, inserindo-se, sob a pressão das nações adiantadas, na cadeia geral do desenvolvimento, pulam por sobre certo número de degraus intermediários. E ainda mais, a ausência de formas sociais e de tradições estabilizadas faz com que um país atrasado – pelo menos dentro de certos limites – seja extremamente acessível à última palavra da técnica mundial e do pensamento mundial. Mas o atraso não deixa de ser um atraso. O desenvolvimento, no conjunto, assume um caráter contraditório e combinado. Aquilo que caracteriza a estrutura social de uma nação retardatária é a predominância dos polos históricos extremos, de camponeses atrasados e de proletários adiantados, sobre as formações médias, sobre a burguesia. As tarefas de uma classe recaem sobre os ombros de outra. Desarraigar as sobrevivências medievais torna-se também, no domínio nacional, em uma tarefa do proletariado.

Nada caracteriza mais fortemente o atraso histórico da Rússia, se a considerarmos como um país europeu, do que o seguinte: no século XX, ela teve que liquidar o arrendamento obrigatório e as zonas residenciais dos judeus, isto é, a barbárie da servidão e do gueto. Mas, para resolver essas tarefas, a Rússia, precisamente devido a seu desenvolvimento atrasado, possuía novas classes, novos partidos e programas modernos no mais alto grau. Para acabar com as ideias e os métodos de Rasputin, a Rússia teve necessidade das ideias e dos métodos de Marx.

A prática política permanecia, é verdade, muito mais primitiva do que a teoria, porquanto as coisas se modificam com mais dificuldade do que as ideias. A teoria, entretanto, lá estava para levar até às últimas deduções as necessidades da prática. A fim de obter a emancipação e a elevação cultural, as nacionalidades oprimidas viam-se obrigadas a ligar a sorte delas à da classe operária. E para isso era-lhes indispensável libertar-se da direção dos partidos burgueses e pequeno-burgueses, quer dizer, a necessidade de precipitar a marcha da evolução histórica.

A subordinação dos movimentos nacionais ao processo essencial da Revolução e à luta do proletariado pelo poder realiza-se não de um só golpe, mas por etapas diversas e de maneiras diferentes segundo as regiões do país. Os operários, os camponeses e os soldados ucranianos, russos brancos ou tártaros, hostis a Kerensky, à guerra e à russificação, tornavam-se por isso mesmo, apesar da direção de conciliadores, nos aliados da insurreição proletária. Depois de terem, objetivamente, sustentado os bolcheviques, viram-se forçados, na fase seguinte, a se embrenharem, subjetivamente, no caminho do bolchevismo. Na Finlândia, na Letônia, na Estônia, mais fracamente na Ucrânia, a dissociação do movimento nacional assume, já em outubro, uma tal acuidade que somente a intervenção das tropas estrangeiras pôde impedir o sucesso da insurreição proletária. No Oriente asiático, onde o despertar nacional realizava-se sob formas mais primitivas, ele só deveria, gradualmente e com atraso considerável, cair sob a direção do proletariado, depois que este conquistasse o poder. Se considerarmos, em seu conjunto, o complexo e contraditório processo, a dedução é evidente: a caudal nacional, assim como a caudal agrária, lançavam-se no leito da Revolução de Outubro.

A passagem inelutável e irresistível das massas, partindo dos mais elementares problemas da emancipação política, agrária e nacional, para a dominação do proletariado, procedia não de uma agitação “demagógica”, não de esquemas preconcebidos, não da teoria da Revolução permanente, como acreditavam os liberais e os conciliadores, mas da estrutura social da Rússia e das circunstâncias da situação mundial. A teoria da Revolução permanente apenas formulava o processo combinado do desenvolvimento.

E não se trata aqui apenas da Rússia. A subordinação das revoluções nacionais atrasadas à Revolução do proletariado tem seu determinismo no plano mundial. Enquanto que no século XIX a tarefa essencial das guerras e das

revoluções consistia ainda em assegurar às forças produtoras um mercado nacional, a tarefa de nosso século consiste em libertar as forças produtoras das fronteiras nacionais que, para elas, se transformaram em obstáculos. Num amplo sentido histórico, as revoluções nacionais do Oriente não são outra coisa senão os degraus da Revolução mundial do proletariado, assim como os movimentos nacionais da Rússia transformaram-se em degraus para a ditadura soviética.

Lenine apreciara, com notável profundidade, a força revolucionária inerente à sorte das nacionalidades oprimidas, tanto na Rússia czarista como no mundo inteiro. A seus olhos apenas merecia desprezo o “pacifismo” hipócrita que “condena” igualmente a guerra do Japão contra a China para dominar esta última, e a guerra da China contra o Japão a fim de conseguir emancipar-se. Para Lenine, uma guerra de emancipação, oposta a uma guerra de opressão imperialista, era, apenas, uma outra forma de Revolução nacional que, por sua vez, inseria-se como um elo indispensável na luta emancipadora da classe operária no mundo inteiro.

Desse conceito sobre as revoluções e as guerras nacionais não decorre, em todo caso, absolutamente, o reconhecimento de qualquer missão revolucionária da burguesia das nações coloniais e semicoloniais. Ao contrário, precisamente, a burguesia dos países atrasados, desde os primeiros dentes de leite, desenvolve-se como uma agência do capital estrangeiro e, se bem que sinta em relação ao último uma invejosa hostilidade, encontra-se e encontra-se-á sempre, em todos os casos decisivos, a ele unida num mesmo campo. O sistema chinês de “compradores” é a forma clássica da burguesia colonial, assim como o Kuomintang é o partido clássico dos compradores. As cúpulas da pequena burguesia, e nesse número os intelectuais, podem tomar parte ativa, muitas vezes ruidosa, na luta nacional, mas não são absolutamente capazes de desempenhar um papel independente. Somente a classe operária, assumindo a direção de uma nação, pode levar até ao fim, uma Revolução nacional ou agrária.

O erro fatal dos epígonos, e, sobretudo, de Stalin, consiste no fato de que da doutrina de Lenine sobre a significação histórica progressista da luta das nações oprimidas, eles concluíram a missão revolucionária da burguesia dos países coloniais. A incompreensão do caráter permanente da Revolução na época imperialista; a esquematização pedantesca do desenvolvimento; a desarticulação do vivo processo combinado em frases mortas separadas, inevitavelmente, uma da outra no tempo, tudo isso levou Stalin a uma idealização vulgar da

democracia, ou melhor, da “ditadura democrática” que, na realidade, tanto pode ser uma ditadura imperialista, como uma ditadura do proletariado. De degrau em degrau, o grupo de Stalin chegou, segundo esse caminho, a romper completamente com a posição de Lenine na questão nacional e a fazer uma política catastrófica na China.

Em agosto de 1927, na luta contra a oposição (Trotsky, Rakovsky e outros), Stalin dizia no plenum do Comitê Central dos bolcheviques: “A Revolução nos países imperialistas é uma coisa: ali a burguesia... é contrarrevolucionária em todas as fases da Revolução... A Revolução nos países coloniais e oprimidos é outra coisa... Neles a burguesia nacional, em determinada fase e por algum tempo, pode manter o movimento revolucionário do país contra o imperialismo.” Com reticências e atenuações que caracterizam somente a falta de confiança em si mesmo, Stalin transporta aqui, para a burguesia colonial, os mesmos traços que ele atribuía em março à burguesia russa. Conformando-se com seu caráter profundamente orgânico, o oportunismo stalinista, como se estivesse sob a ação das leis da gravidade, abre caminho por canais diversos. A escolha dos argumentos teóricos é, nesse caso, puramente fortuita.

O julgamento de março concernente ao Governo Provisório transferido para o governo “nacional” da China conduziu a uma colaboração de Stalin, durante três anos com o Kuomintang, o que constitui um dos fatos mais assombrosos da história moderna: na qualidade de fiel escudeiro, o bolchevismo dos epígonos acompanhou a burguesia chinesa até 11 de abril de 1927, isto é, até a repressão sangrenta por ela exercida contra o proletariado de Xangai. “O erro essencial da oposição”, dizia Stalin, para justificar a fraternidade de armas dele com Chiang Kai-chek, “consiste no fato de que ela identifica a Revolução de 1905 na Rússia, país imperialista, que oprimiu outros povos, com a Revolução na China, num país oprimido...” É surpreendente que o próprio Stalin não tenha tido a ideia de interpretar a Revolução na Rússia, não do ponto de vista de uma nação que “oprimiu outros povos”, mas do ponto de vista da experiência “dos outros povos” dessa mesma Rússia que suportaram uma opressão não menor do que a imposta aos chineses.

No imenso campo de experiências que a Rússia representou no decurso de três revoluções, podemos encontrar todas as variantes da luta das nacionalidades e das classes, menos uma: não se viu que a burguesia de uma nação oprimida desempenhar um papel emancipador relativamente ao seu pró-

prio povo. Em todas as etapas do seu desenvolvimento, a burguesia da periferia, quaisquer que fossem as cores com que se enfeitava, dependia invariavelmente dos bancos centrais, dos trustes, das firmas comerciais, sendo em suma a agência do capital de toda a Rússia, submetendo-se a suas tendências russificadoras e submetendo a essas tendências até mesmo as amplas esferas da intelligentsia liberal e democrática. Quanto mais a burguesia da periferia se mostrasse “amadurecida”, tanto mais achar-se-ia estreitamente ligada ao aparelho geral do Estado. Tomada em seu conjunto, a burguesia das nações oprimidas desempenhava, perante a burguesia dirigente, o mesmo papel de compradores que a última desempenhava em relação ao capital financeiro mundial. A complexa hierarquia das dependências e dos antagonismos nem por um só dia conseguia afrouxar a solidariedade fundamental na luta contra as massas insurrectas.

No período da contrarrevolução (de 1907 a 1917), ocasião em que a direção do movimento nacional concentrava-se nas mãos da burguesia alógena, esta última, ainda mais claramente do que os liberais russos, procurava entender-se com a monarquia. Os burgueses poloneses, bálticos, tártaros, ucranianos e judeus eram rivais na competição do patriotismo imperialista. Após a insurreição de fevereiro, esconderam-se por detrás dos cadetes, ou então, seguindo o exemplo dos cadetes, abrigaram-se por detrás dos conciliadores nacionais. No caminho do separatismo, a burguesia das nações da periferia empenhava-se, lá pelo outono de 1917, não em luta contra a opressão nacional, mas em luta contra a Revolução proletária que se aproximava. Em uma palavra, a burguesia das nações oprimidas mostrou que nutria contra a Revolução a mesma hostilidade manifestada pela burguesia grã-russa.

A formidável lição histórica de três revoluções não deixou, todavia, rasto para inúmeros atores dos acontecimentos – e principalmente para Stalin. A concepção conciliadora, isto é, pequena-burguesia, das relações recíprocas entre as classes no interior dos países coloniais, concepção que destruiu a Revolução chinesa de 1925-1927, foi inserida, pelos epígonos, no programa da internacional comunista, transformando-o, no que se refere a essa parte, em verdadeira armadilha para os povos orientais oprimidos.

Para compreender o verdadeiro caráter da política nacional de Lenine, o melhor meio é – segundo o método dos contrastes – confrontá-la com a política da social-democracia austríaca. Ao passo que o bolchevismo se orientava, há dezenas de anos, no sentido de uma explosão das revoluções nacionais,

educando, para tal fim, os operários mais evoluídos, a social-democracia austríaca acomodava-se docilmente à política das classes dominantes, falava como advogada da coabitação forçada de dez nações dentro do âmbito da monarquia austro-húngara e, concomitantemente, mostrando-se absolutamente incapaz de realizar a unidade revolucionária dos operários de nacionalidades diferentes, encaixava-os em compartimentos separados dentro do partido, dentro dos sindicatos, em sentido vertical. Karl Renner, erudito funcionário dos Habsburgos, procurava infatigavelmente, no tinteiro do austro-marxismo, recursos para rejuvenescer o Estado dos Habsburgos, até o momento em que se encontrou na posição de teórico, viúvo, da monarquia austro-húngara. Quando os impérios da Europa central foram derrotados, a dinastia dos Habsburgos tentou ainda erguer, sob o seu cetro, a bandeira de uma federação de nações autônomas: o programa oficial da social-democracia austríaca, planejado para uma evolução pacífica dentro dos quadros da monarquia, tornou-se, passageiramente, em programa da própria monarquia, coberta do sangue e da lama de quatro anos de guerra.

O enferrujado arco de ferro que unia, em uma só peça, dez nações diferentes, rompeu-se em pedaços. A Áustria-Hungria desmoronava, pelo deslocamento das íntimas tendências centrífugas corroboradas pela cirurgia de Versalhes. Novos Estados se formavam e Estados antigos se refundiam. Os alemães da Áustria viram-se colocados à beira de um precipício. A questão fundamental, para eles, não era mais a de conservar a própria soberania sobre outras nações, porém, consistia em evitar o perigo de cair, eles mesmos, sob o guante de outro poder. Otto Bauer, representante da ala “esquerda” da social-democracia austríaca, achou que aquele era o momento favorável para que se pusesse em evidência a fórmula que concedia às nacionalidades o direito de disporem de si próprias. O programa que durante dezenas de anos precedentes deveria ter inspirado a luta do proletariado contra os Habsburgos e contra a burguesia dirigente, viu-se transformado em instrumento de defesa da própria nação que, ainda na véspera, era a senhora, e que naquela ocasião se encontrava ameaçada pelos povos eslavos emancipados. Assim como o programa reformista da social-democracia austríaca se transformou, por um momento, no graveto ao qual tentava agarrar-se a monarquia que se afogava – a embotada fórmula do austro-marxismo devia transformar-se na âncora de salvação da burguesia alemã.

A 3 de outubro de 1918, na época em que a questão já não dependia, absolutamente, deles, os deputados social-democratas do Reichsrat “reconhece-

ram”, generosamente, o direito à independência que assistia aos povos do antigo império. A 4 de outubro, o programa do direito de autodeterminação dos povos foi também adotado pelos partidos burgueses. Tendo assim ultrapassado de um dia os imperialistas austro-alemães, a social-democracia continuava, não obstante, a manter-se em expectativa: não se sabia a feição que as coisas tomariam, nem qual seria a opinião de Wilson. Somente a 13 de outubro, na ocasião em que a débâcle definitiva do exército da monarquia criou “a situação revolucionária para a qual – como pretendia Bauer – nosso programa nacional fora concebido”, foi que os austro-marxistas formularam, de maneira prática, a questão da autodeterminação dos povos: em verdade, eles já coisa algum tinham a perder. “Com o desmoronamento do seu poder sobre as outras nações – explica Bauer com toda a franqueza – a burguesia de nacionalidade alemã considerou como terminada a missão histórica em nome da qual ela tinha aceitado voluntariamente a separação da pátria alemã.” O novo programa foi divulgado, não porque fosse necessário aos oprimidos, mas porque deixara de oferecer perigo aos opressores. As classes possuidoras, comprimidas numa fenda histórica, viram-se constringidas a reconhecer de jure a Revolução nacional: o austro-marxismo achou oportuno legalizá-la teoricamente. É uma Revolução amadurecida, oportuna, historicamente preparada: e, aliás, já foi levada a termo! A alma da social-democracia temo-la diante de nós como se a tivéssemos na palma da mão!

Exatamente o contrário passava-se com a Revolução social, que de maneira alguma podia contar com o reconhecimento das classes possuidoras. Era preciso afastá-la, destroná-la, comprometê-la. Dado que o império se rompia, naturalmente, pelas costuras mais fracas, que eram as costuras nacionais, Otto Bauer tirou a seguinte dedução sobre o caráter da Revolução: “Não foi, de maneira alguma, uma Revolução social, foi uma Revolução nacional.” Realmente, o movimento, desde o início, tinha um conteúdo profundamente social-revolucionário. O caráter puramente nacional da Revolução é facilmente reconhecido pelo fato de as classes possuidoras da Áustria terem proposto, abertamente, à Entente, o aprisionamento de todo o exército. A burguesia alemã suplicava a um general italiano que fosse ocupar Viena com tropas dele!

Uma dissociação vulgarmente pedante da forma nacional e do conteúdo social de um processo revolucionário, considerados como duas pretensas fases históricas independentes – e aqui vemos o quanto Otto Bauer se aproxima de Stalin – possuía o mais alto grau de destinação utilitária: ela devia justificar a

colaboração da social-democracia com a burguesia, na luta contra os perigos de uma Revolução social.

Se admitirmos, de acordo com Marx, que a Revolução é a locomotiva da História, o austro-marxismo deve ocupar o lugar do freio. A social-democracia, já após o desmoronamento completo da monarquia, quando chamada a participar do poder, não se decidia a separar-se dos velhos ministros dos Habsburgos: a Revolução “nacional” limitava-se a consolidá-los adjudicando-lhes secretários de Estado. Foi somente após o 9 de novembro, quando a Revolução alemã derrubou os Hohenzollerns, que a social-democracia austríaca propôs ao Conselho de Estado (Staatsrat) proclamar a República, procurando apavorar os comparsas burgueses por meio de um movimento de massas por eles, também, bastante temido. “Os socialistas cristãos” – diz Otto Bauer com imprudente ironia – “que a 9 e 10 de novembro ainda lutavam pela monarquia, decidiram-se, a 11 de novembro, a cessar a resistência...” A social-democracia ultrapassou de dois dias inteiros o partido dos monarquistas Cem Negros! Todas as lendas heroicas da humanidade empalidecem diante desse voo revolucionário.

Contra sua própria vontade a social-democracia, desde o início da Revolução, encontrou-se, automaticamente, à frente da nação, como aconteceu aos mencheviques e aos socialistas revolucionários russos. Assim como os últimos ela tinha, sobretudo, medo de sua própria força. Esforçava-se ela por ocupar os menores cantinhos possíveis no governo de coligação. Otto Bauer o explica: “O fato de que os social-democratas reclamavam apenas uma bastante modesta participação no governo demonstrava, à primeira vista, o caráter puramente nacional da Revolução.” A questão do poder, para essa espécie de gente, se resolve não pela real relação das forças, não pela força do movimento revolucionário, não pela bancarrota das classes dominantes, não pela influência política do partido, mas pela etiqueta pedantesca de uma “Revolução puramente nacional”, colada nos acontecimentos por prudentes classificadores.

Esperou Karl Brenner, na qualidade de chefe da chancelaria de Conselho de Estado, que a tempestade passasse. Os demais líderes social-democratas transformaram-se em adjuntos dos ministros burgueses. Em outros termos, os social-democratas esconderam-se sob as mesas de trabalho. As massas, entretanto, não consentiam em se nutrir com a casca da noz nacional, cuja amêndoa social os austro-marxistas guardavam para a burguesia. Os operários e os soldados obrigaram os social-democratas a saírem de seus esconderijos. O insubstituível teórico

Otto Bauer explica: “Foram somente os acontecimentos dos dias subsequentes que, empurrando a Revolução nacional no sentido de uma Revolução social, aumentaram nossa influência no governo”. Traduzido em linguagem clara: sob a pressão das massas os social-democratas foram constrangidos a sair de sob as mesas.

Entretanto, não traindo por um só momento a vocação própria, tomaram eles o poder apenas para dirigir a guerra contra o romantismo e o espírito de aventura: sob esses termos figura, entre os sicofantas, a mesma Revolução social que aumentou “a influência deles no governo”. Se os austro-marxistas desempenharam, e não sem sucesso, em 1918 a missão histórica de anjos da guarda da Kreditanstalt de Viena contra o romantismo revolucionário do proletariado, foi apenas porque não encontraram impedimento do lado de um verdadeiro partido revolucionário.

Dois Estados formados de diversas nacionalidades, a Rússia e a Áustria-Hungria, marcaram, pelos recentes destinos próprios, a oposição do bolchevismo ao austro-marxismo. Durante mais ou menos quinze anos Lenine proclamou, em luta implacável contra as nuances do chauvinismo grão-russo, o direito que tinham todas as nações oprimidas a se destacarem do Império dos Tzares. Acusavam os bolcheviques de terem tendências ao desmembramento da Rússia. Ora, uma audaciosa definição revolucionária sobre a questão criou a inquebrantável confiança dos povos oprimidos, pequenos e atrasados, da Rússia czarista, em relação ao Partido Bolchevique. Dizia Lenine em abril de 1917: “Se os ucranianos virem que nós possuímos uma república de soviets por certo não se separarão; mas se tivermos uma república de Miliukov, eles se separarão”. Ainda nesse caso tinha ele razão. A história proporcionou uma verificação incomparável das duas políticas referentes à questão nacional. Enquanto que a Áustria-Hungria, cujo proletariado era educado dentro de um espírito de tergiversações covardes, caía em pedaços sob um abalo terrível, e cuja iniciativa de desmoronamento foi empreendida, principalmente, pelos elementos nacionais da social-democracia – sobre as ruínas da Rússia czarista criava-se um novo Estado formado de nacionalidades, econômicas e politicamente ligadas, de modo bastante estreito, pelo Partido Bolchevique.

Quaisquer que sejam os destinos ulteriores da União Soviética – e ela ainda está longe de alcançar o porto – a política nacional de Lenine entrará, para sempre, no sólido material da humanidade.

.....

Capítulo III

RETIRADA DO PRÉ-PARLAMENTO E LUTA PELO CONGRESSO DOS SOVIETES

CADA DIA DE GUERRA abalava o *front*, enfraquecia o governo e agradava a situação internacional do país. Em começos de outubro a frota alemã, marítima e aérea, realizou, ativamente, operações no golfo da Finlândia. Os marinheiros do Báltico combateram, corajosamente, esforçando-se por impedir o caminho de Petrogrado. Eles, porém, compreendiam mais aguda e intimamente do que os demais contingentes do *front*, a profunda contradição que existia na situação em que se encontravam, como vanguarda da Revolução e participantes forçados da guerra imperialista e, através dos rádios dos navios de guerra, lançavam um apelo ao auxílio revolucionário internacional, dirigido aos quatro cantos do horizonte. “Atacada pelas forças alemãs superiores, nossa frota parece em meio a uma luta desigual. Nem um navio, dos nossos se esquivará ao combate. A frota caluniada, estigmatizada, cumprirá com o seu dever... não sob as ordens de qualquer miserável Bonaparte russo, que reina graças à longa paciência da Revolução... não em nome de tratados de nossos dirigentes com os Aliados que passam as algemas nas mãos da liberdade russa. Não, mas em nome

da defesa das trincheiras do centro da Revolução, Petrogrado. Na hora em que as ondas do Báltico estão tintas do sangue de nossos irmãos, quando as águas se fecham sobre os cadáveres deles, elevamos as nossas vozes: ... “Oprimidos do mundo inteiro, levantai o estandarte da revolta!”

A respeito das batalhas e das vítimas não eram essas palavras simples frases. A esquadra perdera o navio *Slava* e batera em retirada após o combate. Os alemães apoderaram-se do arquipélago de Monsund. Nova página sombria fora aberta no livro de guerra. O governo decidiu aproveitar-se desse novo revés para mudar a capital: o antigo plano subia à tona como em qualquer ocorrência favorável. Os círculos dirigentes não tinham, absolutamente, simpatias por Moscou, mas detestavam Petrogrado. A reação monarquista, o liberalismo, a democracia, esforçavam-se, uns após outros, por degradar a capital, por constrangê-la a ajoelhar-se, por esmagá-la. Os mais extremados patriotas odiavam agora Petrogrado com uma aversão muito mais ardente do que a que sentiam por Berlim.

A questão da evacuação era examinada na ordem de extrema urgência. Determinam, no máximo, duas semanas para a transferência do governo e do Pré-Parlamento. Ficou também decidido evacuar, no menor prazo de tempo possível, as usinas que trabalhavam para a defesa nacional. O Comitê Executivo Central, na qualidade de “instituição privada” deve ele mesmo preocupar-se com seu destino.

Os cadetes, inspiradores da evacuação, compreendiam que a simples transferência do governo não resolvia a questão. Mas contavam eles destruir o ninho da infecção revolucionária pela fome, pelas vias da extinção, do esgotamento. O bloqueio interior de Petrogrado já estava em pleno funcionamento. Suspendiam-se as encomendas nas usinas, os fornecimentos de combustíveis foram reduzidos à quarta parte, o Ministério do Abastecimento impedia as remessas de gado para a capital e, nos canais Mariinsky, os carregamentos foram paralisados.

O belicoso Rodzianko, presidente da Duma de Estado, que o governo decidira, enfim, dissolver em começos de outubro, pronunciava-

* *A Manhã Russa* [N. da ed. fr.]

-se, com toda a franqueza, no jornal liberal moscovita *Utro Rossii** a respeito do perigo com que a guerra ameaçava a capital.

“Que o diabo o carregue, Petrogrado, eis o que penso... Teme-se que em Petrogrado as instituições centrais (isto é os sovietes e outras) sejam destruídas. A isso replico que ficarei muito contente se todas essas instituições morrerem, porquanto só trouxeram à Rússia muitos males.” É verdade que, com a tomada de Petrogrado, a frota do Báltico devia perecer. Mas não se deve fazer disso uma tristeza: “Existem lá navios absolutamente pervertidos.” Graças ao fato de o camareiro não ter o hábito de guardar a língua entre os dentes era o que o povo passava a conhecer os pensamentos mais íntimos da Rússia aristocrática e burguesa.

O encarregado dos negócios da Rússia em Londres comunicava que o estado-maior naval da Grã-Bretanha, apesar de toda a solicitação, não julgava possível aliviar a situação de sua aliada no mar Báltico. Os bolcheviques não eram os únicos a interpretar essa resposta no sentido de que os aliados, associando-se às esferas superiores dos patriotas da Rússia só esperavam vantagens para a causa comum da ofensiva alemã contra Petrogrado. Os operários e os soldados não duvidaram, sobretudo após as declarações de Rodzianko, de que o governo se preparava conscientemente, para entregá-los à férula de Ludendorff e de Hoffmann.

A 6 de outubro a seção dos soldados votou, com unanimidade até àquele dia desconhecida, a resolução de Trotsky: “Se o Governo Provisório é incapaz de defender Petrogrado, ele tem a obrigação de assinar a paz ou então de ceder lugar a outro governo.” Também os operários se pronunciavam de modo não menos intransigente. Consideravam Petrogrado como a cidadela deles, nela depositavam as esperanças revolucionárias, eles não queriam entregar Petrogrado. Apavorados pelos perigos da guerra, pela evacuação, pela indignação dos soldados e dos operários, pela superexcitação de todos os habitantes, os conciliadores, por seu lado, deram o sinal de alarme: não se pode abandonar Petrogrado aos caprichos do destino. Ao constatar que a tentativa de evacuação encontrava oposição de todos os lados, o governo começou a bater em retirada: ele estava pretensamente preocupado, não tanto com sua segurança pessoal quanto com a questão de escolher um lugar para a instalação da futura Assembleia Constituinte. Não foi, porém, possível manter-se nem mesmo nessa posição. Em menos de oito dias viu-se o go-

verno obrigado a declarar que não somente tinha a intenção de permanecer no Palácio de Inverno, mas também, como no passado, projetava convocar a Assembleia Constituinte no Palácio de Táuride. Tal declaração em nada alterava a situação política e militar. Demonstrava, porém, novamente, a força política de Petrogrado, que considerava como sua a missão terminar, de vez, com o governo de Kerensky e não permitia que ele saísse dos arredores. Unicamente os bolcheviques ousaram, posteriormente, transferir a capital para Moscou. E se desobrigaram sem qualquer dificuldade, porquanto, a tarefa era, efetivamente, estratégica: não existiam, para eles, motivos políticos que os obrigasse a fugir de Petrogrado.

A penitente declaração sobre a defesa da capital foi apresentada, pelo governo, segundo as exigências da maioria conciliadora da comissão do Conselho da República da Rússia, dito em outras palavras, do Pré-Parlamento. Essa extravagante instituição, enfim, aparecia. Plekhanov, que gostava de pilheriar e que nisso era mestre, denominou, desrespeitosamente, o Conselho impotente e efêmero da República de “pequena isbá construída sobre as patas de uma galinha”.*

Essa definição não pecava pela justeza, do ponto de vista político. É preciso apenas acrescentar que, na qualidade de pequena isbá, o Pré-Parlamento tinha muito boa aparência: reservaram-lhe o magnífico Palácio Mariinsky, que outrora servia de asilo ao Conselho de Estado. O contraste entre o luxuoso palácio e o Instituto Smolny, imundo e impregnado do cheiro dos soldados, impressionou Sukhanov: “Em meio a tantas maravilhas”, declara ele, “tinha-se desejo de repousar, de esquecer os trabalhos e a luta, a fome e a guerra, o descalabro e a anarquia, o país e a Revolução.” Restava, porém, muito pouco tempo para o repouso e o esquecimento.

Aquilo a que se chamou a maioria “democrática” do Pré-Parlamento compunha-se de 308 pessoas: 120 socialistas revolucionários, (dentre os quais 20 socialistas revolucionários de esquerda); 60 mencheviques de diversos matizes; 66 bolcheviques; além de cooperativistas, delegados do comitê executivo dos camponeses, etc. As classes possuidoras obtiveram 156

* Alusão a um conto de fadas russo. [Nota de Max Eastman.]

cadeiras das quais metade ocupadas pelos cadetes. Com os cooperativistas, os cossacos e os membros suficientemente conservadores do comitê executivo dos camponeses, a ala direita, em bom número de questões, aproximava-se da maioria. A distribuição de cadeiras na pequena isbá confortável, construída sobre as pernas de uma galinha, encontrava-se, assim, em contradição gritante e absoluta com todas as manifestações da vontade da cidade e da aldeia. Em compensação, contrariamente às incolores representações soviéticas e outras, o Palácio Mariinsky reunira, entre seus muros, “a fina flor da nação”. Dado que os membros do Pré-Parlamento não dependiam das vicissitudes de uma concorrência eleitoral, das influências locais e das preferências provinciais, cada grupo social e cada partido pôde enviar seus líderes mais em evidência. A composição do Pré-Parlamento, conforme o testemunho de Sukhanov, foi “excepcionalmente brilhante”. Quando o Pré-Parlamento se reuniu para realizar a primeira sessão, muitos cépticos, segundo Millukov, sentiram o coração desafogado: “Estará tudo bem se a Assembleia Constituinte não for pior do que isso”. “A fina flor da nação” mirava-se satisfeita nos espelhos do palácio, não notando, entretanto que era apenas uma flor estéril.

Abrindo, a 7 de outubro, o Conselho da República, Kerensky não deixou escapar a ocasião de lembrar que, se o governo retinha “integralmente o poder”, estava, entretanto, pronto a ouvir todas as “advertências realmente legítimas”: apesar de governo absoluto ele permanecia um poder esclarecido. Um lugar estava reservado aos bolcheviques no birô de cinco membros, presidido por Avksentiev: ele deveria permanecer inocuado. Os regentes da comédia miserável e pouco divertida sentiam o coração confrangido. Todo o interesse por uma abertura cinzenta em dia cinzento e chuvoso concentrava-se, antecipadamente, na esperada manifestação dos bolcheviques. Pelos corredores do Palácio Mariinsky espalhou-se, segundo Sukhanov, “um barulho sensacional: Trotsky vencera, por maioria de dois ou três votos... e os bolcheviques se retirariam, imediatamente do Pré-Parlamento.” Na verdade, a decisão de se retirar de modo demonstrativo do Palácio Mariinsky foi tomada a 5, na sessão da fração bolchevique, por unanimidade de votos exceto um: de tal forma era profundo o movimento para a esquerda no decorrer apenas de duas semanas! Apenas Kamenev permaneceu fiel à sua primeira posição, ou melhor, ousou até defendê-la abertamente. Em declaração especial dirigida ao Comitê Central, Kame-

nev qualificava, sem rodeios, o movimento adotado como “muito perigoso para o partido”. As incertas intenções dos bolcheviques provocavam alguma inquietação no Pré-Parlamento: temia-se, falando propriamente, não um abalo no regime, mas um “escândalo” perante os diplomatas aliados aplaudidos, pela maioria, com uma salva de palmas patrióticas. Narra Sukhanov de que modo designaram uma personagem oficial para se dirigir aos bolcheviques – o próprio Avksentiev – a fim de fazer-lhes uma pergunta antecipada: que se passaria? “Uma bagatela”, respondeu Trotsky, “uma bagatela, apenas um pequeno disparo de revólver”.

Após a abertura da sessão, cederam a Trotsky, segundo o regulamento herdado da Duma de Estado, dez minutos para prestar uma declaração de urgência em nome da fração bolchevique. Reinou então na sala um pesado silêncio. Começa a declaração por evidenciar que o governo, naquele momento, era tão pouco responsável quanto antes da conferência democrática, convocada, aparentemente, para dominar Kerensky e que os representantes das classes possuidoras tinham entrado no Conselho Provisório em número superior àquele a que tinham direito. Se a burguesia se preparava efetivamente para a Assembleia Constituinte dentro de seis semanas, os líderes não tinham, agora, razões de defender, tão encarniçadamente, a irresponsabilidade do poder, mesmo perante uma representação desfigurada. “Em resumo, tudo reside no fato de as classes burguesas se terem conferido, como objetivo, torpedear a Assembleia Constituinte.” O golpe acertou. A ala direita passa a protestar com maior veemência. Sem se afastar do texto da declaração, o orador fustiga a política industrial, agrícola e alimentar do governo: não seria possível enveredar por outro caminho, mesmo que se o objetivo conscientemente visado fosse o de impelir as massas para a via da insurreição. “A ideia de rendição da capital revolucionária às tropas alemãs... é considerada como o elo consequente de uma política geral que deve facilitar... a conspiração contrarrevolucionária.” Os protestos transformam-se em tempestade. Gritos sobre Berlim, sobre o ouro alemão, sobre o vagão selado e, destacando-se desse fundo, assim como se fosse um caco de garrafa mergulhado na lama – injúrias de desclassificados. Fatos semelhantes jamais se tinham produzido durante os mais apaixonados debates travados no sórdido Instituto Smolny, enebado, cheio dos escarros dos soldados. “Bastava-nos cair na boa sociedade do

Palácio Mariinsky..., escreve Sukhanov, “para reencontrar imediatamente, a atmosfera de cabaré que reinava na Duma censitária do Império”.

Abrindo caminho através das explosões de ódio que alternavam com momentos de calma, o orador conclui com as seguintes palavras: “Nós, fração dos bolcheviques, declaramos: com esse governo que traiçoa o povo, e com esse Conselho que desfalece diante da contrarrevolução, nada temos em comum... Ao deixar o Conselho Provisório, apelamos para a vigilância e a coragem dos operários, dos soldados e dos camponeses de toda a Rússia. Petrogrado está em perigo! A Revolução está em perigo! Todo o povo está em perigo! Dirigimo-nos ao povo. Todo o poder aos Sovietes!...”

O orador deixa a tribuna. Várias dezenas de bolcheviques abandonam a sala, acompanhados de maldições. Após minutos de ansiedade, a maioria já pode suspirar de alívio. Somente os bolcheviques saíram – a fina flor do país permanece a postos. Somente o flanco esquerdo de conciliadores curvou-se sob o golpe que não era, parecia, dirigido contra ele. “Nós, os mais próximos vizinhos dos bolcheviques”, confessa Sukhanov, “permanecemos totalmente prostrados diante daquilo que se passara.” Os puros cavaleiros da palavra perceberam que o tempo das frases estava terminado.

Tereshchenko, ministro dos Negócios Estrangeiros em telegrama secreto aos embaixadores russos, informava-os da abertura do Pré-Parlamento: “A primeira sessão foi de neutralidade com exceção de pequeno escândalo suscitado pelos bolcheviques.” A rotura histórica do proletariado com o mecanismo estatal da burguesia era considerada, por aquela gente, como um simples “escândalo”. A imprensa burguesa não deixou fugir a oportunidade de estimular o governo apontando-lhe a audácia dos bolcheviques: os senhores ministros não conseguirão safar o país da anarquia, senão depois de terem adquirido “tanta resolução e tanta vontade para a ação, quanto as que possui no camarada Trotsky”. Como se tratasse apenas da resolução e da força de vontade de indivíduos, e não do destino histórico das classes! E como se a seleção dos homens e dos caracteres se fizesse independentemente das tarefas históricas! “Eles falavam e agiam”, escreveu Miliukov, a respeito da retirada dos bolcheviques do Pré-Parlamento, “como homens que sentem, atrás de si, uma força e que sabem que o amanhã lhes pertence.”

A perda das ilhas de Monsund, o aumento do perigo que corria Petrogrado, e a retirada dos bolcheviques do Pré-Parlamento, forçaram

os conciliadores a se perguntarem que atitude deveriam tomar a respeito da guerra. Após 3 dias de debates, com a participação dos ministros da Guerra e da Marinha, dos comissários e dos delegados das organizações do exército, o Comitê Executivo Central encontrou, finalmente, uma solução salvadora: “Insistir na participação dos representantes da democracia russa à conferência dos aliados, em Paris.” Após haverem trabalhado infatigavelmente a fim de o conseguirem, os representantes designaram Skobelev. Foram então elaboradas instruções minuciosas: paz sem anexações nem contribuições, neutralidade dos estreitos bem como dos canais de Suez e Panamá – a visão geográfica dos conciliadores era mais vasta do que a visão política deles – abolição da diplomacia secreta, desarmamento progressivo. Explicava o Comitê Executivo Central que a participação de seu delegado às conferências de Paris “teria como finalidade exercer pressão sobre os aliados”. A pressão de Skobelev sobre a França, a Grã-Bretanha, os Estados Unidos! Um jornal cadete apresentou uma pergunta cáustica: que faria Skobelev caso os aliados afastassem, sem cerimônia, as condições que apresentasse? “Ameaçá-los-ia de, novamente, lançar um apelo aos povos do mundo inteiro?” Ai! Os conciliadores estavam, de há muito, constrangidos devido ao apelo lançado outrora.

Preparando-se para impor aos Estados Unidos a neutralidade do canal de Panamá, encontrava-se o Comitê Executivo Central em situação de incapacidade para exercer qualquer pressão mesmo sobre o Palácio de Inverno. A 12 de outubro Kerensky enviou a Lloyd George uma interminável carta, cheia de ternas censuras, de lamúrias e de ardentes promessas. O *front* encontra-se “em situação melhor do que a da última primavera”. Bem entendido, a propaganda derrotista – o primeiro-ministro da Rússia queixa-se contra os bolcheviques russos ao primeiro-ministro da Grã-Bretanha – impediu a realização de todas as tarefas que foram fixadas. Mas não se pode tratar de uma questão de paz. O governo conhece apenas uma só pergunta: “Como continuar a guerra?” Bem entendido, em troca da penhora de seu patriotismo Kerensky pedia créditos.

O Pré-Parlamento também, uma vez livre dos bolcheviques, não perdia tempo: a 10 iniciaram-se os debates a respeito do levantamento da capacidade combativa do exército. A discussão, que preencheu todo o tempo de três sessões fastidiosas, desenvolveu-se segundo esquema inva-

riável. – É necessário que se persuada o exército de que está combatendo pela paz e pela democracia, diziam da esquerda. – Impossível persuadir, é necessário obrigar, replicavam à direita: para obrigar é necessário de início persuadir, respondiam os conciliadores. – Quanto à questão de persuadir os bolcheviques são mais fortes do que vós, replicavam os cadetes. Os dois lados tinham razão. Mas também o homem que se afoga tem razão quando grita antes de submergir.

A 18 chegou a hora de uma decisão que em nada poderia mudar a natureza das coisas. A fórmula dos socialistas revolucionários conseguiu 95 votos contra 125 e 50 abstenções. A fórmula das direitas reuniu 135 sufrágios contra 139. É de admirar, não há maioria! Na sala, segundo as notícias dos jornais, “movimentos diversos e perturbações”. Apesar da unidade dos pontos de vista a fina flor da nação foi incapaz de votar até mesmo uma resolução platônica sobre a mais grave questão da vida nacional. Não era, absolutamente, um caso accidental: esse fato repetia-se dia após dia, a respeito de todas as questões tanto nas comissões como no *plenum*. As parcelas de opinião não se somavam. Todos os grupos viviam nas imperceptíveis nuances de um pensamento político: o pensamento em si estava ausente. Talvez tivesse ele partido com os bolcheviques? O impasse do Pré-Parlamento era o próprio impasse do regime.

Era difícil modificar as convicções do exército, mas também era impossível forçá-lo. Por motivo de um novo apelo estridente de Kerensky, dirigido à frota do Báltico que combateu e com vítimas, o congresso dos marinheiros dirigiu-se ao Comitê Executivo Central pedindo-lhe que eliminasse das fileiras do Governo Provisório “um personagem que desonrava e arruinava, pela chantagem política descarada, a grande Revolução”. Jamais Kerensky ouvira semelhante linguagem, nem mesmo dos marinheiros. O comitê regional do exército, da frota e dos operários russos na Finlândia, agindo como se fosse um poder legítimo, após um embargo nos carregamentos governamentais. Kerensky ameaçou mandar prender os comissários dos soviets. Dizia a resposta: “O comitê regional aceita, com calma, o desafio do Governo Provisório”. Kerensky calou-se. Na realidade a frota do Báltico encontrava-se, já, em estado de insurreição.

Em terra firme, no *front*, o caso não fora ainda tão longe, desenvolvia-se, porém no mesmo sentido. A situação do abastecimento co-

meçou a piorar, rapidamente, durante o mês de outubro. Declarava o comandante em chefe do *front* norte que a fome “era a principal causa da decomposição moral do exército”. Enquanto que, no *front*, os dirigentes conciliadores continuavam a afirmar – a bem dizer ocultando-se por detrás dos soldados – que as capacidades combativas do exército começavam a se erguer, de baixo, um regimento após outro, começava a declarar a publicação dos tratados secretos e uma proposta de paz imediata. Escrevia Zhdanov, comissário do *front* oeste, nos primeiros dias de outubro: “O estado dos espíritos é de profunda ansiedade devido à aproximação do inverno e também porque a alimentação tornou-se pior... Os bolcheviques gozam de um sucesso notável.”

As instituições governamentais do *front* estavam indecisas. O comissário do 2º Exército relata que os tribunais militares não podem agir, dado que os soldados citados como testemunhas recusam comparecer. “As relações recíprocas entre o comando e os soldados agravaram-se. Consideraram os oficiais como culpados pela continuação da guerra.” A hostilidade dos soldados acerca do governo e do comando voltara-se, de há muito para os comitês de exército, que não foram renovados desde o início da Revolução. Passando por cima dos chefes, os regimentos enviam delegados a Petrogrado, ao Soviete, para queixarem-se da situação intolerável que reinava nas trincheiras, sem pão, sem equipamento, sem fé na guerra. No *front* romeno, onde os bolcheviques ainda eram muito fracos, os regimentos, por inteiro, recusam-se a atirar. “Dentro de duas ou três semanas os próprios soldados declararão o armistício e deporão as armas.” Comunicam os delegados de uma das divisões: “Os soldados decidiram voltar aos lares ao aparecer das primeiras neves.” Uma delegação do XXXIII corpo ameaçava o *plenum* do Soviete de Petrogrado: se não existe uma verdadeira luta em prol da paz, “os soldados tomarão eles mesmos o poder e tratarão do armistício”. O comissário do 2º Exército comunica ao ministro da Guerra: “Há o firme propósito de abandonar as trincheiras logo que chegue o frio.”

A confraternização que fora quase interrompida após as Jornadas de Julho recomeçou e estendeu-se rapidamente. Novamente, após certo período de calma, multiplicaram-se não apenas as prisões de oficiais realizadas pelos soldados, mas, também, o assassinato dos chefes mais odiados. Tais represálias realizavam-se quase às claras, sob as vistas dos soldados.

Ninguém intervinha: a maioria não o desejava e uma pequena minoria não ousava. O assassino tinha, sempre, tempo de esconder-se como se ele se tivesse afogado sem deixar rasto em meio à grande massa de soldados. Um dos generais escrevia: “Agarramo-nos, convulsivamente, a qualquer coisa, invocamos um milagre, porém a maioria compreende que não há mais salvação.”

Combinando a perfídia com a inércia, os jornais patriotas continuavam a escrever a respeito da continuação da guerra, da ofensiva e da vitória. Os generais meneavam a cabeça, alguns davam tom do acompanhamento de modo equívoco. “Apenas os verdadeiros loucos podem sonhar, atualmente, com uma ofensiva”, escrevia a 7, o barão de Budberg, comandante do corpo que se encontrava perto de Dvinsk. Um dia mais tarde foi ele obrigado a anotar em seu próprio diário: “Estou atordoado e horrorizado pelo fato de haver recebido diretivas a respeito de uma ofensiva fixada para o dia 20 de outubro no mais tardar.” Os estados-maiores que em coisa alguma acreditavam e que só sabiam ficar abanando os braços, elaboravam os planos de novas operações. Havia grande número de generais que só viam salvação em renovar a experiência de Kornilov em Riga, em plano grandioso: arrastar o exército ao combate e procurar fazer com que a derrota recaísse sobre a cabeça da Revolução.

Por iniciativa do ministro da Guerra, Verkhovsky, ficou decidido pôr em disponibilidade, na reserva, os homens das classes antigas. As vias férreas estalaram sob o peso dos soldados que voltavam. As molas dos carros superlotados quebravam-se, as tábuas do soalho afundavam. O estado de espírito dos que permaneciam no *front* não melhorava em absoluto. “As trincheiras desmoronam-se”, escreve Budberg. “As passagens de comunicação desabam e se fecham; por toda parte decadência e descrédito... Os soldados negam-se, categoricamente, a trabalhar na limpeza das trincheiras... É horrível pensar-se a que tudo isso conduzirá quando chegar a primavera e tudo começar a apodrecer, a se decompor.” No estado em que se encontravam, de passividade furiosa, os soldados negavam-se a tudo, mesmo às solicitações profiláticas: isso transformou-se, também, numa forma de luta contra a guerra.

Após inúteis tentativas para levantar a moral combativa do exército, inclusive reduzindo os efetivos, Verkhovsky chegou, subitamente, à

conclusão de que o país só poderia ser salvo por meio da paz. Em conferência particular que manteve com os líderes cadetes que o jovem e ingênuo ministro esperava conquistar, Verkhovsky descreveu o quadro da desordem material e moral do exército: “Todas as tentativas para continuar com a guerra só poderiam aproximar, ainda mais, a catástrofe.” Os cadetes não podiam deixar de compreender tudo isso, mas, perante o silêncio dos demais, Miliukov dava de ombros com desprezo: “dignidade da Rússia”, “fidelidade aos aliados”... Sem acreditar numa só dessas palavras, o líder da burguesia esforçava-se, obstinadamente, por enterrar a Revolução sob as ruínas e os cadáveres da guerra. Verkhovsky demonstrou audácia política: à revelia do governo que por ele não fora prevenido, fez Verkhovsky, a 20, uma declaração à comissão do Pré-Parlamento, sobre a necessidade de concluir, imediatamente, a paz, independentemente do consentimento ou não dos aliados. Contra ele levantaram-se, furiosamente, todos os que, em conversações íntimas, estavam de acordo com ele. A imprensa patriótica escrevia que o ministro da Guerra tinha pulado para o reboque do carro do camarada Trotsky. Burtsev fazia alusão ao ouro alemão. Verkhovsky foi afastado. Particularmente, os patriotas repetiam: No fundo ele tem razão. Budberg, mesmo em seu diário íntimo, demonstrava prudência: “Do ponto de vista da fidelidade à palavra dada”, escrevia ele, “a posição de Verkhovsky é, certamente, pífida, mas do ponto de vista dos interesses egoístas da Rússia ela é, talvez, a única a dar esperanças de salvação.” E, de passagem, o barão declarava a inveja que sentia pelos generais alemães a quem “a sorte favorecia com a felicidade de vitórias”. Não previra que, bem cedo, os reverses chegariam, também, para os generais alemães. Em resumo, aquela gente nada previra nem mesmo os mais inteligentes. Os bolcheviques previram muito, e nisso residia a força deles.

A retirada do Pré-Parlamento fazia explodir, aos olhos do povo, as últimas pontes que uniam ainda o partido da insurreição à sociedade oficial. Com nova energia – quando os fins se aproximam as forças se duplicam – os bolcheviques sustentaram uma agitação que os adversários denominavam demagogia pelo fato de que esta agitação trazia, para a praça pública, tudo aquilo que eles escondiam nos gabinetes ministeriais e nas secretarias. A força persuasiva de tal propaganda, infatigável, provinha do fato de que os bolcheviques compreendiam a marcha da evolução, a ela

submetiam a política, a própria política deles, não temiam as massas, tinham uma fé inabalável quer nos legítimos direitos, quer na vitória delas. O povo não se cansava de escutá-los. As massas sentiam a necessidade de se manterem ligadas, cada um desejava controlar-se através dos outros e todos, com espírito atento e tenso, procuravam ver de que modo um único e mesmo pensamento se desenvolvia nas suas consciências e com as diversas nuances características. Massas incontáveis mantinham-se nos circos e em outros grandes edifícios onde falavam os bolcheviques mais populares, levando ao povo as últimas deduções e os últimos apelos.

O número de agitadores dirigentes diminuiu, sensivelmente, no mês de outubro. Antes de tudo Lenine fazia falta como agitador e, ainda mais, como inspirador direto e quotidiano. Faltavam, de Lenine, aquelas simples e profundas generalizações que penetravam solidamente na consciência das massas, aqueles lúcidos chistes tomados do povo e reenviados a ele. Faltava também um agitador de primeira linha: Zinoviev. Perseguido e escondendo-se como inculpado no “levante” de julho, voltara-se, resolutamente, contra a insurreição de outubro e, por isto mesmo, durante todo o período crítico, desaparecera do campo da ação. Kamenev, propagandista insubstituível, instrutor experimentado para a política do partido, condenava a orientação tomada visando a insurreição, não acreditava na vitória, via diante dele uma catástrofe e retirava-se, entristecido, para a sombra. Sverdlov, por natureza mais organizador do que agitador, falava, constantemente, nas reuniões de massas e sua voz de baixo uniforme, poderosa, infatigável, espalhava uma certeza serena. Stalin não era nem agitador nem orador. Figurara, mais de uma vez, como relator nas conferências do partido. Mas, ao menos uma vez, mostrara-se ele nas assembleias de massas da Revolução? Não ficou sequer um traço nem nas memórias nem nos documentos.

Enérgica agitação era dirigida por Volodarsky, Lashevich, Kolontai, Chudnovsky. Após eles vinham dezenas de agitadores de menor calibre. Com um interesse e uma simpatia aos quais os mais educados acrescentavam alguma indulgência, escutava-se Lunacharsky, orador experiente que sabia apresentar, convenientemente, tanto qualquer fato quanto uma generalização, dar ênfase ou fazer uma pilhéria, mas que não pretendia conduzir ninguém: ele próprio precisava ser conduzido. À medida que a insurreição se aproximava, Lunacharsky perdia, rapidamente, o colorido.

Narra Sukhanov o seguinte, acerca do presidente do Soviete de Petrogrado (Trosky): “Apartando-se violentamente do trabalho no estado-maior revolucionário (ele) corria da usina Obukhovsky à usina Trubotchny, da usina Putilov à usina Báltica, do picadeiro às casernas, e parecia, falava, simultaneamente, em todos os lugares. Era ele conhecido pessoalmente e fora ouvido por todos os operários e soldados de Petrogrado. A influência dele, tanto nas massas quanto no estado-maior, era esmagadora. Ele era a figura central daqueles dias e o principal herói daquela admirável página da História.”

Incomparavelmente mais eficaz, porém, nesse último período anterior à insurreição, era a agitação molecular levada a efeito pelos anônimos, operários, marinheiros, soldados, conquistando, uns após outros, muitos simpatizantes, destruindo as derradeiras dúvidas, levando a melhor sobre as últimas hesitações. Meses de vida política febril criaram incontáveis quadros de base, educara centenas, milhares de autodidatas, que se habituaram a observar a política de baixo para cima e não de cima para baixo e que, por conseguinte, apreciavam os fatos e as coisas com uma justeza nem sempre acessível aos oradores do gênero acadêmico. Em primeiro lugar encontravam-se os operários de Piter (Petrogrado), proletários por hereditariedade, que haviam destacado um efetivo de agitadores e de organizadores de têmpera excepcionalmente revolucionária, de alta cultura política, independentes tanto no pensamento quanto na palavra e na ação. Torneiros, serralheiros, ferreiros, monitores das corporações e das usinas mantinham já, em torno de si, escolas próprias, alunos próprios, futuros construtores da República dos Sovietes. Os marinheiros do Báltico, os companheiros de armas mais próximos dos operários de Piter que, em boa parte, provinha dos últimos, enviaram brigadas de agitadores que conquistavam, à força da autoridade, os regimentos atrasados, os capitais dos distritos, os cantões dos mujiques. A fórmula generalizadora, lançada no *Circo Moderno* por um dos líderes revolucionários, tomava forma e corpo em centenas de cabeças ponderadas e, em seguida, abalava o país inteiro.

Das províncias bálticas, da Polônia e de Lituânia, milhares de operários e de soldados revolucionários eram evacuados, os exércitos russos batiam em retirada, juntamente com as empresas industriais ou então individualmente: e todos eram agitadores contra a guerra e seus fautores. Os

bolcheviques letões, arrancados ao solo natal e desde então definitivamente colocados no terreno da Revolução, convictos, obstinados, resolutos, realizavam, dia a dia, um trabalho de sapa em todos os recantos do país. Fisionomias com traços duros, sotaque rouco, e pronunciando em russo frases muitas vezes incorretas, davam expressão particular aos indomáveis apelos para a insurreição.

As massas não mais toleravam, no meio delas, os hesitantes, os que duvidavam, os neutros. Esforçavam-se por dominar a todos, atraí-los, convencê-los, conquistá-los. As usinas, juntamente com os regimentos, enviavam delegados ao *front*. Os soldados das trincheiras uniam-se aos operários e aos camponeses dos lugares mais próximos do *front* da retaguarda. Nas cidades desta zona realizavam-se inúmeros *meetings*, conciliábulos, conferências, no decorrer dos quais os soldados e os marinheiros harmonizavam seus atos com o dos operários e dos camponeses: certa região atrasada, a Bielo Rússia, próxima do *front*, foi também conquistada para o bolchevismo.

Nos lugares onde a direção local do partido mostrava-se irresoluta ou permanecia na expectativa, como, por exemplo, em Kiev, em Voronezh e em muitos outros lugares, as massas frequentemente caíam em estado de passividade. A fim de justificar a política que mantinham, os dirigentes alegavam o recuo de opinião, recuo por eles próprios provocado. Em contraposição: “Quanto mais audacioso e intrépido fosse o apelo à insurreição”, escreve Povolzhsky, um dos agitadores de Kazan, “tanto mais a massa de soldados se mostrava confiante e presa ao orador”.

Cada dia com maior insistência as usinas e os regimentos de Petrogrado e de Moscou batiam às portas de madeira da aldeia. Por meio de cotizações os operários enviavam delegados às províncias de onde eram originários. Os regimentos decidiam apelar para que os camponeses apoiassem os bolcheviques. Os operários das empresas estabelecidas fora das cidades excursionavam pelos campos próximos, distribuíaam jornais e fundavam células bolchevistas. Dessas peregrinações traziam eles, de volta, no olhar, o reflexo dos incêndios acesos pela guerra camponesa.

O bolchevismo conquistava o país. Os bolcheviques transformavam-se em força irresistível. Atrás deles marchava o povo. As dumas municipais de Kronstadt, de Tzaritzyne, de Kostroma, de Shouia, eleitas

por meio do sufrágio universal, estavam nas mãos dos bolcheviques. Obtiveram eles, também, 52% dos votos nas eleições para as dumas do setor de Moscou. Na longínqua e tranquila cidade de Tomsk, assim como em Samara, que não era absolutamente industrial, ficaram eles em primeiro lugar na дума. Dos quatro síndicos do *zemstvo* do distrito de Schlusberg, 3 bolcheviques foram eleitos. No *zemstvo* do distrito de Ligovsky, os bolcheviques conseguiram 50% dos votos. As coisas não andavam tão bem assim, em todos os lugares. Mas em todos os lugares notavam-se modificações no mesmo sentido: o peso específico do Partido Bolchevique elevava-se rapidamente.

Entretanto, a bolchevização das massas manifestava-se muito mais nitidamente nas organizações de classe. Os sindicatos reuniam, na capital, mais de meio milhão de operários. Os próprios mencheviques, que ainda conservavam nas suas mãos a direção de certos sindicatos, sentiam-se como sobreviventes da véspera. Qualquer que fosse a fração do proletariado que se reunisse e quaisquer que fossem as tarefas imediatas, chegavam, inevitavelmente, às conclusões bolchevistas. E não por acaso: os sindicatos, os comitês de usinas, os agrupamentos econômicos e culturais da classe operária, permanentes ou temporários, viam-se constrangidos, devido à situação em geral, a fazer, a propósito de cada problema particular, uma única e mesma pergunta: quem é, afinal, o dono da casa?

Os operários das usinas de artilharia, convocados a uma conferência para regularizar as relações deles com a administração, responderam sobre a maneira de alcançá-la: por meio do poder aos soviets. Já não era esta mais uma fórmula vazia de sentido, mas um programa de salvação econômica. Ao aproximarem-se do poder os operários acercavam-se cada dia mais concretamente das questões industriais: a conferência da artilharia criou, mesmo, um centro especial para a elaboração dos métodos de transformação das usinas de guerra visando a produção pacífica.

A conferência moscovita dos comitês de fábricas e de usinas reconheceu ser necessário que o Soviete local, sob forma de decretos, desse doravante seu assentimento a todos os conflitos de greves, reabrisse, usando de autoridade, as empresas fechadas pelos fautores de *lock-out*, e, por meio de delegados enviados à Sibéria e à bacia do Donetz, assegurasse às usinas, o trigo e o carvão. A conferência dos comitês de fábricas e de usinas

de Petrogrado, consagra sua atenção à questão agrária e elabora, segundo relatório de Trotsky, um manifesto dirigido aos camponeses: o proletariado tem consciência de si mesmo não apenas como classe particular, mas como na qualidade de dirigente do povo.

A Conferência Pan-Russa dos Comitês de Fábricas e de Usinas, realizada na segunda quinzena de outubro, levanta a questão do controle operário à altura de um problema de ordem nacional. “Os operários estão mais interessados do que os patrões em um trabalho regular e ininterrupto das empresas.” O controle operário “faz parte dos interesses do país inteiro e deve ser sustentado pelo campesinato revolucionário e pelo exército revolucionário”. A resolução que abre as portas à nova ordem econômica foi votada pelos representantes de todas as empresas industriais da Rússia, contra 5 votos e 9 abstenções. As unidades que se abstiveram de votar eram dos velhos mencheviques que já não mais podiam marchar com o partido deles, mas que ainda não se tinham decidido a levantar, francamente, a mão em favor da insurreição bolchevique. Mas isso eles o farão amanhã.

As municipalidades democráticas, tão recentemente criadas, definham paralelamente aos órgãos do poder governamental. Os mais importantes problemas, tais como o do abastecimento das cidades com água, luz, combustível e víveres, ficam, cada vez mais a cargo dos soviets e de outras organizações operárias. O comitê da usina da estação de iluminação de Petrogrado percorria a cidade e os arredores, à procura de carvão ou de óleo para as turbinas e obtinham, um e outro, por intermédio dos comitês de outras empresas, lutando contra os patrões e a administração.

Não, o poder dos soviets não era uma quimera, uma construção arbitrária, a invenção dos teóricos do partido. Subia, irresistivelmente, de baixo, da desordem econômica, da impotência dos possuidores, das necessidades das massas; os soviets, transformavam-se, na verdade, no poder – para os operários, os soldados, os camponeses, não existia outro caminho. A respeito do poder dos soviets, não era mais tempo de procurar raciocínios e objeções: era necessário realizá-lo.

Por ocasião do 1º Congresso dos Soviets, em junho, ficara decidido convocar o congresso de 3 em 3 meses. Entretanto, o Comitê Executivo Central longe de convocar o 2º Congresso na data fixada, manifestou a intenção de não convocá-lo, absolutamente, para que não se encontrasse

face a face com a maioria hostil. A conferência democrática tivera por finalidade primeira afastar os soviets, substituindo-os por órgãos da “democracia”. Não era, porém, tão simples assim. Os soviets não tinham, de modo algum, a intenção de ceder caminho a quem quer que fosse.

A 21 de setembro, pouco antes do encerramento da Conferência democrática, o Soviete de Petrogrado levantou a voz a fim de exigir, urgentemente, o congresso dos soviets. Nesse sentido foi votada, de acordo com os relatórios de Trotsky e de Bukharin, convidado de Moscou, uma resolução que partia, formalmente, da necessidade de preparativos para a “nova onda contrarrevolucionária”. O programa da defesa que abria caminho para a nova ofensiva apoiava-se nos soviets como sendo as únicas organizações capazes de lutar. A resolução exigia que os soviets consolidassem as posições que mantinham no meio das massas. Nos lugares onde já tinham, efetivamente, o poder nas mãos não deveriam cedê-lo, em hipótese alguma. Os comitês revolucionários criados durante as jornadas kornilovianas deveriam permanecer prontos para a ação. “É indispensável que se convoque, imediatamente, um congresso dos soviets para a unificação e a coordenação dos atos de todos os soviets visando a luta contra o perigo iminente e para a solução dos problemas de organização do poder revolucionário”. Assim, a resolução de defesa chega à conclusão de que o fim é derrubar o governo. A agitação se desenvolverá, doravante, neste diapasão político, até o momento mesmo da insurreição.

Os delegados dos soviets que se reuniram na Conferência apresentaram, no dia seguinte, perante o Comitê Executivo Central, a questão do congresso. Os bolcheviques exigiam que o congresso fosse convocado dentro de 15 dias e ofereciam, mais exatamente, ameaçavam criar com esse fim um órgão especial apoiado nos Sovietes de Petrogrado e de Moscou. Na verdade, eles preferiam que o congresso fosse convocado pelo velho Comitê Executivo Central: isso afastaria, de antemão, os debates a respeito da legitimidade do congresso e prometia derrubar os conciliadores com o próprio concurso deles. A ameaça, ligeiramente disfarçada, dos bolcheviques, surtiu efeito: sem se arrisarem, ainda, a romper com a legalidade soviética, os líderes do Comitê Executivo Central declararam que não delegariam a pessoa alguma o direito de cumprir com as obrigações deles. O Congresso foi marcado para o dia 20 de outubro, no prazo de menos de um mês.

Entretanto, logo que os delegados provinciais se dispersaram, os líderes do Comitê Executivo Central abriram, subitamente, os olhos e descobriram que o Congresso não era oportuno, que desviaria para as localidades os militantes da luta eleitoral e prejudicaria a Assembleia Constituinte. A verdadeira apreensão era encontrar no Congresso um poderoso pretendente ao poder; mas, sobre este fato, calavam-se, diplomaticamente. A 26 de setembro, apressava-se Dan em apresentar ao birô do Comitê Executivo Central, que não se ocupava com os necessários preparativos, uma proposta a fim de diferir o congresso.

Quanto aos princípios elementares da democracia, aqueles democratas diplomados não davam a menor importância. Acabavam de rejeitar a resolução tomada pela conferência democrática, por eles mesmos convocada, desaprovando a coligação com os cadetes. Agora manifestavam um desprezo soberano pelos soviets, a começar pelo de Petrogrado que os levara ao poder. Sim, poderiam eles, com efeito, sem romper a aliança que mantinham com a burguesia, levar em consideração as esperanças e as reivindicações de dezenas de milhares de operários, de soldados e de camponeses, que só queriam os soviets?

Trotsky respondeu à proposta de Dan no sentido de que o congresso seria de qualquer maneira convocado, se não pelas vias constitucionais, pelo menos pelos caminhos revolucionários. O birô, de ordinário tão servil, recusou, desta vez, embrenhar-se pelos caminhos de um golpe de Estado soviético. A pequena derrota, entretanto, não obrigou, de maneira alguma, os conspiradores a depor as armas; foi, ao inverso, como que um excitante para eles. Dan encontrou um apoio de grande influência na seção militar do Comitê Executivo Central, que decidiu fazer “uma investigação” entre as organizações do *front*, a fim de saber se convocariam o congresso, isto é, para saber se executariam uma decisão por duas vezes tomada pelo mais alto órgão soviético. No intervalo, a imprensa dos conciliadores abriu campanha contra o congresso. Os socialistas revolucionários mostravam-se particularmente exasperados. “Que o congresso seja ou não convocado”, escreve o *Delo Naroda* (*A causa do povo*), “esse fato não tem a menor importância no que se refere à resolução sobre a questão do poder... O governo de Kerensky não se submeterá de maneira alguma.” A que não se submeterá ele?, perguntava Lenine. “Ao poder dos soviets”, explicava ele, “ao poder dos operários e dos camponeses, que o *Delo Naroda*, para não

ficar devendo aos fautores de *pogroms* e aos antissemitas, aos monarquistas e aos cadetes, chama de poder de Trotsky e de Lenine”.

O comitê executivo camponês, de seu lado, julgou a convocação do congresso “perigosa e indesejável”. Nos círculos dirigentes soviéticos instaurou-se uma confusão voluntariamente perniciosa. Os delegados dos partidos conciliadores que circulavam pelo país mobilizavam as organizações locais contra o congresso oficialmente convocado pelo órgão soviético supremo. A gazeta oficiosa do Comitê Executivo Central imprimia, dia a dia, as resoluções contra o congresso, encomendadas pela quadrilha dos dirigentes conciliadores, resoluções que provinham, todas, dos fantasmas de março, batizadas com nomes pomposos. Os *Izvestia* enterravam os soviets em editorial, declarando que os abarracamentos provisórios é que deviam ser demolidos tão logo a Assembleia Constituinte concluísse “o edifício do novo regime”.

A agitação contra o congresso era a mais insignificante dentre as que se fazia para apanhar os bolcheviques de improviso. Desde o dia 24 de setembro, o comitê central do partido, não confiando, absolutamente, na decisão do Comitê Executivo Central, decidiu levantar da base, por intermédio dos soviets locais e das organizações do *front*, uma campanha em favor do congresso. Para a comissão oficial do Comitê Executivo Central, que se ocupava em convocar, mais exatamente, em sabotar o congresso, os bolcheviques enviaram Sverdlov. Sob a direção de Sverdlov foram mobilizadas as organizações locais do partido e, por intermédio delas, os soviets também. A 27, todas as instituições revolucionárias de Reval exigiram a imediata dissolução do Pré-Parlamento e a convocação de um congresso dos soviets a fim de criar um poder, e elas se comprometiam, solenemente, em sustentá-lo “com todas as forças e recursos de que a fortaleza dispunha”. Muitos soviets locais, a começar pelos distritos de Moscou, propuseram caçar a incumbência conferida ao desleal Comitê Executivo Central, de convocar o congresso. Em sentido diametralmente oposto às resoluções dos comitês de exército contra o congresso, afluíram reclamações em favor do congresso, reclamações que partiam dos regimentos, dos batalhões, dos corpos de exército, das guarnições. “O Congresso dos Sovietes deve tomar o poder sem que coisa alguma o detenha”, declara a assembleia-geral dos soldados em Kyshtim, no Ural. Os soldados da província de Novgorod

convidam os camponeses a participar do congresso, sem levar em consideração a decisão do comitê executivo camponês. Os soviets de províncias, de distritos, inclusive os que se encontravam nos recantos mais longínquos, as usinas, as minas, os regimentos, os *dreadnoughts*, os torpedeiros, os hospitais militares, os *meetings*, a companhia de carros blindados de Petrogrado, os serviços de ambulâncias de Moscou – todos exigem a eliminação do governo e a entrega do poder aos soviets.

Não se limitando apenas à campanha de agitação, os bolcheviques criaram uma importante base de organização, por meio da convocação de um congresso dos soviets da região Nórdica, em número de 150 delegados vindos de 23 pontos diversos. O golpe foi bem assestado! O Comitê Executivo Central, sob a direção de seus grandes mestres em pequenas questões, declarou que o congresso do norte era uma conferência particular. Um punhado de delegados mencheviques não participou dos trabalhos do congresso, assistindo apenas às sessões “a título de informação”. Como se isso pudesse diminuir de nada a significação de um congresso no qual se achavam representados os soviets de Petrogrado e da periferia, de Moscou, de Kronstadt, de Helsingfors e de Reval, isto é, de duas capitais, de fortalezas marítimas, da esquadra do Báltico e das guarnições que se encontravam nas imediações de Petrogrado.

Aberto por Antonov, o congresso ao qual se tinha dado proposadamente um matiz militar, realizou-se sob a presidência do subtenente Krylenko, o melhor agitador do Partido do *front*, futuro comandante em chefe das tropas bolchevistas. O relatório político de Trotsky referia-se, essencialmente, à nova tentativa do governo visando afastar de Petrogrado os regimentos revolucionários: o congresso “não permitirá que Petrogrado seja desarmado e o soviets asfixiado”. A questão da guarnição de Petrogrado é um elemento do problema fundamental do poder. “Todo o povo vota a favor dos bolcheviques. O povo confia em nós e encarrega-nos de tomar o poder em nossas mãos.” A resolução proposta por Trotsky diz: “É chegada a hora em que, somente por meio de uma audaciosa marcha, e unânime, de todos os soviets, pode ser resolvida a questão do poder central.” Esse apelo à insurreição, ligeiramente mascarado, foi aceito por unanimidade com apenas três abstenções.

Lashevich apelava para que os soviets se assegurassem, a exemplo de Petrogrado, nas guarnições locais. O delegado letão Peterson prometeu, para defender o congresso dos soviets, 40.000 caçadores letões. A declaração de Peterson, acolhida com entusiasmo, não consistia, de modo algum, em palavras apenas. Alguns dias mais tarde o soviete dos regimentos letões proclamou o seguinte: “É tão somente uma insurreição popular... que tornará possível a passagem do poder aos soviets.” O rádio dos navios de guerra difundiu por todo o país, a 13, o apelo do congresso do norte para que se preparassem para o congresso panrusso dos soviets. “Soldados, marinheiros, camponeses, operários! Vosso dever é ultrapassar todos os obstáculos...”

O Comitê Central do Partido propôs aos delegados bolcheviques do congresso do norte que não abandonassem Petrogrado à espera do próximo congresso dos soviets. Certos delegados, com mandato do birô eleito pelo congresso, dirigiram-se às organizações do exército e aos soviets das localidades com o fim de preparar relatórios, em outros termos, a fim de prepararem a província para a insurreição. O Comitê Executivo Central viu então, ao seu lado, um poderoso aparelho que se apoiava em Petrogrado e Moscou, que se comunicava com todo o país por intermédio das estações emisoras dos *dreadnoughts* e que estava prestes a substituir, chegado o momento, o órgão supremo e deteriorado dos soviets, a fim de convocar o congresso. As pequenas trapaças na organização não podiam, de maneira alguma, ser úteis aos conciliadores.

A luta pró e contra o congresso deu, nas províncias, o último impulso para a bolchevização dos soviets. Em grande número de províncias atrasadas, na de Smolensk, por exemplo, os bolcheviques, sozinhos, ou então acompanhados dos socialistas revolucionários de esquerda, obtiveram maioria, pela primeira vez desde o tempo da campanha em favor do congresso ou então para as eleições dos delegados. Até mesmo no congresso siberiano dos soviets conseguiram os bolcheviques, em meados de outubro, juntamente com os socialistas revolucionários de esquerda, uma sólida maioria que facilmente imprimiu seu caráter peculiar em todos os soviets locais. A 15, o soviete de Kiev, por 159 votos contra 28 e 3 abstenções, reconheceu no futuro congresso dos soviets “um órgão soberano do poder”. A 16, o congresso dos soviets da região noroeste, em Minsk, isto é, no centro do *front* oeste,

reconheceu como sendo urgente a convocação do congresso. A 18, o soviete de Petrogrado procedeu às eleições para o futuro congresso: a lista bolchevista (Trotsky, Kamenev, Volodarsky, Yurenev e Lashevich) obteve 443 votos; os socialistas revolucionários 162; todos eles socialistas revolucionários de esquerda que pendiam para os bolcheviques; os mencheviques obtiveram 44 votos. O congresso dos sovietes do Ural, que se realizava sob a presidência de Krestinsky, onde havia, entre 110 delegados, 80 bolcheviques, exigiu, em nome de 223.900 operários e soldados organizados, a convocação do congresso dos sovietes na data fixada. No mesmo dia, 19, a conferência panrussa dos comitês de fábricas e de usinas, a mais direta e incontestável representação do proletariado de todo o país, pronunciou-se pela transmissão imediata do poder aos sovietes. A 20, Ivanovo-Voznesensk declarou todos os sovietes da província “em estado de luta aberta e implacável contra o Governo Provisório e convidou-os a resolver, imediata e mesmo autoritariamente, as questões econômicas e administrativas”. Contra a resolução que significava a queda das autoridades governamentais nas localidades, houve apenas um voto e uma abstenção. A 22 a imprensa bolchevista publicou nova lista de 56 organizações que exigiam a passagem do poder aos sovietes: são, exclusivamente, as verdadeiras massas e, em grande número, armadas.

O poderoso apelo lançado pelos contingentes da futura e próxima insurreição não impediu que Dan relatasse ao birô do Comitê Executivo Central que, das 917 organizações soviéticas existentes, apenas 50 responderam consentindo em enviar delegados e isso “sem qualquer entusiasmo”. É fácil compreender que os pouco numerosos sovietes que acreditavam ser indispensável dedicar sentimentos ao Comitê Executivo Central considerassem o congresso sem entusiasmo. Entretanto, em maioria esmagadora, os sovietes locais e os comitês ignoravam, pura e simplesmente, o Comitê Executivo Central.

Os conciliadores que se traíram e se comprometeram pela atitude que assumiram procurando fazer com que o congresso fracassasse não ousaram, entretanto, levar as coisas até o fim. Assim que se tornou evidente que não conseguiriam evitar o congresso, deram uma brusca reviravolta e apelaram para que todas as organizações locais elegessem delegados ao congresso, para que não ceder a maioria aos bolcheviques. Mas, tendo voltado

atrás muito tarde, o Comitê Executivo Central viu-se forçado, três dias antes da data fixada, a diferir o congresso para o dia 25 de outubro.

O regime de fevereiro e com ele a sociedade burguesa, obtiveram, graças à última manobra dos conciliadores, um adiamento imprevisto do qual nada poderiam obter de essencial. Em compensação os bolcheviques utilizaram os cinco dias suplementares com grande sucesso. Isto, mais tarde, foi reconhecido até pelos próprios inimigos. “O adiamento da manifestação”, narra Miliukov, “foi utilizado pelos bolcheviques, principalmente, para consolidar a posição deles entre os operários e os soldados de Petrogrado. Trotsky aparecia nos comícios, realizados em diversos pontos da guarnição da capital. O estado de espírito por ele criado caracteriza-se, por exemplo, pelo fato de que, no regimento Semenovsky, os membros do Comitê Executivo que desejaram falar depois dele, Skobelev e Gotz, não puderam pronunciar uma única palavra.”

A convenção do regimento Semenovsky, cujo nome estava inscrito na história da Revolução com caracteres sinistros, apresentava um sentido simbólico: em dezembro de 1905 os *semenovtsi* haviam realizado o maior trabalho para o esmagamento da insurreição em Moscou. O chefe do regimento, o general Min, dera a seguinte ordem: “Não fazer prisioneiros.” No setor ferroviário de Moscou-Golutvino os *semenovtsi* fuzilaram 150 operários e empregados. Felicitado por semelhantes proezas, pelo tzar, o general Min foi, no outono de 1906, morto pela socialista revolucionária Konopliannikova. Totalmente embaraçado entre as malhas das velhas tradições, o Regimento Semenovsky resistira por mais tempo que a maioria dos outros efetivos da guarda. A reputação que gozava de contingente “seguro” era tão sólida que, apesar da lamentável derrota de Skobelev e Gotz, o governo teimou em contar com os *semenovtsi* até o dia da insurreição e mesmo após.

A questão do congresso dos soviets permaneceu como a questão política central durante as cinco semanas que separaram a conferência democrática da insurreição de outubro. De antemão a declaração dos bolcheviques à conferência democrática proclamara o próximo congresso dos soviets como órgão soberano do país. “Dentre as decisões e propostas da presente Conferência... somente poderão apresentar meios de realização aquelas que forem aprovadas pelo congresso panrusso de deputados operá-

rios, camponeses e soldados.” A resolução de boicote do Pré-Parlamento, apoiada por metade dos membros do Comitê Central contra a outra metade, dizia: “Colocamos, atualmente, a questão da participação de nosso partido no Pré-Parlamento na dependência direta das medidas que tomar o congresso panrusso dos soviets para criar um poder revolucionário.” O apelo para o congresso dos soviets aparece, quase que sem exceção, em todos os documentos bolchevistas desse período.

Diante do fervilhamento da guerra camponesa, da agravação do movimento nacional, da desorganização crescente, da debacle do *front*, diante de um governo que se desmorona, tornam-se os soviets no suporte único das forças criadoras. Todas as questões transformam-se em questão do poder, e o próprio problema do poder ao congresso dos soviets. Deverá ele dar uma resposta a todas as questões, inclusive à da Assembleia Constituinte.

Partido algum suprimira, ainda, a palavra de ordem da Assembleia Constituinte, nem mesmo o Partido Bolchevista. Mas, quase que insensivelmente, no decurso dos acontecimentos da Revolução, a principal palavra de ordem democrática que, havia quinze anos, colocaria a heroica luta das massas, empalidecera, fanara-se e, de algum modo fora triturada na pedra do moinho deixando apenas seu som, uma forma vaga sem conteúdo, uma tradição e não uma perspectiva. Nesse *processus* nada havia de enigmático. O desenvolvimento da Revolução tomava forma de luta corpo a corpo para a posse imediata do poder, entre as duas principais classes da sociedade: a burguesia e o proletariado. A Assembleia Constituinte nada mais poderia dar nem a uma nem a outro. A pequena burguesia das cidades e dos campos só poderia, em tal conflito, desempenhar um papel auxiliar e secundário. Essa pequena burguesia, em todo caso, estava incapacitada de tomar o poder em suas próprias mãos: e se alguma cousa ficara demonstrada pelos acontecimentos dos meses precedentes fora exatamente isso. Ora, na Assembleia Constituinte, a pequena burguesia podia ainda obter – e efetivamente obteve mais tarde – a maioria. E para quê? Apenas para ignorar que o uso poderia fazer do fato de ser maioria. Nisso se traduzia a inconsistência da democracia formal numa curva fechada da História. *A força da tradição revelou-se por isso que, mesmo às vésperas da última batalha, nem um dos campos renunciara ao nome de Assembleia Constituinte.* Mas, na realidade, a burguesia designava

Kornilov pelo nome de Assembleia Constituinte, enquanto que, para os bolcheviques, tal nome designava o congresso dos soviets.

Podemos adiantar, com toda a segurança, a hipótese de que camadas e bastante profundas do povo, e mesmo certas camadas intermediárias do Partido Bolchevista, alimentavam, em relação ao congresso dos soviets, ilusões de algum modo constitucionais, isto é, ligava ao congresso a ideia de uma transmissão automática e indolor do poder, que estava nas mãos da coligação, aos soviets. Na realidade o poder deveria ser arrancado pela força, isso não se poderia fazer por meio de voto: apenas a insurreição armada poderia resolver a questão.

Entretanto, dentre todas as ilusões que acompanham – mistura inevitável – qualquer grande movimento popular, e mesmo o mais realista – a ilusão de um “parlamentarismo” soviético constituía, no conjunto das condições, a menos perigosa. Os soviets lutavam, efetivamente, pela conquista do poder, apoiavam-se, cada vez mais sobre as forças militares, transformavam-se eles próprios, em poder nas localidades, e conquistavam, pela força, seu próprio congresso. Para as ilusões constitucionais, já não restava mais muito lugar, e as ilusões que ainda restavam eram varridas durante o *processus* da luta.

Ao coordenar os esforços revolucionários dos operários e dos soldados de todo o país, ao dar-lhes unidade nos fins e ao fixar um prazo único, a palavra de ordem do congresso dos soviets acobertava, concomitantemente, a preparação semiconspirante, semiaberta da insurreição, por meio de um constante apelo à representação legal dos operários, dos soldados e dos camponeses. Ao facilitar a congregação das forças para a insurreição, o congresso dos soviets deveria, em seguida, sancionar os resultados obtidos e formar novo e incontestável poder para o povo.

.....

Capítulo IV

O COMITÊ MILITAR REVOLUCIONÁRIO

APESAR DA REVIRAVOLTA iniciada lá pelos fins de julho, na guarnição de Petrogrado, que fora renovada, ainda em agosto predominavam os socialistas revolucionários e os mencheviques. Alguns efetivos militares permaneciam impregnados de aguda desconfiança em relação aos bolcheviques. O proletariado não tinha armas: a Guarda Vermelha conservara apenas alguns milhares de fuzis. Em tais condições a insurreição poderia terminar por uma cruel derrota, se bem que as massas, mais uma vez, se tivessem voltado para os bolcheviques.

A situação alterou-se muitas vezes no decorrer do mês de setembro. Após o motim dos generais os conciliadores perderam, rapidamente, o apoio que as guarnições lhes davam. À desconfiança em relação aos bolcheviques sucedeu a simpatia e, no pior dos casos, a neutralidade expectante. Não era, de modo algum, uma simpatia ativa. A guarnição permanecia, do ponto de vista político, extremamente fraca e, à maneira de mujiques, desconfiada. Não estariam os bolcheviques enganando? Dariam eles, realmente, a paz e a terra? A maioria dos soldados ainda não se dispusera a lutar por esses fins sob a bandeira dos bolcheviques. E, como na composição da guarnição permanecia uma minoria mais ou menos irreductível, hostil,

mesmo, aos bolcheviques (entre 5.000 a 6.000 *junkers*, 3 regimentos de cossacos, um batalhão motorizado, uma divisão de carros blindados) o resultado do conflito, em setembro, permanecia duvidoso. Como adjuvante, a marcha dos acontecimentos trouxe uma lição de coisas na qual a sorte dos soldados de Petrogrado encontrou-se, indissolúvelmente, ligada à sorte da Revolução e dos bolcheviques.

O direito de dispor dos contingentes de homens armados é o direito fundamental do poder de Estado. O primeiro Governo Provisório imposto ao povo pelo Comitê Executivo, comprometera-se a não desarmar e a não evacuar de Petrogrado as tropas que tinham participado da insurreição de fevereiro. Começo formal de uma dualidade militar inseparável, no fundo da dualidade de poderes. Os grandes abalos políticos dos meses seguintes – demonstração de abril, Jornadas de Julho, preparação do levante korniloviano e a liquidação dele – conduziam, inevitavelmente, sempre, à questão de submeter a guarnição de Petrogrado. Nesse terreno, todavia, os conflitos entre o governo e os conciliadores apresentavam um caráter familiar e terminavam amigavelmente. Com a bolchevização da guarnição o caso assumia feição muito diversa. Agora os próprios soldados lembravam o compromisso assumido, em março, pelo governo com o Comitê Executivo Central e traiçoeiramente violado pelos dois lados. A 8 de setembro a seção dos soldados do soviete exige o retorno a Petrogrado dos regimentos transferidos para o *front*, devido aos acontecimentos de julho. Ora, os participantes da coligação quebravam a cabeça procurando um modo de expulsar os outros regimentos.

A situação, em grande número de cidades da província, era, aproximadamente, a mesma que a da capital. No decorrer dos meses de julho e de agosto as guarnições locais sofreram uma reforma patriótica; no decorrer de agosto e de setembro as guarnições, renovadas, cederam à bolchevização. Era necessário recomeçar tudo, isto é, modificá-las novamente, renová-las. Planejando um golpe contra Petrogrado, o governo começou pela província. Os motivos políticos eram cuidadosamente dissimulados sob razões estratégicas. A 27 de setembro, a assembleia unificada dos sovietes de Reval, tanto da cidade como da fortaleza, decidiu a respeito da evicção das tropas: admitir a possibilidade de um reagrupamento das tropas somente com o consentimento prévio dos respectivos sovietes. Os

dirigentes do soviete de Vladimir interrogaram Moscou para saber se deveriam submeter-se à ordem de Kerensky que determinava a partida de toda a guarnição. O birô regional moscovita constatava que “ordens dessa natureza tornavam-se sistemáticas em relação às guarnições animadas de espírito revolucionário”. Antes de ceder os seus direitos o Governo Provisório tentava lançar mão do direito essencial a todo regime – dispor das forças armadas.

A transferência da guarnição de Petrogrado tornava-se tanto mais urgente quanto o próximo congresso dos sovietes deveria, de qualquer maneira, impulsionar a luta pela conquista do poder até o desenlace. A imprensa burguesa, governada pela *Rietch* dos cadetes, repetia, diariamente, que não se deveria deixar aos bolcheviques a possibilidade de “escolher o momento mais propício de desencadear a guerra civil”. Isto significava: “asstemos, o mais depressa possível, o golpe nos bolcheviques”. A tentativa de modificação prévia das relações de forças na guarnição decorria daí, irrefutavelmente. Os argumentos de caráter estratégico pareciam convincentes após a queda de Riga e a perda das ilhas Monsuad. O estado-maior da região enviou instruções determinando a remodelação dos efetivos de Petrogrado, visando enviá-los aos *fronts*. Concomitantemente, por iniciativa dos conciliadores, a questão foi levada à seção dos soldados. O plano dos adversários não era mau. Depois de apresentar um ultimato ao soviete, arrancar aos bolcheviques, de um só golpe, o sustentáculo militar que os garantia, ou, no caso de resistência do soviete, provocar um conflito profundo entre a guarnição de Petrogrado e o *front* necessitado de reforços e de revezamento.

Os dirigentes dos sovietes perceberam, suficientemente, a armadilha, tinham a intenção de tatear primeiro o terreno antes de dar um passo irreparável. Negar-se ao cumprimento da ordem seria possível caso tivesse a certeza de que os motivos da negativa seriam compreendidos com exatidão pelo *front*. Caso contrário talvez fosse mais vantajoso efetuar, de acordo com as trincheiras, uma troca dos contingentes da guarnição com as tropas revolucionárias do *front* que tinham necessidade de repouso. Foi precisamente com as mesmas intenções, conforme vimos acima, que o soviete de Reval se pronunciou.

Os soldados abordavam a questão de modo mais direto. Partir para o *front* agora, em pleno outono; resignar-se com uma campanha de

inverno – não, tal ideia não lhes entrava na cabeça. A imprensa patriótica abriu, imediatamente, sua fuzilaria contra a guarnição: os regimentos de Petrogrado, que engordaram na ociosidade, traíam mais uma vez o *front*. Os operários se interpuseram a favor dos soldados. Os da usina Putilov foram os primeiros a protestar contra a evacuação dos regimentos. A questão permanecia na ordem do dia, não apenas nas casernas, mas também nas usinas. Isso uniu, ainda mais estreitamente, as duas seções do soviete. Os regimentos sustentaram, então, com solicitude toda particular, a reivindicação de armar os operários.

Esforçando-se por reerguer o patriotismo das massas por meio da ameaça da queda de Petrogrado, os conciliadores introduziram no soviete, a 9 de outubro, a proposta seguinte: criar um “comitê de defesa revolucionária, cuja tarefa seria participar da defesa da capital com o auxílio ativo dos operários”. Recusando assumir a responsabilidade “da pretensa estratégia do Governo Provisório, e em particular, da evacuação das tropas de Petrogrado”, o soviete, entretanto, não se apressava em dar uma opinião sobre os fundamentos da proposta, decidindo verificar os motivos e as razões que a determinaram. Os mencheviques tentaram protestar: não é admissível que se envolvam em ordens emanadas do comando, a respeito de operações. Mas, exatamente seis semanas antes, expressaram-se da mesma maneira a respeito das ordens do conspirador Kornilov, o que lhes foi lembrado. A fim de verificar se a evacuação dos regimentos era ditada por considerações ou militares ou políticas, acharam necessária a criação de um órgão competente. Para estupefação dos conciliadores, os bolcheviques adotaram a ideia de um “comitê de defesa”: ele, precisamente, deveria concentrar em mãos todos os dados concernentes à defesa da capital. Era um passo importante. Arrancando das mãos do adversário uma arma perigosa o soviete guardava, para si, a possibilidade, segundo as circunstâncias, de manejar a decisão de enviar tropas ao *front*, num ou noutro sentido, em todo caso contra o Governo Provisório e contra os conciliadores.

Os bolcheviques apoderaram-se com naturalidade do projeto menchevista sobre um comitê militar, porque, nas próprias fileiras muitas vezes trocaram ideias a respeito da necessidade de formar um órgão soviético autorizado, capaz de dirigir a futura insurreição. Elaborava-se mesmo, na organização militar do partido, um projeto com tal finalidade.

Uma única dificuldade se apresentava ainda, de difícil solução: combinar o órgão da insurreição com o soviete eleito que agia abertamente e onde, aliás, se encontravam vários representantes de partidos hostis. A iniciativa patriótica dos mencheviques, veio a propósito, facilitando a criação de um estado-maior revolucionário que em breve tomaria a denominação de Comitê Militar Revolucionário para se transformar depois no principal ponto de apoio da insurreição.

Dois anos após os acontecimentos aqui relatados, o autor deste livro, em artigo consagrado à insurreição de outubro, escrevia: “Assim que a ordem de evacuar os efetivos foi transmitida pelo estado-maior da região ao comitê executivo do soviete de Petrogrado... tornou-se claro que essa questão poderia, segundo desenvolvimento ulterior que tivera, assumir importância política decisiva.” A ideia da insurreição começou de imediato a tomar corpo. Não havia mais necessidade de inventar um órgão soviético. O verdadeiro destino do futuro comitê estava marcado de maneira inequívoca, pelo fato de que o relatório sobre a retirada dos bolcheviques do Pré-Parlamento foi terminado por Trotsky, na mesma sessão, com essa exclamação: “Viva a luta direta e aberta em prol do poder revolucionário no país!” Isso era traduzir em linguagem legal soviética a palavra de ordem: “Viva a insurreição armada!”.

Exatamente no dia seguinte, 10, o comitê central dos bolcheviques adotava, em sessão secreta, a moção de Lenine que fazia da insurreição armada a tarefa prática dos dias próximos. A partir daí o partido adotava posição de combate clara e ativa. O comitê de defesa inseria-se na perspectiva de uma luta imediata pela conquista do poder.

O governo e seus aliados envolviam a guarnição em círculos concêntricos. A 11 o general Cheremissoff, comandante da frente norte, levou ao conhecimento do ministro da Guerra uma reclamação apresentada pelos comitês do exército, na qual era exigida a transferência dos efetivos cansados, no *front*, pelos que se encontravam na retaguarda, isto é, os de Piter. O estado-maior do *front* e, neste caso, apenas uma instância de transmissão entre os conciliadores do exército e seus dirigentes conciliadores de Petrogrado que se esforçavam por criar uma cobertura mais ampla para os planos de Kerensky. A imprensa da coligação acompanhava a operação de envolvimento com uma sinfonia de patriotismo furiosa. As

reuniões cotidianas de regimentos e de usinas provavam, todavia, que a música dos dirigentes não produzia a menor impressão na base. A 12, a assembleia geral dos operários de uma das mais revolucionárias usinas da capital (Old Parviainen) respondeu aos incessantes ataques da imprensa burguesa: “Afirmamos, firmemente, que desceremos à rua assim que julgarmos indispensável. Não tememos a luta que se anuncia próxima e acreditamos firmemente que dela sairemos vitoriosos.”

Ao criar uma comissão destinada a elaborar os estatutos do “Comitê da Defesa”, o comitê executivo de Petrogrado fixou para o futuro órgão militar as seguintes atribuições: pôr-se em ligação com a frente norte e com o estado-maior da região de Petrogrado, com a organização central do Báltico (*Tsentrobalt*) e com o soviete regional da Finlândia a fim de elucidar a situação de guerra e tomar as medidas indispensáveis; proceder ao recenseamento do pessoal da guarnição de Petrogrado e arredores, assim como o inventário das munições e do abastecimento; tomar medidas para que se mantenha a disciplina entre as massas de soldados e de operários. As fórmulas eram há um tempo muito gerais e equívocas: mantinham-se quase todas no limite entre a defesa da capital e a insurreição armada. Entretanto, esses dois problemas, que até então se excluíam mutuamente, agora se aproximavam de fato: ao se apoderar do poder o soviete deveria encarregar-se, também, da defesa militar de Petrogrado. O elemento de camuflagem da defesa não era introduzido à força, de fora para dentro, mas procedia, até certo ponto, das condições de uma véspera de insurreição.

Com a finalidade de realizar aquelas mesmas camuflagens, colocou-se à frente da comissão encarregada de elaborar os estatutos do comitê, não um bolchevique, mas um socialista revolucionário, um jovem e modesto funcionário da intendência. Lasimir, um daqueles socialistas revolucionários de esquerda que, mesmo antes da insurreição, seguia integralmente os bolcheviques, sem prever, é verdade, até onde aquilo tudo os levaria. O primitivo projeto de Lasimir foi submetido, em dois sentidos, à redação de Trotsky: as tarefas práticas para a conquista da guarnição foram fixadas; o objetivo geral revolucionário foi ainda mais esfumado. Aprovado pelo comitê executivo, apesar dos protestos de dois mencheviques, o projeto incluía no Comitê Militar Revolucionário os birôs do soviete e da seção dos soldados, dos representantes da esquadra, do comitê regional da Fin-

lândia, do sindicato dos ferroviários, dos comitês de usinas, dos sindicatos em geral das organizações militares do Partido, da Guarda Vermelha, etc. A base organizadora era idêntica à de diversos outros casos. A composição do comitê, porém, era predeterminada por suas novas tarefas. Supunha-se que as organizações enviassem representantes competentes em assuntos militares ou então familiarizados com a guarnição. A função deveria determinar o órgão.

Não menos importante era outra organização: ao lado do Comitê Militar Revolucionário crava-se a conferência permanente da guarnição. A seção dos soldados, do ponto de vista político: os deputados eram eleitos de acordo com as bandeiras partidárias. A conferência da guarnição, deveria compor-se de comitês de regimentos que, por dirigirem a vida cotidiana das respectivas tropas, constituíam a representação “corporativa” prática das mesmas e a mais imediata. A analogia entre os comitês de regimentos e os de usinas impõe-se por si mesma. Por intermédio da seção operária do soviete os bolcheviques, em se tratando de questões políticas, podiam apoiar-se com segurança nos operários. Mas, para se assenhorearem das usinas, era indispensável arrastar os comitês de usinas. Por sua composição mesma a seção dos soldados garantia aos bolcheviques as simpatias políticas da maioria da guarnição. Entretanto, para que fosse possível dispor, praticamente, das tropas, era necessário apoiar-se, diretamente, nos comitês de regimento. E por aí se explica de que modo, durante o período que precedeu a insurreição, a conferência da guarnição assumiu o primeiro plano, fazendo recuar, naturalmente, a seção dos soldados. Os delegados mais em evidência da seção faziam, aliás, parte da conferência.

Em um artigo, *A crise está madura*, escrito poucos dias antes, Lenine fazia admoestações: “Que fez o partido para estudar as posições das tropas? Etc”. Apesar do trabalho abnegado da organização militar a censura de Lenine era justa. O estudo das forças e dos meios, sob um ponto de vista puramente militar, dificilmente era acessível ao partido; não estavam a ele habituados, não sabiam como realizá-lo. A situação modificou-se de chofre, a partir do momento em que a conferência da guarnição surgiu em cena. Desde então, sob os olhos dos dirigentes, desenrolou-se, diariamente, o panorama vivo das guarnições, não apenas da capital, mas também de seus arredores militares.

A 12 o Comitê Executivo examinou as disposições elaboradas pela comissão de Lasimir. Apesar de se haver realizado a portas fechadas os debates assumiram, em certa medida, um caráter equívoco: “Dizia-se uma coisa e entendiam outra”, escreve, não sem razão, Sukhanov. As disposições tomadas previam, ao lado do comitê, seções da defesa, os do abastecimento, os de ligação, os de informação, etc.: era um estado-maior, ou melhor, um contra-estado-maior. A finalidade retificada pela Conferência era a de levantar as capacidades combativas da guarnição. Nisso nada havia de falso. A capacidade combativa, porém, poderia ser aplicada diversamente. Os mencheviques, com indignação inapta, constatavam que a ideia por eles lançada com fins patrióticos transformava-se em camuflagem da insurreição que se preparava. A dissimulação era nada menos que impenetrável: todos compreendiam de que se tratava; mas, apesar disso, permanecia insuperável; foi exatamente assim, é verdade, que agiram os próprios conciliadores quando, anteriormente, nos momentos críticos agruparam, em torno deles, a guarnição e criaram órgãos de poder paralelos aos órgãos governamentais. Os bolcheviques aparentavam apenas continuar as tradições da dualidade de poder. Nas velhas moedas, porém, derramavam eles novos conteúdos. Aquilo que outrora servira à conciliação conduzia, no momento, à guerra civil. Os mencheviques exigiram que nas atas ficasse declarado que eles se opunham às medidas em seu conjunto. Levou-se em consideração essa exigência platônica.

No dia seguinte, na seção dos soldados que ainda recentemente constituía a guarda dos conciliadores, foi debatida a questão do Comitê Militar Revolucionário e da conferência da guarnição. O lugar principal, durante esta sessão extremamente importante, foi ocupado, de direito, pelo presidente *Centrobalt*, o marinheiro Dybenko, um gigante de barbas negras e que não tinha por hábito falar entre dentes. O discurso do convidado de Helsingfors passou como uma corrente de ar marítimo, fresco e agradável, através da pesada atmosfera da guarnição. Falou Dybenko a respeito da rotura definitiva da esquadra com o governo e sobre as novas relações com o comando. Antes de dar início às últimas operações navais o almirante consultou o congresso dos marinheiros, que se realizava por aqueles dias, se executariam as ordens de combate. “Respondemos: executá-las-emos, sob condição de que haja um controle de nossa parte. Porém... se verificarmos que a esquadra está em pe-

rigo o almirante será o primeiro a se ver pendurado na grande verga.” Para a guarnição de Petrogrado, era nova maneira de falar. Aliás, alguns dias antes fora adotado pela frota. Era a linguagem da insurreição. O pequeno grupo dos mencheviques, alucinado, murmurava no seu canto. Não sem ansiedade o birô considerava a massa compacta de capotes cinza. Nem sequer uma voz de protesto em suas fileiras! Queimam os olhos nos rostos exaltados! Um sentimento de bravura plaina sobre a assembleia!

Concluindo, Dybenko, animado pelo assentimento geral, declarou com segurança: “Falam da necessidade de fazer a guarnição de Petrogrado marchar em defesa dos arredores da capital, em parte, de Reval. Não acrediteis nisso. Defenderemos Reval, nós mesmos. Permaneci aqui e defendei os interesses da Revolução... Quando necessitarmos de vosso apoio nós o diremos e estou certo de que nos sustentareis.” Esse apelo, o melhor feito para entrar na cabeça dos soldados, provocou uma tempestade de verdadeiro entusiasmo afogando, definitivamente, os protestos de alguns mencheviques. A questão da evacuação das tropas podia, doravante, ser considerada como resolvida.

O projeto de disposições apresentado por Lasimir foi adotado por maioria de 283 votos contra 1 e 23 abstenções. Esses números, inesperados para os próprios bolcheviques, davam a medida da pressão revolucionária das massas. O voto significava que a seção dos soldados transmitia, aberta e oficialmente, a direção da guarnição, arrebatada ao estado-maior governamental, às mãos do Comitê Militar Revolucionário. Em breve ficaria provado que não se tratava apenas de uma simples demonstração.

Nesse mesmo dia o Comitê Executivo dos soviets de Petrogrado publicou uma informação na qual era anunciada a criação, anexa a ele, de uma seção especial da Guarda Vermelha. O caso do armamento de operários que, sob os conciliadores, permanecera insolúvel, e se transformara mesmo em caso de perseguição, apresentou-se como sendo um dos problemas mais importantes do soviete bolchevista. A atitude desconfiada dos soldados, relativamente à Guarda Vermelha, de há muito ficara esquecida. Bem ao contrário, em quase todas as resoluções dos regimentos figurava a exigência de se armar os operários. A Guarda Vermelha e a guarnição foram doravante unidas. Em breve estarão ainda mais intimamente ligadas, devido à subordinação de ambas ao Comitê Militar Revolucionário.

O governo inquietou-se. Pela manhã do dia 14 realizou-se em casa de Kerensky uma conferência de ministros no decorrer da qual foram aprovadas medidas tomadas pelo estado-maior contra “as manifestações” que se preparavam. Os senhores do poder conjecturavam: Desta vez o caso ficará limitado a qualquer manifestação armada ou irá transformar-se em insurreição? O comandante da região militar declarava aos representantes da imprensa: “Estamos prontos para qualquer eventualidade.” Frequentemente, na véspera da execução, os condenados sentem um afluxo de forças.

Na sessão unificada dos comitês executivos, Dan, retomando as mesmas entonações de Tseretelli em junho (que se refugiara no Cáucaso), exigia dos bolcheviques uma resposta à seguinte pergunta: tinham eles a ideia de marchar e, caso a tivessem, quando o fariam? Pela resposta de Riazanov, o menchevique Bogdanov deduziu, não sem fundamentos, que os bolcheviques preparavam a insurreição e que ficariam à frente dos insurretos. Escrevia o jornal dos mencheviques: “É evidentemente sobre a não evacuação da guarnição que se baseiam os cálculos dos bolcheviques para a próxima tomada do poder.” Mas a tomada do poder era aqui colocada entre aspas: os conciliadores ainda não acreditavam seriamente no perigo. Receavam menos a vitória dos bolcheviques do que o triunfo da contrarrevolução resultante das novas colisões da guerra civil.

Ao assumir o encargo de armar os operários deveria o soviete abrir caminho para chegar aos depósitos de armas. Isso não se deu de uma vez. Cada iniciativa prática para diante era ainda, aqui, sugerida pela massa. Bastava apenas considerar, atentamente, suas propostas. Quatro anos após os acontecimentos Trotsky contava, em uma reunião consagrada às lembranças da Revolução de Outubro: “Quando surgiu uma delegação de operários para dizer-nos que tínhamos necessidade de armas, respondi-lhes: O arsenal não está em nosso poder.” Ao que retrucaram: “Fomos à fábrica de armamento de Sestroretsk.” – E então? – “Disseram-nos lá: se o soviete ordenar entregaremos tudo isto.” Dei ordem para que entregassem 5.000 fuzis, que os operários receberam no mesmo dia. Era uma primeira experiência. A imprensa inimiga uivou imediatamente contra a entrega de armas de parte de uma usina do Estado e por ordem de um indivíduo acusado de alta traição e libertado sob fiança. O governo calou-se. Foi

quando entrou em cena o órgão supremo da democracia, determinando uma ordem severa: não entregar armas a pessoa alguma sem a autorização do Comitê Executivo Central. Parecia que, em relação à entrega de armas, tanto Dan quanto Gotz eram tão pouco qualificados para interditar quanto Trotsky para autorizar ou ordenar; as usinas e os arsenais estavam sob a jurisdição do governo. Mas o desdém relativamente aos poderes oficiais constituía, em todos os momentos importantes, a tradição do Comitê Executivo Central e entrara fundamente nos hábitos do próprio governo porquanto estava de acordo com a natureza das coisas. A infração cometida contra os usos e os costumes partiu, portanto, de outro lado: uma vez que tinham deixado de fazer distinção entre os trovões do Comitê Executivo Central e os relâmpagos de Kerensky, os operários e os soldados não se recordavam mais nem de uns nem de outros.

Era mais cômodo exigir a evacuação dos regimentos de Petrogrado em nome do *front* do que em nome das comissões da retaguarda. Partindo dessas considerações Kerensky colocou a guarnição de Petrogrado sob a jurisdição do comandante do *front* norte, Cheremissov. Ao renunciar à sua autoridade, do ponto de vista militar, na capital, na qualidade de chefe do governo, vangloriava-se Kerensky de melhor submetê-la, na condição de generalíssimo. De seu lado, o general Cheremissov que deveria suportar o peso de uma tarefa muito dura, procurava auxílio nos comissários e nos membros do comitê. De comum acordo elaborou-se o plano das próximas operações. O estado-maior do *front*, juntamente com as organizações do exército, convocou para o dia 17, em Pskov, os representantes do soviete de Petrogrado, a fim de torná-los cientes perante as trincheiras, a vontade deles à queima-roupa!

Nada mais restava ao soviete de Petrogrado, senão aceitar o desafio. A delegação de algumas dezenas de homens, sendo que mais ou menos metade constituída de membros do soviete, e a outra metade de representantes dos regimentos, organizada no decorrer da sessão do dia 16, tendo à frente o presidente da seção operária, Feodorov, e os dirigentes da seção de soldados e da organização militar dos bolcheviques, Lashevich, Sadovsky, Mekhonoshin, Dashkevich e outros. Certo número de socialistas revolucionários de esquerda e de mencheviques internacionalistas, incluídos na delegação, comprometeram-se a defender, em Pskov, a política do soviete.

Em conferência, a delegação, antes da partida, adotou um projeto de declaração proposto por Sverdlov.

No decorrer da mesma sessão do soviete houve um debate a respeito do estatuto do Comitê Militar Revolucionário. Apenas inaugurada, esta instituição assumia, de dia para dia, aos olhos dos adversários, uma aparência cada vez mais detestável: estão preparando um levante? Será covardia ou falta de segurança nas próprias forças? Rebentam, na assembleia, risos unânimes; os representantes do partido do governo pedem, ao partido da insurreição, que lhes abra o coração. O novo comitê, continua o orador, não é outra coisa senão “um estado-maior revolucionário destinado à tomada do poder”. Eles, mencheviques, não entrarão. “Quantos sois?”, gritam na sala. A bem dizer os mencheviques são pouco numerosos no soviete, no muito 50, mas eles sabem, com segurança, que “as massas não aprovam o levante.” Em sua réplica Trotsky não nega estarem os bolcheviques dispostos a se apoderarem do poder: “Não fazemos disso um segredo.” Mas, no momento, não se trata disso. O governo apresentou a exigência de evacuação das tropas revolucionárias de Petrogrado – “e temos que dizer: sim ou não”. O projeto de Lasimir foi adotado por esmagadora maioria de votos. O presidente convida o Comitê Militar Revolucionário a começar o trabalho já no dia seguinte. Assim foi dado mais um passo.

O comandante da região militar, Polkovnikov, apresentou, novamente, naquele dia, um relatório do governo sobre o levante preparado pelos bolcheviques. O relatório estava redigido em tom arrogante: a guarnição, em conjunto, está com o governo, as escolas do *junkers* receberam ordens para se manterem preparadas. Em manifesto dirigido à população prometia Polkovnikov aplicar, em caso de necessidade, “as mais rigorosas medidas”. O prefeito da cidade, Schreider, socialista revolucionário, suplicava, de seu lado, “para que não fizessem desordens, arriscando, certamente, provocar a fome na capital”. Ameaçando e pedindo, jactando-se e sobressaltando-se, a imprensa elevava-se aos mais altos tons.

Para atuar sobre a imaginação dos delegados do soviete de Petrogrado, foi preparada em Pskov uma recepção militar do gênero teatral. No lugar destinado ao estado-maior, em torno das mesas cobertas com mapas imponentes, assentaram-se os senhores generais, os altos comissários, presididos por Voitinsky, e os representantes dos comitês do Exército.

Os chefes das seções do estado-maior leram relatórios referentes à situação das forças armadas de terra e do mar. As conclusões dos relatórios condiziam em um ponto: é indispensável mobilizar, imediatamente, a guarnição de Petrogrado, a fim de defender o acesso à capital. Tanto os comissários quanto os membros do comitê repudiavam, com indignação, as suspeitas levantadas a respeito de uma política de bastidores: a operação era integralmente ditada pela necessidade estratégica. Os delegados não possuíam provas diretas do contrário; em semelhantes casos as provas não se espalham pelas ruas. A situação toda, porém, desmentia os argumentos da estratégia. Não eram os homens que faltavam, mas trincheiras; os homens é que não mais queriam combater. O estado de espírito da guarnição de Petrogrado não era o indicado para consolidar o *front* abalado. Além disso, as lições das jornadas kornilovianas estavam ainda vivas na memória de todos. Profundamente convencida de estar com a razão a delegação pôde, facilmente, fazer frente ao ataque do estado-maior e voltou a Petrogrado mais coesa do que no momento da partida.

As provas formais que, naquela ocasião, faltavam aos participantes da sessão estão, agora, à disposição do historiador. A correspondência militar secreta demonstra que não era o *front* que reclamava os regimentos de Petrogrado, ao contrário, era Kerensky quem os impunha ao *front*.

O comandante em chefe da frente norte respondia a um telegrama enviado pelo ministro da Guerra: “Secreto. 17. X. A iniciativa da remessa de tropas da guarnição de Petrogrado partiu de vós e não de mim... Quando se tornou claro que os contingentes da guarnição de Petrogrado não desejavam partir para o *front*, isto é, que eles não seriam capazes de combater, eu, em entendimento particular com vosso representante, um oficial, disse que... sobravam, no *front*, contingentes semelhantes; em vista, porém, de vosso desejo de enviá-los ao *front* não recusei, e não recusarei ainda a recebê-los caso V. S^a. acredite seja indispensável evacuar Petrogrado. O tom do telegrama, que é semipolêmico, explica-se pelo fato de que Cheremissov, general dado à alta política e que era considerado no Exército czarista como “um vermelho”, e que, mais tarde tornou-se, segundo a expressão de Miliukov, “o favorito da democracia revolucionária” chegara, visivelmente, à conclusão de que era melhor separar-se do governo, em tempo oportuno, em razão do conflito que ele, governo, sustentava com os

bolcheviques. A conduta de Cheremissov, durante os dias da insurreição, confirma, inteiramente, esse esclarecimento.

A luta pela guarnição complicava-se com outra: a luta pelo congresso dos soviets. Restavam apenas quatro ou cinco dias até a data primitivamente fixada. O “levante” era esperado para o momento da realização do congresso. Supunha-se que, de modo idêntico às Jornadas de Julho, o movimento deveria desenvolver-se segundo o tipo de manifestação armada de massas, com combates na rua.

O menchevique de direita, Potressov, apoiando-se, segundo as aparências, na contraespionagem ou então na missão militar francesa que, audaciosamente, fabricava mentiras, expunha, na imprensa burguesa, o plano do levante bolchevista que se daria na noite de 16 para 17 de outubro. Os inventivos autores do plano não esqueceram de prever que os bolcheviques, por uma das portas da cidade, arrastariam com eles “elementos pertencentes a quadrilhas de ladrões”. Os soldados dos regimentos da guarda sabem rir tão bem quanto os deuses de Homero. As brancas colunas e os lustres do Instituto Smolny pareciam ao som dos risos que estouraram quando foi lido o artigo de Potressov na sessão do soviets. O sensato governo porém, sabia ainda ver as coisas como se passavam sob seus olhos, ficou seriamente alarmado pelo falso absurdo e reuniu-se urgentemente, às duas horas da manhã, para impedir o avanço “dos elementos da quadrilha”. Após novas consultas de Kerensky às autoridades militares, foram tomadas as medidas indispensáveis: a guarda do Palácio de Inverno e do Banco do Estado foi reforçada; convocaram-se duas escolas de subtenentes de Oranienbaum e também um trem blindado do *front* romeno. “No último instante os bolcheviques”, segundo Miliukov, “deram contraordem em seus preparativos. O motivo que os fez agir assim não ficou muito claro.” Alguns anos após os acontecimentos, o sábio historiador ainda prefere acreditar em uma invenção que se desmentia por si mesma.

As autoridades encarregaram a milícia de explorar as imediações da cidade a fim de encontrar as pegadas dos preparativos do levante. Os relatórios da milícia apresentam uma combinação de observações agudas com a estupidez policial. Os observadores constataram no quarteirão de Alexandre Nevsky, onde se encontra bom número de grandes usinas, uma completa calma. No bairro de Vyborg era abertamente proclamada

a necessidade de derrubar o governo, mas “exteriormente reinava completa calma. No bairro de Vassilie-Ostrov havia alguma exaltação, mas lá tampouco “se observavam sinais exteriores de um próximo levante”. Intensa propaganda era levada a efeito no quarteirão de Narva, em prol do levante, mas de ninguém era possível obter resposta à seguinte pergunta: quando, precisamente? Ou o dia e a hora eram conservados sob o selo de profundo segredo ou então ninguém sabia de coisa alguma. Ficou decidido reforçar as patrulhas à entrada dos arrabaldes e os comissários das milícias deveriam inspecionar os postos com maior frequência.

O relatório do correspondente de um jornal liberal moscovita completa muito bem o relatório da milícia: “A agitação bolchevique em favor do levante atingiu o auge nas usinas de Petrogrado, Nevsky, Obukhovsty e Putilov. O estado de espírito dos operários é tal que estão prontos a se porem em movimento a qualquer momento. Observa-se em Petrogrado, nesses últimos dias, um afluxo inaudito de desertores... É difícil, na estação de Varsóvia, desembaraçarmo-nos de multidão de soldados de aspecto ambíguo, olhos em fogo, gestos excitados... Estamos informados acerca da chegada, em Petrogrado, de verdadeiros bandos de ladrões que pressentem a oportunidade de um bom golpe. A quadrilha se organiza, as casas de chá e os casebres estão cheios deles...” Os terrores do pequeno burguês e os diz que diz da política misturam-se, aqui, com a dura realidade. Ao aproximar-se do desenlace a crise revolucionária revolvia os abismos sociais até o fundo. E os desertores, e os bandos de ladrões, e os maltrapilhos, realmente se haviam erguido ao bramido do cataclismo que se aproximava. Cúpulas da sociedade consideravam, com terror físico, as forças desencadeadas do regime delas, os vícios e as suas úlceras. A Revolução não os criara, pusera-os nus.

Naqueles dias, em Dvinsk, no estado-maior do Exército, o barão Budberg, que já conhecemos, reacionário, amargo como fel, porém, possuindo o dom da observação e uma original perspicácia, escrevia: “Os cadetes, os cadetoides, os outubristas e os revolucionários de todos os matizes, tanto os da antiga formação quanto os de março, sentem o fim próximo e vaticinam tanto quanto podem, lembrando os mulçumanos que tentam impedir um eclipse da Lua por meio de matracas.”

A 18 de março foi, pela primeira vez, convocada a conferência da guarnição. Um telefonograma enviado aos efetivos convidava os ho-

mens a se absterem de atos inconsiderados e a executar apenas as decisões do Estado-Maior que lhes fossem referendadas pela seção dos soldados. Tentava, assim, o soviete, resolutamente, assumir o controle da guarnição. O telefonograma não era, em resumo, senão um apelo à derrubada das autoridades existentes. Mas poderíamos, se quiséssemos, interpretá-lo como um ato pacífico de substituição dos bolcheviques pelos conciliadores dentro do mecanismo da dualidade de poderes. Praticamente vinha a dar no mesmo, mas deixava lugar para as ilusões. O *presidium* do Comitê Executivo Central, que se considerava como senhor do Smolny, fez uma tentativa para suspender a expedição do telefonograma. Com esse ato conseguiu apenas, mais uma vez, comprometer-se. A assembleia dos representantes de comitês de regimentos e de companhias de Petrogrado e arredores, realizou-se na hora fixada e foi extraordinariamente numerosa.

Graças à atmosfera criada pelos adversários, os relatórios dos participantes à conferência da guarnição concentraram-se, espontaneamente, na questão do próximo “levante”. Deu-se então um memorável recenseamento que os dirigentes jamais teriam ousado empreender por iniciativa própria. Pronunciaram-se contra o levante: a escola de subtenentes de Peterhof e o 9º Regimento de Cavalaria. Os esquadrões de fronteiras da cavalaria da guarda tendem para a neutralidade. A escola de subtenentes de Oranienbaum submetem-se-á apenas à decisão do Comitê Executivo Central. As declarações hostis ou neutras limitaram-se apenas a estas. Declaram-se prontos a marchar ao primeiro apelo do soviete de Petrogrado: os regimentos Eguersky (caçadores) Moscovita, Volynsky, Pavlovsky, Keksgolmsky, Semenovsky Izmailovsky, o 1º de metralhadoras e o 3º da reserva, o 2º de equipagens do Báltico, o batalhão de engenheiros (eletricistas), a divisão de artilharia da guarda. O regimento de granadeiros só sairá de acordo com o apelo do congresso dos sovietes: isso basta. Efe-tivos menos importantes seguem a maioria. Os representantes do Comitê Executivo Central que consideravam, ainda recentemente, e não sem razão, que a fonte da força deles encontrava-se na guarnição de Petrogrado, viram-se, desta vez, que, por unanimidade quase, negavam-lhe a palavra. Num estado de irritação impotente abandonaram a assembleia “desprovida de poderes jurídicos”, assembleia que, por proposta do presidente, con-

firmou imediatamente o seguinte: “Ordem alguma é válida quando não trouxer a assinatura do Soviete”.

Tudo aquilo que, no decorrer dos últimos meses e, sobretudo das últimas semanas, se desenvolvera na consciência da guarnição, cristalizava-se agora. O governo viu-se mais nulo do que poderia acreditar. Enquanto a cidade estava cheia de rumores sobre o levante e os combates sangrentos, a conferência dos comitês de regimentos, onde se manifestou esmagadora preponderância dos bolcheviques, tornou inúteis, em suma, as demonstrações e os combates de massas. A guarnição marchava, com segurança, para a insurreição, considerando-a não como um levante, mas sim como a realização do direito incontestável dos sovietses disporem do destino do país. Havia, nesse movimento, uma força irresistível, mas, concomitantemente, sentia-se que havia um certo peso. O partido tinha necessidade de acordar habilmente seus atos com as medidas políticas dos regimentos cuja maioria esperava um apelo do soviete e, alguns, do congresso dos sovietses.

A fim de afastar o perigo de qualquer perturbação, mesmo que fosse temporária, no desenvolvimento da ofensiva, era necessário que se respondesse a uma pergunta que agitava não apenas os inimigos, mas também os amigos: iria o levante declarar-se, efetivamente, hoje ou amanhã? No bonde, na rua, nas casas comerciais, só havia uma preocupação: o próximo levante. Na praça do Palácio, em frente ao Palácio de Inverno, em frente ao estado-maior – longas filas de oficiais oferecem seus serviços ao governo e, em troca, recebem revólveres. No momento do perigo nem os revólveres nem os donos deles apareceram. Os editoriais de todos os diários são consagrados à questão do levante. Gorky exige dos bolcheviques que, se não forem apenas “o joguete sem defesa de uma turba selvagem”, que desmintam os boatos. A incerteza perante o desconhecido penetrou até nos bairros operários e, sobretudo, nos regimentos. Nos últimos começavam a crer que o levante se preparava sem a contribuição deles. Por quem? Por que motivo o Smolny se calava? A posição contraditória do soviete, a um tempo parlamento aberto e estado-maior revolucionário, criava, na última curva, grandes dificuldades. Tornava-se impossível calar por mais tempo.

“Desde alguns dias”, diz Trotsky, ao findar a sessão da tarde do soviete, “a imprensa está repleta de informações, de boatos, de artigos a respeito do próximo levante... As resoluções do Soviete de Petrogrado são

publicadas com o conhecimento de todos. O Soviete é uma instituição eletiva e... não pode tomar decisão alguma que não seja do conhecimento dos operários e dos soldados... Declaro, em nome do Soviete: não foi, por nós, fixada manifestação armada de qualquer espécie. Se, porém, o Soviete, segundo a marcha dos acontecimentos, se visse forçado a apelar para qualquer manifestação, os operários e os soldados, a um sinal dado por ele, marchariam como se fossem um só e único homem... Dizem que assinei a ordem de entregar 5.000 fuzis... Sim, eu assinei... O Soviete continuará a organizar e armar a guarda operária." Os delegados compreendiam: a batalha está próxima mas, sem eles e fora deles, o sinal não seria dado.

Entretanto, independentemente das explicações tranquilizadoras, têm as massas necessidade de uma clara perspectiva revolucionária. O relator une entre si as duas questões: a evacuação da guarnição e o próximo congresso dos soviets. "Temos com o Governo um conflito que poderá assumir caráter extremamente grave... Não permitiremos que privem Petrogrado de sua guarnição revolucionária." Este conflito, aliás, está subordinado a outro que já se anuncia: "A burguesia sabe que o Soviete de Petrogrado proporá ao Congresso dos Soviets que tome o poder em mãos... Presentindo a batalha inevitável, as classes burguesas se esforçam por desarmar Petrogrado." Pela primeira vez, nesse discurso, a insurreição era politicamente concatenada e com absoluta clareza: estamos dispostos a tomar o poder, temos necessidade da guarnição e não deixaremos que ela parta. "À primeira tentativa da contrarrevolução para suprimir o Congresso responderemos por meio de uma contraofensiva que será implacável e que levaremos até o fim." A proclamação de uma ofensiva política resoluta se aperfeiçoa, ainda dessa vez, por meio da fórmula de defesa armada.

Sukhanov, que se apresentara à sessão com o estéril projeto de obrigar o soviets a festejar o jubileu de Gorky, comentava, posteriormente, e bastante bem, aquilo que a Revolução havia ligado, naquele dia, por meio de um nó resistente: para o Smolny a questão da guarnição é a da insurreição. Para os soldados trata-se da própria sorte deles. "É difícil imaginar-se um ponto de partida mais favorável à política daqueles dias." Isso, entretanto, não impede que Sukhanov considere perigosa a política dos bolcheviques no conjunto. Juntamente com Gorky e milhares de intelectu-

ais radicais, teme ele aquela multidão que pretendem estar “desagregada” e que, com uma regularidade notável, desenvolve dia por dia a sua ofensiva.

O soviete estava bastante poderoso para proclamar, abertamente, um programa de insurreição no Estado e até mesmo para fixar a data. Mas ao mesmo tempo – e até compreendido o próprio dia por ele mesmo marcado para uma completa vitória – o soviete era impotente em numerosas pequenas e grandes questões. Kerensky, já então politicamente anulado, edita ainda decretos no Palácio de Inverno. Lenine, o inspirador do irresistível movimento de massas, leva vida clandestina e o ministro da Justiça, Maliantovich, ordenara, novamente, ao procurador, que expedisse contra ele, Lenine, uma ordem de prisão. Mesmo no Smolny, em território próprio, o todo-poderoso soviete de Petrogrado parece viver simplesmente por favor. A administração do instituto, da caixa, da expedição, dos automóveis, dos telefones, encontra-se ainda em mãos do Comitê Executivo Central, o qual, ele também, só se preocupa em manter os tênues fios do direito de sucessão.

Conta Sukhanov de que modo, após a sessão, altas horas da noite, saiu ele para o jardim do Instituto Smolny, em meio às trevas profundas, e sob uma chuva constante e forte. Uma grande multidão chapinhava, desesperadamente, diante de dois automóveis fumegantes e asquerosos que haviam sido cedidos ao soviete bolchevique pelas ricas garagens do Comitê Executivo Central. “Também o presidente Trotsky adiantara-se na direção daqueles carros”, narra o onipresente observador. “Depois, tendo parado, observado durante um minuto, resmungou e afastou-se sob a chuva torrencial e desapareceu na obscuridade.” Na plataforma de um bonde Sukhanov encontrou-se em presença de um homenzinho de aparência modesta e barba pontiaguda. O desconhecido tentou reconfortar Sukhanov a respeito dos inconvenientes dos meios de locomoção por demais lentos. “Quem é?”, pergunta Sukhanov a uma viajante bolchevista que o acompanhava. “Um velho militante do partido, Sverdlov.” Menos de quinze dias depois este homenzinho de barbicha negra era presidente do Comitê Executivo Central, órgão supremo da República dos soviets. Talvez Sverdlov tivesse consolado seu companheiro de viagem devido a um sentimento de gratidão: oito dias antes, em um apartamento de Sukhanov, mas a bem dizer, a sua revelia, tivera lugar a sessão do Comitê Central dos bolcheviques que colocara, na ordem do dia, a insurreição armada.

No dia seguinte pela manhã o Comitê Executivo Central tentou dar aos acontecimentos um golpe de direção em outro sentido. O birô convocou uma assembleia “legal” da guarnição, a ela convocando mesmo os comitês atrasados, não renovados, por eleições havia muito tempo, e que não estiveram presentes à sessão da véspera. A verificação complementar da guarnição, apresentando algo de novo, só fez confirmar, ainda mais claramente, o quadro da véspera. Contra o levante pronunciou-se, dessa vez: a maioria dos comitês dos efetivos que estavam acantonados na fortaleza Pedro e Paulo e os comitês da divisão de carros blindados; uns e outros declararam que se submeteriam ao Comitê Executivo Central. É impossível não se tomar em consideração.

Edificada em pequena ilha banhada pelo Neva e seu canal, entre o centro da cidade e dois bairros, a fortaleza domina as pontes mais próximas e cobre, ou melhor, ao contrário, desnuda, do lado do rio, as imediações do Palácio de Inverno onde se instalara o governo. Destituída de qualquer importância militar em operações de grande envergadura pode a fortaleza, entretanto, revelar sua presença em combates de rua. Além disso, e talvez seja o mais importante, à fortaleza está ligado o arsenal de Kronverksky: os operários têm necessidade de fuzis e, aliás, os regimentos mais revolucionários estão quase desarmados. A importância dos carros blindados em caso de combates de rua não necessita de explicações; do lado do governo podem ocasionar grande número de vítimas inúteis; do lado da insurreição encurtariam o caminho da vitória. Os bolcheviques, durante os próximos dias, deveriam prestar particular atenção à fortaleza e à divisão de carros blindados. Quanto ao resto, a relação de forças na conferência permanecia a mesma da véspera. A tentativa do Comitê Executivo Central para que fosse adotada a circumspecta decisão esbarrou de encontro à fria resistência da esmagadora maioria: não tendo sido convocada pelo soviete de Petrogrado a conferência não se julga autorizada para votar resoluções. Os líderes conciliadores vieram, eles mesmos, ao encontro desse último golpe.

Ao encontrar entrincheirados os regimentos, pelo lado de baixo, o Comitê Central tentou apoderar-se da guarnição pelo lado de cima. De acordo com o estado-maior, o comitê designou primeiro comissário, em toda a circunscrição militar, o socialista revolucionário Malevsky e declarou só reconhecer os comissários dos bolcheviques quando subordinados ao comissário

principal. A tentativa de apoiar-se na guarnição bolchevista, por intermédio de um capitão de quem jamais se ouvira falar, era uma decorrência evidente do desespero. Rejeitando-a, o soviete suspendeu as negociações.

O levante denunciado por Potressov não se deu no dia 17. Depois disso os adversários marcaram, definitivamente, uma nova data: 20 de outubro. O dia 20 fora reservado, de início, conforme já o sabemos, para a abertura do congresso dos sovietes: vemos a insurreição seguir o congresso como se fosse uma sombra. É verdade que o congresso foi adiado para cinco dias depois: deslocava-se o objeto, mas a sombra permanecia. O governo tomou, mais uma vez, todas as medidas necessárias para obstar o “levante”. Instalaram, nos arrabaldes, postos avançados. Patrulhas de cossacos passaram a percorrer os bairros operários durante toda a noite. Reservas de cavalaria, em diversos pontos de Petrogrado, permaneciam emboscadas. A polícia militar ficou de sobreaviso, e a metade do efetivo permanecia nos comissariados. Carros blindados postaram-se em frente do Palácio de Inverno e peças de artilharia ligeira, assim como metralhadoras foram assestadas. As imediações do palácio ficaram guardadas pelos piquetes em guarda avançada.

A insurreição, que ninguém organizara e para a qual ninguém ainda apelara ainda dessa vez não aconteceu. O dia decorreu muito mais tranquilo do que qualquer outro, os trabalhos nas fábricas e nas usinas não foram suspensos. As *Izvestia*, dirigidas por Dan trataram, logo, de celebrar a vitória alcançada sobre os bolcheviques! “A aventura dos bolcheviques, quanto à insurreição armada, terminou.” Os bolcheviques foram esmagados apenas pela indignação da democracia unificada: “Estão se rendendo!” A rigor pode-se pensar que os adversários dos bolcheviques ao perderem a cabeça – provocando temores prematuros e, de maneira tão inoportuna, lançando aos ares os toques de clarim da vitória, tinham como objetivo – objetivo que eles próprios se impuseram – desorientar a “opinião pública” que os seguia e assim dissimular os planos bolcheviques.

A decisão de criar um Comitê Militar Revolucionário, tomada, pela primeira vez, no dia 9, só passou pelo *plenum* uma semana mais tarde: o soviete não era o partido, a máquina burocrática, muito pesada, dificilmente se punha em movimento. Ainda foram necessários 4 dias para a formação do comitê. Mas essas dezenas de dias não ficaram perdidas:

ocuparam-se, ativamente, na conquista da guarnição, e a conferência dos comitês de regimentos teve tempo suficiente para provar sua vitalidade. Prosseguiram armando os operários, de sorte que o comitê militar, ao iniciar o trabalho no dia 20, cinco dias antes da insurreição, conseguiu ter em mãos os meios de agir perfeitamente ajustados. Devido ao boicote dos conciliadores, na composição do comitê, só entraram bolcheviques e socialistas revolucionários de esquerda. O único socialista revolucionário militante era Lasimir, que foi designado para dirigir o birô a fim de melhor acentuar o caráter de origem da instituição, soviética e não partidário. Em verdade, porém, o comitê, cujo presidente era Trotsky, e que tinha como principais militantes Podvoisky, Antonov-Ovseenko, Lashevich, Sadovsky, Mekhonohin apoiava-se exclusivamente nos bolcheviques. O comitê não conseguiu, por uma vez que fosse, reunir-se completo, com a participação das instituições enumeradas no estatuto. Os casos rotineiros seriam resolvidos pelo birô, sob a direção do presidente e, quando se tratasse de casos mais importantes, Sverdlov seria convocado.

O boletim do comitê registra, modestamente, as primeiras atividades: foram nomeados comissários para, nos efetivos de combate da guarnição, em certas instituições e em determinados depósitos, exercer a função de “vigilância e direção”. Isto significa que o soviete, já tendo conquistado a guarnição quanto ao ponto de vista político, submetia-se, agora, a ele, no que dizia respeito à organização. Na seleção dos comissários a organização militar dos bolcheviques desempenhou grande papel. Dos mil membros, mais ou menos, que dela faziam parte, grande número era constituído de homens resolutos, inteiramente devotados à Revolução, de soldados e de jovens oficiais que, depois das Jornadas de Julho, adquiriram têmpera nas prisões de Kerensky. Os comissários, selecionados entre eles, encontraram, nos regimentos da guarnição, um terreno já suficientemente preparado: passaram a ser considerados como pertencentes ao próprio meio e eram obedecidos pressurosamente.

A iniciativa para se apoderarem dos estabelecimentos públicos partia sempre da base. Os operários e os soldados que serviam na fortaleza Pedro e Paulo levantaram a questão sobre a necessidade de controlar os armamentos. O comissário designado para a fortaleza conseguiu impedir o armamento complementar dos *junkers*, sequestrou dez mil fuzis destina-

dos à região do Don, bem como estoques menos importantes destinados a organizações e a pessoas duvidosas. O controle rapidamente estendeu-se a outros depósitos e às lojas particulares dos armeiros. Bastava que se dirigissem ao comitê de soldados, de operários e de empregados, de um estabelecimento ou de uma loja, para que a resistência da administração fosse logo quebrada. Daí por diante as armas passaram a ser entregues apenas com ordem dos comissários.

Os operários tipógrafos, por intermédio do sindicato, chamaram a atenção do comitê para a multiplicação dos folhetos e das brochuras ultrarrevolucionárias (Cem Negros). Ficou decidido que o sindicato dos tipógrafos deveria entrar em entendimentos com o Comitê Militar Revolucionário, sempre que fosse indispensável encontrar uma solução para os casos duvidosos. O controle exercido pelos operários tipógrafos sobre a imprensa de agitação dos contrarrevolucionários era o mais eficaz de todos os meios de vigilância.

Não se limitando apenas a desmentir, formalmente, os boatos de insurreição, o soviete marcou para o dia 22, domingo, uma inspeção pacífica das forças, inspeção que não deveria assumir aspecto de manifestação de rua, mas, sim, de comícios nas usinas, nas casernas e nos lugares mais importantes da capital. Com a intenção evidente de provocar distúrbios sangrentos, alguns tartufos misteriosos resolveram fixar, para o mesmo dia, uma procissão religiosa pelas ruas da cidade. Um apelo lançado por cossacos desconhecidos convidava os habitantes a tomarem parte na procissão “em memória da libertação de Moscou em 1812”. O motivo escolhido não era muito atual, mas os organizadores pediam também, ao todo-poderoso, que abençoasse as armas dos cossacos “para a defesa contra os inimigos da terra russa”, o que se referia, evidentemente, a 1917.

Não havia por que temer uma séria manifestação contrarrevolucionária: o clero, em Petrogrado, não tinha força alguma, sob as bandeiras da Igreja, ele só poderia levantar os restos dos bandos Cem Negros. Todavia, com o auxílio de provocadores experimentados, pertencentes à contraespionagem e ao corpo de oficiais cossacos, escaramuças sangrentas poderiam acontecer.

Das medidas preventivas tomadas, o Comitê Militar Revolucionário principiou com a que reforçava a ação exercida sobre os regimentos

cossacos. Na sede do estado-maior mais revolucionário, foi instituído um regime severo. “Tornou-se, então, difícil entrar no Instituto Smolny”, escreve John Reed, “o sistema de passe era modificado com intervalo de poucas horas, porquanto os espiões ali penetravam.”

Na conferência da guarnição, no dia 21, consagrado ao Dia do Soviete que seria celebrado a 22, o relator propôs uma série de medidas capazes de prevenir possíveis choques de ruas. O 4º Regimento de Cossacos, o mais de esquerda, declarou, por intermédio do seu delegado, que não tomaria parte na procissão. O 4º Regimento de Cossacos asseverou que combateria, com todas as forças, os atentados da contrarrevolução, mas que considerava “inoportuno” um levante visando a tomada do poder. De três regimentos de cossacos, apenas um estava ausente, o mais atrasado, o do Ural, aquele mesmo trazido a Petrogrado, em julho, para esmagar os bolcheviques.

A conferência tomou, a respeito da exposição de Trotsky, três resoluções sucintas: 1º) “A guarnição de Petrogrado e de seus arredores promete, ao Comitê Militar Revolucionário, sustentá-lo integralmente em todas as iniciativas que tomar...”; 2º) “O dia 22 de outubro será o de um recenseamento pacífico das forças... A guarnição se dirige aos cossacos: ... nós vos convidamos a comparecer às nossas reuniões amanhã. Sede bem-vindos, irmãos cossacos!”; 3º) “O Congresso Panrusso dos Sovietes deve tomar o poder em mãos e assegurar ao povo paz, terra e pão. A guarnição promete, solenemente, colocar todas as suas forças à disposição do Congresso.” “Contai conosco, representantes credenciados dos soldados, dos operários e dos camponeses. Estamos todos em nossos postos, prontos a vencer ou a morrer.” Centenas de mãos levantaram-se aprovando as resoluções que confirmavam o programa da insurreição. Houve 57 abstenções: eram os “neutros”, isto é, os adversários hesitantes. Nem uma levantou-se contra. O nó apertava-se, firmemente, em torno do regime de fevereiro.

Soubese, durante o dia, que os misteriosos organizadores da procissão desistiram dela “por proposta do comandante em chefe da circunscrição”. Era um sucesso moral, bastante sério, que media, muito bem, toda a força de pressão da guarnição e que permitia esperar que os inimigos não ousassem sair às ruas no dia seguinte.

O Comitê Militar Revolucionário designou, para o Estado-Maior da circunscrição, três comissários: Sadovsky, Mekhonoshin, Lasi-mir. As ordens do comandante só seriam válidas quando referendadas por um dos três comissários. Atendendo ao apelo telefônico do Smolny, o estado-maior cedeu um carro para servir à delegação: o hábito da dualidade de poder ainda subsistia. Entretanto, contrariando qualquer expectativa, a amabilidade do estado-maior não significava que estivesse disposto a fazer concessões.

Ao ouvir a exposição de Sadovsky, Polkovnikov respondeu que não reconhecia qualquer comissário e não tinha necessidade de tutela. A delegação insinuou que o estado-maior se arriscava, enveredando por aquele caminho, a encontrar resistência do lado da tropa, ao que respondeu Polkovnikov, secamente: quanto à guarnição, ele a tinha nas mãos e que a submissão dela era fato assegurado. “A firmeza que demonstrava era sincera”, escreve Mekhonoshkin, nas memórias, “não se percebia nada de artificial.” E, para retornar ao Smolny, os delegados não contaram mais com o automóvel do estado-maior.

A conferência extraordinária, à qual foram convocados Trotsky e Sverdlov, tomou uma decisão: reconhecer a rotura com o estado-maior como um fato consumado e considerá-la como ponto de partida da ofensiva ulterior. Primeira condição de sucesso: os quartelões devem ficar a par de todas as etapas e de todos os episódios da luta. Não se deve permitir ao adversário apanhar as massas desprevenidas. Por intermédio dos soviets e dos comitês de bairro do partido, enviou-se uma exposição a todos os recantos da cidade. Os regimentos foram imediatamente informados do ocorrido. Nova confirmação: somente executar as ordens referendadas pelos comissários. Convidaram-se os soldados mais firmes a assumir os postos de guarda.

O estado-maior também decidira tomar medidas. Visivelmente instigado pelos conciliadores que o aconselhavam, Polkovnikov convocou uma conferência da guarnição, na qual tomaram parte os representantes do Comitê Executivo Central, para as 13 horas. Adiantando-se ao adversário o Comitê Militar Revolucionário convocou para as 11 horas da manhã uma conferência extraordinária dos comitês dos regimentos, no decorrer da qual ficou decidido formalizar a rotura com o estado-maior. O manifesto, imediatamente preparado e dirigido às tropas de Petrogrado e arredores

falava a linguagem de uma declaração de guerra. “Ao romper com a guarnição organizada da capital, o estado-maior transformou-se em instrumento direto das forças contrarrevolucionárias. O Comitê Militar Revolucionário exime-se de qualquer responsabilidade pelos atos do estado-maior e, colocando-se à frente da guarnição, toma a si a manutenção da ordem revolucionária contra os atentados da contrarrevolução.”

Era um passo decisivo no caminho da insurreição. Ou – quem sabe? – apenas um conflito a mais no mecanismo gerador de conflitos, a dualidade de poder? Era precisamente assim que o estado-maior, no intuito de tranquilizar-se, esforçava-se por interpretar o sucedido, depois de consultar os representantes dos efetivos, que não receberam, em tempo útil, o apelo do Comitê Militar Revolucionário. Uma delegação enviada pelo Smolny, sob a direção do subtenente bolchevique Dashkevitch, comunicou, rapidamente, ao estado-maior a decisão da conferência da guarnição. Os representantes de tropas, em pequeno número, confirmaram fidelidade ao soviete, e recusando formular um manifesto, dispersaram-se. Após rápida troca de ideias – comunicou a seguir à imprensa inspirada pelo estado-maior – não se tomou qualquer decisão definitiva: reconheceu-se indispensável aguardar a solução do conflito entre o Comitê Executivo Central e o soviete de Petrogrado. O estado-maior entendeu a destituição como caso de rivalidade, entre as instâncias soviéticas, lutando pelo direito de controlar, cada uma, os atos dele. A política da cegueira voluntária tinha a vantagem de dispensar uma declaração de guerra ao Smolny, para que os dirigentes não tinham forças bastantes. O conflito revolucionário, prestes a explodir, era assim reconduzido aos quadros legais da dualidade de poderes e com o auxílio dos órgãos governamentais. Temendo olhar a realidade, cara a cara, o estado-maior colaborava, tanto mais firmemente, para camuflar a insurreição.

Não seria, entretanto, a conduta das autoridades um meio de dissimular suas verdadeiras intenções? Sob as aparências de ingenuidade burocrática, não se dispunha o estado-maior a assestar no Comitê Militar Revolucionário um golpe imprevisto? Semelhantes atentados, partindo de órgãos atônitos e desmoralizados, pertencentes ao Governo Provisório, eram considerados, no Smolny, como pouco prováveis. O Comitê Militar Revolucionário tomou, apesar disso, medidas simples de precaução: nas

casernas mais próximas montavam guarda, dia e noite, companhias em pé de guerra, prontas, ao primeiro sinal, a correr em socorro do Smolny.

Apesar da procissão ter sido suspensa, a imprensa burguesa anunciou, para o domingo, derramamento de sangue. Pela manhã, um jornal conciliador declarou: as autoridades, hoje, mais do que no dia 20, aguardam, seguramente a manifestação. Pela terceira vez – 17, 20 e 22 – o moleque depravado enganou o povo gritando: “O lobo! O lobo!” Na quarta vez, se acreditamos na fábula, cairia nas garras do lobo.

A imprensa dos bolcheviques, ao apelar às massas, para que se reunissem, aludia à necessidade de recensear, pacificamente, as forças revolucionárias nas vésperas do Congresso Soviético dos soviets. Isso estava interinamente nos moldes do Comitê Revolucionário: fazer uma revista gigantesca, sem choques, sem usar armas, sem brandi-las. Era necessário revelar às massas a elas mesmas – o número, a força e a resolução que tinham. Através da unanimidade da multidão, forçar o inimigo a esconder-se, a desaparecer, a não se mostrar. Ao revelar a incapacidade da burguesia, diante da formação das massas operárias de soldados, era ainda necessário apagar, na consciência dos últimos, as lembranças refreadoras das Jornadas de Julho. Tinha-se que atingir aquele ponto em que as massas, ao se olharem, pudessem dizer: nada e ninguém poderá segurar-nos.

“A população apavorada”, escrevia cinco dias mais tarde Mi-liukov, “permaneceu ou em casa ou ao largo.” A burguesia permaneceu em casa: estava, realmente, apavorada com a sua própria pressa. O resto da população, já pela manhã, comparecia às reuniões: jovens e velhos, homens e mulheres, mães com os filhos no colo. Um tal comício jamais acontecera durante todo o período revolucionário. Petrogrado inteiro, exceto as cúpulas, era um imenso *meeting*. Nas salas superlotadas, o auditório renovava-se durante horas e horas. Vagas e vagas, operários, soldados e marinheiros, espriavam-se até os edifícios e inundavam-nos. Um tremor perpassou pelo pequeno povo da cidade, acordando-o com os gemidos e as advertências que realmente deviam provocar o medo. Dezenas de milhares de pessoas faziam submergir o enorme edifício da Casa do Povo. Espalhavam-se pelos corredores, pelos *buffets* e pelos salões. Nos postes de ferro fundido, nas janelas, estavam suspensos, em guirlandas, pencas de cabeças humanas, de braços e de pernas. Havia no ar aquela carga de eletricidade que anuncia

próximos fragores. Abaixo Kerensky! Abaixo a guerra! O poder aos soviets! Nem um dos conciliadores ousou aparecer diante das multidões ardentes para opor-lhes objeções ou fazer advertências. A palavra pertencia aos bolcheviques. Todos os oradores do partido, inclusive os delegados da província, que chegaram para o congresso, foram preparados. De vez em quando, raramente, tomava a palavra um socialista revolucionário de esquerda, às vezes, um anarquista. Uns e outros, todavia, procuravam ser, o menos possível, diferentes dos bolcheviques.

Durante horas mantiveram-se ali gente dos subúrbios, dos porões e das mansardas, paletós remendados, na cabeça bonés furados e grosseiras estolas, os calçados peçados da lama das ruas, as tosses outonais engolidas na garganta, apertados ombro contra ombro, espremendo-se mais e mais para dar lugar a outros, para dar lugar a todos, a escutar, sem cansaço, avidamente, apaixonadamente, exigindo, temendo que lhes escapasse o que era mais importante compreender, assimilar, fazer. Parecia que, durante os últimos meses, as últimas semanas, os últimos dias, todas as palavras já tivessem sido ditas. Não, hoje possuem um novo som. As massas as sentem de um modo novo, não como prédica, mas como obrigação de agir. A experiência da Revolução, da guerra, de uma luta dura, de toda uma vida amarga, emerge das profundezas da memória de todos os homens esmagados pela necessidade, e cunha-se nas palavras de ordem simples e imperiosa. Aquilo não podia continuar assim. Era preciso abrir uma passagem para o futuro.

Para esse dia simples e assombroso que se destacava, nitidamente, sobre o fundo ainda não esbatido da Revolução, o olhar de cada um dos militantes volveria, sempre, daí por diante. A imagem da lava humana, contida em seu movimento indomável, gravou-se, para sempre, na recordação das testemunhas oculares. “O dia do Soviete de Petrogrado”, escreveu o socialista revolucionário de esquerda Mstislavsky, “transcorreu entre inúmeros comícios, onde o entusiasmo era imenso.” O bolchevique Pestkovsky, que tomara a palavra em duas usinas a de Vassilie-Ostrov, documenta, “falamos, claramente, às massas sobre a próxima tomada do poder, por nós, e só escutamos aprovações”. “Em volta de mim” – contra Sukhanov, a respeito do *meeting* na Casa do Povo – “o ambiente aproximava-se do êxtase... Trotsky formulava breve resolução geral... Quem vota por? ... Multidão de milhares

de pessoas, como se um homem só fosse, levantou o braço. Vi os braços erguidos e os olhos faiscantes dos homens, das mulheres, dos jovens, dos operários, dos soldados, dos mujiques e de criaturas tipicamente pequeno-burguesas... Trotsky continuava a falar. A multidão imensa permanecia braço no ar. Trotsky escandia as palavras: vosso voto, que ele seja vosso juramento... A multidão imensa mantinha o braço levantado. Estava de acordo. Ela jurava.” O bolchevique Popov nos conta qual o juramento entusiasta que foi apresentado às massas: “carregar sobre o inimigo ao primeiro apelo do Soviete”. Mstislavsky fala sobre a multidão eletrizada que jurava fidelidade aos soviets. O mesmo quadro, se bem que em menores proporções, reproduzia-se em todas as partes da cidade, no centro e nos arrabaldes. Centenas de milhares de pessoas, simultaneamente e na mesma hora, levantavam o braço e juravam lutar até o fim.

Se as sessões cotidianas do soviete, da seção dos soldados, da conferência da guarnição, dos comitês de fábricas e de usinas, constituíam a soldadura interna de grande camada de dirigentes; se determinadas assembleias de massas agrupavam as usinas e os regimentos, podemos dizer que o dia 22 de outubro fundiu, a alta temperatura, numa caldeira gigantesca, as autênticas massas populares. As massas tomaram conhecimento delas próprias, viram os chefes e os líderes, viram e escutaram as massas. Ambos os lados ficaram reciprocamente satisfeitos. Os líderes estavam convencidos: não se pode adiar mais! As massas disseram: desta vez, será feito.

O sucesso da inspeção das forças bolchevistas, no domingo, fez diminuir a presunção de Polkovnikov e de seu alto-comando. De acordo com o governo e com o Comitê Executivo Central, o Estado-Maior tentou entender-se com o Smolny. Como, então, não seria possível restabelecer os antigos e amistosos hábitos de contato e de conciliação? O Comitê Militar Revolucionário não recusou delegar representantes para uma troca de ideias: não se podia desejar melhor maneira de verificação. “As conferências foram breves”, escreve Sadovsky em suas memórias. “O representante da circunscrição militar aceitava todas as condições anteriormente formuladas pelos bolcheviques... em troca do que devia ser anulado o mandado do Comitê Militar Revolucionário do dia 22 de outubro.” Tratava-se do documento que declarava o estado-maior instrumento das forças contrarrevolucionárias. Os mesmos delegados do comitê, que Polkovnikov despe-

diu dois dias antes, com tanta grosseria, exigiram e receberam, em mãos, um projeto de convenção, assinado pelo Estado-Maior e destinado a ser relatado no Smolny. No sábado, tais cláusulas de capitulação, semi-honrosas, seriam aceitas. Hoje, porém, segunda-feira, chegavam tarde demais. O Estado-Maior aguardava uma resposta, não a recebeu.

O Comitê Militar Revolucionário dirigiu-se à população de Petrogrado, informando-a a respeito da nomeação de comissários adidos às tropas, como também designados para os pontos mais importantes da cidade e dos arrabaldes. “Os comissários, na condição de representantes dos Sovietes, gozam de imunidades. Qualquer resistência aos comissários é resistência ao Soviete de deputados operários e soldados.” Os cidadãos, em caso de desordens, são convidados a dirigirem-se aos comissários, para que eles chamem as forças armadas. É a linguagem do poder. Mas o comitê não dá, ainda, o sinal de insurreição aberta. Pergunta Sukhanov: “Smolny faz tolices, ou brinca com o Palácio de Inverno, como o gato com o rato, provocando um ataque?” Nem uma coisa nem outra. Pela pressão das massas, com o peso da guarnição, o comitê priva o governo da posse do poder. Toma, sem luta, tanto quanto pode tomar. Avança as posições sem um tiro de fuzil, concentrando e consolidando, enquanto marcha, o seu exército. Mede, pela pressão que lhe opõe, a força de resistência do inimigo, sem perdê-lo um instante de vista. Cada passo para a frente modifica as disposições a favor do Smolny. Os operários e a guarnição levantam-se para a insurreição. O primeiro que apelar para as armas encontrar-se-á na marcha da ofensiva e do recuo. Agora é questão de horas. Se, no último minuto, o governo encontrar audácia, ou desespero, para dar o sinal da batalha, a responsabilidade recairá sobre o Palácio de Inverno, mas a iniciativa de qualquer maneira pertencerá ao Smolny. O ato do dia 23 de outubro significava a derrubada das autoridades, antes mesmo que o governo fosse derrubado. O Comitê Militar Revolucionário amarrava o regime inimigo pelas extremidades, antes de golpeá-lo na cabeça. A aplicação dessa tática “de penetração pacífica” consistia em quebrar, legalmente, o esqueleto do inimigo e paralisar, pela hipnose, o que nele subsistia ainda, de vontade, o que só era possível através da indubitável preponderância de forças de que dispunha o comitê e que continuava a crescer de hora em hora.

O comitê consultava, cotidianamente, o mapa da guarnição, largamente aberto diante dele, tomava a temperatura de cada regimento, acompanhava as flutuações de opinião e de simpatia, que se manifestavam nas casernas. Nada, que não fosse esperado, deveria acontecer daquele lado. No mapa, todavia, permaneciam, ainda, algumas manchas escuras. Era necessário tentar eliminá-las ou então reduzi-las. Desde o dia 19, notava-se que a maioria dos comitês da fortaleza Pedro e Paulo encontrava-se em disposições malévolas ou equívocas. Agora, quando toda a guarnição está com o comitê e que a fortaleza está cercada, pelo menos do ponto de vista político, já é tempo de apossar-se dela resolutamente. O tenente Blagonravov, nomeado comissário, encontrou resistência: o comandante da fortaleza, preposto do governo, recusava-se a reconhecer a tutela bolchevista, e até mesmo – segundo certos rumores – vangloriava-se de que prenderia o jovem tutor. Tornava-se necessário agir, e rapidamente. Antonov propôs introduzir, na fortaleza, um batalhão seguro do Regimento Pavlovsky e desarmar os efetivos hostis. Seria, entretanto, uma operação muito séria e grave da qual os oficiais poderiam aproveitar-se para derramar sangue e destruir a unanimidade da guarnição. Seria, efetivamente, necessário, tomar medida tão extremada? Para discutir esse assunto chamou-se Trotsky... – conta Antonov em seu livro lembranças. Trotsky desempenhou, então, um papel decisivo; com seu fato revolucionário, compreendeu bem o que devia aconselhar-nos: propôs que tomássemos a fortaleza pelo interior. “Não é possível”, disse ele, “que as tropas de lá não simpatizem conosco” – e aconteceu que ele tinha razão. Trotsky e Lashevich foram ao comício na fortaleza. No Smolny aguardavam-se, com incontida emoção, os resultados de um empreendimento que parecia arriscado. Trotsky evocou os acontecimentos depois: “No dia 23 fui à fortaleza lá pelas duas horas da tarde. Fazia-se um comício no pátio. Os oradores da ala direita estavam altamente circunspectos e evasivos... Os soldados nos escutaram e seguiam-nos. No terceiro andar do Smolny, deixaram escapar um suspiro profundo quando o telefone tocou trazendo as boas notícias de que a guarnição pedro-paulina comprometeu-se, solenemente, a obedecer, daí por diante, somente ao Comitê Militar Revolucionário.

A reviravolta na consciência dos efetivos da fortaleza não foi, como é fácil de entender-se, o resultado de um ou dois discursos. Já es-

tavam solidamente preparados pelo passado. Os soldados estavam muito mais na esquerda do que seus comitês. Só sobrava a casca, toda rachada, da velha disciplina, que sobreviveu, por detrás das muralhas muito mais tempo do que nas casernas da cidade. Bastava, todavia, um abalo para que tombasse em pedaços.

Blagonravov podia, agora, instalar-se com mais segurança, na fortaleza, dispor seu pequeno estado-maior, estabelecer ligação com o soviete bolchevista do quarteirão vizinho e com os comitês das casernas mais próximas. Entrementes, delegações das usinas e das formações militares vêm pedir que lhes entreguem as armas. Na fortaleza reina, então, uma animação indescritível. “O telefone toca sem parar e leva as notícias dos novos sucessos que obtínhamos nas reuniões e nos *meetings*.” Por vezes uma voz desconhecida informa a chegada, na estação, de destacamentos vindos do *front* com missão punitiva. Verificações imediatas demonstram que eram mentiras jogadas em circulação pelo inimigo.

A sessão noturna, no soviete, naquele dia, se destaca pela excepcional afluência e por um entusiasmo todo particular. A ocupação da fortaleza Pedro e Paulo e a tomada, definitiva, do arsenal de Kronverksky onde estão depositados cem mil fuzis, é uma séria garantia de sucesso. Em nome do Comitê Militar Revolucionário, Antonov faz uma exposição. Em traços sucessivos desenha o quadro da espoliação dos órgãos governamentais pelos agentes do Comitê Militar Revolucionário: os agentes são, em toda a parte, acolhidos como homens de confiança; obedecem não por modo, mas conscientemente. “Dos quatro cantos reclamam a nomeação de comissários.” Os contingentes em atraso apressam-se para acompanhar o passo dos que se adiantaram. O Regimento Preobrashensky, o primeiro, em julho, a acreditar na calúnia a respeito do ouro alemão, fazia, agora, um violento protesto, por intermédio de seu comissário Chudnovsky, contra os rumores, segundo os quais, o regimento estava do lado do governo: tal ideia é considerada como a última das injúrias!... É verdade que a guarda permanece, como de hábito – conta Antonov – mas com o consentimento do comitê. As ordens do estado-maior sobre a liberação de armas e automóveis não foram executadas. O estado-maior teve, assim, a possibilidade de ver quem era o senhor na capital.

Pergunta-se ao relator se o comitê está informado a respeito do movimento de tropas governamentais do *front* e das circunvizinhanças e quais as medidas tomadas para desviá-las; o relator responde: do *front* romeno fizeram vir contingentes de cavalaria, mas eles estão retidos em Pskov; a 17^a Divisão de Infantaria foi informada, em meio do caminho, para onde iam, com que finalidade se movimentava e recusou-se a prosseguir; em Wenden, dois regimentos resistiram a marchar sobre Petrogrado; permanece desconhecido o destino dos cossacos e dos *junkers* que, segundo dizem, partiram de Kiev, assim como das tropas de choque chamadas de Tzarskoe-Selo. Não ousam e não ousarão tocar no Comitê Militar Revolucionário. Essas palavras não soaram mal na sala branca do Smolny. A exposição de Antonov pode dar ao leitor a impressão de que o Estado-Maior da insurreição teria trabalhado com as portas inteiramente abertas. Efetivamente: o Smolny já não tem muito o que esconder. A conjuntura política da insurreição é tão favorável, que a própria franqueza se transforma numa espécie de camuflagem: é assim que se prepara um levante? A palavra “levante”, entretanto, não é pronunciada por nem um dos dirigentes. Não apenas por motivo de prudência, mas porque o termo não corresponde à situação real: dir-se-ia caber ao governo de Kerensky sublevar-se. Num relatório do *Izvestia* disseram, é verdade, que Trotsky, na sessão do dia 23, pela primeira vez, reconheceu, abertamente, que o objetivo do Comitê Militar Revolucionário era a tomada do poder. Sem dúvida alguma, daquele ponto de partida em que se declarava que a principal tarefa do comitê era a verificação dos argumentos estratégicos de Cheremissov, todos já se tinham distanciado muito. A evacuação dos regimentos estava quase esquecida. Mas, a 23, tratava-se, ainda assim, não do levante, mas da “defesa” do próximo congresso dos soviets, se necessário, com armas na mão. Foi exatamente dentro desse espírito que se formulou a resolução sobre a exposição de Antonov.

Como, nas altas esferas governamentais, apreciavam os acontecimentos em curso? Ao levar ao conhecimento, por fio direto, na noite de 21 para 22, ao chefe do quartel-general, Dukhonin, as tentativas do Comitê Militar Revolucionário para separar os regimentos do comando, Kerensky acrescentou: “Penso que arranjaríamos isso facilmente.” A chegada dele, generalíssimo, ao quartel-general, não foi retardada devido às apre-

ensões diante de quaisquer levantes: “Resolveriam tudo sem mim, uma vez que tudo já estava organizado.” Aos ministros alarmados Kerensky declara de maneira tranquilizadora que ele, pessoalmente, estava muito feliz por ver que a hora do levante chegava, o que lhe daria a possibilidade “de acabar, de uma vez por todas, com os bolcheviques”. “Estarei até disposto a mandar celebrar um serviço religioso de ação de graças”, responde o chefe do governo ao cadete Nabokov, frequentador do Palácio de Inverno, “se tal manifestação acontecer”. “Conto com forças bem maiores do que o necessário – serão esmagados definitivamente”.

Ironizando, depois, o otimismo leviano de Kerensky, os cadetes caíam, evidentemente, em amnésia: na realidade Kerensky considerava os acontecimentos de acordo com o próprio ponto de vista deles cadetes. No dia 21, o jornal de Miliukov noticiava que, se os bolcheviques, roídos por uma profunda crise interior, ousassem manifestar-se, seriam esmagados no próprio lugar e sem contemplação. Outro jornal cadete acrescentava: “Há tempestade no ar, mas, quem sabe, ela purificará a atmosfera.” Dan testemunha que, nos corredores do Pré-Parlamento, os cadetes e os seus grupos mais próximos sonhavam em voz alta, manifestando o desejo de verem os bolcheviques se manifestarem o mais breve possível: “em ordem de batalha, frente a frente, serão totalmente derrotados.” Cadetes de categoria diziam a John Reed: esmagados num levante, os bolcheviques não poderão mais levantar a cabeça na Assembleia Constituinte.

Durante os dias 22 e 23, Kerensky consultava ora os líderes do Comitê Executivo ora seu estado-maior: Não seria conveniente prender o Comitê Militar Revolucionário? Os conciliadores não tinham a mesma opinião: eles próprios tentariam resolver a questão dos comissários. Polkovnikov achava também que não havia necessidade de apressar-se no que dizia respeito às detenções: forças militares, em caso de necessidade, nós as temos “mais do que o necessário”. Kerensky ouvia Polkovnikov, porém ainda mais seus amigos conciliadores. Esperava, firmemente que, no caso de perigo, o Comitê Executivo Central, apesar dos desentendimentos em família, viria em auxílio no momento oportuno: foi assim em julho e em agosto; por que não continuariam?

Todavia não se estava mais nem em julho nem em agosto. Estava-se em outubro. Sobre as praças e os cais de Petrogrado sopravam,

vindo do lado de Kronstadt, os ventos frios e úmidos do Báltico. Nas ruas desfilavam, cantando árias de guerra que abafavam a ansiedade, os *junkers* com seus capotes cinza, descendo até os calcanhares. Milicianos a cavalo exibiam-se com seus revólveres nos coldres inteiramente novos. Não, o poder ainda mantinha um aspecto bastante imponente. Ou seria apenas ilusão de ótica? Na esquina da Perspectiva Nevsky, John Reed, o americano de olhos ingênuos e sagazes, comprava uma brochura de Lenine, *Os Bolcheviques Conservarão o Poder?* Pagando-a com selos do Correio que circulavam, então, como dinheiro miúdo.

.....

Capítulo V

LENINE APELA PARA A INSURREIÇÃO

A O LADO DAS USINAS, das casernas, das províncias, do *front*, dos sovietes, a Revolução contava com outro laboratório: a cabeça de Lenine. Obrigado a levar vida clandestina, viu-se forçado, durante cento e onze dias, de 6 de julho a 25 de outubro, a restringir as entrevistas até mesmo com os membros do Comitê Central. Na falta de comunicação direta com as massas e sem contato com as organizações, ele concentra seu pensamento, ainda mais, nas questões essenciais da Revolução, alçando-as – o que nele era, há um tempo, necessidade e regra – aos problemas fundamentais do marxismo.

O argumento principal dos democratas, e dentre eles os que se mantinham mais à esquerda, contra a tomada do poder, fundamentava-se na suposição de que os trabalhadores ainda se mostravam incapazes de manobrar o aparelho do estado. Tais eram, no fundo, as apreensões dos elementos oportunistas, mesmo no meio do bolchevismo. “O aparelho do Estado!” Qualquer pequeno burguês é educado, submisso, diante desse princípio místico que está acima das pessoas e das classes. O filisteu instruído guarda na pele o mesmo frêmito que sentiu seu pai ou seu avô, vendeiro ou camponês enriquecido, diante das todo-poderosas instituições, onde se decidem as

questões de guerra e de paz, onde se liberam as patentes comerciais, de onde caem os golpes do malho das contribuições, onde se castiga, e onde, porém, raramente se premia, onde se legitimam os casamentos e os nascimentos, onde até mesmo a morte deve tomar, respeitosamente, o lugar na fila, antes de ser reconhecida. O aparelho de Estado! Tirando respeitosamente o chapéu, descalçando-se até, é na ponta das peúgas que, no santuário do ídolo, penetra o pequeno burguês – chama-se ele Kerensky, Laval, MacDonald ou Hilferding – quando a sorte pessoal ou a força das circunstâncias fazem dele um ministro. Não pode justificar tal prerrogativa, a não ser submetendo-se, humildemente, ao “aparelho de Estado”. Os intelectuais russos, radicais, que só ousavam, mesmo em tempo de Revolução, aderir ao poder por detrás das costas dos proprietários nobres, ou dos detentores do capital, consideravam os bolcheviques com pavor e indignação: esses agitadores das ruas, esses demagogos pensam apoderar-se do aparelho de Estado!

Depois que, em meio à luta contra Kornilov, os soviets, apesar da covardia e da incapacidade da democracia oficial, salvaram a Revolução, Lenine escrevia: “Que aprendam, através deste exemplo, todos os homens de pouca fé. Que se envergonhem quantos dizem: ‘Não temos um aparelho para substituir o antigo, aquele que inevitavelmente tende para a defesa da burguesia.’ Tal aparelho existe. São os soviets. É preciso não temer a iniciativa e a espontaneidade das massas, confiai nas organizações revolucionárias das massas – e vereis manifestar-se, nos domínios da vida do Estado, a mesma força, a mesma grandeza e invencibilidade, que os operários e os camponeses demonstraram, através da união e do entusiasmo deles, na luta contra o movimento de Kornilov.”

Durante os primeiros meses de vida subterrânea, Lenine escreveu seu livro *O Estado e a Revolução*, para o qual recolhera documentação quando ainda emigrado, durante a guerra. Com o mesmo zelo com que elaborava as tarefas práticas do dia, elaborava ele agora os problemas teóricos do estado. Não poderia ser de outro modo: para ele a teoria é, realmente, um guia para a ação. Lenine não se permite, por um instante sequer, o objetivo de introduzir na teoria uma palavra nova. Ao contrário, dá ao seu trabalho um caráter bastante modesto, salientando que fala na qualidade de discípulo. A finalidade é reconstituir a verdadeira “doutrina do marxismo a respeito do estado”.

Devido à seleção minuciosa das citações e devido à interpretação polêmica de detalhes, o livro pode parecer pedante... mas aos verdadeiros pedantes, incapazes de sentir as poderosas pulsações do pensamento e da vontade sob a análise dos textos. Tão somente pelo fato de reconstituir a teoria de classes do estado sobre nova base, historicamente mais alta, Lenine empresta às ideias de Marx um caráter concreto novo e, conseqüentemente, nova significação. Mas o trabalho sobre o estado adquire importância ainda mais considerável, introdução científica à insurreição mais poderosa que a História conheceu. O “comentarista” de Marx preparava seu partido para a conquista revolucionária da sexta parte do mundo.

Caso fosse possível ao estado adaptar-se, simplesmente, às necessidades de um novo regime, não haveria necessidade de revoluções. Ora, a própria burguesia, até o momento presente, só pôde chegar ao poder através das insurreições. Agora é a vez dos operários. Ainda sobre esse assunto Lenine dava ao marxismo a verdadeira significação, como instrumento teórico da Revolução proletária.

Não poderão os operários apoderar-se do aparelho de estado? Não se trata, entretanto – ensina Lenine – de apoderar-se da velha máquina para novos objetivos: isto é utopia revolucionária. A escolha das pessoas, feita para o velho aparelho de Estado, a educação, assim como as relações recíprocas delas – tudo está em contradição com as tarefas históricas do proletariado. Quando se conquista o poder, não se trata de reeducar o velho aparelho, é necessário destruí-lo todo. Substituí-lo por quê? Pelos soviets. Dirigentes das massas revolucionárias, órgãos de insurreição, transformar-se-ão em órgãos de nova ordem estatal.

No remoinho da Revolução, o trabalho encontrará poucos leitores; aliás, apenas depois da insurreição seria editado. Lenine estuda o problema do estado, em primeiro lugar, para satisfazer a própria convicção íntima e, em seguida, para o futuro. Conservar a herança ideológica era uma de suas constantes preocupações. Em julho escreveu a Kamenev: “*Entre nós*, se eu for em cana, peço para publicar meu caderno *O Marxismo a Respeito do Estado* (ficou parado em Estocolmo). A capa azul está brochada. Todas as citações foram coligidas de Marx e de Engels, assim como Kautsky contra Pannekoek. Há muitas notas e observações. É preciso pôr em boa forma. Penso que, com oito dias de trabalho, pode ser publicado.

Julgo importante, porquanto Plekhanov e Kautsky não foram os únicos a confundir. Uma condição: tudo estritamente *entre nós*.” O chefe da Revolução, encurralado como agente de um estado inimigo, devendo ter em mente a possibilidade de um atentado do adversário, ocupa-se com a publicação de um caderno “azul” com citações de Marx e de Engels: era esse seu testamento secreto. O termo familiar “se eu for em cana”¹ foi usado como contrapeso ao patético, ao qual tinha horror: a incumbência dada tinha, no fundo, um caráter patético.

Ao esperar receber um golpe pelas costas, preparava-se Lenine para desfechar outro em pleno peito. No tempo em que, lendo jornais, dando instruções, punha em ordem o precioso caderno recebido de Estocolmo, a vida não permanecia estacionária. Aproximava-se a hora em que a questão do estado teria de ser praticamente resolvida.

Na Suíça, logo após a derrubada da Monarquia, Lenine escrevia: “... Não somos blanquistas nem partidários da tomada do poder por uma minoria...” Desenvolveu a mesma ideia ao chegar à Rússia: “... Atualmente estamos em minoria – as massas no momento não confiam em nós. Sabemos esperar... Elas se alargarão para o nosso lado e, calculando as relações de forças, diremos: nossa hora chegou.” A questão da conquista do poder colocava-se, naqueles primeiros meses, como sendo a conquista da maioria nos soviets.

Depois do esmagamento de julho, Lenine proclamava: o poder só poderá ser tomado através de uma insurreição armada; então, será necessário apoiar-se não só nos soviets, desmoralizados pelos conciliadores, mas nos comitês de usinas; os soviets, como órgãos do poder, deverão ser reerguidos depois da vitória. Em verdade, dois meses depois, os bolcheviques arracavam os soviets das mãos dos conciliadores. A causa do erro de Lenine, a esse respeito, decorre da característica de seu gênio estratégico: em seus desígnios mais audaciosos calculava segundo as premissas menos favoráveis. Assim, ao partir, em abril, para a Rússia, através da Alemanha, estava certo de que, da estação iria direto para a prisão, e, a 5 de julho, também dizia: “Talvez nos fuzilem todos.” Agora pensava: os conciliadores não permitirão que alcancemos maioria nos soviets.

1. *Ukokoshit*.

“Não existe homem mais pusilânime do que eu quando elabora um plano de guerra”, escrevia Napoleão ao general Berthier. “Exagero todos os perigos, assim como todas as catástrofes possíveis... Assim que tomo a decisão, tudo fica esquecido, exceto aquilo que deverá levar ao sucesso.” Se deixarmos de lado uma certa pose, revelada no termo pouco adequado “pusilânime”, a essência do pensamento pode ser inteiramente transferida para Lenine. Ao resolver um problema estratégico, ele dotava, antecipadamente, o inimigo do espírito de resolução e de perspicácia dos quais ele, Lenine, era favorecido. Os erros de tática de Lenine eram, comumente, o subproduto da força estratégica dele. No caso presente, não se deve falar em erro: sempre que um diagnóstico termina por determinar uma doença, por meio de eliminações sucessivas, as conjeturas hipotéticas, a começar pelas piores, representam não um erro mas um método de análise.

Assim que os bolcheviques se apossaram dos soviets das duas capitais, disse Lenine: “Nossa hora chegou.” Em abril e em julho, procurava moderar; em agosto, preparava, teoricamente, a nova etapa; a partir de meados de setembro, ele empurra, ele pressiona, com todas as forças. No momento o perigo não consiste mais em ir muito depressa, porém em atrasar-se. “A esse respeito não pode haver mais nada de prematuro.”

Nos artigos e nas cartas enviadas ao Comitê Central, Lenine analisa a situação colocando, sempre em primeiro plano, as condições internacionais. Os sintomas e os fatos do acordar do proletariado europeu representam, para ele, tendo como pano de fundo os acontecimentos da guerra, a prova incontestável de que a ameaça direta, da parte do imperialismo estrangeiro contra a Revolução Russa, reduzir-se-ia dia a dia mais. As prisões dos socialistas na Itália e particularmente o motim da frota alemã, obrigam-no a proclamar a reviravolta imensa que se dava no mundo inteiro: “Chegamos ao pórtico da Revolução proletária mundial.”

Sobre essa posição de partida de Lenine, a historiografia dos epígonos prefere calar-se: porque o cálculo de Lenine parece ter sido desmentido pelos acontecimentos e também porque, segundo as teorias mais tarde surgidas, a Revolução Russa deveria, em quaisquer condições, vencer por si mesma. Ora, o julgamento de Lenine a respeito da situação internacional era dos menos ilusórios. Os sintomas que ele observava através da peneira da censura militar de todos os países revelavam, efetivamente,

que a tempestade revolucionária chegara. Nos impérios da Europa Central ela abalou até os alicerces, um ano depois, todo o edifício. Até mesmo nos países vencedores, a Inglaterra, a França, sem esquecer a Itália, ela privou, durante longo tempo, as classes dirigentes da liberdade de agir. Contra uma Europa capitalista, sólida, conservadora, segura de si mesma, a Revolução proletária na Rússia, isolada e não tendo tido tempo de consolidar-se, não se aguentaria nem mesmo alguns meses. Tal Europa, todavia, não mais existia. A Revolução no Ocidente, é verdade, não levou o proletariado ao poder – os reformistas salvaram o regime burguês – mas foi, apesar de tudo, bastante poderosa para proteger a República Soviética no primeiro período, o mais perigoso de toda a sua existência.

O profundo internacionalismo de Lenine revelava-se não pelo fato de colocar, invariavelmente, em primeiro plano, a situação internacional: até a conquista do poder na Rússia era considerada por ele como sendo antes de mais nada uma força propulsora para a Revolução europeia que, segundo repetiu inúmeras vezes, representa nos destinos da humanidade importância incomparavelmente maior do que a Revolução da Rússia atrasada. Como cumula de sarcasmos aqueles bolcheviques que não sabem compreender os deveres de internacionalistas! “Adotemos uma resolução de simpatia pelos insurretos alemães”, ironiza ele, “e joguemos fora a insurreição na Rússia. Será, realmente, um internacionalismo razoável!”

No decorrer dos dias da Conferência Democrática, escreve Lenine ao Comitê Central: “Já que obtiveram a maioria dos soviets das duas capitais... os bolcheviques podem, e devem, tomar em mãos o poder do estado...” O fato de a maioria dos delegados camponeses, na Conferência Democrática falsificada, terem votado contra a coligação com os cadetes, apresentava-se, aos seus olhos, com importância decisiva: O mujique que não quer a aliança com a burguesia só poderá apoiar os bolcheviques. “O povo está farto das tergiversações dos mencheviques e dos socialistas revolucionários. A não ser nossa vitória nas capitais, nada mais arrastará os camponeses para o nosso caminho.” A tarefa do partido: “Colocar na ordem do dia a insurreição em Piter e em Moscou, a conquista do poder, a derrubada do governo...” Ninguém, até então, colocara tão imperiosa e abertamente o problema da insurreição.

Lenine examina com atenção todas as eleições realizadas no país, colige cuidadosamente todos os dados que podem lançar alguma luz sobre a real relação de forças. A indiferença meio anárquica relativamente à estatística eleitoral encontrava, em Lenine, apenas desprezo. Ao mesmo tempo, Lenine jamais identificava os índices do parlamentarismo com a real relação de forças: acrescentava sempre um corretivo para a ação direta. “... a força do proletariado revolucionário, do ponto de vista da ação sobre as massas e do arrastamento dela para a luta”, lembra ele, “é infinitamente maior em uma luta extraparlamentar do que em uma luta parlamentar. É observação importantíssima no que se refere à guerra civil”.

Com olhar penetrante, Lenine foi o primeiro a notar que o movimento agrário entrava em fase decisiva e daí tirou imediatamente todas as deduções. O mujique não quer mais esperar, assim como os soldados também não querem. “Diante de fato tão importante quanto o levante do campesinato”, escreve Lenine em fins de setembro, “todos os demais sintomas políticos, mesmo se contrários fossem a tamanha maturação da crise geral do país, deixariam de ter qualquer importância.” A questão agrária é a própria base da Revolução. A vitória do governo sobre o levante camponês seria “o enterro da Revolução”. Não há que esperar outras condições mais favoráveis. É chegada a hora da ação. “A crise está amadurecida. Todo o futuro da Revolução Russa está lançado. Todo o futuro da Revolução operária internacional para o socialismo está lançado. A crise está amadurecida.”

Lenine apela para a insurreição. Em cada linha simples, prosaica, às vezes angulosa, ressoa a impetuosidade da paixão. “A Revolução será perdida”, escreve ele em princípios de outubro à Conferência de Petrogrado, “caso o governo de Kerensky não seja derrubado pelos proletários e pelos soldados, o mais breve possível... É necessário que se mobilizem todas as forças a fim de inculcar nos operários e nos soldados a ideia da absoluta necessidade de uma luta desesperada, derradeira, decisiva, para a derrubada do governo de Kerensky.”

Lenine dissera mais de uma vez que as massas estavam mais à esquerda do que o partido. Sabia ele que o partido estava mais à esquerda do que as cúpulas, as camadas dos “velhos bolcheviques”. Figuravam-se muito bem os agrupamentos internos e as tendências do Comitê Central para dele esperar tentativas audaciosas; em compensação, temia bastante a

circunspecção excessiva, o espírito de contemporização, a negligência na ocasião das situações históricas, preparadas que são em dezenas e dezenas de anos. Lenine não confia no Comitê Central... sem Lenine; nisto reside o segredo das cartas escritas do fundo da vida clandestina que levava. E Lenine não estava assim tão errado quando não confiava.

Obrigado a pronunciar-se em inúmeros casos quando uma decisão já fora tomada em Petrogrado, Lenine criticava invariavelmente, do ponto de vista da esquerda, a política do Comitê Central. A oposição dele desenvolve-se a partir do âmago do problema da insurreição, mas não se limita a isso. Lenine acha que o Comitê Central dá demasiada atenção ao Comitê Executivo conciliador, à Conferência Democrática e, em geral, à confusão parlamentar reinante nas cúpulas soviéticas. Pronuncia-se veementemente contra os bolcheviques que propõem um birô de coligação com o Soviete de Petrogrado. Estigmatiza como “desonrosa” a decisão de participar do Pré-Parlamento. Fica indignado, em fins de setembro, com a lista dos candidatos bolcheviques para a Assembleia Constituinte: excesso de intelectuais e um mínimo de operários. “Encher a Assembleia Constituinte com oradores e literatos é enveredar pelos caminhos sovados do oportunismo e do chauvinismo. Tal atitude é indigna da III Internacional.” Além do mais, entre os candidatos, há grande número de membros novos no partido, ainda não experimentados na luta! Lenine julga necessário fazer uma ressalva: “É claro que... ninguém contestará, por exemplo, uma candidatura como a de L. D. Trotsky porque, primeiramente, Trotsky, desde que chegou, assumiu uma posição internacionalista; em segundo lugar, lutou nas organizações intercantonais pela fusão; em terceiro lugar, durante as Jornadas de Julho, manteve-se à altura das tarefas e devotado aos adeptos do partido do proletariado revolucionário. Não se pode, é verdade, dizer o mesmo de grande número de membros do partido inscritos ainda ontem...”.

Pode parecer que as Jornadas de Abril retornaram: Lenine está novamente em oposição ao Comitê Central. As questões colocadas de outra maneira, mas o espírito geral da oposição dele é o mesmo: o Comitê Central é por demais passivo, cede em demasia à opinião pública das esferas intelectuais, é demasiadamente conciliador, no que tange aos conciliadores; sobretudo considera, com excessiva indiferença, como fatalistas e não como bolchevique, o problema da insurreição armada.

Da palavra é necessário passar aos atos. Na Conferência Democrática nosso partido agora tem realmente o seu congresso e esse congresso deve resolver (queira ou não) o destino da Revolução. “Só é possível conceber uma única solução: a insurreição armada. Nessa primeira carta sobre o levante, Lenine só apõe uma reserva.” A questão está colocada não quanto ao “dia” do levante, mas quanto ao “momento”, no sentido limitado do termo. “Isso só pode ser decidido através da palavra de quantos estão em contato direto com os operários e soldados, com as massas.” Entretanto, dois ou três dias mais tarde (as cartas não eram datadas, via de regra, não por esquecimento mas devido às razões conspirativas), Lenine, sob a impressão evidente da decomposição da Conferência Democrática, insiste na necessidade de passagem imediata para a ação e formula, ao mesmo tempo, um plano prático.

“Devemos, na conferência, comprimir ainda mais a fração bolchevique, sem procurar número. Devemos redigir uma declaração curta dos bolcheviques. Devemos dirigir toda nossa fração para as usinas e casernas. Devemos simultaneamente, e sem perder um minuto, organizar o estado-maior dos destacamentos sublevados; distribuir as forças; fazer com que os regimentos fiéis avancem em direção aos pontos mais importantes; cercar o Alexandrinka (o nome original do prédio é Teatro Alexandre. Deve ser mudado?) (teatro onde estava instalada a Conferência Democrática); ocupar a Pedro paulina; prender o estado-maior e o governo; enviar contra os *junkers* e a divisão selvagem destacamentos capazes de morrer, contanto que se impeça ao inimigo o avanço em direção ao centro da cidade. Devemos mobilizar os operários armados, chamá-los a travar uma derradeira batalha encarniçada; ocupar imediatamente os telefones e o telégrafo; instalar nosso estado-maior da insurreição na central telefônica; fazer com que fiquem unidos a ele, pelo fio, todas as usinas, todos os regimentos, todos os pontos de luta armada, etc.” A questão da data não está mais na dependência da “palavra comum de quantos mantenham contato com as massas”. Lenine propõe agir imediatamente: sair com um ultimato do Teatro Alexandre para a ele voltar à frente das massas armadas. O golpe para aniquilar deve ser dirigido não apenas contra o governo mas também e simultaneamente contra os conciliadores.

“... Lenine, que nas cartas particulares exigia a prisão dos membros da Conferência Democrática”, denuncia Sukhanov, “propunha pela

imprensa, como soubemos, um ‘compromisso’: que o poder seja tomado pelos mencheviques e socialistas revolucionários, depois veremos o que dirá o Congresso dos Sovietes... A mesma ideia era obstinadamente preconizada por Trotsky na Conferência Democrática e à volta dela”. Sukhanov vê um duplo jogo lá onde não existia sequer a sombra dele. Lenine propunha um compromisso imediatamente após a vitória conseguida sobre Kornilov, nos primeiros dias de setembro. Sacudindo os ombros, os conciliadores deixaram-no cair. A Conferência Democrática foi transformada por eles em camuflagem para nova coligação dos cadetes contra os bolcheviques. Daí, a possibilidade de qualquer acordo desaparecia definitivamente. A questão do poder só poderia ser, daí por diante, resolvida pela luta aberta. Sukhanov confunde duas fases, sendo que a primeira quinze dias antes da segunda, condicionado-as do ponto de vista político.

Se a insurreição, porém, derivava irresistivelmente da nova coligação, Lenine, pela rapidez da manobra, tomou de imprevisito até mesmo as cúpulas do seu partido. Agrupar, segundo sua carta, a fração bolchevista à conferência, mesmo “sem procurar número”, era evidentemente impossível. O estado de espírito da fração era tal que, por setenta votos contra cinquenta, negou o boicote do Pré-Parlamento, isto é, o primeiro passo para a insurreição. Mesmo no Comitê Central o plano de Lenine não encontrou apoio. Quatro anos mais tarde, numa reunião consagrada às recordações, Bukharin, com os exageros e as pilhérias que o caracterizavam, narrou, de maneira certa, no fundo, o seguinte episódio: “A carta de Lenine foi escrita com excesso de violência e ameaçava-nos com todas as espécies de castigos! Ficamos estomagados. Ninguém, até então, colocara a questão com tanta violência... Inicialmente ficamos todos em dúvida. Depois de consultarmo-nos, decidimos. Foi talvez o único caso na história do partido que o Comitê Central resolveu, por unanimidade, queimar a carta de Lenine... Achávamos que, sem dúvida, em Piter e em Moscou, poderíamos tomar o poder em nossas mãos, mas julgávamos não conseguir mantê-lo nas províncias; e ainda que, ao tomar o poder e expulsar a Conferência Democrática, não poderíamos depois consolidar nossas posições no resto da Rússia.”

Devido a certas considerações de razão conspirativa, a incineração de muitas cópias da carta perigosa foi realmente decidida não por una-

nimidade mas por seis votos contra quatro e seis abstenções. Um exemplar, felizmente para a História, foi conservado. O que há de verdade no que disse Bukharin é o fato de todos os membros do Comitê Central, embora por motivos diversos, terem vetado a proposta: uns porque se opunham, de modo geral, à insurreição; outros, por acharem que o momento em que se realizava a conferência era o menos favorável; o restante, porque hesitava e se mantinha na expectativa.

Ao encontrar resistência direta, Lenine forma uma espécie de conjuração com Smilga, que também se encontrava na Finlândia e que na qualidade de presidente do Comitê dos Sovietes no momento, tinha em mãos uma autoridade considerável. Em 1917 Smilga encontrava-se no extremo flanco esquerdo do partido e mesmo em julho inclinava-se a levar a luta até o desenlace: nas guinadas políticas, Lenine encontrava sempre em quem se apoiar. No dia 27 de setembro, Lenine envia a Smilga uma carta longa: "... Que fazemos? Adotamos apenas proposições? Perdemos tempo, marcamos 'datas' (a 20 de outubro – o Congresso dos Sovietes – não é ridículo adiar assim? Não é ridículo contar com isso?). Os bolcheviques não realizam um trabalho sistemático a fim de preparar as forças militares com o objetivo de derrubar Kerensky... é preciso fazer agitação dentro do partido para que se encare seriamente a insurreição armada... Depois, a respeito do seu papel... Criar um comitê clandestino, constituído dos militares mais seguros, examinar com eles a situação sob todos os aspectos, recolher (e verificar com os próprios meios de vocês) as indicações mais precisas sobre a composição e a localização das tropas em Piter e ao redor de Piter, sobre os transportes das tropas finlandesas para Piter, sobre o movimento da esquadra... etc.". Lenine exige "uma propaganda sistemática entre os cossacos que se encontram aqui na Finlândia... É necessário examinar todas as informações sobre os acantonamentos de cossacos e organizar uma maneira de enviar e eles destacamentos de agitadores escolhidos dentre as melhores forças de marinheiros e de soldados da Finlândia". Enfim: "visando preparar convenientemente os espíritos, é preciso imediatamente lançar em circulação a palavra de ordem: o poder deve passar imediatamente ao Soviete de Petrogrado, que o transmitirá ao Congresso dos Sovietes. Para que tolerar ainda três semanas de guerra e de preparativos kornilovianos de Kerensky?"

Temos, diante dos olhos, um novo plano de insurreição: “um comitê clandestino, constituído dos principais militares” em Helsingfors, na condição de estado-maior de combate; as tropas russas acantonadas na Finlândia como forças de combate: “o único recurso que poderemos ter, parece, inteiramente em nossas mãos e que desempenha um papel militar sério são as tropas da Finlândia e a frota do Báltico”. Conta Lenine, assim, assestar no governo um golpe muito duro mas de fora de Petrogrado. Ao mesmo tempo era indispensável “um preparo conveniente dos espíritos” para que a derrubada do governo, por meio das forças armadas da Finlândia, não caísse de imprevisto sobre o Soviete de Petrogrado: esse, até o Congresso dos Sovietes, deveria aparecer como sendo o herdeiro do poder.

O novo esquema do plano, tal como o primeiro, não foi aplicado. Mas também não foi inútil. A agitação levada a efeito entre as divisões cossacas daria dentro em pouco resultados: ouvimos isso de Dybenko. O apelo lançado aos marinheiros do Báltico para que assestassem o golpe principal no governo foi incluído no plano mais tarde adotado. O essencial, porém, não consistia nisso: quando uma questão atingia o último grau de gravidade, Lenine não permitia, a quem quer que fosse, eludi-la ou bordejá-la. Aquilo que se apresentava como inoportuno na condição de proposição direta para a tática, passava a ser racional quando dizia respeito à verificação dos estados de espírito no Comitê Central, como sustentáculo das resoluções perante os hesitantes e como impulsão suplementar para a esquerda.

Usando de todos os meios de que podia dispor em seu retiro clandestino, Lenine esforçava-se por conseguir que os quadros do partido sentissem a gravidade da situação e a força da pressão das massas. Chamava ao seu esconderijo diversos bolcheviques, submetia-os a interrogatórios apaixonados, controlava as palavras, assim como os atos dos dirigentes; enviava, através de caminhos desviados, palavras de ordem ao partido, por baixo, em profundidade, para colocar o Comitê Central diante da necessidade de agir e de chegar até o fim.

Um dia depois de escrever a carta a Smilga, Lenine redigiu o documento *A crise está amadurecida*, terminando-o com uma espécie de declaração de guerra ao Comitê Central. “É necessário reconhecer a verdade: entre nós, no Comitê Central e nas cúpulas do partido, há uma tendência,

uma opinião que preconiza a espera do Congresso dos Sovietes, opondo-se à tomada imediata do poder, à insurreição imediata. Tal tendência tem que ser superada, custe o que custar. Primeiro, conseguir a vitória contra Kerensky, depois, convocar o congresso. Perder tempo esperando o congresso é uma imbecilidade total ou completa traição...” Até o dia do congresso, marcado para 20, faltam mais de vinte dias: “As semanas, e mesmo os dias agora, decidem tudo.” Diferir o desenlace é renunciar covardemente à insurreição, porquanto, durante o congresso, a tomada do poder tornar-se-á impossível: “trarão os cossacos no dia ‘marcado’ de modo estúpido para a insurreição”.

Pelo simples tom da carta vemos o quanto parece, a Lenine, fatal a política de temporização dos dirigentes de Petrogrado. Não se limita ele, dessa vez, a uma crítica encarniçada e, a título de protesto, demite-se do Comitê Central. Motivos: o Comitê Central não respondeu, logo no início da conferência, às insistentes intimações no que dizia respeito à tomada do poder; a redação do órgão do partido (Stalin) imprime os artigos dele com atrasos intencionais, suprimindo certas opiniões sobre “os erros gritantes dos bolcheviques, como o fato vergonhoso de querer participar do Pré-Parlamento”, etc. Lenine não acha possível esconder tal política ao partido. “Vejo-me obrigado a demitir-me do Comitê Central, o que faço reservando para mim a liberdade de agitação na base do partido e no congresso do partido.”

Não é possível, baseado em documentos, saber como depois o caso foi formalmente resolvido. De qualquer maneira, Lenine não saiu do Comitê Central. Ao demitir-se, atitude que não poderia decorrer de um instante de irritação, Lenine resguardava para ele a possibilidade de livrar-se, em caso de necessidade, da disciplina interior do Comitê Central: não havia dúvida alguma de que assim como em abril, um apelo direto à base garantir-lhe-ia a vitória. Mas o caminho de uma revolta aberta contra o Comitê Central supunha a preparação de um congresso extraordinário e, por conseguinte, exigiria tempo; ora, precisamente tempo era o que faltava. Guardando de reserva a carta de demissão mas não saindo completamente dos limites da legalidade do partido, Lenine continua, com maior liberdade, a desenvolver a ofensiva baseando-se nas linhas de operações no interior. Não somente as cartas ao Comitê Central são por ele enviadas

aos comitês de Petrogrado e de Moscou, como toma medidas para que as cópias das mesmas sejam entregues também aos militantes mais firmes dos bairros. Em princípios de outubro, passando já por cima do Comitê Central, escreve Lenine diretamente aos comitês de Petrogrado e de Moscou: “Os bolcheviques não têm o direito de esperar pelo Congresso dos Sovietes, devem, sim, tomar o poder *imediatamente*... Atrasar-se é crime. Esperar pelo Congresso dos Sovietes é um jogo pueril, pura formalidade, é um jogo infame do formalismo, é trair a Revolução.” Do ponto de vista das relações hierárquicas, os atos de Lenine não eram totalmente irrepreensíveis. Tratava-se, todavia, de algo maior do que as considerações da disciplina formal.

Um dos membros do comitê do distrito de Vyborg, Sveshnikov, diz em lembranças: “E Ilich em seu refúgio escrevia, escrevia infatigavelmente e Nadyezhda Constantinovina (Krupskaia, no comitê), lia-nos, muitas vezes, os manuscritos dele... As palavras inflamadas do chefe aumentavam nossas forças... Lembro-me como se ontem fosse, Nadyezhda Constantinovina inclinada em uma das salas da direção do distrito onde trabalhavam os datilógrafos, confrontando cuidadosamente a cópia com o original e, ao lado dela ‘Diadia’ e ‘Genia’ pedindo uma cópia. Diadia (o tio) e Genia (Eugênia) eram durante a conspiração os nomes de guerra de dois dirigentes. Não faz muito tempo – conta Naumov, um militante de distrito – recebemos de Ilich uma carta e fizemos ‘oh’. Acontecia que Lenine, de há muito, colocava perante o Comitê Central a questão da insurreição. Protestamos e começamos a pressionar o centro.” Era exatamente o que devia ser feito.

Nos primeiros dias de outubro, Lenine convida a conferência do partido a dar sua palavra firmemente a favor da insurreição. Por iniciativa dele, a conferência “pede insistentemente ao Comitê Central que tome todas as medidas de direção para o inevitável levante dos operários, dos soldados e dos camponeses”. Nessa frase aparecem dois despistamentos, um jurídico, outro diplomático: sobre a direção de um “levante inevitável” em lugar de preparação direta da insurreição, assim dito para não dar trunfos ao tribunal; a conferência “pede ao Comitê Central”, ela não exige, não protesta – é um evidente tributo ao prestígio da mais alta instituição do partido. Em uma outra resolução, porém, igualmente redigida por Le-

nine, está dito com a maior franqueza: “... nas cúpulas do partido notam-se flutuações, uma espécie de medo de lutar pela tomada do poder, uma inclinação a substituir essa luta pela luta das resoluções, dos protestos, dos congressos”. Agora é quase que levantar o partido contra o Comitê Central. Lenine não se resolveria, levemente, a dar um tal passo. Tratava-se, porém, dos destinos da Revolução, e quaisquer outras considerações passavam para o último plano.

A 8 de outubro, Lenine dirige-se aos delegados bolchevistas do próximo Congresso Regional do Norte: “Não é possível esperar o Congresso Panrusso dos Sovietes, congresso que o Comitê Executivo Central é capaz de adiar até novembro, não se pode demorar, permitindo a Kerensky trazer outras tropas kornilovianas.” O Congresso Regional, onde estão representados a Finlândia, a frota, o Reval, deve tomar a iniciativa “de um movimento imediato sobre Piter”. O apelo direto à insurreição é, desta vez, dirigido aos representantes de dezenas de soviets. O apelo parte de Lenine em pessoa: não há decisões do partido, a mais alta instância do partido ainda não se pronunciara.

Era necessário uma grande confiança no proletariado, no partido e, também, uma séria desconfiança no Comitê Central para preconizar, independentemente do Comitê Central, sob a responsabilidade pessoal, do fundo de um refúgio, por meio de pequeninas folhas de papel de carta, cheias de letra miúda, a agitação que visava a insurreição armada. Como podia acontecer que Lenine, aquele mesmo que vimos isolado nas cúpulas do seu próprio partido em princípios de abril, pudesse, agora, parecer novamente isolado, no mesmo meio, em setembro e começo de outubro? Tal fato não poderá ser compreendido se dermos crédito à estúpida lenda que apresenta a história do bolchevismo como a emanção pura e simples de uma ideia revolucionária. Na verdade, o bolchevismo desenvolveu-se em um meio social determinado, experimentando as diversas manifestações desse meio entre as quais a influência de um círculo apertado, pequeno burguês de um estado de cultura em atraso. A cada nova situação o partido voltava a adaptar-se através de crise interna.

Para que a aguda luta anterior a outubro, nas cúpulas do bolchevismo se apresente a nós em toda a sua verdade, é necessário lançar ainda um olhar para trás, sobre aquele *processus* no partido, do qual tratamos

no primeiro tomo da presente obra. Isto é tão importante e indispensável quanto, agora mesmo, a fração de Stalin envida os maiores esforços, e em escala internacional, para apagar qualquer lembrança do que foi, realmente, preparado e executado pela Revolução de Outubro.

Durante os anos que precederam a guerra os bolcheviques intitulavam-se na imprensa legal “democratas consequentes”. Tal pseudônimo não foi escolhido ao acaso. O bolchevismo, e apenas ele, tinha a audácia de levar às últimas conseqüências as palavras de ordem da democracia revolucionária. Mas, no prognóstico da Revolução, ele não as ultrapassava. Ora, a guerra, ao ligar de modo indissolúvel a democracia burguesa ao imperialismo, demonstrou definitivamente que o programa da “democracia consequente” só poderia ser concluído por meio de uma Revolução proletária. Aquele bolchevique, incapaz de encontrar essa explicação na guerra, seria fatalmente apanhado de surpresa pela Revolução e transformado em companheiro de caminhada à esquerda da democracia burguesa.

Um estudo escrupuloso dos documentos que caracterizam a vida do partido, durante a guerra e logo no início da Revolução, apesar das lacunas excessivas e não fortuitas e, a partir de 1923, apesar da hipertrofia do espírito tendencioso, revelam de mais a mais o enorme resvalar ideológico que se deu na camada superior dos bolcheviques, quando a vida regular do partido já tinha realmente cessado. A causa do resvalamento é dupla: rotura com as massas, rotura com a emigração, isto é, principalmente, rotura com Lenine, do que resultou: enquistar-se no isolamento e no provincianismo.

Nem um dos bolcheviques na Rússia, entregues a si mesmos, redigiu, durante a guerra, um único documento que pudesse ao menos representar um primeiro passo no caminho que levava da 2ª para a 3ª Internacional. “As questões da paz, a essência da Revolução montante, o papel do Partido no futuro Governo Provisório, etc.”, escrevia, há alguns anos atrás, um dos velhos membros do partido, Antonov-Saratovsky. “Delineavam-se diante de nós de maneira um tanto confusa ou então nem sequer entravam no campo de nossas reflexões.” Até o momento presente, não se publicou, na Rússia, um único trabalho, uma só página de caderno, uma carta, nos quais Stalin, Molotov ou qualquer outro dirigente atual tivesse formulado, mesmo por alto, mesmo às escondidas, as

opiniões que esposavam sobre as perspectivas da guerra e da Revolução. Isto não quer dizer, bem entendido, que “os velhos bolcheviques” nada tivessem escrito durante os anos de guerra, do desmoronamento da social-democracia e da preparação da Revolução Russa; os acontecimentos históricos exigiam, imperiosamente, uma resposta, assim como a prisão e a deportação ofereciam lazer suficiente para as reflexões e a correspondência. Entretanto, em tudo quanto foi escrito sobre o tema, não existe coisa alguma que se possa interpretar, mesmo impropriamente, como significando avanço das ideias da Revolução de Outubro. É necessário que se mencione aqui o fato de o Instituto Histórico do partido ficar impossibilitado de imprimir uma única linha saída da pena de Stalin, entre 1914 e 1917, e ver-se constrangido a dissimular, cuidadosamente, os mais importantes documentos que concernem a março de 1918. Nas biografias políticas oficiais, escritas pela maioria da camada atualmente dirigente, os anos de guerra estão representados como uma página em branco. Essa é a verdade pura e simples.

Um dos novos e jovens historiadores, Baiyevsky, especialmente encarregado de demonstrar de que maneira as cúpulas do partido desenvolviam-se durante a guerra, no sentido da Revolução proletária, em que pese a flexibilidade da consciência científica por ele manifestada, nada conseguiu extrair dos materiais, a não ser esta mofina declaração: “não se pode seguir o desenrolar do *processus*, porém, alguns documentos e recordações provam, sem dúvida que o pensamento do partido realizava, subterraneamente, pesquisas na direção das teses de abril de Lenine”. Como se se tratasse de pesquisas subterrâneas e não de apreciações científicas de prognósticos políticos!

O *Pravda* de Petrogrado tentou, no início da Revolução, tomar uma posição internacionalista, a dizer verdade, extremamente contraditória, porquanto não ultrapassava os quadros da democracia burguesa. Os bolcheviques autorizados que retornavam da deportação deram imediatamente ao órgão central uma direção democrático-patriótica. Kalinin, tentando afastar as acusações de oportunista que pesavam sobre ele, lembrou, a 30 de maio, a necessidade de “seguir o exemplo do *Pravda*. No início, o *Pravda* seguia determinada política. Stalin, Muranov, Kamenev chegaram e deram uma guinada no leme, em outro sentido”.

“É necessário que se diga claramente”, escrevia há alguns anos Molotov, “que o partido não tinha uma visão clara nem a decisão que exigia o momento revolucionário... A agitação, como qualquer trabalho revolucionário do partido em conjunto, não tinha base sólida uma vez que o pensamento não chegara ainda às audaciosas deduções sobre a necessidade de uma luta direta para o socialismo e a Revolução socialista. A reviravolta só começou no decorrer do segundo mês da Revolução.” A partir da chegada de Lenine na Rússia, em abril de 1917 – dá testemunho Molotov – foi que nosso partido começou a sentir que tinha, sob os pés, um terreno firme. Até aquele momento o partido tateava fraco e inseguro, tentando encontrar o caminho.

Chegar, *a priori*, às ideias da Revolução de Outubro, não seria possível, nem na Sibéria, nem em Moscou, nem mesmo em Petrogrado, mas apenas através das encruzilhadas dos caminhos históricos mundiais. Os problemas de uma Revolução burguesa em atraso deviam defrontar-se com as perspectivas do movimento proletário mundial, a fim de que fosse possível formular, no que tocava à Rússia, um programa de ditadura do proletariado. Era indispensável possuir um posto de observação mais elevado, um campo visual não nacional mas internacional, sem falar num armamento bem mais sério do que aquele de que dispunham os chamados técnicos russos do partido.

A derrubada da Monarquia abria, aos olhos deles, a era de uma Rússia republicana “livre”, dentro da qual eles se dispunham, seguindo o exemplo dos países ocidentais, a abrir luta pelo socialismo. Três velhos bolcheviques, Rykov, Skvortsov e Begman, “a mandado dos social-democratas da região do Narim, libertados pela Revolução” telegrafaram, em março, de Tomsk: “Saúdamos o *Pravda* ressuscitado que, com tanto sucesso, preparou os quadros revolucionários para a conquista da liberdade política. Queremos expressar nossa íntima convicção de que ela conseguirá agrupá-los em volta de sua bandeira para que possa continuar a luta em nome da Revolução nacional.” Desse telegrama coletivo emana toda uma concepção global: um abismo a separa das teses de abril de Lenine. A insurreição de fevereiro súbito transformou a camada dirigente do partido, tendo à frente Kamenev, Rykov e Stalin, em democratas da defesa nacional, evoluindo para a direita, no sentido de uma aproximação com

os mencheviques. O futuro historiador do partido, Yaroslavsky; o futuro chefe da Comissão Central de Controle, Ordzhonikidze; e o futuro presidente do Comitê Executivo Central da Ucrânia, Petrovsky, publicaram em março, em estreita aliança com os mencheviques, em Yakutsk uma revista, o *Social-Democrata*, revista esta que se mantinha no justo limite do reformismo patriótico e do liberalismo: nos anos subsequentes, essa publicação foi cuidadosamente recolhida para que pudessem destruí-la.

“É preciso que se reconheça abertamente”, escrevia Angarsky, homem daquele meio, quando ainda era permitido escrever coisas semelhantes, “que um número considerável de velhos bolcheviques, até a conferência de abril do partido, se mantinha quanto à questão do caráter da Revolução de 1917 nos velhos pontos de vista bolchevistas de 1905, e que, para eles, era muito difícil renunciar a tais pontos de vista, isto é, eliminá-los.” Conviria acrescentar que as ideias caducas de 1905 tinham deixado de ser, em 1917, “velhos pontos de vista bolchevistas”, transformadas que estavam em ideias de um reformismo patriótico.

“As teses de abril de Lenine”, declara determinada publicação histórica oficial, “não encontraram, sem dúvida, uma chance no Comitê de Petrogrado. A favor de tais teses, que estavam na ordem do dia, foram apenas dois votos contra treze e uma abstenção.” “Por demais audaciosas pareciam as conclusões de Lenine, até mesmo aos seus discípulos mais entusiastas”, escreve Podvoisky. “As declarações de Lenine”, segundo a opinião do Comitê de Petrogrado e da Organização Militar, “colocaram... o partido em situação de isolamento do que resultou agravar-se, ao último grau, a situação do proletariado e do próprio partido.”

Stalin, em fins de março, pronunciava-se a favor da defesa nacional, do apoio condicional ao Governo Provisório, da fusão com o partido de Tseretelli. “Eu participei de tal posição errada”, escreve retrospectivamente o próprio Stalin em 1924, “bem como outros camaradas do partido e a ela só renunciei em meados de abril, aderindo às teses de Lenine. Impunha-se nova orientação. E a nova orientação foi dada ao partido por Lenine nas célebres teses de abril...”

Kalinin, ainda em fins de abril, tendia para a formação de um bloco eleitoral com os mencheviques. Na conferência do partido dizia Lenine: “Oponho-me energeticamente a Kalinin, porquanto um bloco... com

os chauvinistas é inconcebível... É trair o socialismo.” As concepções de Kalinin não constituíam exceção, mesmo em Petrogrado. Na conferência dizia-se: “O ambiente asfixiante da união, sob a influência de Lenine, começa a dissipar-se.”

Na província a resistência às teses de Lenine, em certas regiões, perdurou por muito tempo, mesmo até o mês de outubro. Segundo o que escreveu um operário de Kiev, Sitzov, as ideias expostas nas teses (de Lenine) não foram imediatamente assimiladas por toda a organização bolchevista de Kiev. Certo número de camaradas e, dentre eles, G. Piatakov, estava em desacordo com as teses. Um ferroviário de Kharkov, Morgunov, narra: “Os velhos bolcheviques gozavam de grande influência entre a massa de ferroviários... Muitos eram, entre os velhos bolcheviques, os que não pertenciam à nossa fração... Depois da Revolução de Fevereiro, alguns, por engano, aderiram aos mencheviques depois do que eles próprios começaram a rir, perguntando como aquilo pudera acontecer.” Testemunhas dessa ordem e desse gênero não faltam.

Depois de tudo isso, a mais simples alusão ao rearmamento do partido efetuado por Lenine em abril é considerada, pela historiografia oficial, como um sacrilégio. O critério histórico foi, pelos últimos historiadores, substituído pelo prestígio do uniforme do partido. Não têm eles nem o direito de citar Stalin que, ainda em 1924, foi obrigado a reconhecer a profundidade da reviravolta de abril. “Foram necessárias as famosas teses de abril de Lenine para que o partido, subitamente, pudesse enveredar por um novo caminho.” “Nova orientação” e “novo caminho”, isto é, o rearmamento do partido. Seis anos mais tarde, porém, Yaroslavsky, por ter lembrado, na qualidade de historiador, que Stalin, no início da Revolução, assumira uma “posição errônea, no que se referia às questões essenciais”, foi acuado, barbaramente, por todos os lados. O ídolo do prestígio é, de quantos monstros existem, o mais devorador.

A tradição revolucionária do partido, a pressão dos operários da base, a crítica de Lenine na cúpula, forçaram a camada superior do partido, no período abril/maio, segundo as próprias palavras de Stalin, a “enveredar por novos caminhos”. É, todavia, necessário que se ignore totalmente a psicologia política para que se admita o fato de um simples voto de adesão às teses de Lenine significar efetiva e tola a “posição errônea nas questões es-

senciais”. Na realidade, os pontos de vista vulgarmente democráticos que, organicamente, reforçaram-se durante os anos da guerra, se bem que se tivessem adotado ao novo programa, permaneciam em surda oposição a ele.

A 6 de agosto, Kamenev, apesar da Revolução da conferência de abril dos bolcheviques, pronunciou-se, no Comitê Executivo, favorável à participação na conferência dos social-patriotas que se preparava em Estocolmo. O órgão central do partido não deu à declaração de Kamenev qualquer resposta. Lenine escreveu um artigo arrasador que só foi publicado dez dias depois do discurso de Kamenev. Foi necessária a pressão do próprio Lenine e também de outros membros do Comitê Central para que a redação, à frente da qual encontrava-se Stalin, publicasse o protesto.

Movimentos convulsivos de indecisão propagaram-se pelo partido depois das Jornadas de Julho: o isolamento da vanguarda proletária assustava muitos dirigentes, sobretudo na província. Durante as jornadas kornilovianas, esses medrosos tentaram aproximar-se dos conciliadores, do que resultou novo grito de alarme de Lenine.

A 30 de agosto, Stalin, na qualidade de redator-chefe, imprimiu, sem reservas, um artigo de Zinoviev, *O que não se deve fazer*, dirigido contra os preparativos da insurreição. “É preciso olhar a verdade cara a cara: temos, em Petrogrado, inúmeras circunstâncias que favorecem a eclosão de um levante do tipo da Comuna de Paris em 1871...” A 3 de setembro, Lenine, numa outra linha de ideias, sem denominar Zinoviev, mas atingindo-o de ricochete, escreve: “A alusão à Comuna é bastante superficial e mesmo estúpida. Em primeiro lugar, porque os bolcheviques apreenderam qualquer coisa depois de 1871, não teriam deixado sequer um banco fora do alcance da mão e não teriam renunciado a uma ofensiva contra Versalhes; e, se as condições tivessem sido as mesmas, até a Comuna poderia vencer. Além do mais, a Comuna não podia propor ao povo, de repente, aquilo que os bolcheviques podem propor caso tomem o poder, precisamente: ‘terra para os camponeses, proposta imediata de paz...’” Era um aviso não endereçado mas também não equívoco a Zinoviev, e não a ele apenas, mas a Stalin também, o redator do *Pravda*.

A questão do Pré-Parlamento cindiu em dois o Comitê Central. A decisão da fração da conferência no sentido de participação no Pré-Parlamento foi confirmada por numerosos comitês locais, talvez pela maioria.

Assim aconteceu em Kiev. “A respeito da participação no Pré-Parlamento”, escreve, em lembranças, E. Boch, “a maioria do comitê pronunciou-se pela participação e elegeu para representante Piatakov.” Em inúmeros casos, tais como o de Kamenev, Rykov, Piatakov e outros, podemos discernir a sucessão de incertezas: contra as teses de abril de Lenine, contra o boicote do Pré-Parlamento, em setembro, contra o levante em outubro. Em compensação, a camada que seguia os quadros bolchevistas, mais próxima das massas e politicamente mais recente, adotou facilmente a palavra de ordem do boicote e coagiu os comitês a mudar bruscamente, inclusive o Comitê Central. Influenciada pelas cartas de Lenine, a conferência da cidade de Kiev, por exemplo, pronunciou-se contra o próprio comitê e por maioria esmagadora. Em quase todos os momentos em que havia necessidade de uma brusca guinada política, Lenine apoiava-se nas camadas inferiores do aparelho partidário, contra as camadas superiores, ou melhor dito, apoiava-se na massa do partido contra o aparelho em seu conjunto.

As hesitações que precederam outubro eram em tais condições as menos indicadas para apanhar Lenine de surpresa. Encontrava-se ele, de antemão, prevenido pela desconfiança perspicaz, mantinha-se atento aos sintomas alarmantes, partia das piores presunções e julgava mais oportuno pressionar outra vez do que demonstrar indulgência.

Foi sem dúvida inspirado por Lenine que o bureau regional de Moscou adotou, em fins de setembro, uma resolução severa contra o Comitê Central, acusando-o de irresolução, de hesitação e de introduzir o confucionismo nas fileiras do partido, exigindo ainda que ele “adotasse uma linha clara e dirigida para a insurreição”. Em nome do Comitê de Moscou, Lomov comunicou, a 3 de outubro, essa decisão do Comitê Central. Nas atas pode-se ler: “Ficou decidido não abrir debates a respeito do relatório.” O Comitê Central continuava, ainda, a elidir a questão: que fazer? A pressão de Lenine, porém, por intermédio de Moscou, não ficou sem efeito: dois dias depois o Comitê Central decidiu retirar-se do Pré-Parlamento.

Que esse passo foi uma entrada no caminho da insurreição era claro para os inimigos e para os adversários. “Trotsky, por meio de seu exército, fazendo evacuar o Pré-Parlamento”, escreve Sukhanov, “orientava-se, nitidamente, no sentido da insurreição violenta.” O relatório apresentado

ao Soviete de Petrogrado sobre a retirada do Pré-Parlamento, acabava com este brado: “Viva a luta direta e aberta pelo poder revolucionário no país.” Era 9 de outubro.

No dia seguinte aconteceu, a pedido de Lenine, a famosa sessão do Comitê Central na qual foi colocada a questão da insurreição em toda a sua acuidade. Lenine punha toda a sua política ulterior na dependência dos resultados dessa sessão: pelo Comitê Central ou contra ele. “Oh! Novas facécias da alegre musa da História”, escreve Sukhanov. “Essa sessão decisiva dos altos dirigentes aconteceu em minha casa, nos meus aposentos, como sempre na mesma Rua Karpovka (32, apartamento 31). Tudo se passou, entretanto, a minha revelia.” A mulher do bolchevique Sukhanov era bolchevista. “Desta vez tomaram medidas especiais para que eu passasse a noite fora. Minha mulher, pelo menos, procurou conhecer exatamente minhas intenções e deu-me um conselho amistoso e desinteressado: que eu não me cansasse muito depois da longa viagem. Em todo caso a alta assembleia tinha a garantia de não haver uma invasão de minha parte.” A reunião ficou garantida, fato muito mais importante, contra uma invasão por parte da polícia de Kerensky.

Dos 21 membros do Comitê Central doze estavam presentes. Lenine chegou com uma peruca na cabeça, de óculos e barbeado. A sessão durou mais ou menos dez horas, sem interrupção, penetrando noite adentro. Durante um intervalo bebeu-se chá com pão e salsicha para refazer as forças. E tinha-se necessidade de refazê-las: tratava-se da tomada do poder no antigo império dos tzares. Como sempre acontecia, a sessão iniciou-se com um relatório de Sverdlov sobre a organização. Desta vez as informações prestadas por ele foram consagradas ao *front* e, evidentemente, de antemão preparadas com Lenine, para que ele encontrasse um apoio para as deduções necessárias: isto correspondia inteiramente ao procedimento habitual de Lenine. Os representantes dos exércitos do *front* norte comunicavam, por intermédio de Sverdlov, que o comando contrarrevolucionário preparava “um ato equívoco”, deslocando as tropas contra a retaguarda. De Minsk, do estado-maior do *front* oeste, comunicavam que lá estava sendo preparada uma aventura korniloviana. Devido ao estado de espírito revolucionário da guarnição local, o estado-maior mandou que os contingentes de cossacos cercassem a cidade. “Entre o quartel-general e os esta-

dos-maiores estão sendo mantidos entendimentos de caráter duvidoso.” É perfeitamente possível assenhorar-se do estado-maior em Minsk, a guarnição local está pronta para desarmar os cossacos que a cercam. Pode-se, igualmente, deslocar de Minsk para Petrogrado um corpo de exército revolucionário. No *front* o ambiente é favorável aos bolcheviques, marcharão contra Kerensky. É assim que se aborda um assunto: se bem que não esteja suficientemente clara em todos os pontos, apresenta, de qualquer maneira, um caráter reconfortante.

Lenine passa imediatamente à ofensiva: “Desde o início de setembro observa-se uma espécie de indiferença relativamente à insurreição.” Alega-se que as massas esfriaram e se desiludiram. Não é de admirar: “as massas estão fartas de palavras e de resoluções.” É preciso examinar a situação globalmente. Os acontecimentos se sucedem nas cidades, agora, sobre o fundo de um gigantesco movimento camponês. Para dominar o movimento agrário será necessário ao governo contar com forças colossais. “A situação política está ultimada. É necessário falar do lado técnico. Tudo reduz-se a isso. Ora, nós, depois dos adeptos da defesa nacional, estamos inclinados a considerar os preparativos sistemáticos da insurreição como uma espécie de pecado político.” O relator modera, evidentemente, os termos que emprega: muita coisa pesa no coração. “É indispensável que se aproveite do Congresso Regional dos Sovietes do Norte e da proposta de Minsk para iniciar uma ação decidida.”

A abertura do Congresso do Norte deu-se no mesmo dia da sessão do Comitê Central e deveria terminar dois ou três depois. Lenine considerava como tarefa para os próximos dias, “o início de uma ação dedicada”. Não se pode esperar. Não se pode adiar. No *front*, escutamos o que disse Sverdlov – preparam um golpe de estado. Haveria, então, um Congresso dos Sovietes? Não se sabe nada. É preciso tomar o poder imediatamente, sem esperar nenhum congresso. “Intraduzível, inexprimível”, escrevia Trotsky alguns anos mais tarde, “permaneceu a ideia geral de tais improvisações persistentes e apaixonadas, cheias do desejo de transmitir aos que objetavam, aos hesitantes, aos incertos, o pensamento, a segurança e a coragem dele...”

Lenine esperava uma grande resistência. As apreensões dissiparam-se rapidamente. A unanimidade com que o Comitê Central recusara, em setembro, a proposição para um levante imediato apresentava um

caráter episódico: a ala esquerda pronunciara-se contra o “cerco do Teatro Alexandra”, levando em conta a conjuntura; a ala direita, por motivos de estratégia geral que, não obstante, ainda não tinha sido, até o presente, meditada a fundo. No decorrer daquelas três semanas o Comitê Central evoluíra consideravelmente para a esquerda. Dez votos contra dois pronunciaram-se a favor da insurreição. Era uma vitória bastante séria!

Logo depois da insurreição, numa etapa nova da luta interior do partido, relembrou Lenine, durante os debates no Comitê de Petrogrado, como, na sessão do Comitê Central, “temera o oportunismo de alguns dos internacionalistas unificadores, mas que isso já tinha passado; em nosso partido, certos membros [do Comitê Central] não ficaram de acordo. Esta atitude entristeceu-me bastante”. Entre os “internacionalistas”, excetuando Trotsky que Lenine não poderia visar, o Comitê Central compunha-se de Joffé, futuro embaixador em Berlim; Uritzky, futuro chefe da Tcheka em Petrogrado; Sokolnikov, futuro criador do *techervonetz*: os três ficaram do lado de Lenine. Como adversários pronunciaram-se dois velhos bolcheviques que, pela atuação no passado, foram os mais chegados companheiros de Lenine: Zinoviev e Kamenev. Foi referindo-se a eles que Lenine disse: “Esta atitude entristeceu-me bastante.” A sessão do dia 10 consistiu quase que inteiramente em polêmica apaixonada com Zinoviev e Kamenev: Lenine comandava a ofensiva, os outros vinham a ele, sucessivamente.

A resolução, que foi redigida às pressas por Lenine com um pedacinho de lápis e numa folha de papel quadriculado de colegial, era como composição imperfeita mas, em compensação, dava um apoio sólido ao movimento, no sentido da insurreição. “O Comitê Central reconhece que, assim como a situação internacional da Revolução Russa (levante da frota na Alemanha, assim como a manifestação extrema do crescimento, em toda a Europa, da Revolução socialista mundial e, em seguida, a ameaça da paz dos imperialistas com o sentido de abafar a Revolução na Rússia), também a situação militar (a ineludível decisão da burguesia russa, de Kerensky e cia. de entregar Piter aos alemães), tudo isso em ligação com o levante camponês e com a reviravolta da confiança popular para o nosso partido (eleições em Moscou), enfim, a evidente preparação de uma segunda aventura korniloviana (evacuação das tropas de Piter, cerco de Minsk pelos cossacos, etc.) tudo isto coloca, na ordem do dia, a insur-

reição armada. Reconhecendo assim que a insurreição armada é inevitável e que está completamente amadurecida, o Comitê Central convida todas as organizações do partido a orientar-se para ela, a discutir e a resolver, a partir dessa concepção, todas as questões práticas (Congresso dos Sovietes da região norte, evacuação das tropas de Petrogrado, movimento de tropas de Moscou e de Minsk, etc.”

O que é notável, tanto como contribuição para a apreciação do momento quanto para a característica do autor, é a ordem mesma das condições para a insurreição: em primeiro lugar a Revolução mundial amadurece; a Revolução na Rússia é considerada, apenas, como um elo da cadeia geral. É a invariável posição de partida de Lenine, são as grandes premissas dele: não poderia agir de outra maneira. A tarefa da insurreição é colocada diretamente como sendo a do partido: a difícil questão de um acordo com os soviets, a respeito dos preparativos para o levante, não foi abordada naquele momento. Nem uma palavra para lembrar o congresso panrusso dos soviets. Como pontos de apoio para a insurreição, ao Congresso Regional do Norte e ao “movimento de tropas de Moscou e Minsk”, acrescentam-se, por solicitação de Trotsky, as palavras “evacuação das tropas de Piter”. Era a única alusão ao plano de insurreição que se impunha na capital, devido à marcha dos acontecimentos. Ninguém propôs emenda, do ponto de vista tático, à resolução que determina o ponto de partida estratégico da insurreição, contra a opinião de Zinoviev e Kamenev, que negavam ambos a simples necessidade de um levante.

As tentativas enviadas, mais tarde, pela historiografia oficiosa, a fim de apresentar os fatos de tal modo que todos os dirigentes do partido, excetuados Zinoviev e Kamenev, se tivessem pronunciado favoravelmente à insurreição, ficam demolidas pelos fatos e pelos documentos. Sem omitir a verdade de que mesmo os que votavam a favor da insurreição frequentemente mostravam-se dispostos a diferi-la para uma data indeterminada, os adversários declarados da insurreição, Zinoviev e Kamenev, não estavam isolados nem mesmo dentro do Comitê Central: o ponto de vista de ambos era compartilhado por Rykov e Noguin, ausentes da sessão do dia 10, e por Miliutin, que pensava de modo bastante parecido. “Nas cúpulas do partido notam-se flutuações, uma espécie de medo da luta pelo poder”, eis o que testemunha Lenine. Segundo Antonov-Saratovskiy, Miliutin, que

chegou depois do dia 10 a Saratov, “falava de uma carta de Ilych exigindo que metam-se nisso”, falando ainda das tergiversações do Comitê Central, do “insucesso” inicial da proposição de Lenine, da indignação dele e finalmente de que “tudo se orientava para a insurreição”. O bolchevique Sadovsky escreveu, mais tarde, a respeito de “uma certa falta de segurança e de determinação que reinavam naquele tempo. Mesmo dentro do nosso Comitê Central, naquele período, davam-se, conforme se sabe, atritos, conflitos, perguntava-se como começar e se era preciso começar”.

O próprio Sadovsky era naqueles dias um dos dirigentes da seção militar do soviete e da organização militar dos bolcheviques. Exatamente, porém, os membros da organização militar, como observamos através de um certo número de memórias, ainda em outubro consideravam com prevenção a ideia de uma insurreição: o caráter específico da organização levava os dirigentes a subestimar as condições políticas e a superestimar as condições técnicas. Dizia Krylenko, no dia 16 de outubro, em seu relatório: “A maioria do birô [da organização militar] julga não se dever levar, praticamente, a questão muito a fundo, mas a maioria pensa que se pode assumir a responsabilidade da iniciativa.” A 18, outro membro eminente da organização militar, Lashevich, dizia: “Deve-se tomar o poder agora mesmo? Penso que não se deve forçar os acontecimentos... Nada garante que possamos conservar o poder... O plano estratégico proposto por Lenine claudica os quatro pés”. Antonov-Ovseenko narra a entrevista que os principais militares da organização mantiveram com Lenine: “Podvoisky revelava dúvidas, Nevsky ora o apoiava ora cedia ao tom seguro de Ilich: eu expunha a situação na Finlândia... A segurança e a firmeza de Ilich exercem, sobre mim, uma ação tonificante e encorajam Nevsky, mas Podvoisky obstina-se em suas dúvidas.” É preciso notar que em todos os livros de lembranças desse tipo as dúvidas estão pintadas em tons de aquarela, enquanto as certezas em pinceladas fortes de cores a óleo.

Chudnovsky pronunciou-se contra a insurreição. Manuilsky, com cepticismo, repetia à guisa de advertência que o *front* não estava conosco. Tomsky era contra o levante. Volodarsky apoiava Zinoviev e Kamenev. Os adversários da insurreição não se pronunciavam abertamente contra ela. Numa sessão do Comitê de Petrogrado, no dia 15, Kalinin dizia: “A Revolução do Comitê central é a melhor de quantas ele já adotou...”

chegamos, praticamente, à insurreição armada. Quando, porém, será isso possível? Talvez dentro de um ano – não se sabe.” Um “acordo” desse tipo com o Comitê Central, um dos mais característicos para Kalinin, não era peculiar apenas a ele. Inúmeros foram os que aderiram à resolução a fim de se garantirem na luta que empreenderiam contra o levante.

Em Moscou, foi no círculo dirigente que a insurreição encontrou menos unanimidade. O birô regional apoiava Lenine. No Comitê de Moscou as flutuações eram acentuadas, e a opinião predominante pelo adiamento. O comitê provincial tomava uma atitude indeterminada, ainda mais, segundo declaração de Yakovlev no bureau regional, julgava-se mesmo que, no momento decisivo, o comitê provincial se inclinaria para o lado dos adversários do levante.

Um militante de Saratov, Lebedev, narra como, ao visitar Moscou pouco antes da insurreição, saiu a passeio com Rykov e este, mostrando-lhe com o dedo os edifícios de pedra, os luxuosos magazines, a animação da rua em azáfama, lamentou-se aludindo às tarefas que estavam por ser realizadas. “Aqui, no centro mesmo da Moscou burguesa, nós nos sentíamos como pigmeus que meditavam como derrubar uma montanha.”

Em cada uma das organizações do partido, em cada um dos comitês de províncias, havia membros que permaneciam nas mesmas disposições de Zinoviev e de Kamenev; em verdade, em muitos comitês eles constituíam a maioria. Até mesmo no centro proletário de Ivanovo-Voznesensk, onde os bolcheviques dominavam sem concorrências, os desentendimentos entre os altos dirigentes adquiriram extrema acuidade. Em 1925, quando as reminiscências já se adaptavam ao novo movimento, Kisselev, velho militante bolchevique, escrevia: “Os elementos operários do partido, com algumas exceções individuais, seguiam Lenine; contra Lenine encontrava-se um grupo pouco numeroso de intelectuais do partido e alguns operários isolados.” Nas discussões públicas, os adversários da insurreição retomavam argumentos idênticos aos de Zinoviev e de Kamenev. “Entretanto, nas discussões particulares”, escreve Kisselev, “a polêmica assumia formas muito mais ásperas e francas e chegava-se mesmo a dizer que Lenine era um biruta, que estava levando a classe operária ao abismo, que nada de bom resultaria desse levante armado, que seríamos derrotados, que esmagariam o partido e a classe operária e que tal atitude faria com que

a Revolução recuasse por muitos anos, etc.” Era esse, particularmente, o estado de ânimo de Frunze, pessoalmente muito corajoso, mas que não se destacava pela amplitude de visão.

A própria vitória da insurreição em Petrogrado não conseguiu quebrar, por toda a parte, a inércia da expectativa e a resistência direta da ala direita. As flutuações da direção quase levam a insurreição, em Moscou, à derrocada. Em Kiev, o comitê dirigido por Piatakov, que conduzia uma política meramente defensiva, transmitiu afinal de contas a iniciativa e logo depois o próprio poder à *Rada*. A organização de nosso partido em Voronezh, narra Vrachev, hesitava demasiadamente. “O golpe de estado, mesmo em Voronezh, foi dado não pelo comitê do partido, mas pela ativa minoria dele, à frente da qual estava Moiseiev. Em muitas capitais da província os bolcheviques, em outubro, formaram bloco com os conciliadores ‘para combater a contrarrevolução’, como se os conciliadores naquele momento não representassem um dos mais importantes sustentáculos da contrarrevolução. Em quase todos os lugares era necessário, quase sempre, uma pressão simultânea, de cima e de baixo, para quebrar as últimas resistências do comitê local, para obrigar a romper com os conciliadores e para que tomassem a frente do movimento. Fim de outubro e começo de novembro representaram, verdadeiramente, dias ‘de profundas perturbações’ em nosso partido. Inúmeros eram os que se deixavam rapidamente contagiar pelo ambiente” – lembra Shliapnikov, que pagou, ele próprio, pesado tributo às hesitações.

Todos esses elementos que a exemplo dos bolcheviques de Karkov ficaram no início da Revolução no campo dos mencheviques e depois perguntavam estupefatos “como tal coisa podia ter acontecido” não encontraram, durante as Jornadas de Outubro, um gesto de se definir, hesitaram, contemporizaram. E com tanto maior segurança, alardearam, depois, seus direitos de “velhos bolcheviques”, no período de reação ideológica. Por mais considerável que tenha sido, nos últimos anos, o trabalho destinado a dissimular tais fatos, independentemente dos arquivos secretos, inacessíveis atualmente ao estudioso, existem, nos jornais da época, nas memórias, nas revistas históricas, grande número de testemunhos que provam o quanto o próprio aparelho do partido, o mais revolucionário, opôs, nas vésperas da insurreição, uma grande força de resistência. É que na burocracia

cia instala-se, inevitavelmente, o espírito conservador. O aparelho só pode exercer a função revolucionária enquanto permanece como um instrumento a serviço do partido, quer dizer, subordinado a uma ideia e controlado pela massa.

A resolução do dia 10 de outubro ganhou importância considerável. Assegurou de imediato aos verdadeiros adeptos da insurreição o terreno sólido do direito dentro do próprio partido. em todas as organizações do partido, em todas as células, começaram a assumir o primeiro lugar os elementos mais resolutos. As organizações do partido, a principiar pela de Petrogrado, encolheram-se, calcularam as forças e os recursos, consolidaram suas ligações e emprestaram à luta pela insurreição um caráter mais concentrado.

A resolução, todavia, não pôs termo às divergências no Comitê Central. Bem ao contrário, deu-lhes forma e meios de se exteriorizar. Zinoviev e Kamenev, que ainda ontem se sentiam, em certos meios das esferas dirigentes, envolvidos em uma atmosfera de simpatia, puderam observar, assustados, quão rápido era agora o movimento para a esquerda. Resolveram não perder tempo e logo no dia seguinte publicaram um apelo bastante longo aos membros do partido. “Diante da História, diante do proletariado, diante da Revolução Russa e da classe operária da Rússia”, escreviam, “não temos agora o direito de jogar todo o futuro na cartada da insurreição armada.”

A perspectiva de ambos era entrar, na condição de forte oposição do partido, para a Assembleia Constituinte, a qual “só poderia apoiar-se sobre os soviets para o trabalho revolucionário”. Daí a fórmula: “A Assembleia Constituinte e os soviets, eis o tipo combinado das instituições estatais para o qual nós marchamos.” A Assembleia Constituinte, onde se supunha que os bolcheviques ficariam em minoria, e os soviets onde os bolcheviques constituíam a maioria, isto é, o órgão da burguesia mais o órgão do proletariado, deveriam ser “combinados” dentro do sistema pacífico da dualidade de poderes. Tal combinação não dera resultado, nem mesmo sob a dominação dos conciliadores. Como seria possível que tivesse êxito com os soviets bolcheviques?

“Seria profundo erro histórico”, diziam, para terminar, Zinoviev e Kamenev, “colocar a questão da passagem do poder para o partido pro-

letário do seguinte modo: *ou agora ou nunca*. Não. O partido do proletariado crescerá, o programa tornar-se-á claro para as massas, cada dia mais amplas.” A esperança de um crescimento incessante do bolchevismo, sem levar em conta a marcha real dos conflitos de classe, contradizia irreduzivelmente o *leit-motiv* de Lenine, naquele momento: “O sucesso da Revolução Russa e mundial depende de dois ou três dias de luta.”

Não é necessário acrescentar que nesse diálogo dramático quem tinha inteira razão era Lenine. É impossível dispor, à vontade, de uma situação revolucionária. Caso os bolcheviques não tivessem tomado o poder em outubro/novembro, por certo jamais o teriam tomado. Em vez de uma direção firme, as massas teriam encontrado, entre os bolcheviques, sempre as mesmas divergências fastidiosas entre a palavra e a ação, e afastar-se-iam do partido que iludira suas esperanças durante dois ou três meses, assim como se afastaram dos socialistas revolucionários e dos mencheviques. Parte dos trabalhadores cairia na indiferença, outra parte consumiria suas forças em movimentos convulsivos, em explosões anárquicas, em escaramuças de *partisans* no terror da vingança e do desespero. Ao retomar fôlego, a burguesia aproveitar-se-ia para concluir a paz em separado com os Hoenzollerns e para esmagar as organizações revolucionárias. A Rússia ver-se-ia, novamente, incluída no círculo dos estados capitalistas, a título de país meio imperialista, meio colonial. A insurreição proletária seria protelada para um futuro longínquo e indeterminado. A intensa compreensão de tal perspectiva é que levava Lenine ao grito de alarme: “O sucesso da Revolução Russa e mundial depende de dois ou três dias de luta.”

Agora, depois do dia 10, a situação no partido modificara-se radicalmente. Lenine não era mais um “oposicionista” isolado, cujas proposições eram recusadas pelo Comitê Central. Foi a ala direita que ficou isolada. Lenine não necessitava mais conseguir liberdade de agitação à custa de uma demissão. A legalidade estava do lado dele. Em compensação, Zinoviev e Kamenev, depois de lançarem em circulação o documento dirigido contra a resolução adotada pela maioria do Comitê Central, encontraram-se na situação de violadores da disciplina. Lenine, na luta, não deixava impune a menor falta do adversário!

Na sessão do dia 10 elegeram, por proposta de Dzerzhinsky, um birô político de sete pessoas; Lenine, Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Stalin,

Sokolnikov, Bubnov. A nova instituição revelou-se totalmente inviável: Lenine e Zinoviev estavam ainda escondidos; além disso, Zinoviev continuava a sustentar a luta contra a insurreição, bem como Kamenev. O birô político organizado em outubro não se reuniu uma única vez e foi logo esquecido, assim como outras organizações formadas *ad hoc* durante o remoinho dos acontecimentos.

Na sessão do dia 10 não foi traçado qualquer plano, mesmo aproximado, para a insurreição. Apesar de não ter sido mencionado na resolução, ficou determinado que a insurreição deveria preceder o Congresso dos Sovietes e iniciar-se, se possível, no dia 15 de outubro, o mais tardar. Esta data não foi aceita por todos de boa vontade: era por demais próxima, evidentemente, para permitir que se tomasse impulso em Petrogrado. Insistir, todavia, num adiamento, seria sustentar as direitas e embaralhar as cartas. Além do que, nunca é tarde demais para adiar!

O fato de a data ter sido primitivamente fixada para o dia 15 foi pela primeira vez revelada nas recordações de Trotsky a respeito de Lenine em 1924, sete anos depois dos acontecimentos. A comunicação de Trotsky foi contestada imediatamente por Stalin e a questão assumiu grande acuidade na literatura histórica russa. Conforme não ignoramos, a insurreição deu-se na realidade no dia 25, o que conseqüentemente prova que a data anteriormente fixada não foi mantida. A historiografia dos epígonos julga que, na política do Comitê Central, não poderia haver nem erros nem mesmo adiamentos. “Resultaria”, escreve Stalin a esse respeito, “que o Comitê Central teria fixado para o dia 15 a data da insurreição e que, em seguida, ele mesmo infringiu a decisão transportando-a para o dia 25 de outubro. É verdade? Não, é falso”. Stalin termina por concluir que “Trotsky foi traído pela memória”. A título de prova, invoca a resolução do dia 10, que não menciona qualquer data.

A contestada questão da cronologia da insurreição é muito importante para que se possa compreender o ritmo dos acontecimentos e necessita ser elucidada. Que a resolução do dia 10 não mencione qualquer data é verdade. Essa resolução de conjunto, entretanto, referia-se ao levante em todo o país e era destinada a centenas, milhares de dirigentes entre os militantes do partido. Inserir nela a data conspiradora da insurreição prevista para um dia tão próximo, em Petrogrado, seria o cúmulo do desatino:

recordemos que Lenine, por prudência, não datava nem mesmo as cartas que escrevia durante aquele período. Tratava-se, no caso presente, de uma decisão a um tempo tão importante e tão simples que todos os participantes poderiam, sem esforços, guardá-la de memória, sobretudo por se tratar apenas de alguns dias. Quando Stalin alega o texto da resolução há, na verdade, um perfeito mal-entendido.

Estamos, todavia, dispostos a reconhecer que se um participante apoia-se na própria memória e, em particular, se é contestado no que transmite por um outro participante, nada disso é suficiente para um estudo histórico. Por felicidade, a questão fica resolvida, de modo indiscutível, no plano da análise das circunstâncias e dos documentos.

A abertura do Congresso dos Sovietes estava prevista para o dia 20 de outubro. Entre o dia da instalação do Comitê Central e a data do congresso houve o intervalo de dez dias. O congresso não deveria fazer agitação em torno do poder aos soviets, porém, tomá-lo. Todavia, com as próprias forças, algumas centenas de delegados eram impotentes para tomar o poder; era necessário arrancá-lo para o congresso e antes do congresso. “Ganhai primeiro a vitória sobre Kerensky, em seguida convocai o congresso” – esta ideia foi o núcleo central de toda a agitação de Lenine, a partir da segunda quinzena de setembro. Em princípio, todos aqueles que em geral estavam de acordo pela tomada do poder estavam também de acordo a esse respeito. O Comitê Central não poderia, por conseguinte, eximir-se do dever de se impor como tarefa uma tentativa de insurreição, entre os dias 10 e 20 de outubro. Como, entretanto, não se poderia prever quantos dias a luta duraria, o início da insurreição foi marcado para o dia 15. “A respeito da data”, escreveu Trotsky nas lembranças de Lenine, “se bem me lembro não houve quase contestações. Todos compreenderam que a data tinha um caráter de aproximação, por assim dizer, de orientação e que segundo os acontecimentos poderia ser um pouco recuada ou um pouco adiada. Tratava-se, entretanto, de uma questão de dias, não mais. A necessidade de uma data e, sobretudo, muito próxima, era absolutamente evidente.”

Em suma, o testemunho da lógica política encerra a questão. Não faltam, porém, as provas complementares. Lenine propôs, com insistência e repetidamente, que se utilizasse o Congresso Regional dos Sovietes

tes do Norte para envolver as operações militares. A resolução do Comitê Central adotou a ideia. Mas o congresso regional, que foi aberto a 10, deveria encerrar-se antes do dia 15.

Na conferência do dia 16, Zinoviev, insistindo para que a resolução tomada seis dias antes fosse relatada, declarava: “Devemos nos dizer claramente que, durante os cinco dias que se seguirão, não organizaremos qualquer levante”; tratava-se dos cinco dias que faltavam ainda até o Congresso dos Sovietes. Kamenev, que na mesma conferência demonstrava que “fixar a data da insurreição, seria entregar-se à aventura”, recordava ainda: “Outrora dizia-se que a insurreição deveria rebentar antes do dia 20.” Ninguém objetou e não se poderia mesmo replicar. Era exatamente o adiamento da insurreição que Kamenev interpretava como sendo a ruína da resolução de Lenine. Para a insurreição, segundo os termos de Kamenev, “durante a última semana nada se fizera”. Há nessa declaração um evidente exagero: fixada a data, viram-se todos na obrigação de introduzir, em seus planos, maior rigor e também de acelerar o ritmo do trabalho. Indubitavelmente o prazo de cinco dias, fixado na sessão do dia 10, revelou-se muito curto. Era evidente que um adiamento se impunha. Foi apenas no dia 17 que o Comitê Executivo Central adiou a abertura do Congresso dos Sovietes para o dia 25 de outubro. Esse adiamento veio a propósito.

Alarmado pelos adiamentos, Lenine, para quem, no seu isolamento, as fricções interiores deviam, inevitavelmente, assumir aspectos exagerados, insistiu para a convocação de uma nova assembleia do Comitê Central com os representantes das principais seções de militantes da capital. Foi exatamente nessa conferência, dia 16, nos arredores da cidade, em Lesnoi, que Zinoviev e Kamenev apresentaram os motivos antes citados, com o objetivo de desmarcar a data anteriormente fixada e opondo-se à fixação de uma outra data.

As dissensões recomeçaram muito mais fortes. Julgava Miliukov que “não estávamos preparados para assestar o primeiro golpe...” Surgiu então nova perspectiva: “um conflito armado... ele se avoluma, a possibilidade aproxima-se. Devemos estar preparados para essa colisão. Mas tal perspectiva é diferente da ideia de uma insurreição.” Miliutin colocava-se na posição defensiva preconizada por Zinoviev e Kamenev. Shotmann, velho operário de Petrogrado que tinha vivido toda a história do partido,

afirmava que na conferência da cidade, no Comitê de Petrogrado e na organização militar, o estado de ânimo era bem menos combativo do que no Comitê Central. “Não podemos ainda marchar mas devemos preparar-nos.” Lenine atacava Miliutin e Shotmann devido à apreciação pessimista de ambos a respeito da relação de forças: “Não se trata de uma luta contra o Exército, mas que preponderamos sobre o inimigo. Por que o Comitê Central não pode começar?”

Trotsky estava ausente da sessão: naquela mesma hora, ele conseguia que o estatuto do Comitê Militar Revolucionário fosse adotado pelo soviete. Entretanto, o ponto de vista que se estabelecera definitivamente no Smolny nos últimos dias era defendido por Krylenko, que conduzia ombro a ombro com Trotsky e Antonov-Ovseenko o Comitê Regional dos Sovietes do Norte. Krylenko supunha que, sem dúvida alguma, “a água já tinha fervido o suficiente”. Relatar a resolução sobre o levante “seria o mais grave dos erros”. Ficava, entretanto, em oposição a Lenine “na questão de saber quem começaria e como começar”. Julgava não ser razoável fixar claramente o dia da insurreição. “Mas a questão da evacuação das tropas era justamente o motivo que provocaria a batalha... A ofensiva contra nós existe de fato e pode-se utilizá-la... De nada adianta inquietar-se por saber quem começará, uma vez que já está começado.” Krylenko preconizava e expunha a política que servia de base ao Comitê Militar Revolucionário e à conferência da guarnição. A insurreição desenvolveu-se, a seguir, precisamente por esse caminho.

Lenine nada respondeu a Krylenko: o quadro vivo das últimas seis semanas em Petrogrado não se tinha desenrolado sob seus olhos. Lenine temia as prorrogações. A atenção dele estava dirigida para os adversários diretos da insurreição. Quaisquer reservas, quaisquer fórmulas convencionais, quaisquer respostas insuficientemente categóricas, ele inclinava-se a interpretá-las como sendo um apoio indireto a Zinoviev e Kamenev, que se pronunciavam com aquela intrepidez dos homens que não aceitam mais um motivo de recuar. “Os resultados da semana”, argumentava Kamenev, “demonstram que não há probabilidades favoráveis à insurreição. Não temos um aparelho para o levante; os nossos inimigos contam com um aparelho bem mais forte e que provavelmente reforçou-se muito durante essa semana... Vemos aqui duas táticas que se combatem mutuamente: a

da conspiração e a da confiança depositada nas forças ativas da Revolução Russa.” Os oportunistas depositam sempre a confiança deles nas “forças ativas”, no justo momento em que devem combater.

Lenine respondia: “Se acreditam que a insurreição está madura, é inútil falar em conspiração. Se, politicamente, a insurreição é inevitável, é necessário considerá-la como uma arte.” Era precisamente nessa linha que se desenvolvia, no partido, o debate essencial, realmente de princípio, cuja solução num ou noutro sentido, firmava os destinos da Revolução. Todavia, no quadro geral do raciocínio de Lenine, que agrupava a maioria do Comitê Central, apareciam questões subsidiárias, porém muito importantes: de que forma, sobre as bases de uma situação política que alcançara a maturidade, chegar à insurreição? Que passarela escolher para passar da política à técnica do levante? E como guiar as massas sobre tal passarela?

Joffé, que pertencia à ala esquerda, apoiava a resolução do dia 10. Fazia objeção a Lenine num único ponto: “Não acho exato que a questão, no momento presente, seja puramente técnica; mesmo agora a questão do levante deve ser considerada do ponto de vista político.” Exatamente, a última semana provara que para o partido, para o soviete, para as massas, a insurreição ainda não se tinha tornado uma simples questão de técnica. Foi precisamente por esse motivo que não guardaram de memória a data fixada no dia 10.

A nova resolução de Lenine, que apelava para “todas as organizações e todos os operários e soldados, a fim de se prepararem para a multilateral e reforçada insurreição armada”, foi adotada por vinte e dois votos contra dois, os de Zinoviev e Kamenev, com três abstenções. Os historiadores oficiais alegam esse número para provar a completa insignificância da oposição. Mas eles simplificam a questão. A virada para a esquerda nas profundas massas do partido era já tão acentuada que os adversários da insurreição, não se decidindo a falar abertamente, estavam interessados em apagar a linha divisória de princípios entre os dois campos. Uma vez que a insurreição, apesar da data anteriormente fixada, não se deu antes do dia 16, não se podia obter, daqui por diante, que se limitassem a seguir, platonicamente, “o curso dos acontecimentos para o levante”? Que Kalinin não estava assim isolado, ficou provado claramente na mesma sessão. A

resolução de Zinoviev: “As manifestações são inadmissíveis, quando não previamente concertadas com a fração bolchevista do Congresso dos Sovietes”, foi rejeitada por 15 votos contra 6 e 3 abstenções. Eis onde se dava a efetiva verificação dos estados de opinião; certo número de “adeptos” da resolução do Comitê Central desejavam, realmente, adiar a decisão até o Congresso dos Sovietes e até mesmo a uma nova conferência com os bolcheviques da província, em grande maioria muito mais moderados. Os últimos, levando em consideração as abstenções, ficaram em número de 9 em 24, isto é, mais de um terço. Era, bem entendido, minoria ainda, mas, em se tratando do estado-maior, bastante considerável. O que determinava a irremediável fraqueza desse estado-maior era o fato de não contar com qualquer apoio da base do partido nem da classe operária.

No dia seguinte, Kamenev, de comum acordo com Zinoviev, entregou ao jornal de Gorky uma declaração que ia de encontro à resolução adotada na véspera. “Não apenas eu e Zinoviev, mas também um certo número de camaradas-técnicos”, assim exprimia-se Kamenev, “julgamos que assumir a responsabilidade da iniciativa de uma insurreição armada, no momento presente, tendo em vista as relações das forças sociais, independentemente e alguns dias antes do Congresso dos Sovietes, seria uma iniciativa inadmissível, perigosa para o proletariado e para a Revolução... Jogar tudo... na carta do levante nos próximos dias seria um ato de desespero. Ora, nosso partido está muito forte, tem diante de si um belo futuro para dar tais passos...” Os oportunistas sentem-se sempre “muito fortes” para empenhar-se na luta.

A carta de Kamenev era uma verdadeira declaração de guerra ao Comitê Central e sobre uma questão a respeito da qual ninguém estava disposto a brincar. A situação adquiria subitamente uma extrema acuidade. Complicou-se mesmo com diversos episódios individuais oriundos da mesma política comum. Na sessão do Soviete de Petrogrado, dia 18, Trotsky, respondendo à pergunta feita pelos adversários, declarou que o soviete não fixava o levante para os próximos dias, porém que, se fosse obrigado a fixá-lo, os operários e os soldados marchariam como se fossem um só homem. Kamenev, ao lado de Trotsky no birô, levantou-se imediatamente para uma curta declaração: subscrevia cada palavra de Trotsky. Era um jogo pérfido: quando Trotsky, através de uma fórmula defensiva apa-

rente camuflava juridicamente a política da ofensiva, Kamenev tentou usar a fórmula de Trotsky, com quem ele se mantinha em desacordo radical, para camuflar uma política diametralmente oposta.

A fim de neutralizar o efeito da manobra de Kamenev, Trotsky, no mesmo dia, declarou em relatório que apresentou à Conferência Pan-russa dos Comitês de Fábricas e Usinas: “A guerra civil é inevitável. É necessário tão somente organizá-la da forma menos sangrenta e menos dolorosa. Podemos alcançá-la, não por meio de tergiversações e de hesitações, mas apenas por meio de uma luta obstinada e corajosa para a conquista do poder.” A respeito das tergiversações, estava claro para todos que se visava Zinoviev, Kamenev e todos quantos participavam da opinião deles.

A declaração de Kamenev ao soviete ficou, além disso, submetida por Trotsky ao exame da primeira próxima sessão do Comitê Central. No intervalo, Kamenev, desejoso de manter as mãos livres para a agitação contra o levante, pediu demissão do Comitê Central. O caso foi discutido na ausência de Kamenev. Trotsky insistia em dizer que a situação criada era absolutamente intolerável e propunha que se aceitasse a demissão de Kamenev.²

Sverdlov, depois de apoiar a proposta de Trotsky, leu publicamente uma carta de Lenine, que estigmatizava Zinoviev e Kamenev pelo fato de se terem pronunciado no jornal de Gorky como os *strikebreakers* (furadores de greve) e que exigia a exclusão de ambos do partido. “O em-

2 Nas atas do Comitê Central de 1917, publicadas em 1929, está dito que Trotsky explicou a declaração que fez ao soviete da seguinte maneira: “que ele fora forçado por Kamenev”. Há aqui um evidente erro no registro das palavras ou então, posteriormente, uma redação inexata. A declaração de Trotsky não tinha razão alguma para ser de um modo particular elucidada: ela derivava das próprias circunstâncias. Por um curioso acaso, o comitê regional moscovita, que apoiava Lenine, foi forçado no mesmo dia 18 a publicar em um jornal de Moscou uma declaração que reproduzia, palavra por palavra quase, a fórmula de Trotsky: “Não somos um partido de pequeninos conspiradores e não fixamos, às escondidas, as datas de nossas manifestações... Quando estivermos decididos a marchar, nós o diremos em nossa imprensa...”. Não se poderia responder de outra maneira às perguntas diretas do inimigo. Entretanto, se a declaração de Trotsky não foi e não podia ter sido feita por exigência de Kamenev, ela foi conscientemente comprometida pela falsa solidariedade dele e em condições tais que Trotsky não tinha a possibilidade de colocar o indispensável ponto nos *ii*.

buste de Kamenev, na sessão do Soviete de Petrogrado”, escrevia Lenine, “encerra algo de bastante vil; vejam isto: ele está inteiramente de acordo com Trotsky. Mas seria difícil compreender que Trotsky *não poderia dizer*, perante os inimigos, mais do que disse, que ele não tinha o direito, que ele não devia? Será difícil compreender que... a resolução sobre a necessidade de uma insurreição armada, sua maturação total, sua preparação por todos os lados, etc... *obriga*, em declarações públicas, a jogar não apenas a culpa mas também a iniciativa sobre o adversário?... o subterfúgio de Kamenev é simplesmente uma trapaça.”

Ao enviar seu protesto indignado por intermédio de Sverdlov, Lenine não podia ainda ter tomado conhecimento de que Zinoviev, através de uma carta enviada ao Comitê Central, declarara: ele, Zinoviev, “sustentava opiniões bastante distanciadas daquelas que Lenine discutia”, ele, Zinoviev, “ficava do lado das declarações ontem prestadas por Trotsky ao Soviete de Petrogrado”. Foi com as mesmas intenções que se pronunciou, pela imprensa, um terceiro adversário da insurreição, Lunacharsky. E como reforço a esse confusionismo pérfido, a carta de Zinoviev, publicada no órgão central, exatamente nas vésperas da sessão do Comitê Central, no dia 20, saiu acompanhada de uma nota que exprimia as simpatias da redação: “Por nosso lado, manifestamos a esperança de que, graças à declaração feita por Zinoviev (tal como a que foi feita por Kamenev ao soviete), o assunto possa ser considerado liquidado. A violência do tom que Lenine imprimiu ao seu artigo não altera nada no fato de que, quanto ao essencial, permanecemos com a mesma opinião.” Era um golpe de punhal pelas costas, e vindo de onde não se esperava. Enquanto Zinoviev e Kamenev faziam, na imprensa inimiga, uma agitação aberta contra a decisão do Comitê Central sobre a insurreição, o órgão central censura a “violência” do tom de Lenine e constata a unidade de opinião com Zinoviev e Kamenev “quanto ao essencial”. Como se existisse naquele momento questão mais essencial do que a da insurreição! Segundo uma breve ata, Trotsky declarou numa sessão do Comitê Central “inadmissíveis as cartas de Zinoviev e de Lunacharsky ao órgão central, assim como a nota da redação”. Sverdlov sustentou o protesto.

Stalin e Sokolnikov faziam parte da redação. A ata dizia: “Sokolnikov comunica que nada tem a ver a respeito da declaração da redação

sobre a carta de Zinoviev e que considera tal declaração errada.” Descobriu-se que Stalin, pessoalmente “contra outro membro da redação e da maioria do Comitê Central”, sustentara Kamenev e Zinoviev no momento mais crítico, ou seja, quatro dias antes do início da insurreição, por meio de uma declaração de simpatia. A irritação foi enorme.

Stalin pronunciou-se contra a aceitação da demissão de Kamenev, demonstrando que “a situação toda era contraditória”, isto é, que se encarregava de defender o confucionismo nos espíritos quando se declaravam contra a insurreição. Por cinco votos contra três a demissão de Kamenev foi aceita. Por seus votos contra Stalin, foi adotada uma decisão proibindo Kamenev e Zinoviev de sustentar luta contra o Comitê Central. A ata diz: “Stalin declarou que sairia da redação.” Para não agravar uma situação já de si difícil, o Comitê Central recusou a demissão de Stalin.

A conduta de Stalin pode parecer inexplicável à luz da lenda que se criou em torno dele; na verdade, corresponde inteiramente à formação espiritual dele e aos seus métodos políticos. Diante de grandes problemas, Stalin recua sempre, não que lhe falte caráter, como no caso de Kamenev, mas porque é dotado de visão muito curta e por faltar-lhe imaginação criadora. Uma prudência desconfiada força-o, quase organicamente, naqueles momentos de decisões sérias e de profundas desinteligências, a fugir para a sombra, a esperar e, se possível, garantir-se em duas situações eventuais. Stalin votava com Lenine a favor da insurreição. Zinoviev e Kamenev lutavam abertamente contra a insurreição. Se não aceitamos “a violência do tom” da crítica leninista, “permanecemos quanto ao essencial com a mesma opinião”. Não foi, de modo algum, por leviandade que Stalin publicou a nota: ao contrário, pesava cuidadosamente as circunstâncias e as palavras. A 20 de outubro, todavia, ele não acreditava ser possível cortar definitivamente as pontes que conduziam ao campo dos adversários da insurreição.

Os textos das atas que nos vemos na obrigação de citar, não segundo os originais mas pelos textos oficiais, elaboradas numa repartição stalinista, revelam não apenas as atitudes reais dos personagens do Comitê Central bolchevista, mas também, apesar da concisão e da aridez, desenrolam diante de nós o verdadeiro panorama da direção do partido tal como era: de contradições internas e inevitáveis tergiversações individuais. Não

apenas a história mas também as insurreições as mais audaciosas são realizadas por homens a quem nada de humano é estranho. Será possível que isso diminua a importância do que foi realizado?

Se projetarmos numa tela a mais brilhante das vitórias de Napoleão, o filme mostraria, ao lado do gênio, da envergadura, dos achados, do heroísmo, a irresolução de certos marechais, os erros dos generais que não sabiam ler um mapa, a estupidez dos oficiais, o pânico de destacamentos inteiros e até mesmo as dores de barriga do medo. Tal documento realista provaria apenas que o Exército de Napoleão compunha-se não de autómatas legendários mas de franceses bem vivos, educados na intersecção de dois séculos. E a representação das fraquezas humanas destacaria apenas, e mais nitidamente, a grandiosidade do conjunto.

É bem mais fácil fazer-se, *a posteriori*, a teoria de uma insurreição do que assimilá-la integralmente antes que ela se realize. Recuar uma Revolução provocou sempre e provocará inevitavelmente crises nos partidos revolucionários. Desse fato dá testemunho a experiência do partido, o mais temperado e o mais revolucionário que a História conheceu até hoje. Basta reparar que, alguns dias antes da batalha, Lenine viu-se obrigado a exigir que fossem excluídos do partido dois de seus discípulos mais chegados e mais em evidência. As tentativas mais tarde envidadas para reduzir o conflito “a circunstâncias fortuitas” de caráter pessoal são inspiradas numa idealização puramente eclesiástica do passado do partido. Assim como Lenine, mais completa e resolutamente do que os outros durante os meses do outono de 1917, expressava a necessidade objetiva da insurreição e a vontade das massas dirigida para a insurreição, também Zinoviev e Kamenev, com mais sinceridade do que os outros, encarnavam as tendências restritivas do partido, o espírito da indecisão, a influência das relações com os pequenos burgueses e a pressão das classes dirigentes.

Caso as conferências, as controvérsias, as discussões particulares que aconteceram no seio da direção do Partido Bolchevista, apenas no mês de outubro, tivessem sido estenografadas, seria possível às gerações futuras constatar, através de que intensidade das lutas internas formou-se, nas cúpulas do partido, a intrepidez necessária à insurreição. A estenografia revelaria, ao mesmo tempo, quanto um partido revolucionário necessita de

democracia interior: a vontade de lutar não está contida em fórmulas frias nem são ditadas de cima, é imprescindível renová-la e retemperá-la a cada novo passo.

Ao contraditar uma afirmação do autor do presente trabalho, que dizia “ser o partido o instrumento essencial de uma Revolução proletária”, perguntava Stalin em 1924: “Como pôde nossa Revolução vencer se ‘o instrumento essencial’ mostrou-se nada valer?” A ironia não esconde a falsidade bastante primitiva dessa réplica. Entre os santos, tal como a Igreja os pinta, e os diabos, tal como os pintam os candidatos à santidade, situam-nos homens que vivem: são eles que fazem a História. A têmpera tão forte do Partido Bolchevista manifestava-se não na ausência de desinteligências, hesitações e até mesmo abalos, mas no fato de, nas circunstâncias difíceis, ele sair das crises internas no momento exato e assegurar-se a possibilidade de uma intervenção decisiva nos acontecimentos. O que significa também que o partido em conjunto era o instrumento totalmente adequado para a Revolução.

Um partido reformista julga praticamente inabaláveis as bases do regime que ele se dispõe a reformar. Por esse lado, inevitavelmente, fica subordinado às ideias e à moral da classe dirigente. Ao estruturar-se sobre a espinha dorsal do proletariado, a social-democracia tornou-se em nada mais do que um partido burguês de segunda qualidade. O bolchevismo criou o tipo do verdadeiro revolucionário que, aos fins históricos incompatíveis com a sociedade contemporânea, subordina as condições mesmas da vida individual, as ideias e os julgamentos morais dele, revolucionário. As indispensáveis distâncias acerca da ideologia burguesa eram mantidas no partido pela vigilância intransigente, da qual Lenine era o inspirador. Através de um trabalho incessante de escalpelo, ele cortava os liames que vizinhança pequeno-burguesa criava entre o partido e a opinião pública oficial. Concomitantemente, Lenine ensinava ao partido como formar a opinião pública, dele partido, apoiando-se sobre o pensamento e os sentimentos da classe que subia. Assim, através da seleção e da educação, em luta contínua, o partido bolchevista pôde criar seu próprio meio, não apenas político mas também moral, independente da opinião pública burguesa e irredutivelmente oposta a ela. Foi o que permitiu aos bolcheviques superar as hesitações nas fileiras deles e manifestar a resolução viril sem a qual a vitória de outubro teria sido impossível.

.....

Capítulo VI

A ARTE DA INSURREIÇÃO

ASSIM COMO A GUERRA, ninguém faz uma Revolução de boa vontade. A diferença consiste em que, numa guerra, o papel decisivo é o da coação; numa Revolução não há coação, a não ser a das circunstâncias. A Revolução acontece quando não existe mais outro caminho. A insurreiçã, ao elevar-se, acima da Revolução, como um cume na montanhosa cadeia dos acontecimentos, não pode ser provocada arbitrariamente, como também não o pode a Revolução em conjunto. As massas, repetidamente, atacam e recuam antes de decidir-se a dar o último assalto.

A conspiração, geralmente, se põe à insurreiçã, como um empreendimento concertado entre a minoria diante do movimento elementar da maioria. Com efeito: uma insurreiçã vitoriosa, que só pode ser a realização de uma classe destinada a assumir a direção de uma nação, é, pela signifição histórica e pelos métodos, profundamente diversa de um golpe de estado de conspiradores que agem por trás das costas das massas.

De fato: em qualquer sociedade de classe, há grande número de contradições permitindo que, através das brechas, seja possível tramar um complô. A experiência histórica, porém, prova ser necessário que a mesma

sociedade esteja a tal ponto enferma – como na Espanha, em Portugal, na América do Sul – para que a política das conspirações encontre, constantemente, onde se alimentar. Em estado puro, a conspiração, mesmo quando vitoriosa, só pode propiciar a substituição, no poder, das diferentes camarilhas da mesma classe dirigente, ou menos ainda: as substituições dos homens de estado. A vitória de um regime social sobre outro só pôde ser incluída na História quando através da insurreição das massas. Enquanto que os complôs periódicos são a expressão do marasmo e da corrupção da sociedade, a insurreição popular surge, ordinariamente, como resultado de uma rápida evolução anterior que rompe o equilíbrio desgastado da nação. As “revoluções” crônicas das repúblicas sul-americanas nada têm em comum com a Revolução permanente; ao contrário, em certo sentido, são exatamente o oposto dela.

O que se acaba de dizer não significa, de modo algum, que a insurreição popular e a conspiração se excluam uma a outra em todas as circunstâncias. Na insurreição entra sempre um elemento maior ou menor, de conspiração. Etapa historicamente condicionada da Revolução, a insurreição das massas jamais é puramente elementar. Mesmo quando rebenta de surpresa para a maioria dos participantes, ela é fecundada pelas ideias através das quais ou insurretos vislumbram uma saída para os sofrimentos da existência. A insurreição das massas, porém, pode ser prevista e preparada. Pode ser antecipadamente organizada. Nesse caso complô subordina-se a insurreição, ele a serve, facilita a marcha dela, acelera a vitória. Quanto mais elevado for o nível político de um movimento revolucionário, quanto mais séria for a direção, maior será o lugar ocupado pela conspiração dentro da insurreição popular.

É indispensável que se compreenda, exatamente, a relação que existe entre a insurreição e a conspiração, tanto naquilo que as opõe uma a outra, quanto naquilo que as completa reciprocamente, tanto mais que o emprego da palavra “conspiração” apresenta, na literatura marxista, um aspecto contraditório, quando se trata seja de um empreendimento independente da minoria que toma a iniciativa, seja da preparação, pela minoria, do levante que será realizada pela maioria.

A História prova, é verdade, que uma insurreição popular pode vencer, em certas condições, até mesmo sem complô. Surgindo de um im-

pulso “elementar”, de uma revolta geral, de diversos protestos, de manifestações, greves, choques de rua, a insurreição pode arrastar uma parte do exército, paralisar as forças do inimigo e derrubar o poder. Assim aconteceu, em certo grau, na Rússia, em 1917. Temos, aproximadamente, o mesmo quadro no desenvolvimento das revoluções alemã e austro-húngara, no outono de 1918. Na medida em que, nos dois casos, à frente dos insurretos, não havia um partido profundamente compenetrado dos interesses e dos desígnios da insurreição, a vitória da insurreição, obrigatoriamente, entregaria o poder àquele, dentre os partidos que, até o último momento, se opusera à insurreição.

Derrubar o antigo poder é uma coisa, tomar o poder é outra coisa. A burguesia, numa Revolução, pode tomar o poder, não que ela seja revolucionária, mas porque é a burguesia: tem em mãos a propriedade, a instrução, a imprensa, uma rede de pontos de apoio, uma hierarquia de instituições. Outra coisa acontece com o proletariado: destituído de privilégios sociais existentes fora dele, o proletariado sublevado só pode contar com seu número, seus quadros, seu estado-maior e com a coesão da classe.

Assim como um ferreiro não pode pegar com a mão nua um ferro aquecido a alta temperatura, o proletariado não pode, com as mãos nuas, apoderar-se do poder: é necessário, para isso, que possua uma organização apropriada. Na combinação da insurreição das massas com a conspiração, na subordinação do complô a insurreição, na organização da insurreição através da conspiração, reside o domínio complicado e cheio de responsabilidade da política revolucionária que Marx e Engels denominavam a “arte da insurreição”. Isso pressupõe uma justa direção geral das massas, uma flexibilidade da orientação perante as circunstâncias mudáveis, um plano de ofensiva meditado, a prudência no preparo técnico e a audácia para dar o golpe.

Os historiadores e os homens políticos denominam, habitualmente, insurreição das forças elementares o movimento de massas que, ligadas pela hostilidade contra o antigo regime, não possuem objetivos claros, nem métodos de luta elaborados, nem direção que conduza, conscientemente, à vitória. A insurreição das forças elementares é de bom grado reconhecida pelos historiadores oficiais, pelo menos pelos democratas,

como uma calamidade inevitável cuja responsabilidade recai sobre o antigo regime. A verdadeira razão de tal indulgência está em que as insurreições das forças “elementares” não podem sair dos quadros do regime burguês.

Pelo mesmo caminho segue a social-democracia: não nega a Revolução em geral, como catástrofe social, assim como nem nega os tremores de terra, as erupções dos vulcões, os eclipses do sol, as epidemias de peste. O que ela nega, como sendo “blanquismo” ou pior ainda, bolchevismo, é o preparo consciente da insurreição, o plano, a conspiração. Em outras palavras, a social-democracia está pronta a sancionar, com atraso é verdade, os golpes de estado que fazem o poder passar para a burguesia, condenando, com intransigência, aqueles métodos que somente eles podem transmitir o poder ao proletariado. Sob falsa objetividade, esconde-se uma política, de defesa, da sociedade capitalista.

Baseado em observações e em meditações a respeito dos insucessos de inúmeros levantes, nos quais tomou parte e dos quais foi testemunha, Auguste Blanqui deduziu certo número de regras táticas, sem as quais a vitória da insurreição torna-se extremamente difícil, senão impossível. Blanqui preconizava a criação, no momento oportuno, de destacamentos revolucionários regulares com direção centralizada, boa provisão de munições, distribuição bem calculada das barricadas, cuja construção seria prevista e que deviam ser defendidas, sistematicamente, e não episodicamente. Todas essas regras, oriundas dos problemas militares da insurreição, devem, é claro, ser inevitavelmente modificadas de acordo com as condições sociais e a técnica militar; mas, em si mesmas, não são de modo algum “blanquismo” com aquele sentido que os alemães dão ao “putschismo” ou ao “aventurismo” revolucionário.

A insurreição é uma arte e, como qualquer arte, tem suas leis. As regras de Blanqui eram exigências de um realismo de guerra revolucionária. O erro de Blanqui não estava no seu teorema direto, mas na recíproca dele. Do momento em que a incapacidade tática, condenava a insurreição ao malogro, Blanqui deduzia que a observação das regras da tática da insurreição era capaz, por si mesma, de assegurar a vitória. É apenas a partir desse ponto que se torna legítimo opor o blanquismo ao marxismo. A conspiração não substitui a insurreição. A minoria ativa do proletariado, por mais organizada que seja não pode apoderar-se do poder independentemente da

situação geral do país: nisso o blanquismo é condenado pela História. Mas apenas nisso. O teorema direto conserva toda a força dele. Para a conquista do poder, não basta ao proletariado uma insurreição das forças elementares. Ele precisa de uma organização correspondente, ele precisa de um plano, ele precisa da conspiração. É dessa forma que Lenine coloca a questão.

A crítica de Engels, dirigida contra o fetichismo da barricada, apoiava-se na evolução da técnica em geral e da técnica militar. A tática da insurreição blanquista respondia às características do Paris antigo, de um proletariado composto, mais ou menos, de artesãos, as ruas estreitas e ao sistema militar de Luís Filipe. Em princípio, o erro do blanquismo consistia em identificar a Revolução com a insurreição. O erro técnico do blanquismo consistia em identificar a insurreição com a barricada. A crítica marxista recaiu contra os dois erros. Julgando, como julgava o blanquismo, que a Revolução é uma arte, Engels descobria não apenas o lugar secundário da insurreição na Revolução, como também o papel, em declínio, da barricada na insurreição. A crítica de Engels nada tinha de comum com a renúncia aos métodos revolucionários em proveito de um parlamentarismo puro, como tentaram, na época, demonstrar os filisteus da social-democracia alemã com o auxílio da censura do Hohenzollern. Para Engels a questão das barricadas permanecia como um dos elementos técnicos da insurreição. Ora, os reformistas tentaram, diante da negação do valor decisivo da barricada, chegar à negação da violência revolucionária em geral. Mais ou menos como se, raciocinando sobre a diminuição provável da importância das trincheiras na guerra próxima, se chegasse à conclusão do desmoronamento do militarismo.

A organização, através da qual o proletariado pode não somente derrubar o antigo regime como substituí-lo também, são os soviets. Aquilo que, mais tarde, se transformou em caso de experiência histórica era, até a insurreição de outubro, apenas um prognóstico teórico que se apoiava, é verdade, na experiência prévia de 1905. Os soviets são os órgãos de preparação das massas para a insurreição, os órgãos, os da insurreição, e, depois da vitória, os órgãos do poder.

Todavia, os soviets por si mesmos não encerram a questão. Segundo o programa e direção, podem servir a fins diversos. Um programa é dado ao soviete pelo partido. Caso os soviets, dentro das circunstâncias de

uma Revolução – e, fora de uma Revolução, eles são, em geral, impraticáveis – se apoderem de toda uma classe, excetuadas as camadas por demais atrasadas, passivas ou desmoralizadas, o partido revolucionário fica à frente da classe. O problema da conquista do poder só pode ser resolvido pela combinação do partido com os sovietes ou então com outras organizações de massas mais ou menos equivalentes aos sovietes.

O soviete, tendo à frente um partido revolucionário, tende, conscientemente e em tempo útil, a tomar o poder. Regulando-se pelas variações da situação política e pelo estado de espírito das massas, ele prepara os pontos de apoio da insurreição, une os destacamentos de choque por meio da unidade de desígnios, elabora, antecipadamente, o plano quer da ofensiva, quer do derradeiro assalto: isso significa, precisamente, introduzir a conspiração organizada na insurreição de massas.

Os bolcheviques tiveram de, mais de uma vez, muito tempo antes da insurreição de Outubro, refutar acusações contra eles dirigidas pelos adversários, que os acusavam de maquinações conspirativas e de blanquismo. Ora, ninguém, mais do que Lenine, manteve uma luta tão intransigente contra a mera conspiração. Os oportunistas da social-democracia internacional tomaram muitas vezes, sob a proteção deles, a velha tática socialista revolucionária do terror individual contra os agentes do tzarismo, resistindo à crítica implacável dos bolcheviques, que opunham ao aventureiro individualismo de *intelligentsia* o movimento que visava a insurreição das massas. Ao repudiar todas as variedades de blanquismo e da anarquia, Lenine também não se inclinava, um minuto sequer, diante da “sagrada” força elementar das massas. Estudou ele, mais do que muitos, mais cedo e mais profundamente, a relação existente entre os fatores objetivos e subjetivos da Revolução, entre o movimento das forças elementares e a política do partido, entre as massas populares e as classes adiantadas, entre o proletariado e a vanguarda dele, entre os sovietes e o partido, entre a insurreição e a conspiração.

Se é certo que não se pode, à vontade, provocar um levante e que, para alcançar a vitória é necessário, concomitantemente e em tempo, organizar a insurreição, coloca-se, em consequência, perante a direção revolucionária, o problema de um diagnóstico exato: é necessário, no momento oportuno, surpreender a insurreição que sobe, a fim de completá-la

por meio da conspiração. A intervenção obstétrica num parto, muito embora tal imagem tenha sido usada abusivamente, permanece como sendo a ilustração mais clara da intromissão consciente em um processo elementar. Herzen acusava, antigamente, seu amigo Bakunin de em qualquer empreendimento revolucionário, pensar que o segundo mês era o nono. Quanto a Herzen, estava ele sempre disposto a negar a gravidez, mesmo quando no nono mês. Em fevereiro ainda não se apresentava o problema de marcar a data do parto, uma vez que a Revolução estourou “de modo imprevisto” e sem qualquer direção centralizada. E foi exatamente por esse motivo que o poder não passou às mãos daqueles que fizeram a insurreição, mas às dos que a tinham refreado. Era diferente com a nova insurreição: foi conscientemente preparada pelo Partido Bolchevista. O problema – segurar o momento propício para dar o sinal da ofensiva – recaía sobre o estado-maior bolchevista.

A palavra “momento” não deve ser tomada ao pé da letra, como um dia, uma hora determinados: mesmo para os nascimentos a natureza concedeu grande diferença de tempo, cujos limites interessam não apenas à arte da obstetria, como também à casuística dos direitos de sucessão. Entre aquele momento em que a tentativa de provocar um levante deve, inevitavelmente, revelar-se prematura e levar ao aborto revolucionário e o momento em que a situação favorável deve ser considerada como irremediavelmente perdida, certo período da Revolução decorre – pode ser mesmo medido em semanas ou, algumas vezes, em meses – durante o qual a insurreição pode realizar-se com maiores ou menores chances de sucesso. Discernir esse período relativamente curto e, em seguida, escolher um momento determinado, no sentido preciso do dia e da hora, para assestar o último golpe é, para a direção revolucionária, a tarefa mais cheia de responsabilidade. Pode-se, com razão, chamá-lo de problema nodal, porquanto liga a política revolucionária à técnica da insurreição: é necessário lembrar que a insurreição, assim como a guerra, é o prolongamento da política, apenas por outros meios?

A intuição e a experiência são tão necessárias à direção revolucionária, como são em outros domínios da arte criadora. Mas não basta. A arte dos curandeiros pode também, e não sem sucesso, basear-se na intuição e na experiência. A arte do curandeiro político só basta em períodos nos quais predomina a retina. Uma época de grandes guinadas históricas

não tolera a obra dos charlatões. A própria experiência, guiada pela intuição, não basta. É necessário um método materialista que permita descobrir, por trás das sombras chinesas¹, dos programas e das palavras de ordem, o movimento real dos corpos da sociedade.

As premissas essenciais de uma Revolução residem no fato de que o regime social existente acha-se incapaz de resolver os problemas fundamentais do desenvolvimento da nação. A Revolução torna-se possível apenas quando, na composição da sociedade, existe uma nova classe capaz de pôr-se à frente da nação para resolver os problemas apresentados pela História. O *processus* de preparação da Revolução consiste em que as tarefas objetivas demarcadas na contradição da economia e das classes, abrem uma passagem na consciência das vivas massas humanas, modificam as perspectivas das mesmas e criam novas relações de forças políticas.

As classes dirigentes, em resultado da incapacidade manifesta para tirar o país do impasse, perdem a crença nelas próprias, os velhos partidos se decompõem, uma luta encarniçada trava-se entre as camarilhas e os grupos, as esperanças voltam-se para um milagre ou um taumaturgo. Tudo isso é que constitui uma das premissas políticas da insurreição, extremamente importante, embora passiva.

Uma hostilidade furiosa em relação à ordem estabelecida e a intenção de arriscar esforços os mais heroicos, de fazer vítimas, para recolocar o país no caminho da recuperação – tal a nova consciência política da classe revolucionária e que é a base da principal premissa tática da insurreição.

Os dois campos principais – os grandes proprietários e o proletariado – não representam, entretanto, no total, toda a nação. Entre eles inserem-se as largas camadas da pequena burguesia jogando com todas as cores do prisma econômico e político. O descontentamento da classe intermediária, as suas desilusões diante da política da classe dirigente, sua impaciência e sua revolta, sua disposição em apoiar a iniciativa audaciosamente revolucionária do proletariado, constituem a terceira condição política da insurreição, em parte passiva, na medida em que neutraliza as

1 Refere-se ao espetáculo no qual os personagens são silhuetas projetadas em uma tela.
[Nota da tradutora.]

cúpulas da pequena burguesia, em parte ativa, na medida em que levam as bases a lutarem diretamente, ombro a ombro, com os operários.

A reciprocidade condicional de tais premissas é evidente: quanto mais o proletariado age com resolução e segurança, e quanto mais tem a possibilidade de arrastar as camadas intermediárias, tanto mais a classe dominante fica isolada e mais desmoralização se acentua no meio dela. Em compensação, a desagregação dos dirigentes leva água para o moinho da classe revolucionária.

Para chegar à insurreição o proletariado só pode compenetrar-se, seguramente, das próprias forças quando, diante dele, abra-se uma nítida perspectiva, se tem a possibilidade de verificar, energicamente, as relações de forças que mudam em proveito dele ou ainda se sente, acima dele, uma direção perspicaz, firme e audaciosa. Tudo isso nos leva à condição última – quanto à enumeração, mas não no que se refere à importância – da conquista do poder: ao partido revolucionário, enquanto vanguarda de uma classe, estreitamente unida e temperada na luta.

Graças a uma combinação favorável das condições históricas, tanto internas quanto internacionais, o proletariado russo encontrou, à frente dele, um partido excepcionalmente dotado de clarividência política e de ténpera revolucionária sem exemplo: foi isso o que permitiu a uma classe jovem e pouco numerosa realizar uma tarefa histórica de envergadura inaudita. Em geral, segundo o testemunho da História – a Comuna de Paris, as revoluções alemã e austríaca de 1918, os soviets da Hungria e da Baviera, a Revolução Italiana em 1919, a crise alemã em 1923, a Revolução Chinesa de 1925-1927, a Revolução Espanhola de 1931 – o elo mais fraco na cadeia das condições foi até hoje, o partido: o mais difícil para a classe operária é criar uma organização revolucionária que esteja à altura das suas tarefas históricas. Nos países mais antigos e mais civilizados, forças consideráveis trabalham para enfraquecer e decompor a vanguarda revolucionária. Uma importante mostra desse trabalho encontramos na luta da social-democracia contra o blanquismo, denominação sob a qual apresentam a essência revolucionária do marxismo.

Por mais numerosas que tenham sido as grandes crises sociais e políticas, a coincidência de todas as condições indispensáveis para uma insurreição proletária vitoriosa e estável só foi encontrada, até os dias pre-

sentos, na História, uma única vez: em outubro de 1917, na Rússia. Uma situação revolucionária não é eterna. De todas as premissas de uma insurreição, a menos estável é o estado de espírito da pequena burguesia. Em épocas de crise nacional ela segue a classe que, não apenas pela palavra como também pela ação, lhe inspira confiança. Capaz de entusiasmos impulsivos, até mesmo de delírios revolucionários, a pequena burguesia não tem resistência, perde facilmente a coragem em caso de insucesso e das ardentes esperanças cai na desilusão. E são, precisamente, as violentas e rápidas mudanças dos estados de ânimo que dão tamanha instabilidade a cada situação revolucionária. Se o partido proletário não tem suficiente resolução para transformar, em tempo, a expectativa e as esperanças das massas populares em ação revolucionária, o fluxo é cedo substituído pelo refluxo: as camadas intermediárias viram as costas à Revolução e procuram um salvador no campo oposto. Assim como na maré montante, o proletariado arrasta, após si, a pequena burguesia, no momento do refluxo a pequena burguesia arrasta, com ela, importantes camadas do proletariado. Tal a dialética das vagas comunistas e fascistas na evolução política da Europa de após-guerra.

Tentando apoiar-se no aforismo de Marx – regime algum desaparece da cena antes de esgotar todas as possibilidades –, os mencheviques negavam a possibilidade de lutar pela ditadura do proletariado numa Rússia atrasada, onde o capitalismo estava longe de ter-se desgastado completamente. Em tal raciocínio existiam dois erros e ambos fatais. O capitalismo não é um sistema nacional, ele é mundial. A guerra capitalista e as suas consequências provaram que o regime capitalista esvaziara-se no plano mundial. A Revolução, na Rússia, foi à rotura do anel mais fraco no sistema capitalista mundial.

A inexactidão da concepção menchevista, entretanto, revela-se, também, no ponto de vista nacional. Apegando-se a uma abstração econômica, pode-se afirmar, admitamo-lo, que o capitalismo na Rússia não tinha esgotado as possibilidades dele. Os *processus* políticos, porém, dão-se não nas esferas etéreas, mas num meio histórico concreto. O capitalismo não é uma abstração: é um sistema vivo de relações de classes que necessita, antes de qualquer outra coisa, de um poder estatal. Que a Monarquia, sob a proteção da qual formou-se o capitalismo russo, tenha esgotado suas

possibilidades, os mencheviques não o negavam. A Revolução de Fevereiro tentou instituir um regime estatal intermediário. Seguimos, passo a passo, a história dele: em apenas oito meses, esgotou-se completamente. Que ordem governamental poderia, em tais condições, assegurar o desenvolvimento do capitalismo russo?

“A república burguesa, que era defendida apenas pelos socialistas de tendência moderada e que não mais encontravam apoio nas massas... não poderia manter-se. Tudo o que nela era essencial estava carcomido, só restava a casca.” Apreciação tão justa pertence a Miliukov. A sorte do sistema carcomido não poderia ser, segundo ele mesmo, senão a da monarquia czarista: “Tanto um quanto a outra prepararam o terreno para a Revolução e não encontraram um único defensor.”

Desde o período julho/agosto, Miliukov caracterizava a situação pela alternativa entre dois nomes: Kornilov ou Lenine. Kornilov, no entanto, fez a tentativa dele, que terminou em lamentável malogro. De qualquer maneira, para o regime de Kerensky, já não havia mais lugar. Por muito diversos que fossem os estados de espírito, testemunha Sukhanov, “só havia unidade no ódio ao kerenskismo”. Assim como a monarquia czarista tornou-se insuportável aos olhos das cúpulas da nobreza e até mesmo dos grão-duques, o governo de Kerensky tornou-se odioso, até mesmo aos inspiradores diretos do regime, os “grão-duques” das cúpulas dos conciliadores. Nesse descontentamento geral, nesse agudo mal-estar político de todas as classes, reside um dos mais importantes sintomas de uma situação revolucionária que chega à maturidade. Assim como cada músculo, cada nervo, cada fibra do organismo, ficam intoleravelmente tensos nas vésperas de vir a furo um grande abscesso.

A resolução do Congresso bolchevista de julho, que alertava os operários contra os conflitos prematuros, determinava, ao mesmo tempo, a necessidade de aceitar a batalha “quando a crise da nação inteira e o profundo levantar das massas criassem condições favoráveis para a integração dos elementos pobres das cidades e dos campos, na causa dos operários”. Tal momento chegou em setembro/outubro.

A insurreição tinha o direito de contar, doravante, com o sucesso, porquanto podia apoiar-se sobre uma autêntica maioria popular. Que não se entenda isso, formalmente. Se por acaso, a respeito da insurreição,

tivessem, previamente organizado um referendo, daria ele resultados contraditórios e indecisos. A disposição íntima de sustentar uma insurreição não se identifica, de modo algum, com a capacidade de dar-se conta, antecipadamente, da necessidade de uma insurreição. Além disso, as respostas em grande medida dependeriam quer da maneira de formular a pergunta, quer do órgão encarregado da investigação ou, simplesmente falando, da classe que estivesse no poder.

Os métodos da democracia possuem seus limites. Pode-se perguntar a todos os passageiros de um trem qual o tipo de vagão que lhes convém mais, mas não se pode perguntar a todos se é possível frear, em plena marcha, um trem que vai descarrilar. Ora, se a operação de segurança for executada corretamente, e na hora exata, ficamos seguros da aprovação dos passageiros.

As consultas parlamentares realizam-se, sempre, ao mesmo tempo; entretanto as diversas camadas populares em época de Revolução chegam uma depois da outra, a uma única e mesma conclusão, com atraso inevitável, às vezes, muito pequeno. Enquanto a vanguarda fervia de impaciência revolucionária, as camadas mais atrasadas começavam apenas a despertar. Em Petrogrado e em Moscou todas as organizações de massas estavam sob a direção dos bolcheviques; na província de Tambov, com mais de três milhões de habitantes, isto é, um pouco menos do que as duas capitais reunidas, uma fração bolchevista apareceu no soviete, e pela primeira vez, pouco antes da insurreição de outubro.

Os silogismos do desenvolvimento objetivo não coincidem nunca – dia a dia – com os silogismos do raciocínio das massas. E quando uma decisão prática, de acordo com a marcha dos fatos, torna-se urgente, o que no caso menos cabe é o referendo. As diferenças de nível e de estado de espírito das diversas camadas populares são reduzidas pela ação: os elementos de vanguarda arrastam os hesitantes e isolam os que resistem. A maioria não pode ser contada, ela se conquista. A insurreição sobe exatamente, quando uma saída para as contradições só pode surgir através de um caminho, o da ação direta.

O campesinato incapaz de, por si mesmo, tirar da guerra contra os proprietários nobres as deduções políticas necessárias, juntava-se, antecipadamente, devido ao levante agrário, a insurreição das cidades,

invocando-a e exigindo-a. Ele manifestava o que queria não por meio de um boletim branco, mas por meio do “galo vermelho” (incêndio): era um referendo bem mais sério. Nos limites em que o apoio do campesinato era indispensável ao estabelecimento de uma ditadura soviética, lá estava ele. “Essa ditadura”, replicava Lenine aos indecisos, “daria a terra aos camponeses e todos os poderes aos comitês camponeses das localidades: como é possível, sem estar louco, duvidar que os camponeses sustentem tal ditadura?” Para que os soldados, os camponeses, as nacionalidades oprimidas, vagando na tempestade de neve dos boletins eleitorais, conhecessem os bolcheviques em ação, era necessário que os bolcheviques tomassem o poder.

Qual deveria ser então a relação de forças que permitiria ao proletariado tomar o poder? “Num momento decisivo e num ponto decisivo é necessário contar com uma esmagadora preponderância de forças”, escreveria Lenine mais tarde, ao explicar a insurreição de outubro; essa lei dos sucessos militares é também a lei do êxito político, sobretudo em uma guerra de classes, encarnçada, ardente, que se chama Revolução. As capitais, ou melhor, os grandes centros comerciais e industriais... decidem em grande parte os destinos políticos do povo, desde que os centros sejam tentados pelas forças locais e rurais, suficientes, mesmo que o apoio não chegue imediatamente.” Numa interpretação dinâmica, Lenine falava da maioria do povo e demonstrava o único sentido verdadeiro do conceito de maioria.

Os adversários democratas consolavam-se ao pensar que o povo que seguia os bolcheviques não passava de matéria-prima, a argila maleável da História: os moldes só poderiam ser os democratas em colaboração com os burgueses instruídos. “Essa gente não vê”, perguntava o jornal dos mencheviques, “que nunca, como agora, o proletariado e a guarnição, de Petrogrado estiveram tão isolados das demais camadas sociais?” A desgraça do proletariado e da guarnição consistia em estar “isolados” das classes, às quais eles se dispunham a arrancar o poder.

Poder-se-ia, realmente, contar com a simpatia e o apoio das massas ignorantes da província e do *front*? “O bolchevismo deles”, escrevia Sukhanov, com desprezo, “nada mais era do que o ódio pela coligação e a avidez de conseguir terra e paz.” Como se não bastasse! O ódio à coligação revelava o esforço visando arrancar o poder à burguesia. A avidez pela terra e pela paz era um programa grandioso, que os camponeses e os soldados

se dispunham a realizar sob à direção dos operários. A nulidade dos democratas, mesmo dos que se achavam mais à esquerda, originava-se na falta de confiança de cépticos “instruídos” em relação às massas obscuras que apanham os fenômenos em grosso, sem entrar em detalhes e nuances. Uma atitude intelectual, falsamente aristocrática, desdenhosa para com o povo, era estranha ao bolchevismo, contrária até à natureza peculiar dele. Os bolcheviques não eram homens de mãos finas, amigos do povo que só trabalham em gabinetes, pedantes. Não tinham medo das camadas atrasadas, que pela primeira vez, se levantavam dos mais baixos níveis sociais. Os bolcheviques aceitavam o povo tal qual a História o formou, tal qual estava destinado a realizar a Revolução. Os bolcheviques encaravam como missão colocar-se à frente do povo. Contra a insurreição “todos se pronunciavam”, menos os bolcheviques. Os bolcheviques, porém, eram o povo.

A força política essencial da insurreição de outubro estava no proletariado, em cuja composição os operários de Petrogrado ocupavam o primeiro lugar. Na vanguarda da capital encontrava-se o distrito de Vyborg. O plano da insurreição escolheu esse bairro essencialmente proletário como ponto de partida para o desenvolvimento da ofensiva.

Os conciliadores de todas as nuances, começando por Martov, tentaram, depois da insurreição, apresentar o bolchevismo como uma tendência de meros soldados. A social-democracia europeia apoderou-se alegremente dessa teoria. Lá, fecharam os olhos aos fatos históricos fundamentais, a saber: que o proletariado foi o primeiro a passar-se para o lado dos bolcheviques; que os operários de Petrogrado indicavam o caminho aos operários de todos os países; que as guarnições e o *front* continuaram, por muito tempo, a apoiar os conciliadores; que os sociais revolucionários e os mencheviques instituíam, nos sistemas de soviets, toda espécie de privilégio para os soldados, em detrimento dos operários, lutavam contra o armamento dos últimos e incitavam os soldados contra eles: que foi tão somente por influência dos operários que se deu a mudança na tropa, e que, na hora decisiva, a direção dos soldados ficou em mãos de operários; enfim, um ano mais tarde, a social-democracia alemã, seguindo o exemplo dos correligionários russos, apoiou-se nos soldados contra os operários.

Lá pelo outono os conciliadores da direita já tinham, definitivamente, perdido a possibilidade de falar nas usinas e nas casernas. Os de esquerda ainda tentavam persuadir as massas de que a insurreição era uma loucura. Martov que, ao combater a ofensiva da contrarrevolução, em julho, encontrara um caminho de chegar à consciência das massas, estava agora medido em um trabalho sem esperança. “Não podemos prometer”, reconhecia ele, a 14 de outubro, na sessão do Comitê Executivo Central, “que os bolcheviques nos exaltarão.” Entretanto, considerava de seu dever advertir “as massas”. Ora, as massas queriam ação e não lição de moral. Mesmo naqueles casos em que escutavam, com atenção relativa, o conselheiro tão conhecido, elas continuavam, segundo Mstislaysky “a pensar como queriam, como antes”. Conta Sukhanov como, sob um céu chuvoso, procurou convencer os operários da Putilov a respeito de uma possibilidade de se arranjar as coisas sem insurreição. Foi interrompido pelas vozes impacientes. Escutavam-no dois ou três minutos e tornavam a interromper. “Depois de algumas tentativas, desisti. Aquilo não ia... e a geada nos molhava mais e mais.” Sob o céu inclemente de outubro, os pobres democratas de esquerda, segundo a descrição deles mesmos, pareciam umas galinhas molhadas.

O motivo político favorito dos adversários de “esquerda” contra a insurreição – e dentre eles encontravam-se também bolcheviques – consistia em notar, na base, a ausência de *élan* combativo. “O estado de espírito dos trabalhadores e das massas de soldados”, escreviam Zinoviev e Kamenev, a 11 de outubro, “não se parecem de modo algum com os estados de espírito existentes antes do 3 de julho.” E havia, sem dúvida, motivos: no proletariado de Petrogrado existia um certo desânimo decorrente de uma longa espera. Começavam a desesperar-se mesmo em relação aos bolcheviques: eles também decepcionariam? A 16 de outubro, Rakhia, um dos mais combativos bolcheviques de Petrogrado, finês de origem, dizia na Conferência do Comitê Central: “Evidentemente nossas palavras de ordem começam a se atrasar, duvidam que possamos realizar aquilo para o que apelamos.” A lassidão da espera, todavia, que parecia abatimento, só durou até o primeiro sinal de combate.

A primeira tarefa de uma insurreição é trazer as tropas até ela. Para isso serve, em primeiro lugar, a greve geral, as manifestações de massas, os choques de rua, os combates de barricadas. A única originalidade, observada na insurreição de outubro – e em grau tão elevado, quando

jamais o fora em outra insurreição – consiste em que, graças a um feliz auxílio de circunstâncias, a vanguarda proletária conseguiu arrastar para o seu lado a guarnição da capital, mesmo antes de começar o levante; e não somente arrastar, mas também consolidar a conquista através da organização, graças à Conferência da guarnição. Não se pode compreender o mecanismo da insurreição de outubro sem primeiro ficar inteirado de que o mais importante problema, que não se prestava, sem grande dificuldade, a um cálculo prévio foi, quanto ao essencial, resolvido em Petrogrado, antes do início da luta armada.

Isso não significa, porém, que a insurreição se tornasse supérflua. Do lado dos operários, formava, é verdade, a esmagadora maioria da guarnição; a minoria, entretanto, estava contra a insurreição, contra os operários, contra os bolcheviques. Essa pequena minoria compunha-se dos elementos mais qualificados do exército: o corpo de oficiais, os *junkers*, os batalhões de choque e, talvez mesmo, os cossacos. Impossível conquistar, politicamente, tais elementos: era necessário vencê-los. Quanto à primeira parte, o problema da insurreição, que entrou para a História sob o signo de outubro, apresentava um caráter puramente militar. A solução tinha que vir, na última etapa, dos fuzis, das baionetas, das metralhadoras e, quem sabe, dos canhões. Por esse caminho enveredou o partido dos bolcheviques.

Quais as forças militares do conflito que se preparava? Boris Sokolov, que dirigia o trabalho do partido socialista revolucionário, nos conta como, no período que precedeu a insurreição, “todas as organizações partidárias dos regimentos, exceto a dos bolchevistas, tinham-se dispersado e que a situação não se prestava à formação de outras. A opinião dos soldados era bastante bolchevizante, porém, o bolchevismo deles era passivo e totalmente desprovido de inclinação para agir ativamente por meio de armas”. Sokolov não se esquece de acrescentar: “bastariam um ou dois regimentos, realmente devotados e capazes de combater, para manter toda a guarnição em situação desfavorável. Decididamente a todos, desde os generais da Monarquia até os intelectuais “socialistas”, a todos, faltavam, contra a Revolução proletária, “um ou dois regimentos”. O que, porém, é verdade, é que a guarnição, em sua imensa maioria hostil ao governo, era absolutamente incapaz de combater e não formava ao lado dos bolcheviques. E a causa disso residia na rotura definitiva entre a antiga estrutura

militar das tropas e a nova estrutura política das mesmas. A espinha dorsal de um elemento combativo de tropas é o comando. Esse estava contra os bolcheviques. Do ponto de vista político, a espinha dorsal das tropas eram os bolcheviques. Todavia, não sabiam eles comandar e, na maioria dos casos, não sabiam nem sequer como usar as armas. A massa dos soldados não era homogênea. Os elementos ativos, combativos, estavam, como sempre, em minoria. A maioria dos soldados simpatizava com os bolcheviques, votava neles, elegia-os, mas deles não esperavam uma solução. Os elementos hostis aos bolcheviques, nas tropas, eram por demais insignificantes e não ousariam qualquer iniciativa. A opinião política da guarnição era excepcionalmente favorável à insurreição. Do ponto de vista combativo, porém, não pesava muito, era, antecipadamente, claro.

Entretanto, não convinha, de modo algum, tirar deduções sobre a guarnição, através de cálculos das operações militares. Milhares de soldados prontos a combater do lado da Revolução estavam misturados com a massa passiva e, justamente por isso, seria possível arrastá-la em maior ou menor número. Diversos contingentes, de composição mais bem organizada, guardavam a disciplina e a disposição de combater. Existiam sólidos núcleos revolucionários em todos os contingentes. No 6º Batalhão de Reserva, com mais ou menos dez mil homens, das cinco companhias, a primeira sempre se salientou, adquirindo mesmo, logo no início da Revolução, o epíteto de bolchevista, e mostrou-se digna dele, durante as Jornadas de Outubro. Em média os regimentos da guarnição, a bem dizer, não existiam como regimentos, o mecanismo da direção estava desarranjado, não seriam capazes de um longo esforço militar; de qualquer maneira, era um aglomerado de homens armados cuja maioria já tinha passado pelo fogo. Todos os contingentes estavam unidos pelo mesmo estado de espírito: derrubar Kerensky, o mais depressa possível, voltar aos lares e iniciar as reformas agrárias. Assim a guarnição completamente desagregada foi, mais uma vez, obrigada a cerrar fileiras, durante as Jornadas de Outubro, e a fazer um imponente crepitar de armas, antes de dissolver-se definitivamente.

Que força representavam do ponto de vista militar tinham os operários de Petrogrado? Tal pergunta diz respeito à Guarda Vermelha. É chegado o momento de falar-se dela com mais detalhes: estava destinada, nos próximos dias, a entrar na imensa arena da História.

Originária, por suas tradições, do ano 1905, a guarda operária renasceu com a Revolução de Fevereiro e participou, depois, das suas vicissitudes. Kornilov, então comandante em chefe da região militar de Petrogrado, afirmou que os arsenais tinham deixado sair, durante os dias da derrubada da Monarquia, trinta mil revólveres e quarenta mil fuzis. Além disso, uma quantidade considerável de armas foi parar nas mãos do povo, devido ao desarmamento da polícia e graças aos regimentos simpatizantes. Quando se exigiu a restituição das armas, ninguém respondeu. A Revolução ensina que se deve dar importância a um fuzil. Os operários organizados só puderam conseguir uma pequenina parte dessa dádiva.

Durante os quatro primeiros meses o problema de uma insurreição ainda não se apresentara aos operários. O regime democrático da dualidade de poderes abria, aos bolcheviques, a possibilidade de conquistar a maioria nos Soviotes. As companhias (*drujiny*) operárias de franco-atiradores constituíam um dos elementos da milícia democrática. Tudo isso, porém, existia mais na forma do que no fundo. Um fuzil na mão de um operário era a representação de um princípio histórico bem diverso do que na mão de um estudante.

O fato de os operários possuírem armas inquietou de início, as classes possuidoras, uma vez que as relações de forças deslocavam-se, assim, para as usinas. Em Petrogrado, onde o aparelho de estado, sustentado pelo Comitê Executivo Central, representava, no começo, uma força indiscutível, a milícia operária não parecia tão ameaçadora. Nas regiões industriais da província, todavia, o reforço da guarda operária representava uma perturbação de todas as relações, não apenas no interior da empresa, mas também muito longe, nos arredores. Os operários armados demitiam os contramestres, os engenheiros e prendiam-nos mesmo. Por decisão das Assembleias das usinas, os guardas-vermelhos eram pagos com os fundos das empresas. No Ural, rico em tradições de luta dos *partisans*, em 1905, as companhias de franco-atiradores restabeleciam a ordem sob a direção dos velhos militantes. Os operários armados, *imperceptivelmente*, quase liquidaram o poder oficial, substituindo-os pelos soviotes. A sabotagem praticada pelos proprietários e pelos administradores impunham, aos operários, o encargo de proteger as empresas: máquinas, entrepostos, reservas de carvão e de matérias-primas. Os papéis ficaram invertidos. O operário

cerrava, solidamente, os punhos sobre o fuzil para defender a usina que ele sabia ser a fonte da força dele. Assim, os elementos da ditadura operária nas empresas e nos distritos, iam-se fixando, antes mesmo que o proletariado, em conjunto, se apoderasse do poder de Estado.

Refletindo como sempre, aliás, as apreensões dos proprietários, os conciliadores opunham-se, com todas as forças, ao armamento dos operários da capital, reduzindo-o ao mínimo. Segundo Minichev, todo o armamento do distrito de Nerva compunha-se de “uns quinze fuzis e de alguns revólveres”. Na cidade, durante esse tempo, multiplicaram-se as gatinagens e os atos de violência. Por todos os lados chegavam rumores alarmantes anunciando novos abalos. Na véspera da manifestação de julho esperou-se que o distrito fosse incendiado. Os operários procuravam armas batendo em todas as portas e, muitas vezes, arrombando-as.

Da manifestação do 3 de julho, os operários de Putilov trouxeram um troféu: uma metralhadora com cinco caixas de pentes automáticos. “Estávamos felizes como crianças”, conta Minichev. Algumas usinas estavam mais bem armadas. Segundo Lichkov, os operários da usina em que trabalhava possuíam 80 fuzis e vinte revólveres. Uma riqueza! Do estado-maior da Guarda Vermelha conseguiram duas metralhadoras; uma foi assestada no refeitório outra no celeiro. “Nosso chefe”, conta Lichkov, “era Kochevsky e seus auxiliares imediatos Tomchak, morto pelos guardas-brancos durante as Jornadas de Outubro em Tzarskoe-Selo, e Efimov, fuzilado pelos bandos brancos em Hamburgo.” Essas linhas parcimoniosas permitem que lancemos um olhar no laboratório das usinas onde se formavam os quadros da insurreição de Outubro e do futuro Exército Vermelho, onde eram selecionados, onde adquiriam o hábito do comando, onde se temperavam os Tomchaks, os Efimovs, e centenas, e milhares de operários anônimos que, depois de conquistarem o poder, defenderam-no, intrepidamente, contra o inimigo e tombaram, posteriormente, em todos os campos de batalha.

Os acontecimentos de julho modificaram, imediatamente, a situação da Guarda Vermelha. O desarmamento dos operários passou a ser feito à luz do dia, não pela persuasão, mas pela força. Sob a capa de entregar as armas, os operários devolviam apenas o bricabraque. Tudo o que valia alguma coisa foi cuidadosamente guardado. Os fuzis foram distribuídos pelos membros de confiança do partido. As metralhadoras, besuntadas

com graxa, foram enterradas. Os destacamentos da guarda se encolheram, passaram à vida clandestina, uniram-se estreitamente aos bolcheviques.

A tarefa de armar os operários ficou, inicialmente, concentrada nos comitês de usinas e nos comitês de distritos do partido. Reinstalada depois do esmagamento de julho, a organização militar dos bolcheviques que, antes, só trabalhava na guarnição e no *front*, ocupou-se, pela primeira vez, com o preparo da Guarda Vermelha, procurando dar monitores aos operários e, muitas vezes, armas. A perspectiva de uma insurreição armada, preconizada pelo partido, predispõe os operários mais avançados a dar novo destino à Guarda Vermelha. Não se tratava mais de uma milícia para as usinas e para os bairros operários, mas dos quadros do futuro exército da insurreição.

No mês de agosto tornaram-se mais frequentes os incêndios nas usinas e nas fábricas. Nessa ocasião de crises notamos que cada uma é precedida por uma convulsão na consciência coletiva, que empurra para a frente uma onda alarmante. Os comitês de usinas dedicavam-se ao trabalho intenso de proteger as empresas contra os atentados. Os fuzis escondidos apareceram. O levante de Kornilov legaliza definitivamente a Guarda Vermelha. Inscrevem-se, na Guarda Vermelha, mais ou menos vinte e cinco mil homens que, em verdade, não poderiam ser armados todos com fuzis nem, parcialmente, com metralhadoras. Das fábricas de pólvora de Schlusberg, os operários transportam, pelo Neva, uma chalupa cheia de granadas e de explosivos: contra Kornilov! O Comitê Central dos conciliadores rejeitou essa dádiva de “gregos”. Os homens da Guarda Vermelha distribuíram, durante a noite, pelos bairros, esse presente perigoso.

“A instrução destinada à arte de usar o fuzil, dada anteriormente nos alojamentos e nos casebres”, conta-nos o operário Skorinko, “agora era ministrada a céu aberto, nos jardins, nas avenidas.” “A oficina transformou-se em praça de armas”, diz o operário Rakitov, em lembranças. “Diante das torres os *fraiseurs* trazem gaitas de foles a tiracolo e os fuzis sobre a máquina.” Nas oficinas onde fabricavam bombas, todos se inscreveram na guarda, exceto os velhos socialistas revolucionários e os mencheviques. Depois da sirene, todos se punham em fila, no pátio, para os exercícios. “Lado a lado, o operário barbudo e o jovem aprendiz, ambos escutam atentamente o monitor...” Enquanto se desmoronavam,

definitivamente, as antigas tropas do tzar, nas usinas lançavam-se as bases do futuro Exército Vermelho.

Assim que o perigo representado por Kornilov foi ultrapassado, os conciliadores começaram a frear os compromissos assumidos: para trinta mil operários de Putilov só entregaram trezentos fuzis. Bem cedo deixaram, totalmente, de fornecer armas: é que o perigo agora vinha não da direita, mas da esquerda; era preciso buscar proteção, não nos proletários, mas nos *junkers*.

A ausência de uma finalidade prática imediata, assim como o número insuficiente de armamentos, provocou um refluxo e muitos operários saíram da Guarda Vermelha. Mas foi apenas um curto abandono. Os quadros essenciais tiveram tempo para se unirem mais em cada empresa. Entre as diferentes companhias operárias estabeleceram-se sólidas ligações. Os quadros sabiam por experiência própria que contavam com importantes reservas que, na hora do perigo, estariam a postos.

A passagem do soviete para os bolcheviques modifica, radicalmente, a situação da Guarda Vermelha. Anteriormente perseguida e tolerada, torna-se, agora, um órgão oficial do Soviete que estende o braço para o poder. Os operários sabem, frequentemente, onde adquirir armas e pedem apenas ao soviete uma autorização. Em fins de setembro, e, sobretudo depois do dia 10 de outubro, os preparativos da insurreição foram, claramente, postos na ordem do dia. Um mês antes do levante, em dezenas de fábricas e de usinas, em Petrogrado, entregando-se a exercício militar intensivo, principalmente o do tiro. Em meados, de outubro, o interesse pelo manejo das armas aumenta. Em algumas empresas quase todos os operários inscrevem-se nas companhias.

Cada dia com mais impaciência os operários pedem armas ao soviete, porém o número dos fuzis é bem menor do que as mãos que se estendem. Eu ia todos os dias ao Smolny – conta o engenheiro Kozmin – eu via como, antes e depois da sessão do soviete, os operários e os marinheiros se aproximavam de Trotsky, oferecendo ou pedindo armas para os operários, prestando contas da distribuição das armas recebidas, e fazendo a seguinte pergunta: “Quando vamos começar?” A impaciência era grande...

Formalmente, a Guarda Vermelha ficava independente dos partidos. Todavia, quanto mais se aproximava o desenlace, mais os bol-

cheviques ficavam em primeiro plano: eles constituem o núcleo de cada companhia, mantêm, em mãos, o aparelho do comando, a ligação com as outras empresas e com os distritos. Os operários sem partido e os socialistas revolucionários de esquerda apoiavam os bolcheviques.

Entretanto, ainda agora, nas vésperas da insurreição, as fileiras da Guarda Vermelha são pouco numerosas. No dia 16, Uritzky, membro do Comitê Central bolchevique, avalia o exército operário, em Petrogrado, em número de 40.000 baionetas. A cifra está exagerada. As fontes de armamentos eram muito limitadas: por maior que fosse a fraqueza do governo, só seria possível apoderar-se dos arsenais por meio da insurreição.

No dia 22 deu-se a conferência da Guarda Vermelha de toda a cidade: uma centena de delegados representavam, mais ou menos, vinte mil combatentes. Os números não devem ser interpretados ao pé da letra: os inscritos não se mostraram todos ativos; em compensação, no momento do perigo, os voluntários afluíram, em grande quantidade, aos destacamentos. O estatuto, no dia seguinte adotado para a Conferência, definia a Guarda Vermelha como sendo “a organização das forças armadas do proletariado para combater a contrarrevolução e defender as conquistas da Revolução”. Notemos o seguinte: vinte e quatro horas antes da insurreição o problema foi definido em termos de defensiva e não de ofensiva.

A formação de base é decúria; quatro decúrias formam um piquete; três piquetes formam uma companhia; três companhias – um batalhão. Com o comando e os contingentes especiais, o batalhão é constituído de mais de 500 homens. Os batalhões de distrito constituem uma divisão¹. Nas grandes usinas, como a de Putilov, criam-se destacamentos autônomos. As equipes especiais de técnicos – sapadores, automobilistas, telegrafistas, metralhadores, artilheiros – são engajadas nas respectivas empresas e agregadas aos destacamentos de infantaria ou bem operavam independentemente, segundo o caráter da tarefa a executar. Todo o comando é eletivo. Não existe risco: todos são voluntários e todos se conhecem muito bem.

As operárias criam destacamentos de socorros. Nas usinas de fabricação de material para os hospitais, anunciam-se cursos de enfermagem.

1. Otryad.

“Em quase todas as usinas”, escreve Tatiana Graff, “já existem serviços regulares de operárias, trabalhando como socorristas e munidas do material de curativos indispensáveis.” A organização era muito pobre no que se referia aos recursos pecuniários e técnicos. Pouco a pouco os comitês de usinas foram enviando material para as ambulâncias e as corporações livres. Durante as horas da insurreição as células fracas se desenvolveram rapidamente; encontraram de imediato, à disposição delas, consideráveis recursos técnicos. No dia 24 o Soviete do bairro de Vyborg prescreveu o seguinte: “Requisitar, imediatamente, todos os automóveis, inventariar todo o material de curativos para as ambulâncias e estabelecer os serviços de assistentes das mesmas.”

Um número cada vez maior de operários sem partido vinha fazer exercícios de tiro e de manobras. O número dos corpos da guarda aumentava. Nas usinas, a facção era guardada dia e noite. Os estados-maiores da Guarda Vermelha instalavam-se em locais mais espaçosos. Na usina de cartuchos, no dia 23, realizou-se o exame dos guardas-vermelhos. Um menchevique que tentou falar contra o levante foi abafado com uma tempestade de protestos: basta, o tempo das discussões já passou! O movimento era irresistível e apoderou-se mesmo dos mencheviques. Eles se alistavam na Guarda Vermelha – conta Tatiana Graff – cumprem todos os serviços que lhes são entregues e demonstram até iniciativa. “Skorinko descreve como, nos destacamentos, dia 23, confraternizaram com os bolcheviques os socialistas revolucionários e os mencheviques, jovens e velhos e até ele, Skorinko, abraçou com alegria seu próprio pai, operário da mesma usina. O operário Peskovoï narra: no destacamento armado “havia jovens operários de 16 anos e velhos quase com cinquenta”. A mistura das idades dava “alegria e espírito combativo”.

O bairro de Vyborg preparava-se para a batalha com ardor todo especial. Apoderam-se das chaves das pontes móveis lançadas sobre o bairro, estudando-se os pontos vulneráveis do quarteirão, elege-se o Comitê Militar Revolucionário assim como os comitês de usinas organizam serviços de prontidão. Com orgulho legítimo Kaiurov escreve a respeito dos operários de Vyborg: “Foram os primeiros a entrar em luta contra a autocracia, os primeiros a instituírem, em seu distrito, o dia de 8 horas, os primeiros a empunhar as armas para protestar contra os dez ministros capitalistas, os primeiros a protestar, a 7 de julho, contra as perseguições

infligidas a nosso partido, e não foram os últimos no dia decisivo, o 25 de outubro.” O que é verdade é verdade!

A história da Guarda Vermelha é, em grande parte, a história da dualidade de poderes: essa última, por suas contradições e conflitos, emprestava, aos operários, maior facilidade de criar, mesmo antes da insurreição, uma importante força armada. Determinar o total dos destacamentos operários, em todo o país no momento da insurreição – é tarefa quase impossível, pelo menos presentemente. De qualquer maneira, dezenas e dezenas de milhares de operários armados formavam os quadros da insurreição. As reservas eram quase inesgotáveis.

A organização da Guarda Vermelha, evidentemente, estava longe de ser perfeita. Fazia-se tudo às pressas, grosso modo, nem sempre corretamente. Os guardas-vermelhos, em grande parte, eram mal preparados, os serviços de ligação funcionavam mal, o abastecimento não andava bem e parte do socorro de ambulâncias atrasado. Todavia, composta de operários, os mais capazes de sacrifícios, a Guarda Vermelha estava, naquele momento, ávida de desejo de levar a luta até as últimas consequências.

As diferenças notadas entre os destacamentos dos operários e os regimentos camponeses não eram determinadas, apenas, pela composição social de cada um. Grande número de soldados brancos, que tinham voltado para as aldeias e repartido, entre eles, as terras dos proprietários, combateria, desesperadamente, contra os guardas-brancos, primeiramente nos destacamentos de *partisans* em seguida no Exército Vermelho. Independentemente das diferenças sociais existe outra mais imediata: enquanto que a guarnição constituía uma aglomeração inevitável de velhos soldados refratários à guerra, os destacamentos da Guarda Vermelha se compunham de gente nova, escolhida por seleção individual, sobre novas bases e com objetivos novos.

O Comitê Militar Revolucionário dispõe, ainda, de uma terceira arma: os marinheiros do Báltico. Pela composição social estavam mais próximos do meio operário do que a infantaria. Há, no meio deles, bom número de operários de Petrogrado. O nível político dos marinheiros é bem mais elevado do que o dos soldados. Diferenciando-se dos reservistas, pouco combativos e que tinham esquecido o uso do fuzil, os marinheiros não tinham interrompido o serviço efetivo.

Para as operações ativas podia-se contar com os comunistas armados, com os destacamentos da Guarda Vermelha, com a vanguarda dos

marinheiros e com os regimentos mais preservados. Os elementos desse conglomerado militar completavam-se uns aos outros. A guarnição numerosa não tinha bastante vontade de combater. Os destacamentos de marinheiros não eram fortes em número. A Guarda Vermelha não tinha experiência. Os operários e os marinheiros é que emprestavam energia, audácia e *élan*. Os regimentos da guarnição constituíam uma reserva móvel que se impunha pelo número e pela massa esmagadora.

Em contato diário com os operários, os soldados e os marinheiros, os bolcheviques estavam bem a par das profundas diferenças qualitativas entre os vários elementos do exército, que eles deveriam levar ao combate. O plano da insurreição foi elaborado em grande parte sobre o cálculo de tais diferenças.

A força social do campo adversário era representada pelas classes possuidoras. O que significa que elas eram responsáveis pela fraqueza militar que as caracteriza. Os importantes personagens do capital, da imprensa, das cátedras universitárias, onde e quando algum dia se bateram? Para saber dos resultados dos combates que decidiam da própria sorte, tinham o hábito de se informar pelo telefone e pelo telegrafo. A jovem geração, os filhos, os estudantes? Eram quase todos hostis à insurreição de Outubro. A maior parte deles, com os pais, aguardavam afastados o resultado do combate. Uma parte deles aderiu, mais tarde, aos oficiais e aos *junkers* que, anteriormente, já eram recrutados em grande parte entre os estudantes. Os proprietários não contavam com o povo. Os operários, os soldados e os camponeses de há muito se tinham voltado contra eles. O desmoronamento dos partidos conciliadores demonstrava que as classes possuidoras tinham ficado sem exército.

Se, na vida dos estados modernos, os trilhos têm importância, a questão dos ferroviários assumia, nos cálculos políticos de ambos os campos pela questão dos ferroviários. A constituição hierárquica do pessoal ferroviário abria possibilidades para uma grande confusão política, criando condições favoráveis para os diplomatas conciliadores. O *Vikzhel* (Comitê Executivo Pan-russo dos ferroviários) tardiamente organizado tinha raízes muito mais profundas entre os empregados e os operários do que, por exemplo, os Comitês do Exército no *front*. Os bolcheviques, nas estradas de ferro, só encontravam adeptos na minoria, principalmente nos depósitos e nas oficinas. Segundo o relatório de Schmidt, um dos dirigentes

bolchevistas do movimento sindical, os ferroviários mais ligados ao partido eram os que pertenciam às redes de Petrogrado e de Moscou.

Entretanto, mesmo entre a massa de empregados e de operários conciliadores, deu-se uma brusca reviravolta para a esquerda, a partir da greve das estradas de ferro, em fins de setembro. O descontentamento provocado pelo *Vikzhel* que se comprometera seguindo caminhos tortuosos continuava a subir e com grande determinação. Lenine notava que “os exércitos dos ferroviários e dos empregados dos Correios continuavam em conflito agudo com o governo”. À vista dos problemas imediatos da insurreição era quase que o bastante.

A situação era menos favorável na administração dos Correios e Telégrafos. Segundo o bolchevique Boky, “perto dos aparelhos telefônicos os cadetes ficavam de sentinela. Lá também os empregados pequenos se opunham às cúpulas. Entre os agentes havia um grupo disposto a apoderar-se do posto no momento propício”.

Era inútil sonhar em convencer todos os empregados dos correios e todos os ferroviários apenas pela palavra. Caso os bolcheviques titubeassem os cadetes e as cúpulas conciliadoras ganhariam a parada. Se a direção revolucionária mostrasse determinação, a base, sem dúvida, arrastaria as camadas intermediárias e isolaria as dirigentes do *Vikzhel*. Nos cálculos de uma Revolução a estática não vale por si só: é necessário o coeficiente da ação viva.

Os adversários da insurreição, mesmo nas próprias fileiras do partido bolchevista, encontravam muitos motivos para deduções pessimistas. Zinoviev e Kamenev advertiam de que não se devia subestimar as forças dos adversários. “Petrogrado decide, mas em Petrogrado, os inimigos dispõem de forças importantes: cinco mil *junkers*, perfeitamente armados e que sabem combater, mais um estado-maior, mais batalhões de choque, mais cossacos, mais uma parte da guarnição e ainda uma artilharia considerável disposta em forma de leque, em torno de Piter. Além de tudo, os adversários, com a ajuda do Comitê Central tentariam, certamente, trazer tropas do *front*...” Enumeração grandiosa, mas apenas enumeração. Se, em conjunto, o exército é uma aglomeração social, quando se cinde, os dois exércitos são duas aglomerações em campos

opostos. O exército dos possuidores trazia, em si, os germes corrosivos do isolamento e da desagregação.

Os hotéis, os restaurantes e as espeluncas ficaram depois da ruptura de Kerensky com Kornilov, abarrotados de oficiais hostis ao governo. Todavia, o ódio deles contra os bolcheviques era infinitamente maior. Segundo a regra geral, a maior atividade, em benefício do Governo, manifestava-se entre os oficiais monarquistas. “Queridos Kornilov e Krymov, o que não conseguistes fazer faremos nós com a ajuda de Deus.” Era essa a invocação do oficial Sinegub, um dos mais valentes defensores do Palácio de Inverno, no dia da insurreição. Foram raros, todavia, os que se mostraram realmente dispostos a lutar, apesar de ser numeroso o corpo de oficiais. E o complô de Kornilov provara que os corpos de oficiais, desmoralizados profundamente, já não constituíam força combativa.

A composição social dos *junkers* era heterogênea e não existia unanimidade entre eles. Ao lado de militares por hereditariedade, filhos e netos de oficiais, existia bom número de elementos ocasionais que foram recrutados devido às necessidades da guerra, e ainda ao tempo da monarquia. O chefe da escola de engenharia disse a um oficial: “Você e eu estamos condenados, somos nobres e poderíamos raciocinar de outra maneira?” A respeito dos *junkers* de origem democrática, tais senhores gabolas, que tão bem souberam esquivar-se a uma morte nobre, se referem como focinhos, como mujiques “com traços grosseiros e obtusos”. Uma linha divisória estava nitidamente traçada entre os homens de sangue vermelho e os de sangue azul, nas escolas de *junkers*, e lá, para a defesa do poder republicano, os mais zelosos são, exatamente, os que choram pela monarquia. Os *junkers* democratas declaram que não são por Kerensky, mas pelo Comitê Executivo Central. A Revolução abriu, pela primeira vez, as portas da escola de *junkers* aos judeus. Esforçando-se por se manterem à altura dos privilegiados, os filhos da burguesia judaica demonstram, pelos bolcheviques, um espírito altamente belicoso. Mas ai! Isso não adiantava, nem para salvar o regime, nem para defender o Palácio de Inverno. A composição heterogênea das escolas militares e o completo isolamento delas, diante do exército, fazia que, nas horas críticas, os *junkers* comessem, também, a fazer comícios: como se conduziriam os cossacos? alguém marchará além de nós? valerá a pena bater-se pelo Governo Provisório?

Segundo o relatório de Podvoisky, em princípios de outubro, nas escolas militares de Petrogrado, existiam mais ou menos cento e vinte *junkers* socialistas, dos quais quarenta e dois ou quarenta e três bolcheviques. “Dizem os *junkers* que todo o comando das escolas é contrarrevolucionário. São preparados, ostensivamente para, em caso de manifestação, esmagar o levante...” O número de socialistas, e, sobretudo de bolchevistas, era, como vemos, insignificante. Mas eram bastante para fazer com que o Smolny ficasse a par do que, de essencial, se passava entre os *junkers*. Além do mais a topografia total das escolas militares era-lhes extremamente desvantajosa: os *junkers* estavam espalhados entre as casernas e, apesar de se referirem aos soldados com desprezo, consideravam-nos com grandes apreensões.

As apreensões eram realmente motivadas. Das casernas próximas e dos bairros operários milhares de olhos observavam-nos. E a fiscalização era tanto mais eficiente quanto, em cada escola, existia sempre um destacamento de soldados que, de boca, eram neutros, mas de fato, se inclinavam para o lado dos insurretos. Os arsenais das escolas estavam entregues aos soldados saídos das fileiras. “Esses canalhas”, escreve um oficial da escola de engenharia, “não apenas perderam as chaves do depósito, de modo que fui forçado a arrombá-lo, como também os ferrolhos das metralhadoras foram subtraídos e metidos não sei onde.” Em tais circunstâncias seria difícil esperar dos *junkers* milagres de heroísmo.

A insurreição de Petrogrado não estava ameaçada de golpe vinda de fora, das guarnições vizinhas? Durante os últimos dias de sua existência, a monarquia continuava contando com o pequeno anel de tropas que cercava a capital. E a monarquia calculou mal. Mas, que aconteceria dessa vez? Conseguir assegurar condições que excluíssem qualquer perigo seria declarar inútil a insurreição: os objetivos da insurreição consistem, exatamente, em quebrar todos os obstáculos que a política não pode eliminar. Não é possível calcular tudo antecipadamente. Mas tudo o que foi possível prever foi de antemão calculado.

Em começos de outubro realizou-se, em Kronstadt, a Conferência dos Sovietes da província de Petrogrado. Os delegados das guarnições dos arrabaldes – de Gatchina, de Tzarskoe, de Krasnoe, de Oranienbaum, e mesmo de Kronstadt, elevaram o tom segundo o diapasão dos marinheiros

do Báltico. A eles uniu-se o soviete dos deputados camponeses da província de Petrogrado: os mujiques, ultrapassando os socialistas revolucionários de esquerda, pendiam, claramente, para os bolcheviques.

Na Conferência do Comitê Central do dia 16, o operário Stepanov traçou um quadro bastante matizado da situação das forças na província, onde, todavia, predominavam, nitidamente, as cores bolchevistas. Em Sestroretsk e em Kolpino, os operários se armavam e os ânimos estavam voltados para a batalha. Em Novy Peterhoff, o trabalho parou no regimento desorganizado. Em Krasnoe Selo o regimento 176 (o mesmo que montou guarda no Palácio de Táuride a 4 de julho) e o 172 estão com os bolcheviques: “além disso, existe a cavalaria”. Em Luga, uma guarnição de trinta mil homens voltou-se para o lado dos bolcheviques, enquanto alguns hesitam; o Soviete mantém-se pela defesa nacional. Em Gdov, o regimento é bolchevista. Em Kronstadt o estado de espírito caiu; o estado de efervescência dos elementos da guarnição tinha sido muito forte nos meses precedentes, mas agora os melhores elementos marinheiros estavam embarcados em operações de guerra. Em Schlüsselberg, situada a sessenta verstas de Petrogrado, o Soviete tornara-se, há muito, o único poder; os operários das fábricas de pólvora estavam prontos para, a qualquer momento, defender a capital.

Em combinação com os resultados da Conferência dos Sovietes em Kronstadt, os dados sobre as reservas da primeira linha foram considerados encorajadores. As ondas, oriundas da insurreição de Fevereiro, foram bastante para dissolver a disciplina até bem longe, nos arredores. É com tanto mais tranquilidade que se pode considerar, agora, as guarnições mais próximas da capital, sobretudo quando se conhece, antecipadamente, as disposições das mesmas.

Para as reservas de segunda linha foram designadas as tropas dos *fronts* da Finlândia e do norte. Ali a situação apresenta-se de modo ainda mais favorável. O trabalho de Smilga, de Antonov e de Dybenko deram resultados apreciáveis. Juntamente com a guarnição de Helsingfors, a frota, em território da Finlândia, transformou-se em poder soberano. O governo não tinha mais qualquer autoridade. Duas divisões de cossacos, enviados para Helsingfors – Kornilov destinava-as ao golpe contra Petrogrado –, tiveram tempo de se aproximar dos marinheiros e apoiavam os bolcheviques

ou os socialistas revolucionários de esquerda, que na frota do Báltico pouco se diferenciavam dos bolcheviques.

Helsingfors estendeu a mão aos marinheiros de Reval até então com menos determinação. O Congresso regional dos soviets do norte, cuja iniciativa partiu, possivelmente, da frota do Báltico, reunia os soviets das guarnições mais próximas de Petrogrado em um círculo tão largo que englobou parte de Moscou por um lado e, do outro, Archangel. “Com essas iniciativas”, escreve Antonov, “realizava-se a ideia de blindar a capital da Revolução contra possíveis ataques das tropas de Kerensky.” Smilga de volta do Congresso, veio a Helsingfors a fim de preparar um destacamento especial de marinha, infantaria, artilharia, destinados a ser enviados a Petrogrado, logo ao primeiro sinal. A ala finlandesa da insurreição de Petrogrado era a mais segura. De lá, poder-se-ia esperar não um golpe, mas um auxílio sério.

Em outros setores do *front* a situação ia muito bem melhor do que podiam imaginar os bolcheviques mais otimistas. Durante o mês de outubro, realizaram-se no exército novas eleições de comitês, com acentuadas mudanças para os bolcheviques. Nos corpos acantonados em Dvinsk, “os velhos soldados bem comportados” viram-se rejeitados nas eleições para os comitês de regimentos e de companhia; seus lugares foram ocupados por “sujeitos sombrios e ignaros... de olhos injetados, brilhantes, com bocarras”. Em outros setores acontecia o mesmo. “Em todos os lugares fazem-se novas eleições e são sempre eleitos os bolcheviques ou os derrotistas.” Os comissários do governo começaram a evitar as comissões nos regimentos: “Nesse momento a situação deles não é melhor do que a nossa.” Citamos o barão Budberg. Dois regimentos de cavalaria do seu regimento, hussardos e cossacos do Ural que, mais tempo do que os outros permaneceram fiéis aos seus chefes, sem recusar esmagar os motins, recuaram de repente e exigiram “que as dispensassem do papel de punidores e de policiais”. O sentido ameaçador desses avisos era, para o barão, mais claro do que quaisquer outros. “Não se pode enfrentar um amontoado de hienas, de chacais, e de carneiros, tocando violino”, escrevia ele, “... a salvação reside na possibilidade de aplicar em massa o ferro em brasa.” E aqui um aviso trágico: “ferro está faltando e não se sabe onde encontrá-lo”.

Se deixamos de mencionar testemunhos análogos, em outros corpos e divisões, é apenas pelo fato de que seus chefes não eram tão observadores quanto Budberg, não possuíam diários íntimos ou porque então tais diários não vieram ainda à tona. O corpo de exército, acantonado perto de Dvinsk, não se distinguia, a não ser quanto ao estilo colorido de seu chefe, dos demais corpos do 5º Exército, o qual, aliás, apresentava apenas ligeiro adiantamento em relação aos demais contingentes.

Comitê conciliador do 5º Exército há muito tempo suspenso, continuava a expedir, para Petrogrado, telegramas nos quais ameaçava restabelecer a ordem, na retaguarda, por meio das baionetas. “Tudo isso não passa de fanfarronadas, é bafo”, escreve Budberg. O Comitê vivia seus últimos dias. A 23 foi reeleito. O presidente do novo Comitê bolchevista foi o Dr. Skliansky, jovem e excelente organizador que daria, em breve, toda a expansão ao seu talento para a formação do Exército Vermelho.

O adjunto do comissário governamental do norte comunicou, no dia 22, ao ministro da Guerra, que as ideias bolchevistas adquiriam no exército um sucesso cada dia maior, que a massa desejava a paz e que, mesmo a artilharia que resistira até o último momento, tornara-se “acessível à propaganda derrotista”. Era também um sintoma importante. “O Governo Provisório não goza mais de qualquer autoridade”, assim se exprime, três dias antes da insurreição, em relatório ao Governo, um de seus agentes diretos no exército.

O Comitê Militar Revolucionário, é verdade, não conhecia, então, todos esses documentos. Mas o que sabia era suficiente. A 23, os representantes de diversos contingentes do *front* desfilaram perante o Soviete de Petrogrado reclamando paz; caso contrário as tropas se lançariam contra a retaguarda “e exterminariam todos os parasitas que se dispunham a guerrear ainda por uns dez anos”. Tomai o poder, diziam ao Soviete os homens do *front*: “As trincheiras vos apoiarão.”

Nos *fronts* distantes e atrasados, sudoeste e romeno, os bolcheviques ainda eram raridades, seres estranhos. Lá também as disposições dos soldados eram as mesmas. Conta Efigenia Boch que, no 2º Corpo da Guarda, acantonado nas imediações de Jmerinka, entre sessenta mil soldados, havia apenas um jovem comunista e dois simpatizantes, o que não impediu que o corpo, durante as Jornadas de Outubro, marchasse para apoiar a insurreição.

As esferas governamentais depositaram suas esperanças nos cossacos até a última hora. Entretanto, menos cegos, os políticos do campo da direita compreendiam que o caso, daquele lado, ia mal. Os oficiais cossacos eram quase todos kornilovianos. Os cossacos das fileiras tendiam sempre mais para a esquerda. O governo, todavia, durante muito tempo, não compreendeu o fato, supondo que a frieza dos regimentos cossacos, relativamente ao Palácio de Inverno, provinha das vexações inflingidas a Kaledin. Até que, finalmente, tornou-se claro, mesmo para o ministro da Justiça, Maliantovich, que Kaledin “só contava com os oficiais cossacos enquanto que, os cossacos das fileiras, assim como todos os soldados, estavam simplesmente voltados para o bolchevismo”.

Desse *front* que, nos primeiros dias de março, beijava os pés e as mãos do sacrificador liberal, carregavam em triunfo os ministros cadetes, embriagava-se com os discursos de Kerensky e acreditava que os bolcheviques eram agentes da Alemanha, nada mais restava. As róseas ilusões estavam esmagadas no lodo das trincheiras que os soldados recusavam amassar por mais tempo com as botas furadas. “O desenlace aproxima-se”, escrevia Budberg, no dia mesmo da insurreição de Petrogrado, “e não temos dúvidas quanto ao resultado. No nosso *front* não existe um único contingente que não esteja sob o poder dos bolcheviques.”

.....

Capítulo VII

A CONQUISTA DA CAPITAL

TUDO TINHA MUDADO e tudo permanecia no mesmo. A Revolução abalou o país, aprofundou a decomposição, apavorou uns, exasperou outros, entretanto, não ousara levar qualquer coisa a término e nada substituíra. A São Petersburgo imperial parecia, mergulhada em sono letárgico, mais do que morta. Nas estátuas de metal fundido da monarquia, a Revolução colocou suas bandeiras vermelhas. Imensos panos carmesins flutuavam nas fachadas dos edifícios governamentais. Os palácios, os ministérios, os estados-maiores, porém, viviam totalmente divorciados das bandeiras vermelhas que, aliás, depois das chuvas de outono, pareciam bastante desbotadas. As águias bicéfalas, com o cetro e o globo, foram arrancadas de onde foi possível arrancá-las, mas na maioria das vezes, recobertas com véus ou então pintadas às pressas e a cores. Pareciam escondidas. Toda a velha Rússia permanecia dissimulada, rilhando os dentes de cólera.

Os vultos grotescos dos milicianos, nas encruzilhadas, relembram, constantemente, a insurreição que varreu os “faraós”, como se fossem monumentos vivos. E a Rússia, havia dois meses, denominava-se República. A família imperial estava em Tobolsk. Não, o turbilhão de fevereiro não passou sem deixar marcas. Mas os generais do czar continuam generais, os senadores

falam como senadores, os conselheiros secretos conservam a alta dignidade, a escala hierárquica permanece em vigor, os parâmetros coloridos e penachos recordam a hierarquia burocrática, assim como os botões amarelos distinguem os estudantes. O mais importante, porém, é que os proprietários continuam proprietários; quanto à guerra, não se via uma saída; os diplomatas aliados, ainda mais insolentes do que antes, puxam os fios da Rússia oficial.

Tudo permanece igual ao passado e, no entanto, ninguém se reconhece. Os bairros aristocráticos sentem-se empurrados para o último plano. Os bairros da burguesia liberal aproximaram-se mais intimamente da aristocracia. De um mito patriótico, o povo transformou-se em terrível realidade. Sob os pés, tudo treme e desmorona. O misticismo irrompe, com força irresistível, naqueles meios onde, há pouco, no passado, ironizavam-se as superstições da monarquia.

Os operadores da Bolsa, os advogados, as bailarinas, amaldiçoam as trevas que agora descem sobre os costumes. A fé na Assembleia Constituinte volatiliza-se, dia a dia. Gorky, em seu jornal, profetiza o desaparecimento da civilização. Depois das Jornadas de Julho a deserção da Petrogrado, enraivecida e esfomeada, cresce muito e a busca da província, mais calma e melhor abastecida, se generaliza. Famílias de boas condições, que não conseguiram sair de Petrogrado, esforçam-se, em vão, por se protegerem contra a realidade por detrás de muros de pedra e de tetos de placas de ferro. Os ecos da tempestade penetram por toda a parte: no mercado, onde tudo sobe e onde tudo falta; na imprensa sensata que não passa de um uivo de ódio e de pavor; nas ruas em efervescência, de onde, sob as janelas, iniciam-se, subitamente os tiroteios; enfim, nas escadas de serviço, nos empregados domésticos, que não querem mais obedecer, resignados. Nesse ponto a Revolução golpeia talvez no ponto mais sensível: a resistência dos escravos domésticos destrói, definitivamente, a estabilidade dos lares.

E, entretanto, a rotina cotidiana defende-se com todas as forças. Os estudantes estudam, nos colégios, segundo os velhos manuais, os funcionários escrevem papéis desnecessários, os poetas destilam versos que ninguém lê; as babás contam as mesmas lendas de Ivan-Tzarevich; as filhas dos nobres, ou da classe dos comerciantes, chegam da província, aprendem música ou então procuram noivos. O velho canhão, na muralha da fortaleza Pedro e Paulo, anuncia meio-dia, no teatro Mariinsky estreiam um *ballet*

e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Tereschenko, mais conhecedor de coreografia do que de diplomacia, encontra, supomos, tempo bastante para admirar as pontas de ferro das sapatilhas das bailarinas e assim provar a solidez do regime.

O brilho dos antigos festins permanece ainda e, com grandes somas, pode-se dar ao luxo de frequentá-los. Os oficiais da guarda tilintam as esporas, batendo os calcanhares e procuram aventuras nas alcovas particulares dos restaurantes de luxo; é a libertinagem sem freios. A iluminação cessa à meia-noite, o que não impede a propriedade das espeluncas, onde, a luz de velas, crepita o champanhe, onde sereníssimos peculatórios esfolumam, no baralho, os não menos sereníssimos espíões da Alemanha, onde os conspiradores monarquistas dizem “eu passo”, diante dos contrabandistas semitas, onde as cifras astronômicas dos lances revelam, a um tempo, a amplitude do descaramento e a amplitude da inflação.

Será possível que apenas um bonde mal cuidado, sórdido, lento, no qual vão homens suspensos, como se fossem cachos, faça o percurso da São Petersburgo agonizante para os bairros operários que vivem daquela paixão fremente de uma nova esperança? As cúpulas azuis e douradas do Instituto Smolny, anunciam, de longe, o estado-maior da insurreição: nos limites da cidade velha, no final da linha de bonde, lá onde o Neva descreve uma curva brusca para o sul, separando os arrabaldes do centro da capital. Um comprido edifício acinzentado, de três andares, a caserna educacional das moças nobres – eis agora a fortaleza dos Sovietes. Intermináveis e sonoros corredores parecem ter sido feitos para o ensino das leis da perspectiva. Nas portas de muitas salas ficaram as inscrições em esmalte: “Sala dos Professores”, “III classe”, “Mestres de Classe”, “IV Classe”. Ao lado dos velhos letreiros, ou então recobrimdo-os, estão presas folhas de papel, exibindo os hieróglifos misteriosos da Revolução: T.Z.K., P.S.R., S.D. Mencheviques, S.D. Bolcheviques, S.R. de esquerda, anarco-comunistas, expedição do T. (Comitê-Executivo Central), etc. O olho atento de John Reed notou, nas paredes, o aviso: “Camaradas, no interesse da própria saúde, sede asseados!” Mas ai! ninguém observava o asseio, a começar pela própria natureza. A Petrogrado do mês de outubro vive sob uma abóbada de chuva. As ruas, que ninguém limpa há muito tempo, estão imundas. No pátio do Smolny, charcos imensos. Nas colas das botas dos soldados,

a lama que é trazida para as galerias e as salas. Nesse momento, todavia, ninguém olha para baixo, sob os pés: todos olham para a frente.

O Smolny comanda, cada vez mais firmemente e com maior autoridade, a simpatia apaixonada das massas o sustenta. A direção central estende-se apenas diretamente até as engrenagens superiores do sistema revolucionário que, em conjunto, deve dar o acabamento na Revolução. A tarefa mais importante é executada na base e a bem dizer por ela mesma. As usinas e as casernas – eis os centros da História naqueles dias, naquelas noites. O bairro de Vyborg, como em Fevereiro, concentra nele as forças essenciais da Revolução; diversamente de Fevereiro, ele conta, agora, com poderosa organização, abertamente declarada e reconhecida por todos. Dos bairros, dos refeitórios das usinas, dos clubes, das casernas, os fios partem para o 33 da Avenida Samsonovsky, onde estão instalados o Comitê de quartelão dos bolcheviques, o Soviete de Vyborg e o estado-maior de combate. A milícia do distrito amalgama-se com a Guarda Vermelha. O bairro está por inteiro em poder dos operários. Caso o governo esmagasse o Smolny, o distrito de Vyborg, sozinho, poderia restabelecer o centro e garantir a continuidade da ofensiva.

O desenlace estava muito próximo, os dirigentes, porém, julgavam, ou fingiam acreditar, não terem motivos de inquietação. A embaixada da Grã-Bretanha, que tinha razões de seguir, atentamente, os acontecimentos em Petrogrado, recebeu, segundo o que disse o embaixador da Rússia que estava em Londres, informações seguras sobre a insurreição prevista. Às perguntas inquietantes de, Buchanan, Tereshchenko, durante um inevitável almoço diplomático, respondeu com certeza absoluta: “nada de parecido” pode acontecer; o governo mantém, firmemente, as rédeas na mão. A embaixada, da Rússia, em Londres, foi informada da Revolução através de um despacho da agenda telegráfica britânica.

Um industrial da mineração, Auerbach, visitando naqueles dias o secretário de Estado Palchinsky, perguntou, com ar de quem não quer nada, depois de conversar sobre assuntos mais sérios, o que o secretário pensava “das nuvens negras no horizonte político”, e obteve resposta a mais tranquilizante: uma tempestade a mais que passará, depois o sol voltará a brilhar: “Tenha um bom sono.” Palchinsky passaria apenas por uma ou duas noites de insônia antes de ser preso.

Quanto menos Kerensky mostrava-se cerimonioso na maneira de tratar os líderes conciliadores, menos duvidara que, na hora os conciliadores se enfraqueciam, tanto mais entretinham, em torno deles, uma atmosfera de ilusões! Trocando, do alto dos postos importantes que ocupavam em Petrogrado, encorajamentos recíprocos com as organizações superiores das províncias e do *front*, os mencheviques e os socialistas revolucionários criavam uma contrafação de opinião pública e, ao mascarar a própria incapacidade, induziam em erro não tanto os inimigos quanto eles próprios. O aparelho estatal, estorvante e inepto, combinação do socialismo de março com o funcionalismo do czar, era o menos capacitado para iludir-se a si mesmo. O socialista do momento temia parecer ao funcionário um homem de Estado pouco amadurecido. O funcionário temia mostrar-se pouco respeitoso para com as ideias novas. Assim criava-se um amontoado de mentiras oficiais, e os generais, os procuradores, os jornalistas, os comissários, os ajudantes de ordens, mentiam tanto mais quanto mais perto estavam das fontes do poder. O comandante da região militar de Petrogrado escrevia relatórios tranquilizadores, porque Kerensky deles precisava, infinitamente, para enfrentar situações pouco tranquilizadoras.

A tradição da dualidade de poderes agia no mesmo sentido. De fato, as ordens costumeiras do estado-maior regional, firmadas pelo Comitê Militar Revolucionário, eram executadas sem réplica. Os postos de guarda da cidade estavam ocupados, como sempre, pelos efetivos da guarnição, e, diga-se de passagem, há muito tempo que os regimentos não cumpriam o serviço da guarda com tanto zelo como no presente. O descontentamento das massas? “Escravos sublevados” estão sempre descontentes. Nas tentativas de motins só podem tomar parte a ralé, ou as quadrilhas de bandidos da capital. E a seção dos soldados contra o estado-maior? Em compensação a seção militar do Comitê-Executivo Central está com Kerensky. A democracia organizada, toda ela, exceto os bolcheviques, apoia o governo. E foi assim que o ninho róseo de março transformou-se em nuvem azulada, envolvendo os contornos reais das coisas.

Foi somente quando se deu a rotura do Smolny com o estado-maior que o governo tentou abordar o conflito com mais seriedade. Não existe perigo imediato, mas é preciso aproveitar a ocasião para acabar de uma vez com os bolcheviques. Além disso, os aliados burgueses pressionam com

todas as forças o Palácio de Inverno. Na noite de 23 para 24, o governo, usando toda a coragem, decidiu: abrir, contra o Comitê Militar Revolucionário um inquérito judiciário; interditar os jornais bolchevistas que apelam para a insurreição; chamar contingentes seguros dos arrabaldes e do *front*. O propósito de prender todo o Comitê Militar Revolucionário, adotado em princípio, foi adiado quanto à execução; para tão considerável empreendimento era necessário, previamente, assegurar o apoio do Pré-Parlamento.

Os rumores das decisões tomadas pelo governo espalharam-se imediatamente, pela cidade. No local onde estava instalado o estado-maior, ao lado do Palácio de Inverno, na noite de 23 para 24, o corpo da guarda era constituído dos soldados do regimento Pavlovsky, um dos contingentes mais fiéis do Comitê Militar Revolucionário. Na presença dos soldados cuidava-se, agora, de apelar para os *junkers*, de cortar as pontes, de iniciar as prisões. Tudo aquilo que os soldados podiam ouvir ou lembrar eles transmitiam, imediatamente, aos distritos e ao Smolny. No centro revolucionário não sabiam, ainda, tirar partido das informações da contraespionagem insubstituível. Os operários e os soldados de toda a cidade estavam informados das intenções do inimigo e fortaleciam-se em suas disposições de resistir.

Pela manhã, muito cedo, as autoridades iniciam os preparativos para as hostilidades. As escolas de *junkers* da capital recebem ordens de organizar os dispositivos da batalha. O cruzador *Aurora*, que se mantinha em águas do Neva, constituído de equipagem de opinião bolchevista, recebeu ordens de ganhar o mar a fim de unir-se às operações da frota; contingentes são convocados dos arrabaldes: um batalhão de choque de Pavlovsk. O estado-maior da frente norte é convidado a deslocar, imediatamente, para a capital, tropas de confiança. E, como medida de precaução militar imediata: reforçar o corpo de guarda do Palácio de Inverno; cortar as pontes sobre o Neva; os *junkers* policiarão os automóveis; as comunicações telefônicas do Smolny serão cortadas. O ministro da Justiça, Maliantovich, ordenou que prendessem os bolcheviques postos em liberdade sob fiança e que deram provas de novas atividades antigovernamentais: o golpe dirigia-se, antes de tudo, contra Trotsky. As vicissitudes da época ficam bem ilustradas pelo fato de Maliantovich, assim como seu predecessor Zarudny, ter sido o advogado de Trotsky no processo de 1905: tratava-se também

naquela época da direção do Soviete de Petrogrado; o caráter das acusações formuladas era o mesmo, tanto num quanto noutro caso. Entretanto, ao se transformarem em acusadores, os antigos defensores enriqueceram o processo inculcando Trotsky de receber ouro alemão.

O estado-maior da região militar exerceu atividade febril nos domínios da imprensa. As ordens chegavam umas sobre as outras: manifestação alguma será tolerada; os delinquentes incorrerão em graves responsabilidades; os efetivos da guarnição, salvo ordem do estado-maior, devem permanecer nas casernas; “todos os comissários do Soviete de Petrogrado devem ser dispensados”; a respeito da ilegalidade de seus atos, abrir inquérito “e submetê-los ao Conselho de Guerra”. Essas ameaçadoras disposições não dizem, entretanto, por quem e como devem ser executadas. Por conta e risco da responsabilidade pessoal, o comandante regional exigiu que os proprietários de automóveis, “a fim de evitar confiscos arbitrários”, pusessem seus carros à disposição do estado-maior. Todo mundo fez ouvidos moucos.

O Comitê-Executivo Central, igualmente, não foi avaro em admoestações e ameaças. Em suas pegadas seguiam o Comitê-Executivo camponês, a Duma municipal, os Comitês centrais dos mencheviques e dos socialistas revolucionários. Essas instituições eram ricas em recursos literários. Nos manifestos, colados nos muros e nas paliçadas, invariavelmente mencionavam certo bando de loucos, as batalhas sangrentas e a contrarrevolução inevitável.

Às 5h30min da manhã apresentou-se à tipografia dos bolcheviques um comissário do governo acompanhado de um destacamento de *junkers* e, fechando todas as saídas, entregou um mandado do estado-maior, ordenando o fechamento imediato do órgão central e do jornal *O Soldado*. O quê? Como? O estado-maior? Será que isso ainda existe? Aqui, só aceitamos ordens sancionadas pelo Comitê Militar Revolucionário. Não adiantou nada. Os clichês foram entregues, o local lacrado. O governo conseguiu registrar seu primeiro sucesso.

Um operário e uma operária da imprensa bolchevista correm ao Smolny e lá encontram Podvoisky e Trotsky: caso o Comitê lhes conceda um efetivo da guarda contra os *junkers*, os proprietários farão com que o jornal circule. O meio de começar a responder à ofensiva governamental foi encontrado. Redige-se uma ordem ao regimento lituano: enviar,

imediatamente, uma companhia para proteger a imprensa operária. Os emissários da oficina insistem para que se ponha em movimento, também, o 6º Batalhão de Sapadores: são vizinhos próximos e amigos fiéis. O telefonograma foi remetido, imediatamente, para os dois endereços. Os lituanos e os sapadores deslocam-se sem tardar. Os lacres colocados no local foram arrancados, as matrizes refundidas, o trabalho prossegue em cheio. Com atraso de algumas horas o jornal, interdito pelo governo, aparece protegido pelas tropas do Comitê, o qual prepara, imediatamente, um mandado de prisão. Era a insurreição. Assim ela se desenvolve.

Entrementes, do cruzador *Aurora* fazem, ao Smolny, a seguinte pergunta: deve-se ganhar o mar ou permanecer em águas do Neva? Os mesmos marinheiros que, em agosto, protegeram o Palácio de Inverno contra Kornilov, ardem, hoje, do desejo de ajustar contas com Kerensky. A imposição governamental foi imediatamente invalidada pelo Comitê e a equipagem recebeu a Ordem nº 1218: “Caso a guarnição de Petrogrado seja atacada pelas forças contrarrevolucionárias, o cruzador *Aurora* assegurará rebocadores, navios e vedetas a vapor.” O cruzador cumpriu, com entusiasmo, a missão que justamente estava aguardando.

Esses dois atos de resistência, sugeridos pelos operários e pelos marinheiros, levados a efeito com o consentimento da guarnição e totalmente impunes, transformaram-se em acontecimentos políticos de primeira importância. Os últimos resquícios do fetichismo do poder desfaziam-se em poeira. “Tornou-se, de repente, claro que o caso estava resolvido”, diz um dos participantes. Mesmo que ainda não estivesse resolvido, parecia agora bem mais simples do que na véspera.

A tentativa de interditar os jornais, a decisão de processar o Comitê Militar Revolucionário, a ordem de dispensar os comissários, o corte das ligações telefônicas no Smolny – tais picadas de alfinete foram suficientes para que se pudesse acusar o governo de preparar um golpe de estado contrarrevolucionário. Se bem que uma Revolução só possa vencer quando assume a ofensiva, ela se desenvolve com muito maior sucesso quanto mais se pareça com uma defensiva. Um pouco de lacre colocado pelo governo na porta de uma redação bolchevista, como medida de guerra, não é grande coisa. Mas que excelente sinal para a batalha! Um telefonograma, enviado a todos os bairros e aos efetivos da guarnição, torna-os cientes do que

se passará. “Os inimigos do povo, durante a noite, tomaram a ofensiva... O Comitê Militar Revolucionário dirige a resistência contra o ataque dos conspiradores.” Os conspiradores são os órgãos do poder oficial. Escrita pelos conspiradores revolucionários, essa definição encontra ressonância inesperada. Respondem, porém, plenamente, as circunstâncias e a opinião das massas. Desalojado de todas as posições, forçado a engajar-se pelos caminhos de uma ofensiva atrasada, incapaz de mobilizar forças indispensáveis para isso, nem de verificar, aí menos, se não são disponíveis, o governo entrega-se a atos esporádicos irrefletidos e não combinados que, aos olhos da massa têm, fatalmente, o aspecto de pérfidos atentados. O telefonograma do Comitê dizia o seguinte: “colocar o regimento em posição de combate e aguardar as instruções”. Era a voz de uma autoridade. Os comissários dos comitês ameaçados de eliminação continuam, com tanto maior segurança, a licenciar os que eles julgavam indesejáveis.

O *Aurora*, ancorado no Neva, era tanto uma excelente unidade de combate a serviço da insurreição como também uma estação emissora de rádio já funcionando. Vantagem incalculável. O marinheiro Kurkov diz em lembranças: “Trotsky nos avisou que era necessário transmitir pelo rádio... que a contrarrevolução assumira a ofensiva.” A atitude defensiva, ainda aqui, encobria um apelo à ofensiva, dirigido dessa vez a todo o país. Prescreve-se às guarnições que defendem as imediações de Petrogrado, pelo rádio do *Aurora*, que interceptem os movimentos dos escalões contrarrevolucionários e, caso as exortações não fossem suficientes, empregassem a força. Foi imposta, a todas as organizações revolucionárias, a obrigação de “permanecer de prontidão, reunindo todos os esclarecimentos sobre os planos e os atos dos conspiradores”. Os manifestos não faltavam, como vemos, mesmo do lado do Comitê Militar Revolucionário. Mas, ali, a palavra não era diferente dos atos, ela apenas os comentava.

Sem atraso, tratou-se mais seriamente do fortalecimento do próprio Smolny. Ao sair do instituto, lá pelas 3 horas da madrugada, de 23 para 24, John Reed teve a atenção voltada para as metralhadoras, colocadas nas entradas, e pelas patrulhas reforçadas, que guardavam a porta principal e as esquinas vizinhas; os postos da guarda foram reforçados por uma companhia do regimento lituano e por uma companhia de metralhadores com 24 metralhadoras. Durante o dia, a guarda continuou a ser reforçada. “No

quartelão do Smolny”, escreve Shliapnikov, “podia-se observar as cenas tão conhecidas, que lembravam os primeiros dias da Revolução de Fevereiro, em volta do Palácio de Táuride”: a mesma multidão de soldados, de operários, de armas de todas as espécies. Grandes pilhas de lenha no pátio podem, possivelmente, servir de proteção à fuzilaria. Caminhões trazem provisões e munições. Todo o Smolny – conta Raskolnikov – foi transformado em campo de batalha. Do lado de fora, diante das colunas, canhões apontando. Perto deles, metralhadoras... Em quase todos os patamares, as mesmas *Maxim*, semelhantes a caminhões de brinquedo, e em todos os corredores, maneiras rápidas, ruidosas, alegres, dos soldados e dos operários, dos marinheiros e dos agitadores. Sukhanov que, com razão, acusa os organizadores da insurreição da falta de organização militar, escreve: “Apenas no dia e na noite de 24 é que começaram a gruparem-se, em torno do Smolny, destacamentos armados de guardas-vermelhos e de soldados, para defender o estado-maior da insurreição... De noite, a guarda do Smolny já tinha outra aparência.”

Essa questão tem importância. No Smolny, de onde o Comitê Executivo conciliador mudou-se, atabalhoadamente, dirigindo-se para o local do estado-maior governamental, reúnem-se agora as direções de todas as organizações revolucionárias dirigidas pelos bolcheviques. É ali, também, que se reúne a sessão do Comitê Central do Partido, a fim de tomar as últimas decisões antes de assestar o grande golpe. Onze membros estão presentes. Lenine ainda não abandonara seu refúgio no bairro de Vyborg. Zinoviev estava ausente e, segundo as expressões um pouco fortes de Dzerzhinsky, “esconde-se e não participa do trabalho do partido.” Kamenev, que compartilha das ideias de Zinoviev, estava muito ativo no estado-maior da insurreição. Stalin, ausente, geralmente não aparece no Smolny, passando todo o seu tempo na redação do órgão central. A sessão, como habitualmente, reúne-se sob a presidência de Sverdlov. A ata oficial é pobre, mas dela consta o essencial. Para permitir caracterizar os dirigentes da insurreição e repartir, entre eles as funções, ela é insubstituível.

Trata-se do seguinte: em vinte e quatro horas, deve-se, definitivamente, apoderar de Petrogrado. O que significa: apoderar-se das instituições públicas e técnicas que permanecem em mãos do governo. O Congresso dos Sovietes deveria reunir-se sob um poder soviético. As medidas

práticas para o assalto noturno foram elaboradas, ou estão sendo elaboradas, pelo Comitê Militar Revolucionário e pela Organização Militar dos Bolcheviques. O Comitê Central deve dar o último retoque.

Adota-se, primeiramente, a proposta de Kamenev: “Hoje, sem motivo especial, nem um membro do Comitê Central fica autorizado a sair do Smolny.” Decide-se ainda reforçar, no Smolny, os serviços permanentes dos membros do Comitê de Petrogrado do partido. A ata diz mais: “Trotsky propõe colocar à disposição do Comitê Militar Revolucionário dois membros do Comitê Central a fim de estabelecer ligação com os P.T.T. e os ferroviários, e um terceiro membro para vigiar o Governo Provisório.” Decisão tomada: delegar para os correios e telégrafos Dzerzhinsky; para as estradas de ferro, Bubnov. De acordo, provavelmente, com Sverdlov, projeta-se entregar a fiscalização do Governo Provisório a Podvoisky. Consta da ata: objeções quanto a Podvkiisky; o caso foi confiado a Sverdlov. Miliutin, considerado economista, encarrega-se do abastecimento. Os entendimentos com os socialistas revolucionários são entregues a Kamenev, que tem fama de parlamentar hábil, se bem que por demais conciliante; conciliante, entende-se na medida do bolchevismo. “Trotsky propõe”, lê-se adiante, “estabelecer um estado-maior de reserva na fortaleza Pedro e Paulo e designar, com tal objetivo, um membro do Comitê Central.” Decisão: encarregar da fiscalização geral Lashevich e Blagonravov. O cuidado de manter ligação constante com a fortaleza é confiado a Sverdlov. Além disso: todos os membros do Comitê Central terão salvo-condutos para a fortaleza.

Obedecendo à linha do partido, todos os fios estavam reunidos em mãos de Sverdlov, conhecedor, como ninguém, dos quadros do partido. Ele ligava o Smolny ao aparelho do partido, procurava os militantes necessários ao Comitê Militar Revolucionário e era chamado ao Comitê para conferenciar em todos os momentos críticos. Dado que a composição do Comitê era muito ampla, parcialmente móvel, as medidas secretas eram aplicadas pelas cúpulas da organização militar dos bolcheviques ou então, pessoalmente, por Sverdlov que foi não oficial, porém bastante efetivamente o “secretário geral” da insurreição de Outubro.

Os delegados bolchevistas, que chegavam para o Congresso dos Sovietes, caíam logo nas mãos de Sverdlov e não ficavam uma hora sequer sem ocupação. A 24, em Petrogrado, já se encontravam duas ou três cente-

nas de provinciais e a maioria deles, de um modo ou de outro, inseriu-se no mecanismo da insurreição. Lá pelas 2 horas da tarde, eles se reuniram no Smolny, em uma sessão de fração, para ouvir o relator do Comitê Central do partido. Entre eles, estavam alguns hesitantes que preferiam, tal como Zinoviev e Kamenev, uma política de expectativa; havia, também, recrutas com os quais não se podia, de modo algum, contar. Não se tratava em absoluto de expor à fração o plano insurrecional; aquilo que se diz em assembleia numerosa, mesmo a portas fechadas, espalha-se pelo lado de fora. Não se pode ainda, igualmente, rasgar o véu da defensiva, com o qual se acoberta a ofensiva sem o risco de provocar certa perturbação na consciência de vários efetivos da guarnição. Mas é indispensável dar a entender que a luta decisiva estava iniciada e que caberia ao congresso apenas terminá-la.

Recordando recentes artigos de Lenine, Trotsky demonstra que “a conspiração não contradiz os princípios do marxismo quando as relações objetivas tornam possível e inevitável a insurreição”. “A barreira material no caminho do poder deve ser ultrapassada através de um golpe violento...” Até o momento presente, entretanto, a política do Comitê Militar revolucionário não tinha ido além dos quadros da defensiva. Bem entendido, é necessário que se compreenda a defensiva de forma bastante ampla. Que a imprensa bolchevista tenha garantias de circular com a ajuda das forças armadas, ou então que o *Aurora* possa permanecer no Neva – será isso defensiva, camaradas? É a defensiva. “Se o governo projetou prender-nos, as metralhadoras agora estão assestadas nos telhados do Smolny. “É também defensiva, camaradas!” – Que fazer então com o Governo Provisório – diz um bilhete enviado ao orador. Se Kerensky tentar não se submeter ao Congresso dos Sovietes – responde o relator –, “a resistência do governo criaria uma questão de polícia e não de política”. Foi quase sempre assim, no fundo.

Nesse momento, Trotsky foi chamado para entender-se com uma deputação da Duma Municipal que acabava de chegar. Na capital, a bem dizer, tudo estava calmo, porém rumores alarmantes já se tinham espalhado. O prefeito da cidade faz perguntas. Dispõe-se o Soviete a organizar uma insurreição? Como manter a ordem na cidade? Que acontecerá com a Duma se ela não reconhecer a insurreição? Esses honoráveis personagens queriam saber demais. A questão do poder – diz a resposta – fica na dependência da decisão do Congresso dos Sovietes. Chegar-se-á, por aí, à luta armada, “mas

isso não depende tanto dos soviets, mas daqueles que, contra a vontade unânime do povo, conservam nas mãos o poder do Estado”.

Se o congresso recusar o poder, o Soviete de Petrogrado se submeterá. Mas é o próprio governo quem procura um conflito. Deram ordens para prender o Comitê Militar Revolucionário. A isto, os operários e os soldados só podem responder por meio de resistência implacável. Os assaltos e as violências dos bandos criminosos? Uma decisão do Comitê Central, publicada hoje, diz o seguinte: “A primeira tentativa dos bandos de salteadores para provocar, nas ruas de Petrogrado, distúrbios, perturbações. Brigas com facas ou tiros, os criminosos serão executados.” Quanto à Duma Municipal, em caso de conflito, poder-se-á aplicar as disposições constitucionais: dissolução e novas eleições. A delegação partiu insatisfeita. Mas com que, propriamente falando, contava ela?

A visita oficial dos edis ao campo dos revoltosos era manifestação muito clara da fraqueza dos dirigentes. “Não deveis esquecer, camaradas”, dizia Trotsky ao voltar à fração bolchevista, “há apenas algumas semanas, quando conquistamos a maioria, não passávamos de uma firma – sem tipografia, sem caixa, sem sucursais – e agora uma delegação da Duma municipal procura o Comitê Militar Revolucionário, que está com decreto de prisão, para inquiri-lo ‘a respeito da sorte da cidade e do Estado’”.

A fortaleza de Pedro e Paulo, apenas na véspera conquistada do ponto de vista político, hoje se reforça. A equipe dos metralhadores, que é o contingente mais revolucionário, põe-se em formação de combate. Limpam-se arduamente as metralhadoras Colt: são 80. Para vigiar o cais e a Ponte Trotsky (Ponte da Trindade), assestam-se metralhadoras nas muralhas da fortaleza. Na porta principal, a guarda é reforçada. Para os quarteirões em derredor enviam patrulhas. Na febre das horas matinais, descobre-se porém que, no interior da fortaleza, a situação não pode ser considerada muito segura. A incerteza vem do batalhão de motociclistas. Assim como os de cavalaria, os motociclistas, oriundos de famílias camponesas endinheiradas e ricas, ou da pequena burguesia das cidades, representam os elementos mais conservadores do exército. Tema para os psicólogos idealistas: basta que um homem, diferentemente dos outros, sintasse sobre duas rodas a motor, pelo menos em um país pobre como a Rússia, para

que a faduidade comece a inchar tanto quanto os seus pneumáticos. Na América, para tal resultado, já é necessário o automóvel.

Chamado para esmagar o movimento de julho, o batalhão, em determinado momento, apoderou-se, zelosamente, do Palácio Kshesinskaia, e em seguida, na condição de contingente particularmente seguro, foi instalado na fortaleza Pedro e Paulo. No *meeting* da véspera, que decidiu o destino da fortaleza, os motociclistas, conforme se soube depois, não tomaram parte: a disciplina entre eles era de tal forma mantida, que o corpo de oficiais conseguiu impedir que os soldados aparecessem mesmo no pátio da cidadela. Contando com os motociclistas, o comandante da fortaleza levanta a cabeça bem alta, comunica-se, frequentemente, com Kerensky e seu estado-maior pelo telefone, e, parece, estava disposto a prender o comissário bolchevista. A situação indecisa não podia ser tolerada um minuto a mais! Por ordem do Smolny, Blagonravov corta o caminho ao adversário; o comandante da fortaleza ficou preso a domicílio, as ligações telefônicas foram cortadas em todos os alojamentos dos oficiais. O estado-maior pergunta, alarmado, porque o comandante não atende mais e o que se passa, em geral, na fortaleza. Blagonravov responde com deferência, pelo telefone, que a fortaleza dali por diante só cumpriria as ordens do Comitê Militar Revolucionário, com o qual o governo teria agora que se manter em contato.

Todos os efetivos da guarnição da fortaleza aceitam a prisão do comandante com grande satisfação. Os motociclistas, todavia, mantêm uma atitude evasiva. Que se esconde por detrás daquele silêncio amargo? Hostilidade disfarçada ou últimas hesitações? “Decidimos organizar um comício especial para os motociclistas”, escreve Blagonravov, “e convidar os melhores agitadores, em primeiro lugar Trotsky, que goza de imensa autoridade, e também influência, entre a grande massa dos soldados.” Lá pelas quatro horas da tarde, todo o batalhão reuniu-se num local próximo ao Circo Moderno. A título de defensor do governo, falou o general Poradelov, considerado socialista revolucionário. As objeções do general foram tão circunspectas que pareceram equívocas. Ainda mais acabrunhadora foi a ofensiva dos representantes do Comitê. O que se seguiu, a título de batalha oratória para a conquista da fortaleza Pedro e Paulo, terminou como era de prever: por unanimidade, menos 30 votos, o batalhão aprovou a resolução de Trotsky.

Mais um possível conflito ficou resolvido antes da batalha e sem efusão de sangue. Assim era a insurreição de Outubro. Assim o estilo dela. Podia-se, agora, contar com a fortaleza tranquilamente. As armas do arsenal foram distribuídas sem dificuldade. No Smolny, na divisão dos Comitês de fábricas e de usinas, os delegados das empresas faziam fila para receber os vales para e entrega das armas. A capital assistirá, durante os anos de guerra, muita gente fazer fila; agora, pela primeira vez, elas se faziam para ganhar fuzis. Caminhões vinham de todos os distritos para os arsenais. “Era impossível reconhecer a fortaleza Pedro e Paulo” – escreve Skorinko – “seu famoso silêncio foi quebrado pelo ruído dos automóveis, pelo ranger das viaturas, pelos gritos. Diante dos depósitos, acotovelavam-se de modo particular... Aqui mesmo, diante de nós, trazem os primeiros prisioneiros – oficiais e *junkers*.” Naquele dia, o 180º Regimento da Infantaria recebeu fuzis, uma vez que fora desarmado pelo fato de ter participado ativamente do levante de julho.

Os resultados do comício no Circo Moderno fizeram-se sentir em outros lugares os motociclistas que, a partir de julho, montavam guarda no Palácio de Inverno: abandonaram espontaneamente o serviço, declarando que não se submetiam mais a proteger o governo. Era um sério golpe. Foi necessário substituir os motociclistas pelos *junkers*. O sustentáculo militar do governo reduzia-se agora às escolas de oficiais, restringindo-se ao último grau, mas revelando definitivamente a composição social que o defendia.

Os operários dos guindastes de Putilov, e não apenas eles, ofereceram-se ao Smolny para rapidamente desarmar os *junkers*. Se essa medida, convenientemente preparada de acordo com as equipes não combativas das escolas, tivesse sido aplicada na noite do 24 para o 25, a tomada do Palácio do Inverno, não haveria a tentativa de contrarrevolução no dia 29 de outubro. Os dirigentes, porém, revelavam ainda, em muitos pontos “a magnanimidade” o que era, realmente, um excesso de confiança otimista e não davam muita atenção à voz razoável da base; a ausência de Lenine foi também sentida nesse ponto. As consequências das omissões cometidas tiveram que ser corrigidas pelas massas e houve vítimas inúteis dos dois lados. Em uma luta séria, a maior crueldade é a “magnanimidade” inoportuna.

Na sessão daquele dia, no Pré-parlamento, aconteceu o canto do cisne de Kerensky. Desde algum tempo a população da Rússia, e especial-

mente a da capital, estava alarmada: “Apelos à insurreição são cotidianamente publicados nos jornais dos bolcheviques.” O orador citava os artigos de um criminoso, procurado pelas autoridades do Estado, um certo Vladimir Ulianov Lenin. As citações eram gritantes e demonstravam, sem contestação, que o personagem designado apelava para a insurreição. Em que momento? Justamente quando o governo discute a questão de entregar as terras aos comitês camponeses e toma medidas para terminar a guerra. As autoridades, até hoje, não se apressaram em golpear os conspiradores para dar-lhes a oportunidade de se corrigirem. “O que foi errado”, gritaram do grupo dirigido por Miliukov. Kerensky não ficou desconcertado: “Eu prefiro, via de regra, que o poder seja mais lento, porém aja com mais segurança, mais resolutamente.” Tais palavras soam estranhas na boca de Kerensky! De qualquer maneira, “atualmente todos os adiamentos estão ultrapassados” porquanto os bolcheviques não se arrependeram e até mesmo chamaram duas companhias de soldados e distribuem arbitrariamente armas e cartuchos. O governo pensa desta vez pôr um ponto final nas desordens do populacho. “Falo de maneira inteiramente consciente: eu digo populacho.” Da esquerda, uma tempestade de aplausos recebe a injúria dirigida contra o povo. Ele, Kerensky, dera as ordens para que se procedessem as prisões indispensáveis. “É particularmente necessário que se repare nos discursos pronunciados pelo presidente do Soviete de Petrogrado, Bronstein-Trotsky”. Sim, e que tomem conhecimento: o governo tem forças mais do que o necessário; do *front* reclamam, constantemente, medidas severas contra os bolcheviques.

Nesse momento, Konovalov transmite ao orador um telefonema do Comitê Militar Revolucionário, endereçado aos efetivos da guarnição: Colocar os regimentos em posição de combate e aguardar ordens. Kerensky conclui solenemente: “na linguagem da lei e do Poder Judiciário, a isso chama-se um estado de insurreição”. Miliukov testemunha: “Kerensky pronunciou tais palavras com o tom satisfeito de um advogado que consegue, por fim, surpreender o adversário.” Os grupos e os partidos, que ousarem levantar o braço contra o estado, estão “sujeitos à liquidação imediata, resoluto, definitiva”. Toda a sala, excetuando a esquerda, aplaude demonstrativamente. O discurso termina com uma exigência: Hoje mesmo, aqui mesmo, nesta sessão, digam se o governo “pode cumprir com o seu dever tendo a certeza de ser apoiado por esta alta assembleia.”

Sem esperar o resultado do escrutínio, Kerensky voltou ao estado-maior certo, segundo ele próprio declara, de que, antes de uma hora, receberia a decisão por ele solicitada – não se sabe bem por quê. No entanto, deu-se o contrário. Das 2 às 6 horas da tarde, sucederam-se, no Palácio Mariinsky, conferências de frações e entre frações para elaborar fórmulas de transição: os adeptos pareciam não compreender que se tratava, em relação a eles, de passar da transição ao nada. Nem um dos grupos dos conciliadores decidiu identificar-se com o governo. Dan dizia: “Nós, os mencheviques, estamos prontos a derramar até a última gota de nosso sangue para defender o Governo Provisório; mas, que ele dê à democracia a possibilidade de se agrupar em torno dele.” Lá pela noitinha, as frações de esquerda, cansadas de procurar uma saída, fundiram-se em uma única fórmula que Dan adotou de Martov, fazendo recair a responsabilidade da insurreição sobre os bolcheviques, mas também sobre o governo, exigindo, ao mesmo tempo, a entrega das terras, imediatamente, para que ficassem à disposição dos Comitês Agrários, reclamando ainda uma ação frente aos aliados em favor de entendimentos para a paz, etc. Assim os apóstolos da mediocridade esforçavam-se, no último minuto, por se acomodarem com as palavras de ordem, que eles, ainda na véspera, vituperavam como demagogia aventureira. Os cooperadores prometeram ao governo um apoio incondicional, e além deles, dois grupos, os cadetes e os cossacos, que estavam dispostos a derrotar Kerensky na primeira oportunidade. Ficaram, porém, em minoria. O apoio do Pré-parlamento nada poderia acrescentar às vantagens do governo. Miliukov tem razão: A recusa ao apoio retirava do governo os últimos resquícios de autoridade. Porque, afinal de contas, a composição do Pré-parlamento fora determinada pelo próprio governo algumas semanas antes.

Enquanto, no Palácio Mariinsky, procurava-se uma fórmula de salvação, o Soviete de Petrogrado reunia-se no Smolny para informar-se dos acontecimentos. O relator julga indispensável lembrar ainda que o Comitê Militar Revolucionário formar-se-á “não como órgão de insurreição, mas para a defesa da Revolução”. O Comitê não permitia que Kerensky fizesse sair de Petrogrado as tropas revolucionárias e tomou a defesa da imprensa operária. “Seria isso insurreição?” O *Aurora* continua no mesmo lugar onde estava na noite passada. “Seria isso insurreição?” Temos um

meio poder no qual o povo não acredita e que não acredita nele mesmo, porquanto está intimamente morto. Esse meio poder aguarda uma vasourada histórica para deixar o lugar ao autêntico poder do povo revolucionário. “Amanhã inaugurar-se-á o Congresso dos Sovietes. A obrigação da guarnição e dos operários é colocar à disposição do Congresso todas as forças que tem.” Se, entretanto, o governo nas vinte e quatro ou quarenta horas de que ainda dispõe, aproveitar-se para cravar o punhal nas costas da Revolução, nós declaramos mais uma vez: a vanguarda da Revolução responderá golpe por golpe e ao ferro com o aço. Tal ameaça declarada era, concomitantemente, o disfarce político do golpe que seria assestado durante a noite. Trotsky comunica, concluindo, que a fração dos socialistas revolucionários de esquerda do Pré-Parlamento, depois do discurso pronunciado, hoje por Kerensky e a confusão de ratos das frações conciliadoras, enviaram ao Smolny uma delegação que se declarou pronta a entrar, oficialmente, para o Comitê Militar Revolucionário. Na reviravolta dos socialistas revolucionários de esquerda o Soviete saúda, com satisfação, o reflexo de um *processus* mais profundo: amplitude crescente da guerra camponesa e progressão do levante de Petrogrado.

Comentando o relatório do presidente do Soviete de Petrogrado, escreve Miliukov: “Provavelmente era esse o plano primitivo de Trotsky: pronto para a luta, colocar o governo frente a frente com a vontade unânime do povo”, expressa no Congresso dos Sovietes, e conceder, dessa maneira, ao novo poder um sopro de legitimidade. O governo, porém, encontrou-se mais fraco do que previra. “E o poder caiu nas mãos deles antes que o Congresso tivesse tido tempo de se reunir e de pronunciar-se.” Diante desses termos, é verdade que a fraqueza do governo ultrapassou todas as previsões. O plano, desde o início, consistia em tomar o poder antes da abertura do Congresso. Miliukov, aliás, reconhece isso a propósito de outra coisa. “As intenções reais dos dirigentes da insurreição”, escreve ele, “iam bem mais longe do que as declarações oficiais de Trotsky... O Congresso dos Sovietes devia ser colocado diante de um fato consumado.”

Do ponto de vista estritamente militar, o plano consistia, primitivamente, em assegurar a ligação dos marinheiros do Báltico com os operários armados de Vyborg. Os marinheiros deveriam chegar de trem e descer na estação de Finlândia, próxima ao bairro de Vyborg. Então, dessa

praça de guerra, a insurreição devia, adjudicando-se os destacamentos da Guarda Vermelha e os efetivos da guarnição, estender-se a outros distritos, e apoderando-se das pontes, penetrar no centro para dar o golpe definitivo. Esse desígnio, nascido naturalmente das circunstâncias e provavelmente formulado por Antonov, originava-se da hipótese de que o adversário poderia opor uma resistência considerável. Tal premissa foi logo rejeitada: não havia necessidade alguma de apoiar-se numa praça de armas limitada; o governo achava-se a descoberto para o ataque, em qualquer lugar onde os insurretos julgassem útil desfechar o golpe. O plano estratégico sofreu modificações também quanto às datas e ainda em dois sentidos diferentes: a insurreição começou mais cedo e terminou mais tarde do que o dia anteriormente fixado. Os atentados do governo, pela manhã, provocaram a título de defensiva a resistência imediata do Comitê Militar Revolucionário. A fraqueza do poder, que se manifestou nesse caso, levou o Smolny, durante o dia, aos atos de ofensiva que conservavam, embora, um caráter ondulante, meio disfarçado, preparatório. O golpe principal seria dado à noite: nesse ponto o plano permaneceu em vigor. Foi alterado apenas quanto à execução, mas já em sentido oposto. Pensava-se ocupar, durante a noite, todas as posições dominantes, primeiramente o Palácio de Inverno, que sediava o poder central. O cálculo do tempo, todavia, em uma insurreição, é ainda mais difícil do que numa guerra regular. Os dirigentes se atrasaram algumas horas na concentração de forças, fazendo com que as operações contra o Palácio de Inverno – que não foi possível começar durante a noite – constituíssem um capítulo particular da insurreição que só terminou na noite do 26, isto é, com um atraso de vinte e quatro horas. As mais espetaculares vitórias são ganhas sempre com algumas falhas sérias!

Depois das declarações de Kerensky no Pré-Parlamento, as autoridades tentaram aprofundar a ofensiva. Destacamentos de *junkers* ocuparam as estações de estrada de ferro. Nas esquinas das principais artérias colocaram piquetes encarregados de requisitar os automóveis particulares que não foram entregues ao estado-maior. Lá pelas 15 horas, as pontes giratórias foram cortadas, exceto a que ligava o palácio que permaneceu aberta à circulação, mas sob a guarda reforçada dos *junkers*. Essa medida, aplicada pela monarquia em todos os momentos de insegurança e, pela última vez, durante as Jornadas de Fevereiro, era ditada pelas apreensões

que os bairros operários despertavam. A retirada dos tabuleiros das pontes representava, para o povo, a confirmação oficial de que a insurreição estava iniciada. Os estados-maiores dos interessados replicaram, imediatamente, à operação de guerra do governo de uma maneira bem deles, enviando para as pontes destacamentos armados. Smolny só teve que desenvolver tal iniciativa. A luta pela posse das pontes tinha o caráter de uma experimentação de forças dos dois lados. Destacamentos de operários armados e de soldados pressionaram os *junkers* e os cossacos, usando ora a persuasão, ora as ameaças. Os guardiões da ordem acabavam por ceder não ousando arriscar-se em um conflito direto. Certas pontes foram cortadas e logo depois restabelecidas, muitas vezes.

O *Aurora* recebeu, diretamente, uma ordem do Comitê Militar Revolucionário: “Restabelecer por todos os meios que tiverem a circulação na ponte Nicolau.” O comandante do cruzador tentou eludir a ordem, mas depois de uma prisão simbólica que o atingia assim como os oficiais, conduziu, docilmente, o navio. Nas duas margens marchavam as filas de marinheiros. Antes mesmo que o *Aurora* tivesse tempo para descer âncora, conta Korkav, e já não havia mais sinal de *junkers*. Os próprios marinheiros restabeleceram a ponte e se postaram em guarda. Apenas a ponte do palácio permaneceu, durante algumas horas, em mãos do corpo da guarda governamental.

Apesar do evidente malogro das primeiras tentativas, certos órgãos do poder ainda tentaram dar alguns golpes. Um destacamento de milicianos compareceu, à tarde, a uma tipografia particular para impedir a publicação de um jornal do Soviete de Petrogrado, *O Operário e o Soldado*. Doze horas antes, os operários da tipografia bolchevista, em caso análogo, correram para pedir socorro ao Smolny. Agora, isso não era mais necessário. Os operários tipógrafos, juntamente com dois marinheiros que lá se encontravam, liberaram, imediatamente o automóvel cheio de jornais. Juntou-se a eles um certo número de milicianos; o inspetor da milícia fugiu. O jornal recuperado foi entregue, sem dificuldades, ao Smolny. O Comitê Militar Revolucionário enviou, para proteger as edições, duas esquadras de soldados do Regimento Preobrazhensky. A administração, atarantada, transmitiu na mesma hora, a direção da tipografia ao Soviete dos síndicos operários.

As autoridades judiciárias nem por sombras pensaram em entrar no Smolny para efetuar prisões: estava bem claro que isso seria o sinal da guerra civil com a derrota do governo previamente garantida. Em compensação, num espasmo administrativo, fizeram uma tentativa no bairro de Vyborg onde, nos melhores dias, as autoridades evitaram dar uma espiada, para prender Lenine. Um coronel, com dez *junkers*, entrou por engano, à noite, no clube operário, em vez de ir à redação bolchevista que funcionava no mesmo prédio: esses guerreiros supunham não sabermos bem por que Lenine os aguardava na redação. O estado-maior da Guarda Vermelha foi imediatamente avisado pelo clube. Enquanto o coronel se perdia pelos andares, caindo sobre os mencheviques, os guardas-vermelhos chegaram a tempo de prendê-lo, juntamente com os *junkers*, e os entregaram ao estado-maior do distrito de Vyborg e de lá enviaram-nos para a fortaleza Pedro e Paulo. E foi assim que as operações contra os bolcheviques, anunciadas com tanto barulho, encontrando dificuldades insuperáveis, transformaram-se em incursões desordenadas e em casos anedóticos, volatizavam-se e ficavam reduzidas a zero.

O Comitê Militar Revolucionário trabalhava, naqueles dias, em caráter de prontidão. Ao lado dos contingentes, os comissários permaneciam em serviço. A população teve conhecimento, através de avisos especiais, para que locais se dirigirem, em caso de atentados contrarrevolucionários, ou de *pogroms*: “o socorro será imediatamente prestado”. Bastou uma visita imponente do Regimento Keksholmsky à central telefônica para que as comunicações com a Smolny fossem restabelecidas. As ligações através do fio, a mais rápida de todas, emprestavam às operações que se desenvolviam segurança e regularidade metódica.

Continuando a inserir comissários nas instituições que ainda não estavam sob seu controle, o Comitê Militar Revolucionário alargava e consolidava as posições de partida para a próxima ofensiva. Dzerzhinsky entregou, durante o dia, a Pestkovsky, velho revolucionário, um pedaço de papel que representava a nomeação dele para comissário da central dos telégrafos. “Como ocupar os telégrafos?”, perguntou estupefato o novo comissário. “A central está guardada pelo Regimento Keksholmsky que é nosso!” Pestkovsky não precisava de maiores explicações. Bastaram dois soldados do regimento, fuzis na mão, ao lado de um comutador, para con-

seguir um compromisso provisório dos funcionários hostis do telégrafo, entre os quais não se encontrava um único bolchevique.

Às nove horas da noite, outro comissário do Comitê Revolucionário, Stark, com pequeno destacamento de marinheiros, sob o comando do antigo emigrado Savin, marinheiro também, ocupou a agência telegráfica governamental predeterminando, assim, não apenas a sorte da instituição como em certa medida, a dele próprio: Stark foi o primeiro diretor soviético da agência, antes de ser nomeado ministro dos Sovietes no Afeganistão.

Essas duas modestas operações seriam ataques insurrecionais ou então dois episódios característicos da dualidade de poderes, a bem dizer desviada dos trilhos da conciliação para os do bolchevismo? A pergunta pode, e não sem razão, parecer casuística. Para mascarar a insurreição, porém, ela tinha ainda sua importância. O fato é que, até a invasão do local da agência pelos marinheiros apresentava ainda um caráter hesitante: formalmente tratava-se não de apoderar-se da instituição, mas de estabelecer a censura dos telegramas. Dessa maneira, até a noite de 24, o cordão umbilical da “legalidade” não tinha sido definitivamente cortado e o movimento continuava a dissimular-se sob o que restava de tradições da dualidade de poderes.

Na elaboração dos planos da insurreição, o Smolny colocava as maiores esperanças nos marinheiros do Báltico, porquanto eram destacamentos de combate que combinavam a resolução proletária como boa instrução militar. A vinda dos marinheiros a Petrogrado tinha sido vista em função do Congresso dos Sovietes. Chamá-los mais cedo seria engajar-se, abertamente, no caminho da insurreição. Daí resultou um impedimento traduzido em atraso.

Chegaram, ao Smolny, no dia 24, delegados de Kronstadt ao Congresso dos Sovietes: o bolchevique Flerovsky e o anarquista Yarchuk que seguia os bolcheviques. Em uma das salas do Smolny, eles encontraram Chudnovsky que voltava do *front* e que, alegando o estado de ânimo dos soldados, fazia objeções ao levante em tempo tão próximo. “Em plena discussão,” conta Flemvsky, “Trotsky entrou na sala... Chamando-me de lado, solicitou-me que voltasse para Kronstadt: os acontecimentos amadurecem tão rapidamente que cada um deve ficar em seu posto...” Nessa

breve instrução eu senti a disciplina que já reinava na insurreição a vir. A discussão parou.” O impressionável e ardente Chudnovsky adiou as dúvidas para participar dos planos de guerra. Flerovsky e Yarchuk foram chamados por um telegrama: “as forças armadas de Kronstad devem seguir de madrugada para defender o Congresso dos Sovietes”.

Por intermédio de Sverdlov, o Comitê revolucionário expediu, de noite, para Helsingfors, um telegrama dirigido a Smilga, presidente do Comitê regional dos Sovietes: “Envie os estatutos.” O que significava: envie imediatamente mil e quinhentos marinheiros selecionados do Báltico, fortemente armados. Se bem que os marinheiros do Báltico só pudessem, chegar durante o dia seguinte, não havia razão para adiar as hostilidades: as forças locais são suficientes e não há mais possibilidade: as operações começaram. Se, do *front*, chegassem reforços para o governo, os marinheiros os surpreenderiam em tempo de atacá-los pelo flanco, ou pela retaguarda.

A elaboração tática do esquema da tomada da capital foi, primordialmente, obra da organização militar dos bolcheviques. Os oficiais do estado-maior descobririam, num plano traçado por profanos, muitas asneiras. Os oficiais das altas academias de guerra não participam, entretanto, dos preparativos para uma insurreição proletária. O indispensável foi, de qualquer modo, previsto. A cidade foi dividida em quarteirões de combate, subordinados aos estados-maiores mais próximos. Nos pontos mais importantes ficaram concentradas companhias da Guarda Vermelha ligadas aos contingentes do exército vizinho, onde se mantinham de prontidão, preparadas, as companhias em serviço. Os objetivos das operações especiais e os contingentes que nelas deviam empenhar-se foram designados com antecipação. Todos os que participavam da insurreição, de alto a baixo – aqui estava a sua força, mas também o tendão de Aquiles – estavam certos que a vitória seria conseguida sem vítimas.

As operações mais importantes começaram às 2 horas da madrugada. Em pequenos grupos militares, geralmente com um número de operários armados ou de marinheiros, sob a direção dos comissários, ocupam simultaneamente as estações ferroviárias, a central elétrica, os arsenais, os entrepostos de abastecimento, os serviços de águas a ponto do palácio, a central telefônica, o Banco do Estado, as grandes gráficas e asseguraram-se os Telégrafos e os Correios. Por toda parte foi colocada uma guarda fiel.

Os relatórios concernentes aos episódios da noite são pobres e incolores: parecem atas da polícia. Todos os participantes eram presas de febre nervosa. Ninguém teve tempo de observar e registrar. As informações que chegavam aos estados-maiores não eram escritas ou eram redigidas às pressas e os papéis se perderam. As lembranças, mais tarde impressas, são secas e nem sempre exatas, dado que provêm, na maioria dos casos, de testemunhas ocasionais. Os operários, os marinheiros e os soldados, os verdadeiros inspiradores e dirigentes das operações, assumiram, logo depois, a direção do Exército Vermelho e tombaram nos diferentes campos de batalha da guerra civil. Para determinar o caráter, assim como a ordenação dos diversos episódios, o historiador esbarra em uma grande confusão, acentuada pelas notícias dos jornais. Parece algumas vezes, ter sido muito mais fácil tomar Petrogrado no outono de 1917 do que repetir o mesmo golpe quinze anos mais tarde!

A primeira companhia, a mais firme e mais revolucionária do batalhão de sapadores, ficou encarregada de apoderar-se da estação ferroviária vizinha, a estação Nicolau. Um quarto de hora mais tarde, os locais estavam ocupados, sem luta, pelos fortes destacamentos: as forças governamentais desapareceram nas trevas. E a fria e penetrante noite estava cheia de rumores duvidosos e de movimentos plenos de mistérios. Dominando a profunda ansiedade, os soldados, conscienciosamente, param os pedestres e os que passam em viaturas para examinar, com cuidado, os documentos. Nem sempre sabem como agir, hesitam e no mais das vezes liberam as pessoas. De hora em hora adquirem maior segurança. Às 6 da manhã os sapadores prendem dois caminhões repletos de *junkers*, mais ou menos sessenta homens, os desarmam e enviam ao Smolny.

O mesmo batalhão recebeu ordens de enviar pelo menos cinquenta homens para montar guarda nos entrepostos de abastecimento, e vinte um que deveriam ficar de guarda na central elétrica. Os destacamentos chegam, uns depois dos outros, do Smolny, dos distritos. Ninguém faz objeções nem reclama. Segundo o relatório de um comissário as ordens eram executadas “imediate e exatamente”. Os deslocamentos dos soldados adquirem nitidez de há muito não verificada. Por maior que fosse o abalo e a decomposição reinante na guarnição, em condições de ser jogada ao refugio, nessa noite a velha disciplina militar acorda e, pela última vez, retesa cada músculo a serviço de novos desígnios.

O comissário Uralov recebeu dois mandados: um para ocupar logo a tipografia do jornal reacionário *Russkia Volia* (*Liberdade Russa*) fundado por Protopopov, pouco antes de ser nomeado ministro do Interior de *Nicolau II*; o outro para conseguir um contingente de soldados do Regimento Semenovsky, que o governo, conservando velhas lembranças, continuava a considerar como um dos seus. Os soldados do regimento Semenovsky eram indispensáveis para ocupação da tipografia: tinha-se necessidade da tipografia para o jornal bolchevista em grande formato e com grande tiragem. Os soldados preparavam-se para dormir. O comissário expôs, rapidamente, o objetivo da missão: “Não pude acabar de falar, de todos os lados explodiram as hurras. Os soldados levantaram-se e me envolveram.” Um caminhão cheio de homens do Regimento Semenovsky chegou à tipografia. Na sala das rotativas juntou-se, imediatamente, a equipe da noite. O comissário explicou por que viera. “Aqui também, como nas casernas, os operários responderam com hurras e gritos: *Vivam os Sovietes!*” A tarefa estava cumprida. Foi assim que outros sequestros aconteceram em outros estabelecimentos. Não era necessário usar violência, desde que não havia resistência. As massas insurretas empurravam, com os cotovelos, e jogavam para fora os senhores da véspera.

O comandante da região militar, através dos fios especiais comunicou, à noite, ao quartel-general e ao estado-maior do *front* norte: “A situação em Petrogrado é horrível. Não há manifestações nem desordens nas ruas. No entanto apoderam-se, metodicamente, das estações ferroviárias, dos estabelecimentos, e dão-se prisões. Os *junkers* abandonam os postos sem resistir... Nada nos garante que não se realize uma tentativa de tomar o Governo Provisório.” Polkonikov tinha razão: não havia efetivamente, garantia alguma.

Nas esferas militares pretendia-se que os agentes do Comitê Militar Revolucionário tinham roubado do comandante de Petrogrado “as palavras” e as respostas das sentinelas da guarnição que estavam sobre a mesa. Não era impossível, entre os pequenos servidores de todas as instituições, a insurreição possuía amigos. Entretanto, a versão do roubo das “palavras” das senhas foi criada para explicar a passividade vexatória com que os postos de guarda bolchevistas se apoderavam de toda a cidade.

Nas guarnições foi distribuída, durante a noite, uma ordem do Smolny: os oficiais que não reconhecerem o poder do Comitê Militar Re-

volucionário serão presos. Muitos chefes tinham conseguido fazer com que diversos regimentos desaparecessem para esperar, em lugar seguro, o fim daqueles dias inquietantes. Em outros contingentes os oficiais foram afastados ou presos. Por toda parte organizavam-se comitês revolucionários, ou estados-maiores, que agiam de comum acordo com os comissários. Que o comando improvisado não estivesse plenamente à altura de seus encargos é bastante claro. Em compensação, era fiel. E a questão teria que se resolver, sobretudo no plano político.

Apesar da falta de experiência, os estados-maiores dos diversos efetivos manifestavam grande iniciativa. O Comitê do Regimento Pavlovsky enviava batedores ao estado-maior da região para tomar conhecimento do que se passava. O “batalhão de química”, da reserva, seguia, atentamente, o que faziam seus vizinhos turbulentos: os *junkers* das escolas Pavlovsky e Vladimirsksky e os alunos do Corpo de Cadetes. Os químicos, frequentemente, desarmavam os *junkers*, na rua, e assim impunham-se a eles. Ao se ligarem com o contingente de soldados da escola de Pavlovsky, o estado-maior do batalhão de químicos conseguiu que os chefes do armamento ficassem entregues àquele contingente.

O número das forças que participaram, diretamente, na tomada da capital, durante a noite, é difícil de ser determinado: não apenas porque ninguém as contou ou inscreveu, mas também devido ao caráter das operações: as reservas da 2.^a e 3.^a linhas confundiam-se com toda a guarnição. Apenas episodicamente é que se podia recorrer às reservas. Muitos milhares de guardas-vermelhos, dois ou três milhares de marinheiros – no dia seguinte com a chegada dos homens de Helsingfors e de Kronstadt, o número de marinheiros seria pelo menos triplicado – umas vinte companhias, e destacamento de infantaria, representavam as forças da 1.^a e da 2.^a linha com a ajuda das quais os insurretos tomaram a capital.

Às 3h20min da madrugada, o diretor do departamento político do Ministério da Guerra, o menchevique Sher, transmitia, por fio direto, ao Cáucaso: “Realiza-se a sessão do Comitê Executivo Central conjuntamente com os delegados que chegaram para o Congresso dos Sovietes e com esmagadora maioria de bolcheviques. Ovacionaram Trotsky. Ele declarou esperar uma saída incruenta para a insurreição, uma vez que a força estava com eles. Os bolcheviques iniciaram a ação direta. Tomaram a ponte Nicolau e colo-

caram, ali, carros blindados. O Regimento Pavlovsky, na Rua Milliony, perto do Palácio de Inverno, colocou piquetes de sentinelas, impediu a passagem, prendem, mandam as pessoas presas para o Smolny. Prenderam o ministro Kartashev e o secretário-geral do Governo Provisório, Halperin. A estação do Báltico está, também, em mãos dos bolcheviques. Se não houver intervenção do *front* o governo não poderá resistir com as tropas de que dispõe.”

A sessão unificada dos Comitês Executivos, mencionada pelo tenente Sher, foi aberta no Smolny depois da meia-noite. Os delegados do Congresso enchiam a sala na qualidade de convidados. Os corredores e as galerias estavam ocupados pelos postos de guarda reforçados. Túnicas cinzas, fuzis, metralhadoras nas janelas. Os membros dos comitês executivos estavam afogados na imensa massa de provinciais, inúmeras cabeças hostis. O órgão supremo da “democracia” parecia já um prisioneiro da insurreição. Na tribuna não estava mais a figura habitual do presidente Cheidze. O inevitável relator Tseretelli estava ausente. Um e outro, apavorados pela marcha dos acontecimentos, algumas semanas antes da batalha, entregaram os cargos pelos quais eram responsáveis e, com um gesto de desalento sobre Petrogrado, partiram para a Geórgia natal. Dan ficou como líder do bloco conciliador. Não tinha nem a simplicidade maliciosa de Cheidze nem a eloquência patética de Tseretelli; em compensação, os ultrapassava pela miopia obstinada. Sozinho, na mesa presidencial, o socialista revolucionário Gotz abriu a sessão. Dan tomou a palavra em meio a tão grande silêncio que pareceu a Sukhanov atônito, mas, a John Reed, “quase ameaçador”. O argumento do relator era a recente resolução do Pré-Parlamento que se esforçava por opor à insurreição os ecos fracos das próprias palavras de ordem. “Será tarde demais se não levardes em consideração essa decisão”, dizia Dan, agitando a ameaça da fome inevitável e da desmoralização das massas. “Jamais a contrarrevolução foi tão forte quanto na hora presente”, isto é, na noite do 24 para o 25 de outubro de 1917! O pequeno-burguês, assustado diante de grandes acontecimentos vê, por todos os lados, apenas perigos e obstáculos. O único recurso que tem é a linguagem patética do medo. “Nas usinas e nas casernas, a imprensa dos Cem Negros tem muito mais sucesso do que a dos socialistas.” Loucos levam a Revolução à derrota, como em 1905, quando “à frente do Soviete de Petrogrado encontrava-se o mesmo Trotsky”. Mas não. O Comitê Executivo Central não tolerara que

se chegue até a insurreição: “Será sobre o seu cadáver que se cruzarão as baionetas dos lados beligerantes.” Gritos explodem: “Mas já é um cadáver!” A justeza dessa exclamação foi compreendida por todo o auditório: sobre o cadáver dos conciliadores cruzavam-se, já, as baionetas da burguesia e do proletariado. A voz do relator perde-se em meio ao alarido hostil. Os golpes dados na mesa não resolvem, as exortações não alcançam ninguém, as ameaças não intimidam. Muito tarde, muito tarde...

Sim, é a insurreição! Respondendo em nome do Comitê Militar Revolucionário, do Partido Bolchevista, dos operários e dos soldados de Petrogrado, Trotsky joga fora, finalmente, as derradeiras fórmulas convencionais. Sim, as massas estão conosco e nós as levaremos ao assalto! Se não tremeres – diz ele aos delegados do Congresso, passando por cima do Comitê Executivo Central – não haverá guerra civil, os inimigos capitularão incontinentemente e ocupareis o lugar que vos pertence de direito, o de donos da terra russa. “Atordoados, os membros do Comitê Executivo Central não encontraram forças para protestar. Até aquele momento a fraseologia defensiva do Smolny mantinha neles, apesar de quanto acontecia, uma pequenina chama vacilante de esperança. Agora, a chama se extinguiu. Naquelas horas de uma noite sombria, a insurreição levantava, bem alto, à cabeça.” A sessão, rica em incidentes, terminou lá pelas 4 horas da madrugada. Oradores bolchevistas subiam à tribuna e logo depois voltavam ao Comitê Militar Revolucionário, para onde convergiam, de todos os pontos da cidade, informações totalmente favoráveis: os postos da guarda, nas ruas, trabalham bem; as instituições foram ocupadas umas após outras; o adversário não oferece resistência.

Supunha-se que a central telefônica estivesse seriamente fortificada. Entretanto, às 7 horas da manhã, foi ocupada, sem luta, por uma equipe do Regimento Keksgolmsky. Os revoltosos, daí por diante, não se inquietariam mais com as ligações entre eles e, além disso, adquiriram a possibilidade de controlar as comunicações dos adversários. Os aparelhos telefônicos do Palácio de Inverno e do estado-maior foram cortados imediatamente. Quase ao mesmo tempo, um destacamento de marinheiros das equipagens da guarda, mais ou menos quarenta homens, apoderava-se das instalações do Banco do Estado, no canal Ekaterininsky. Um empregado do Banco, Ralzevich, escreve em lembranças que “o destacamento

de marinheiros agiu impetuosamente” colocando, de súbito, sentinelas nos postos telefônicos para impedir que qualquer socorro viesse do exterior. A tomada do estabelecimento foi realizada “sem qualquer resistência, apesar da presença de uma esquadra, de soldados do Regimento Semenovsky”. Dava-se à tomada do banco um sentido simbólico. Os quadros do partido foram educados segundo a crítica marxista da Comuna de Paris em 1871, quando os dirigentes, conforme sabemos, não ousaram levantar a mão sobre o Banco da França. “Não, não recairemos em tal erro”, diziam os bolcheviques, muito tempo antes do dia 25 de outubro. A notícia da tomada do mais sagrado dos estabelecimentos do Estado burguês voou imediatamente pelos distritos, suscitando uma efervescência triunfal.

Muito cedo, pela manhã, ocuparam a estação de Varsóvia, a tipografia de Informações da Bolsa, a ponte Dvortsovy e sob as janelas de Kerensky. O comissário do Comitê apresentou aos soldados de Volyn que estavam de guarda prisão de Kresty, a ordem de restituir a liberdade a certo número de presos, segundo uma lista organizada pelo Soviete. Foi em vão que a administração da penitenciária tentou obter instruções do ministro da Justiça: ele tinha outras coisas a fazer. Os bolcheviques foram postos em liberdade e, entre eles, o jovem líder de Kronstadt, Roshal, foram imediatamente designados para postos de combate.

Pela manhã trouxeram ao Smolny um grupo de *junkers* detidos pelos sapadores na estação Nicolau; esses *junkers* tinham saído, de caminhão, do Palácio de Inverno em busca de abastecimento. Podvoisky conta o seguinte: “Trotsky lhes disse que seriam postos em liberdade, sob condição de prometerem que não agiriam mais contra o poder soviético; além disso, podiam voltar às ocupações escolares. Aqueles garotos que esperavam represálias sangrentas ficaram estupefatos.” Até que ponto essas solturas imediatas eram justas, parece duvidoso. A vitória ainda não tinha sido ganha totalmente e os *junkers* representavam a principal força do adversário. Por outro lado, devido às hesitações que existiam nas escolas militares, era importante mostrar que uma rendição à mercê dos vencedores não pressupunha, para os *junkers*, qualquer castigo. Os motivos quer num, quer noutro sentido, pareciam equilibrar-se.

Do Ministério da Guerra, ainda não ocupado pelos insurretos, comunicou o general Levitsky, pela manhã e por telefone, ao quartel-

general ao general Dukhonin: “Elementos da guarnição de Petrogrado... passaram-se para os bolcheviques. De Kronstadt chegaram marinheiros e um cruzador leve. As pontes cortadas foram restabelecidas por eles. Toda cidade está coberta de postos de guarda da guarnição, mas não se realiza qualquer manifestação. (!) A central telefônica está em mãos da guarnição. Os contingentes que se encontram no Palácio de Inverno estão de guarda apenas formalmente, porquanto resolveram não agir de maneira efetiva. Em conjunto, a impressão que se tem é a de que o Governo Provisório se encontra na capital de um Estado inimigo, tendo terminado a mobilização mas não iniciado as hostilidades.” Inapreciável testemunho militar e político! O general, a bem dizer, antecipa-se aos acontecimentos quando diz que, de Kronstadt, chegaram marinheiros. Eles chegariam algumas horas mais tarde. A passagem da ponte foi realmente restabelecida pelo cruzador *Aurora*. Ingênua é, ao finalizar o relatório, a esperança manifestada de que os bolcheviques “tendo de há muito e de fato a possibilidade de acabar com todos nós... não ousarão romper com a opinião do exército do *front*”. Ilusões a respeito do *front*, era tudo o que restava aos generais democratas da retaguarda. Em compensação, a imagem do Governo Provisório, que se encontrava “na capital de um Estado inimigo”, entraria na história para sempre como a melhor explicação da Insurreição de Outubro.

No Smolny permaneciam em prontidão. Agitadores, organizadores, dirigentes de usinas, de regimentos, de distritos, apareciam durante uma ou duas horas, às vezes, por alguns minutos, com o fim de saber das notícias, de verificar a ação deles mesmos e depois voltar ao posto. Diante da sala n.º18. onde se encontrava a fração bolchevista do Soviete, havia um ajuntamento indescritível. Os visitantes extenuados dormiam na sala das sessões, apoiando uma cabeça pesada contra uma coluna branca ou então contra a parede das galerias, abraçando os fuzis, muitas vezes deitados sobre o calçamento molhado e sujo. Lashevich recebia os comissários militares e dava-lhes as últimas instruções. No local do Comitê Militar Revolucionário, o 3º andar, as notícias que chegavam de todos os lados transformavam-se em decisões: ali batia o coração da insurreição.

Os centros dos distritos reproduziam o mesmo quadro de Smolny, mas em escala reduzida. No bairro de Vyborg, em frente ao estado-maior da Guarda Vermelha, formou-se um campo: a calçada foi atra-

vancada pelas viaturas, os automóveis e os caminhões. As instituições do bairro formigavam de operários armados. O Soviete, a Duma, os sindicatos, os comitês de usina, tudo, no distrito, servia à obra da insurreição. Nas usinas, nas casernas, nas instituições, reproduzia-se, com menores dimensões, tudo o que se passava na capital inteira: despachavam uns, elegiam outros, rompiam-se as velhas ligações, consolidavam-se novas. Os retardatários votam resoluções de submissão ao Comitê Militar Revolucionário. Os mencheviques e os socialistas revolucionários ficavam, amedrontados, à parte, juntamente com a administração das usinas e dos corpos de oficiais. Nos *meetings*, que não paravam, o povo era constantemente informado, a firmeza combativa era estimulada e as ligações fortalecidas. As massas humanas agrupavam-se em novos eixos. A insurreição concluía-se.

Passo a passo, tentamos esclarecer neste livro a insurreição de Outubro: o descontentamento crescente das massas operárias, os soviets colocando-se sob as bandeiras do bolchevismo, a irritação no Exército, o levante dos camponeses contra os proprietários nobres, transbordamento do movimento nacional, apreensões e perturbações que aumentavam, sempre, entre possuidores e dirigentes, enfim, a luta interior do Partido Bolchevista visando a insurreição. A insurreição que o arremata todo, parece, no final, muito curta, muito seca, muito prática, como se não estivesse em correspondência com a envergadura histórica dos acontecimentos. O leitor sente uma espécie de desilusão. Sentir-se-á como um turista sobre a montanha que, esperando ainda grandes dificuldades, descobre, subitamente, que atingiu o cume ou pouco falta: Onde está a insurreição? O quadro não foi feito. Os acontecimentos não fazem o quadro. Pequenas operações, calculadas e preparadas antecipadamente, permanecem separadas entre elas, no espaço e no tempo. Estão ligadas pela unidade dos fins e da concepção, mas não pela fusão íntima da luta. As grandes massas não entram em ação. Não se dão choques dramáticos com as tropas. Nada daquilo que uma imaginação educada nos moldes da história vinculada ao conceito de insurreição.

O caráter geral da insurreição da capital deu, mais tarde, a Masaryk, depois de outros, motivos para escrever: “O levante de Outubro... não foi, absolutamente, um movimento popular das massas. Foram obras de líderes que trabalhavam de cima, nos bastidores.” Foi sim, na realidade,

o maior levante de massas em toda a História. Os operários não tinham necessidade de sair em campo para amalgamar-se: constituíam, mesmo sem isso, política e moralmente, um todo. Proibiu-se aos soldados sair das casernas sem autorização, nesse sentido a ordem do Comitê Militar Revolucionário coincidia com a de Polkovnikov. As massas invisíveis marchavam, mais do que nunca com o passo marcado pelos acontecimentos. As usinas e as casernas, nem por um minuto, perdiam a ligação com os estados-maiores dos distritos, os distritos com o Smolny. Os destacamentos das Guardas Vermelhas sentiam o apoio das usinas. As equipes de soldados, ao chegarem às casernas, encontravam o revezamento pronto. Somente pelo fato de possuir grandes reservas os contingentes de soldados revolucionários podiam ter tanta confiança na luta que os levaria aos fins previstos. Contrariamente, os postos governamentais espalhados renunciavam até à ideia de resistência. As classes burguesas esperavam barricadas, incêndios, pilhagens, rios de sangue. Na verdade reinava uma calma mais aterrorizadora do que todos os estrondos do mundo. Sem ruído, movia-se o terreno social como um cenário móvel, trazendo as massas populares para o primeiro plano e arrebatando os senhores da véspera para outro mundo.

Às 10 horas da manhã do dia 25, o Smolny julgou oportuno divulgar na cidade e para todo o país, um boletim da vitória: “O Governo Provisório foi deposto. O governo do Estado passou às mãos do Comitê Militar Revolucionário.” Em certo sentido essa declaração se antecipava de muito. O governo ainda existia, pelo menos nos terrenos do Palácio de Inverno. O quartel-general existia ainda. A província não se manifestara. O Congresso dos Sovietes não estava, ainda, funcionando. Os dirigentes da insurreição, porém, não são historiadores. Para que pudessem fornecer aos historiadores acontecimentos a narrar, era necessário antecipar-se. Na capital, o Comitê Militar Revolucionário era o senhor da situação. Não se duvidava a respeito do sancionamento pelo Congresso. A província aguardava a iniciativa de Petrogrado. Para apoderar-se, totalmente, do poder, era necessário agir como poder. Em manifesto enviado às organizações militares do *front* e da retaguarda, o Comitê convidava os soldados a vigiar, cuidadosamente, a conduta do comando a prender os oficiais que não aderissem à Revolução e a não hesitar em usar da força, caso tentassem enviar a Petrogrado contingentes hostis.

Chegando, na véspera, do *front*, Stankevich, principal comissário do quartel-general, para não ficar desocupado no reino da passividade e do apodrecimento, empreendeu, à frente de uma semicompanhia de *junkers* de engenharia, a tentativa de evacuar a central telefônica, ocupada pelos bolcheviques. Foi só então que os *junkers* souberam em mãos de quem se encontrava a central telefônica. “Eis de quem se devia aprender lições de energia”, grita, rilhando dentes, o oficial Sinegub, “e onde conseguiram eles direção semelhantes?” Semelhante?... Os marinheiros que ocupavam a central telefônica poderiam, sem dificuldades, exterminar os *junkers* atirando-os pelas janelas. Os insurretos, porém, envidam esforços para evitar derramamento de sangue. De seu lado Stankevich ordena, severamente, que não abram fogo: os *junkers* seriam acusados de atirar no povo. O oficial que comanda pensa de si para si: “Mas, desde que restabeçamos a ordem, quem poderá dizer palavra?” E termina suas reflexões gritando: “Malditos comediantes!” É a fórmula característica da atitude dos corpos dos oficiais em relação ao governo. De iniciativa própria, Sinegub manda pedir ao Palácio de Inverno granadas e cartuchos de pólvora. Nesse meio tempo o tenente monarquista inicia, diante da porta da central, um debate político com um subtenente bolchevista: como os Heróis de Homero, acumulam-se de invectivas antes do combate. Entre dois fogos, que no momento são apenas os da eloquência, as senhoritas da telefônica deixavam-se dominar pelos nervos. Os marinheiros despedem-nas. “Que? Mulher...” Elas precipitam com gritos histéricos. “A Rua Morskaiá, deserta”, conta Sinegub, “encheu-se subitamente de fujonas, de penduricalhos saltitantes e de pequeninos chapéus.” Os marinheiros procuram meios de fazer um bom uso dos telefones. No pátio da central surge um carro blindado ocupado pelos vermelhos, que não fazem mal aos *junkers* apavorados. Esses, de seu lado, apoderam-se de dois caminhões e fazem barricadas do lado de fora da porta da central. Do lado da Nevsky aparece outro auto blindado, depois um terceiro. Tudo se resume em manobras e em tentativas recíprocas de intimidação. A luta pela posse da central resolve-se sem uso de pólvora: Stankevich levanta o sítio sob a cláusula de passagem livre para os *junkers*.

As armas, até aquele momento, eram apenas um símbolo exterior da força: quase não são usadas. A caminho, perto do Palácio de Inverno, a semicompanhia de Stankevich esbarra com um destacamento de marinheiros

prontos para atirar. Os adversários medem-se com o olhar. Nem de um lado nem do outro há desejo de combater: de um lado, porque sentem a força, do outro, a fraqueza. Mas toda a vez que a ocasião se apresenta os insurretos, sobretudo os operários, se apressam em desarmar o inimigo. A segunda semicompanhia dos mesmos *junkers* da engenharia, cercada pelos guardas-vermelhos e pelos soldados, foi desarmada e com auxílio de carros blindados, aprisionada. Ainda aí não se deu combate: os *junkers* não opuseram resistência. “Assim terminou”, segundo o testemunho do iniciador, “a única tentativa de resistência aos bolcheviques de meu conhecimento.” Stankevich se refere às operações fora do raio do Palácio de Inverno.

Lá pelo meio-dia, as ruas, nas imediações do Palácio Mariinsky, foram ocupadas pelas tropas do Comitê Militar Revolucionário. Os membros do Pré-Parlamento acabavam de iniciar a sessão. O birô tentou obter as últimas informações e caíram em brusca depressão quando souberam que as comunicações telefônicas estavam cortadas. O conselho dos decanos indagava como agir. Os deputados murmuram pelos cantos. Avksentiev consolava: Kerensky partiu para o *front*, mas voltará em breve e tudo se acomodará. Diante da porta principal parou um carro blindado. Soldados dos regimentos lituanos e Keksholmsky e marinheiros das equipes da guarda entraram no edifício, postaram-se ao longo das escadarias, ocuparam a primeira sala. O chefe do destacamento convidou os deputados a saírem imediatamente do palácio. “A impressão foi de espanto”, conta Nabokov. Os membros do Pré-Parlamento decidiram separar-se “interrompendo, provisoriamente, as atividades.” Quarenta e oito votos da direita ficaram contra a submissão à violência: eles sabiam que estavam em minoria. Os deputados desceram, pacificamente, as magníficas escadarias, entre duas fileiras de fuzis. Testemunhas oculares afirmam: “Nada houve de dramático nisso tudo.” “Sempre as mesmas fisionomias estúpidas, obtusas, más”, escreve o liberal Nabokov, falando dos soldados e dos marinheiros russos. Embaixo, na saída, os chefes dos destacamentos examinavam os papéis e deixavam que todos se retirassem. “Esperava-se uma triagem dos membros do Pré-Parlamento e prisões”, testemunha Miliukov, que foi liberado entre os primeiros, “mas o estado-maior revolucionário tinha outras preocupações.” Não foi só isso: o estado-maior revolucionário tinha pouca experiência. A ordem dizia: prender, quando encontrados, os membros do governo. Mas não foram encontrados.

Os membros do Pré-Parlamento foram soltos sem dificuldades e, dentre eles, também, os que se tornariam, em breve, os organizadores da guerra civil.

O híbrido parlamento, cuja existência terminou doze horas antes da do Governo Provisório, viveu apenas dezoito dias: o intervalo entre o dia da saída dos bolcheviques do Palácio Mariinsky para a rua e o dia da invasão do mesmo palácio pela rua em armas. De todas as paródias das peças de que a História está cheia, o *Conselho da República da Rússia* talvez seja a mais extravagante.

Ao deixar o nefasto edifício, o outubrista Shidlovsky foi dar umas voltas pela cidade para observar os combates: esses senhores supunham que o povo se levantaria para defendê-los. Mas não aconteceu qualquer escaramuça. Em compensação segundo Chudnovsky, o povo das ruas – o público seletivo da Avenida Nevsky – ria a bandeiras despregadas. “Você ouviu? Os bolchevistas tomaram o poder? Ficarão três dias no máximo. Ah! Ah! Ah! Shidlovsky decidiu permanecer na capital durante o tempo atribuído pelo público ao reinado bolchevista.” Sabe-se que os três dias prolongaram-se por muito tempo.

O público da Nevsky começou a assustar-se lá pela noite. Pela manhã o alarme era tão intenso que, nos quarteirões burgueses, pouca gente ousava aparecer nas ruas. Às nove horas da manhã o jornalista Knizhnik foi buscar os jornais na Avenida Kameno Ostrovsky, mas não encontrou os vencedores. Num pequeno grupo de gente comum contava-se que, durante a noite os bolcheviques tinham-se apoderado dos telefones, dos telégrafos, do Banco do Estado. Uma patrulha ouviu e pediu que não fizessem barulho. “Mesmo sem isso, todos estavam extraordinariamente calmos.” Destacamentos de operários armados desfilavam. Os bondes circulavam normalmente, isto é, lentamente. “Sentia-me desanimado ao ver o pequeno número de pedestres”, escreve Knizhnik, a respeito da Nevsky. Os restaurantes estavam fechados, mas serviam nas salas internas. Ao meio-dia o canhão que anunciava as horas, troou, como sempre, do alto da muralha da fortaleza Pedro e Paulo, fortemente ocupada pelos bolcheviques. Os muros e as paliçadas estavam recobertos de avisos contra manifestações. Mas já outros cartazes anunciavam a vitória da insurreição. Não havia tempo sequer para colá-los e eram distribuídos em automóveis. As folhas, saídas da tipografia, cheiravam a tinta fresca, como os próprios acontecimentos.

Os destacamentos da Guarda Vermelha deixaram seus distritos. O operário com seu fuzil, a baioneta ultrapassando o boné ou o gorro, o cinturão por cima do casaco de civil – imagem inseparável do dia 25 de outubro. Circunspectamente e com alguma falta de segurança, o operário armado punha em ordem a capital que ele tinha conquistado por conta própria.

A calma das ruas transmitia tranquilidade aos corações. Os habitantes começaram a sair. À noite notava-se, entre eles, menos inquietação do que nos dias precedentes. Em verdade, nos estabelecimentos governamentais e nos serviços públicos, os trabalhos cessaram. Mas as lojas estavam abertas e algumas fechadas mais por prudência do que por necessidade. A insurreição? Quem se insurgiu? Era apenas a guarda de fevereiro rendida pela guarda de outubro.

À tarde, a Nevsky estava mais do que nunca cheia de gente, que dava aos bolcheviques apenas três dias de vida. Os soldados do Regimento Pavlovsky já não inspiravam medo, se bem que o entrincheiramento deles estivesse fortificado por meio de carros blindados até com um canhão antiaéreo. Verdade é que algo de sério acontecia no Palácio de Inverno, desde que não se podia chegar até lá. De qualquer forma a insurreição não pode estar concentrada na praça do palácio. Um jornalista americano vê senhores vestidos com opulentas capas de pele, estender um punho enluvado contra os soldados do Regimento Pavlovsky e mulheres elegantes cobrindo-os de insultos. “Os soldados replicavam baixinho e com sorrisos confusos.” Sentiam-se, evidentemente, perdidos naquela luxuosa Nevsky que, não hoje, porém mais tarde, passaria a chamar-se “Avenida de 25 de Outubro”.

Claude Anet, jornalista oficioso francês, em Petrogrado, espantava-se com sinceridade: esses russos incoerentes fazem uma Revolução como nunca se viu nem nos velhos alfarrábios. “A cidade está calma.” Anet informa-se por telefone, recebe visitas, sai de casa. Os soldados que lhe impedem os passos na Moika, marcham em ordem “exatamente como no antigo regime”. Na Miliony inúmeras patrulhas. Nem um tiro. A imensa Praça do Palácio de Inverno, àquela hora, meio-dia estava quase deserta. Patrulhas na Morskaia e na Nevsky. Os soldados têm classe e uma atitude perfeita. Ao primeiro olhar parecem, sem dúvida, tropas do governo. Na Praça do Palácio Mariinsky, onde Anet pensava poder entrar no Pré-Parlamento, é abordado pelos soldados e pelos marinheiros “polidamente”. Duas ruas que

davam acesso ao palácio estavam impedidas com automóveis e charretes. Estão, também, ali, dois carros blindados. Tudo sob as ordens de Smolny. O Comitê Militar Revolucionário espalhou patrulhas pela cidade toda, colocou postos da guarda, dissolveu o pré-parlamento, tornou-se o senhor da capital, restabeleceu a ordem, “como jamais se tinha visto depois da Revolução”. À noite, a porteira do prédio veio informar os franceses que o estado-maior dos soviets comunicava o número dos telefones que atenderiam, a qualquer hora, para o envio de socorros de força armada em casos de ataques ou de revistas duvidosas. “Em verdade jamais fomos tão bem protegidos.”

Às 14h35min, os jornalistas estrangeiros consultavam os relógios, os russos não tinham tempo – a sessão extraordinária do Soviete de Petrogrado foi aberta com um relatório de Trotsky que, em nome do Comitê Militar Revolucionário declarava que o Governo Provisório já não existia. “Disseram-nos que a insurreição afogaria a Revolução num mar de sangue... Não sabemos de uma única vítima.” Não temos conhecimento, na História, de movimento revolucionário no qual estivessem comprometidas massas tão grandes e que fosse tão pouco sangrenta. “O Palácio de Inverno ainda não foi tomado, mas a sorte dele será resolvida em pouco tempo.” As doze horas subsequentes mostrariam que essa predição era por demais otimista.

Trotsky comunica: do *front* puseram em movimento tropas contra Petrogrado; é indispensável enviar, imediatamente, comissários dos soviets para o *front* e por todo o país, para prestar esclarecimentos sobre a insurreição levada a efeito. Da direita, pouco numerosa, partem exclamações: “Vós vos antecipais sobre a vontade do Congresso dos Sovietes.” O relator responde: “A vontade do Congresso foi previamente determinada pelo formidável levante dos operários e soldados de Petrogrado. Agora só resta estender a vitória.”

Lenine, que aparecia pela primeira vez em público, depois que deixou o esconderijo, traçou, rapidamente, o programa da Revolução: esmagar o antigo aparelho de estado; criar novo sistema de governo por meio dos Sovietes; tomar medidas para terminar, imediatamente, a guerra, apoiando-se no movimento revolucionário dos demais países; abolir a propriedade dos nobres e assim conquistar a confiança dos camponeses; instituir o controle operário sobre a produção. “A Terceira Revolução Russa deve, obrigatoriamente, conduzir à vitória do socialismo.”

.....

Capítulo VIII

A TOMADA DO PALÁCIO DE INVERNO

KERENSKY RECEBEU STANKEVICH, que voltava do *front* trazendo relatórios, em estado de exaltação: acabava de sair do Conselho da República, onde denunciara, definitivamente, a insurreição dos bolcheviques. – Uma insurreição? – Mas como você não sabe que temos na Rússia uma insurreição armada? Stankevich começou a rir: ora, as ruas estão inteiramente calmas; é assim que uma insurreição verdadeira se apresenta? – Mas é preciso, de qualquer maneira, pôr um fim nesses abalos constantes. Sobre isso Kerensky está de pleno acordo: espera, apenas, a resolução do pré-parlamento.

Às 9 horas da noite o governo reúne-se na sala das Malaquitas, no Palácio de Inverno, para elaborar os meios de uma “liquidação resolvida e definitiva” dos bolcheviques. Enviado ao Palácio Mariinsky para precipitar os fatos, Stankevich, indignado, informou que uma fórmula mitigada tinha sido votada. Segundo a resolução do pré-parlamento, mesmo a luta contra a insurreição deveria ser confiada não ao governo, mas a um comitê de salvação pública. Kerensky, num primeiro ímpeto, declarou que, em tais condições, “não permaneceria um minuto à frente do governo”. Os líderes conciliadores foram chamados imediatamente por telefone ao pa-

lácio. A possibilidade da demissão de Kerensky deixou-os tão estupefatos quanto Kerensky ficou estupefato com a resolução por eles tomada. Avksentiev procurou explicar: consideravam, em resumo, a resolução como “puramente teórica e fortuita e não pensavam que ela pudesse produzir efeitos práticos”. Sim, eles veem agora que a resolução “talvez não tivesse sido muito bem redigida”. Tal gente não perdia jamais a ocasião de mostrar o que valia.

A conferência noturna dos líderes democratas com o chefe do Estado parece inverossímil, sobre o fundo da insurreição que se desenvolve. Dan, um dos principais coveiros do regime de Fevereiro, exigia do governo, mesmo durante a noite, que mandasse colar por toda a cidade cartazes anunciando as propostas apresentadas aos aliados para o início das conversações de paz. Kerensky respondeu que o governo não necessitava de tais conselhos. Pode-se crer que o governo preferisse uma boa e firme decisão. Dan não estava capacitado para oferecê-la. É certo que Kerensky se esforçava por lançar a responsabilidade da insurreição sobre seus interlocutores. Dan replicava dizendo que o governo exagerava os acontecimentos por influência de seu “estado-maior reacionário”. Não havia a menor necessidade de demissão: a resolução desagradável era indispensável para mudar o estado de espírito das massas. Os bolcheviques, “amanhã mesmo”, serão forçados a dissolver seu estado-maior caso o governo aceite as sugestões de Dan. Exatamente naquele momento explica Kerensky com ironia legítima – a Guarda Vermelha ocupava um após outro, todos os edifícios governamentais.

A explicação, tão rica de conteúdo, mantida com seus amigos de esquerda não terminara ainda quando Kerensky recebeu amigos da direita, representados por uma delegação do Soviete das tropas cossacas. Os oficiais pareciam estar em situação de pôr em ordem a conduta dos três regimentos cossacos aquartelados em Petrogrado e apresentavam a Kerensky condições diametralmente opostas às de Dan: nem uma concessão aos soviets, a repressão aos bolcheviques deve ser, dessa vez, levada até às últimas consequências e não como em julho, quando cossacos caíram inutilmente. Kerensky, que não desejava outra coisa, prometeu tudo quanto exigiam dele e desculpou-se por não ter ainda prendido, por motivo de prudência, Trotsky, na qualidade de presidente do Soviete de Petrogrado.

Os delegados retiraram-se, dando a Kerensky a certeza de que os cossacos cumpririam com o dever. “Envia-se do estado-maior, imediatamente, uma ordem aos regimentos cossacos: ‘Em nome da liberdade, da honra e da glória da Terra-Mãe, marchai em auxílio do Comitê Executivo Central do Governo Provisório e pela salvação da Rússia em perigo.’” Tal governo presunçoso que, zelosamente, mantivera-se independente em face do Comitê-Executivo Central, é obrigado, em todas as ocasiões, a dissimular-se, vergonhosamente, atrás das costas do Comitê, nas horas de perigo. Ordens súplicas são também enviadas às escolas de *junkers*, em Petrogrado e nos arbabaldes. Nas estradas de ferro, este aviso: “Os escalões de tropas vindas do *front* para Petrogrado serão conduzidos sem qualquer demora e, em caso de necessidade, suspender-se-á o movimento dos trens de passageiros.”

Assim que o governo, tendo cumprido tudo o que estava nas possibilidades dele cumprir, separou-se, entre uma e duas horas da madrugada, apenas Kerensky e seu adjunto Konovalov, comerciante liberal em Moscou, ficaram no palácio. O comandante da região, Polkovnikov, veio propor-lhes organizar, imediatamente, com a ajuda de tropas fiéis, uma expedição para a tomada do Smolny. Kerensky, sem hesitar, adotou plano tão maravilhoso. Segundo, porém, as palavras do chefe da região, era impossível compreender em que forças poderiam apoiar-se. Foi só então que Kerensky, por si mesmo, compreendeu que os relatórios de Polkovnikov, afirmando, havia dez ou doze dias, que estava pronto para travar luta contra os bolcheviques “não se baseavam em coisa alguma”. Como se, na verdade, para ficar a par da situação política e militar, Kerensky não tivesse outras fontes além dos relatórios do gabinete de um coronel medíocre, colocado, não sabemos bem por que, à frente da região. Enquanto o chefe do governo entregava-se a reflexões melancólicas, o comissário da prefeitura da polícia da cidade, Rogovsky, trouxe uma série de informações: diversos navios da frota do Báltico, preparados para o combate, entraram no Neva, alguns deles subiram o rio até a ponte Nicolau, que ocuparam; destacamento de insurretos avançam para a ponte do Palácio. Rogovsky chamou especialmente a atenção de Kerensky para o fato de “os bolcheviques realizarem todo o plano na mais perfeita ordem, não encontrando qualquer resistência do lado das tropas governamentais”. Quais seriam as tropas que deveriam ser consideradas como governamentais? A conversa não indica claramente.

Kerensky e Konovalov saíram do palácio, precipitadamente, para se dirigirem ao estado-maior: “não há um minuto a perder”. O imponente edifício vermelho do estado-maior estava abarrotado de oficiais. Estavam ali não para tratar de assuntos das tropas, mas para esconderem-se delas. “Entre a multidão de militares giravam civis que ninguém conhecia.” Novo comunicado de Polkovnikov convenceu Kerensky, definitivamente, da impossibilidade de contar com o comando da região e com os oficiais. O chefe do governo resolveu grupar em torno dele “todos os que eram fiéis aos seus deveres”. Lembrando-se de que era um homem de partido – é assim que muitos, nos estertores da agonia, lembram-se da Igreja –, Kerensky ordena, pelo telefone, que lhe enviem imediatamente companhias de combate, socialistas revolucionários. Antes mesmo que esse apelo inesperado às forças armadas do partido socialista revolucionário pudesse – se pudesse realmente – dar resultados, segundo os termos de Miliukov, era necessário, “afastar de Kerensky os elementos mais à direita que o olhavam com má vontade”. O isolamento de Kerensky, que se manifestara suficientemente durante os dias do levante de Kornilov, apresentava, agora, um caráter mais funesto. “As longas horas daquela noite prolongavam-se dolorosamente”, diz Kerensky retomando a frase pronunciada em agosto.

Os reforços não chegavam de parte alguma. Os cossacos mantinham-se em sessão, os representantes dos regimentos dizem que, afinal de contas, poderiam marchar – por que não? – mas para isso necessitavam de metralhadoras, de carros blindados e sobretudo de infantaria. Kerensky, sem hesitar, prometeu-lhes os carros blindados que se preparavam para abandoná-lo e a infantaria que ele não tinha. Como resposta, disseram-lhe que os regimentos discutiriam todas aquelas questões e “começariam a selar os cavalos”. As forças de combate dos socialistas revolucionários não davam sinal de vida. Existiriam ainda? Onde se encontra, via de regra, o limite entre o real e o spectral? Os oficiais que se reuniram no estado-maior assumiam, relativamente ao generalíssimo e chefe do governo, uma atitude cada vez mais provocante. Kerensky diz mesmo que, entre os oficiais, trataram até da necessidade de prendê-lo. O edifício do estado-maior não estava, como antes, guardado por ninguém. Os entendimentos oficiais davam-se em presença de terceiros e entremeados de palavras veementes. Um sentimento de prostração e de

decomposição, partindo do estado-maior, infiltrava-se pelo Palácio de Inverno. Os *junkers* enervavam-se, a equipe de carros blindados agitava-se. Debaixo, nem um apoio, em cima, os cérebros estão aloucados. Em tais condições pode alguém escapar da ruína?

Às cinco horas da manhã Kerensky chamou ao estado-maior o diretor do Ministério da Guerra. Perto da ponte de Troitsky, o general Manikovsky foi barrado pelas patrulhas, enviado para a caserna do regimento Pavlovsky e, dali, liberado depois de breves explicações: o general pode-se pensar, demonstrou que a prisão dele poderia demolir o mecanismo administrativo e provocar a desagregação entre os soldados do *front*. Quase na mesma hora era barrado, em frente ao Palácio de Inverno, o carro de Stankevich e é de notar-se que o Comitê do regimento soltou-o também. “Eram insurretos – conta o preso – que, entretanto, agiam com pouca segurança. De minha casa telefonei para o Palácio de Inverno para falar sobre os incidentes, mas recebi a informação tranquilizante de que se tratava de mal-entendido.” Realmente, o mal-entendido consistiu em soltar Stankevich: algumas horas mais tarde ele tentava arrancar dos bolcheviques a central telefônica, conforme vimos.

Kerensky exigiu, ao quartel-general do Moghiliev e ao estado-maior do *front* norte, em Pskov, o envio imediato de regimentos fiéis. Do quartel-general, Dukhonin assegurou, pelo fio direto, que as medidas tinham sido tomadas para enviar tropas contra Petrogrado e que alguns contingentes já deviam estar chegando. Mas os contingentes não chegavam. Os cossacos estavam ainda “selando os cavalos”. A situação da cidade piorava de hora em hora. Assim que Kerensky e Konovalov chegaram ao palácio para respirar um pouco, um estafeta trouxe uma notícia urgente: as comunicações telefônicas do palácio tinham sido cortadas. As pontes do palácio, embaixo das janelas de Kerensky, estavam ocupadas por piquetes de marinheiros. A praça, em frente ao Palácio de Inverno, continuava deserta: “de cossacos nem a sombra”. Kerensky volta, às pressas, para o estado-maior. Lá, também, as notícias não são reconfortantes. Os *junkers* receberam dos bolcheviques um ultimato para abandonar o palácio e mostram-se muito agitados. Os carros blindados não estão mais em condições de funcionar, porquanto, de maneira bastante intempestiva, descobriu-se “o desaparecimento” de peças essenciais. Nada se sabe a respeito dos escalões que devem vir do *front*. As imediações

do palácio e do estado-maior não estão absolutamente vigiadas: se os bolcheviques ainda não irromperam por ali é que estão mal informados. O edifício que, à tarde, estava cheio de oficiais, esvazia-se rapidamente, era um salve-se quem puder. Apareceu uma delegação de *junkers*: estão prontos a cumprir o dever até o fim “mas apenas se ainda existir esperança de receber reforços”. Eram, exatamente, reforços o que faltava.

Kerensky convocou os ministros, urgentemente, ao estado-maior. A maioria deles não tinha mais automóvel: esses importantes meios de comunicação, que dão à insurreição moderna um novo ritmo, tinham sido ou confiscados pelos bolcheviques ou postos fora do alcance dos ministros pelos postos de revoltosos. Primeiro chegou Kishkin e logo depois Maliantovich. Que podia fazer o chefe do governo? Ir, imediatamente, ao encontro dos escalões para fazê-los passar por todos os obstáculos: ninguém ousou propor outra coisa.

Kerensky ordena que trouxessem o “maravilhoso automóvel de passeio conversível”. Mas, ainda aqui, no encadeamento dos fatos, aparece um novo fator, sob aspecto da indissolúvel solidariedade que unia os governos da Entente quer nos sucessos quer nas desgraças. “Não sei como a notícia de minha partida chegou ao conhecimento das embaixadas aliadas.” Os representantes da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos expressaram o desejo de que o chefe do governo que fugia da capital “colocasse sobre o automóvel a bandeira americana”. O próprio Kerensky considerou tal proposta como inútil e até mesmo embaraçosa, mas aceitou, como demonstração da solidariedade dos Aliados.

O embaixador dos Estados Unidos, David Francis, dá uma outra versão que se parece um pouco menos com um conto de Natal. Atrás do automóvel americano que solicitou cedessem a Kerensky o carro diplomático para que ele pudesse ir ao *front*. Depois de se reunirem, os funcionários da embaixada chegaram à conclusão de que, já que o automóvel tinha sido “sequestrado” de fato – o que não era verdade – só lhes restava submeter-se às circunstâncias. – O oficial russo, apesar dos protestos dos diplomatas, recusou-se a retirar a bandeira americana. Não espanta: assegurava-se, assim, a imunidade do carro. Francis aprovou o proceder dos funcionários da embaixada, mas solicitou-lhes que “não falassem com ninguém”.

Confrontando dois testemunhos que, com tendências diferentes, cortam sobre a linha da verdade, o quadro fica bastante claro: não foram os aliados que impuseram um carro a Kerensky, mas ele mesmo o solicitou; todavia, como os diplomatas deviam pagar um tributo à hipocrisia da não intervenção nos negócios internos, convencionou-se que o carro tinha sido “sequestrado” e que a embaixada “protestara” contra o uso abusivo da bandeira. Quando esse caso delicado ficou resolvido, Kerensky entrou em seu próprio carro: a viatura americana seguiu atrás, como reserva. “Inútil dizer”, conta ainda Kerensky, “a rua toda, os pedestres, os soldados, reconheceram-me imediatamente. Saudava como sempre, com certa displicência e sorrindo ligeiramente.” Imagem incomparável: com displicência e sorrindo, o regime de Fevereiro partia para o reino das sombras. Às portas da cidade estavam colocadas os corpos da guarda e as patrulhas de operários armados. Ao verem os automóveis correrem a grande velocidade os guardas-vermelhos precipitaram-se na rua, mas não se decidiram a atirar. Em geral evitava-se ainda atirar. Talvez, também, a bandeira americana tivesse produzido efeito. Os automóveis passaram sem encontrar obstáculos.

“Então, em Petrogrado, não existem tropas dispostas a defender o Governo Provisório?” Perguntava estupefato Maliantovich que, até aquele momento, vivera sob o império das eternas verdades jurídicas. “– Não sei de nada.” Konovalov levantou os braços para o céu. “– Isto vai mal”, acrescentou. “– Quais as tropas que virão?”, perguntou, perfidamente, Maliantovich. “– Parece-me, um batalhão de motociclistas.” Os ministros suspiravam. Em Petrogrado e arredores contavam-se mais ou menos duzentos mil soldados. Vão mal, os negócios do regime, uma vez que o chefe do governo é obrigado a fugir dessa maneira, ao encontro de um batalhão de motociclistas com uma bandeira americana por trás das costas!

Os ministros teriam suspirado do fundo da alma caso tivessem sabido que o 3º Batalhão de Motociclistas, enviado do *front*, tinha parado, espontaneamente, na estação Peredolskaia e enviara um telegrama ao Soviète de Petrogrado a fim de informar-se com que objetivo fora chamado. O Comitê Militar Revolucionário enviou ao Batalhão saudações fraternais e convidou que enviassem imediatamente seus representantes. As autoridades procuravam, mas não achavam os motociclistas, cujos delegados chegaram, no mesmo dia, ao Smolny.

Contava-se, segundo os cálculos prévios, ocupar o Palácio de Inverno na noite de 24 para 25, ao mesmo tempo que os demais postos de comando da capital. Desde o dia 23 formara-se, para a tomada do palácio, um triunvirato, cujas principais figuras eram Podvoisky e Antonov. Um oficial de engenharia, Sadovsky, foi o terceiro membro, abandonando-o, porém em virtude de outros serviços que prestava na guarnição. Foi substituído por Chudnovsky que chegara em maio, junto com Trotsky, de um campo de concentração do Canadá e que, como soldado, passara três meses no *front*. A participação mais direta na operação foi a de Lashevich, velho bolchevique que atingira a graduação de suboficial. Três anos mais tarde Sadovsky lembrava-se como, no pequeno quarto do Smolny, Podvoisky e Chudnovsky discutiam furiosamente sobre o mapa de Petrogrado, a respeito do melhor plano de ação contra o palácio. Finalmente ficou decidido envolver o quarteirão do Palácio de Inverno com sólida linha elíptica, cujo eixo principal seria a margem do Neva. Do lado do rio o cerco deveria ser fechado pela fortaleza de Pedro e Paulo, pelo *Aurora* e por outros navios de guerra trazidos de Kronstadt e pela frota de guerra em ação. Para prevenir, ou paralisar, as tentativas dos cossacos ou dos *junkers*, na retaguarda, ficou decidido colocar forças importantes de cobertura, compostas pelos destacamentos revolucionários.

O plano, em conjunto, estava por demais sobrecarregado e complicado para os objetivos que deviam visar. O prazo fixado para os preparativos revelou-se insuficiente. Pequenos erros e cálculos viciados se revelavam como sempre a cada passo. Aqui, a direção determinada é inexata; lá, o dirigente atrasou-se porque decifrou mal as instruções; adiante, esperava-se que a salvação viesse de um carro blindado. Fazer sair os contingentes da tropa, combiná-los com a Guarda Vermelha, ocupar os setores de combate, assegurar a ligação entre eles e o estado-maior – para tudo isso era necessário muito mais tempo do que supuseram os militantes que discutiam sobre o mapa de Petrogrado.

Quando o Comitê Militar Revolucionário declarou, lá pelas 10 horas da manhã, que o governo fora derrubado, a extensão do atraso não estava ainda bem clara nem mesmo para os dirigentes imediatos da operação. Podvoisky prometera a queda do Palácio de Inverno “para meio-dia, no máximo”. Até aquele momento, na linha das operações militares tudo

ia tão bem que ninguém tinha motivos para duvidar do acontecimento. Ao meio-dia, porém, aconteceu que as posições dos sitiadores não estavam ainda completamente ocupadas, que os homens de Kronstadt não tinham chegado e, entretanto, a defesa do palácio fora fortalecida. A perda de tempo, como acontece sempre, tornava necessária novas prorrogações. Sob a pressão muito forte do Comitê, a tomada do palácio foi então marcada para as três horas e, dessa vez, “definitivamente”. Baseando-se nessa hora fixada, o relator do Comitê Militar Revolucionário expressou, na sessão matinal do Soviete, a esperança de que a queda do Palácio de Inverno se desse dentro de poucos minutos. Uma hora decorrera sem solução. Podvoisky que, ele mesmo, fervia no braseiro, assegurou, pelo telefone, que, às 18 horas, o palácio seria tomado custasse o que custasse. A primeira convicção, portanto, não existia mais. Realmente, 18 horas bateram, mas o desenlace não chegou. Exasperados pelas admoestações do Smolny, Podvoisky e Antonov negaram-se a fixar novos prazos. Isso provocou uma série de inquietações. Do ponto de vista político julgava-se indispensável que, no momento da abertura do Congresso dos Sovietes, toda a capital estivesse em mãos do Comitê Militar Revolucionário: isso simplificaria a tarefa perante a oposição, no Congresso, colocando-a diante de um fato consumado. Entretanto, chegou a hora da abertura do Congresso: foi recuada, e notícia chegou nova: o Palácio de Inverno resistia ainda. O cerco do palácio, prolongando-se, transformou-se, durante umas doze horas, no problema capital da insurreição.

O estado-maior das operações permanecia no Smolny, onde os fios eram mantidos em mãos de Lachevich. O estado-maior de combate encontrava-se na fortaleza de Pedro e Paulo, cujo responsável era Blagonravov. Existiam ainda três estados-maiores subordinados: um no *Aurora*, outro nas casernas do Regimento Pavlovsky e o terceiro nas casernas da tripulação da frota. No campo de ação encontravam-se como dirigentes Podvoisky e Antonov que, aparentemente, não tinham uma noção muito nítida de subordinação recíproca.

No estado-maior encontravam-se também três homens debruçados sobre o mapa: o coronel Polkovnikov, comandante da região, o general Bagration, chefe do estado-maior, e o general Alexeiev, convidado à conferência como a mais alta autoridade. Apesar de uma direção tão qua-

lificada, os planos da defesa eram muito menos nítidos que os dos assaltantes. Os marechais da insurreição, inexperientes, não sabiam, é verdade, concentrar rapidamente as tropas e assestar o golpe no tempo devido. Mas as tropas estavam lá. Os marechais da defesa em lugar de tropas possuíam vagas esperanças: quem sabe os cossacos cairiam em si; quem sabe encontrariam contingentes fiéis nas guarnições vizinhas; quem sabe Kerensky traria tropas do *front*. O estado de espírito de Polkovnikov revela-se em um telegrama que enviou, durante a noite, ao quartel-general: julgava a partida perdida. Alexeiev, ainda menos otimista, abandonou bem cedo o navio perdido.

Delegados das escolas de *junkers* foram solicitados a se porem em ligação com o estado-maior e tentou-se levantar a moral dos mesmos garantindo-lhes que, dentro em pouco, chegariam tropas de Gatchina, de Tsarskoe Selo e do *front*. Ninguém acreditava em promessas tão confusas. Nas escolas militares espalhavam-se rumores desencorajadores: “O pânico reina no estado-maior, ninguém faz nada de nada.” E era verdade. Oficiais cossacos que vieram ao estado-maior propondo apoderar-se dos carros blindados, que estavam recolhidos no centro de adestramento Mikhailovsky, encontraram Polkoimikov sentado no parapeito de uma janela em completa prostração. Ocupar o centro de adestramento? “Ocupe-o, eu não tenho ninguém, não posso fazer nada sozinho.”

Enquanto se dava uma lenta mobilização das escolas para a defesa do Palácio de Inverno, os ministros chegam de carruagem para uma sessão. A praça em frente ao palácio e as ruas adjacentes ainda não estavam ocupadas pelos insurretos. Na esquina da Morskaia com a Nevsky, soldados armados paravam os automóveis que passavam e faziam com que os ocupantes descessem. A multidão perguntava se os soldados obedeciam ao governo ou ao Comitê Militar Revolucionário. Os ministros gozavam, dessa vez, de todas as vantagens da impopularidade: ninguém se interessava por eles, ninguém, talvez, os reconhecia nas ruas. Chegaram todos, exceto Prokopovich que, por acaso, foi preso no seu fiacre, mas solto durante o dia.

No palácio permaneciam velhos servidores que tinham assistido a muitas coisas, não se admiravam de nada, mas que não estavam refeitos do susto. Estilizados, com librés azuis e colarinho vermelho, galões dourados, esses restos de antigos tempos mantinham, no velho edifício, uma

atmosfera de ordem e de solidez. Naquela manhã alarmante eram, talvez, os únicos a infundirem, ainda, nos ministros, a ilusão do poder.

Somente depois de onze horas foi que o governo decidiu colocar à frente da defesa um de seus membros. O general Tznicovsky, pela madrugada, declinara do encargo honroso que lhe oferecia Kerensky. Outro militar que fazia parte do governo, o almirante Verderevsky, estava num estado de espírito ainda menos belicoso. Foi um civil que aceitou ficar à frente da defesa: Kishkin, ministro da Assistência Pública. A nomeação dele foi imediatamente assinada por todos, sob forma de uma carta do Senado: tal gente encontrava ainda tempo de brincar com os pauzinhos burocráticos. Em compensação ninguém pensou no fato de Kishkin, membro do Partido Cadete, ser duplamente odioso aos soldados, à retaguarda e ao *front*. Kishkin, de sua parte, escolheu como adjuntos Paltchinsky e Ruthenberg. Mandatário dos industriais e protetor das ligações patronais, Paltchinsky era objeto do ódio dos operários. O engenheiro Ruthenberg era o auxiliar de Savinkov que até o partido universal dos socialistas revolucionários excluía de seu seio por ser korniloviano. Sob suspeita de traição, Poikonvnikov foi destituído. Em seu lugar foi nomeado o general Bagration, que em nada se diferenciava dele. Se bem que as comunicações telefônicas do Palácio de Inverno e do Estado-Maior, para a cidade, tivessem sido cortadas, o palácio permanecia em ligação, pelo seu fio especial, com as mais importantes instituições, particularmente com o Ministério de Guerra, de onde partia a comunicação direta com o grande quartel-general. Certamente, na afobação, alguns aparelhos da cidade também não foram isolados. Do ponto de vista militar a ligação telefônica não resolvia nada para o governo e, do lado moral, estragava mesmo a situação, porquanto destruíra todas as ilusões.

Os dirigentes da defesa, desde manhã, reclamavam reforços enquanto aguardavam os que vinham do *front*. Alguns indivíduos da cidade apareceram desejosos de ajudar. O Dr. Feit, membro do Comitê Central do Partido Socialista Revolucionário, expôs, alguns anos mais tarde, no decorrer de um processo, “a espantosa, fulgurante modificação no estado de espírito dos contingentes militares”. Através de fontes seguras informava-se que tal ou qual regimento estava pronto a tomar a defesa do governo, mas bastava dirigir-se às casernas, diretamente pelo telefone, para que todo o

efetivo, um após outro, recusasse terminantemente marchar. “O resultado é de vosso conhecimento”, dizia o velho populista, “ninguém marchou e o Palácio de Inverno foi tomado.” Em verdade nada aconteceu de fulgurante no estado de espírito da guarnição. Mas tudo aquilo que ainda subsistia em matéria de ilusões, nos partidos governamentais, afundava-se de maneira fulminante.

Os carros blindados, com os quais contavam tanto o Palácio de Inverno quanto o estado-maior, dividiram-se em dois grupos: o dos bolcheviques e o dos pacifistas, nem um sequer ficou do lado do governo. A caminho do Palácio de Inverno uma semicompanhia de *junkers* da engenharia cheios de esperanças e de apreensões esbarrou em dois carros blindados: amigos ou inimigos? Aconteceu que os carros eram neutros e só saíram com a intenção de evitar choques entre os adversários. Dentre seis carros de combate que se achavam no Palácio de Inverno apenas um permaneceu, a fim de guardar os bens e os valores do palácio. Os demais partiram. Na medida em que o sucesso da insurreição se confirmava, o número de carros blindados crescia, o exército dos neutros diminuía: tal é, em geral, a sorte do pacifismo em qualquer luta séria.

Meio-dia aproximava-se. A imensa praça, em frente ao Palácio de Inverno, permanecia deserta. O governo não tem adeptos para enchê-la. As tropas do Comitê não a ocupam, absorvidos que estavam na execução de um programa muito complicado. Dentro de um vasto plano de conjunto continuam a se reunir as tropas, os destacamentos operários, os carros blindados. O quarteirão do palácio começa a parecer um local pestilento, cuja periferia foi isolada, tão longe quanto possível, do centro mesmo do contágio.

O pátio do Palácio de Inverno, que dá para a praça, está atravancada com pilhas enormes de lenha, assim como o pátio do Smolny. Da direita e da esquerda projetaram-se os negros perfis dos canhões 75. Em alguns lugares os fuzis estão ensarilhados. A guarda pouco numerosa do palácio encolhe-se contra o próprio edifício. No pátio e no rés do chão estão colocadas as duas escolas de subtenentes de Oranienbaum e de Peterhoff, aliás muito longe de estarem completas, assim como uma bateria da escola de artilharia Constantino, com seis peças de canhão.

À tarde chegou um batalhão de *junkers* da engenharia que encontrou jeito de perder uma companhia, em caminho. O quadro que se

apresentava não era absolutamente indicado para levantar o espírito combativo dos *junkers*, o qual, segundo Stankevich, era, de há muito, bastante baixo. No palácio foi constatada a penúria do abastecimento: não se preocuparam com o problema previamente. Um caminhão carregado de pão foi interceptado pelas patrulhas do Comitê. Parte dos *junkers* estava de guarda, outra parte permanecia inativa. A incerteza, a fome... a direção estava ausente. Na praça em frente ao palácio e do lado do cais, apareceram pequenos grupos de aparência pacífica que, prosseguindo o caminho, arrancavam os fuzis dos sentinelas sob ameaça de revólveres.

Entre os *junkers* descobriram-se “agitadores”. Vieram de fora? Não, são apenas promotores de perturbações internas. Conseguiram provocar uma fermentação entre os alunos oficiais de Oranienbaum e de Peterhoff. Os Comitês das duas escolas organizaram uma reunião na Sala Branca e exigiram um representante do governo para entrar em explicações. Todos os ministros chegaram, Konovalov à frente. As conversações duraram uma hora. Konovalov foi interrompido e acabou calando-se. O ministro da Agricultura, Maslov, falou na qualidade de velho revolucionário. Kishkin explicou aos *junkers* que o governo decidira resistir até as últimas possibilidades. Um dos *junkers* tentou, segundo o testemunho de Stankevich, expressar a resolução de morrer pelo governo, porém “a frieza dos seus camaradas travou seu fervor”. As arengas dos outros ministros provocaram, daí por diante, verdadeira irritação; os *junkers* cortavam-lhes a palavra, gritavam e mesmo, parece, assoviavam. O sangue azul explicava a conduta da maioria dos *junkers* pelas baixas origens sociais: “Tudo isso procede da charrua, são quase analfabetos, animais ignaros... rústicos.”

O *meeting* no palácio sitiado acabou, entretanto, em tom conciliador: os *junkers* consentiram em permanecer tão logo lhes prometeram uma direção ativa e informações exatas sobre os acontecimentos. O diretor da escola de engenharia, nomeado comandante da defesa, rabiscava um plano do palácio, escrevendo o nome dos contingentes designados. As forças disponíveis são repartidas em setores. A maior parte dos *junkers* foi instalada no rés do chão com ordem de atirar sobre a praça, pelas janelas. Proibiram-lhes, todavia, de abrir fogo em primeiro lugar. O batalhão da escola de engenharia foi levado para o pátio para cobrir a artilharia. Esquadras são organizadas para o trabalho de barricadas. Cria-se uma equipe de

ligação contando com quatro homens de cada contingente. A bateria da artilharia é encarregada de defender a porta principal no caso de arruaça. No pátio e diante da porta principal, levantam, destinadas à defesa, fortificações feitas com achas de lenha. Uma aparência de ordem se estabelece. Os postos de guarda sentiram-se seguros.

A guerra civil, em sua primeira fase, até a formação de exércitos regulares, e até que os exércitos fiquem temperados, é uma guerra de nervos. Assim que se manifestou uma ligeira progressão da atividade para o lado dos *junkers* que, abrindo fogo por detrás das barricadas, varreram a praça, o campo dos sitiados superestimou, demasiadamente, as forças e os meios de defesa. Apesar do descontentamento dos guardas-vermelhos e dos soldados, os dirigentes decidiram diferir o assalto até a concentração das reservas; esperava-se, sobretudo, a chegada dos marinheiros de Kronstadt.

O atraso de algumas horas proporcionou aos sitiados alguns pequenos reforços. Assim que Kerensky prometeu, a uma delegação de cossacos, fornecer forças da infantaria, realizaram-se as sessões do Soviete das tropas cossacas, dos comitês de regimentos, das assembleias-gerais dos regimentos. Decisão: dois esquadrões e um contingente de metralhadoras do regimento do Ural, chegados do *front* em julho, para esmagar os bolcheviques, dirigir-se-ão imediatamente para o Palácio de Inverno; os outros não marcharão antes da realização das promessas, isto é, somente depois da chegada dos reforços da infantaria. Porém, mesmo com dois esquadrões, as coisas não iriam sem fricções. Os jovens, dentre os cossacos, opunham resistência: os “velhos” encerravam até os jovens nas cavaliças para que eles não os impedissem de envergar as fardas de campanha. Foi somente na hora do crepúsculo, quando não eram mais esperados, que se apresentaram ao palácio os uralianos barbudos. Foram acolhidos como salvadores. Eles tinham, todavia, um ar lúgubre. Não estavam habituados a guerrear em palácios. Depois, não se enxergava bem onde estava a verdade.

Algum tempo mais tarde apareceram, de modo inesperado, quarenta cavaleiros de São Jorge, sob o comando de um chefe de esquadrão que tinha uma perna de pau. Os inválidos patriotas na qualidade de últimos reservas da democracia... de qualquer maneira, porém, sentiam-se revigorados. Logo depois vinha juntar-se a eles uma companhia de choque do batalhão feminino. O que mais encorajava é que os reforços passavam sem precisar

combater. As linhas dos sitiantes não podiam, ou não ousavam, impedir o acesso ao Palácio de Inverno. O caso é bem claro: o adversário está fraco. “Graças a Deus começa a colar” – diziam os oficiais para se reconfortarem juntamente com os *junkers*. Os recém-chegados foram designados para os postos de combate que deviam render os contingentes fatigados. Entretanto, os homens do Ural lançavam olhares atravessados para as “domésticas” munidas de fuzis. Mas onde se encontrava a verdadeira infantaria?

Os sitiantes perdiam tempo realmente. Os homens de Kronstadt estavam atrasados, não por culpa deles, é verdade: não os chamaram a tempo. Depois das reuniões noturnas muito animadas eles embarcaram de madrugada em navios de guerra: o lança-minas *Amur* e o cargueiro *Yastrebov* (*O Gavião*) que partiram diretamente para Petrogrado. O velho couraçado *Zaria Zvebody* (*Aurora da Liberdade*), tendo efetuado uma descida em Oranienbaum, onde propunha-se desarmar os *junkers* teve de encalhar na entrada do canal Morskoi a fim de manter, em caso de necessidade, sob fogo a estrada de ferro do Báltico. Cinco mil marinheiros e soldados desatracaram da ilha Kotlin para fundear ao lado da Revolução social. No patamar dos oficiais um silêncio morno: levavam aquela gente a combater por uma causa que eles detestam. O comissário do destacamento, o bolchevique Flerovsky, lhes declara: “Não contamos com a vossa simpatia, mas exigimos que permaneçais em vossos postos... Nós vos pouparemos provações inúteis.” Em resposta, uma palavra breve de marinheiro: “Entendido.” Todos assumiram seus postos, o capitão subiu a ponte.

No estuário do Neva, hurras de alegria: os marinheiros acolhem seus camaradas. No *Aurora*, que fazia evoluções no meio do rio, ouviu-se o tocar da orquestra. Antonov pronunciou um breve discurso de boas-vindas: “Eis o Palácio de Inverno... É necessário tomá-lo.” No destacamento de Kronstadt alistaram-se de vontade própria os homens mais resolutos, os mais audazes. Aqueles marinheiros com fardas pretas, com seus fuzis e cartucheiras, marcharão sem fraquejar. A descida termina rapidamente na avenida chamada “Guarda a Cavallo”. Permanece no navio apenas uma equipe de reserva para o combate.

Agora conta-se com Vargas mais do que suficientes. Na Nevsky, cordões sólidos, na ponte do canal Ekaterininsky e sobre o da Morskaia carros blindados e canhões antiaéreos assestados na direção do Palácio de

Inverno do outro lado da Morskaia os operários colocaram metralhadoras por detrás dos abrigos. Um carro blindado vigia a Morskaia. O Neva e todas as passagens sobre o rio estão ocupados pelos assaltantes. Chudnovsky e o subtenente Dachkevich recebem ordem de enviar regimentos da guarda, cordões de tropas para o Campo de Marte. Blagonravov, da fortaleza, deve vir pela ponte entrar em contato com os cordões de regimento Pavlovsky. Os homens de Kronstadt que chegaram pôr-se-ão em ligação com a fortaleza e com a primeira tripulação da frota. Depois de um tiro da artilharia dar-se-á o assalto.

Da frota de combate do Báltico chegam, durante esse período, cinco vasos de guerra: um cruzador, dois torpedeiros grandes e dois pequenos. “Por mais certos que estivéssemos da vitória com nossas próprias forças”, escreve Flerovsky, “o presente de uma rota de combate deu a todos um fabuloso entusiasmo.” O almirante Verderesky podia, provavelmente, do alto das janelas da sala das Malaquitas, observar a imponente flotilha dos amotinados que dominava não apenas o palácio e adjacências como também os pontos mais importantes que conduziam a Petrogrado.

Lá pelas quatro horas da tarde Konovalov convocou ao palácio, pelo telefone, os homens políticos mais chegados ao governo: os ministros sitiados necessitavam, pelo menos, de um conforto moral. De todos os que foram convocados veio apenas Nabokov; os demais preferiram exprimir as simpatias pelo telefone. O ministro Tretiakov queixava-se de Kerensky e da sorte: o chefe do governo fugiu deixando os colegas sem defesa. Mas, quem sabe, receberemos reforços? Talvez. Então, por que ainda não os temos? Nabokov dava pêssames, olhava furtivamente o relógio e apressou-se em dizer adeus. Saiu em boa hora. Logo depois das 18 horas o palácio foi estreitamente cercado pelas tropas do Comitê Militar Revolucionário: não existia mais qualquer passagem nem para os reforços nem para os indivíduos particulares.

Do lado da avenida chamada “Guarda a Cavallo”, no cais do Almirante, na Rua Morskaia, na avenida Nevsky, no Campo de Marte, na Rua Milliony, no cais do palácio, a elise do sítio apertava-se, cerrava-se. Linhas imponentes alongavam-se a partir da grade do jardim do Palácio de Inverno, que já se encontrava em mãos dos sitiados, desde o Arco do Triunfo, entre a praça do palácio, e a Rua Morskaia, desde os pequenos canais vizinhos do Ermitage, desde as esquinas do Almirantado e a Nevsky,

vizinhas do palácio. Do outro lado do rio, a fortaleza de Pedro e Paulo, ameaçadora, franzia os sobrolhos. No Neva, o *Aurora* apontava as peças de seis polegadas. Os torpedeiros patrulhavam descendo e subindo o rio. A insurreição, naquelas horas, apresentava-se tal qual manobra militar em grande estilo.

Na praça do palácio, evacuada pelos *junkers* três horas antes, apareceram carros blindados que fecharam todas as entradas e saídas. Os nomes patrióticos das viaturas podiam ser lidos nas blindagens, sob as novas denominações escritas às pressas em vermelho. Protegidos pelos monstros metálicos os sitiados sentiam-se, na praça, cada vez mais confiantes. Um dos carros blindados aproximou-se ao portão principal do palácio e, depois de desarmar os *junkers* que davam guarda, afastou-se sem ser incomodado.

Apesar do bloqueio ter-se completado, os sitiados permaneciam, ainda, em ligação com o mundo exterior pelos fios telefônicos. É verdade que, desde as cinco horas, um efetivo do regimento Keksholmsky ocupara os locais do Ministério da Guerra que ligavam o Palácio de Inverno ao quartel-general. Porém, mesmo depois disso, ficou um oficial, com certeza durante algumas horas, perto do aparelho Hughes, em uma mansarda do ministério onde os vencedores não tiveram ideia de dar uma olhadela. Entretanto, como antes, a ligação não trazia qualquer resultado. As respostas do *front* norte tornavam-se cada vez mais evasivas. Os reforços não chegavam. O misterioso batalhão dos motociclistas não dava mostra de existir. Kerensky também parecia ter dado um mergulho. Seus amigos da cidade limitavam-se a algumas expressões de simpatia sempre mais lacônicas.

Os ministros desanimavam. Nada tinham que se dizer ou que esperar. Entre eles ficavam irritados e cada um brigava consigo mesmo. Alguns permaneciam sentados em estado de torpor, outros iam e vinham com passos automáticos. Os que tinham inclinação para as generalizações olhavam de raspão para o passado, procurando os culpados. Não era difícil encontrar a democracia! Fora ela quem os trouxera ao governo, que lhes impusera tão grande carga e que, no momento do perigo, deixara-os sem proteção. Dessa vez os cadetes estavam inteiramente solidários com os socialistas: sim, a democracia era a culpada. É verdade que, ao fazerem uma coligação, os dois grupos viraram as costas à Conferência democrática que

estava tão perto deles. Porque, finalmente, a independência face à democracia constituía a principal ideia da coligação. Mas, pouco importa: para que existe a democracia, senão para salvar um governo burguês em apuros? O ministro da Agricultura, Maslov, socialista revolucionário de direita, redigia uma nota que ele próprio qualificou de póstuma: comprometia-se, solenemente, a morrer imprecando maldições contra a democracia. Tal intenção fúnebre foi comunicada aos colegas da Duma pelo telefone. A morte dele, é verdade, não passou de projeto, mas as maldições não faltaram.

No andar superior, perto da sala dos oficiais, havia um refeitório onde os lacaios da Corte serviram àqueles senhores “um jantar delicioso regado a vinhos”. Era possível, assim, esquecer, por um momento, as desventuras. Os oficiais faziam cálculos de antiguidade, ocupavam-se com comparações invejosas e recriminavam o novo poder devido à lentidão no avanço. Atiravam culpas particularmente sobre Kerensky: ontem, no Pré-Parlamento, jurou morrer no posto e hoje, disfarçado de enfermeira, deu no pé. Alguns oficiais esforçavam-se por demonstrar aos membros do governo o absurdo de uma resistência ulterior. O enérgico Paltchinsky dizia que eles eram bolcheviques e tentou mesmo mandar prendê-los.

Os *junkers* desejavam saber o que ia acontecer e exigiam do governo respostas que ele não podia dar. Durante uma nova conferência dos *junkers* com os ministros, Kishkin chegou do estado-maior trazendo um ultimato recebido da fortaleza de Pedro e Paulo, trazido de automóvel, e o entregou ao general mestre de campo Poradelov; o documento assinado por Antonov dizia: rendei-vos e desarmai a guarnição do Palácio de Inverno; caso contrário a fortaleza e os navios de guerra abrirão fogo; vinte minutos para refletir. O prazo pareceu muito curto. Poradelov mendigou ainda dez minutos. Os militares, membros do governo, Manikovsky e Verderevsky, consideravam o caso como muito simples: no momento em que não existe possibilidade alguma de lutar é preciso pensar em render-se, isto é, aceitar o ultimato. Os ministros civis permaneciam, porém, inabaláveis. Finalmente ficou decidido não responder ao ultimato, mas recorrer à Duma municipal, como único órgão legal da capital. O apelo à Duma foi a última tentativa para acordar a consciência adormecida da democracia.

Poradelov, julgando necessário parar a resistência, apresentou um requerimento pedindo para ser posto em disponibilidade: “Nada ga-

rante que o caminho escolhido pelo Governo Provisório seja o certo.” As incertezas do general tiveram solução antes mesmo que o pedido de demissão fosse aceito. Meia hora mais tarde um destacamento das Guardas Vermelhas, de marinheiros e de soldados, sob o comando de um subtenente do regimento Pavlovsky ocupava, sem encontrar resistência, o estado-maior principal e prendia o general mestre de campo, completamente desmoralizado. A tomada do estado-maior poderia ter sido efetuada desde muito tempo; o edifício não estava de modo algum defendido por dentro. Porém, até que aparecessem na praça os carros blindados, os sitiantes temiam que, do palácio, um avanço de *junkers* pudesse cortar as comunicações.

Perdido o estado-maior, o Palácio de Inverno sentiu-se ainda mais abandonado. Da sala das Malaquitas, cujas janelas dão para o Neva e que aparentavam chamar um obus do *Aurora*, os ministros passaram para uma das outras inumeráveis salas do palácio, cujas janelas davam para o pátio; a iluminação cessou. Na sala, sobre a mesa restava, apenas, uma única lâmpada acesa e protegida por um jornal do lado que dava para as janelas. – De que está ameaçado o palácio caso a *Aurora* abra logo? Perguntavam os ministros ao colega da marinha.

“Será reduzido a ruínas”, explicava o almirante com entusiasmo e não sem um certo sentimento de orgulho em relação à artilharia naval. Verderevsky preferia a rendição e estava bastante disposto a horrorizar os paisanos que se gabavam fora de propósito. O *Aurora*, porém, não atirava. A fortaleza calava-se também. Quem sabe os bolcheviques não se resolviam a executar a ameaça?

O general Bagration, nomeado no lugar do pouco enérgico Polkovnikov, julgou oportuno declarar que renunciava a assumir, por mais tempo, as funções de comandante de região militar. Por ordem de Kishkin o general foi destituído “como indigno” e convidado a sair imediatamente do palácio. Tão logo saiu o ex-comandante caiu nas mãos dos marinheiros que o enviaram para as casernas da tripulação do Báltico. O caso poderia complicar-se se Podvikiy, que inspecionava os setores do *front*, antes da última ofensiva, não tivesse tomado o infeliz general sob sua proteção.

Das ruas adjacentes e do cais inúmeras pessoas repararam que o palácio, há pouco todo iluminado pelas centenas de lâmpadas elétricas, mergulhara bruscamente nas trevas. Entre os observadores contavam-se

muitos amigos do governo. Um dos companheiros de luta de Kerensky, Redemeister, anotou: “A obscuridade na qual mergulhou o Palácio de Inverno apresentava uma ameaça enigmática.” Os amigos nada fizeram para descobrir o segredo do enigma. É necessário reconhecer que não tinham muitas possibilidades.

Abrigando-se atrás das pilhas de lenha, os *junkers* observam, com a maior atenção, as linhas que evoluíam na praça, recebendo cada movimento do inimigo com tiros de fuzil e de metralhadoras. Responderam-lhes à altura. A fuzilaria, lá pela noite, tornara-se mais animada. Aconteceu caírem os primeiros mortos e feridos. As vítimas contavam-se, todavia, por unidades. Na praça no cais, na Milliony, os sitiados adaptavam-se ao meio, dissimulavam-se por detrás das saliências dos edifícios, abrigavam-se nas depressões, colavam-se nos muros. Nos contingentes de reserva os soldados e os guardas-vermelhos se aqueciam em volta das fogueiras cuja fumaça levantara-se com o cair da noite e deblateravam sobre a lentidão dos dirigentes.

No palácio, os *junkers* ocupavam os postos nas galerias, nas escadas, diante das portas, no pátio; os postos externos ficavam colados nas muralhas e nas paredes. O edifício tinha capacidade para milhares de homens, mas lá estavam apenas algumas centenas. Os vastos lugares além da zona de defesa pareciam mortos. A maioria dos empregados do palácio escondera-se ou fugira. Numerosos oficiais refugiaram-se no refeitório e constrangiam os lacaios, que não tiveram tempo de se esconder, a trazer para eles novas baterias de garrafas. A baderna da embriaguez dos oficiais no palácio agonizante não podia ser um segredo para os *junkers*, os cosacos, os inválidos e as mulheres dos batalhões de choque. O desenlace estava sendo preparado tanto do lado de fora quanto do lado de dentro.

Um oficial da bateria trouxe de repente ao comandante da defesa a notícia de que os canhões tinham sido atrelados e que os *junkers* se retiravam segundo uma ordem recebida do chefe da escola Constantino. Era um golpe dado à traição. O comandante tentou replicar: ninguém, a não ser eu, pode dar ordens aqui. Os *junkers* compreendiam mas, todavia, preferiam obedecer ao chefe da escola que, de seu lado, agia premido pelo comissário do Comitê Militar Revolucionário. A maioria dos artilheiros, com quatro peças em seis, saiu do palácio. Interceptados na Nevsky pelas patrulhas de soldados, tentaram opor resistência, mas um posto do Re-

gimento Pavlovsky, que ocorreu com um carro blindado, os desarmou e enviou-os, com os dois canhões, para as cavernas do regimento; as duas outras peças de guerra foram colocadas uma na Avenida Nevsky, outra na ponte da Morskaja, assestadas contra o Palácio de Inverno.

Os duzentos uralianos esperavam, em vão, a chegada dos seus companheiros. Savinkov, em estreita ligação com o Soviete das tropas cossacas e, mesmo, eleito por esse Soviete para o pré-parlamento, tentava, com o auxílio do general Alexeiev, fazer com que os cossacos marchassem. Os altos dirigentes do Soviete cossaco, porém, segundo justa observação de Miliukov “poderiam tampouco dispor dos regimentos cossacos quanto o estado-maior poderia dispor das tropas da guarnição”. Tendo discutido o caso sob todos os ângulos, os regimentos cossacos declararam, finalmente, que sem infantaria não marchariam e ofereceram ao Comitê Militar Revolucionário seus serviços para a proteção dos bens públicos. Ao mesmo tempo o regimento do Ural decidiu enviar delegados ao Palácio de Inverno para fazer com que voltassem às casernas os dois esquadrões que lá se encontravam. Tal determinação respondia da melhor maneira possível às disposições que, definitivamente, se instalaram nos “velhos” do Ural. Em derredor, apenas elementos estranhos. *Junkers*, dentre os quais grande número de judeus, oficiais inválidos e, acrescente-se ainda, as mulheres do batalhão de choque. Com expressão má, sobreceño carregado, os cossacos recolhiam as sacolas. As admoestações não produziam efeito. Quem restava para defender Kerensky? “Judeus e *babas*... mas o povo russo, ele sim, ficara com Lenine.” Acontecia que os cossacos mantinham entendimentos com os sitiantes e esses abriram-lhes passagens por uma saída que a defesa ignorara até então. Por volta das nove horas da noite os uralianos deixaram o Palácio de Inverno. Consentiram apenas em deixar as metralhadoras com os defensores de uma causa perdida.

Pelo mesmo caminho, do lado da Milliony os bolcheviques já tinham encontrado acesso ao palácio para contaminar o adversário. Cada vez com mais frequência apareciam, nos corredores, personagens misteriosos lado a lado com os *junkers*. Inútil resistir, os insurretos apoderaram-se da cidade e das estações, não virá para o palácio qualquer reforço, é apenas pela inércia que continuam com as afetações. “Que fazer ainda?” – perguntavam os *junkers*. O governo recusava-se a dar ordens formais: os mi-

nistros, pelo lado deles, permanecem na decisão precedente, quanto aos outros, que se arranjam. Isso significava que cada um estava livre de sair do palácio se o desejasse. Na conduta do governo não havia mais nem pensamento nem vontade. Os ministros esperavam o destino passivamente. Mais tarde Maliantovich contou o seguinte: “Na grande ratoeira giravam homens condenados, isolados, abandonados de todos, às vezes juntando-se em grupos para breves conversas... Em volta de nós o vazio estava em nós. E nesse vazio surgia a resolução irrefletida de permanecer na mais completa indiferença.”

Antonov-Ovseenko combinou com Blagonravov o seguinte: assim que o sítio do palácio terminasse uma lanterna vermelha deveria ser suspensa ao mastro da fortaleza. Logo depois desse sinal o *Aurora* daria um tiro de festim para meter medo. Caso os sitiados se obstinassem então, a fortaleza começaria a atirar com projéteis de peças leves. Se o Palácio de Inverno não se rendesse, então o *Aurora* abriria fogo de verdade com os canhões de seis polegadas. Tal gradação foi estabelecida visando causar o menor número de vítimas e de estragos caso não fosse possível evitá-los totalmente. A solução muito complicada de um problema simples, porém, ameaçava dar resultados contrários. As dificuldades da execução deveriam, inevitavelmente, manifestar-se. Começou pela lanterna vermelha, não tinham nenhuma à disposição. Procuram, perdem tempo e enfim acham uma. Entretanto não era tão fácil fixá-la ao mastro para que pudesse ser vista por todos os lados. As tentativas multiplicam-se com resultados duvidosos e perde-se muito tempo.

As grandes dificuldades são, todavia descobertas, quando se trata da artilharia. Segundo o relatório de Blagonravov, o tiroteio sobre o palácio poderia abrir-se ao meio-dia, ao primeiro sinal. Aconteceu de outra maneira. Dado que não existia artilharia permanente na fortaleza, exceto um canhão que se carregava pela boca e com um cartucho, destinado a anunciar o meio-dia, foi necessário armar sobre as muralhas peças de campanha. Essa parte do programa ficou realmente pronta lá pelo meio-dia. Mas as coisas não andavam bem lá pelos lados dos serventes da bateria. Sabia-se, antecipadamente, que a companhia de artilharia que não seguira os bolcheviques, em julho, era pouco segura. Ainda na véspera, por ordem do estado-maior, ela tinha docilmente guardado uma ponte. Não se esperava que ela apunha-

lasse pelas costas, mas sabia-se que não estava disposta a entrar na fornalha pelos soviets. Quando chegou a hora de agir, um subtenente prestou esta informação: os canhões estão enferrujados, não há óleo nos compressores, impossível atirar. É provável que as peças de artilharia estivessem em mau estado, mas no fundo o caso não era esse: os artilheiros simplesmente se esquivavam às responsabilidades e enganavam, com desenvoltura, os comissários inexperientes. Antonov correu, às pressas, numa lancha-vedete – estava furioso. Quem está estragando o plano? Blagonravov conta então a história da lanterna, do óleo que falta, e do subtenente. Ambos vão inspecionar os canhões. Noite, trevas, poças no pátio depois das chuvas recentes. Do outro lado do rio espoca uma grande fuzilaria e o taquetaque das metralhadoras. Na escuridão Blagonravov se perde. Chapinhando nos charcos, queimando de impaciência, estrebuchando e caindo na lama, Antonov anda às tontas atrás do comissário, no pátio sombrio. “Diante de uma das lanternas que cintilavam fracamente”, conta Blagonravov, “Antonov parou de repente e, por cima dos óculos, lançou-me um olhar inquietor. Em seus olhos li a inquietação apenas dissimulada.” Antonov, por um momento, suspeitara de traição num caso onde apenas houve estouvamento.

O local onde estavam os canhões foi enfim encontrado. Os artilheiros teimam: a ferrugem... os compressores... o ódio. Antonov declara que chamaria para examinar as peças os serventes do polígono da marinha e, além disso, que daria imediatamente o sinal com o canhão arcaico que anunciava meio-dia. Os artilheiros, entretanto, dão voltas durante muito tempo e de maneira suspeita, em torno do canhão sinalizador. Sentem, evidentemente, que o comando, quando não está, longe, ao telefone, mas perto deles, não revela a resolução firme de usar a artilharia pesada. O programa excessivo de um bombardeio sugere sempre a ideia: poderemos passar sem ele?

Alguém se precipita no pátio através das trevas, aproxima-se, cai na lama, solta um palavrão, mas sem raiva, com alegria, e com voz estrangulada grita: “O palácio rendeu-se e os nossos entraram.” Abraços de entusiasmo. Foi espetacular que tivesse surgido aquele obstáculo! Nós, pensávamos bem... Os compressores foram imediatamente esquecidos. Por que então a fuzilaria não para do outro lado do rio? Alguns grupos de *junkers* que se obstinam depois da rendição? Algum mal-entendido? Era

uma boa notícia, aquele mal-entendido: ainda não era o Palácio de Inverno que se tinha tomado, mas o estado-maior. O sítio do palácio continuava.

Depois de um acordo secreto com um grupo de *junkers* da escola de Oranienbaum, o indomável Chudnovsky penetra no palácio para entendimento: esse adversário da Revolução não perde nunca a oportunidade de se atirar no fogo. Palchinsky faz o temerário parar, mas, sob a pressão da escola de Oranienbaum, é obrigado a libertar quer Chudnovsky quer uma parte dos *junkers*. Arrastam atrás de si certo número de Cavaleiros de São Jorge. A aparição súbita de *junkers* na praça perturba as linhas dos sitiantes. Em compensação os gritos de alegria não param assim que foram informados de que, diante deles, estavam homens que se rendiam. Entretanto, os que cediam era pequena minoria. Os demais continuavam a resistir por detrás dos abrigos. A fuzilaria dos sitiantes torna-se mais vigorosa. Uma forte luz elétrica, no pátio, permite visar os *junkers*. Esses têm muito trabalho para apagar as lâmpadas. Uma mão invisível torna a acendê-las. Os *junkers* atiram nas lâmpadas, descobrem, em seguida, o electricista e obrigam-no a cortar a corrente.

O batalhão de choque das mulheres declarou subitamente, a disposição de uma investida. No estado-maior, segundo informação que receberam, os escritvães passaram-se para o lado de Lenine e, desarmando parte dos oficiais, prenderam o general Alexeiev, o único homem capaz de salvar a Rússia: é necessário libertá-lo custe o que custar. O comandante não consegue retê-las nesse *élan* histórico. No momento em que se dispunham a sair, a iluminação irrompe novamente nos altos candelabros elétricos dos dois lados da porta. Para descobrir o electricista um oficial joga-se furiosamente sobre os empregados: consideram os antigos lacaios do czar como agentes da Revolução. Confiam ainda menos no electricista do palácio: “Já te teria enviado para o outro mundo se não precisassemos de ti.” Apesar de estar sob a ameaça do revólver, o electricista não encontra como remediar: o quadro de comutadores foi cortado e a central está ocupada por marinheiros que dispõem como querem da iluminação. As combatentes não resistem ao fogo e se rendem em grande maioria. O chefe da defesa envia um tenente do governo para esclarecer que a saída das mulheres do batalhão de choque “Ivou-as à ruína” e que o palácio estava formigando de agitadores. O insucesso da saída traz um momento de repouso das dez às onze horas. Os sitiantes ocupam-se agora a preparar o tiro de artilharia.

Essa trégua inesperada suscita alguma esperança nos sitiados. Os ministros procuram ainda reconfortar seus adeptos na cidade e no país: “O governo, completo, exceto Prokopovich, está a postos. Reconhece-se que situação não é favorável... Atiram no palácio, mas somente com fuzil, e sem qualquer resultado. Está claro que o adversário é fraco.” Na verdade o adversário era todo-poderoso, mas não se decidira ainda a empregar toda a força que lhe era indispensável. O governo envia a todo o país, um comunicado a respeito do ultimato e do *Aurora*, declarando também que ele, governo, não poderia passar o poder para a Assembleia Constituinte e que o primeiro ataque contra o Palácio de Inverno fora repellido. “Que o exército e o povo respondam!” Os ministros, porém, não esclareciam como responder.

Lashevich, durante esse meio-tempo, enviou à fortaleza dois artilheiros da marinha. A bem dizer pouco experimentados, mas eram bolcheviques dispostos a atirar com peças enferrujadas e sem óleo nos compressores. Era apenas o que lhes pediam: o barulho da artilharia é, no momento, mais importante do que a certeza do tiro. Antonov ordena que abram fogo. A gradação anteriormente prevista é rigorosamente observada. “Depois do tiro de sinal da fortaleza”, conta Flerovsky, “estrandou o *Aurora*. O estrondo, a coluna de fumaça de um tiro de festim são mais imponentes do que de um tiro de combate. Os curiosos atiravam-se para longe do parapeito de granito do cais, caíam, arrastavam-se...” Chudnovsky apressa-se em perguntar: não devíamos propor aos sitiados que se rendam? Antonov fica inteiramente de acordo com ele. Um grupo de mulheres do batalhão de choque e um grupo de *junkers* ainda se rendiam. Chudnovsky deseja deixar as armas com eles, mas Antonov, oportunamente, opôs-se a tal magnanimidade. Tendo largado o fuzil na calçada, os que se renderam caminham escoltados, pela Rua Milliony.

O Palácio de Inverno resiste ainda. É preciso acabar com a resistência. A ordem é dada. Abre-se o fogo, não seguidamente e ainda de forma pouco efetiva. Em trinta e cinco tiros dados durante uma hora e meia ou duas horas, apenas dois atingiram o alvo e apenas o revestimento de alvenaria sofreu. Os outros projéteis passaram alto demais não causando, felizmente, na cidade, qualquer estrago. Seria por falta de habilidade? Porque, de qualquer maneira, através do Neva, atirava-se diretamente num alvo tão maci-

ço quanto o palácio: isso não exigia muita arte. Seria justo supor-se que os artilheiros de Lashevich levantavam o tiro propositadamente, na esperança que o caso terminasse sem estragos ou vítimas? É difícil, no momento, dizer quais os motivos que orientavam os marinheiros anônimos. Eles próprios não deram mais sinais de vida: foram absorvidos pela vastidão dos campos russos, ou então, como tantos outros combatentes de Outubro, tombaram nos campos da guerra civil nos meses e nos anos que se seguiram?

Pouco depois dos primeiros tiros de canhão, Paltchinsky levou aos ministros um estilhaço de obus. O almirante Verderevsky reconheceu que o material pertencia à marinha: do *Aurora*. Mas o cruzador dera tiro de festim. Assim ficara convencionado, segundo testemunho de Flerovsky, e também de acordo com o depoimento de um marinheiro, mais tarde, ao Congresso dos Sovietes. Estaria o almirante enganado? Quem poderia esclarecer o caso de um tiro de canhão dado, em plena noite, de um navio revoltado, sobre o palácio do czar, onde se extinguía o último governo das classes possuidoras?

A guarnição do palácio diminuía demasiadamente em número. Se, ao chegarem os uralianos, os inválidos e as mulheres do batalhão de choque, ela atingia a cifra de mil e quinhentos combatentes, provavelmente dois mil, já estava reduzida a mil ou até muito menos. A salvação só poderia advir de um milagre. E súbito, no ambiente de desespero do palácio, irrompe não o milagre, mas o anúncio de que ele chegaria. Paltchinsky comunica: receberam um chamado telefônico da Duma municipal e cidadãos se dispõem a partir dali para libertar o governo. “Comunicai a todos – ordena ele a Sinegub – que o povo vem para cá.” O oficial transmite pelas escadarias e pelos corredores a alegre notícia. A caminho esbarra com oficiais bêbados que se batem em duelo, com as espadas, aliás, sem efusão de sangue. Os *junkers* levantam a cabeça. De boca em boca, a notícia fica cada vez mais colorida e importante. Os homens da política, comerciantes, povo, clero à frente, puseram-se em marcha para obrigar a levantar o sítio do palácio. O povo e o clero: “Será maravilhoso!” O que sobrava em energia brilha pela última vez. “Hurra! Viva a Rússia!” Os *junkers* de Oranienbaum, que estavam prontos para desertar, trocaram de ideia.

O povo e o clero, todavia, aproximam-se muito lentamente. O número de agitadores cresce no palácio. O *Aurora* vai abrir fogo agora mesmo, cochicham nos corredores e os cochichos passam de boca em boca.

De repente, duas explosões. Marinheiros penetraram no palácio e deixaram cair, ou jogaram, duas granadas, na galeria, ferindo, ligeiramente, dois *junkers*. Os marinheiros foram presos, Kishkin, médico de profissão, fez os curativos nos feridos.

Intimamente a tenacidade dos operários e dos marinheiros era grande, mas ainda não se tornara encarniçada. Para não despertar os furores dos sitiados, os sitiados, parte mais fraca, não ousam tomar medidas rigorosas relativamente aos inimigos que penetravam no palácio. Não se fuzila ninguém. Os intrusos apresentam-se agora não um a um, mas em grupos. Quando os *junkers* caem nos invasores, eles se deixavam desarmar. “Que carniças! Que gente à-toa!”, diz Paltchinsky em tom de menosprezo. Não, aqueles homens não eram gente à-toa. Para penetrar no palácio cheio de oficiais e de *junkers* era necessário grande coragem. No labirinto de um edifício desconhecido, em sombrios corredores, diante de inumeráveis portas que dão não se sabe para onde e ameaçam, não se sabe com que, os temerários nada mais tinham a fazer do que se renderem. O número de prisioneiros cresce. Novos grupos penetram. Não é muito fácil compreender quem se rende ou quem está desarmado. O canhão troa sem parar.

Com exceção de um quarteirão imediatamente adjacente ao Palácio de Inverno a vida da rua não cessou até bem tarde na noite. Os meio endinheirados e instruídos da capital pouco se importavam que o governo estivesse sendo bombardeado. Redemeister observou, perto da ponte Troitsky, pedestres estacionados tranquilamente e os marinheiros impedindo-os de seguirem. “Nada de anormal havia para ver.” Redemeister encontrou, perto da Casa do Povo, alguns conhecidos que lhe disseram que Chaliapin estivera estado incomparável no Don Carlos. Os ministros continuavam a agitar-se na ratoeira.

Está bem claro, agora, que os sitiados estão fracos. Se aguentarmos ainda uma hora os reforços chegarão, quem sabe? Kishkin chamou por telefone, altas horas da noite, Khruchtchev, cadete também, secretário de estado do Ministério das Finanças, e pediu-lhe que comunicasse aos dirigentes do partido que o governo precisava pelo menos de um pequeno auxílio para aguentar até de manhã, até o momento em que Kerensky chegasse com as tropas. “Que partido é esse”, exclamava Kishkin indignado, “que não pode enviar pelo menos trezentos homens armados?” Realmente: Que partido era

aquele? Os cadetes que tinham conseguido em Petrogrado, nas eleições, dezenas de milhares de sufrágios não podiam, no momento em que um perigo de morte ameaçava o regime burguês, pôr em marcha três centenas de combatentes. Caso os ministros tivessem tido a ideia de procurar, na biblioteca do palácio, o materialista Hobbes, teriam lido, em seus diálogos sobre a guerra civil, que não se deve esperar nem procurar coragem nos comerciantes enriquecidos, que “nada veem além de seus interesses imediatos.., e que perdem inteiramente a cabeça à simples ideia de que podem ser espoliados”. É duvidoso, porém que, na biblioteca do czar, pudessem encontrar Hobbes. Além disso, os ministros não estavam preocupados com filosofia ou história. O chamado telefônico de Kishkin foi o último que deu o Palácio de Inverno.

Smolny exigia categoricamente, um desenlace. Não é possível prolongar o sítio até de manhã, manter a cidade em tensão, enervar o Congresso, colocar todos os sucessos sob um ponto de interrogação. Lenine envia notas irritadas. Do Comitê Militar Revolucionário as chamadas telefônicas se sucedem. Podvoisky reclama e repreende. Pode-se enviar as massas para o assalto, voluntários não faltam. Mas, quantas vítimas tombarão? Que acontecerá, aos ministros e aos *junkers*? Entretanto, a necessidade de levar o caso até o fim era imperiosa. Só resta entregar a situação aos canhões da marinha. Da fortaleza de Pedro e Paulo um marinheiro trás ao *Aurora* um pedaço de papel: abrir fogo imediatamente sobre o palácio. Agora, parece, tudo está claro! Não serão os artilheiros do *Aurora* que entravarão a ação. Os dirigentes não têm ainda bastante resolução. Fazem nova tentativa para esquivar-se. “Decidimos esperar ainda um quarto de hora”, escreve Flerovsky, “sentindo, por instinto, a possibilidade de uma mudança na situação.” Por instinto, é necessário compreender que se esperava ver o caso terminar com simples meios demonstrativos. E dessa vez o “instinto” não enganou: ao cabo de um quarto de hora um emissário chegou diretamente do Palácio de Inverno: o palácio foi tomado!

O palácio não se rendeu, foi tomado de assalto, mas no momento em que a força de resistência dos sitiados esgotara-se definitivamente. No corredor introduziram-se, não mais pela entrada secreta, porém, pelo pátio obstruído, uma centena de inimigos que a guarda desmoralizada pensou tratar-se de uma deputação da Duma. Teve-se, entretanto, o tempo de desarmá-los. Em grande desordem um grupo de *junkers* abandonou o lo-

cal. Outros, em parte ao menos, continuaram dando guarda. Mas a separação de baionetas e de tiros, entre sitiantes e sitiados, foi definitivamente rompida.

Parte do palácio, a que dava para o Ermitage, estava cheia de inimigos. Os *junkers* tentam tomá-la pelos fundos. Nos corredores dão-se encontros e conflitos fantásticos. Todos estão armados: nos punhos, revólveres; na cinta, granadas. Ninguém atira, ninguém percute as granadas, porquanto todos fazem tal confusão que não conseguem distinguir uns de outros. Que importa! A sorte do Palácio de Inverno está decidida.

Os operários, os marinheiros, os soldados empurram de fora, em linhas, em grupos, tiram os *junkers* das barricadas, introduzem-se no pátio, esbarram nas escadas com os *junkers*, comprimem-nos, dereubam-nos expulsam-nos enfim. Da retaguarda surge premente um novo fluxo. A praça inunda, o pátio inunda o palácio e lançam-se pelas escadarias e pelos corredores. Nos assoalhos sujos, cobertos de colchões e de pedaços de pão, homens estão deitados tendo ao lado deles fuzis e granadas. Os vencedores tomam conhecimento de que Kerensky não se encontra no palácio, e à alegria ruidosa mistura-se a tristeza da decepção. Antonov e Chudnovsky estão no palácio. Onde está o governo? Eis a porta diante da qual os *junkers* se postaram numa derradeira atitude de resistência. O chefe do posto de guardas precipita-se na sala dos ministros a fim de perguntar se ordenam a defesa até o fim. Não, não, os ministros não ordenam. De qualquer maneira o palácio foi ocupado. Nada de sangue. É preciso ceder à força. Os ministros querem render-se de um modo digno e sentam-se em torno da mesa para dar ares de sessão. O comandante da defesa já tivera tempo de render o palácio, pedindo, nas cláusulas, garantias para a vida dos *junkers*, contra a qual ninguém desejava atentar. A respeito da sorte do governo, Antonov negou entabular conversações.

Os *junkers* são desarmados diante das últimas portas guardadas. Os vencedores invadem a sala dos ministros. “À frente da multidão, tentando conter as filas que se comprimiam contra ele, um homem de aparência miserável; vestes em desordem, chapéu de abas largas caídas de lado. No nariz, um *pince-nez* que não se sustentava. Mas os olhos pequeninos brilhavam do triunfo da vitória e de ódio pelos vencidos.” Foi nesses termos poucos gentis que os vencidos descreveram Antonov. Não é difícil acredi-

tar que suas roupas e seu chapéu estivessem em desordem: basta lembrar como andou durante a noite nos charcos da fortaleza de Pedro e Paulo, indubitavelmente lia-se o triunfo nos seus olhos, mas é duvidoso que tivesse demonstrado ódio em relação aos vencidos. “Declaro-vos, membros do Governo Provisório, que estais presos”, proclamou Antonov, “em nome do Comitê Militar Revolucionário.” O relógio marcava 2h 10min da madrugada de 26 de outubro. “Os membros do Governo Provisório submetem-se ao ato de violência e se rendem para evitar derramamento de sangue”, responde Konovalov. O rito inevitável foi escrupulosamente observado.

Antonov chamou vinte e cinco homens armados, eleitos pelos primeiros destacamentos que tinham invadido o palácio e os encarregou da guarda dos ministros. Os detidos, após a redação de um processo verbal foram conduzidos para fora, para a praça. Entre a multidão que conta com vítimas, mortos ou feridos, arrebenta um verdadeiro ódio contra os vencidos. “Fuzilai-os! Morte!” Alguns soldados tentam bater nos ministros. Os guardas-vermelhos dissuadem os homens enfurecidos: não empanemos a vitória proletária! Os operários armados cercam os prisioneiros e as escoltas, rigorosamente. “Avante, marchar!” Não é preciso ir muito longe: passar, apenas, a rua Milliony e a ponte Troïtsky. A excitação da multidão, porém, torna o pequeno itinerário muito longo e cheio de perigo. O ministro Nikitin, não sem razão, escreveu mais tarde que, se não fosse a intervenção enérgica de Antonov, as consequências teriam podido ser “bastante penosas”. Para cúmulo da infelicidade o cortejo sofreu ainda, na ponte, uma fuzilaria: os presos e a escolta tiveram que se deitar de bruços na rua. Não houve, também, vítimas: atiravam para o ar, para intimidar.

Na fortaleza, no local apertado do clube da guarnição, iluminado por uma fétida lâmpada de petróleo – a eletricidade naquele dia se recusava a prestar serviço – amontoaram-se dezenas de homens. Antonov inicia, na presença do comissário da fortaleza, a chamada dos ministros. São em número de 18, contando os subsecretários de Estado. As últimas formalidades são cumpridas, os prisioneiros conduzidos para as células do histórico bastião Trubetskoy. Da defesa, ninguém foi preso: os oficiais e os *junkers* foram liberados sob palavra de não agirem contra o poder soviético. Pouco numerosos, entre eles, foram os que mantiveram a promessa.

Logo depois da tomada do Palácio de Inverno, espalharam-se rumores nos círculos burgueses a respeito da execução de *junkers*, de estupro das mulheres combatentes do batalhão de choque, das pilhagens das riquezas do palácio. Todas essas invenções estavam desmentidas quando Miliukov escreveu em sua *História*: “As mulheres do batalhão de choque que não morreram sob as balas foram aprisionadas pelos bolcheviques e sofreram, naquela tarde e durante a noite, os terríveis ultrajes dos soldados, o estupro e as execuções.” Na verdade, não se deu qualquer execução, e segundo a situação dos dois lados, naquele período, seria impossível acontecer. Ainda mais inconcebíveis são as violências, principalmente no palácio, porquanto, ao lado de certos elementos fortuitos vindos da rua, introduziram-se, às centenas, operários revolucionários com os fuzis nas mãos.

Tentativas de pilhagens deram-se, é verdade, mas servem apenas para manifestar a disciplina dos vencedores. John Reed, que não deixou escapar um único episódio dramático da Revolução e que entrou no Palácio de Inverno nas pegadas quentes das primeiras linhas, conta como, em um subsolo, um grupo de soldados arrebatava a coronhadas as tampas das caixas e de lá, tiravam tapetes, roupas brancas, porcelanas, cristais. É possível que, sob a aparência de soldados, tenham agido verdadeiros ladrões que, durante a guerra, disfarçavam-se, sempre, com a túnica cinza do soldado e o gorro de pele. Assim que a pilhagem começou alguém gritou: “Camaradas, não toqueis em cousa alguma, é a propriedade do povo.” Diante de uma mesa, na saída, sentou-se um soldado com caneta e papel na mão; dois guardas-vermelhos, com revólveres nas mãos, ficaram ao lado dele. Quem quer que sáísse era revistado e qualquer objeto roubado era apreendido e anotado. Foi assim que se recuperaram estatuetas, garrafas de tinta, velas, punhais, pedaços de sabão, plumas de avestruz. Uma perquisição cuidadosa foi feita também, nos *junkers*, cujos bolsos estavam cheios de pequenos objetos roubados. Do lado dos soldados partiam, endereçados aos *junkeres*, invectivas e ameaças, mas tudo ficou por aí. Entrementes, organizou-se a guarda do palácio, tendo à frente o marinheiro Prikhodko. Colocaram-se sentinelas por toda parte. Os intrusos foram evacuados. Algumas horas mais tarde Chudnovsky foi nomeado comandante do palácio.

Mas onde ficou aquele povo, tendo à frente o clero, que marchava para libertar o palácio? É indispensável falar em tentativa tão he-

roica, cuja notícia fez bater, por instantes, os corações emocionados dos *junkers*. O centro das forças antibolchevistas estava na Duma Municipal. O prédio da Câmara, na Nevsky, em plena efervescência. Os partidos, as frações, as subfrações, os grupos, os elementos destacados ou simplesmente as personalidades influentes, discutiam, ali, a aventura criminosa dos bolcheviques. Aos ministros que perdiam tempo esperando no Palácio de Inverno comunicam, de tempos em tempos, por telefone, que, pela esmagadora reprovação de todos, a insurreição deveria inevitavelmente ser abafada. Horas foram empregadas para isolar, moralmente, os bolcheviques. Durante esse tempo a artilharia se manifestava. O ministro Prokopovich, preso pela manhã e logo depois posto em liberdade, lamenta-se, na Duma, por ter perdido a possibilidade de compartilhar da sorte de seus camaradas. Expressam-lhe os sentimentos de calorosa simpatia, mas tais manifestações exigem tempo.

Do acúmulo de ideias e de discursos surge, enfim, sob uma tempestade de aplausos de toda a sala, um plano prático: a Duma deve dirigir-se, completa, ao Palácio de Inverno para lá morrer, se necessário, em companhia do Governo Provisório. Os socialistas revolucionários, os mencheviques e os cooperadores estão igualmente dispostos a salvar os ministros ou a morrer com eles. Os cadetes, em geral pouco inclinados a empreendimentos arriscados, dessa vez também têm a intenção de se sacrificar com os outros. Provinciais que, por acaso, se encontravam na sala, jornalistas da Duma, algumas pessoas do público pedem, com palavras mais ou menos eloquentes, autorização para compartilhar do destino da Duma. Autorizam.

A fração bolchevique tenta dar um conselho prosaico: em vez de errar pelas trevas da noite à procura da morte, valeria a pena persuadir, por telefone, os ministros para que se rendessem sem derramamento de sangue. Os democratas ficam indignados: os agentes da insurreição querem arrancar deles não apenas o poder, mas também o direito de morrerem heroicamente! Ao mesmo tempo os conselheiros municipais decidem, no interesse da história, proceder ao escrutínio chamando pelos nomes. Afinal de contas, nunca é muito tarde para morrer, sobretudo de morte gloriosa. Sessenta e dois conselheiros da Duma confirmam: sim, vão realmente, dando os próprios nomes, morrer sob as ruínas do Palácio de Inverno. A

isso os catorze bolcheviques retrucam que é melhor vencer com o Smolny do que morrer com o Palácio de Inverno e no mesmo instante se dirigem para a sessão do Congresso dos Sovietes. Apenas três mencheviques internacionalistas decidem permanecer na Duma: não sabem para onde ir nem sabem por quem morrer.

Os conselheiros da Duma estavam prontos para marchar ao encontro da última prova quando um chamado telefônico anunciou que o comitê-executivo dos deputados camponeses, completo, viria unir-se a eles. Aplausos intermináveis. Agora o quadro está completo e claro: os representantes do campesinato, que conta com cem milhões de homens, juntamente com os representantes das classes das populações urbanas, estão dispostos a se deixarem matar sob os golpes de um insignificante punhado de fautores de violências. Os discursos não faltam, como não faltam os aplausos.

Assim que os deputados camponeses chegaram a coluna pôs-se em marcha pela Avenida Nevsky. À frente estavam o prefeito da cidade, Schreider, o ministro Prokopovich. No cortejo, John Reed viu o socialista revolucionário Avksentiev, presidente do comitê-executivo camponês, e os líderes mencheviques Khinchuk e Abramovich, dos quais um era considerado da direita e o outro da esquerda. Prokopovitch e Schreider levavam, cada um, uma lanterna: ficara assim convencionado com os ministros a fim de que os *junkers* não tomassem os amigos como inimigos. Prokopovich, além disso, levava um guarda-chuva, como muitos outros. O clero estava ausente. O clero foi imaginado segundo vagos fragmentos da História Nacional fabricada pela indigente fantasia dos *junkers*. Também não havia povo. A ausência do povo caracterizava todo o empreendimento: trezentos ou quatrocentos delegados e nem um sequer dos que eles representavam. “Era uma noite sombria – conta em lembranças o socialista revolucionário Zenzinov – e as lâmpadas da Nevsky não estavam acesas. Caminhávamos em ordem, como um cortejo e ouvia-se apenas nosso canto da *Marselhesa*. Ao longe, os sons do canhão: eram os bolcheviques que prosseguiam atirando no Palácio de Inverno.”

Diante do canal Catarina, atravessando a Nevsky, se estendia a linha dos marinheiros armados, impedindo a passagem à coluna da democracia. “Avançaremos – declararam os que se condenaram a si mesmos

– que podeis fazer de nós?” Os marinheiros responderam sem rodeios que empregariam a força: “Voltai para casa e deixai-nos em paz!” Um dos membros do cortejo propôs cair como vítimas ali mesmo. Mas na decisão tomada através de escrutínio, na Duma, não estava prevista essa variante. O ministro Prokopovitch subiu não se sabe sobre que pedestal e “agitando o guarda-chuva” – chove frequentemente em Petrogrado durante o outono – dirigiu-se aos manifestantes, convidando-os a não induzir em tentação aqueles homens pouco instruídos e enganados que seriam, realmente, capazes de usarem as armas. “Voltemos para a Duma e examinaremos os meios de salvar o país e a Revolução.”

O convite era sensato. A bem dizer, o projeto inicial permanecia, assim, sem ser executado. Mas, que fazer com esses brutos armados que não permitem que os líderes da democracia morram heroicamente. “Ficamos no lugar, gelamos, decidimos voltar”, escreve, melancolicamente, Stankevich, também um dos membros do cortejo. Agora, porém, sem *Marselhesa*, em silêncio concentrado, o cortejo voltou pela Nevsky para a Duma Municipal. Lá deveriam encontrar, afinal, os meios de salvar o país e a Revolução.

Ao se apoderar do Palácio de Inverno, o Comitê Militar Revolucionário ficou, inteiramente, senhor da capital. Assim como as unhas e os cabelos de um morto continuam a crescer, manifestações de vida a favor do governo deposto fizeram-se sentir na imprensa oficial. O *Vestnik Vremennovo Pravitelstva* (*Mensageiro do Governo Provisório*) que no dia 24 anunciava a aposentadoria dos conselheiros secretos, com o direito de usar uniforme e a pensão, calou-se, súbito, no dia 25, e ninguém percebeu. Em compensação, no dia 26, reapareceu como se nada tivesse acontecido. Na primeira página dizia: “Devido à pane na eletricidade o número do dia 25 não circulou.” Quanto ao resto, excetuando a corrente interrompida, a vida do Estado corria do mesmo jeito e o *Mensageiro do Governo* – o qual já estava encerrado no bastião Troubetskoy – anunciava a nomeação de uma dezena de senadores novos. Na rubrica das informações administrativas, uma circular do ministro do Interior, Nikitin, recomendava aos comissários provinciais “que não se deixassem influenciar pelas falsas notícias dos acontecimentos em Petrogrado, onde tudo permanecia tranquilo”. O ministro não estava assim tão enganado: os dias da insurreição passaram-se

em relativa calma se não levarmos em conta o canhoneio, que não passou, aliás, de efeito acústico. Portanto, o historiador não se equivoca tanto assim quando diz que, durante o dia 25 de outubro, não apenas a corrente elétrica foi cortada na imprensa governamental como também se abriu uma página importante na história da humanidade.

.....

Capítulo IX

A INSURREIÇÃO DE OUTUBRO

AS ANALOGIAS TOMADAS à história natural, e aplicadas à Revolução, impõem-se de tal forma que algumas se tornaram metáforas comuns: “erupção vulcânica”, “parto de uma nova sociedade”, “ponto de ebulição”. Sob o aspecto de simples imagem dissimulam-se aqui as leis intuitivamente tomadas da dialética, isto é, da lógica do desenvolvimento.

Aquilo que a Revolução, no seu todo, é relativamente a evolução, a insurreição armada também é, relativamente à Revolução mesma: o ponto crítico em que uma quantidade acumulada se transforma, pela explosão, em qualidade. A própria insurreição não é, porém, um ato homogêneo e indivisível: existem nela pontos críticos, crises, *élans* interiores.

Sumamente importante, do ponto de vista político e teórico, é aquele curto período que precede imediatamente o “ponto de ebulição”, isto é, a véspera da insurreição. Ensina-se, em física, que, se um aquecimento regular para subitamente, o líquido, durante certo tempo, conserva uma temperatura invariável e entra em ebulição depois de absorver uma quantidade complementar de calor. A linguagem corrente vem em nosso auxílio quando define o estado de falsa tranquilidade e de recolhimento antes da explosão denominando-o de “calmaria antes da tempestade”.

Logo que a maioria dos operários e dos soldados de Petrogrado passou, insofismavelmente, para o lado dos bolcheviques, a temperatura de ebulição parecia ter sido atingida. Foi exatamente nesse momento que Lenine proclamou a necessidade de uma insurreição imediata. O que é surpreendente é que faltava algo para a insurreição. Os operários e, sobretudo, os soldados, deveriam ainda absorver certa quantidade de energia revolucionária.

Nas massas não existe contradição entre a palavra e o ato. Para passar, todavia, da palavra ao ato, mesmo em se tratando de uma simples greve – quanto mais de uma insurreição – há, inevitavelmente, atritos íntimos e reagrupamentos moleculares: uns vão na dianteira, outros devem remanchar atrás. Em seus primeiros passos, a guerra civil, geralmente, caracteriza-se pela excessiva falta de resolução. Os dois campos se atolam no mesmo solo nacional, não conseguem escapar à própria periferia, com suas camadas intermediárias e suas disposições conciliadoras.

Aquela calma que precede a tempestade, sentida nas massas, era o indício de grandes apuros na camada dirigente. Os órgãos e as instituições que se formaram no período relativamente tranquilo dos preparativos – a Revolução tem períodos peculiares de repouso tal como a guerra tem dias de calma – revelam-se, mesmo nos partidos mais experimentados, inadequados, ou não totalmente adequados, aos problemas da insurreição: certo deslocamento, certos retoques tornam-se inevitáveis no momento mais crítico. Os delegados do Soviete de Petrogrado, que tinham votado pelo poder aos Sovietes, estavam longe de se terem, todos, compenetrado como deviam da ideia de que uma insurreição armada se transformara na tarefa daquele mesmo dia. Era preciso, sem abalos muito fortes, fazê-los passar para o outro caminho a fim de transformar os Sovietes em aparelho de insurreição. E no estado de amadurecimento da crise não havia necessidade de meses nem mesmo de muitas semanas. Nos últimos dias, porém, precisamente o mais perigoso era cair em cima de si mesmo, dar a ordem para o salto decisivo quando o Soviete ainda não estivesse em condições de fazê-lo, provocar perturbação nas fileiras, separar o Partido do Soviete mesmo que fosse por vinte e quatro horas.

Lenine repetira inúmeras vezes que as massas estão sempre muito mais à esquerda do que o Partido assim como o Partido fica mais à

esquerda do que o Comitê Central. Relativamente à resolução tomada em conjunto era absolutamente justa. Acontece porém que, mesmo nessas relações recíprocas, existem oscilações íntimas profundas. Em abril, em junho, principalmente no início de julho, os operários e os soldados impacientemente empurravam o Partido para o caminho das ações decisivas. Depois do esmagamento de julho as massas tornaram-se mais prudentes. Como anteriormente – e mais do que antes – desejavam elas a insurreição. Mas depois de se terem queimado temiam novo insucesso. No decorrer dos meses de julho, agosto e setembro o Partido, de um dia para o outro, passou a deter os operários e os soldados que os kornilovianos, contrariamente, provocavam de todos os modos para que descessem às ruas. As experiências políticas dos últimos meses desenvolveram, fortemente, os centros moderadores, não apenas no meio dos dirigentes como também dos dirigidos. Os constantes sucessos da agitação entretinham, por outro lado, a inércia das pessoas dispostas à expectativa. Para as massas não bastava mais uma nova orientação política: tinham necessidade de se refazerem psicologicamente. Quanto mais os dirigentes do Partido revolucionário comandam os acontecimentos tanto mais a insurreição engloba as massas.

O difícil problema da passagem da política preparatória para a técnica da insurreição apresentava-se em todo o país, sob formas diferentes, mas quase sempre da mesma maneira. Conta Muralov que, na organização militar moscovita dos bolcheviques, a opinião foi unânime quanto à necessidade de tomar o poder; todavia quando se tratou de saber concretamente de que maneira tomar o poder, não encontraram solução. O último elo faltava ainda.

Nos dias em que Petrogrado esteve ameaçada de evacuação da guarnição, Moscou vivia numa atmosfera de incessantes conflitos de greves. Por iniciativa dos comitês de fábricas a fração bolchevista do Soviete apresentou um plano: resolver os conflitos econômicos por meio de decretos. As iniciativas prévias tomaram muito tempo. Somente no dia 23 de outubro os órgãos do Soviete de Moscou adotaram o “decreto revolucionário nº I”: os operários e os empregados das fábricas e das usinas só podem ser, daqui por diante, contratados ou despedidos com o consentimento dos comitês de usinas. Significava isso que se começava a agir como poder de Estado. A resistência inevitável do governo deveria, de acordo com o

espírito dos conciliadores, agrupar ainda mais estreitamente as massas em volta do Soviete e conduzir a um conflito aberto. Tal intenção não pode ser posta à prova dado que a insurreição de Petrogrado ofereceu, tanto a Moscou quanto ao resto do país, um motivo bem mais imperioso para sublevar-se: era necessário, imediatamente, apoiar o governo soviético que acabava de se formar.

O lado que assume a ofensiva quase sempre tem interesse em apresentar-se como estando na defensiva. Qualquer partido revolucionário tem interesse em manter uma cobertura legal. O congresso iminente dos soviets, de fato um congresso para a insurreição, era ao mesmo tempo, aos olhos das massas, como o detentor se não da soberania total de pelo menos metade dela. Tratava-se do levante de um dos elementos do duplo poder contra o outro. Apelando para o congresso como sendo a própria fonte do poder, o Comitê Militar Revolucionário acusava, antecipadamente, o governo de preparar um atentado contra os soviets. Essa acusação originava-se da própria situação. Na medida em que o governo não tinha a intenção de capitular sem combate, não poderia dispensar os preparativos para a defesa dele, governo. Daí decorria, porém, que ficou sujeito à acusação de ter conspirado contra o órgão supremo dos operários, dos soldados e dos camponeses. Na luta travada contra o Congresso dos Soviets, que deveria derrubar Kerensky, o governo punha a mão na fonte mesma do poder de onde saía Kerensky.

Seria erro grosseiro não ver nisso tudo senão sutilezas jurídicas indiferentes ao povo: ao contrário, era exatamente sob esse aspecto que os fatos essenciais se refletiam na consciência das massas. Tornava-se necessário utilizar, até o fim, o encaminhamento excepcionalmente vantajoso. Emprestando ao desejo dos soldados, aliás, muito natural, de não abandonar as casernas pelas trincheiras um profundo sentido político e mobilizando a guarnição para a defesa do Congresso dos Soviets, a direção revolucionária não ficava, de modo algum, com as mãos atadas no que tangia à data da insurreição. A escolha do dia e da hora ficava na dependência da marcha ulterior do conflito. E a liberdade de manobrar ficava do lado do mais forte.

“Primeiro vencer Kerensky, depois convocar o congresso”, repetia Lenine, temendo que a insurreição fosse substituída pelo jogo consti-

tucional. Evidentemente, Lenine não tivera ainda tempo para apreciar um novo fator que se introduzira na preparação do levante, mudando todo o caráter dele, isto é: o grave conflito entre a guarnição de Petrogrado e o governo. Se o Congresso dos Sovietes deve resolver a questão do poder; se o governo pretende dividir a guarnição para impedir que o Congresso se transforme em poder; se a guarnição, sem esperar pelo Congresso, recusa submeter-se ao governo – tudo isso significa, em resumo, que a insurreição começou, sem esperar pelo Congresso dos Sovietes, se bem que sob a cobertura dele. Seria errôneo, portanto, fazer uma distinção entre os preparativos da insurreição e os do Congresso dos Sovietes.

O melhor é compreender as particularidades da insurreição de Outubro comparando-a com a de Fevereiro. Recorrendo a tal comparação não se tem razão, como em outros casos, de admitir a identidade convencional de todas as espécies de condições; são idênticas, na realidade, pois, em ambos os casos, trata-se de Petrogrado: mesmo terreno de luta, mesmos agrupamentos sociais, mesmo proletariado, mesma guarnição. A vitória, em ambos os casos, se obtém pelo fato de que a maioria dos regimentos de reserva passa para o lado dos operários. Entretanto, no quadro desses traços gerais essenciais, que enorme diferença! Completando-se historicamente durante oito meses, os dois levantes de Petrogrado, pelos seus contrastes parecem ter sido realizados antecipadamente para auxiliar a compreensão da natureza de uma insurreição em geral.

Costuma-se dizer que a insurreição de Fevereiro foi um levante de forças elementares. No lugar indicado fizemos todas as reservas indispensáveis a tal definição. O que é exato, de qualquer maneira, é que, em Fevereiro, ninguém indicava, previamente, os caminhos da insurreição; ninguém, nas usinas e nas casernas, votava na questão da Revolução. Ninguém, dos cumes, chamava à insurreição. A irritação, que durante muitos anos se acumulara, rebentou, em grande parte de forma inesperada mesmo para as próprias massas.

Em outubro tudo aconteceu de maneira diversa. Durante oito meses as massas passaram por uma vida política intensa. Não apenas elas provocavam os acontecimentos como aprendiam a compreender a ligação entre eles; depois de cada ação avaliavam, criticamente, os resultados. O parlamentarismo soviético transformou-se no mecanismo cotidiano da

vida política do povo. Quando se resolviam pelo voto as questões de greve, as manifestações de rua, o envio de regimentos para o *front*, podiam as massas renunciar a resolver, por si mesmas, a questão da insurreição?

Dessa conquista incalculável e, em resumo, única da Revolução de Fevereiro provinham, todavia, novas dificuldades. Só era possível chamar as massas ao combate, em nome do Soviete, depois de ter colocado, categoricamente, a questão perante o Soviete, isto é, depois de ter feito do problema da insurreição o objeto de debates abertos e ainda com a participação de representantes do campo inimigo. A necessidade de criar um órgão soviético especial, tanto quanto possível encoberto, para dirigir a insurreição era mais do que evidente. Isso exigia caminhos democráticos, com todas as vantagens dele e também com todos os seus retardamentos. A decisão tomada a respeito do Comitê Militar Revolucionário, no dia 9 de outubro, só foi definitivamente posta em execução no dia 20. Entretanto, a principal dificuldade não estava nisso. Utilizar a maioria no Soviete e criar um comitê composto unicamente de bolcheviques seria provocar o descontentamento nos sem-partido, sem contar com os socialistas revolucionários de esquerda e certos grupos de anarquistas. Os bolcheviques do Comitê Militar Revolucionário submetiam-se à decisão do Partido, porém não sem resistência. Não era, entretanto, possível exigir qualquer disciplina dos sem-partido ou dos socialistas revolucionários de esquerda. Conseguir deles a decisão *a priori* para uma insurreição com dia fixo seria inconcebível, e até mesmo colocar perante eles tal questão seria por demais imprudente. Por intermédio do Comitê Militar Revolucionário podia-se apenas arrastar as massas à insurreição, provocando o agravamento da situação de um dia para outro, o que tornaria o conflito inelutável.

Não seria mais simples, nesse caso, apelar para a insurreição diretamente em nome do Partido? As sérias vantagens de tal maneira de agir são fora de dúvida. Talvez, porém, as desvantagens também fossem igualmente evidentes. Dentre os milhares de homens sobre os quais o Partido contava apoiar-se é preciso distinguir três camadas: uma que já seguia os bolcheviques em qualquer condição; outra, a mais numerosa, que apoiava os bolcheviques sempre que eles agissem de acordo com os soviets; a terceira que seguia os soviets apesar de neles os bolcheviques estarem em maioria.

As três camadas distinguiam-se não apenas pelo nível político como também pela composição social de cada uma. Atrás dos bolcheviques, na condição de partido, marchavam na primeira linha os operários industriais-proletários por hereditariedade de Petrogrado. Atrás dos bolcheviques, na medida em que eles tinham a garantia soviética legal, a maioria dos soldados. Atrás dos soviets, independentemente – ou apesar – do fato de ali se haver instaurado a forte pressão dos bolcheviques, marchavam as formações mais conservadoras da classe operária, os ex-mencheviques, os socialistas revolucionários que temiam separar-se do resto da massa; os elementos mais conservadores do exército, compreendendo os cossacos; os camponeses que se libertaram da direção do Partido Socialista Revolucionário e que estavam ligados ao flanco esquerdo daquele partido.

Seria um erro evidente identificar a força do Partido Bolchevista com a dos soviets que ele dirigia: a última força era infinitamente maior do que a primeira; entretanto, privada da primeira, a segunda ficaria imponente. Nada há de misterioso nisso. A relação entre o Partido e o Soviete procedia da inevitável incompatibilidade, em época revolucionária, da formidável influência política do bolchevismo e a insuficiência de seu cometimento como organização. Uma alavanca adaptada com exatidão permite à mão levantar um peso muito maior do que a sua força real. Entretanto, se não existir a mão, a alavanca não passa de uma vara inanimada.

Em fins de setembro, na Conferência regional de Moscou dos bolcheviques, um dos delegados demonstrou o seguinte: “Em Yegorevsk a influência dos bolcheviques é incontestada. A organização do Partido, todavia, em si mesma é fraca. Está em grande abandono; não existem as inscrições regulares nem cotizações de membros.” A desproporção entre a influência e a organização, não sendo em toda parte tão marcante, era, de qualquer modo, um fenômeno geral. As grandes massas conheciam as palavras de ordem bolchevistas e a organização soviética. Tais palavras de ordem e a organização fundiram-se, para elas, definitivamente, em fim de setembro e em outubro. O povo aguardava para saber o que, precisamente, os soviets indicariam, quando e como realizar o programa dos bolcheviques.

O próprio partido educava as massas metodicamente, dentro desse espírito. Quando, em Kiev, espalhou-se o rumor dos preparativos para a insurreição, o Comitê-Executivo bolchevista, apresentou, imedia-

tamente, um desmentido: “Manifestação alguma deve ser realizada sem o apelo dos sovietes... Não marchar sem o Soviete!” Desmentindo, a 18 de outubro, os rumores que corriam sobre uma insurreição com data fixada, dia 22, segundo diziam, Trotsky falou: “O Soviete é uma instituição eletiva e... não pode tomar resoluções que não sejam do conhecimento dos operários e dos soldados...” Fórmulas desse gênero, diariamente repetidas e confirmadas: na prática, implantavam-se solidamente.

Segundo o relato do subtenente Berzin, na Conferência militar dos bolcheviques, no mês de outubro em Moscou, delegados declararam: “É difícil dizer se as tropas marcharão chamadas pelo Comitê moscovita dos bolcheviques. Chamadas pelo Soviete é provável que marchem todas.” Ora, a guarnição de Moscou, desde setembro, votava à razão de 90% nos bolcheviques. Na Conferência do dia 16 de outubro, em Petrogrado, Boky, em nome do Comitê do Partido, relatava: no distrito de Moscou “marcharão a chamado do Soviete, mas não do Partido”; no quartelão Nevsky “todos marcharão atrás do Soviete”. Volodarsky resumiu, imediatamente, o estado de espírito de Petrogrado nos seguintes termos: “A impressão geral é que ninguém morre de desejo de precipitar-se nas ruas, mas que chamados pelos Sovietes, todos estarão presentes.” Olga Ravich acrescenta uma correção: “alguns declararam que atenderiam também ao apelo do Partido”. Na Conferência da guarnição de Petrogrado, dia 18, os delegados informaram que os seus regimentos esperavam, para marchar, o apelo do Soviete; ninguém falava no Partido, se bem que os bolcheviques estivessem à frente de muitos contingentes: só era possível manter a unidade nas casernas estabelecendo a ligação entre os simpatizantes, os hesitantes e os elementos meio hostis, através da disciplina do Soviete. O regimento de granadeiros declarou que só marcharia se recebesse ordem do Congresso dos Sovietes. O simples fato de agitadores e organizadores, na avaliação que faziam do estado de espírito das massas, estabelecerem sempre a diferença entre o Soviete e o Partido prova a grande importância que essa questão representava do ponto de vista do apelo à insurreição.

O motorista Mitrevich conta como numa equipe de caminhões, onde não se conseguia obter uma resolução a favor da insurreição, os bolcheviques fizeram com que se adotasse uma proposta de compromisso: “não marcharemos nem pelos bolcheviques nem pelos mencheviques, ime-

diatamente executaremos as ordens do II Congresso dos Sovietes”. Os bolcheviques da equipe de caminhões aplicavam, em escala pequena, a mesma tática de envolvimento à qual recorreu o Comitê Militar Revolucionário. Mitrevitch não procura demonstrar, narra apenas, daí ser seu testemunho mais convincente.

As tentativas para conduzir a insurreição diretamente por intermédio do Partido não davam resultado em parte alguma. Censervamos testemunho, do mais alto interesse, a respeito dos preparativos para o levante em Kinishma, ponto importante da indústria têxtil. Tão logo a insurreição, na região moscovita, foi colocada na ordem do dia, o Comitê do Partido em Kinishma elegeu, para recensear as forças militares e os meios destinados à preparação da insurreição armada, um triunvirato especial denominado – não se sabe bem por quê – Diretório. “É preciso que se diga”, escreve um dos membros do Diretório, “que os três eleitos, segundo parece, não fizeram grande coisa. Os acontecimentos seguiram caminho um pouco diferente... A greve regional absorveu-nos totalmente e, na hora dos acontecimentos decisivos, o centro de organização foi transferido para o Comitê de greve e para o Soviete...” Dentro das modestas dimensões de um movimento provinciano repetia-se a mesma coisa que em Petrogrado.

O Partido punha o Soviete em movimento. O Soviete punha os operários em movimento, assim como os soldados e, parcialmente, os camponeses. O que se ganhava entre a massa perdia-se em rapidez. Se representarmos tal aparelho de transmissão como um sistema de rodas dentadas – comparação usada por Lenine em outra ocasião e em outro período – pode-se dizer que uma tentativa impaciente de ajustar a roda do Partido diretamente com a roda da massa, importava no perigo de quebrar os dentes da roda do Partido e, por conseguinte, não movimentar as massas suficientemente.

Não menos real, todavia, era o perigo contrário, o de deixar escapar uma situação favorável devido aos atritos que se davam no interior do sistema soviético. Teoricamente falando, o momento mais vantajoso para uma insurreição se fixa num certo ponto do tempo. Não se trata, bem entendido, de surpreender, na prática, esse ponto ideal. A insurreição pode, com sucesso, desenvolver-se segundo uma curva ascendente, aproximando-se de um ideal culminante; mas, também, por uma curva descen-

dente, se a relação de forças não conseguiu ainda modificar-se radicalmente. Em lugar de “um momento” resulta um espaço de tempo que se pode medir em semanas e mesmo em alguns meses. Os bolcheviques poderiam ter tomado o poder em Petrogrado no início de julho. Nesse caso, porém, não o teriam conservado. A partir de meado de setembro podiam esperar que não apenas tomariam o poder como também o conservariam. Se os bolcheviques tivessem demorado em fazer a insurreição em fins de outubro, provavelmente teriam, mas não com toda a certeza, longe disso, durante algum tempo, a possibilidade de retomar o tempo perdido. Pode-se admitir, com reservas, que, durante três ou quatro meses, por exemplo, de setembro a dezembro, as premissas políticas de uma insurreição existiam: estavam maduras mas ainda não tinham caído. Nesses planos, mas fácil de estabelecer depois do que no momento da ação, o Partido tinha uma certa liberdade de escolha que engendraria inevitáveis e, por vezes, muito graves desentendimentos de caráter prático.

Lenine propunha que se desencadeasse a insurreição logo nos dias da Conferência democrática. Em fins de setembro julgava ele que qualquer adiamento era não apenas arriscado, mas sobretudo perigoso. “Esperar o Congresso dos Sovietes”, escrevia ele no início de outubro, “é um jogo perigoso, vergonhoso, é, através de formalidades, trair a Revolução.” É duvidoso, entretanto, que entre os dirigentes bolcheviques algum deles se guiasse por considerações puramente formais. Quando Zinoviev, por exemplo, reclamava uma conferência preparatória com a fração bolchevista do Congresso dos soviets, não procurava uma sanção formal, mas contava, sobretudo, com o apoio político dos delegados da província contra o Comitê Central. O fato é que a dependência do Partido em relação ao Soviete que, por sua vez, apelava para o Congresso dos Sovietes, trazia, para a questão da data do levante, um elemento de imprecisão que alarmava extremamente Lenine.

A questão de saber quando se lançaria o apelo está estreitamente ligada com a questão de saber quem o lançaria. Para Lenine as vantagens de um apelo em nome do Soviete eram demasiadamente claras; via ele, porém, antes de tudo, as dificuldades que surgiriam por esse caminho. Não podia deixar de temer, sobretudo a distância, que os elementos de interceptação fossem, entre os dirigentes do Soviete, ainda mais fortes do que os

do Comitê Central, cuja política ele já considerava como demasiadamente irresoluta. Sobre a questão de saber quem dos Sovietes ou do Partido começaria, Lenine tinha soluções alternadas, porém, na primeira semana, inclinava-se, resolutamente, para a iniciativa do Partido. Não havia nisso a menor sombra de oposição de princípios: tratava-se de abordar a questão da insurreição sobre uma única e mesma base, em circunstâncias idênticas, com um mesmo e único desígnio. Mas as maneiras de encarar a questão eram, de qualquer modo, diferentes.

A proposta apresentada por Lenine, cercar o Teatro Alexandra e deter a Conferência democrática, procedia da circunstância de que a insurreição seria encabeçada não pelo Soviete, mas pelo Partido, o qual apelaria, diretamente, para as usinas e as casernas. E não poderia ser de outra maneira. Seria inconcebível adotar semelhante plano através do Soviete. Lenine sabia perfeitamente que, mesmo nas cúpulas do Partido, esta concepção encontraria obstáculos; tanto assim que recomendou, antecipadamente, à fração bolchevista da Conferência, que não “corresse atrás de número”: caso, em cima, a atuação fosse ousada, o número seria garantido pela base. O plano audacioso de Lenine apresentava as vantagens incontestáveis da rapidez e da surpresa. Entretanto, deixava o Partido muito a descoberto, arriscando, dentro de certos limites, colocá-lo em oposição às massas. Mesmo o Soviete de Petrogrado, tomado de surpresa, poderia ao primeiro insucesso deixar escapar a maioria bolchevista ainda pouco estável.

A resolução do dia 10 de outubro propõe às organizações locais do Partido que resolvam praticamente todas as questões do ponto de vista da insurreição: quanto aos Sovietes, na qualidade de órgãos do levante, não se tratou deles na resolução do Comitê-Central. Na Conferência do dia 18 Lenine dizia: “Os fatos provam que preponderamos sobre o inimigo. Por que o Comitê Central não pode começar?” Nos lábios de Lenine essa pergunta não comportava um caráter retórico; queria dizer: por que perder tempo conformando-se com a transmissão complicada do Soviete se o Comitê Central pode dar o sinal imediatamente? Entretanto, a resolução proposta por Lenine terminava, dessa vez, pela manifestação “da certeza de que o Comitê Central e o Soviete indicariam, no devido tempo, o momento favorável e os meios racionais da ação”. A menção do Soviete ao lado do Partido, assim como a fórmula mais flexível a respeito da data do

levante, eram o resultado da resistência das massas que Lenine sentira por intermédio dos dirigentes do Partido.

No dia seguinte, em polêmica com Zinoviev e Kamenev, Lenine resumia os debates da véspera: “Todos estão de acordo nesse ponto: ao chamado dos Sovietes e para a defesa deles os operários marcharão como um só homem.” Isso significava: se todos não concordam em dizer, com ele Lenine, que é possível lançar o apelo em nome do Partido, todos concordam que o apelo pode ser lançado em nome dos soviets.

“Quem deve tomar o poder?”, escreve Lenine na noite do dia 24. No momento isso não tem muita importância: que seja tomado pelo Comitê Militar Revolucionário ou por “uma outra instituição”, “a qual deverá declarar que restituirá o poder somente aos verdadeiros representantes dos interesses do povo...” Uma “outra instituição”, palavras colocadas entre enigmáticas aspas, quer dizer, em linguagem conspirativa, o Comitê Central dos bolcheviques, Lenine renova aqui sua proposta de setembro: agir diretamente em nome do Comitê Central, no caso em que a legalidade soviética impedisse o Comitê Militar Revolucionário colocar o Congresso diante do fato consumado da insurreição.

Se bem que toda essa luta em torno dos prazos e dos métodos da insurreição tivesse durado semanas, aqueles que dela participaram não fizeram uma ideia precisa da sua significação e da sua importância. “Lenine propunha a tomada do poder pelos soviets, o de Leningrado ou o de Moscou, e não por trás das costas dos soviets, escreveu Stalin em 1924. Por que razão Trotsky teve necessidade de uma lenda tão estranha sobre Lenine?” E ainda: “O Partido conhecia Lenine como o maior marxista de nosso tempo... alheio a qualquer sombra de blanquismo.” Enquanto que Trotsky representava “não o gigante Lenine, mas uma espécie de anão blanquista...” Não apenas blanquista, mas também anão! Em verdade, a questão de saber em nome de quem se faria a insurreição e em mãos de qual instituição seria entregue o poder, nada disso é antecipadamente decidido por qualquer doutrina. Diante das condições gerais de uma insurreição, o levante se apresenta como problema de arte prática que pode ser resolvido de diversas maneiras. Nesse ponto, as divergências no Comitê Central eram análogas às controvérsias dos oficiais do estado-maior, educados dentro de uma única e mesma doutrina militar e sustentando julgamentos idênticos quanto

ao conjunto da situação estratégica, mas apresentando, para a solução do problema mais próximo, diversas variantes, na verdade excepcionalmente importantes, mas de qualquer maneira parciais. Misturar com isso questões de marxismo e de blanquismo é provar que não se compreende nem um nem outro.

O professor Pokrovsky nega a própria significação do dilema: o Soviete ou o Partido? Os soldados não são de modo algum formalistas, diz ele com ironia, não tinham necessidade do Congresso dos sovietes para derrubar Kerensky. Por mais espirituosa que seja essa maneira de colocar a questão deixa um ponto sem elucidar: por que, então, criar sovietes se o Partido é suficiente? “É curioso”, continua o professor, “que de tanto esforço para fazer tudo mais ou menos legalmente, nada resultou legalmente, do ponto de vista soviético – e o poder, no último momento, foi tomado não pelo Soviete, mas por uma organização declaradamente ‘ilegal’, constituída *ad hoc*.” Pokrovsky alega que Trotsky foi forçado “em nome do Comitê Militar Revolucionário” e não em nome do soviete, a declarar o governo de Kerensky inexistente. Argumento totalmente inesperado! O Comitê Militar Revolucionário era um órgão eletivo do Soviete. O papel dirigente do Comitê, na insurreição, não infringia, em qualquer sentido, a legalidade soviética ironizada pelo professor, legalidade que as massas consideravam com muito zelo. O Conselho dos Comissários do Povo foi também constituído *ad hoc*, o que não o impediu de ser, e de permanecer, órgão do poder soviético, nele estando incluído o próprio Pokrovsky, no cargo de adjunto ao comissário da Instrução Pública.

A insurreição pôde manter-se no terreno da legalidade soviética e mesmo, em grande parte, nos quadros das tradições da dualidade de poderes, sobretudo graças ao fato de que a guarnição de Petrogrado já havia, quase que completamente, ficado subordinada ao Soviete antes mesmo do levante. Em inúmeras lembranças em artigos comemorativos de aniversário, nos primeiros ensaios históricos, esse fato, confirmado por inúmeros documentos, era considerado incontestável. “O conflito em Petrogrado se desenvolve baseado na questão do destino da guarnição”, diz uma primeira brochura sobre Outubro, escrita pelo autor do presente livro nos momentos de lazer entre as sessões das conferências de Brest-Litovsky, baseada em recordações muito recentes, brochura que o Partido, durante muitos anos,

apresentou como um manual de história. “A questão essencial em torno da qual se edificou e se organizou todo o movimento de Outubro”, declara ainda mais claramente Sadvovsky, um dos mais imediatos organizadores da insurreição, “era a de deslocar os regimentos da guarnição de Petrogrado para o *front* norte...” Nem um dos dirigentes imediatos da insurreição, que participavam na entrevista coletiva cujo objetivo direto era reconstituir a marcha dos acontecimentos, teve a menor ideia de objetar ou corrigir. Foi somente depois de 1924 que descobriram, de repente, que Trotsky superestimava a importância da guarnição camponesa em detrimento dos operários de Petrogrado: descoberta científica que completava da melhor maneira possível a acusação de ter subestimado a classe camponesa.

Dezenas de jovens historiadores, tendo à frente o professor Pokrovsky, explicaram-nos nos últimos anos a importância do proletariado em uma Revolução proletária, ficaram indignados por verem que não falávamos dos operários no mesmo plano em que falávamos dos soldados e nos convenceram que analisamos a marcha real dos acontecimentos em vez de repetir lições de colegiais. Os resultados de tais críticas estão brevemente consignadas por Pokrovsky nas conclusões seguintes: “Se bem que Trotsky saiba, perfeitamente, que a ação armada tinha sido decidida pelo Partido..., se bem que, evidentemente, qualquer pretexto que se encontrasse para agir tinha que ser de importância secundária, entretanto, no centro do quadro, encontra-se, para ele, a guarnição de Petrogrado... como se, na falta dela, não se pudesse sequer pensar em insurreição”. Para o nosso historiador o que importa apenas é a “decisão do Partido” a respeito da insurreição: de que maneira, porém, o levante realmente se produziu, é “uma questão secundária”: achar-se-ia sempre um pretexto. Pokrovsky chama pretexto os meios de conquistar as tropas, isto é, de resolver precisamente a questão na qual se resume o destino de qualquer insurreição. A Revolução proletária ter-se-ia dado, sem dúvida alguma, mesmo sem conflito a respeito da evacuação da guarnição: aqui o professor tem razão. Seria, todavia, uma outra insurreição e exigiria uma exposição histórica diferente. Ora, o que temos em vista são os acontecimentos como realmente se produziram.

Um dos organizadores, mais tarde historiador da Guarda Vermelha, Malakhovsky, por seu lado insiste também no ponto de vista de terem sido precisamente os operários armados, que se diferenciavam da

guarnição meio passiva, os que mostraram iniciativa, audácia e resistência durante o levante. “Os destacamentos da Guarda Vermelha”, escreve ele, “ocuparam, durante a insurreição de Outubro, as instruções governamentais, os correios e telégrafos, como também foram eles que estiveram na frente do combate...” etc. Tudo isso é indiscutível. Mas não é difícil compreender que se os guardas-vermelhos puderam simplesmente “ocupar” as instituições foi apenas porque a guarnição estava de acordo com eles, sustentando-os ou pelo menos não se opondo a eles. Foi o que decidiu a sorte da insurreição.

Quando se chega ao ponto de perguntar, apenas quem era mais importante para a insurreição, os soldados ou os operários – é que se está em nível teórico tão lamentável que não sobra quase lugar para uma discussão. A Revolução de Outubro foi a luta do proletariado contra a burguesia pelo poder. Foi, todavia, o mujique quem decidiu, afinal de contas, o resultado da luta. Esse esquema geral, espalhado por todo o país, encontrou em Petrogrado sua expressão mais perfeita. O que deu, na capital, à insurreição o caráter de um golpe desferido rapidamente e com um mínimo de vítimas, foi a combinação do complô revolucionário da insurreição proletária com a luta da guarnição camponesa para a sua própria salvaguarda. O partido dirigia a insurreição: a principal força motriz era o proletariado; os destacamentos operários armados representavam o punho fechado para o choque; mas o resultado da luta deveria ser decidido pela guarnição camponesa, difícil de sublevar.

É justamente nessa questão que o paralelo entre as insurreições de Fevereiro e de Outubro nos parece particularmente insubstituível. Nas vésperas da derrubada da Monarquia a guarnição representava, para ambas as partes, uma grande incógnita. Os próprios soldados não sabiam ainda como reagiriam diante do levante dos operários. Foi apenas a greve geral que pôde determinar o terreno necessário ao encontro de massas entre operários e soldados, que permitiu a verificação dos soldados em ação e a passagem dos soldados para as fileiras operárias. Tal foi o conteúdo dramático dos cinco dias de Fevereiro.

Nas vésperas da derrubada do Governo Provisório a esmagadora maioria da guarnição estava abertamente do lado dos operários. Em lugar algum do país o governo sentia-se tão isolado como naquele onde residia:

não era sem motivo que procurava fugir dele. Em vão: a capital hostil não o deixava partir. Tentando, sem sucesso, expulsar os regimentos revolucionários o governo encontrou, definitivamente, a sua perda.

Explicar a política passiva de Kerensky em face da insurreição somente pela qualidade pessoal dele é escorregar na superfície. Kerensky não estava só. No governo participavam homens como Paltchisky a quem não faltava energia. Os líderes do Comitê Executivo sabiam, muito bem, que a vitória dos bolcheviques marcaria a data de seus falecimentos políticos. Todos, todavia, separadamente ou em conjunto, ficaram paralisados, permaneceram, justamente como Kerensky, numa espécie de torpor, sentindo-se mesmo incapazes de levantar o braço para tentar salvar-se politicamente.

A confraternização dos operários e dos soldados não se originou em Outubro, de um conflito aberto de ruas conforme aconteceu em Fevereiro; ao contrário, precedeu a insurreição. Se, dessa vez, os bolcheviques não apelaram para a greve geral não foi por se acharem impedidos, mas porque não viam a necessidade. O Comitê Militar Revolucionário, antes mesmo da insurreição, sentia-se dono da situação; ele conhecia cada contingente da guarnição, seu estado de espírito, os agrupamentos internos; o Comitê recebia relatórios, diariamente, não falsificados, mas que exprimiam a verdade ao que se passava; podia, no momento que quisesse, enviar um comissário plenipotenciário, um motociclista, levando uma ordem, podia chamar por telefone o Comitê de um efetivo, ou mesmo enviar uma ordem de serviço a uma companhia. O Comitê Militar Revolucionário representava, para as tropas, um estado-maior governamental e não um estado-maior de conspiradores. É verdade, os postos de comando do Estado permaneciam em mãos do governo. As bases materiais dele, entretanto, lhes tinham sido arrancadas. Os ministros e os estados-maiores erguiam-se no vazio. Os telefones e os telégrafos continuavam a servir o governo assim como o Banco do Estado. O governo, porém já não contava mais com as forças militares indispensáveis para guardar, em suas mãos, tais instituições. O Palácio de Inverno e o Smolny pareciam ter trocado seus lugares. O Comitê Militar Revolucionário colocava o governo fantasma numa tal situação que ele nada poderia fazer sem que previamente tivesse que de-

monstrar a guarnição. Ora, quaisquer tentativas de Kerensky para ferir as tropas só fariam acelerar o desenlace.

O problema da insurreição, porém, permanecia ainda sem solução. A mola e todo o mecanismo do relógio estavam nas mãos do Comitê Militar Revolucionário. Faltavam, porém o mostrador e os ponteiros. Faltando esses detalhes, relógio algum pode ser útil. Não dispondo nem de telefone nem de telégrafo, nem de banco nem de estado-maior, o Comitê Militar Revolucionário não poderia governar. Dispunha, sim. De quase todas as premissas reais e de elementos do poder, mas não dispunha do próprio poder.

Em Fevereiro os operários pensaram em quebrar as resistências do Exército, mas não em tomar o Banco e o Palácio de Inverno. Lutaram para conseguir atrair a alma do soldado, mas não para conquistar postos de comando. Tão logo a vitória, naquele terreno, foi conseguida, todos os demais problemas resolveram-se por si mesmos: ao abandonarem-na os batalhões da guarda, a monarquia não tentou sequer defender os palácios nem os estados-maiores que lhe pertenciam.

Em Outubro, o governo de Kerensky, depois de ter deixado escapar para sempre a alma do soldado, agarrava-se ainda ao comando. Entre as mãos dele, os estados-maiores, os bancos, os telefones, constituíam apenas a fachada do poder. Ao passarem para as mãos dos soviets, tais estabelecimentos assegurariam a posse integral do poder. Assim era a situação às vésperas da insurreição: ela determinava as modalidades da ação nas últimas vinte e quatro horas.

Quase não houve manifestações, combates de rua, barricadas, tudo quanto se entende geralmente por insurreição; a Revolução não tinha necessidade de resolver um problema que já estava resolvido. A tomada do aparelho governamental poderia ser efetuada segundo um plano, com o auxílio dos destacamentos armados, relativamente pouco numerosos, partindo de um centro único. As casernas, a fortaleza, os depósitos, todos os estabelecimentos onde funcionavam os soldados e os operários, poderiam ser tomados por intermédio das forças internas. O Palácio de Inverno, o Pré-Parlamento, o estado-maior da região, os ministérios, as escolas de *junkers*, não poderiam ser tomados de dentro. O mesmo acontecia com os telefones, os telégrafos, o correio, o Banco do Estado: os empregados des-

ses estabelecimentos, que pesavam pouco na combinação geral das forças, eram os senhores dentro das quatro paredes, e os prédios, aliás, estavam fortemente guardados. Pelo lado de fora é que se deveria penetrar até os cumes da burocracia. A tomada, aqui, não se podia dar pelos meios políticos, mas pela violência. Devido, porém, à evicção recente do governo das bases políticas, tornando a resistência quase impossível, a tomada dos últimos postos do comando deu-se sem choques.

É certo que tudo não se processou em alguns combates: foi necessário tomar o Palácio de Inverno de assalto. Precisamente porque a resistência do governo se limitou à defesa do palácio, o lugar do 25 de outubro, no desenvolvimento da luta, ficou determinado com nitidez. O Palácio de Inverno foi o último reduto de um regime político esfacelado em oito meses de existência e definitivamente desarmado durante a última quinzena.

Os elementos do complô – entendendo-se por complô o plano e a direção centralizada – ocupavam, na Revolução de Fevereiro, um lugar insignificante. Isso provinha da fraqueza e da segregação dos grupos revolucionários, sob a pesada carga do czarismo e da guerra. A tarefa, como decorrência, era muito maior para as massas. Os insurretos tinham experiência política, tradições, palavras de ordem, líderes anônimos. Todavia, se os elementos da direção, muito espalhados, eram insuficientes para derrubar a Monarquia, longe estavam de ser tão numerosos para proporcionar aos vencedores o gozo da própria vitória.

Em Outubro, a calma nas ruas, a ausência de multidão, a inexistência de combates davam, ao adversário, motivos para falar em conspiração de uma minoria insignificante, em espírito de aventura de um punhado de bolcheviques. Essa fórmula foi retomada nos dias, nas semanas, nos meses e até mesmo nos anos que seguiram a insurreição, e muitas vezes. Com a finalidade evidente de restabelecer a reputação da insurreição proletária foi que Yaroslavsky escreveu, a respeito do dia 25 de outubro: “Grandes massas do proletariado de Petrogrado, obedecendo ao apelo do Comitê Militar Revolucionário, colocaram-se sob suas bandeiras e invadiram as ruas de Petrogrado.” O historiador oficial esquece-se de explicar com que objetivo o Comitê Militar Revolucionário apelou para as massas e o que, precisamente, elas foram fazer nas ruas.

Da combinação da força e da fraqueza na Revolução de Fevereiro nasceu sua idealização oficial, representando-a como obra da nação inteira e opondo-a a insurreição de Outubro, considerada como complô. Na verdade, os bolcheviques, no último momento da luta pelo poder, reduzir tudo a um “complô”, não porque fossem uma pequena minoria, mas ao contrário, porque tinham, atrás deles, nos bairros operários e nas casernas, uma esmagadora maioria, fortemente agrupada, organizada, disciplinada.

Só é possível compreender a insurreição de Outubro na condição de não se limitar a perspectiva ao ponto final. Em fins de fevereiro a partida de xadrez foi jogada desde a primeira posição até a última, isto é, até o abandono do adversário; em fins de outubro, a partida principal era já coisa do passado e, no dia da insurreição, tratava-se apenas de resolver um problema muito restrito: mate em duas jogadas. É por conseguinte, indispensável datar o período da insurreição no dia 9 de outubro, quando se iniciou o conflito a respeito da guarnição, ou no dia 12, quando se decidiu criar o Comitê Militar Revolucionário. As manobras de envolvimento duraram mais de quinze dias. O período decisivo prolongou-se por cinco ou seis dias, a partir do momento em que foi criado o Comitê Militar Revolucionário. Durante todo esse período agiram diretamente centenas de milhares de operários e de soldados na defensiva, quanto à forma, tomando a ofensiva, no fundo. A etapa final, durante a qual os insurretos aboliram definitivamente as formas convencionais da dualidade de poderes, com a legalidade duvidosa e a fraseologia defensiva que o caracterizavam, durou exatamente vinte e quatro horas: do dia 25, às 2 horas da manhã, até o dia 26, às 2 horas da manhã. Durante esse lapso o Comitê Militar Revolucionário empregou armas abertamente, para apoderar-se da cidade e aprisionar o governo: das operações participaram, em conjunto, tantas forças quantas foram necessárias para cumprir uma tarefa limitada, em todo o caso apenas de vinte e cinco a trinta mil homens.

Um autor italiano que escreve livros não apenas sobre *As Noites de Eunucos*, mas também sobre altos problemas do Estado, visitou em 1929, a Moscou soviética, misturou o pouco que pôde ouvir da direita e da esquerda e, sobre tal base, construiu um livro tratando da *Técnica do Golpe de Estado*. O nome desse escritor, [Curzio] Malaparte, permite diferenciá-lo de outro especialista em golpes de Estado, que se chamava Bonaparte.

Contrariamente à “estratégia de Lenine”, que se prende às condições sociais e políticas da Rússia de 1917, a “tática de Trotsky”, segundo Malaparte, “não está ligada às condições gerais do país”. As considerações de Lenine sobre as premissas políticas da insurreição, o autor deseja que Trotsky responda assim: “Vossa estratégia exige um excesso de circunstâncias consideráveis: a insurreição não necessita de coisa alguma. Ela se basta a si mesma.” Dificilmente seria possível conceber um absurdo tão seguro de si mesmo quanto esse. Malaparte repete vezes seguidas que em outubro a vitória adveio não da estratégia de Lenine, mas da tática de Trotsky. E essa tática, ainda agora ameaça a tranquilidade dos estados da Europa. “A estratégia de Lenine não constituiu pois um perigo imediato para os governos da Europa. O perigo atual – e permanente – para eles é a tática de Trotsky.” Ainda mais concretamente: “Colocai Poincaré no lugar de Kerensky e o golpe de Estado bolchevista de outubro de 1917 conseguiria o mesmo êxito.” Seria em vão tentar caracterizar para que servia, em geral, a estratégia de Lenine, que dependia das condições históricas, caso a tática de Trotsky resolvesse o mesmo problema em qualquer circunstância. É preciso acrescentar que aquele livro notável já foi publicado em diversas línguas. Homens de estado nele aprendem a repelir os golpes de Estado. Desejamos que obtenham sucesso.

A crítica das operações puramente militares no dia 25 de outubro até hoje não foi feita. O que a esse respeito existe, na literatura soviética, não apresenta caráter crítico, mas apenas apologético. Ao lado do que escreveram os epígonos, até mesmo a crítica de Sukhanov, apesar de tantas contradições, distingue-se com contagem, devido à observação atenta dos fatos.

Em seus julgamentos sobre a organização do Levante de Outubro, deu Sukhanov, em dois anos, duas opiniões que parecem diametralmente opostas. No tomo consagrado à Revolução de Fevereiro diz ele: “Descreverei, no devido tempo, segundo minhas recordações pessoais, a Insurreição de Outubro tocada segundo uma partitura.” Yaroslavsky reproduz, literalmente, esta apreciação de Sukhanov. “A insurreição em Petrogrado”, escreve ele, “estava muito bem preparada e foi tocada pelo Partido como se lida em caderno de música.” Com maior decisão ainda parece exprimir-se Claude Anet, observador hostil, atento, mas sem profundidade: “O golpe de

estado do dia 7 de novembro só pode inspirar admiração. Nem uma rachadura, nem uma fenda, o governo foi derrubado sem ter tempo de gritar: Uf!” Em compensação, no tomo consagrado à Revolução de Outubro, Sukhanov conta como o Smolny, “às escondidas, tateando com prudência e em desordem”, empreendeu liquidar o Governo Provisório.

Há exagero quer na primeira quer na segunda apreciação. De um ponto de vista mais amplo pode-se admitir que as duas apreciações, apesar de se oporem tanto, uma à outra, estavam apoiadas em fatos. O caráter racional da Insurreição de Outubro procedeu, sobretudo das relações da maturidade da Revolução em seu conjunto, do lugar ocupado por Petrogrado no país, do lugar ocupado pelo governo em Petrogrado, de todo o trabalho prévio do Partido, enfim, da política justa da insurreição. Restava ainda um problema de técnica militar. Nesse ponto aconteceram muitas tolices parciais e se delas fizermos um todo teremos a impressão de trabalho realizado às cegas.

Sukhanov, diversas vezes, menciona a incapacidade, do ponto de vista militar, do Smolny, mesmo nos últimos dias que precederam a insurreição. Com efeito, ainda no dia 23, o estado-maior da Revolução não estava melhor defendido do que o Palácio de Inverno. O Comitê Militar Revolucionário assegurava a imunidade antes de mais nada fortalecendo as ligações com a guarnição e conseguindo, através dela, a possibilidade de vigiar todos os movimentos estratégicos do adversário. Medidas mais sérias, do ponto de vista da técnica da guerra, foram tomadas pelo Comitê, mais ou menos 24 horas antes de as tomar o governo. Sukhanov declara, com segurança, que durante o dia e na noite de 23 para 24, caso o governo tivesse demonstrado iniciativa, poderia ter-se apoderado do Comitê: “um bom destacamento de quinhentos homens seria suficiente para liquidar o Smolny com tudo o que tinha dentro”. Possível. Primeiramente, todavia, necessitava o governo de resolução, de audácia, isto é, qualidades totalmente contrárias à natureza dele. Em segundo lugar, havia a necessidade de “um bom destacamento de quinhentos homens”. Onde encontrá-lo? Organizá-lo com oficiais? Nós os vimos, em fins de agosto, no papel de conspiradores: era-se obrigado a ir buscá-los nas boates. As companhias (*druzhiny*) de combate dos conciliadores estavam desagregadas. Nas escolas de *junkers* qualquer questão grave dava lugar a novos agrupamentos. Tudo

ia ainda pior entre os cossacos. Construir um destacamento por meio da seleção em diversos contingentes seria trair a si mesmo dez vezes antes que o empreendimento pudesse ser levado até o fim.

Entretanto mesmo a existência de um destacamento não seria decisiva. O primeiro tiro dado contra o Smolny encontraria seu eco de agitação nos bairros operários e nas casernas. Para o centro da Revolução ameaçado, a qualquer hora do dia e da noite, acorreriam, para socorrê-lo, dezena de milhares de homens armados ou semiarmados. Afinal de contas a tomada em si do Comitê Militar Revolucionário não teria salvo o governo. Fora dos muros do Smolny encontrava-se Lenine e, com ele, o Comitê Central e o Comitê de Petrogrado. Na fortaleza de Pedro e Paulo existia um segundo estado-maior, no *Aurora* um terceiro e ainda outros nos bairros. As massas não ficariam sem direção. Ora, os operários e os soldados, apesar da lentidão, desejavam vencer a qualquer preço.

É fora de dúvida que medidas complementares de prudência estratégica podiam e deviam ser tomadas alguns dias antes. A crítica de Sukhanov é justa a esse respeito. O aparelho militar da Revolução agiu inabilmente, com lentidão e omissões, a direção geral mostrou-se por demais inclinada a substituir a política pela técnica. O olho de Lenine fez alta no Smolny. Os demais ainda não tinham aprendido bastante.

Sukhanov tem razão quando diz que a tomada do Palácio de Inverno, na noite do dia 24 para o dia 25 ou então pela manhã do dia 25, foi incomparavelmente mais fácil do que durante o dia ou à noite. O palácio, assim como o prédio vizinho do estado-maior estavam guardados pelas esquadras habituais de *junkers*: um ataque de surpresa teria certamente todas as possibilidades de sucesso. Pela manhã Kerensky partiu de carro sem encontrar obstáculos: esse fato basta para provar que a vigilância, quanto ao Palácio de Inverno, ainda não estava sendo seriamente exercida. Constituíu isso uma lacuna evidente!

A vigilância sobre o governo provisório foi confiada – muito tarde é verdade no dia 24 – a Sverdlov, assistido por Lashevich e Blagonranov. É duvidoso que Sverdlov, que já não sabia mais onde bater com a cabeça, tivesse podido ocupar-se com esse caso. É mesmo possível que a resolução, apesar de inscrita na ata, tivesse sido esquecida na febre daquelas horas.

No Comitê Militar Revolucionário, apesar de tudo, superestimava-se os recursos militares governamentais, particularmente a guarda do Palácio de Inverno. Caso os dirigentes imediatos do sítio conhecessem bem as forças internas do palácio, talvez temessem que, ao primeiro sinal de alarma, chegassem os reforços: *junkers*, cossacos, tropas de choque. O plano da tomada do Palácio de Inverno foi elaborado no estilo de uma ampla operação: quando civis ou meio-civis se dispõem a resolver um problema puramente militar estão sempre inclinados a cometer algumas trapaças estratégicas. Salvo um pedantismo excessivo, não poderiam eles deixar de revelar, nesse caso, uma incapacidade notável.

A incoerência, por ocasião da tomada do palácio, explica-se em certa medida pelas qualidades pessoais dos principais dirigentes. Podvoisky, Antonov-Ovseenko, Chudnovsky eram homens de têmpera heroica. Mas talvez seja necessário confessar que não eram, de modo algum, homens de método ou de pensamento disciplinado. Podvoisky, que durante as Jornadas de Julho mostrava-se todo fogo e chama, tornara-se mais circunspecto, até mesmo céptico, diante das perspectivas de um futuro muito próximo. No fundo, permanecera fiel a si mesmo: colocado diante de qualquer tarefa prática, tendia organicamente a escapar dos quadros fixados, a alargar o plano, a arrastar todo mundo, a dar o máximo lá onde o mínimo bastava. A respeito do caráter hiperbólico do plano pode-se encontrar, sem dificuldade, a marca do espírito dele. Antonov-Ovssenko por temperamento era um otimista impulsivo, muito mais capaz de improvisações do que de cálculo. Na qualidade de antigo subalterno possuía alguns conhecimentos da arte militar. Durante a Grande Guerra, como emigrado, ele tinha assinado do jornal *Nache Slovo* (*Nossa Palavra*), que circulava em Paris, a rubrica militar, e mais de uma vez mostrara-se perspicaz em estratégia. Seu diletantismo impressionável não servia de contrapeso aos voos excessivos de Podvoisky. O terceiro chefe militar, Chudnovsky, vivera muitos meses num *front* passivo, na qualidade de agitador: a isso limitava-se seu estágio de homem de guerra. Pendendo para a ala direta, Chudnovsky, entretanto, era o primeiro a empenhar-se na batalha e procurava sempre o local onde ela fervia mais. A bravura pessoal e a ousadia política, conforme sabemos, não se encontram sempre em equilíbrio. Alguns dias depois da insurreição, Chudnovsky foi ferido perto de Petrogrado numa escaramuça com os cas-

sados de Kerensky, e alguns meses mais tarde, foi morto na Ucrânia. Está claro que o expansivo e impulsivo Chudnovsky não podia substituir o que faltava nos dois outros dirigentes. Nem um deles era inclinado a considerar os detalhes devido ao simples fato de que não estavam iniciados nos segredos do ofício. Sentindo a fraqueza no que concernia aos serviços de explorações a ligação e a manobra, os marechais vermelhos sentiam a necessidade de sobrecarregar o Palácio de Inverno com forças tão superiores que até a própria questão de uma direção prática não se colocava mais: as dimensões desmesuradas, grandiosas no plano equivaliam quase à ausência dele. O que foi dito acima não significa que, na composição do Comitê Militar Revolucionário, ou então em volta dele, não se encontrassem chefes militares mais experimentados; de qualquer maneira seria impossível encontrar quem desse provas de maior devotamento e abnegação.

A luta pela tomada do Palácio de Inverno começou pela ocupação de todo o quarteirão numa extensa periferia. Dada a experiência dos chefes, as flutuações das ligações, a inaptidão dos destacamentos de guardas-vermelhos, a falta de vigor das forças regulares, a complicada operação desenvolveu-se com lentidão excessiva. Nas horas em que os destacamentos vermelhos estreitavam o cerco e acumulavam, na retaguarda, as reservas, companhias de *junkers sotnias* de cossacos, cavaleiros de São Jorge e um batalhão de mulheres abriam passagem para o palácio. O punho da defesa fechava-se ao mesmo tempo que o cerco dos assaltantes. Poder-se-á dizer que o problema em si resulta do meio por demais desviado que foi usado para resolvê-lo. Ora, uma audaciosa incursão noturna ou então um intrépido assalto durante o dia não custariam maior número de vítimas do que uma operação que se arrastava com lentidão. O efeito moral da artilharia do *Aurora* podia, em todo o caso, ser verificado doze ou mesmo vinte e quatro horas com antecedência: o cruzador mantinha-se aparelhado para o combate, no Neva, e os marinheiros não se queixavam pelo fato de não terem por que lubrificar as peças. Os dirigentes da operação, todavia, esperavam que o caso se resolvesse sem combate, enviavam delegados, apresentavam ultimatos e não davam importância aos prazos fixados. Não tiveram a ideia de inspecionar no tempo devido, a artilharia da fortaleza de Pedro e Paulo, exatamente porque contavam não precisar dela.

A falta de preparação da direção militar manifestou-se de maneira ainda mais evidente em Moscou, onde a relação de forças mostrava-se de tal modo favorável que Lenine recomendou com insistência, que se comesse por Moscou; “A vitória é garantida, não há ninguém para bater-se.” Na verdade, foi exatamente em Moscou que a insurreição assumiu um aspecto de combates prolongados que duraram, com as cessações de fogo, uns oito dias. “No ardor do trabalho”, escreve Muralov, um dos principais dirigentes da insurreição moscovita, “não estávamos firmes e resolutos em todos os pontos.” Dispondo de superioridade numérica esmagadora – dez vezes o número do adversário –, fizemos com que o combate se arrastasse durante uma semana... devido à nossa pouca habilidade em dirigir as massas combatentes, devido à falta de disciplina das últimas e à ignorância completa da tática dos combates de rua, quer do lado dos chefes quer do lado dos soldados. “Muralov tem o hábito de chamar as coisas pelos seus nomes: foi o que lhe valeu ser atualmente um deportado na Sibéria. Evitando, porém, jogar a própria responsabilidade sobre os outros, Muralov, nesse caso, transfere para o comando militar a maior parte da falta de direção política que, em Moscou, se distinguia pela inconsistência e deixava-se facilmente influenciar pelos elementos conciliadores. É necessário também que não se perca de vista que os operários da velha Moscou, do têxtil aos peleiros, estavam extraordinariamente atrasados em relação ao operariado de Petrogrado. Em fevereiro Moscou não precisou sublevar-se: a derrubada da monarquia foi, inteiramente, devida a Petrogrado. Em julho Moscou também permaneceu calma. Ressentiu-se disso em outubro: os operários e os soldados não tinham experiência de combates.

A técnica da insurreição conclui aquilo que a política deixa de fazer. O crescimento gigantesco do bolchevismo enfraquecia, indubitavelmente, a atenção que deveria ser dada ao lado militar do caso: as reclamações apaixonadas de Lenine estavam suficientemente motivadas. A direção militar provou ser incomparavelmente mais fraca do que a direção política. Poderia ser de outra maneira? Durante meses e meses ainda, o novo poder revolucionário manifestará uma extrema inaptidão todas as vezes que for necessário recorrer às armas.

Entretanto, as autoridades militares do campo governamental davam, em Petrogrado, uma apreciação por demais lisonjeira da direção

militar da insurreição, “Os insurretos mantêm a ordem e a disciplina”, declarava pelo fio direto o Ministério da Guerra ao quartel-general logo depois da queda do palácio, “não houve nem pilhagens nem *pogroms*; ao contrário, patrulhas de rebelados prenderam os soldados que titubeavam... O plano de insurreição, indubitavelmente elaborado com antecipação, foi aplicado com persistência e em boa ordem...” Não foi inteiramente pautado “pela partitura”, assim como o diziam Sukhanov e Yaroslavsky, mas de qualquer maneira também não houve assim tanta “desordem” conforme o afirmou mais tarde o próprio Sukhanov. De resto, diante do mais severo julgamento crítico é ainda o sucesso que coroa o empreendimento.

.....

Capítulo X

O CONGRESSO DA DITADURA SOVIÉTICA

O DIA 25 DE OUTUBRO era o da abertura, no Smolny, do parlamento mais democrático de quantos já existiram na história mundial. Quem sabe? Talvez, também, o mais importante.

Tendo-se libertado da influência da *intelligentsia* conciliadora, os soviets da província enviaram principalmente, operários e soldados. Eram, na maioria, sem grande notoriedade, mas em compensação, homens experimentados no trabalho e que tinham conquistado a confiança das localidades que representavam. Do exército e do *front*, por meio do bloco dos comitês de Exército e dos estados-maiores, quase unicamente soldados das fileiras apareceram como delegados. A grande maioria só teve acesso à vida política depois da Revolução. Estavam formados pela experiência de oito meses. O que sabiam era pouco, mas o sabiam solidamente. A aparência exterior do Congresso demonstrava a composição dele. Os galões dos oficiais, os óculos e as gravatas dos intelectuais do primeiro Congresso tinham desaparecido completamente. O que predominava era a cor cinza, de roupas e rostos. Todos se tinham esgotado durante a guerra. Inúmeros operários da cidade envergavam as túnicas dos soldados. Os delegados das trincheiras não tinham ar apresentável: de há muito sem fazer a barba,

cobertos com velhas túnicas rasgadas, pesadas *papakhi*,¹ cujo forro aparecia através dos buracos, sobre as cabeleiras desgrenhadas. Faces rudes, feridas pelas intempéries, pesadas patas cobertas de friciras, dedos amarelados pelos cigarros ordinários, botões caindo, suspensórios pendurados, botas rugosas, ruças, que há muito não eram engraxadas. A nação plebeia enviara, pela primeira vez, uma representação honesta, sem maquilagem, feita à sua imagem e semelhança.

A estatística do Congresso que se reuniu nas horas da insurreição é muito incompleta. No momento da abertura contava-se com seiscientos e cinquenta participantes com voz deliberativa. Trezentos e noventa delegados eram dos bolcheviques; nem todos pertenciam ao Partido, mas em compensação, eram substancialmente das massas; ora, não restavam às massas outros caminhos a não ser o bolchevismo. Muitos foram os delegados que, tendo dúvidas, ao chegar, acabavam rapidamente, por amadurecer na atmosfera superaquecida de Petrogrado.

Com que sucesso os mencheviques e os socialistas revolucionários conseguiram dilapidar o capital político da Revolução de Fevereiro! No Congresso dos Sovietes, em junho, os conciliadores contavam com uma maioria de 600 votos sobre uma totalidade de 832 delegados. Agora, a oposição conciliadora de todos os matizes constituía menos de um quarto do Congresso. Os mencheviques, com os grupos nacionais que a eles estavam ligados, tinham apenas 80 delegados, dos quais a metade, mais ou menos, era de “esquerda”. Dos 159 socialistas revolucionários – segundo outros dados eram 190 – os de esquerda representavam os três quintos, além do mais os de direita continuavam a dissolver-se, rapidamente, dentro do próprio *processus* do Congresso. No final, o número dos delegados elevou-se segundo certos levantamentos, a 900 pessoas; esse número, compreendendo os votos consultivos, não englobam todos os votos deliberativos. O controle dos mandatos apresentava interrupções, muitos papéis ficaram perdidos, os esclarecimentos a respeito da filiação a tal ou qual partido não estavam completos. De qualquer maneira a situação dominante dos bolcheviques no Congresso não pode ser contestada.

1 Boné de pelo.

Uma averiguação entre os delegados demonstrou que 505 soviets apoiavam a passagem de todo poder para a soviets: 86 eram pelo poder da “democracia”; 55 pela coligação; 21 pela coligação, mas sem os cadetes. Tais dados eloquentes, mesmo sob esse aspecto, dão, entretanto, uma ideia exagerada do que restava de influência dos conciliadores: pela democracia e pela coligação declararam-se os soviets das regiões mais atrasadas e das menos importantes localidades.

No dia 25, cedo pela manhã, tiveram lugar no Smolny as sessões das frações. Quanto aos bolcheviques só estiveram presentes os que ficaram isentos de missões de combate. A abertura do Congresso foi retardada: a direção bolchevista desejava, primeiramente, terminar com o assunto do palácio. As frações hostis também não estavam com pressa: tinham necessidade de decidir o que iriam fazer, e isso não era fácil. Dentro das frações, as subfrações atracavam-se. A cisão entre os socialistas revolucionários produziu-se depois que a resolução de abandonar o Congresso foi rejeitada por oitenta e dois votos contra sessenta. Foi bem tarde da noite que os socialistas revolucionários da direita e da esquerda mantiveram sessões em salas diferentes. Os mencheviques, às 8 horas, pediram um novo prazo: as opiniões, entre eles, eram bastante diversas. Chegou a noite. A operação empenhada diante do palácio arrastava-se. Era impossível, todavia, esperar ainda: tornava-se necessário falar claramente ao país despertado.

A Revolução ensinava a arte de se comprimir. Os delegados, os visitantes, os guardas, empilhavam-se na sala de festas das jovens da nobreza para permitir que entrassem, sem cessar, aqueles que chegavam. Os avisos dados a respeito do desmoroamento do soalho não produziam mais efeito do que os pedidos para que não fumassem. Todos se acotovelavam e fumavam a valer. Foi com dificuldade que John Reed conseguiu uma passagem através da multidão que resmungava diante da porta. A sala não estava aquecida, mas o ar tornara-se pesado e quente. Empilhados nos batentes das portas, nas passagens laterais, ou sentados nos parapeitos das janelas, os delegados esperavam, pacientemente, a campainha do presidente. Na tribuna não estavam nem Tseretelli, nem Cheidze, nem Chernov. Apenas os líderes de segunda categoria apareceram para assistir aos próprios funerais. Um homem de pequena estatura, uniformizado de major-médico, abriu, em nome do Comitê Executivo, a sessão, às 10h40min. O

Congresso reuniu-se em “circunstâncias tão excepcionais” que ele, Dan, cumprindo a missão que lhe fora confiada pelo Comitê Executivo Central, abster-se-á de um discurso político: porque, enfim, seus amigos encontravam-se no Palácio de Inverno, expostos à fuzilaria “cumprindo abnegadamente seus deveres de ministros”. Os delegados não esperavam de modo algum a bênção do Comitê Executivo Central. Olhavam com aversão para a tribuna: se esta gente tem ainda uma existência política, que relação existe entre eles e nós, entre eles e a nossa causa?

Em nome dos bolcheviques, Avnessov, delegado de Moscou, propõe um birô em base proporcional: quatorze bolcheviques, sete socialistas revolucionários, três mencheviques, um internacionalista. Os homens da direita recusam imediatamente tomar parte no birô. O grupo de Martov abstém-se por um momento: ainda não estava decidido. Sete vezes se transferem para os socialistas revolucionários de esquerda. O Congresso, irritado, observa essas contestações prévias.

Avnessov lê a lista dos candidatos bolcheviques ao birô: Lénine, Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Noguín, Skliansky, Krylenko, Antonov-Ovseenk, Riazanov, Muranov, Lunacharsky, Kollontai e Stuchka. “O birô compõe-se”, escreve Sukhanov, “dos principais líderes bolchevistas e de um grupo de seis [na verdade 7] socialistas revolucionários de esquerda.” Como nomes autorizados do Partido, Zinoviev e Kamenev foram incluídos no birô se bem que se tivessem oposto à insurreição; Rykov e Noguín estão presentes como representantes do Soviete de Moscou; Lunacharsky e Kollontai, como agitadores populares daquele período; Riazanov, como representante dos sindicatos; Muranov, como velho operário bolchevique que se conduziu corajosamente durante o processo dos deputados da Duma do Império; Stuchka, como líder da organização da Letônia; Krylenko e Skliansky, como representantes do Exército; Antonov-Ovssenko, como dirigente dos combates em Petrogrado. A ausência do nome de Sverdlov explica-se pelo fato de que foi ele quem organizou a lista e, na confusão, ninguém a retificou. Era característica dos hábitos do Partido naquela época que no birô fosse incluído todo o estado-maior dos adversários da insurreição: Zinoviev, Kamenev, Noguín, Rykov, Lunacharsky, Riazanov. Entre os socialistas revolucionários de esquerda a única a gozar de celebridade por toda a Rússia era a pequena, delgada e corajosa Spiridonova,

que passou longos anos na prisão por ter matado um dos torturadores dos camponeses de Tambov. Não havia outros “nomes” entre os socialistas revolucionários de esquerda. Em compensação, entre os de direita, nomes postos de lado, não restava quase mais nada.

O Congresso acolhe fervorosamente seu birô. Lenine não se encontrava na tribuna. Enquanto as frações se reuniam e conferenciavam, Lenine, ainda caracterizado, com uma peruca e lentes grossas, estava na companhia de dois ou três bolcheviques, numa sala lateral. Dirigindo-se a suas frações, Dan e Skobelev pararam diante da mesa dos conspiradores, enfrentaram atentamente Lenine e o reconheceram, evidentemente. Isso significava: está na hora de tirar a máscara!

Lenine não se apressava, todavia, em aparecer em público. Preferia observar as coisas de perto e segurar, em suas mãos, todos os fios, permanecendo nos bastidores. Em lembranças publicadas em 1924, Trotsky escreve: “No Smolny tinha lugar a primeira sessão do segundo Congresso dos soviets. Lenine não apareceu. Permanecia em uma das salas do Smolny onde, segundo me lembro, não havia quase móveis. Foi mais tarde que alguém veio colocar cobertas no chão e dois travesseiros. Vladimir Ilich e eu descansamos, deitados lado a lado. Alguns minutos mais tarde chamaram-me: “Dan tomou a palavra, é preciso responder.”¹ Voltando depois da minha réplica, deitei-me novamente, ao lado de Vladimir Ilich que, bem entendido, não pensava dormir. “E poderia ser? Todos os cinco ou dez minutos alguém vinha da sala das sessões para comunicar o que se passava.”

A campanha presidencial passou às mãos de Kamenev, um desses seres fleumáticos destinados, pela própria natureza, para presidir. Na ordem do dia – anuncia ele – estão colocadas três questões: a organização do poder; a guerra e a paz; a convocação da Assembleia Constituinte. Um ronco insólito, surdo e alarmante, acentuou, de fora, o barulho da assembleia: foi a fortaleza de Pedro e Paulo que grifou a ordem do dia com um tiro de artilharia. Uma corrente de alta tensão perpassou pelo Congresso que, de súbito, sentiu ser o que na realidade ele era: A Convenção da guerra civil.

1 Evidentemente o nome aqui seria Martov, a quem Trotsky replicará.

Lozovsky, adversário da insurreição, exige um relatório do Soviète de Petrogrado. Mas o Comitê Militar Revolucionário está em atraso: as réplicas do bombardeio testemunham que o relatório ainda não está pronto. A insurreição está em plena marcha. Os líderes bolcheviques ausentam-se a todo momento dirigindo-se para o local ocupado pelo Comitê Militar Revolucionário a fim de receber comunicações ou dar ordens. Os ecos do combate se introduzem pela sala das sessões como línguas de fogo. Quando votam, os braços se levantam como se num arripio de baionetas. A fumaça azulada, picante, da *makhorka* [tabaco ordinário] dissimula as belas colunas brancas e os lustres.

As escaramuças oratórias dos dois campos assumem, tendo como fundo o bombardeio, uma significação inaudita. Martov pede a palavra. Aquele momento em que os pratos da balança oscilam é o seu momento, desse inventivo político das perpétuas hesitações. Com uma voz rouca de tuberculoso Martov respondeu, imediatamente, à voz metálica dos canhões: “É indispensável suspender as hostilidades dos dois lados... A questão do poder meteram-se a resolve-as pelos caminhos da conspiração... Todos os partidos revolucionários estão colocados diante de um fato resolvido... A guerra civil ameaça fazer com que a contrarrevolução rebente. Uma solução pacífica da crise pode ser conseguida através da criação de um poder reconhecido por toda a democracia.” Significativa parte do Congresso aplaude, Sukhanov diz, ironicamente: “Visivelmente muitos bolcheviques que não assimilaram o espírito da doutrina de Lenine e Trotsky ficariam felizes em seguir precisamente por esse caminho”.

A proposição para encetar conversações pacíficas reúne os socialistas revolucionários de esquerda e um grupo de internacionalistas unificados. A ala direita e talvez também os mais próximos companheiros do pensamento de Martov estão certos de que os bolcheviques vão rejeitar a proposição. Enganam-se. Os bolcheviques enviam Lunacharsky à tribuna, o mais pacífico, o mais aveludado dos seus oradores. “A fração bolchevique nada tem a objetar à proposição de Martov.” Os adversários ficam estupefatos. “Lenine e Trotsky, indo ao encontro da massa que lhes pertence”, comenta Sukhanov, “fazem ao mesmo tempo com que o terreno escorregue sob os pés da gente da direita.” A proposição de Martov foi aceita por unanimidade. “Caso os mencheviques e os socialistas partam, imedia-

tamente, condenar-se-ão a si mesmos”, assim raciocinam os do grupo de Martov. Pode-se, por conseguinte, esperar que o Congresso “se empenhará no caminho certo da criação de uma frente única democrática”. Esperança vã. A Revolução jamais toma a diagonal.

A ala direita passa, imediatamente, além da iniciativa para os entendimentos de paz que acabou de ser aprovada. O menchevique Kharach, delegado do 12º Exército, trazendo nos ombros as estrelas de capitão, faz uma declaração: “Políticos hipócritas propõem resolver a questão do poder. Ora, essa questão está sendo decidida por detrás de nossas costas... Os golpes lançados contra o Palácio de Inverno cravam os pregos no caixão do partido que se meteu em tal aventura...” Ao apelo do capitão o Congresso responde com murmúrios indignados.

O tenente Kuchin, que falara na Conferência de Estado em nome do *front*, tenta falar e agir baseado ainda na autoridade das organizações de Exército: “Este Congresso é inoportuno e até mesmo constituído irregularmente.” “Em nome de quem falais?”, gritam as túnicas rasgadas nas quais o mandato está gravado com a lama das trincheiras. Kuchin enumera cuidadosamente onze exércitos. No Congresso, entretanto, isso não engana ninguém. No *front*, como na retaguarda, os generais da conciliação não tinham mais soldados. “O grupo do *front*”, prossegue o tenente menchevista, “rejeita qualquer responsabilidade pelas consequências desta aventura”; o que significa: união com a contrarrevolução e contra os soviets. Concluindo: “o grupo do *front*... abandona o Congresso”.

Um após outro os representantes da direita sobem à tribuna. Perderam as paróquias e as igrejas, mas conservaram os campanários; apressam-se em, pela primeira vez, repicar os sinos rachados. Os socialistas e os democratas que, por todos os meios, honestos ou desonestos, ficaram de acordo com a burguesia imperialista, recusam-se hoje, claramente, a entender-se com o povo rebelado. O cálculo político deles é posto a nu: os bolcheviques serão derrubados dentro de poucos dias, é necessário o mais cedo possível, separar-se deles, ajudar, mesmo, a derrubá-los e, por esse meio, garantir, tanto quanto possível, para si mesmo, o futuro.

Em nome da fração dos mencheviques de direita, uma declaração foi apresentada por Kuchin, antigo presidente do Soviete de Moscou e futuro embaixador dos Sovietes em Berlim: “O complot militar dos bol-

cheviques... joga o país numa guerra intestina, mina a Assembleia Constituinte, ameaça o *front* com uma catástrofe e leva ao triunfo da contrarrevolução.” A única saída está “nas conversações com o Governo Provisório a respeito de um poder que se apoie em todas as camadas da democracia”. Nada tendo aprendido, aquela gente propõe ao Congresso pôr um ponto final na insurreição e voltar a Kerensky. Através da confusão, dos bramidos e mesmo das assuadas, apenas se distinguem as palavras dos socialistas revolucionários da direita. A declaração do Partido proclama “a impossibilidade de um trabalho em comum” com os bolcheviques e afirma que o próprio congresso dos soviets, convocado e aberto pelo Comitê Executivo conciliador, não foi regularmente constituído.

As manifestações da direita não intimidam, mas inquietam e irritam. A maioria dos delegados foi demasiadamente importunada pelos líderes pretensivos e limitados que, primeiramente, os empanturram com frases e, em seguida, exercem, sobre eles, a repressão. Será possível que os Dans, os Karshes e os Kuchins se dispusessem ainda a dar lições e a comandar? Um soldado da colônia, Peterson, com as maçãs do rosto vermelhas como de um tuberculoso e os olhos brilhando de paixão, acusa Kharsh e Kuchin de serem impostores. “Basta de resoluções e de conversa! Queremos atos! O poder deve ficar em nossas mãos. Que os impostores saiam do Congresso – o Exército não está com eles!” A voz veemente da paixão alivia os espíritos nesse congresso que, até agora, recolhia apenas injúrias. Outros homens do *front* se apressam em apoiar Peterson. “Os Kuchins representam a opinião dos pequenos grupos que, depois de abril, instalaram-se nos comitês de Exército. De há muito que o Exército exige novas eleições em seus comitês.” “Os habitantes das trincheiras aguardam, impacientemente, a entrega do poder aos soviets.”

O pessoal da direita, porém, ocupa ainda alguns campanários. O representante do Bund declara “que tudo o que se passa em Petrogrado é uma desgraça”, e convida os delegados a se reunirem com conselheiros da Duma Municipal que estão dispostos a seguir, sem armas, para o Palácio de Inverno e ali morrerem com o governo.

“No alarido”, escreve Sukhanov, “distinguem-se as piadas, algumas grosseiras outras venenosas.” O patético orador, visivelmente, enganou-se quanto ao seu auditório. “Basta! Desertores!” – gritam, aos que

saem, os delegados, os convidados, os guardas-vermelhos, os soldados que montam guarda. Ide para “Kornilov! Inimigos do povo!”

A saída dos homens da direita não deixou um vazio. Os delegados da fileira recusaram-se, evidentemente, a se unirem aos oficiais e *junkers* para lutar contra os operários e os soldados. Das diversas frações da ala direta desertaram, aparentemente, setenta delegados, isto é, pouco mais da metade. Os hesitantes tomaram lugar ao lado dos grupos intermediários que tinham resolvido não abandonar o Congresso. Se, antes da abertura da sessão, os socialistas revolucionários de todas as tendências não eram mais de cento e noventa – o número dos socialistas revolucionários, apenas da esquerda, nas primeiras horas que se seguiram, elevou-se a cento e oitenta –, a eles juntaram-se aqueles que não se decidiram a aderir aos bolcheviques, se bem que estivessem dispostos a apoiá-los.

No Governo Provisório, ou mesmo em qualquer outro parlamento, os mencheviques e os socialistas revolucionários permaneciam, fosse qual fosse a situação. Pode-se, com efeito, romper com a sociedade culta? Mas os soviets nada são além de povo. Os soviets servem quando se deseja apoiar-se neles para entendimentos com a burguesia. É concebível que se tolerem os soviets quando eles mostram a pretensão de se tornar senhores do país? “Os bolcheviques ficaram sozinhos”, escreveu mais tarde o socialista revolucionário Zenzinov, “e, a partir desse momento, começaram a apoiar-se na força física e brutal.” Sem dúvida alguma o princípio moral tinha partido, batendo as portas, juntamente com Dan e Gotz. O princípio moral dirigiu-se, em procissão de trezentas pessoas, com duas lanternas, ao Palácio de Inverno para, ainda uma vez, cair sob a força física e brutal dos bolcheviques e bater em retirada.

A proposta de entendimentos de paz, aprovada pelo Congresso, ficou em suspenso. Se as direitas tivessem admitido a ideia de um acordo com o proletariado vitorioso não se teriam apressado tanto em romper com o Congresso. Martov não pôde dispensar-se de compreendê-las. Agarrou-se à ideia de um compromisso, no qual se baseia e no qual recai toda a política dele. “É indispensável fazer parar o derramamento de sangue”, diz ele. “São apenas murmúrios”, gritam-lhe. “Daqui não se escutam apenas os ruídos”, replica ele, “se vos aproximardes das janelas ouvireis também os tiros de canhão!” Argumento irrefutável: quando o Congresso fica em silêncio escutam-se os tiros e não somente perto das janelas.

A declaração lida por Martov, inteiramente hostil aos bolcheviques, estéril em suas deduções, condena a insurreição “como tendo sido levada a efeito somente pelo Partido Bolchevista, usando os meios de uma conspiração puramente militar, e exige a suspensão dos trabalhos do Congresso até um entendimento com todos os partidos socialistas”. Correr em uma Revolução, atrás da resultante, é pior do que tentar segurar a própria sombra.

Nesse momento dá entrada na sessão Joffé, o futuro embaixador dos soviets em Berlim, à frente da fração bolchevista da Duma Municipal que se recusou a ir em busca de uma sorte problemática sob os muros do Palácio de Inverno. O Congresso se espreme ainda acolhendo os amigos com felicitações cheias de alegria.

É preciso, todavia, retrucar alguma coisa a Martov. A tarefa foi confiada a Trotsky. “Imediatamente depois do êxodo das direitas”, reconhece Sukhanov, “a posição de Trotsky era tão sólida quanto à de Martov era fraca.” Os adversários permanecem na tribuna, um ao lado do outro, comprimidos por todos os lados por um círculo apertado de delegados superexcitados. “O que aconteceu”, diz Trotsky, “foi uma insurreição e não um complô. O levante das massas populares não necessita de justificativas. Demos têmpera à energia revolucionária dos operários e soldados de Petrogrado. Abertamente forjamos a vontade das massas para a insurreição e não para um complô... Nossa insurreição venceu e agora apresentam-nos uma proposta: renunciái à vossa vitória, conclui um acordo. Com quem? Eu pergunto: com quem devemos concluir um acordo? Com os miseráveis grupinhos que saíram daqui?... Mas nós os vimos de corpo inteiro. Não há mais ninguém na Rússia atrás deles. Com eles deveriam concluir um acordo, como de iguais para iguais, os milhares de operários e de camponeses que se fazem representar pela primeira vez neste Congresso quando aqueles estão dispostos a abandoná-los, e não pela primeira vez, à mercê da burguesia? Não, aqui o acordo de nada vale! Aos que daqui saíram bem como aqueles que se apresentam com tais propostas, devemos dizer: sois lamentáveis isolados, sois uns falidos, vosso papel já foi representado, voltai ao lugar onde nossa classe se encontra para sempre: a lixeira da História!”...

– Então, nós saímos!, gritou Martov sem esperar a votação do Congresso. “Martov, furioso e muito comovido”, escreve penalizado Sukhanov, “tentou abrir passagem da tribuna até à saída. Quanto a mim, comecei

imediatamente a convocar, com urgência, uma reunião extraordinária de minha fração”... “Não se tratava de modo algum de um acesso. O Hamlet do socialismo democrático, Martov, deu um passo para frente quando a Revolução refluíu como em julho. Agora que a Revolução preparava-se para saltar como uma fera, Martov recuava. A retirada das direitas tirou-lhe a possibilidade de uma manobra parlamentar. De súbito não se sentiu mais à vontade. Apressou-se em abandonar o Congresso para libertar-se da insurreição. Sukhanov replicou como pôde. A fração dividiu-se em duas partes quase iguais: por quatorze votos contra doze Martov venceu.

Trotsky propõe ao Congresso uma resolução – um ato de acusação contra os conciliadores: foram eles quem prepararam a ofensiva desastrosa do dia 18 de junho; foram eles que sustentaram o governo que traía o povo; foram eles que dissimularam aos camponeses o logro da questão agrária; foram eles que deram garantias ao desarmamento dos operários; foram eles os responsáveis pelo prolongamento insensato da guerra; foram eles que permitiram à burguesia agravar a desordem econômica; foram eles que, ao perderem a confiança das massas, opuseram-se à convocação do Congresso dos Sovietes; enfim, ficando em minoria, romperam com os soviets.

Novamente uma proposição de ordem: em verdade a paciência do birô não tem limites. Um representante dos soviets camponeses chega, encarregado de convidar os rurais a abandonar o Congresso “inoportuno” e a se dirigirem ao Palácio de Inverno “para morrer com aqueles que foram enviados a fim de realizar nossas vontades”. Os soviets, para morrer sob as ruínas do Palácio de Inverno, tornam-se irritantes pela monotonia. Um marinheiro do *Aurora*, que se apresenta no Congresso, declara, ironicamente, que não existem ruínas uma vez que o cruzador dá tiros de festim. “Continuai tranquilamente vossas ocupações.” O Congresso recobra o alento diante desse magnífico marinheiro de barba negra que encarna a simples e imperiosa vontade da insurreição. Martov, com seu prosaísmo de idéias e de sentimentos, pertence a outro mundo: eis por que rompeu também com o Congresso.

Ainda uma moção, desta vez meio amistosa. “Os socialistas revolucionários de direita”, diz Kamkov, “partiram, mas nós, os da esquerda, ficamos.” O Congresso saúda os que ficaram. Entretanto os últimos acham também indispensável organizar uma frente única revolucionária e

pronunciam-se contra a violenta proposição de Trotsky que fecha as portas a um acordo com a democracia moderada.

Ainda aqui os bolcheviques tomam à dianteira. Parece que jamais foram vistos tão dispostos às concessões. Não é de admirar: são os senhores da situação e não têm necessidade alguma de insistir a respeito dos termos. Sobem à tribuna, novamente, Lunacharsky: “O peso da tarefa que recai sobre nós não deixa qualquer dúvida.” A unificação de todos os elementos da democracia, efetivamente revolucionários, é indispensável. Será, porém, que nós, bolcheviques, demos um único passo que deixasse de lado os outros grupos? Será que não adotamos, unanimemente, a proposta de Martov? A isso responderam-nos com acusações e ameaças. Não é evidente que aqueles que abandonaram o Congresso suspendem as atividades conciliadoras e se passam, abertamente, para o campo korniloviano?”

Os bolcheviques não insistem na necessidade de votar, imediatamente, a proposição de Trotsky: não querem atrapalhar as tentativas de obter um acordo em bases soviéticas. O método da lição de coisas é aplicado, com sucesso, mesmo quando acompanhado de bombardeio. Assim como aconteceu antes para a adoção da proposta de Martov, agora a concessão feita a Kamkov desmascara, simplesmente, a incapacidade dos esforços de conciliação. Todavia, distinguindo-se dos mencheviques de esquerda, os socialistas revolucionários de esquerda não abandonam o Congresso: sentem sobre eles, e muito diretamente, a pressão da aldeia insurgida.

Tatearam-se reciprocamente. As posições de partida foram ocupadas. No desenvolvimento do Congresso intervém uma pausa. Adotar os decretos fundamentais e criar um governo soviético? Impossível: o velho governo tem assento, ainda, no Palácio de Inverno, numa sala em penumbra, onde a única lâmpada, sobre a mesa, está envolta em jornal. Depois das duas horas da manhã o *presidium* declara a sessão suspensa por meia hora.

Os marechais vermelhos utilizam, com grande sucesso, o curto prazo que lhes outorgam. Aconteceu qualquer coisa de novo, no ambiente do Congresso, quando a sessão foi retomada. Kamenev lê, na tribuna, um telefonograma que acabara de receber de Antonov: o Palácio de Inverno foi tomado pelas tropas do Comitê Militar Revolucionário; exceto Kerensky, todo o Governo Provisório foi preso, à frente o ditador Kuchin. Se bem que a notícia tivesse, já, voado de boca em boca, o comunicado oficial cai

mais pesado do que uma carga de artilharia. O saldo, por cima do abismo que separava do poder a classe revolucionária, foi dado. Os bolcheviques, que tinham sido expulsos, em julho, do Palácio Kshesinskaia, entravam, agora, como senhores, no Palácio de Inverno. Não existe na Rússia outro poder a não ser o do Congresso. Um labirinto de sentimentos confusos revela-se entre os aplausos e os gritos: triunfo, esperança e lágrimas também. Novas tempestades, cada vez mais impetuosas, de aplausos. O negócio está feito. A relação de forças, mesmo a mais propícia, encerra imprevistos. A vitória tornou-se incontestável tão logo o estado-maior do inimigo foi feito prisioneiro.

Kamenev enumera, com voz imponente, os personagens presos. Os nomes mais conhecidos arrancam do Congresso exclamações hostis ou irônicas. Foi com particular exasperações que ouviram o nome de Tereshchenko, que presidia os destinos externos da Rússia. Mas Kerensky? Kerensky? Sabe-se que às 10 horas da manhã ele se exercitava, sem sucesso, na arte da oratória, perante a guarnição de Gatchina. “Para onde foi depois? Não se sabe exatamente: segundo os rumores, partira para o *front*.”

Os companheiros de jornada da insurreição não se sentem à vontade. Pressentem que, daí por diante, a atitude dos bolcheviques será mais firme. Alguém dentre os socialistas revolucionários de esquerda protesta contra a prisão dos ministros socialistas. Os representantes dos internacionalistas unificados lança este aviso: não convém que o ministro da agricultura, Maslov, permaneça na mesma cela onde ficou preso durante a monarquia. “Uma prisão política”, replica Trotsky, que foi preso durante a gestão do ministro Maslov na prisão de Kresty, assim como no tempo de Nicolau, “não é um caso de vingança: ela é ditada... pelas considerações racionais. O governo... deve comparecer diante de um tribunal antes de tudo pela ligação incontestável que mantinha com Kornilov. Os ministros socialistas ficarão apenas em prisões domiciliar.” Seria mais simples e mais exato dizer que a captura do velho governo era ditada pelas necessidades de uma luta que ainda não tinha terminado. Tratava-se de decapitar o campo inimigo e não de punir os erros precedentes.

A interpelação, porém, a respeito das prisões é imediatamente eliminada por um outro episódio infinitamente mais importante: o 3º Batalhão de Motociclistas que Kerensky deslocou para Petrogrado ficou

do lado do povo revolucionário! Essa notícia, tão favorável, parece inverossímil: mas era, todavia, isso mesmo: um contingente selecionado, o primeiro a ser destacado do *front*, antes mesmo de chegar à capital, juntou-se à insurreição. Se o Congresso, na alegria de saber que ministros estavam presos, pôs uma nuance de moderação, agora é tomado de um entusiasmo completo e incontido.

Na tribuna o comissário bolchevista de Tsarskoe Selo ao lado do delegado do batalhão de motociclistas: ambos tinham acabado de chegar para fazer um relatório ao Congresso. “A guarnição de Tsarskoe Selo guarda as proximidades de Petrogrado.” Os partidários da defesa nacional abandonaram o soviete. “Todo o trabalho coube apenas a nós.” Ao tomar conhecimento da próxima chegada dos motociclistas, o Soviete de Tsarskoe Selo preparou-se para a resistência. O alarma revelou-se, por felicidade, vão: “Entre os motociclistas não existem inimigos do Congresso dos Sovietes.” Logo depois chegava a Tsarskoe Selo outro batalhão: todos se preparam para recebê-lo amistosamente. O Congresso bebe o relatório como se fosse leite!

O representante dos motociclistas foi acolhido com uma tempestade, um turbilhão, um ciclone de aplausos. Do *front* sudoeste, o 3º Batalhão foi subitamente enviado ao norte, por meio de uma ordem telegráfica: “Defender Petrogrado.” Os motociclistas “deram tratos à bola” não adivinhando nem vagamente de que se tratava. Em Peredolsk esbarraaram com um escalão do 5º Batalhão de Motociclistas que igualmente fora enviado à capital. Num *meeting* conjunto, organizado na estação, ficou provado que: “De todos os motociclistas não havia um único homem que consentisse em marchar contra seus irmãos.” Decisão tomada em comum: Não se submeter ao governo. “Eu vos declaro concretamente”, diz o motociclista, “não entregaremos o poder a um governo que seja encabeçado por um burguês ou um dos proprietários nobres!” A palavra “concretamente”, introduzida no uso popular pela Revolução, apresentou boa sonoridade naquele momento.

Fazia muito tempo que, da mesma tribuna, o Congresso era ameaçado de sofrer castigos vindos do *front*. Agora, o próprio *front* pronunciara “concretamente” a sua palavra. Que os comitês de Exército sabotem o Congresso; que a massa de soldados das fileiras tenha conseguido,

excepcionalmente, enviar delegados; que, em muitos regimentos e divisões ainda não tenham aprendido a distinguir um bolchevique de um socialista revolucionário, pouco importa! A voz que vem de Peredolsk é a voz autêntica, infalível, irrefutável do Exército. Contra esse veredito não há apelação. Os bolcheviques e somente eles, tinham compreendido, no devido tempo, que o cozinheiro do batalhão de motocicletas representava mil vezes melhor o *front* do que todos os Kharshes e Kuchins com seus mandados arquijsados. No estado de espírito dos delegados produziu-se uma brusca modificação, bastante significativa. “Começa a sentir”, escreve Sukhanov, “que a questão anda sozinha e de modo favorável, que os perigos anunciados pela direita não são tão terríveis assim, e que os líderes podem ter razão quanto ao resto.”

Foi esse o momento escolhido pelos lamentáveis mencheviques de esquerda para lembrar que existiam. Acontece que ainda não tinham saído. Discutiam, na fração, a questão de saber como se conduzir; esforçando-se por arrastar os grupos hesitantes, Kapeuplinsky, encarregado de enunciar ao Congresso a decisão tomada, caracteriza, enfim, o motivo mais franco de uma rotura com os bolcheviques: “Lembraí-vos que as tropas marcham contra Petrogrado. Estamos sob ameaça de uma catástrofe.” “Como? E ainda estais aí?” Os gritos partem de diversos pontos da sala. “Mas já saístes uma vez!” Os mencheviques, em pequenos grupos, dirigem-se à saída, seguidos de exclamações deprimentes. “Nós saímos”, declara Sukhanov num tom aflito, “depois de termos completamente libertado as mãos dos bolcheviques, e de termos cedido a eles todo o terreno da Revolução.” Pouca coisa teria ficado se aqueles de quem fala Sukhanov não tivessem partido. De qualquer modo eles soçobravam. A vaga dos acontecimentos fecha-se, implacavelmente, sobre a cabeça deles.

Era tempo de o Congresso fazer um apelo ao povo. A sessão, porém, continuava a se desenvolver com simples moções de ordem. Os acontecimentos não entram, de modo algum, na ordem do dia. Às 5h17min da manhã, Krylenko, caindo de cansaço, subiu à tribuna com um telegrama na mão: o 12º Exército saúda o Congresso e o informa da criação de um Comitê Militar Revolucionário encarregado da vigilância do *front* norte. As tentativas enviadas pelo governo para obter auxílio armado perderam-se na resistência das tropas. O general Cheremissov, comandante da frente norte,

submeteu-se ao Comitê. O comissário do Governo Provisório, Voitinsky, demitira-se e aguardava um substituto. As delegações dos escalões lançados contra Petrogrado declaram, uma após outra, ao Comitê Militar Revolucionário, que se juntavam à guarnição de Petrogrado. “Aconteceu algo de inimaginável”, escreve John Reed: “as pessoas choravam e se abraçavam.”

Lunacharsky encontra, enfim, a possibilidade de ler, em voz alta, um apelo aos operários, aos soldados, aos camponeses. Não é apenas um apelo: pela exposição do que se passou e daquilo que prevê o documento, redigido às pressas, pressupõe o início de novo regime estatal. “Os plenos poderes do Comitê Militar Central conciliador expiraram. O Governo Provisório foi deposto. O Congresso toma o poder em suas mãos.” O Governo Soviético proporá a paz imediata, entregará as terras aos camponeses, dará ao Exército um estatuto democrático, estabelecerá o controle da produção, convocará, em tempo oportuno, a Assembleia Constituinte, assegurará às nações da Rússia o direito de autodeterminação. “O Congresso decide que todo o poder, em todas as localidades, será transmitido aos Sovietes.” Cada frase lida levanta uma salva de aplausos. “Soldados, acautelai-vos! Ferroviários, parai todos os comboios dirigidos por Kerensky contra Petrogrado!... Nas vossas mãos encontram-se a sorte da Revolução e a sorte da paz democrática!”

A escutarem falar da terra os camponeses ficaram abalados. O Congresso, de acordo com o regulamento, representa apenas os operários e os soldados, mas também, como participantes, delegados de diversos sovietes camponeses: agora eles exigem que os mencionem também nos documentos. Concedeu-se-lhes, imediatamente, o direito de sufrágio deliberativo. O representante do Soviete camponês de Petrogrado assina o apelo “com os pés e as mãos”. Um membro do Comitê Executivo de Avksentiev, Berezin, calado até então, comunica que em sessenta e oito sovietes camponeses que responderam à pergunta telegráfica, metade pronunciou-se pelo poder aos sovietes e a outra metade pela transmissão do poder à Assembleia Constituinte. Se era esse o estado de espírito dos sovietes da província, quase pela metade composto de funcionários, seria possível duvidar que o futuro Congresso camponês sustentasse o poder ao soviete?

Agrupando mais estreitamente os delegados das fileiras o apelo atemoriza e mesmo desanima companheiros de jornadas, devido ao caráter

inelutável que apresenta. Novamente desfilam na tribuna as pequeninas frações, a limalha. Pela terceira vez dá-se uma ruptura com o Congresso, a de um pequeno grupo de mencheviques, talvez daqueles que estão mais à esquerda. Eles saem, mas somente para guardar a possibilidade de salvar os bolcheviques: “De outra forma nós vos perdereis, vós nos perdereis e mesmo à Revolução.” O representante do Partido Socialista Polonês, Lapinsky, se bem que permaneça no Congresso para “defender seu ponto de vista até o fim”, une-se, em suma, à declaração de Martov: “Os bolcheviques não podem tirar proveito do poder que tomam sobre eles.” O partido operário judaico unificado absteve-se de votar. Os internacionalistas unificados também. Quantos sufrágios, entretanto, esses “unificados” representam todos juntos? O apelo é aprovado por todos os votos contra dois e doze abstenções! Os delegados já não têm mais forças para aplaudir.

A sessão é, enfim, levantada lá pelas 6 horas da manhã. Sobre a cidade levanta-se a manhã de outubro cinzenta e fria. Nas ruas, que se iluminam pouco a pouco, brilham as manchas ardentes das fogueiras dos guardas-noturnos. Os rostos pálidos dos soldados e dos operários, armados de fuzis, estão fechados e inabituais. Se houvesse astrólogos em Petrogrado com certeza teriam observado importantes presságios no mapa-múndi celeste.

A capital acorda sob um novo poder. A gente comum, os funcionários, os intelectuais, vivendo afastados da cena dos acontecimentos, atiram-se sobre os jornais da manhã para saber em que margem a onda da noite os fez encalhar. Não é fácil, porém, esclarecer o que se passou. Em verdade os jornais falam da tomada do Palácio de Inverno e da prisão dos ministros, mas apenas como um episódio passageiro. Kerensky partiu para o quartel-general e a sorte do poder será decidida pelo *front*. As atas do Congresso reproduzem, apenas, as declarações da direita, enumeram os que saíram e denunciam a impotência dos que ficaram. Os artigos políticos, escritos antes da tomada do Palácio de Inverno, transcendem um otimismo sem nuvens.

Os rumores das ruas não correspondem, de modo algum, ao tom dos jornais. Afinal de contas os ministros estão mesmo trancados na fortaleza. Do lado de Kerensky não se vê reforços no momento. Os funcionários e os oficiais se emocionam e mantêm conciliábulos. Os jornalistas e os advogados trocam telefonemas. As redações procuram reunir suas

ideias. Os oráculos dos salões dizem: é necessário fechar os usurpadores num bloqueio de desprezo público. Os comerciantes não sabem se devem continuar a comerciar ou não. Os poderes novos ordenam que comerciem. Os restaurantes abrem. Os bondes andam e os bancos esperam com maus pressentimentos. Os sismógrafos da Bolsa descrevem uma curva convulsiva. Bem entendido os bolcheviques não se aguentarão muito tempo, mas antes de cair podem causar muitos males.

O jornalista reacionário Claude Anet escrevia naquele dia: “Os vencedores entoam um canto de vitória. E têm inteira razão. No meio de tantos tagarelas eles agiram. Hoje eles recolhem as colheitas. Bravo! Foi um belo trabalho!” A situação era totalmente diversa na apreciação dos mencheviques. “Vinte e quatro horas passaram depois da ‘vitória’ dos bolcheviques”, escrevia o jornal de Dan, “e a fatalidade histórica começa a vingar-se deles... em volta deles o vazio que eles mesmos criaram... estão isolados de todos... todo o aparelho de funcionários e de técnicos recusa-se a servi-los... Eles ... desmoram-se no momento mesmo do triunfo e caem no abismo...”

Encorajados pela sabotagem dos funcionários e pela própria leviandade, os círculos liberais e conciliadores acreditavam, de forma estranha, na impunidade. A respeito dos bolcheviques falavam e escreviam na mesma linguagem que usaram nas Jornadas de Julho: “mercenários de Guilherme”, “os bolsos dos homens da Guarda Vermelha estão cheios de marcos alemães”, “são os oficiais alemães que comandam a insurreição...” O novo poder tinha que mostrar a tal gente um punho forte antes mesmo que eles comessem a acreditar nisso. Os jornais mais desabridos foram interditados na noite mesmo do dia 25 para o 26. Certo número de outros foram confiscados durante o dia. A imprensa socialista foi preservada no momento; era necessário dar aos socialistas revolucionários de esquerda e também a alguns elementos do Partido Bolchevista a possibilidade de se convencerem da inconsistência das esperanças em uma coligação com a democracia oficial.

No meio da sabotagem e do caos os bolcheviques desenvolviam a vitória. Organizado durante a noite, um estado-maior provisório ocupou-se da defesa de Petrogrado em caso de uma ofensiva de Kerensky. Para a central telefônica, onde uma greve começara, enviaram-se telefonistas

militares. Convida-se o Exército a criar seus comitês revolucionários. No *front* e na província enviam-se, por grupos, agitadores e organizadores que ficaram disponíveis depois da vitória. O órgão central do partido escrevia: “O Soviete de Petrogrado pronunciou-se – na vez dos outros sovietes.”

No decorrer do dia chegou uma notícia que perturbou, principalmente, os soldados. Kornilov fugira. Na verdade, esse distinto prisioneiro, que morava em Bykhov, guardado pelos fiéis homens do Tek e que através do quartel-general de Kerensky, era mantido a par de todos os acontecimentos, decidiu, no dia 25, que o caso estava tomando uma feição séria e abandonou a prisão imaginária sem a menor dificuldade. A ligação entre Kerensky e Kornilov confirmou-se, novamente, aos olhos das massas. O Comitê Militar Revolucionário pedia, pelo telegrafo, aos soldados e oficiais revolucionários, que prendessem e levassem para Petrogrado os dois antigos generalíssimos.

Assim como em fevereiro o Palácio de Táuride, agora o Smolny transformara-se centro de todas as funções da capital e do Estado. Ali tinham assento todas as instituições dirigentes. De lá partiam as decisões ou então lá vinham buscá-las. Lá reclamavam armas, lá distribuía-se os fuzis e os revólveres confiscados aos inimigos. Dos diferentes pontos da cidade iam para lá as pessoas presas. Aqueles que foram ofendidos reuniam-se, agora, procurando justiça. O público burguês e os cocheiros de fiacres faziam a volta no Smolny em largos círculos.

O automóvel é um símbolo do poder muito mais efetivo do que o cetro e o globo. Sob o regime de dualidades de poderes os automóveis estavam repartidos entre o governo, o Comitê Executivo Central e os particulares. No momento todas as máquinas confiscadas estavam entregues ao campo da insurreição. O quartelão do Smolny assemelhava-se a uma gigantesca garagem de campanha. Os melhores automóveis exalavam o mau cheiro de um horrível carburante. As motocicletas trepidavam com impaciência e ameaçadoras na penumbra. Os carros blindados rangendo com suas lagartas... Smolny parecia uma fábrica, uma estação ferroviária, a estação energética da insurreição.

Nas calçadas das ruas adjacentes alongavam-se filas compactas de gente. Diante das portas internas e externas queimava-se a lenha. À luz vacilante das fogueiras os operários armados e os soldados examinavam, atenta-

mente, os salvo-condutos. Alguns carros blindados no pátio eram sacudidos pelos motores em funcionamento. Ninguém queria parar, nem as máquinas nem as pessoas. Em cada entrada encontravam-se os ninhos de metralhadoras abundantemente fornecidas de cartuchos. Os intermináveis e pálidos corredores estavam cheios de ruídos de passos, de exclamações, de chamados. Quem chegava e quem saía precipitava-se pelas escadarias, uns para cima, outros para baixo. Essa lava humana era cortada por indivíduos impacientes e autoritários, militantes do Smolny, mensageiros, comissários, acenando com o braço estendido um mandado ou uma ordem, trazendo o fuzil no ombro preso por um cordão, ou então com uma pasta debaixo do braço.

O Comitê Militar Revolucionário não interrompeu um minuto o trabalho, recebeu delegados, correios, informações voluntárias, amigos cheios de abnegação e patifes, expediu para todos os cantos da capital os comissários, após inúmeros selos nas ordens e nos certificados de poder – tudo através dos pedidos de esclarecimentos que se entrecruzavam, dos comunicados urgentes, dos chamados telefônicos e do tinir das armas. Esgotados, os homens que não tinham dormido nem comido havia muitas horas, sem se barbear, vestidos com roupas sujas, olhos inflamados, gritavam com voz rouca, gesticulavam exageradamente e se não caíam inanimados no chão era, parecida, graças ao caos do ambiente que os obrigava a redemoinhar e os carregava nas asas irresistíveis.

Aventureiros, debochados, os piores resíduos dos antigos regimes, enchiam-se de vento e procuravam introduzir-se no Smolny. Muitos o conseguiram. Conheciam alguns segredinhos da direção: quem estava com as chaves da correspondência diplomática, como redigir os bônus para depósito de fundos, onde poderiam conseguir gasolina ou então uma máquina de escrever e, particularmente, onde estavam conservados os melhores vinhos do palácio. Não era a primeira vez que eles se viam na cadeia ou então sob a bala de um revólver.

Desde a criação do mundo nunca tantas ordens foram dadas: oralmente, a lápis, por telefone, um procurando segurar o outro – milhares e miríades de ordens – nem sempre emitidas pelos que tinham o direito de comandar e raramente recebidas pelos que deviam executá-las. O milagre residia no fato de, nesse remoinho de loucura, existir um sentido profundo, as pessoas fazerem tudo para se entenderem, o mais importante

e o mais indispensável ser executado e, para substituir o velho aparelho da direção, os primeiros fios de uma nova direção terem sido lançados: a Revolução reforçava-se.

Durante o dia o Comitê Central dos bolcheviques trabalhou no Smolny: tratava-se de decidir a respeito do novo governo da Rússia. Nenhuma ata foi redigida ou então não foi conservada. Ninguém se lembrava dos historiadores futuros apesar de estar-se preparando, para eles, muitas preocupações. Na sessão noturna do Congresso a assembleia deveria criar um gabinete ministerial. Ministros? Eis uma palavra muito comprometida! Cheira a alta carreira burocrática ou então ao coroamento de uma ambição parlamentar. Ficou decidido que se daria ao governo o nome: Conselho dos Comissários do Povo; isso tem pelo menos um aspecto mais novo. Dado que os entendimentos sobre a coligação de “toda a democracia” não levava a nada, o problema da composição do governo, tanto em relação ao partido quanto em relação às personalidades, ficava simplificado. Os socialistas revolucionários de esquerda fazem caretas e se fecham: acabam de romper com o partido de Kerensky e não sabem ainda o que fazer. O Comitê Central adota a proposta de Lenine como a única e viável: formar um governo composto unicamente de bolcheviques.

No decorrer da sessão, Martov veio demandar a causa dos ministros socialistas que tinham sido presos. Algum tempo antes tivera ele o ensejo de intervir junto aos ministros socialistas para a soltura dos bolcheviques. A roda dera um famoso giro. Por intermédio de um de seus membros, designados para entender-se com Martov, Kamenev sem dúvida, o Comitê Central confirmou que os ministros socialistas ficariam, a rigor, presos em domicílio: segundo as aparências esqueceram-se de pensar neles no meio de tanta azáfama ou então eles próprios tinham renunciado aos seus privilégios respeitando, mesmo no baluarte Trubetzkoy, o princípio da solidariedade ministerial.

A sessão do Congresso foi aberta às 9 horas da noite. “O quadro diferia pouco do da véspera. Menos armas, menos tumulto.” Sukhanov, não mais na qualidade de delegado, mas de público, conseguiu arranjar um lugar. Nessa sessão deveria decidir-se a questão da paz, da terra, do governo. Nada além de 3 questões: acabar com a guerra, dar terra ao povo, estabelecer a ditadura socialista. Kamenev inicia com um relatório sobre

as atividades do birô durante o dia: aboliu-se a pena de morte que Kerensky restabelecera no *front*; concedeu-se liberdade de agitação; foi dada ordem de soltar os soldados presos por delitos de opinião e os membros dos comitês agrários; foram destituídos todos os comissários do Governo Provisório, foi dada ordem de prender e entregar Kerensky e Kornilov. O Congresso aprova e confirma.

Novamente dão provas de existir diante de uma sala impaciente e malquerente todas as espécies de refugos: uns fazem saber que vão embora – “no momento da vitória da insurreição e não no momento da derrota” – outros, ao contrário, vangloriam-se de ficar. O representante dos mineiros do Donetz pede que tomem medidas urgentes para que Kaledin não suspenda as remessas de carvão para o Norte. Passaria ainda muito tempo até que a Revolução aprendesse a tomar medidas de tal envergadura. Enfim, pode-se passar ao primeiro parágrafo da ordem do dia.

Lenine, que ainda não se apresentara ao Congresso, toma a palavra para tratar da paz. A aparição dele na tribuna provoca aplausos intermináveis. Os delegados das trincheiras olham, olhos arregalados, para aquele homem misterioso que ensinaram a detestar e que eles aprenderam, mesmo sem conhecê-lo, a amar. “Segurando-se solidamente nos bordos da tribuna e fixando com seus pequeninos olhos a multidão”, Lenine esperava visivelmente desinteressado das ovações incessantes, que duraram muitos minutos. Quando a manifestação acabou ele disse simplesmente: “Agora vamos nos ocupar da edificação da ordem socialista.”

Não ficou uma ata do Congresso. Os estenógrafos parlamentares, convidados a tomar notas dos debates, abandonaram o Smolny com os mencheviques e os socialistas revolucionários: foi o primeiro episódio de sabotagem. As notas tomadas pelos secretários foram irremediavelmente perdidas no abismo dos acontecimentos. Permaneceram apenas as notícias feitas às pressas e tendenciosas dos jornais redigidas sob o estrondear do bombardeio ou então entre o rilhar de dentes da luta política. Os relatórios de Lenine sofreram, particularmente, com tal situação: devido à rapidez com que falava e à complexa construção dos períodos, os relatórios, mesmo em circunstâncias mais favoráveis, não permitiriam facilmente que se os anotassem. A frase de introdução que John Reed coloca nos lábios de Lenine não se encontra em qualquer notícia de jornal. Está, todavia, intei-

ramente dentro do espírito do orador. Reed não poderia inventá-la. É precisamente dessa maneira que Lenine deve ter começado a intervenção no Congresso dos Sovietes, simplesmente, sem dramaticidade, com segurança irresistível: “Agora vamos nos ocupar na edificação da ordem socialista.”

Para tanto, todavia, seria necessário acabar com a guerra. Ao tempo de sua vida de emigrado na Suíça, Lenine lançara a palavra de ordem: transformar a guerra imperialista em guerra civil. Agora, era necessário transformar a guerra civil vitoriosa em paz. O relator começa lendo um projeto de declaração que o governo a ser eleito deve publicar. O texto não foi distribuído: a técnica estava ainda muito fraca. O Congresso é todo ouvidos à leitura de cada palavra do documento.

“O governo operário e camponês, criado pela Revolução dos dias 24-25 de outubro, apoiando-se nos soviets de deputados operários, soldados e camponeses, propõe a todos os países beligerantes e a seus governos entabular, imediatamente, conversações no sentido de uma paz justa e democrática.” Cláusulas rejeitam todas as anexações e contribuições. Sob o termo de anexação deve ser entendido a adjunção forçada das populações estrangeiras ou então a manutenção das mesmas em servidão contra a vontade delas, na Europa ou longe, além dos oceanos. “Ao mesmo tempo o governo declara não considerar as condições de paz, acima indicadas, como *ultimatum*, uma vez que está pronto a examinar quaisquer outras condições”, exigindo apenas que se iniciem o mais breve possível os entendimentos e que todo o segredo seja eliminado no curso das conversações.

De seu lado o Governo Soviético abole a diplomacia secreta e inicia a publicação dos tratados secretos assinados até o dia 25 de outubro de 1917. Tudo quanto, naqueles tratados, tem por objetivo atribuir vantagens e privilégios aos proprietários e aos capitalistas russos assegurar a opressão dos grão-russos sobre outros povos – “o governo declara tudo isso abolido sem condições e imediatamente”. Para a abertura das conversações é proposta, imediatamente, uma trégua que será tanto quanto possível de pelo menos três meses. O governo operário e camponês dirige tais proposições simultaneamente “aos governos e aos povos de todos os países beligerantes... em particular aos operários conscientes das três nações mais adiantadas”, a Inglaterra, a França, e a Alemanha, na certeza que serão precisamente elas “que nos ajudarão a levar a bom termo a obra da paz e,

ao mesmo tempo, a libertar as massas trabalhadoras de toda a servidão e de toda exploração”.

Lenine limita-se a breves comentários sobre o texto da declaração. “Não podemos ignorar os governos porquanto isso atrasaria a possibilidade de concluir a paz..., mas não temos o direito, ao mesmo tempo, de nos omitirmos em relação aos povos. Por toda a parte os governos e os povos estão em desacordo, nós devemos ajudar os povos a intervir nas questões da guerra e da paz.” “Certamente defendemos, por todos os meios, nosso programa de paz sem anexações nem contribuições”, mas não devemos colocar nossas condições como *ultimatum*, cuidando de não dar aos governos um pretexto cômodo para afastar os entendimentos. Examinaremos quaisquer outras proposições. “Examinaremos – o que não quer dizer que as aceitaremos.”

O manifesto publicado pelos conciliadores, no dia 14 de março, convidava os operários dos outros países a derrubar os banqueiros em nome da paz; entretanto, os próprios conciliadores, longe de pedir a derrubada de seus próprios banqueiros, faziam aliança com eles. “Agora derrubamos o governo dos banqueiros. Isto nos dá o direito de apelar para que os outros povos façam o mesmo. Temos todas as esperanças de vencer. É preciso lembrar que vivemos não nas profundezas da África, mas na Europa, onde tudo pode transformar-se rapidamente, em conhecimento público.” Lenine vê, como sempre, a garantia da vitória na transformação da Revolução nacional em Revolução internacional. “O movimento operário tomará a dianteira e abrirá o caminho para a paz e o socialismo.”

Os socialistas revolucionários de esquerda enviaram representantes para emprestar a adesão deles à declaração que acaba de ser lida. “Tanto no espírito quanto no sentido aproximava-se do pensamento deles e era compreensível.” Os internacionalistas unificados eram favoráveis à declaração, mas na condição de ser feita em nome de um governo de toda a democracia. Lapinsky, em nome dos mencheviques poloneses da esquerda, aprova “o sadio realismo proletário” do documento. Dzerzhinsky, em nome da social-democracia da Polônia e da Lituânia, Stuchka, em nome da social-democracia da Letônia, Kapsukas, em nome da social-democracia lituana, aderem, sem reservas, à declaração. Só houve objeção por parte do bolchevique Eremeev, que exigiu que as declarações de paz assumissem ca-

ráter de *ultimatum*: de outro modo “poderiam pensar que estamos fracos, que temos medo”.

Lenine argumenta resolutamente, até com veemência, contra a proposta de apresentar as cláusulas da paz sob forma de *ultimatum*: assim “daremos apenas aos nossos adversários a possibilidade de dissimular toda verdade ao povo, de escondê-la por trás de nossa intransigência”. Diz-se que “nossa renúncia a colocar o *ultimatum* demonstrará impotência”. “É tempo de renunciar à falsidade das concepções burguesas em política. Nada temos que temer dizendo a verdade de nosso cansaço...” Os futuros desentendimentos sobre Brest-Litovsky apontavam já através desse episódio.

Kamenev convida todos os que são partidários da mensagem a mostrar os cartões de delegados. “Um dos delegados – escreve John Reed – levantou o braço em sinal de oposição, mas em torno dele, rebentou tal indignação que ele foi obrigado a baixar a mão.” A mensagem ao povo e aos governos foi adotada por unanimidade. A coisa está feita! Esse ato engloba todos os participantes devido à sua grandeza imediata e tão próxima.

Sukhanov, observador atento se bem que prevenido, notara, mais uma vez, desde a primeira sessão, o cansaço do Congresso. Sem dúvida alguma os delegados, assim como todo o povo, estavam exaustos de reuniões, de congressos, de discursos, de resoluções e, em geral, de todo esse patinhar no mesmo lugar. Não tinham a certeza de que esse congresso soubesse ou pudesse levar as coisas ao fim certo. A grandiosidade das tarefas e a força das resistências não o forçariam a bater em retirada? Houve um afluxo de segurança quando se tomou conhecimento da tomada do Palácio de Inverno e, a seguir, da adesão dos motociclistas à insurreição. Eram, porém, dois fatos que se relacionavam ainda com o mecanismo da insurreição. E só agora descobria-se, efetivamente, seu sentido histórico. A insurreição vitoriosa colocara, sob o Congresso dos operários e dos soldados, a base inabalável do poder. Dessa vez os delegados votavam não a favor de uma resolução, mas por um ato de governo cuja significação era infinitamente maior.

Escutai, povos! A Revolução convida à paz. Será acusada de ter violado tratados. Mas está orgulhosa disso. Romper com as sangrentas alianças de rapaces é um grande mérito na História. Os bolcheviques ousaram. Foram os únicos a ousar. O orgulho resplandece em seus corações. Os olhos se inflamam. Parece que ninguém respira. O birô, os delegados,

os convidados, os homens da guarda unem-se num hino de insurreição e de fraternidade. “Bruscamente, num impulso geral”, contará mais tarde John Reed, observador e participante, cronista e poeta da insurreição, “nos vimos todos de pé, retomando os tons arrebatadores da *Internacional*. Um velho soldado de cabelos brancos chorava como uma criança. Alexandra Kollontai piscava rapidamente os olhos para não chorar. A vigorosa harmonia espalhava-se pela sala, atravessando vidraças e portas e subia bem alto, para o céu.”

Seria para o céu? Ou melhor, para as trincheiras de outono que cortavam a miserável Europa crucificada, para as cidades e aldeias devastadas, para as mulheres e as mães de luto. “De pé, condenados da Terra; de pé, vítimas da fome!...” As palavras do hino libertaram-se de seu caráter convencional. Confundiam-se com o ato governamental. Era dali que vinha aquela sonoridade da ação direta. Cada qual se sentia maior e mais significativo naquele momento. O coração da Revolução alargava-se e abraçava o mundo inteiro. “Obteremos a libertação...” O espírito de independência, de iniciativa, de audácia, os sentimentos felizes dos quais os oprimidos são desprovidos nas circunstâncias habituais – tudo isso a revolução agora trazia... “Com suas próprias mãos!” Com a mão todo poderosa, milhares de homens que derrubaram a monarquia e burguesia, irão agora sufocar a guerra. A Guarda Vermelha do bairro de Vyborg, o soldado obscuro mutilado que voltou do *front*, o velho revolucionário que passou anos na prisão dos forçados, o jovem marinheiro do *Aurora*, com a barba negra – todos juravam levar até o término a luta final e decisiva. “Nós construiremos um mundo nosso, um novo mundo!” Nós construiremos! Nessas palavras que escapavam de peitos humanos estavam já incluídos os futuros anos da guerra civil e os próximos períodos quinquenais de trabalho e de privações. “Aquele que não era nada tornar-se-á tudo!” Tudo! Se a realidade do passado transformou-se mais de uma vez hino, por que o hino não se transformava na realidade do amanhã? As túnicas das trincheiras não se pareciam mais com as vestes dos galés. Os bonés de pelo, com o enchimento rasgado, apareceram agora de outra maneira sobre os olhos faiscantes. “Despertar do gênero humano!” Seria possível que não despertassem das calamidades, das humilhações, da lama e do sangue da guerra?

“Todo o birô, Lenine à frente, estava de pé e cantava, os rostos exaltados, inspirados, os olhares ardentes.” Assim a testemunha, um céptico que contemplava com sentimento penoso o triunfo alheio. “Desejava tanto unir-me”, declara Sukhanov, “confundir-me num único e mesmo sentimento, num mesmo estado de alma, com aquela massa e seus chefes. Mas eu não podia.”

Os últimos acordes do hino esvaneceram-se, mas o Congresso permanecia ainda de pé, a massa humana fundida, arrebatada pelo grandioso momento que vivera. Inúmeros foram os olhares que se fixaram num homem baixo e gordo, ereto na tribuna, cabeça extraordinária, de traços simples, maçãs salientes, o rosto por um instante alterado devido ao queixo raspado, cujos olhos pequeninos de formato ligeiramente mongólico eram dotados de olhar penetrante. Ninguém o tinha visto durante os últimos quatro meses e o seu nome quase tivera tempo de destacar-se de seu corpo físico. Não, ele não era um mito, e ei-lo agora entre os seus – e quantos eram os “seus” agora! – tendo entre as mãos as folhas de uma mensagem de paz enviada aos novos. Aqueles, porém, que estavam mais perto dele e até mesmo os que conheciam melhor o lugar que ele ocupava no Partido sentiram, pela primeira vez, o que ele significava para a Revolução, para o povo, para os povos. Foi ele quem educou. Foi ele quem ensinou. Uma voz, partida do fundo da assembleia, endereçou palavras de saudação ao chefe. A sala só esperava aquele sinal. Viva Lenine! As emoções pelas quais se havia passado, as dúvidas superadas, o orgulho da iniciativa, o triunfo, as grandes esperanças, tudo se confundiu numa erupção vulcânica de reconhecimento e de entusiasmo. A testemunha céptica anota secamente: “Produziu-se uma ascensão incontestável dos espíritos... saudava-se Lenine, davam-se hurras! Jogavam-se os bonés para o ar. Cantou-se a *Marcha Fúnebre* em memória das vítimas da Revolução. Novamente aplausos, gritos, bonés no ar.”

Tudo aquilo quanto o Congresso vivera naqueles minutos o povo inteiro deveria viver no dia seguinte, se bem que com menos intensidade. “É preciso que se diga”, escreve em *Lembranças* Stankevich, “que o gesto audacioso dos bolcheviques, a aptidão que demonstraram para atravessar os fios de arame farpado, os quatro anos que nos tinham separado dos povos vizinhos, causaram, por si mesmos uma imensa im-

pressão.” Mais brutalmente, porém não com menos nitidez, exprime-se o barão Budberg, em seu diário íntimo. “O novo regime do camarada Lenine começa por decretar a paz imediata. Atualmente é um golpe de gênio para atrair a massa dos soldados; eu próprio o constatei através do estado de espírito de diversos regimentos que hoje visitei; o telegrama de Lenine, versando sobre uma trégua de três meses imediata, e a paz consecutiva, produziu, por toda a parte, uma impressão formidável e provocou explosões de alegria. Perdemos, agora, nossas últimas possibilidades de salvar o *front*.” O que aquela gente entendia, falando em salvar o *front* que eles próprios perderam – era, desde muito tempo e unicamente, a salvação das próprias posições sociais.

Se a Revolução encontrou nela mesma a audácia para atravessar os fios de arame farpado em março e abril, poderia ainda realizar, durante algum tempo, uma soldadura no Exército, mas na condição de reduzir pela metade, ou então para um terço, os efetivos e constituir assim, para a sua política exterior, uma posição de força excepcional. Mas a hora dos atos corajosos soou apenas em Outubro, quando já não se podia mais sonhar em salvar uma parte qualquer do Exército mesmo durante algum tempo. O novo regime tinha que tomar para si os gastos, não apenas da guerra czarista, mas também os esbanjamentos cometidos, levemente, pelo Governo Provisório. Em tão terríveis circunstâncias, sem saída em se tratando de qualquer outro partido, o bolchevismo era o único capaz de recolocar o país no bom caminho, abrindo, pela Revolução de Outubro, os reservatórios inesgotáveis da energia popular.

Lenine sobe novamente à tribuna, desta vez com algumas páginas pequeninas do decreto sobre a propriedade agrária. Começa acusando o governo derrubado e os partidos conciliadores que, por terem arrastado a questão da terra, levaram o país a uma insurreição camponesa. “Há mentiras e covardes imposturas naquilo que se diz a respeito das pilhagens e da anarquia nos campos. Onde e quando pilhagens e anarquia foram provocadas por medidas razoáveis?...” O projeto do decreto não foi recolhido em muitos exemplares, para distribuição. O relator traz nas mãos o único rascunho, que está escrito segundo as lembranças de Sukhanov, “tão mal que Lenine, ao lê-lo, tropeça, embaraça-se e cai, finalmente, em pane. Alguém, do meio da multidão que se amontoou perto da tribuna, vem em

socorro dele. Lenine cede, de boa vontade, seu lugar e o papel ilegível”. Pequenas dificuldades, como essa, não diminuem, de modo algum, aos olhos do parlamento plebeu, a grandeza do que se realizava.

O conteúdo do decreto encontra-se em duas linhas do artigo primeiro. “A propriedade territorial dos nobres fica abolida, imediatamente, sem direito a qualquer indenização.” As terras dos nobres, os domínios da coroa, as propriedades dos mosteiros e das igrejas, incluindo o arrendamento do gado e os utensílios, passam à disposição dos comitês agrários do cantão e dos sovietes de deputados camponeses do distrito, até que se reúna a Assembleia Constituinte. Os bens confiscados, na qualidade de propriedade pública, serão confiados à guarda dos sovietes locais. As terras dos camponeses de condição humilde e dos cossacos das fileiras escapam ao confisco. O decreto conta apenas com umas trinta linhas: foi um golpe de machado no nó górdio.

Ao texto essencial foi acrescentada uma instrução mais extensa, totalmente tomada dos camponeses. Na *Izvestia* dos Sovietes Camponeses imprimiu-se, no dia 19 de agosto, o resumo de duzentos e quarenta e dois cadernos entregues, pelos eleitores, aos representantes do primeiro congresso dos deputados camponeses. Apesar de o resumo desses cadernos ter sido elaborado pelos socialistas revolucionários, Lenine não hesitou em incorporar esse documento, total e integralmente, ao decreto, “a título de direção geral para a realização das grandes reformas agrárias”. A carta diz, substancialmente: “O direito de propriedade privada sobre a terra fica revogado para sempre.” “O direito de utilizar a terra é concedido a todos os cidadãos... que desejem trabalhar com suas próprias mãos.” “O trabalho assalariado não será tolerado.” “A exploração da terra deve ser igualitária, isto é, o solo será distribuído entre os trabalhadores, levando-se em conta as condições locais, segundo uma norma de trabalho e de consumo.”

Caso o regime burguês tivesse sido mantido, sem falar de uma coligação com os proprietários nobres, o resumo redigido pelos socialistas revolucionários teria permanecido como utopia inviável, a menos que se transformasse em mentira consciente. Não seria realizável em todas as suas partes, mesmo sob o domínio do proletariado. O destino do formulário, porém, modificava-se, radicalmente, desde que o poder o encarava de um

modo novo. O governo operário concedia à classe camponesa um prazo para fazer verificações efetivas no seu programa contraditório.

“Os camponeses querem guardar para eles a pequena propriedade, fixar uma norma igualitária... proceder periodicamente, a novos nivelamentos”, escrevia Lenine, em agosto. “Pois bem, que assim seja! Sobre esse ponto nenhum socialista razoável ficará em desacordo com os camponeses pobres. Se as terras forem confiscadas o domínio dos brancos fica solapado, se o material for confiscado, o domínio do capital fica também solapado e... o poder político passando para o proletariado, o resto... será sugerido pela prática.”

Inúmeros foram aqueles que, amigos e inimigos, não compreenderam essa atitude perspicaz, pedagógica em certa medida do Partido Bolchevista, em relação à classe camponesa e o programa agrário dela. A divisão igualitária da terra, replicava Rosa Luxemburgo, nada tem de comum com o socialismo. A esse respeito também os bolcheviques, bem entendido, não tinham ilusões. Ao contrário, a estrutura do decreto testemunha a vigilância crítica do legislador. Quando o resumo dos cadernos declara que a terra toda, tanto a dos proprietários nobres quanto a dos camponeses, “torna-se bens de toda a nação”, a lei fundamentalmente silencia quanto à nova forma da propriedade privada. Até um jurista de vistas largas deveria parar, horrorizado, diante do fato de que a nacionalização da terra, novo princípio social de importância histórica mundial, foi instituída sob a forma de uma instrução acrescentada à lei fundamentalmente. Não há, portanto, negligência na redação. Lenine desejava, sobretudo, não ligar, *a priori*, o Partido e o poder soviético a um domínio histórico ainda inexplorado. Aqui também, ele unia à audácia sem exemplo a maior circunspeção. Ficava ainda por determinar, pela experiência, como os camponeses compreenderiam que a terra se tornava “no bem da nação inteira”. Depois de ter dado um salto para frente, era necessário fortificar as posições no caso de ser obrigado a recuar: a distribuição das terras dos proprietários nobres entre os camponeses, não constituindo, por si mesma, uma garantia a respeito da contrarrevolução, excluía, de qualquer modo, a restauração da monarquia feudal.

Não se poderia falar de perspectivas socialistas a não ser na condição de estabelecer e manter o poder do proletariado; ora, manter esse

poder só seria possível concedendo uma ajuda resoluta ao camponês no seu empreendimento revolucionário. Se a distribuição das terras consolidava, politicamente, o governo socialista, ficava inteiramente justificada como medida imediata. Era necessário tomar o camponês conforme a Revolução o encontrou. Ele só poderia ser reeducado através de um novo regime, não de repente, mas durante muitos anos, no decorrer de muitas gerações, com a assistência de uma técnica nova e de uma nova organização econômica. O decreto, combinado com o resumo dos cadernos, significava, para a ditadura do proletariado, a obrigação não apenas de considerar atentamente os interesses do trabalhador agrícola, mas também de tolerar suas ilusões de pequeno proprietário. Estava de antemão bem claro que, na Revolução agrária, haveria ainda muitas etapas e muitas modificações. A instrução anexa não representava, de forma alguma, a última palavra. Representava tão somente um ponto de partida que os operários consentiam em ocupar, ajudando os camponeses em suas reivindicações progressistas e se prevenindo contra um passo em falso.

“Não podemos ignorar”, dizia Lenine em seu relatório, “a decisão da base popular quando mesmo estejamos em desacordo com ela... Devemos dar às massas populares inteira liberdade de ação criadora... Em resumo – e tudo está nisso – a classe camponesa deve obter a firme confiança de que os proprietários nobres não existem mais nos campos e é preciso, daqui por diante, que os próprios camponeses decidam tudo e organizem, eles mesmos, as próprias existências.” Oportunismo? Não. Realismo revolucionário.

Antes que os aplausos tivessem terminado, o socialista revolucionário de direita Pianykh, que se apresenta em nome do Comitê Executivo camponês, levanta um furioso protesto a respeito da prisão a que estão submetidos os ministros socialistas. “Nestes últimos dias acontece alguma coisa”, grita o orador, dando um murro na mesa num acesso de raiva, “alguma coisa como jamais se viu em qualquer Revolução. Nossos camaradas, membros do Comitê Executivo – Maslov e Salazkin estão presos. Exigimos que sejam soltos imediatamente!” “Se um único cabelo cair da cabeça deles!...”, grita outro emissário, com túnica de soldado, em tom ameaçador. Um e outro parecem, ao Congresso, almas do outro mundo.

No momento em que se deu a Revolução existiam, na prisão de Dvinsk, inculpadas de bolchevismo, mais ou menos oitocentas pessoas. Em Kiev, quinhentos e trinta e cinco, sobretudo soldados. E quantos mais existiam, noutros lugares do país, atrás das grades, membros dos comitês de camponeses! Enfim, bom número de delegados do Congresso, a começar pelo birô, passaram, a partir de julho, pelas prisões de Kerensky. Não é de admirar, portanto, que a indignação dos amigos do Governo Provisório não tenha suscitado, na assembleia, uma grande emoção. Para cúmulo do azar, saiu de seu lugar um delegado desconhecido, um camponês da província do Tver, cabelos longos, em *touloupe*, e saudando polidamente os quatro cantos da assembleia, suplicou ao congresso, em nome de seus eleitores, que não hesitasse em prender o Comitê Executivo Avksentiev, inteiro: “Não são representantes camponeses, são cadetes, o lugar deles é na prisão.” Assim levantaram-se um diante do outro, os dois personagens: o socialista revolucionário Pianykh, parlamentar experimentado, procurador dos ministros, odiento contra os bolcheviques; o outro, um obscuro camponês do Tver, que trazia para Lenine, em nome de seus eleitores, calorosas felicitações. Duas camadas sociais: duas revoluções: Pianykh falava em nome da Revolução de Fevereiro, o camponês do Tver militava na de Outubro. O Congresso presta ao delegado em *touloupe* uma verdadeira ovação. Os emissários do Comitê Executivo saem proferindo invectivas.

“A fração dos socialistas revolucionários de esquerda recebem o projeto de Lenine como seu triunfo pessoal”, declara Kalegaev. Entretanto, devido à extrema importância da questão, é indispensável que ela seja debatida nas diversas frações. Um maximalista, representante da extrema-esquerda do Partido Socialista Revolucionário que se decompôs, exige um voto imediato. “Nós devemos render homenagens ao partido que, logo no primeiro dia, sem falatórios, aplica semelhante medida.” Lenine insiste para que a sessão seja suspensa por um tempo tão curto quanto possível. “Notícias tão importantes para a Rússia devem ser impressas já pela manhã. Nada de atrasos!” O decreto sobre a questão agrária não é somente a base do novo regime, mas sim o instrumento de uma insurreição que deve conquistar todo o país. Não foi em vão que John Reed anotou, nesse momento, uma exclamação imperiosa que transpassa o burburinho da sala: “Quinze agitadores na sala nº 17. Imediatamente! Partida para o *front!*”

À uma hora da manhã, um delegado das tropas russas, na Macedônia, acaba de queixar-se de que elas ficaram esquecidas pelos dois governos que se sucederam em Petrogrado. O apoio pela paz e pela terra está assegurado pelos soldados que se encontram na Macedônia! Tal a nova verificação do estado de espírito do Exército que, desta vez, se encontra num *front* recuado do sudeste europeu. Kamenev comunica logo depois: o 10º Batalhão de Motociclistas, chamado pela manhã pelo governo, entrou esta manhã em Petrogrado e, assim como os que o precederam, aderiu ao Congresso dos Sovietes. Os aplausos calorosos vêm provar que as declarações, sem cessar, renovadas, da força que se possui não parecerão nunca inúteis.

Depois de uma resolução adotada por unanimidade e sem debates, declarando ponto de honra, para os soviets das localidades, não tolerar *pogroms* contra os judeus e quaisquer outras pessoas, levados a efeito por indivíduos tarados, põe-se em votação o projeto da lei agrária. Contra um voto e oito abstenções o Congresso adota, com novo entusiasmo, o decreto que põe fim ao regime de servidão, base das bases da antiga sociedade russa. De agora em diante a Revolução agrária russa fica legalizada. Com isso a Revolução do proletariado adquiriu um sólido suporte.

Falta um último problema: a criação de um governo. Kamenev lê o projeto elaborado pelo Comitê Central dos bolcheviques. A administração dos diversos domínios da vida estatal é confiada às comissões que devem trabalhar na realização do programa anunciado pelo Congresso – “em estreita união com as organizações de massa dos operários, das operárias, dos marinheiros, dos soldados, dos camponeses e dos empregados”. O poder governamental fica concentrado em mãos de um colégio formado dos presidentes das comissões, sob o nome de Soviete dos Comissários do Povo. O controle das atividades do governo pertence ao Congresso dos Sovietes e ao seu Comitê Executivo Central.

Para compor o I Soviete dos Comissários do Povo foram designados sete membros do Comitê Executivo Central do Partido Bolchevista: Lenine, chefe do governo, sem Pasta; Rykov, comissário do povo para o Interior; Miliutin, para a Agricultura; Noguín para o Comércio e Indústria; Trotsky para os Negócios Estrangeiros; Lomov para a Justiça; Stalin para presidente da Comissão das nacionalidades; a Guerra e a Marinha foram confiadas a um comitê composto de Antonov-Ovseenk, Krylenko e

Dybenko; à frente do comissariado do Trabalho pensa-se colocar Chliapnikov; a Instrução será dirigida por Lunacharsky; a tarefa penosa e ingrata do Abastecimento foi confiada a Theodorovich; os Correios e Telégrafos ao operário Glebov, no momento ninguém foi designado para as vias e comunicações: a porta ficou aberta para um entendimento com as organizações dos ferroviários.

Os quinze candidatos, quatro operários e onze intelectuais, tinham no passado, anos de cadeia, de deportação e de emigração; cinco deles tinham sido presos durante o regime da República democrática; o futuro *Premier* saíra, na véspera, de seu esconderijo sob a democracia. Kamenev e Zinoviev não entraram no Conselho dos Comissários do Povo: o primeiro foi designado presidente do novo Comitê Executivo Central e o segundo redator do órgão oficial dos soviets. “Quando Kamenev leu a lista dos Comissários do Povo”, escreve Reed, “aplausos rebentaram à leitura de cada nome e particularmente depois dos de Lenine e Trotsky. Sukhanov acrescenta o nome de Lunacharsky.”

Contra a composição do governo proposto, pronunciou-se, num longo discurso, o representante das nacionalidades unificadas, Avilov, outrora bolchevique, redator do jornal de Gorky. Enumera, conscienciosamente, as dificuldades que se levantam diante da Revolução nos domínios da política interna e externa. É necessário que se tome conhecimento, claramente, do seguinte: “Aonde vamos? Ao novo governo apresentam-se, como sempre, as mesmas velhas questões: a do pão e a da paz. Caso o governo não consiga resolver as duas questões, será derrubado.” O pão falta no país. Está nas mãos dos camponeses endinheirados. Nada que se possa dar para substituir o pão: a indústria afunda, faltam combustíveis e matérias-primas. Estocar o trigo através de medidas de coação é difícil, lento e perigoso. É preciso organizar, portanto, um governo tal que, não apenas os camponeses pobres, mas também os abastados sintam simpatia por ele. Para isso é necessário uma coligação. “É ainda mais difícil conseguir a paz.” À proposta do Congresso concernente à trégua imediata, os governos da Entente não darão qualquer resposta. Os embaixadores aliados aprontam-se para partir. O novo poder encontrar-se-á isolado, a iniciativa pacífica ficará em suspenso. As massas populares dos países beligerantes estão ainda, no momento, muito longe da Revolução. Duas consequências podem

apresentar-se: ou o esmagamento da Revolução pelas tropas do Hohenzollern ou então uma paz em separado. As condições de paz, em ambos os casos, só poderão ser esmagadoras para a Rússia. Para pôr um termo a todas as dificuldades, só contando com a “maioria do povo”. A desgraça encontra-se, todavia, na cisão da democracia cuja parte da esquerda deseja criar, no Smolny, um governo puramente bolchevista, enquanto que a direita organiza, na Duma Municipal, um comitê de salvação pública. Para salvar a Revolução é necessário criar um poder composto dos dois grupos.

Foi no mesmo sentido que se manifestou o representante dos socialistas revolucionários de esquerda, Karelin. Não é possível realizar o programa adotado sem os partidos que abandonaram o Congresso. Na verdade “os bolcheviques não são responsáveis pela saída deles”. O programa do Congresso deveria unificar toda a democracia. “Não desejamos marchar pelo caminho de isolamento dos bolcheviques, porquanto compreendidos que a sorte da Revolução se prende à sorte deles, bolcheviques: a derrota dos bolcheviques seria a derrota da própria Revolução.” Se eles, socialistas revolucionários de esquerda, não aceitavam a proposta de entrar na composição do governo, o faziam, pelo menos, com boa intenção: guardar as mãos livres para intervir entre os bolcheviques e os partidos que se tinham retirado do Congresso. “Nessa intervenção... os socialistas revolucionários de esquerda enxergavam, naquele momento, a principal tarefa deles. Sustentaram a atividade do novo poder em seu esforço para resolver as questões urgentes.” Ao mesmo tempo votaram contra o governo proposto. Em uma palavra, o jovem partido embaralhava tudo, tanto quanto podia.

“Para a defesa, unicamente, dos bolcheviques – conta Sukhanov, cuja simpatia foi dada a Avilov e que, nos bastidores, inspira Karelin –, Trotsky apresentou-se. Foi brilhante, veemente e, em muitos pontos, tinha inteira razão. Não queria ele, porém, compreender onde estava o centro da argumentação dos seus adversários...” O centro da argumentação estava numa diagonal ideal. Em março tentaram traçá-la entre a burguesia e os soviets conciliadores. Agora os Sukhanovs sonhavam com uma diagonal entre a democracia conciliadora e a ditadura do proletariado. As revoluções, porém, não se desenvolvem em diagonal.

“Muitas vezes nos inquietamos”, diz Trotsky, “com um eventual isolamento da ala esquerda. Há alguns dias, quando a questão da

insurreição foi abertamente levantada, diziam-nos que corríamos para nossa ruína. Realmente a julgar pela imprensa política dos agrupamentos de forças que existiam, a insurreição comportava, para nós, a ameaça de uma inevitável catástrofe. Contra nós levantaram-se não apenas os bandos contrarrevolucionários como também os partidários da defesa nacional, de todos os matizes; somente os socialistas revolucionários de esquerda, e apenas uma de duas alas, ficaram para trabalhar corajosamente conosco no Comitê Militar Revolucionário; a outra ala ocupava uma posição de neutralidade esperançosa. Entretanto, mesmo em tais condições desfavoráveis, quando parecia estarmos abandonados por todos, a insurreição foi vitoriosa...”

“Se as forças reais estavam realmente contra nós, como pôde acontecer que conseguimos a vitória quase sem derramamento de sangue? Não, os isolados não éramos nós, mas o governo e os pretensos democratas. Devido às tergiversações, ao proceder conciliador, eles próprios se riscaram das fileiras da verdadeira democracia. Nossa grande vantagem, na condição de partido, consiste em ter concluído uma coligação com as forças de classes, em ter criado a união com os operários, os soldados, os camponeses mais pobres.

“Os grupos políticos desapareciam, mas os interesses de classes permaneciam. Sai vencedor o partido que é capaz de desencadear e de satisfazer as exigências essenciais da classe... Podemos estar orgulhosos da coligação de nossa guarnição, principalmente do elemento camponês, com a classe operária. Ela sofreu essa coligação, a prova do fogo. A guarnição de Petrogrado e o proletariado entraram, ao mesmo tempo, numa grande luta que se transformará num exemplo clássico na história da Revolução de todos os povos.

“Avilov falou nas imensas dificuldades que nos aguardam. Para eliminar essas dificuldades, propõe que se forme uma coligação. Mas ele não tenta sequer dar um sentido a essa fórmula e dizer: que coligação – de grupos, de classes ou simplesmente de jornais?...

“Dizem que a cisão da democracia é proveniente de um mal-entendido. Quando Kerensky envia contra nós um batalhão de choque, quando, com o consentimento do Comitê Executivo Central, vibram sobre nós golpes e mais golpes – pode-se falar em um mal-entendido?...

“Avilov nos diz: temos pouco pão, é necessário uma coligação com os partidários da defesa nacional. Será que essa coligação aumentará a quantidade de pão? A questão do pão é a questão de um programa de ação. A luta contra a confusão exige o emprego de um método determinado, embaixo, e não de agrupamentos políticos em cima.

“Avilov falou numa aliança com a classe camponesa: mas, ainda uma vez, de que classe camponesa se trata? Hoje, aqui mesmo, o representante da província do Tver exigia a prisão de Avksentiev. É preciso escolher entre o camponês do Tver e Avksentiev, que ordenou a prisão dos membros dos comitês rurais. Nós repelimos a coligação com os elementos endinheirados (*kulaks*) da classe camponesa, em nome da coligação da classe operária com os camponeses pobres. Ficamos com o camponês do Tver e contra Avksentiev, estaremos com eles até o fim e indissolivelmente.

“Aquele que persegue a sombra de uma coligação isola-se definitivamente na vida. Os socialistas revolucionários de esquerda perderão o apoio que recebem das massas assim que julgarem que devem opor-se ao nosso Partido. Cada grupo que se opuser ao partido do proletariado, ao qual uniram-se os elementos pobres dos campos, ficará isolado da Revolução.

“Abertamente, diante de todo o povo, levantamos o estandarte da insurreição. A fórmula política desse levante é: todo o poder aos soviets – por intermédio do Congresso dos Sovietes. Dizem-nos: não esperastes o Congresso para dar vosso golpe de Estado. Nós em que teríamos esperado, mas Kerensky não queria esperar; os contrarrevolucionários não dormiam. Nós, na qualidade de partido, considerávamos como tarefa criar a possibilidade real para que o Congresso dos Sovietes tomasse o poder em mãos. Se o Congresso fosse cercado pelos *junkers*, de que modo poderia ele apossar-se do poder? Para cumprir essa missão, era necessário um partido que arrancasse o poder da contrarrevolução e que agora vos diz: “Eis o poder, vosso dever é tomá-lo!” [*Tempestade ininterrupta de aplausos.*]

“Se bem que os partidários da defesa nacional, de todos os matizes, na luta que travavam contra nós, não tivessem parado diante de coisa alguma, nós não os expulsamos, propusemos ao Congresso inteiro que tomasse o poder. Como é necessário deformar a perspectiva para falar, depois de tudo o que se passou, do alto desta tribuna, de nossa intransigência! Quando o Partido, negro de pólvora, avança para eles e diz: “Tomemos o

poder todos juntos!’ Eles correm para a Duma Municipal e lá fazem aliança com autênticos contrarrevolucionários. São traidores da Revolução com os quais jamais faremos uma aliança.

“A fim de lutar pela paz”, diz Avilov, “é necessária uma coligação com os conciliadores.’ Ao mesmo tempo admite ele que os aliados não querem concluir a paz... ‘Os imperialistas aliados’, declara Avilov, ‘riram de Skobelev, democrata de margarina. Mas se fizerdes um bloco com os democratas de margarina, a causa da paz fica assegurada.’

“Existem dois caminhos na luta pela paz. Um: opor aos governos dos países aliados e inimigos a força moral e material da Revolução. Outro: bloco com Skobelev, o que quer dizer bloco com Tereshchenko e uma completa subordinação ao imperialismo dos aliados. Em nossa declaração sobre a paz nós nos dirigimos simultaneamente aos governos e aos povos. Aí, porém, existe uma simetria meramente formal. Bem entendido, não esperamos influenciar governos imperialistas com nosso manifesto; entretanto, enquanto esses governos existirem não poderemos ignorá-los. Colocamos todas as nossas esperanças no fato de que a nossa Revolução desencadeará a Revolução europeia. Se os povos sublevados da Europa não esmagarem o imperialismo, nós seremos esmagados – não resta dúvida. Ou a Revolução russa levantará o turbilhão da luta no Ocidente ou então os capitalistas de todo os países sufocarão nossa Revolução.”

– Há um terceiro caminho – diz uma voz na sala.

“O terceiro caminho”, responde Trotsky, “é o do Comitê Executivo Central que, por um lado, envia declarações aos operários da Europa Ocidental e, por outro lado, faz aliança com os Kishkins e os Konovalovs. É o caminho da mentira e da hipocrisia, no qual não nos meteremos nunca! É claro que não estamos dizendo que apenas no dia do levante dos operários europeus será fixada a data da assinatura do tratado de paz. É possível, também, que a burguesia, assustada pela insurreição iminente dos oprimidos, apresse-se em concluir a paz. Os prazos aqui não estão fixados. É impossível prever como tudo isso acontecerá, de maneira concreta. O que importa, o que é indispensável é fixar os métodos da luta, idêntica em seus princípios tanto na política externa quanto na política interna. A união dos oprimidos, em toda a parte e em todos os lugares – eis o nosso caminho.”

“Os delegados do Congresso” escreve Reed, “saudaram esse discurso com intermináveis aplausos, inflamados com a ideia audaciosa da defesa da humanidade.” De qualquer modo, nenhum bolchevique teria na época, a ideia de protestar contra o fato de a República Soviética, num discurso oficial, em nome do Partido Bolchevista, ficar sob dependência direta do desenvolvimento da Revolução internacional.

A lei dramática desse Congresso residia em que qualquer ato importante se cumpria ou era interrompido por uma breve interferência de um personagem de outro campo, que formulava um protesto ou revelava um ultimato. O representante do Vikzhel (Comitê Executivo dos ferroviários) reclama a palavra, agora e sem adiamento: tem necessidade de jogar uma bomba na assembleia antes que a votação sobre a questão do poder fosse conseguida. O orador apressa-se em ler um ultimato que já tinha sido expedido por telegrama, para todo o país: O Vikzhel condena a tomada do poder por um único partido; o governo deve ser responsável diante de “toda a democracia revolucionária”; esperando a criação de um poder democrático, o Vikzhel será o único chefe da rede ferroviária. O orador acrescenta que as tropas contrarrevolucionárias não terão acesso a Petrogrado; em geral os deslocamentos de tropas só se darão daí por diante por ordem do Comitê Executivo Central, tal qual ele estava anteriormente composto. Em caso de repressão contra os ferroviários de Vikzhel reteria o abastecimento de Petrogrado!

O Congresso pulou sob esse golpe. Os dirigentes do sindicato dos ferroviários tentam falar com o governo do povo de igual para igual, de autoridade para autoridade. Enquanto os operários, os soldados e os camponeses tomam, em mãos, a direção do Estado, o Vikzhel quer ditar leis aos operários, aos soldados e aos camponeses. Tentam converter o sistema da dualidade de poderes, já derrubado, em dinheiro pequeno. Tentando conseguir apoio, não sobre seus efetivos, mas sobre a importância exclusiva das estradas de ferro na vida econômica e cultural do país, os democratas do Vikzhel desnudam toda a caducidade dos critérios da democracia formal, nas questões essenciais da luta social. Em verdade a Revolução não é avara em grandes ensinamentos!

O momento escolhido pelos conciliadores para assestar um golpe foi, em todo o caso, bastante propício. Os membros do birô ficam preocupados. Por felicidade o Vikzhel não é, absolutamente, o senhor absoluto

nas vias de comunicações. Em diversas localidades os ferroviários fazem parte dos sovietes municipais. Aqui mesmo, no Congresso, o ultimato do Vikzhel encontra uma resistência. “Toda a massa de ferroviários de nossa região”, declara o delegado do Techkent, “pronuncia-se pela entrega do poder aos Sovietes.” Outro representante dos operários da via férrea diz que Vikzhel é “um cadáver político.” Acreditemos que fosse exagero. Apoiando-se sobre uma camada superior, muito numerosa, das estradas de ferro, o Vikzhel conservou forças mais vivas do que todas as outras organizações superiores dos conciliadores. Ele, porém, pertence, indubitavelmente, ao mesmo tipo dos comitês do exército ou do Comitê Executivo Central. Sua órbita o leva a uma queda rápida. Os operários, em toda parte, se afastam dos empregados. Os empregados subalternos se opõem a seus superiores. O insolente ultimato do Vikzhel vai, forçosamente, acelerar esse processo.

“Não há motivo algum para dizer-se que o Congresso não é regular”, declara Kamenev, com autoridade. “O *quorum* do Congresso foi estabelecido não por nós, mas pelo antigo Comitê Executivo Central... O Congresso é o órgão supremo das massas operárias e de soldados.” Passa-se à ordem do dia, simplesmente!

O Soviete dos Comissários do Povo é considerado válido por esmagadora maioria. A resolução de Avilov agrupou, segundo avaliação bastante generosa de Sukhanov, mais ou menos cento e cinquenta votos, na maioria socialistas revolucionários de esquerda. O Congresso aprova, em seguida, por unanimidade, a composição do novo Comitê Executivo Central: em cento e um membros – sessenta e dois bolcheviques, vinte e nove socialistas revolucionários de esquerda. O Comitê Executivo Central deverá, depois, completar-se com representantes dos sovietes camponeses e das organizações dos exércitos, recentemente eleitas. As frações que abandonaram o Congresso gozam do direito de enviar, ao Comitê Executivo Central, seus delegados, na base de uma representação proporcional.

A ordem do dia do Congresso está esgotada. O poder dos Sovietes está criado. Pode-se começar o trabalho e as tarefas não faltam. Às 5h15min da manhã Kamenev encerra o Congresso constitutivo do regime soviético. Ao que corre para a estação! Ao que volta para casa! Aos que, no *front*, nas usinas, nas casernas, nas minas e nas longínquas aldeias! Com os decretos do Congresso, os delegados levarão o fermento da insurreição proletária a todos as extremidades do país!

.....

Conclusão

O DESENVOLVIMENTO DA Revolução Russa, precisamente por ser uma verdadeira Revolução popular que pôs em movimento dezenas de milhares de homens, observa-se uma notável continuidade nas etapas. Os acontecimentos sucedem-se como se obedecessem às leis da gravidade. A relação mútua das forças é verificada, a cada etapa, de dois modos: primeiramente as massas mostram a capacidade de seu impulso; depois, as classes possuidoras esforçam-se para ir à desforra e, assim, patenteiam o próprio isolamento.

Em fevereiro, os operários e os soldados de Petrogrado sublevaram-se não apenas contra a vontade patriótica de todas as classes instruídas, mas, também, apesar dos cálculos das organizações revolucionárias. As massas mostraram-se irresistíveis. Se, por si mesmas, se tivessem dado conta do fato, teriam tomado o poder. Não existia, entretanto, à frente delas, um partido revolucionário poderoso e consagrado. O poder caiu em mãos da burguesia pequeno-burguesa, mascarada com as cores do socialismo. Os mencheviques e os socialistas revolucionários eram incapazes de fazer da confiança das massas um outro uso que não fosse o de chamar, para tomar o leme, a burguesia liberal a qual não poderia dispensar-se de colocar o poder, no qual estava sendo investida pelos conciliadores, a serviço dos interesses da Entente.

Durante as Jornadas de Abril, os regimentos e as usinas sublevados – sem o apelo, ainda, de qualquer partido – descem às ruas de Petrogrado para opor uma resistência à política imperialista do governo que os conciliadores lhes impuseram. A manifestação armada obteve sensível sucesso. Miliukov, líder do imperialismo russo, foi afastado do poder. Os conciliadores entram para o poder, aparentemente como representantes do povo, mas, na verdade, como procuradores da burguesia.

Sem resolver qualquer um dos problemas que provocaram a Revolução, o governo de coligação viola, em julho, a trégua estabelecida de fato no *front*, desencadeando uma ofensiva das tropas. Com esse ato, o regime de fevereiro, caracterizado já pela decrescente confiança das massas em relação aos conciliadores, assesta, nele mesmo, um golpe fatal. Abre-se então o período da preparação imediata de uma segunda Revolução.

No começo de julho, o governo, tendo por detrás dele todas as classes possuidoras e instruídas, denunciava quaisquer manifestações revolucionárias como uma traição à pátria e um auxílio prestado ao inimigo. As organizações oficiais de massas – soviets, partidos social-patriotas – lutavam contra a ofensiva operária e com todas as forças. Os bolcheviques, por motivos de tática, impediram os operários e os soldados de descerem às ruas. Apesar de tudo, as massas puseram-se em movimento. O movimento revelou-se irresistível e geral. Não se sentia o governo. Os conciliadores escondiam-se. Os operários e os soldados viram-se, na capital, senhores da situação. A ofensiva, entretanto, foi quebrada, diante da insuficiente preparação da província e do *front*.

Em fins do mês de agosto, todos os órgãos e instituições das classes possuidoras estavam de acordo com um golpe de estado contrarrevolucionário: a diplomacia da Entente, os bancos, as uniões dos proprietários de terras e industriais, o Partido Cadete, os estados-maiores, os corpos oficiais, a grande imprensa. O organizador do golpe de estado não foi outro senão o generalíssimo que se apoiava no alto-comando de um exército que contava com muitos milhões de homens. Efetivos, cuidadosamente escolhidos em todos os *fronts*, eram transferidos, segundo um acordo secreto com o chefe do governo, em direção a Petrogrado, sob as aparências de necessidades estratégicas.

Na capital tudo estava, parecia, preparado para o sucesso do empreendimento: os operários são desarmados pelas autoridades com o concurso dos conciliadores; os bolcheviques não param de receber golpes; os regimentos mais revolucionários são afastados da cidade; centenas de oficiais selecionados são concentrados para formar tropas de choque; juntamente com as escolas de *junkers* e de cossacos devem formar uma força imponente. E que mais ainda? A conspiração, que parecia protegida pelos próprios deuses, tão logo esbarrou no povo revolucionário desfez-se, imediatamente, em poeira.

Os dois movimentos, no começo de julho e em fins de agosto, tinham entre si a relação que deve ter um teorema com o seu corolário. As Jornadas de Julho revelaram o poder de um movimento espontâneo das massas. As Jornadas de Agosto revelaram a completa incompetência dos dirigentes. Tal relação de forças demonstrava que um novo conflito era inevitável. A província e o *front*, durante esse tempo, aproximaram-se ainda mais da capital. Esse fato predeterminava a vitória de Outubro.

“A facilidade com que Lenine e Trotsky conseguiram derrubar o governo de coligação de Kerensky”, escrevia o cadete Nabokov, “revelou a impotência interna do último. O grau dessa impotência causou estupefação até mesmo nas pessoas mais bem informadas.” Nabokov também parece não adivinhar que se tratava da própria impotência dele, da impotência da classe a que pertencia e do seu regime social.

Assim como, a partir da manifestação de julho, a curva sobe para a insurreição de outubro, o movimento de Kornilov parece uma repetição da campanha contrarrevolucionária empreendida por Kerensky, nos últimos dias de outubro. A única força militar que encontrou, ao fugir sob a proteção da bandeira americana o generalíssimo da democracia, ao refugiar-se no *front* para escapar dos bolcheviques, foi ainda o 3º Corpo de Cavalaria que, dois meses antes, era destinado, por Kornilov, para derrubar o próprio Kerensky. À frente do corpo encontrava-se o mesmo general cossaco Krasnov, monarquista militante que fora colocado naquele posto por Kornilov: não se encontrou um guerreiro mais apto para a defesa da democracia.

Desse corpo, aliás, só restava o nome: reduzira-se a algumas *sot-nias* de cossacos que, depois de um ensaio falhado de ofensiva contra os vermelhos de Petrogrado, fraternizaram com os marinheiros revolucionários

e entregaram Krasnov aos bolcheviques. Kerensky viu-se forçado a fugir tanto dos cossacos quanto dos marinheiros. E foi assim que, oito meses depois da derrubada da Monarquia, os operários viram-se à frente do país. E, ali, mantiveram-se, solidamente.

“Quem poderia crer”, escrevia a esse respeito, com tom indignado, o general russo Zalesky, “que um criado ou um vigia do Palácio da Justiça pudesse ser transformado, de repente, em presidente do Congresso dos Juizes de Paz? Ou então, um enfermeiro tornando-se diretor de ambulância? Um cabeleireiro, alto funcionário? Um subtenente de ontem passar a generalíssimo? Um laçao de ontem, ou então um servente de pedreiro, nomeado prefeito? Aquele que, ainda ontem, lubrificava as rodas de um vagão, transforma-se em chefe de seção da rede ou então chefe de estação? Um serralheiro, colocado à frente de uma oficina!”

“Quem acreditaria?” Foi preciso crer. Não era possível deixar de acreditar porquanto os subtenentes derrotaram os generais; o prefeito, ex-servente, dominou os senhores da véspera; os lubrificadores das rodas de vagões organizaram os transportes; os serralheiros, na função de diretores, levantaram a indústria.

A tarefa principal do regime político, segundo o aforisma inglês, é colocar *the right man in the right place*. Como, se mostra, dentro desse ponto de vista, a Revolução de 1917? Nos dois primeiros meses a Rússia estava ainda sob as ordens do direito da monarquia hereditária, de um homem pouco dotado pela natureza, que acreditava nas relíquias e obedecia a Rasputin. No decorrer dos oito meses seguintes, os democratas tentaram, do alto das posições governamentais, demonstrar ao povo que as revoluções acontecem para que tudo permaneça como dantes. Não é de admirar que essas pessoas tivessem passado pelo país como sombras flutuantes, sem deixar rasto. A partir de 25 de outubro, à frente da Rússia foi colocado Lenine, a maior figura da história política do país. Estava ele rodeado de um estado-maior de colaboradores que, segundo declarações dos piores inimigos, sabiam o que queriam e eram capazes de combater para atingir seus objetivos. Qual então dos três sistemas encontrava-se em condições concretas capazes de colocar *the right men in the right places*?...

A subida histórica de humanidade, tomada em conjunto, pode ser resumida como um encadeamento de vitórias da consciência sobre

as forças cegas – na natureza, na sociedade, no próprio homem. O pensamento crítico e criador vangloriou-se dos maiores sucessos, até o momento presente, na luta contra a natureza. As ciências físico-químicas chegaram a tal ponto que os homens se dispõem a se transformarem nos senhores da matéria. Mas as relações sociais continuam a ser estabelecidas à semelhança dos *attols*. O parlamentarismo iluminou apenas a superfície da sociedade e ainda assim com uma luz bastante artificial. Comparada com a monarquia e outras heranças do canibalismo e da selvageria das cavernas, a democracia representa, é evidente, uma grande conquista. Mas não atinge de modo algum o jogo cego das forças nas relações mútuas da sociedade. Foi exatamente nos domínios mais profundos do inconsciente que a Insurreição de Outubro, pela primeira vez, levantou a mão. O sistema soviético quer introduzir um objetivo e um plano nos fundamentos mesmos de uma sociedade onde reinam, até agora, simples conseqüências acumuladas.

Os adversários escarnekem chamando a atenção para o fato de que o país dos soviets, quinze anos depois da insurreição, não se parece, de modo algum, com um paraíso de bem-estar universal. Tal observação só poderia ser ditada por uma excessiva deferência diante do poder mágico dos métodos socialistas se não fosse, na verdade, explicada pela cegueira e pelo ódio. O capitalismo necessitou de séculos inteiros para chegar, através da elevação da ciência e da técnica, a jogar a humanidade no inferno da guerra e das crises. Os adversários concedem ao socialismo apenas uns 15 anos para edificar e instalar o paraíso sobre a Terra. Não assumimos tais compromissos. Jamais marcamos tais prazos. Os processos das grandes transformações devem ser avaliados com medidas adequadas.

E as calamidades que se abateram sobre os homens? E o fogo e o sangue da guerra civil? Os resultados da Revolução justificam, em suma, as vítimas que causou? A questão é teleológica e, por conseguinte, estéril. Da mesma maneira poder-se-ia dizer, diante das dificuldades e das aflições de uma vida pessoal: valeria a pena nascer? As meditações melancólicas, todavia, não impediram que as pessoas gerassem ou nascessem. Mesmo na época atual, de tão intoleráveis calamidades, existe apenas uma porcentagem mínima da população da Terra que recorre ao suicídio. Ora, o que os povos procuram numa insurreição é uma saída para tormentos intoleráveis.

Não é extraordinário que, a respeito das vítimas das revoluções sociais, os que frequentemente ficam indignados sejam exatamente aqueles que, se não foram eles próprios os autores da guerra mundial, pelo menos prepararam e glorificaram as vítimas, ou então resignaram-se ao vê-las tombar? Nossa vez de perguntar: a guerra se justifica? Que deu ela? Que nos ensinou?

Não há quase necessidade de parar agora diante das afirmações dos proprietários russos lesados, segundo os quais a Revolução provocou o aviltamento cultural do país. Derrubada pela Insurreição de Outubro, a cultura da nobreza não passava de uma imitação superficial dos modelos mais elevados da cultura ocidental. Permanecendo inacessível ao povo russo, não trouxe nada de essencial ao tesouro da humanidade.

A Revolução de Outubro lançou as bases de uma nova cultura, concebida para servir a todos, e foi por isso mesmo que assumiu, imediatamente, importância internacional. Mesmo que, sob o efeito das circunstâncias desfavoráveis e sob os golpes do inimigo, o regime soviético – admitamo-lo por um minuto – fosse provisoriamente derrubado, a marca indelével da insurreição de Outubro permaneceria de qualquer maneira em qualquer evolução ulterior da humanidade.

A linguagem das nações civilizadas demarcaram, nitidamente, duas épocas no desenvolvimento da Rússia. Se a cultura instituída pela nobreza introduziu na língua universal barbarismos tais como *tzar*, *pogrom*, *nagaika*, Outubro internacionalizou palavras como *bolchevique*, *soviete* e *piatiletka*. Isto basta para justificar a Revolução proletária se, aliás, julgam que ela precise de justificativa.

FIM

.....

Apêndice

NOTA

ALÉM DE NOSSAS referências históricas sobre a teoria da Revolução permanente, transferimos para este apêndice dois capítulos independentes: “Algumas Lendas da Burocracia”, e “Socialismo em um País Separado?” O capítulo sobre “lendas” é dedicado à restauração crítica de uma série de fatos e episódios da Revolução de Outubro destorcidos pelos historiadores epígonos. Um dos objetivos incidentais desse capítulo é torná-lo impossível a mentes vagarosas, em vez de operar sobre material fático, para aquietá-las com a conclusão barata *a priori* de que “a verdade está provavelmente em algum lugar do meio”.

O capítulo “Socialismo em um País Separado?” é dedicado à questão mais importante concernente à ideologia e ao programa do Partido Bolchevique. A questão aqui historicamente iluminada por nós, não apenas ainda preserva todo o seu interesse teórico, mas tem nos últimos anos adquirido uma importância prática de primeira ordem.

Separamos esses dois capítulos do texto geral, do qual formam uma parte integral, somente para benefício do leitor não acostumado a se preocupar com disputas secundárias ou problemas teóricos. Se todavia um

décimo, ou mesmo um centésimo, dos leitores deste livro tiver a preocupação de ler com atenção este apêndice, o autor se sentirá muito agradecido pelo grande trabalho que desempenhou. É através dos espíritos reflexivos, operantes e críticos que a verdade na longa marcha se encaminha para círculos mais largos.

.....

Apêndice Um

ALGUMAS LENDAS DA BUROCRACIA

A CONCEPÇÃO DA Revolução de Outubro desenvolvida neste livro foi fixada depois pelo autor mais de uma vez durante os anos iniciais do regime soviético, embora, é verdade, somente em seus aspectos gerais. A fim de esboçar mais claramente o seu pensamento, deu-lhe algumas vezes uma expressão quantitativa: a tarefa da reviravolta, escreveu, tinha “três quartos se não nove décimos” completos antes de 25 de outubro pelo método da insurreição “silêncios” ou “seca”. Se não dermos a essas cifras mais importância do que as cifras pretenderiam, em tal matéria, a própria ideia permanece absolutamente indiscutível. Mas desde que começou a reavaliação dos valores, nossa concepção tem sido severamente criticada neste particular.

“Se, em 9 de outubro, nove décimos ‘vitoriosos’ da insurreição já era um fato consumado”, escreveu Kamenev, “como calcular a capacidade intelectual daqueles que estavam no Comitê Central dos Bolcheviques, em 10 de outubro, decidindo, mediante debates veementes, se fazer ou não uma insurreição, e, no caso positivo, quando? Que diremos das pessoas que se reuniam em 16 de outubro... e de novo calcularam as chances de uma insurreição?... Oh, sim, parece que ela já estava consumada em

9 de outubro ‘silenciosamente’ e ‘legalmente’ – tão silenciosamente sem dúvida que nem o Partido e nem o Comitê Central souberam dela.” Este argumento, superficialmente tão eficaz, que está canonizado na literatura epígona e que politicamente sobreviveu ao seu autor, é na realidade um acúmulo impressionante de enganos.

Em 9 de outubro, a insurreição não poderia ter “nove décimos” como fato consumado, pois nesse dia a questão da transferência da guarnição foi justamente levantada no Soviete e era impossível saber como as coisas se desenvolveriam no futuro. Foi por esta razão que no dia seguinte, 10, ao insistir na importância dessa questão da transferência das tropas, Trotsky ainda não tinha elementos suficientes para exigir que o conflito entre a guarnição e seu comando formasse a base de todo o plano. Somente durante as duas semanas seguintes de trabalho diário obstinado, a tarefa principal da insurreição – ganhar firmemente para o lado do povo as tropas do governo – tornou “três quartos, se não nove décimos” consumados. A insurreição não estava assim no dia 10, nem tampouco no dia 16 de outubro, quando o Comitê Central levantou pela segunda vez a questão do levante e quando Krylenko apresentou definitivamente como assunto-chave a questão da guarnição.

Mas mesmo se a Revolução tivesse nove décimos vitoriosos no dia 9 – como Kamenev erroneamente apresenta nosso pensamento – este fato teria sido certamente confirmado, não por suposição, mas somente pela ação – isto é, pela realização de uma insurreição. A “capacidade intelectual” dos membros do Comitê Central não teria sido de maneira nenhuma, mesmo em caso puramente hipotético, comprometida por sua participação nos debates veementes dos dias 10 e 16 de outubro. Entretanto, mesmo supondo que os membros do Comitê Central teriam indiscutivelmente se assegurado, por um cálculo *a priori*, de que nove décimos da vitória estavam realmente ganhos, seria ainda necessário consumir o último décimo, e este exigiria tanta atenção como se fosse dez décimos. Quantas insurreições e batalhas “quase” ganhas a História apresenta – batalhas e insurreições levadas à derrota apenas porque não impuseram até o fim da derrota completa ao inimigo! E finalmente – Kamenev é bastante hábil para se esquecer disso também – a esfera do Comitê Revolucionário Militar era apenas Petrogrado. Todavia, por mais importante que fosse a

capital, o resto da nação ainda existia. E deste ponto de vista o Comitê Central tinha elementos suficientes para pesar cuidadosamente as chances da insurreição, não somente nos dias 10 e 16, mas também em 26 – isto é, depois da vitória em Petrogrado.

Kamenev, no argumento que estamos discutindo, vem em defesa de Lenine. Todos os epígonos se defendem sob este pseudônimo impo- nente. Como poderia Lenine, pergunta ele, lutar tão apaixonadamente por uma insurreição, se ela já tivesse nove décimos! O próprio Lenine, porém, escreveu no início de outubro: “É inteiramente possível que justamente agora possamos tomar o poder sem uma insurreição.” Em outras palavras: Lenine postulava que a Revolução “silenciosa” já se realizara antes de 9 de outubro, e não em nove, mas em dez décimos. Ele compreendeu, todavia, que esta hipótese otimista só se verificaria pela ação. Por esta razão Lenine disse na mesma carta: “Se não pudermos tomar o poder sem uma insur- reição, devemos então fazer uma insurreição imediatamente.” Era esta a questão discutida nos dias 10 e 16, e nos outros dias.

As recentes histórias soviéticas riscaram completamente da Revo- lução de Outubro o capítulo instrutivo e extremamente importante sobre as discordâncias entre Lenine e o Comitê Central – tanto quanto a matéria básica de princípio em que Lenine estava certo, como também quanto às questões particulares, importantes, porém, em que o Comitê Central estava certo. De acordo com a nova doutrina, nem Lenine e nem o Comitê Central poderiam se enganar e, conseqüentemente não haveria conflito entre eles. Nos casos em que se torna impossível negar que houve um desacordo, isso acontece, em obediência à prescrição geral, devido a Trotsky.

Os fatos falam de outra maneira. Lenine insistiu em levantar uma insurreição nos dias da Conferência Democrática. Nenhum membro do Comitê Central o apoiou. Uma semana depois Lenine propôs a Smilga organizar um quartel-general insurrecionário na Finlândia, e dar um golpe no governo deste local com os marinheiros. Novamente dez dias mais tar- de ele insistiu em que o Congresso Nortista se tornasse o ponto inicial de uma insurreição. Ninguém no Congresso apoiou esta proposta. No fim de setembro Lenine aceitou o adiamento da insurreição por três semanas, até o Congresso dos Sovietes, como coisa fatal. Não obstante, a insurreição, deflagrada às vésperas do Congresso, se realizou enquanto o Congresso se

reunia. Lenine propôs que a luta começasse em Moscou, considerando que seria resolvida sem um combate. Como matéria de fato, a insurreição em Moscou, apesar da vitória precedente em Petrogrado, durou oito dias e custou muitas vítimas.

Lenine não era nenhum autômato de decisões infalíveis. Era “somente” um homem de gênio, e nada de humano era estranho a ele, incluindo a capacidade de enganar-se. Lenine disse o seguinte a respeito da atitude de epígono aos grandes revolucionários: “Após suas mortes, são feitas tentativas para convertê-los em imagens inocentes, para canonizá-los, ou melhor, para se render certa homenagem a seus nomes...”, a fim de assim mais seguramente denunciá-los na ação. Os atuais epígonos exigem que Lenine seja reconhecido como infalível a fim de mais facilmente estender o mesmo dogma a si próprios.¹

O que caracterizava Lenine como estadista era uma combinação de arrojadas perspectivas com um cálculo meticuloso de fatos ínfimos e sintomas. O isolamento de Lenine não o impediu de definir com penetração incomparável os pontos e os estágios fundamentais do movimento, mas privou-o da possibilidade de fazer cálculos oportunos de fatores episódicos e mudanças temporárias. A situação política era em geral tão favorável a uma insurreição como para se admitir diversas possibilidades diferentes de vitória. Se Lenine estivesse em Petrogrado e levasse até o início de outubro a sua decisão em favor de uma imediata insurreição sem referência ao Congresso dos Sovietes, ele teria indubitavelmente dado à realização de seu próprio plano uma base política que reduziria ao mínimo as suas características negativas. Mas é igualmente provável, pelo menos, que ele neste caso veria o plano realmente realizado.

1 Durante o Terceiro Congresso da Internacional Comunista, a fim de abrandar suas explosões para certas “ultraesquerdas”, Lenine se referiu ao fato de que ele próprio cometera erros de “ultraesquerda”, especialmente quando emigrado, inclusive um durante sua última “emigração” na Finlândia em 1917, quando defendeu um plano menos eficaz de insurreição do que o único realmente realizado. Essa referência a seu próprio erro foi feita por Lenine, a menos que nossa memória nos engane, também numa carta para a comissão do Congresso de assuntos alemães. Infelizmente os arquivos da Internacional Comunista não nos são acessíveis, e a declaração de Lenine em questão não foi evidentemente publicada.

Demos em um capítulo separado a nossa opinião sobre o papel de Lenine na estratégia geral da Revolução. Para assinalar nossa ideia a respeito das propostas táticas de Lenine, acrescentaremos que sem a pressão dele, sem seus apertos, suas sugestões, seus planos variáveis, teria sido infinitamente mais difícil continuar no caminho para a insurreição. Estivesse Lenine em Smolny durante as semanas críticas, o líder geral da insurreição – e não somente em Petrogrado, mas também em Moscou – estaria em um nível consideravelmente mais alto. Mas Lenine como um *emigré* não poderia tomar o lugar de Lenine em Smolny.

O próprio Lenine sentiu mais agudamente do que todos a inadequação de sua orientação tática. Escreveu em 24 de setembro no *Rabochy Put*: “O crescimento de uma nova Revolução está obviamente em progresso – infelizmente sabemos pouco da dimensão e da rapidez desse crescimento.” Estas palavras são tanto uma censura aos líderes do Partido como uma queixa de sua própria falta de informação. Quando, lembrando em sua carta as mais importantes regras da insurreição, Lenine não esqueceu de acrescentar: “Tudo isto está próximo do movimento e meramente como ilustração.” Em 8 de outubro, Lenine escreveu ao Congresso Nortista Regional dos Sovietes: “Tentarei aparecer com meu aviso, no caso da provável insurreição dos trabalhadores e soldados de Petersburgo... se realizar, ela, porém, ainda não se realizou.” Lenine começou a sua polêmica com Zinoviev e Kamenev com estas palavras: “Um publicista colocado um pouco de lado pela vontade do destino da linha principal da História incorre constantemente no risco de chegar atrasado ou ser mal informado, especialmente quando os seus escritos são protelados em sua publicação.” Aqui novamente uma queixa contra o seu isolamento junto com uma censura aos editores que protelaram a impressão daqueles artigos que julgavam muito incisivos, ou dos quais tiraram as passagens mais espinhosas. Uma semana antes da insurreição, Lenine escreveu numa carta conspirativa aos membros do Partido: – “Quanto à colocação da questão da insurreição agora, tão próximos do dia 20 de outubro, não posso julgar *de certa distância* quanto a coisa foi despojada pelas atuações [de Zinoviev e Kamenev] na imprensa não partidária.” As palavras “de certa distância” foram sublinhadas pelo próprio Lenine.

Mas como explica a escola epígona o desacordo entre as propostas táticas de Lenine e o movimento real da insurreição em Petrogrado? Ela dá

ao conflito um caráter anônimo e informe; ou passa de longe pelos acordos, declarando-os indignos de atenção; ou tenta refutar os fatos indestrutivelmente estabelecidos; ou coloca o nome Trotsky onde Lenine estava falando sobre o Comitê Central como um todo ou os oponentes da insurreição dentro do Comitê Central; ou, finalmente, combina todos esses métodos, não se preocupando se são ou se não são mutuamente consistentes.

“A conduta da insurreição de outubro”, escreve Stalin, “pode ser considerada um modelo de estratégia [bolchevique]. Transgredir essa exigência [a escolha correta do momento] leva a um equívoco perigoso chamado ‘perda de tempo’, quando o Partido fica atrás do curso dos acontecimentos ou corre na frente, dando margem a uma possibilidade de malogro. A tentativa de um grupo dos camaradas de começar a insurreição com o fechamento da Conferência Democrática, em agosto de 1917, deve ser considerada um exemplo dessa ‘perda de tempo’, um exemplo de como não escolher o momento da insurreição.” A designação “um grupo dos camaradas” significa Lenine. Ninguém a não ser Lenine propôs que a insurreição começasse com o fechamento da Conferência Democrática, e ninguém apoiou essa proposta. Stalin recomenda o plano tático de Lenine como “um exemplo de como não escolher o momento da insurreição”. Mas a forma anônima dessa consideração permite a Stalin ao mesmo tempo recusar positivamente que houve qualquer desacordo entre Lenine e o Comitê Central.

Yaroslavsky tem ainda um modo simples de sair da dificuldade. “Não é uma questão de particularidades, é claro”, ele escreve, “não é uma questão a insurreição começar em Moscou ou em Petrogrado.” O fato é que todo o desenrolar dos acontecimentos demonstrou “a correção da linha de Lenine, a correção da linha de nosso Partido”. Este hábil historiador simplifica a sua tarefa a um grau extraordinário. Que outubro realizou a estratégia de Lenine e demonstrou em particular como foi importante a sua vitória de abril sobre o *stratum* predominante dos “velhos bolcheviques”, é indubitável. Mas se em geral não há nenhuma questão sobre onde começar, quando começar, e como começar, então, nada, para sermos precisos, restou dos desacordos, episódicos com Lenine – pelo menos quanto ao assunto tático em geral.

No livro de John Reed há uma história segundo a qual, em 21 de outubro, os líderes dos bolcheviques realizaram uma “segunda confe-

rência histórica” na qual, como Reed contou, Lenine disse: “Em 24 de outubro é muito cedo para agir. Devemos ter uma base de toda a Rússia para a insurreição, e em 24 de outubro nem todos os delegados terão de vir ao Congresso. Por outro lado, no dia 26 será muito tarde para agir... Devemos agir no dia 25, dia da abertura do Congresso.” Reed era um observador extraordinariamente perspicaz, capaz, de transcrever nas páginas de seu livro os sentimentos e as paixões dos dias decisivos da Revolução. Foi por essa razão que Lenine em seu dia desejou que a crônica incomparável de Reed fosse distribuída em milhares de exemplares em todos os países do Mundo. Mas, sendo um trabalho feito na ebulição dos acontecimentos, notas feitas nos corredores, nas ruas, além dos campos de batalha, conversações e frases fragmentárias apanhadas pelo alto, e com o auxílio de um tradutor – tudo isso cria equívocos particulares inevitáveis. Essa história de uma sessão de 21 de outubro é um dos mais óbvios enganos do livro de Reed. O argumento sobre a necessidade de uma “base soviética de toda a Rússia” para a insurreição não poderia possivelmente pertencer a Lenine, pois Lenine mais de uma vez descreveu a corrida para tal base como mais ou menos um “idiotismo completo ou uma traição completa”. Lenine não poderia ter dito que o dia 24 era muito prematuro, pois desde o fim de setembro que considerava inadmissível um adiamento da insurreição mesmo por um dia desnecessário. Pode vir mais tarde, ele disse, mas “neste assunto agora é impossível ser prematuro”. Entretanto, ao lado dessas considerações políticas – bastante decisivas em si próprias – a história de Reed é refutada pelo simples fato de que em 21 de outubro não houve nenhuma “segunda conferência histórica” de qualquer espécie. Uma tal conferência deixaria com efeito traços nos documentos e nas memórias dos outros participantes. Houve somente duas conferências com a presença de Lenine: nos dias 10 e 16. Reed poderia não ter sabido disso. Mas os documentos desde então publicados não deixam nenhum lugar para a “sessão histórica” de 21 de outubro. Os historiadores epígonos não hesitaram, todavia, em incluir o testemunho obviamente errôneo de Reed em todas as publicações oficiais. Isto significa que fizeram um calendário-coincidência especial das diretivas de Lenine com o curso real dos acontecimentos. Para sermos precisos: fazendo isso os historiadores oficiais colocam Lenine numa posição de quem incompreensivelmente e desesperadamente se contradiz. Essencialmente,

porém, deve-se entender que eles não são ligados a Lenine. Os epígonos simplesmente converteram Lenine em seu próprio pseudônimo histórico, e estão, sem nenhuma cerimônia, fazendo uso dele a fim de estabelecer a sua própria inabilidade *ex post facto*.

Mas os historiadores oficiais vão ainda mais longe ao empurrar os fatos para dentro dos limites exigidos. Assim Yaroslavsky escreve em sua história do Partido: Na sessão do Comitê Central, em 24 de outubro, a última sessão antes da insurreição, Lenine estava presente.” As minutas oficialmente publicadas, contendo uma lista completa dos presentes, testemunham que Lenine estava ausente. “Lenine e Kamenev foram delegados para negociar com os social-revolucionários de esquerda,” escreve Yaroslavsky. As minutas dizem que essa missão foi dada a Kamenev e Berzin. Mas deveria ser óbvio, sem qualquer minuta, que o Comitê Central não teria colocado Lenine nessa missão “diplomática” secundária. Essa sessão decisiva do Comitê Central se realizou pela manhã. Lenine não chegou a Smolny senão à noite. Um membro do comitê de Petrogrado, Sveshnikov, relata como Lenine “saiu à noite (no dia 24) deixando um bilhete em seu quarto indicando os lugares para onde iria. Quando soubemos disso tememos pela vida de Ilych”. Somente “mais tarde da noite” ficou-se sabendo no distrito que Lenine tinha ido ao Comitê Revolucionário Militar.

O mais surpreendente de tudo, entretanto, é o fato de Yaroslavsky ignorar um documento humano e político de primeiríssima importância: uma carta aos líderes dos distritos escrita por Lenine durante as horas em que a insurreição aberta já começara de fato. “Camaradas! Estou escrevendo estas linhas na noite de 24... Com todo o meu poder desejo convencer aos camaradas de que tudo agora está por um fio, as questões agora não serão mais decididas por conferências, nem pelos congressos (ainda que congressos de soviets) mas somente pelo povo, pela massa, pela luta das massas armadas. É necessário a qualquer preço que nesta noite mesma, neste momento, se prenda o governo, desarmando (vencendo se resistirem) os *junkers*, etc...” Lenine temia estender a irresolução do Comitê Central, já que estava tentando no último momento organizar uma pressão de baixo. “É necessário”, ele escreve, “que todos os distritos, todos os regimentos, todas as forças se mobilizem nesse instante e enviem delegações imediatamente ao Comitê Revolucionário Militar”, ao Comitê Cen-

tral dos Bolcheviques, com este pedido insistente: Em nenhum caso deixar o poder nas mãos de Kerensky & Cia. até o dia 25, não em qualquer caso – mas resolver tudo, sem erro hoje, esta noite ou de madrugada.” Enquanto Lenine estava escrevendo essas linhas, os regimentos e os distritos que ele procurava mobilizar para pressionar o Comitê Revolucionário Militar já estavam mobilizados pelo Comitê Revolucionário Militar para a tomada da cidade e a derrubada do governo. Dessa carta – onde cada linha vibra de ansiedade e paixão – é pelo menos evidente que Lenine não teria proposto no dia 21 adiar a insurreição até 25, e nem estaria presente na sessão matutina do dia 24 quando foi decidido tomar a ofensiva imediatamente.

Há nessa carta não obstante um elemento embaraçoso. Como seria possível que Lenine, escondendo-se no distrito de Vyborg, não soubesse até a noite de uma decisão de importância tão excepcional? Do ponto de vista de Sveshnikov – como também de outras fontes – é evidente que as comunicações com Lenine foram mantidas durante este dia através de Stalin. Pode somente ser considerado que, não tendo aparecido na sessão matutina do Comitê Central; também Stalin não tivesse sabido até a noite da decisão adotada.

A causa imediata do alarme de Lenine pode ter sido os rumores consciente e persistentemente circulados durante esse dia em Smolny, pois até a decisão do Congresso dos Sovietes nenhum passo decisivo fora dado. Na noite desse dia, numa sessão de emergência do soviete de Petrogrado, Trotsky disse, em seu relatório sobre as atividades do Comitê Revolucionário Militar: “Um conflito armado hoje ou amanhã não está incluído em nosso plano – no limiar do Congresso de todos os sovietes russos. Achamos que o Congresso executará o nosso *slogan* com grande poder e autoridade. Mas se o governo quer usar esse momento de vida de que ainda desfruta – 24, 48 ou 72 horas – a fim de tomar a ofensiva contra nós – responderemos com uma contraofensiva, golpe por golpe, aço contra ferro.” Tal era o *leit-motiv* de todo aquele dia. Esses pronunciamentos defensivos tinham por seu objetivo acalmar no último instante, antes da explosão a vigilância nada viva do inimigo. Provavelmente foi essa manobra que deu a Dan a sua base para assegurar a Kerensky que na noite de 25 não tinham nenhuma intenção de fazer uma insurreição imediata. Mas por outro lado, Lenine também, se uma dessas declarações sedativas de Smolny o tivessem

alcançado, podia, em seu estado de tensão e de desconfiança, ter usado um truque militar em boa hora.

Os ardis são um elemento necessário da arte da guerra. Um mau ardil, todavia, pode incidentalmente iludir alguém no seu próprio campo. Fosse uma questão de animar as massas por atacado nas ruas, essas palavras sobre as próximas “72 horas” poderiam ter provocado um ato fatal. Mas no dia 24 o levante não tinha há muito necessidade de qualquer ânimo geral revolucionário. Os destacamentos armados designados para a tomada dos principais pontos da capital estavam sob armas e esperando de seus comandantes, que estavam em comunicação telefônica com os quartéis-generais revolucionários próximos, o sinal de atacar. Nessas circunstâncias o ardil de dois gumes do quartel-general revolucionário estava inteiramente adequado.

Quando os investigadores oficiais encontram um documento desagradável, eles mudam o seu sentido. Assim Yakovlev escreve; “Os bolcheviques não se renderam às ‘ilusões constitucionais’, mas rejeitaram a proposta de Trotsky para acomodar a insurreição necessariamente ao Segundo Congresso de Sovietes, e tomaram o poder antes da abertura do Congresso dos Sovietes.” Sobre a proposta de Trotsky, onde e quando foi considerada, e sua rejeição pelos bolcheviques, o autor nada tem a dizer, e não acidentalmente. Buscaríamos em vão entre as minutas, ou entre quaisquer memórias, por uma indicação da proposta de Trotsky “para acomodar a insurreição necessariamente ao Segundo Congresso dos Sovietes”. A base dessa asserção de Yakovlev é um engano ligeiramente convencional explicado há muito tempo pelo próprio Lenine.

Como é evidente nas memórias publicadas há muitos anos, Trotsky tinha mais de uma vez, desde o início de setembro, observado àqueles que se opunham à insurreição que a designação da data para o Congresso dos Sovietes era para os bolcheviques equivalente à designação da insurreição. Isso não significava, é claro, que o levante não devesse ocorrer exceto com a decisão do Congresso dos Sovietes – lá não haveria conversa de tal formalismo pueril. Era uma questão da data aparente, da impossibilidade de adiá-la por um tempo indefinido depois do congresso. De que forma essas disputas no Comitê Central atingiram Lenine, não ficaram claros os documentos. Uma entrevista com Trotsky, que era muito visado pelo inimigo, teria sido um grande risco para Lenine. Em sua

atitude de prudência nesta época ele pode ter então temido que Trotsky colocasse ênfase no Congresso e não na insurreição, ou em qualquer caso que não fixasse a necessária resistência às “ilusões constitucionais” de Zinoviev e Kamenev. Lenine devia estar também ansioso quanto aos novos membros do Comitê Central pouco conhecidos para ele, os veteranos *nezhkayontsi* (ou fusionistas), Joffé e Uritzky. Há evidência direta disso em um discurso de Lenine numa sessão do comitê de Petrogrado em 19 de novembro, depois da vitória. “A questão foi levantada na sessão [de 10 de outubro] sobre uma ofensiva. Eu tinha receio de oportunismo dos internacionalistas-fusionistas, mas foram dissipados; em nosso partido, entretanto, membros (certamente velhos) [do Comitê Central] não concordaram. Isso me afligiu profundamente”. Segundo suas próprias palavras, Lenine se tornou convencido de que no dia 10 não somente Trotsky, mas também Joffé e Uritzky, que estavam sob a influência imediata de Trotsky, eram decisivamente a favor da insurreição. A questão das datas em geral foi levantada pela primeira vez nessa sessão. Quando, então, e por quem, foi rejeitada “uma proposta de Trotsky” para não começar a insurreição sem uma decisão preliminar do Congresso de Sovietes? Assim com um ponto de vista especial para ampliar ainda mais o raio da confusão, os investigadores oficiais, com suas referências a uma decisão apócrifa de 21 de outubro, atribuíram, como vimos, exatamente a mesma proposta a Lenine.

Nesse ponto Stalin quebra o argumento com uma nova versão que refuta Yakovlev, mas o acompanha ao máximo. Parece, de acordo com Stalin, que o adiamento da insurreição para o dia do Congresso – isto é, dia 25 – não teve nenhuma objeção intrínseca de Lenine, mas a coisa foi violada pela publicação antecipada da data da insurreição. Aqui deixamos falar o próprio Stalin: “O erro do soviete de Petrogrado em publicar e designar abertamente a data da insurreição (25 de outubro) não poderia ser corrigido senão por uma insurreição real antes da data legal da insurreição.” Essa asserção é desconcertante em sua inconsistência. Como se nessas disputas com Lenine a questão fosse escolher entre 24 e 25 de outubro! Como matéria de fato Lenine escreveu quase um mês antes da insurreição: “Esperar pelo Congresso dos Sovietes é uma idiotice completa, pois isso significa deixar as semanas passarem. As semanas e até os dias agora decidem tudo.” Onde, e quando, e de que lado, o Soviete publicou a data da insurreição? É difi-

cil mesmo até inventar motivos que pudessem induzir ao desempenho de um ato, tão desprovido de senso. Na realidade, não foi a insurreição, mas a abertura do Congresso de Sovietes, que foi pública e antecipadamente fixada para o dia 25, o que foi feito não pelo Soviete de Petrogrado, mas pelo Comitê Executivo Central. Deste fato, e não de uma pretensa indiscrição do Soviete, certas inferências podiam ser tiradas pelo inimigo: os bolcheviques, se não tinham a intenção de se retirar da cena, deviam tentar tomar o poder no momento do Congresso. “Decorre da lógica das coisas”, escrevemos posteriormente, “que marcássemos a insurreição para o dia 25 de outubro. A coisa foi assim entendida por toda a imprensa burguesa.” Stalin converteu sua confusa lembrança dessa “lógica das coisas” em uma indiscreta publicação do dia da insurreição. É assim que a História está sendo escrita.

No segundo aniversário da Revolução, o autor deste livro, referindo-se, no sentido justamente explicado, ao fato de que “a insurreição de outubro, francamente, foi marcada antecipadamente, para uma data definida, para 25 de outubro, e foi consumada exatamente nessa data” acrescentou: Procuraríamos em vão na História por outro exemplo de uma insurreição que foi acomodada antecipadamente pelo curso das coisas a uma data definida. Esta asserção estava errônea: a insurreição de 10 de agosto de 1792 foi também marcada aproximadamente uma semana antes para uma data definida, e também não através da indiscrição, mas através da lógica dos acontecimentos.

Em 3 de agosto, a Assembleia Legislativa resolveu que as petições das seções de Paris exigindo a queda do Rei seriam realizadas no dia 9. “Designando-se assim o dia dos debates”, escreve Jaurès, que observou muitas coisas que escaparam à atenção dos velhos historiadores, “foi também designado o dia da insurreição. Danton, o líder das seções, assumiu uma posição defensiva: “Se uma nova Revolução explodir”, declarou ele insistentemente, “será uma resposta à traição do governo.” Essa transferência da questão pelas seções à consideração da Assembleia Legislativa era uma “ilusão constitucional”. Foi simplesmente um método de preparar uma insurreição, e dar logo uma cobertura legal a ela. As seções, como se sabe, levantaram-se em apoio de sua posição ao sinal de fogo com armas em suas mãos.

Os traços de semelhança nessas duas revoluções separadas por um intervalo de 125 anos não são de modo algum acidentais. Ambas as

insurreições tiveram lugar, não no início de uma Revolução, mas em seu segundo estágio, um fato que fez delas politicamente mais conscientes e deliberadas. Em ambos os casos a crise revolucionária atingiu um alto estágio de maturidade; as massas estavam bem conscientes da irrevogabilidade e se entregaram mesmo ao levante. A exigência por unidade de ação forçou-as a concentrar sua atenção em uma data definida “legal” como o foco dos próximos acontecimentos. Os líderes se subordinaram a essa lógica do movimento da massa. Quando já no comando da situação política, com a vitória já quase nas mãos, eles adotaram o que parecia ser uma posição defensiva: provocando um inimigo enfraquecido, deixaram-lhe antecipadamente a responsabilidade pelo próximo conflito. É deste modo que a insurreição se realiza “numa data marcada antecipadamente”.

Essas asserções de Stalin, tão desconcertantes em suas impropriedades – muitas delas foram citadas nos capítulos precedentes – mostram o pouco que ele pensou sobre os acontecimentos de 1917 em sua conexão interna, e que traços sumários eles deixaram em sua memória. Como explicaremos isso? Sabe-se que os povos fazem história sem compreender suas leis, assim como digerem os alimentos sem compreender a fisiologia da digestão. Mas talvez isso não se aplicasse aos líderes políticos – sobretudo aos líderes de um partido agindo sobre um programa baseado em ciência. Entretanto, é um fato que muitos revolucionários, tendo tomado parte numa Revolução em posições preeminentes, revelam logo depois uma inabilidade para compreender o significado íntimo dos fatos que acontecem com sua participação direta. A literatura extraordinariamente abundante do epigonismo dá a impressão de que esses colossais acontecimentos comprimem cérebros humanos e os esmagam como um rolo compressor esmagaria braços e pernas. A um certo grau isto é verdade; uma excessiva tensão física consome rapidamente as pessoas. Outra circunstância, todavia, é bem mais importante. Uma Revolução vitoriosa muda radicalmente a situação dos revolucionários de ontem. Embala a sua curiosidade científica, reconcilia-os às frases elásticas, leva-os a julgar os dias passados sob a influência dos novos interesses. Então uma teia de lendas burocráticas cada vez mais densa oblitera a configuração real dos acontecimentos.

Em 1924, o autor deste livro, em seu trabalho intitulado *Lições de Outubro*, tentou explicar por que Lenine, levando o Partido à insurrei-

ção, foi compelido a lutar tão violentamente contra a ala direita representada por Zinoviev e Kamenev. Stalin objetou a isto: “Havia desacordos nessa época em nosso Partido? Sim, havia. Mas esses eram exclusivamente de ordem prática, não obstante as asserções de Trotsky, que tenta descobrir uma ‘direita’ e uma ‘esquerda’ no partido...”, “Trotsky afirma que nas pessoas de Kamenev e Zinoviev tínhamos uma ala direita do partido... Como aconteceu ter durado somente poucos dias o desacordo com Kamenev e Zinoviev?... Não havia cisões e os desacordos duraram somente poucos dias porque, e apenas porque, tínhamos nas pessoas de Zinoviev e Kamenev dois leninistas-bolcheviques.” Não acusara Stalin exatamente da mesma maneira, sete anos antes – cinco dias antes da insurreição – Lenine de excessiva sutileza, e afirmara que Zinoviev e Kamenev permaneciam como base comum do “bolchevismo”? Através de todos os zigue-zagues de Stalin há uma certa linha de consistência, resultante não de um pensamento filosófico mas do tom geral de seu caráter. Sete anos depois da Revolução, justamente às vésperas da insurreição, ele concebe a profundidade dos desacordos partidários da mesma maneira vaga.

A prova de fogo de um líder revolucionário político é a questão do estado. Em sua carta contra a insurreição de 11 de outubro, Zinoviev e Kamenev escreveram: “Com uma tática adequada podemos ganhar um terço, e talvez até mais de um terço, dos lugares da Assembleia Constituinte. A Assembleia Constituinte mais o soviete, que é o tipo combinado de instituição estatal em direção do qual estamos trabalhando.” A “tática adequada” significava uma renúncia da conquista do poder pelo proletariado. O “tipo combinado” de estado significava uma combinação da Assembleia Constituinte, na qual os partidos burgueses constituíam dois terços, com os sovietes, onde o partido do proletariado estava na frente. Este tipo de estado combinado posteriormente formou a base da ideia de Hilferding de incluir os sovietes na Constituição de Weimar. O general von Linsingen, comandante da Linha de Brandenburg, ao proibir a formação de sovietes em 7 de novembro de 1918, na base de que “instituições dessa espécie entram em conflito com a ordem estatal existente”, mostrou no mínimo muito mais penetração do que os marxistas austríacos e o Partido Independente Alemão.

Lenine avisou em abril que a Assembleia Constituinte passaria para um plano inferior. Entretanto, nem ele próprio e nem o Partido como

um todo, mesmo durante o ano de 1917, formalmente renunciaram à ideia de representação democrática, sendo impossível declarar confidentemente de modo antecipado até onde a Revolução iria. Considerou-se que, tendo tomado o poder, os soviets teriam um êxito imediato ganhando o exército e os camponeses assim que a Assembleia Constituinte – especialmente depois de uma expansão do eleitorado (Lenine propôs em particular abaixar a votação para 18 anos) – desse uma maioria aos bolcheviques, e meramente suprisse uma sanção formal ao regime soviético. Neste sentido Lenine muitas vezes falou de um “tipo combinado” de estado – isto é, de uma acomodação da Assembleia Constituinte à ditadura soviética. As coisas acabaram realmente desenvolvendo, com o tempo, linhas diferentes. Apesar da insistência de Lenine, o Comitê Central não poderia se lembrar depois da conquista do poder de adiar por algumas semanas – a convocação da Assembleia Constituinte – embora sem ela fosse impossível expandir o eleitorado ou, o que é mais importante, dar aos camponeses uma chance de redefinir as suas relações com os social-revolucionários e os bolcheviques. A Assembleia Constituinte entrou em conflito com o Soviete e foi dissolvida. Os campos hostis representados na Assembleia Constituinte entraram numa guerra civil que durou anos. No sistema da ditadura soviética nem mesmo um lugar secundário foi encontrado para a representação democrática. A questão do “tipo combinado” foi de fato retirada. Teoricamente, entretanto, reteve toda a sua importância, como foi posteriormente provado pela experiência do Partido Independente na Alemanha.

Em 1924 quando Stalin, obediente às exigências de uma luta partidária interna, primeiramente tentou fazer uma avaliação independente do passado, veio em defesa do “estado combinado” de Zinoviev, apoiando-se numa referência a Lenine. “Trotsky não compreende as peculiaridades da tática bolchevique quando exprime a teoria de uma combinação da Assembleia Constituinte com os soviets como o hilferdingismo”, escreveu Stalin à sua maneira característica. “Zinoviev, que Trotsky está pronto a transformar em hilferdingista, total e completamente participa do ponto de vista de Lenine.” Isto significa que sete anos depois das lutas, teóricas e políticas de 1917, Stalin não conseguiu entender que, com Zinoviev assim como com Hilferding, era uma questão de levar a um acordo e reconciliar os poderes de duas classes, a burguesia, mediante Assembleia Constituinte, e o prole-

tariado, mediante os Sovietes – enquanto para Lenine era uma questão de combinar duas instituições expressando o poder de uma e mesma classe, o proletariado. A ideia e Zinoviev, como Lenine explicou na época, era oposta a muitos fundamentos da lição marxista sobre o estado. “Com o poder nas mãos dos soviets”, escreveu Lenine contra Zinoviev e Kamenev em 17 de outubro, “o ‘tipo combinado’ seria aceito por todos. Mas carregar sob o título ‘tipo combinado’ uma recusa para transferir o poder aos soviets... será possível encontrar uma expressão parlamentar disso?” Vemos, então, que a fim de avaliar essa ideia de Zinoviev, que Stalin declara ser “uma peculiaridade da tática bolchevique” supostamente não entendida por Trotsky, Lenine achou difícil até encontrar uma expressão parlamentar, embora não se distinguisse por uma delicadeza excessiva nessas matérias. Quase um ano depois, Lenine escreveu aplicando o mesmo raciocínio à Alemanha: “A tentativa de combinar a ditadura da burguesia com a ditadura do proletariado é uma renúncia completa tanto do marxismo como do socialismo em geral.” Poderia Lenine ter com efeito escrito outra coisa?

O “tipo combinado” de Zinoviev era essencialmente uma tentativa de eternizar a dualidade do poder – isto é, uma restauração da experiência completamente esgotada pelos mencheviques: E se Stalin, em 1924, permanecia ainda no mesmo campo com Zinoviev nesta questão, isto significa que, apesar de sua adesão às teses de Lenine, ele, não obstante, permaneceu pelo menos semifiel a essa filosofia da dualidade de poder que ele próprio desenvolveu em seu relatório de 29 de março de 1917: “Os papéis foram divididos. O Soviete de fato tomou a iniciativa na transformação revolucionária O Governo Provisório assumiu de fato o papel de solidificador das conquistas do povo revolucionário. As relações mútuas entre a burguesia e o proletariado estão agora definidas como uma simples divisão de trabalho.”

Durante a últimas semanas antes da insurreição, Stalin estava obviamente manobrando entre Lenine, Trotsky e Sverdlov, de um lado, Kamenev e Zinoviev de outro. Aquela declaração editorial do dia 20, que defendeu os oponentes da insurreição contra as explosões de Lenine, não teria – especialmente partindo da pena de Stalin – sido acidental. Em questões de manobras intrapartidárias ele era um mestre do passado. Justamente em abril, depois da chegada de Lenine, Stalin empurrou Kamenev

para a frente, e sozinho esperou no silêncio antes de novamente se juntar à batalha; assim, agora, às vésperas da insurreição, ele estava obviamente tornando certa, no caso de possível fracasso, uma retirada ao longo da linha de Kamenev e Zinoviev. Stalin se movimentou ao longo dessa rota até o limite além do qual acarretaria um rompimento com a maioria do Comitê Central. Esta perspectiva o apavorou. Na sessão do dia 21, Stalin consertou sua ponte semidestruída para a ala esquerda do Comitê Central, movimentando-se para que Lenine preparasse as teses sobre questões fundamentais para o Congresso dos Sovietes e que Trotsky fizesse o relatório político. Ambas essas moções foram unanimemente anotadas. Tendo assim se assegurado na esquerda, Stalin no último momento retirou-se na sombra: ele esperaria. Todos os mais recentes historiadores, começando com Yaroslavsky, se guiaram cuidadosamente pelo fato de que Stalin não estava presente na sessão do Comitê Central em Smolny no dia 24, e não assumiu nenhuma função na organização da insurreição! Não obstante, esse fato, indiscutivelmente estabelecido pelos documentos, caracteriza melhor do que qualquer outra coisa a política personalista de Stalin e os seus métodos.

Desde 1924 esforços inumeráveis foram feitos para preencher o espaço vago representado por Outubro na biografia política de Stalin. O que tem sido feito por meio de dois pseudônimos: “o Comitê Central” e o “centro prático”. Não compreenderemos a mecânica da liderança de Outubro, ou a mecânica das últimas lendas epígonas, a menos que agora nos aproximemos um pouco intimamente do pessoal do estafe do Comitê Central dessa época.

Lenine, o reconhecido líder, autorizado a tudo menos, como os fatos demonstram, a ser um “ditador” no Partido, não tomou, por um período de quatro meses, nenhuma parte direta no trabalho do Comitê Central, e sobre certo número de questões táticas se opunham a ele. Os líderes mais proeminentes no velho núcleo bolchevique, permanecendo a uma grande distância de Lenine, mas também daqueles que vieram depois deles, eram Zinoviev e Kamenev. Zinoviev estava escondido como Lenine. Antes de Outubro, Zinoviev e Kamenev chegaram a uma determinada oposição a Lenine à maioria do Comitê Central. O que os removeu das fileiras. Dos velhos bolcheviques, Sverdlov chegara rapidamente ao *front*, mas então era ainda um recém-chegado ao Comitê Central. Seu talento

organizador se desenvolveu completamente apenas mais tarde durante os anos da construção do estado soviético. Dzerzhinsky, que recentemente se ligara ao Partido, foi distinguido por seu temperamento revolucionário, mas não pretendia nenhuma autoridade política independente. Bukharin, Rykov, e Noguín estavam vivendo em Moscou. Bukharin era considerado um teórico talentoso, mas inseguro. Rykov e Noguín se opunham à insurreição. Lomov, Bubnov e Miliutin eram dificilmente chamados por alguém na decisão de grandes questões; além do mais, Lomov estava trabalhando em Moscou, Miliutin estava na estrada. Joffé e Uritzky foram intimamente ligados em seu passado de emigrados a Trotsky, e trabalhavam de acordo com ele. O jovem Smilga estava trabalhando na Finlândia. Esta composição e a situação interna do Comitê Central explicam suficientemente porque até o retorno de Lenine para dirigir a liderança, os cabeças do Partido não desempenharam e não desempenhariam mesmo num mínimo grau o papel que eram para assumir posteriormente. As minutas mostram que as mais importantes questões – as do Congresso de Sovietes, da guarnição, do Comitê Revolucionário Militar – não eram discutidas antecipadamente no Comitê Central e não surgiam de sua iniciativa, mas brotavam em Smolny da atividade prática do Soviete, e eram operadas no círculo dos líderes soviéticos – no máximo das vezes com a participação de Sverdlov.

Stalin, de modo geral, não se mostrou em Smolny. Quanto mais decisiva se tornava a pressão das massas revolucionárias e maiores o objetivo tomado pelos acontecimentos, mais Stalin se manteria na base, mais pálido se tornaria seu pensamento político, mais fraca a sua iniciativa. Foi assim em 1905; foi assim na queda de 1917. A mesma coisa se repetiu posteriormente toda vez que grandes questões históricas eram levantadas na arena mundial. Quando se tornou claro que a publicação das minutas do Comitê Central de 1917 somente deixara um vazio na biografia de Stalin, os historiadores burocráticos criaram a lenda do “centro prático”. Uma explicação dessa história – largamente popularizada durante esses últimos anos – tornou-se um elemento necessário de qualquer história crítica da Revolução de Outubro.

Na conferência do Comitê Central em Lesny no dia 16 de outubro, um dos argumentos contra forçar-se a insurreição era assinalar que “não tínhamos ainda um centro”. À sugestão de Lenine, o Comitê Central decidiu diretamente, de modo rápido, encobrir a falta. As minutas dizem:

“O Comitê Central organiza um centro revolucionário militar consistindo dos seguintes membros: Sverdlov, Stalin, Bubnov, Uritzky e Dzerzhinsky. Este centro se torna uma parte constituinte do Comitê revolucionário do Soviete.” Essa resolução, que todo mundo esqueceu, foi primeiramente descoberta nos arquivos em 1924. Começou a ser citada como um documento histórico muito importante. Assim Yaroslavsky escreveu: “Este órgão [e nenhum outro] guiou todas as organizações que tomaram parte na insurreição [as unidades militares revolucionárias, o Exército Vermelho].” Estas palavras “e nenhum outro” revelam bem nitidamente o objetivo dessa construção completamente *ex post facto*. Mas Stalin escreveu ainda mais nitidamente: “No estafe do centro prático designado para dirigir a insurreição, Trotsky, bastante estranhamente... não estava incluído.” A fim de ficar numa posição de desenvolver essa ideia, Stalin foi compelido a omitir a segunda metade da resolução: “Este centro se torna uma parte constituinte do comitê revolucionário do Soviete.” Se temos em mente que “o Comitê Revolucionário Militar era dirigido por Trotsky, não é difícil compreender por que o Comitê Central se contentava em nomear os novos trabalhadores que eram para ajudar aqueles já existentes no centro do trabalho. Nem Stalin e nem Yaroslavsky explicaram, além do mais, por que o “centro prático” foi primeiramente lembrado em 1924.

Entre os dias 16 e 20 de outubro, como vimos, a insurreição definitivamente tomou o rumo soviético. O Comitê Revolucionário Militar desde o momento de seu nascimento teve a liderança direta não somente da guarnição, mas da Guarda Vermelha; que desde 13 de outubro era sujeita ao Comitê Executivo de Petrogrado. Nenhum lugar permanecia para qualquer outro centro dirigente. Nem nas minutas do Comitê Central, nem em qualquer outro material relatando a segunda metade de outubro, pode-se descobrir o mais ligeiro traço da atividade dessa instituição supostamente tão importante. Ninguém faz um relatório de suas tarefas; nenhuma missão é atribuída a ela; seu nome nunca é pronunciado por ninguém, embora seus membros estejam presentes nas sessões do Comitê Central, e tomem parte nas decisões de questões que devem vir diretamente da competência de um “centro prático”.

Sveshnikov, um membro do comitê do Partido, de Petrogrado, que estava quase continuamente em dever de comunicação em Smolny

durante a segunda metade de outubro, devia pelo menos saber para onde ir nas direções práticas quanto aos problemas da insurreição. Eis aqui o que ele escreve: “O Comitê Revolucionário Militar nasceu: desde o momento de seu nascimento os vários elementos da atividade revolucionária do proletariado adquiriram um centro diretivo.” Kayurov, nosso conhecido desde os dias de fevereiro, conta como o distrito de Vyborg esperava tensamente o sinal de Smolny; “Ao cair da noite [de 24] veio a resposta do Comitê Revolucionário Militar – preparar a Guarda Vermelha para a batalha”. Kayurov, no momento de começar a insurreição aberta, nada sabia de qualquer outro centro. Poder-se-ia citar o mesmo efeito nas memórias de Sadovsky, Podvoisky, Antonov, Mekhonoshin, Blagonravov e outros participantes diretos do levante. Nenhum deles se recorda do “centro prático” que, segundo Yaroslavsky, parecia ter guiado todas as organizações. E finalmente mesmo Yaroslavsky se limita em sua história a uma declaração vaga da criação do centro: de sua atividade não tem nenhuma palavra para dizer. A conclusão é decorrente: Um centro diretivo, do qual aqueles que eram dirigidos nada sabem, não existe aos olhos da História.

Ainda outra evidência direta do caráter fictício do “centro prático” pode ser acrescentada. Numa sessão do Comitê Central em 20 de outubro, Sverdlov leu uma declaração da Organização Militar dos bolcheviques, contendo, como é evidente do debate, um pedido para que os líderes da Organização Militar fossem introduzidos quando questões da insurreição estivessem sendo decididas. Joffé insistiu para que tal exigência fosse rejeitada: “Quem quiser trabalhar pode se ligar ao centro revolucionário sob o Soviete.” Trotsky deu uma formulação mais moderada à moção de Joffé: “Todas as nossas organizações podem se ligar ao centro revolucionário e lá levantar em nossa facção todas as questões que lhe interessarem.” A decisão, que foi adotada dessa forma, mostra que houve apenas um centro revolucionário, filiado ao Soviete – isto é, o Comitê Revolucionário Militar. Se qualquer outro centro diretivo da insurreição existisse, pelo menos alguém devia ter se lembrado de sua existência. Mas ninguém se lembrou dele – nem mesmo Sverdlov, cujo nome era o primeiro no estafe do “centro prático”.

As minutas de 24 de outubro são, se possível, ainda mais instrutivas sobre esse ponto. Durante as horas imediatamente anteriores à tomada da cidade, não somente não houve nenhuma conversa sobre o “centro

prático” da insurreição, mas a única resolução criando-o tinha passado completamente ao esquecimento no furacão dos oito dias de intervenção, que, sobre uma moção de Trotsky, Sverdlov, Dzerzhinsky e Bubnov, eram designados para ficar “à disposição do Comitê Revolucionário Militar” – exatamente aqueles membros do Comitê Central que, de acordo com a decisão de 16 de outubro, estariam prontos e sem essa moção teriam se tornado parte do estafe do Comitê Revolucionário Militar. A possibilidade de tal equívoco é explicada pelo fato de que o Comitê Central, tendo vagamente emergido de sua existência clandestina, estava ainda quanto à organização e aos métodos distante da chancelaria todo-poderoso e todo envolvente dos recentes anos. A parte principal do equipamento do Comitê Central foi levada na algibeira por Sverdlov.

Naqueles tempos ardentes não poucas instituições episódicas foram criadas durante os últimos momentos de uma sessão e imediatamente jogadas no esquecimento. Na sessão do Comitê Central, em 7 de outubro, foi criado “um birô de informação sobre a luta com a contrarrevolução”. Essa era a designação do primeiro órgão criado para trabalhar nos problemas da insurreição. Quanto ao seu pessoal as minutas relatam: “Três são eleitos do Comitê Central para o birô: Trotsky, Sverdlov, Bubnov, e são dirigidos para criar o birô.” Existiu esse primeiro “centro prático” da insurreição? Obviamente não, pois não deixou nenhum traço. O birô político criado na sessão de 10 de outubro também se mostrou inviável e revelou-se em absolutamente nada: é duvidoso que tenha se reunido pelo menos uma vez. A fim de que a organização de Petrogrado do Partido, o líder direto dos trabalhos nos distritos, não ficasse separada do Comitê Revolucionário Militar, Trotsky, por sugestão de Lenine, que gostava de um sistema de dupla ou tripla segurança, foi incluído para a semana crítica no mais alto órgão administrativo do comitê de Petrogrado. Entretanto, essa decisão somente também permaneceu no papel: nunca se realizou uma sessão com a presença de Trotsky. O assim chamado “centro prático” encontrou a mesma sorte. Como uma instituição independente nunca tentou existir, mas não existiu nem mesmo como um órgão auxiliar.

Dos cinco homens indicados para o estafe do “centro”, Dzerzhinsky e Uritzky entraram completamente no trabalho do Comitê Revolucionário Militar somente depois da reviravolta. Sverdlov desempenhou um

papel importante na ligação do Comitê Revolucionário Militar com o Partido. Stalin não tomou nenhuma parte nos trabalhos do Comitê Revolucionário Militar e nunca apareceu em seus *meetings*. Nos inumeráveis documentos e nos depoimentos de testemunhas e participantes, como também nas mais recentes memórias, o nome de Stalin não é nenhuma vez encontrado.

No compêndio oficial da História da Revolução um volume especial é dedicado a Outubro, agrupando, na base dos dias, todas as informações factuais dos jornais, das atas dos arquivos, das memórias dos participantes, etc. Não obstante o compêndio ter sido publicado em 1925, quando a revisão do passado já estava em plena dança, o índice no fim do livro acompanha o nome de Stalin com apenas um número, e quando abrimos o livro na página correspondente encontramos novamente esse mesmo texto da decisão do Comitê Central sobre o “centro prático”, com a menção de Stalin como um dos seus cinco membros. Procuraríamos em vão neste volume – amontoado com material até de terceira classe – por qualquer informação sobre o que justamente Stalin fez em Outubro, tanto no estágio do “centro” como fora dele.

Para definir a fisiognomia política de Stalin em uma palavra: ele foi sempre um “centrista” no bolchevismo. Isto é, tendia organicamente para ocupar uma posição intermediária entre o marxismo e o oportunismo. Porém, esse era um centrista que Lenine temia. Qualquer fragmento do círculo de Stalin em 1924 pode ser explicado sempre como um produto de duas forças: o seu próprio caráter centrista e a pressão revolucionária de Lenine. A falta de mérito do centrismo se revelaria mais plenamente sob o teste dos grandes acontecimentos históricos. “Nossa situação é autocontraditória”, disse Stalin em 20 de outubro, justificando Zinoviev e Kamenev. Na realidade o caráter autocontraditório do centrismo tornou impossível para Stalin ocupar qualquer posição independente na Revolução. Por outro lado, esses traços que o paralisaram nos grandes momentos decisivos da História – espera atenta a manobra empírica – deviam necessariamente lhe assegurar uma genuína ascendência quando o movimento de massa começa a baixar e o funcionário vem para o *front* com seu zelo para consolidar o que foi obtido – isto é, fundamentalmente, assegurar a sua própria posição contra novos distúrbios. O funcionário, dominando em nome de uma Revolução, tem necessidade de um prestígio revolucionário. Em sua

capacidade como um “velho bolchevique”, Stalin experimentou a mais conveniente encarnação de seu prestígio imaginável. Juntando as massas os funcionários públicos disseram para elas: “Fomos nós que fizemos isto para vocês.” Ele começa a ter a mão livre não somente com o presente, mas também com o passado. O funcionário-historiador torna a fazer a história, conserta biografias, cria reputações. Era necessário burocratizar a Revolução antes que Stalin se tornasse seu soberano.

No destino pessoal de Stalin, que tem interesse predominante para a análise marxista, temos uma nova refração da lei de todas as revoluções: o desenvolvimento de um regime criado por um levante inevitavelmente passa por períodos de decadência e corre medido por anos, e neste processo os períodos de reação moral levam ao *front* aquelas figuras que devido a todas as suas qualidades fundamentais não desempenharam, e não desempenhariam, um papel dirigente nos tempos da ofensiva revolucionária.

A revisão burocrática da história do Partido e da Revolução está se realizando sob a supervisão direta de Stalin. As características desse trabalho nitidamente marcam os estágios no desenvolvimento da máquina soviética. Em 6 de novembro de 1918 (novo estilo), Stalin escreveu um artigo de aniversário no *Pravda*: “O inspirador da Revolução do início ao fim foi o Comitê Central do partido dirigido pelo Camarada Lenine. Vladimir Ilych estava então vivendo em Petrogrado num apartamento conspirador no distrito de Vyborg. Na noite de 24 de outubro, ele foi o designado pelo Smolny para a liderança geral do movimento. Todo o trabalho da organização prática da insurreição foi conduzido sob a imediata liderança do presidente do Soviete de Petrogrado, camarada Trotsky. É possível declarar com certeza que a passagem rápida da guarnição para o lado do Soviete, e a hábil direção do trabalho do Comitê Revolucionário Militar, o partido deve, principalmente, e sobre todos, ao camarada Trotsky. Camaradas Antonov e Podvoisky eram os chefes-assistentes do camarada Trotsky.”

Nem o autor deste livro e nem, devemos imaginar, Lenine, que estava se recuperando de uma bala dos sociais revolucionários, deram atenção nesses dias a essa distribuição retrospectiva de papéis e méritos. O artigo se apresentou com uma nova luz somente alguns anos mais tarde quando revelou o fato de que Stalin já tinha preparado, naqueles difíceis meses do outono de 1918, ainda com uma prudência extraordinária, um

novo quadro da liderança do Partido em Outubro. “O inspirador da Revolução do início ao fim foi o Comitê Central do Partido liderado pelo camarada Lenine.” A frase é uma polêmica contra aqueles que consideram – e inteiramente certos – que o inspirador real da insurreição foi Lenine, agindo em um grau considerável em conflito com o Comitê Central. Nesse período Stalin ainda era incapaz de ocultar suas próprias hesitações de Outubro de outro modo que não sob o pseudônimo impessoal do Comitê Central. Suas duas declarações seguintes – que Lenine estava vivendo num apartamento conspirador em Petrogrado, e que foi chamado a Smolny na noite de 24 para a liderança geral do movimento – são designadas para enfraquecer a impressão prevalecente no Partido de que o líder da insurreição tinha sido Trotsky. As frases subsequentes dedicadas a Trotsky soam na acústica política de hoje como um panegírico; na realidade eram o mínimo que Stalin poderia dizer. Eram o que ele foi compelido a dizer a fim de disfarçar as suas insinuações políticas. A construção complexa e o colorido cuidadosamente defensivo desse artigo “jubiloso” não transmitem nenhuma má impressão da opinião geral prevalecente no partido nessa época.

Nesse artigo, a propósito, não há absolutamente nenhuma menção do centro prático. Ao contrário, Stalin afirma categoricamente que “todo o trabalho de organização prática da insurreição foi conduzido sob a liderança imediata de... Trotsky.” Mas Trotsky, recordemos, não era membro do “centro prático”. Ouvimos, entretanto, de Yaroslavsky, que foi “este órgão (e nenhum outro) que guiou todas as organizações que tomaram parte na insurreição”. A solução dessa autocontradição é simples: em 1918 os acontecimentos estavam ainda muito recentes no espírito de todos, e a tentativa de suspender das minutas aquela resolução sobre um “centro” que nunca existiu não podia ser bem sucedida.

Em 1924, quando muita coisa tinha sido esquecida, Stalin explicou da seguinte maneira por que Trotsky não era um membro do “centro prático”: “devemos dizer que Trotsky não desempenhou nenhum papel especial na Revolução de outubro e não poderia ter sido de outro modo.” Nesse ano Stalin declarou positivamente ser a tarefa dos historiadores destruir “a lenda do papel especial de Trotsky na insurreição de outubro”. Como então Stalin reconcilia essa nova versão com o seu artigo de 1918? Muito simples: proibiu qualquer pessoa de citar o seu artigo anterior. His-

toridores que tentaram se conduzir entre o Stalin de 1918 e o Stalin de 1924 foram imediatamente expelidos do Partido.

Existem, entretanto, testemunhos mais definitivos do que esse artigo de primeiro aniversário de Stalin. Nas notas à edição especial dos trabalhos de Lenine, sob a palavra *Trotsky*, lemos: “Depois que o Soviete de Petersburgo virou bolchevique ele foi eleito seu presidente e nesse cargo organizou e dirigiu a insurreição de 25 de outubro.” Assim a “lenda do papel especial” foi firmemente estabelecida nos trabalhos escolhidos de Lenine durante a vida de seu autor.

Nos livros de referência oficial pode-se seguir de ano para ano esse processo de revisão do material histórico. Assim, em 1925, quando a campanha contra Trotsky já estava em pleno vigor, o anuário oficial, o *Almanaque Comunista*, ainda escreveria: “Na Revolução de Outubro, Trotsky teve a parte mais ativa e dirigente. Em 17 de outubro foi eleito presidente do Comitê Revolucionário de Petrogrado que organizou a insurreição armada.” Na edição de 1926, em vez disso, ocorre uma nota neutra: “Em outubro de 1917 foi presidente do Comitê Revolucionário de Leningrado.” A partir de 1927 a escola de Stalin produziu um novo tipo de história que foi incorporado em todos os textos soviéticos. Começando como um oponente do “socialismo em um único país”, Trotsky deve ter sido essencialmente um oponente da Revolução de Outubro, mas por felicidade lá existia o “centro prático” que levou a coisa a um fim feliz! O hábil historiador somente deixou de explicar por que o Soviete bolchevique elegeu Trotsky presidente, e por que o mesmo soviete, guiado pelo Partido, colocou Trotsky na frente do Comitê Revolucionário Militar.

Lenine não era crédulo – especialmente nas matérias que envolviam o destino da Revolução. Nunca poderemos defini-lo pelas certezas verbais. À distância ele era inclinado a interpretar qualquer sintoma em um mau sentido. Ele finalmente acreditou que a coisa estava sendo corretamente conduzida quando a viu com seus próprios olhos – isto é, quando chegou em Smolny. Trotsky fala sobre isso em suas recordações publicadas em 1924: “Lembro-me da impressão imensa causada em Lenine quando ele soube que eu convocara uma companhia do Litovsky com uma ordem escrita para garantir a publicação dos jornais soviéticos e do nosso partido. ...Lenine ficou em êxtase, e expressou seu sentimento por exclamações,

risos, e esfregando as mãos. Depois tornou-se mais silencioso, refletiu um momento e disse: ‘Bem, bem – agora pode ser feito aquilo também. Justamente tomar o poder.’ Compreendi somente nesse momento que ele tinha finalmente aceitado o fato de que tínhamos recusado tomar o poder por meio de um plano conspirador. Na última hora ele temia que o inimigo nos tirasse do nosso caminho e nos apanhasse desprevenidos. Somente agora ... ele sentia finalmente a sanção ao curso que os acontecimentos estavam tomando.”

Essa história também foi posteriormente discutida, embora ela tenha uma base indestrutível na situação objetiva. Na noite de 24, Lenine experimentou um último gosto de alarme, que o apanhou com tal força que ele fez uma tentativa retardada de mobilizar os soldados e os trabalhadores para pressionarem Smolny. Como o seu tom deve ter mudado violentamente quando ele encontrou em Smolny, poucas horas depois, a situação real! Não é óbvio que não pudesse marcar o fim de sua ansiedade, suas censuras diretas e indiretas dirigidas a Smolny, senão com poucas frases, com poucas palavras, não havia necessidade de explicações complicadas. Para cada um dos dois encontrando-se face a face naquele momento nem sempre comum, as fontes do equívoco eram perfeitamente compreensíveis. E agora elas estão dissolvidas. Nenhuma necessidade de retornar a elas. Uma frase foi bastante: “Agora pode ser feito aquilo.” O que significa: “Talvez muitas vezes eu tenha ido muito longe na urgência e na crença, mas espero que vocês compreendam...” Quem não compreenderia! Lenine não era inclinado à sentimentalidade. Uma frase dele, “Agora aquilo pode ser feito”, com um tipo especial de sorriso, era bastante suficiente para se pôr de lado os equívocos incidentais de ontem e se amarrar firmemente os laços de confiança.

O tom de Lenine no dia 25 se revela com maior clareza na resolução introduzida por ele através de Volodarsky, na qual a insurreição é descrita como tendo “um grau raro de falta de sangue e um grau raro de sucesso”. O fato de Lenine ter feito essa apreciação da insurreição, reduzida em palavras como sempre acontece com ele, mas grande em substância, não é um acidente. Foi justamente ele o autor “do aviso das linhas laterais”, que considerou mais livre pagar um tributo não apenas ao heroísmo das massas, mas aos serviços dos líderes. É pouco possível duvidar que Lenine tivesse motivos psicológicos adicionais para isso. Temia continuamente o

curso lento tomado por Smolny, e o apressou então por ser o primeiro a reconhecer suas vantagens reveladas na ação.

Desde o momento em que Lenine apareceu em Smolny ele naturalmente assumiu o seu lugar na liderança de todo o trabalho político, organizacional e técnico. No dia 29 uma insurreição de *junkers* se realizou em Petrogrado. Kerensky estava se movimentando contra Petrogrado à frente de um número de esquadrões cossacos. O Comitê Revolucionário Militar estava em confronto com uma tarefa de defesa. Lenine guiou esta operação. Em suas memórias Trotsky escreve: “Um sucesso rápido é tão desconcertante quanto uma derrota. Nunca se deve perder de vista o fio marcado dos acontecimentos; depois de cada sucesso dizer para si mesmo, ‘Nada foi ainda obtido, nada ainda está garantido’; cinco minutos antes de uma vitória decisiva manter-se com a mesma vigilância, a mesma energia e a mesma pressão, como cinco minutos antes do começo de uma ação armada; cinco minutos depois da vitória, e antes que o primeiro grito de triunfo tenha morrido, dizer para si mesmo, ‘A conquista ainda não está garantida, não devemos perder nenhum minuto’ – tal era a visão, tal era o modo de ação, tal era o método de Lenine, assim era a substância orgânica de seu caráter político, de seu espírito revolucionário.”

A sessão acima mencionada do Comitê de Petrogrado em 1º de novembro, quando Lenine falou de seus temores injustificados a respeito de Mezharayontzi, foi dedicada à questão de um governo de coalizão com os mencheviques e os social-revolucionários. A ala direita, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Lunacharsky, Riazanov, Miliutin e outros, insistiam na coalizão depois da vitória. Lenine e Trotsky falaram decisivamente contra qualquer coalizão que se estendesse além do ajuste do Segundo Congresso dos Sovietes. “Os desacordos”, declarou Trotsky, “eram muito profundos antes da insurreição – no Comitê Central e nos largos círculos do Partido... A mesma coisa foi dita então como agora depois da insurreição vitoriosa! Não teremos, como vamos ver, nenhuma maquinaria técnica. As cores foram bajuladas a fim de nos ameaçar, justamente como são agora, a fim de nos impedir de fazer uso da vitória.” De mãos dadas com Lenine, Trotsky arriscou contra os partidários da coalizão a mesma luta que arriscara antes contra os oponentes da Revolução. Lenine disse na mesma sessão: “Um acordo? Não posso falar disso seriamente. Trotsky há muito disse que uma

união era impossível. Trotsky compreendeu isso, e desde essa época não houve melhor bolchevique.”

Entre as mais importantes condições de um acordo os social-revolucionários e os mencheviques apresentavam um pedido de remoção do Governo das duas figuras mais odiadas por eles – “aquelas fundamentalmente culpadas da insurreição de outubro, Lenine e Trotsky”. A atitude do Comitê Central e do Partido a essa solicitação foi tal que Kamenev, o partidário extremo de um acordo – pessoalmente pronto mesmo para essa concessão – considerou necessário declarar na sessão de 2 de novembro do Comitê Executivo Central: “Foi proposta a exclusão de Lenine e Trotsky; esta proposta decapitaria o nosso Partido, e não a aceitamos.”

O ponto de vista revolucionário – pela insurreição e contra a coalizão com os comprometidos – foi chamado nos distritos operários “o ponto de vista de Lenine e Trotsky”. Estas palavras, como os documentos e as minutas testemunham, tornaram-se uma expressão diária. No momento de crise dentro do Comitê Central uma grande conferência de mulheres operárias em Petrogrado unanimemente adotou uma resolução saudando “a política do Comitê Central de nosso partido, dirigida por Lenine e Trotsky”. Como prematuramente, em novembro de 1917, o barão Budberg escreve em seu diário dos “duínviro, Lenine e Trotsky”; quando em dezembro um grupo de social-revolucionários decidiu “cortar a cabeça dos bolcheviques”, “estava claro para eles”, segundo Bóris Sokolov, um dos conspiradores, que “os mais perniciosos e importantes bolcheviques são Lenine e Trotsky – é com eles que devemos começar.” Durante os anos da guerra civil aqueles dois nomes eram sempre falados inseparavelmente, como se fossem uma só pessoa. Parvus, antes um revolucionário marxista e depois um malicioso inimigo da Revolução de Outubro, escreveu em 1919: “Lenine e Trotsky – isto é um nome coletivo para todos aqueles que saídos do idealismo tomaram o rumo bolchevique...” Rosa Luxemburgo, que criticou severamente a política da Revolução de Outubro, aplicou a sua crítica da mesma maneira a Lenine e a Trotsky. Ela escreveu: “Lenine e Trotsky com seus amigos foram os primeiros a dar um exemplo ao proletariado mundial. E eles ainda são os únicos que podem exclamar com Hutten: Eu ousei isto!” Em outubro de 1918, na sessão triunfal do Comitê Executivo Central, Lenine leu uma citação da imprensa estrangeira bur-

guesa. “Os operários italianos”, disse, “estão agindo como se não deixassem ninguém senão Lenine e Trotsky trabalhar na Itália.” Tais depoimentos são inumeráveis. Ocorrem como um *leit-motiv* através dos primeiros anos do regime soviético e da Internacional Comunista. Participantes e observadores, amigos e inimigos, os próximos e os distantes, amarraram juntas as atividades de Lenine e Trotsky na Revolução de Outubro com um laço tão firme que os historiadores epígonos não conseguirão nunca desamarrá-lo ou separá-lo.

.....

Apêndice Dois

SOCIALISMO NUM PAÍS ISOLADO?

“O PAÍS MAIS DESENVOLVIDO industrialmente exhibe ao menos desenvolvido somente a imagem de seu próprio futuro.” Esta afirmação de Marx, tomando como ponto de partida metodológico, não o mundo econômico como um todo, mas um determinado país capitalista como padrão, tornou-se menos válida à medida que a evolução do capitalismo abarcou todos os países desatentos a seu prévio destino e ao progresso industrial. A Inglaterra em certa época revelou o futuro da França, de certa forma, e da Alemanha, mas de modo nenhum o da Rússia e da Índia. Os russos mencheviques, contudo, abraçaram inconstitucionalmente a proposição de Marx. Na esteira da Rússia, os demais países não devem precipitar-se, mas seguir humildemente os padrões já estabelecidos. Com tal modelo de “marxismo” os liberais também estão de acordo.

Eis outra formulação não menos popular de Marx: “Nenhuma estrutura social desaparece antes que todas as forças produtivas tenham se desenvolvido para que tal fato ocorra.” Esta afirmativa, ao contrário da anterior, não deriva de um país considerado isoladamente, mas de uma sequência de estruturas sociais universalizadas (escravidão, medievalismo, capitalismo). Os mencheviques, todavia, encarando tal afirmativa do ponto de vista de

um determinado país, chegaram à conclusão de que o capitalismo russo tem ainda um longo caminho a percorrer antes de poder alcançar o nível de progresso europeu ou americano. Mas as forças produtivas não se desenvolvem no vazio! Não se pode falar das possibilidades de um capitalismo de base nacionalista, e ignorar por outro lado a luta de classes desenvolvida em outras nações, ou ainda sua dependência das condições do mundo atual. A derrocada da burguesia diante do proletariado ampliou-se fora dos quadros do atual capitalismo russo, desse modo reduzindo a nada suas abstratas condições econômicas. O capitalismo alcançou um ponto no cenário mundial em que cessou de justificar seus custos de produção – entendendo-se tal afirmativa no sentido sociológico, não comercial. Tarifas, militarismo, crises diversas, guerras, conferências de caráter diplomático e outros males, ocasionam perda de tempo e dissipam tanta energia criadora que, a despeito de todos os aperfeiçoamentos da técnica, não deixam lugar para um desenvolvimento mais amplo das riquezas e da cultura.

O fato, aparentemente paradoxal, de que a primeira vítima dos erros do sistema vigente no mundo foi a burguesia de um país atrasado, é na realidade algo inteiramente de acordo com a lei natural das coisas. Marx já tinha dado sua explicação para isso em relação ao seu tempo: “Comoções violentas ocorrem mais depressa nos membros do organismo da burguesia, do que no coração, porque aí o controle é mais exequível.” Entre os seus monstruosos ditames, o imperialismo estatua ser necessário que fracassasse inicialmente aquele país que ainda não tendo acumulado um amplo capital nacionalista, mas ao qual a atividade competitiva mundial não oferece nenhum privilégio especial. O colapso do capitalismo russo foi uma avalanche local numa formação social universal. “Uma visão correta de nossa Revolução”, disse Lenine, “só é possível de um ponto de vista tipicamente internacional.”

Temos atribuído a Revolução de Outubro não em última análise ao grau de atraso da Rússia, mas à lei do desenvolvimento combinado. A dialética histórica não toma conhecimento nem desse simples atraso e nem da marcha progressiva pura e simples. Trata-se de uma questão de relações concretas. A história atual do gênero humano está povoada de paradoxos, não tão espetaculares como o advento de uma ditadura do proletariado num país em atraso, mas de um tipo histórico semelhante. A constatação

de que estudantes e trabalhadores da China subdesenvolvida assimilem com grande interesse a doutrina materialista, enquanto líderes operários da civilizada Inglaterra acreditam no poder miraculoso das magias sagradas, prova fora de dúvida, que em certas esferas a China superou a Inglaterra. Mas o desdém dos trabalhadores chineses com respeito à ingenuidade medieval simplória de MacDonald, não nos leva a deduzir que no seu desenvolvimento, de modo geral, a China é mais avançada do que a Grã-Bretanha. A superioridade econômica e cultural da Inglaterra pode ser expressa em imagens exatas. A expressão dessas imagens não exclui, no entanto, a possibilidade de que os operários chineses atinjam a meta do poder antes dos trabalhadores da Grã-Bretanha. A ditadura do proletariado chinês por sua vez, deverá estar longe de promover a efetivação do socialismo dentro dos limites da Grande Muralha chinesa. Um rumo único, traçado de modo escolástico, ou um critério nacionalista bastante estreito não são indicados em nossa época. O desenvolvimento mundial obrigou a Rússia a sair de seu isolamento e atraso e de seu complexo asiático. Sem a chave desse desenvolvimento mundial, seu destino futuro não pode ser entendido.

As revoluções burguesas foram orientadas de um modo similar contra as relações de propriedades feudais e contra o individualismo provinciano. O nacionalismo pôs-se ao lado do liberalismo em suas cruzadas de libertação. A civilização ocidental, podemos dizer assim, engatinhava sob tal aspecto há muitos anos atrás. As forças produtivas de nosso tempo ampliaram não só as formas burguesas de propriedade, como também as fronteiras nacionais.

Liberalismo e nacionalismo tornaram-se de certo modo grilhões ou peias para a economia mundial. A Revolução do proletariado é dirigida contra a propriedade privada dos meios de produção e contra a dissociação da economia mundial. A luta dos povos orientais pela independência está incluída neste processo mundial e deve, conseqüentemente, fracassar ou não com ele. A criação de uma sociedade nacional socialista, caso tal objetivo for exequível de um modo geral, deveria implicar uma extrema redução do poder econômico humano. Mas por esta mesma razão é inatingível. Internacionalismo não é um princípio abstrato, mas a expressão de um fato econômico. Exatamente como o liberalismo era de índole nacional, assim o socialismo tem um cunho internacional. Partindo da distribuição

do mercado de trabalho mundial, muito amplo, a tarefa do socialismo consiste em levar o sistema de intercâmbio de bens e serviços gerais ao seu mais apurado desenvolvimento.

Até hoje e em nenhuma parte do mundo, uma Revolução coincidiu com as concepções dela formadas por seus participantes, e nem poderia ser de outro modo. Não obstante, as ideias e objetivos dos engajados em tal forma de luta constituem um elemento muito importante de uma Revolução. Tal afirmativa cai como uma luva no tocante à Revolução de Outubro. No passado nunca as ideias sobre uma Revolução na mente dos revolucionários aproximaram-se tão intimamente da essência atual dos acontecimentos reais como em 1917.

Uma obra de análise acerca da Revolução de Outubro estaria incompleta se nela não se respondesse, com toda a pertinência histórica possível, à seguinte indagação: que ideia fazia o partido em luta e no calor dos acontecimentos agitados, do posterior desenvolvimento da Revolução, e o que esse mesmo partido esperava daquele movimento? Esta questão adquire maior significação, à medida em que aquele período histórico se esfuma ao jogo de novos interesses. Políticos estão sempre buscando uma espécie de apoio no passado, e se não obtêm tal ajuda voluntária, com certa frequência procuram consegui-la de modo forjado. A atual política oficial da União Soviética baseia-se, ou descansa, na teoria do “socialismo num país isolado”, segundo o alegado e tradicional ponto de vista do Partido Bolchevista. As gerações mais novas, não somente as filiadas à Internacional Comunista, mas em verdade de todos os demais partidos, estão sendo levadas a supor que o poder soviético foi alcançado em nome da criação de uma sociedade socialista independente na realidade histórica nada tem a ver com tal mito. Até 1917, o partido jamais admitira a ideia de que Revolução do proletariado pudesse ser efetivada na Rússia antes de ser ultimada no mundo ocidental. Foi durante a conferência de abril, sob a pressão de certas circunstâncias, que, pela primeira vez, o partido reconheceu como obra sua a tomada do poder. Embora abrisse um novo capítulo na história do bolchevismo, tal reconhecimento nada tinha em comum com a perspectiva de uma sociedade socialista independente. Pelo contrário, os bolcheviques rejeitaram, categoricamente, como uma caricatura, a ideia que lhes era atribuída pelos

mencheviques, de criarem um “socialismo aldeão” num país atrasado. A ditadura do proletariado na Rússia serviu de ponte, para os bolcheviques, para promover uma Revolução no Ocidente. O problema de uma transformação socialista da sociedade foi admitido como sendo, em sua verdadeira essência, internacional.

Somente em 1924 ocorreu uma modificação desse problema fundamental. Reconheceu-se, então, pela primeira vez, que a estruturação do socialismo era inteiramente exequível dentro das fronteiras da União Soviética, independentemente da marcha evolutiva do resto da humanidade, caso os imperialistas não anulassem o poder soviético por meio de intervenção militar. A nova teoria viu-se logo dotada de efeito retroativo. Se em 1917, declaram os epígonos, o partido não acreditava na possibilidade da criação de uma sociedade socialista independente na Rússia, não deveria ter nenhum direito a assumir o poder. Em 1926, os líderes da Internacional Comunista condenaram oficialmente a não aceitação da teoria socialista aplicada a um país isolado, estendendo tal censura ao passado ainda recente, tendo como ponto de partida 1905.

Três outras formas de argumentação foram consideradas contrárias ao espírito bolchevista. Primeiro, a negativa da possibilidade da União Soviética manter-se por si mesma e por um período de tempo indefinido num *background* capitalista (problema ligado a intervenção militar). Segundo, a recusa da possibilidade de êxito em solucionar, usando suas próprias forças, e dentro dos limites nacionais, a contradição entre cidade e província, que é um problema agrário e de desenvolvimento econômico. Finalmente, a terceira proposição: a não admissão da possibilidade de criar uma sociedade socialista de portas fechadas, o que é um problema diretamente ligado ao sistema mundial de divisão de trabalho.

De acordo com a nova escola, seria possível defender a inviolabilidade da União Soviética de modo seguro, sem revoluções em outros países, por meio da “neutralização da burguesia”. A colaboração dos homens do campo na esfera da organização socialista deve ser tomada como certa. A situação de dependência quanto à economia mundial tinha sido abolida pela Revolução de Outubro e o êxito econômico dos soviets. Recusar essas três proposições significa “trotskismo”, doutrina incompatível com o bolchevismo.

A tarefa do historiador torna-se, aqui, uma tarefa de restauração. Ele deve distinguir os pontos de vista genuínos e as aspirações do partido revolucionário das urdiduras políticas subsequentes. A despeito da brevidade de cada período histórico, tal tarefa é muito parecida com a decifração de um hieróglifo. E as argumentações dos adeptos da nova escola não parecem, de nenhum modo, ser superiores sempre àquelas ingenuidades de fundo teológico em defesa das quais os monges dos séculos VII e VIII destruíram pergaminhos e papiros dos autores clássicos.

De modo geral, no decorrer desta obra, evitamos alongar o texto com excessivas citações, mas o presente estudo, devido à natureza de sua tarefa, deve fornecer ao leitor textos autênticos, e numa escala suficiente para excluir a ideia de terem sido selecionados de modo apressado, artificioso. Devemos transcrever a argumentação bolchevista usando a sua linguagem própria. Mas sob o regime da burocracia stalinista um autor vê-se privado de tal possibilidade.

O Partido Bolchevique foi, desde a sua criação, um partido imbuído de socialismo revolucionário. Mas é necessário observar desde logo sua imediata tarefa histórica na derrubada do tzarismo e na construção de uma estrutura democrática. O objetivo principal da Revolução era o de trazer uma solução democrática para o problema agrário. A Revolução socialista foi projetada para um futuro bastante distante ou, pelo menos, indefinido. Julgou-se algo irredutível que essa Revolução devia ocorrer de modo concreto somente após a vitória do proletariado no Ocidente. Tal postulado, obra do marxismo russo em sua luta com o narodniquismo e o anarquismo, foi uma das mais sólidas peças do partido. Daí seguem-se certas considerações de natureza hipotética. No caso da Revolução democrática assumir papel relevante na Rússia, deverá dar maior ímpeto à Revolução socialista no Ocidente. E isto deverá habilitar o proletariado russo a ter acesso ao poder, posteriormente, de modo mais seguro. A perspectiva geral histórica permanece inalterável, ainda mesmo nesta versão mais favorável. O ritmo do desenvolvimento foi apenas acelerado e os acontecimentos, examinados mais de perto.

Foi motivado por tais pontos de vista que Lenine escreveu em setembro de 1905: “Da Revolução democrática deveremos começar a progredir e, na medida exata de nossas forças, aquelas de um proletariado

consciente e organizado, passaremos à Revolução socialista. Nós objetivamos uma Revolução permanente. Não devemos parar no meio do caminho.” Esta citação, tão surpreendente quanto possa ser, foi aproveitada por Stalin no sentido de identificar o antigo prognóstico partidário com o rumo atual dos acontecimentos em 1917. Apenas torna-se incompreensível o motivo pelo qual os quadros partidários foram colhidos de surpresa pelas “teses de abril” de Lenine.

Na realidade a luta do proletariado pelo poder visava desenvolver-se, de acordo com a velha concepção, somente após a solução cabal do problema agrário dentro da fórmula de uma Revolução democrático-burguesa. O problema é que os camponeses, satisfeitos em sua fome de terras, não deveriam ter nenhum elã, capaz de ultimar uma nova Revolução. E visto que as classes operárias russas, em minoria, evidente no país, não estaria capacitada para a obtenção do poder com suas próprias forças, Lenine logo considerou inteiramente impossível falar de uma ditadura do proletariado na Rússia antes de vitoriosas, no Ocidente, as classes dos operariados.

“A vitória cabal da presente Revolução”, escrevia Lenine em 1905, “residirá no fim da rebelião democrática e no início de uma luta decisiva em prol da Revolução socialista. A efetivação das reivindicações dos camponeses dos presentes dias, o extermínio completo do reacionarismo, o troféu de uma república democrática, será o fim absoluto das revoluções da burguesia, e ainda mesmo da pequena burguesia. Teremos então o início de uma luta autêntica do proletariado visando o socialismo.” Por pequena burguesia entende-se aqui, primariamente os fazendeiros.

Sob tais condições, de que modo se encaixa aqui o *slogan* Revolução “permanente”? Lenine responde da seguinte maneira: os revolucionários russos, apoiados nos ombros de gerações inteiras revolucionárias da Europa, têm o direito de “sonhar” que serão bem sucedidos “ultimando com uma perfeição jamais presenciada anteriormente a necessária transformação democrática, tudo de acordo com o nosso programa mínimo... E se isto ocorrer ... então a conflagração revolucionária deverá suceder na Europa... O trabalhador europeu deverá insurgir-se por sua vez e mostrar-nos “como age”; aí então o surto revolucionário europeu deverá ter um efeito retroativo sobre a Rússia. E a época marcada por diversos anos de Revolução há de tornar-se uma fase de várias décadas revolucionárias. O caráter independente

da Revolução Russa, mesmo em seu mais acentuado desenvolvimento, não ultrapasse os limites de uma Revolução democrático-burguesa. Unicamente uma Revolução vitoriosa no Ocidente poderia dar ensejo à fase da luta pelo poder igualmente para o proletariado russo. Tal concepção ganhou muita força dentro do partido até abril de 1917.

Se colocarmos de lado dados episódicos, exageros próprios do espírito de polêmica e certos equívocos pessoais, a essência da discussão sobre o problema da Revolução permanente de 1905 até 1917 reduz-se, não à questão de se o proletariado russo após a ascensão ao poder poderia edificar uma sociedade nacional socialista – sobre isto nem um marxista russo disse uma só palavra até 1924 – mas ao fato de que uma Revolução burguesa realmente capaz de solucionar o problema agrário seria ainda possível na Rússia, ou se para a efetivação dessa obra seria necessária uma ditadura de proletariado.

Qual o trecho desses antigos pontos de vista Lenine reviu em suas teses de abril? Em nenhum momento renunciou ele, quer à doutrina do caráter internacional da Revolução socialista, quer à ideia de que a tomada de posição socialista só poderia ser efetivada na Rússia com a cooperação direta do Ocidente. Mas Lenine declarou então, pela primeira vez, que o proletariado russo, devido às deficiências das condições de desenvolvimento nacionais, devia ascender ao poder antes do proletariado de países mais avançados então.

A Revolução de Fevereiro demonstrou incapacidade para resolver tanto o problema agrário como o nacional. Os homens do campo e a população oprimida da Rússia em sua luta por objetivos democráticos foram obrigados a suportar os problemas nascidos com a Revolução de Outubro. E somente porque a democracia da pequena burguesia era incapaz de executar e levar adiante a tarefa histórica desempenhada por irmã mais velha no Ocidente, o proletariado russo teve acesso ao poder antes de que o fizesse o proletariado ocidental. Em 1905, o bolchevismo tentou somente após o início das atividades democráticas, lançar-se à luta por uma ditadura do proletariado. Em 1917 a ditadura do proletariado desenvolveu-se sem levar a cabo sua obra democrática.

Mas a natureza complexa da Revolução Russa não termina aí. A conquista do poder pela classe operária automaticamente removeu a linha

divisória entre “programa mínimo” e “programa máximo”. Sob a ditadura do proletariado – e somente aí então! –, o desenvolvimento dos problemas democráticos no contexto dos de natureza socialista tornou-se inevitável, embora o operariado europeu não chegasse a nos mostrar “como tal processo foi operado”.

Tal modificação de ordem revolucionária entre Ocidente e Oriente, com toda a sua importância óbvia para o destino da Rússia e do mundo inteiro, teve, não obstante, um interesse histórico limitado. Não importa até que ponto a Revolução Russa progrediu, sua dependência do processo revolucionário mundial não desapareceu e nem mesmo decresceu. A possibilidade de uma ampliação das reformas democráticas em bases socialistas, foi diretamente motivado por um conjunto de condições familiares – especialmente a interrelação do proletariado e os camponeses. Mas, em última análise, os limites da transformação socialista são determinados pelas condições da economia e da política no cenário mundial. Não importa quão grande seja o *rush* de uma nação em seu desenvolvimento, ela não poderá omitir a realidade da vida em nosso planeta.

Em sua condenação do “trotskismo”, o Partido Comunista Internacional criticou com especial ênfase a versão de que o proletariado russo, tendo segurado as rédeas do poder e não encontrando apoio no Ocidente, “deve incidir em atitudes hostis... contra massas ponderáveis de camponeses com a cooperação dos quais chegaram ao poder...” Mesmo se considerarmos que a experiência histórica refutou completamente tal hipótese – formulada por Trotsky em 1905, quando nenhum dos seus críticos atuais ainda admita a ideia de uma ditadura do proletariado na Rússia – ainda nesse caso, permanece indiscutível que esta imagem dos fazendeiros como aliados desleais e traiçoeiros foi obra comum de todos os marxistas russos, incluindo Lenine. A tradição de que desfruta atualmente o bolchevismo nada tem em comum com a doutrina uma harmonia pre-determinada de interesses entre operários e camponeses. Bem ao contrário, a crítica desta teoria da pequena burguesia foi sempre um fator muito importante na longa luta dos marxistas com os *narodniques*.

“Uma vez terminada a Revolução democrática na Rússia”, escrevia Lenine em 1905, “há de tornar-se até mesmo ridículo falar da ‘união de aspirações’ do proletariado e dos homens do campo...” “Os campone-

ses, como uma classe de donos de terras, deverão desempenhar o mesmo papel traiçoeiro, instável nesta luta (pelo socialismo) que a burguesia está, agora, desempenhando no embate pela democracia. Esquecer tal fato é omitir o socialismo, desiludir-se a si mesmo e a outros sobre os genuínos interesses e tarefas do proletariado.”

Elaborando para seu próprio uso em 1905, um esquema da correlação de classes durante o curso da Revolução que se seguiria à liquidação das propriedades dos senhores de terras: “O proletariado já está lutando para preservar as conquistas democráticas para a salvaguarda da Revolução socialista. Tal empenho seria desesperançoso para o proletariado russo isolado, e a sua derrota, inevitável ... se o proletariado socialista europeu não viesse em auxílio do proletariado russo... Nesse estágio, a burguesia liberal e grande parte dos homens do campo deveriam organizar uma contrarrevolução. O proletariado russo com o proletariado europeu deverão organizar a Revolução. Nessas circunstâncias o proletariado russo obterá uma segunda vitória. A causa não está perdida, portanto, a segunda vitória deverá ser a Revolução socialista na Europa. Os trabalhadores europeus deverão mostrar-nos ‘como agirão’.”

Quase na mesma época Trotsky escrevia: “A contradição existente na situação de um governo de proletários num país subdesenvolvido com a população camponesa em evidente maioria, só pode encontrar solução numa escala de âmbito internacional, no cenário da Revolução mundial do proletariado.” Foram tais palavras que Stalin posteriormente citou a fim de salientar “o verdadeiro abismo que separa a teoria leninista da ditadura do proletariado da teoria trotskista.” As citações atestam, contudo, que a despeito de diferenças indubitáveis entre as concepções revolucionárias de Lenine e Trotsky àquele tempo, elas já coincidiam naqueles dias distantes e de modo essencial, exatamente acerca do problema do papel “instável” e “traiçoeiro” dos calugas.

Em fevereiro de 1906 escrevia Lenine: “Nós apoiamos o movimento camponês até o fim, mas devemos recordar que este é o movimento de uma outra classe, não aquela que pode e deve efetivar a Revolução socialista.” “A Revolução russa”, declarou Lenine em abril de 1906, “contava com recursos suficientes para a vitória. Mas não dispunha de forças próprias suficientes para assegurar o fruto de sua vitória porque num país

com um enorme desenvolvimento da indústria de pequena escala, os produtores de tais artigos, entre estes os fazendeiros, devem inevitavelmente voltar-se contra os proletários quando eles procedem da liberdade para o socialismo... A fim de evitar a restauração de certa ordem de coisas, a Revolução Russa necessitava, não de uma reserva nacional, mas sim de uma ajuda do exterior. E existe uma tal reserva de recursos no mundo? Há: o proletariado socialista do Ocidente.

Com certas variações, mas no essencial sem mudanças de nota, tais pensamentos atravessaram todos os anos de reação e de guerra. Não é necessário apresentar muitos exemplos. A concepção do Partido a respeito da Revolução adquiriu sua forma mais cabal e sucinta no calor dos acontecimentos revolucionários. Se os teóricos do bolchevismo já se mostravam inclinados antes da Revolução para o “socialismo num país independente”, tal teoria deveria necessariamente ter florescido no período da ação direta em busca do poder. Ficou assim demonstrado na realidade? O ano de 1917 deverá fornecer-nos a resposta.

Quando partiu da Rússia após a Revolução de Fevereiro, Lenine escreveu uma carta de despedida aos trabalhadores suíços. Dizia o seguinte: “O proletariado russo não pode, usando apenas suas próprias forças, executar com êxito a Revolução socialista. Mas a situação poderá modificar-se, caso seus associados, seus fiéis aliados, os proletários europeus e americanos entrem em ação para a batalha decisiva.”

A resolução de Lenine ratificada pela conferência de abril reza o seguinte: “O proletariado russo entrando em ação num dos mais atrasados países da Europa entre a massa de uma população de pequenos camponeses, não pode fixar sozinho a meta de uma realização imediata da transformação socialista.” Ainda que estas linhas iniciais se liguem firmemente à tradição teórica do partido, a resolução em si representou, contudo, um passo decisivo no sentido de um novo caminho. Ela enuncia: a impossibilidade de uma transformação socialista independente na Rússia camponesa não nos dá de modo algum o direito de renunciar à conquista do poder, não só para a segurança das realizações de natureza democrática, mas também em nome de “uma série de atos praticamente amadurecidos no rumo do socialismo”, tais como a nacionalização de terras, controle bancário e assim por diante. Medidas anticapitalistas poderão merecer uma ampliação

posterior, graças à presença de “premissas objetivas de uma Revolução socialista... no mais altamente desenvolvido dos países mais avançados”. Este deveria ser o ponto de partida. “Falarmos somente de condições puramente russas”, frisa Lenine em seu discurso, “é um erro... Que tarefas deverão impor-se ao proletariado russo no caso do movimento de âmbito mundial colocar-nos frente a frente com uma Revolução social – que é o principal problema salientado nesta resolução.”

É claro que o novo ponto de partida adotado pelo Partido em abril de 1917, após Lenine ter obtido sua vitória sobre as limitações democráticas dos “velhos bolcheviques”, é tão diferente da teoria do socialismo num país isolado como o céu da terra!

Em todas as organizações partidárias no entanto, seja na capital ou na província, encontramos a mesma formulação do problema: Na luta pelo poder, devemos recordar que o destino da Revolução como tipicamente socialista deverá ser determinada pela vitória do proletariado dos países avançados. Tal fórmula não encontrou qualquer oposição – sendo, ao contrário, o pressuposto de todas as discussões como uma proposição de conhecimento amplo.

Na conferência de Petrogrado realizada pelo partido em julho, Kharitonov, um daqueles bolcheviques que tinha vindo da Suíça com Lenine num trem blindado, declarou: “Nós estamos observando em toda parte que se não ocorrer nenhuma Revolução no Ocidente nossa causa estará perdida.” Kharitonov não é um teórico, mas um típico agitador dentro do Partido. Na ata da citada conferência podemos ler o seguinte. “Pavlov chamou a atenção para a proposição de ordem geral apresentada pelos bolcheviques salientando que a Revolução Russa só deverá florescer quando puder ser apoiada pela Revolução mundial, que é concebível somente como uma Revolução socialista.” Dezenas e centenas de Kharitonovs e Pavlovs desenvolveram a ideia fundamental lançada na conferência de abril. Nunca ocorreu a ninguém opor-se a ela ou corrigi-la.

O Sexto Congresso do Partido, realizado em fins de julho, definiu a ditadura do proletariado como uma conquista do poder pelos trabalhadores e camponeses pobres. “Unicamente estas classes...devem na realidade promover o desenvolvimento da Revolução do proletariado internacional, que objetiva pôr fim não só à guerra, mas também à escravi-

ção capitalista.” O discurso de Bukharin baseou-se na ideia de que uma Revolução de amplitude mundial era o único meio de sair da situação existente. “Se a Revolução ocorrer na Rússia antes do que outra tenha lugar no Ocidente, nós deveremos ter de ... ativar a chama da Revolução socialista no mundo.” Stalin também foi levado naquele tempo a colocar o problema quase do mesmo modo: “Chegará o momento em que os trabalhadores deverão insurgir-se e, apoiados então pelas pobres vítimas dos fazendeiros abastados, erguer a bandeira da Revolução proletária, e inaugurar uma nova era da Revolução socialista no Ocidente.”

Na conferência regional realizada em Moscou no início do mês de agosto, temos ocasião de penetrar mais vivamente no laboratório do pensamento do Partido. No relatório principal, expondo as decisões do Sexto Congresso, Sokolnikov, membro do Comitê Central, disse: “É necessário explicar que a Revolução Russa deverá tomar a ofensiva contra o imperialismo mundial ou ser destruída, estrangulada pelo referido imperialismo.” Um bom número de delegados à conferência expressaram o mesmo ponto de vista. Eis a palavra de Vitolin: “Devemos estar a postos para uma Revolução social que será o estímulo ao desenvolvimento da Revolução social na Europa ocidental.” Assim se manifestou o delegado Byelensky: “Se decidirem o problema dentro dos estritos limites nacionais, então não teremos nenhuma saída. Sokolnikov disse com razão que a Revolução Russa deve ter êxito somente como uma Revolução de âmbito internacional... Na Rússia as condições atuais não apresentam um grau de maturidade que propicie o socialismo, mas se a Revolução eclodir na Europa então nós deveremos seguir a Europa ocidental.” Eis a fala de Stukov: “O argumento de que a Revolução Russa deve vencer somente como uma Revolução de caráter internacional não pode ser objeto de dúvida... A Revolução socialista só é possível numa escala mundial.”

Todos estavam de acordo acerca de três proposições básicas: a situação de vida dos trabalhadores não poderá mudar a menos que o jugo imperialista seja destruído no Ocidente. Na Rússia as condições não favorecem, por falta de amadurecimento, o socialismo; o problema da Revolução socialista é essencialmente internacional. Se além destes pontos de vista, que seriam censurados dentro de uns sete ou oito anos como heresia, foram formuladas outras opiniões dentro do Partido, agora re-

conhecidas como ortodoxas e tradicionais, deveriam certamente ter sido expressas naquela conferência de Moscou e no congresso do Partido. Mas nem o relator principal nem os participantes dos debates e nem os repórteres credenciados, insinuaram algo sobre a existência no seio do Partido Bolchevique de opiniões contrárias às “trotskistas”.

Na conferência geral em Kiev, precedendo congresso partidário, o orador principal, Gorovitz, acentuou: “A luta pela salvaguarda de nossa Revolução só poderá ser vitoriosa numa ampla escala internacional. Duas perspectivas estão diante de nós: Se a Revolução for vitoriosa deveremos promover o estágio de transição para o socialismo, caso contrário, cairemos sob o jugo do imperialismo internacional.” Após o congresso do Partido no início de agosto Piatakov, disse numa nova conferência realizada em Kiev: “Desde o começo da Revolução nós acentuamos que o destino do proletariado russo depende completamente do rumo da Revolução proletária no Ocidente... Nós estamos entrando no estágio da Revolução permanente.” Comentando a fala de Piatakovi Gorovitz, já nosso conhecido, declarou: “Estou inteiramente de acordo com Piatakov quando define a nossa Revolução como permanente.” De novo Piatakov: “A única salvação possível para a Revolução Russa reside numa Revolução mundial que deverá lançar as bases de uma transformação social.” Mas, quem sabe, estes dois oradores representavam a minoria? Não. Ninguém discordou deles nesta questão fundamental. Nas eleições para o Comitê de Kiev, Piatakov e Gorovitz receberam votação bastante expressiva.

Podemos, então, considerar plenamente estabelecido que, numa conferência geral do Partido em abril, no congresso partidário em julho, e nas conferências de Petrogrado, Moscou e Kiev, aqueles pontos de vista foram bem assentados e confirmados por votação, sendo mais tarde julgados incompatíveis com o bolchevismo. Mais do que isto: nenhuma voz ergueu-se no seio do Partido que pudesse ser interpretada como um pressentimento da futura teoria do socialismo assumido num país isoladamente. A 13 de agosto o órgão central do Partido expunha o seguinte: “Com plenos poderes para os soviets, embora longe ainda de significar o ‘socialismo’, deveríamos de algum modo quebrar a resistência da burguesia e – na dependência quanto às atuais forças produtivas e à situação geral no Ocidente – orientar e modificar a vida econômica, no interesse das massas

trabalhadoras. Liberta dos grilhões do regime capitalista, a Revolução há de tornar-se permanente, isto é, contínua. Devemos utilizar o poder estatal, não de modo a consolidar o regime da exploração capitalista, mas a fim de subjugar-lo. O êxito derradeiro de tal empresa deve depender do êxito da Revolução do proletariado europeu... Tal era e continua sendo a única e autêntica perspectiva de um futuro progresso da Revolução.” O autor destas linhas foi Trotsky, e as escreveu na prisão de Kresty. O editor do jornal onde foi publicado o artigo chamava-se Stalin. O significado de tal citação já está definido pelo simples fato de que o termo “Revolução permanente” fora usado dentro do partido Bolchevique, em 1917, exclusivamente para designar o ponto de vista de Trotsky. Alguns anos depois, Stalin iria declarar: “Lenine lutou contra a teoria da Revolução permanente até o fim de sua vida.” Stalin, ele mesmo, de nenhum modo promoveu tal luta. O artigo foi publicado sem qualquer comentário editorial.

Dez dias depois, Trotsky escreveu novamente no mesmo jornal: “Internacionalismo, para nós, não é uma ideia abstrata..., mas uma orientação objetiva, um princípio profundamente prático. Um sucesso decisivo permanente é algo impensável para nós, desligados da Revolução europeia.”

Novamente Stalin não fez qualquer objeção. E, além disso, dois dias depois, ele mesmo repetia: “Vamos deixá-los compreender [os trabalhadores e os soldados] que somente em união de esforços com o operariado do Ocidente, somente após a derrubada da organização capitalista ocidental, poderemos contar com o triunfo da Revolução na Rússia!” Por “triunfo da Revolução” ele queria dizer não à concretização do socialismo – pois até então não se referira a isso de modo algum – mas unicamente à conquista e a manutenção do poder.

“A burguesia”, escrevia Lenine em setembro, “está vibrando com a derrota da comuna na Rússia, isto é, a falência do proletariado, caso ele alcance o poder.” Não nos deve assustar tal regozijo. “Tendo conquistado o poder, o proletariado russo tinha inteira chance de mantê-lo e impulsionar a Rússia através da vitoriosa Revolução no Ocidente.” A perspectiva da Revolução é aqui definida com inteira clareza: reter o poder até o início da Revolução socialista na Europa. Tal fórmula não foi expressa de modo impensado. Lenine repetiu-a em várias oportunidades. Ele resumiu a exposição de seu programa, contido no artigo “Serão os bolcheviques capazes

de manter o poder estatal?”, nestas palavras: “Não há nenhum poder no mundo que possa impedir os bolcheviques, se eles não se deixarem intimidar e conseguirem conquistar o poder, de manter o que obtiveram, até que ocorra a vitória da Revolução socialista em escala mundial.”

A ala direita dos bolcheviques solicitava uma coalizão com os comprometidos, frisando que os bolchevistas “sozinhos” não poderiam assegurar o poder. Lenine respondeu-lhes no dia 19 de novembro – isto é, após a Revolução: “Dizem que nós sozinhos não podemos manter o poder, etc. Mas não estamos sós. Diante de nós está, toda a Europa. Nós devemos começar o movimento.” Neste diálogo de Lenine com a ala direita, torna-se particularmente claro que a ideia da criação independente de uma sociedade socialista na Rússia nunca entrou na cabeça de nenhum dos que discutiam o assunto.

John Reed relatou que num dos comícios realizados na fábrica de Obukhovsky, um soldado vindo do *front* romeno exclamou: “Nós devemos manter-nos firmes com todo o nosso poder até que a população mundial se erga para auxiliar-nos.” Tal fórmula não caíra do céu, e não partiu propriamente daquele soldado desconhecido ou de Reed. Ela foi incutida na mente das massas trabalhadoras pelos agitadores bolchevistas. A voz do soldado vindo do *front* romeno era a própria voz do partido, o brado da Revolução de Outubro.

A “Declaração de Direitos dos Trabalhadores e dos Povos Explorados” – o programa básico de governo introduzido em nome do poder soviético na Assembleia Constituinte – proclamava a tarefa de tornar a nova estrutura de governo “o estabelecimento de uma organização socialista da sociedade e a vitória do socialismo em todos os países... O poder soviético devia agir resolutamente neste sentido até a vitória cabal da insurreição do operariado internacional contra o jugo capitalista.” Esta “Declaração de Direitos” leninista, não formalmente anulada até aqui, convertia a Revolução em caráter permanente numa lei básica da República Soviética.

Se Rosa de Luxemburgo, que acompanhava, no cárcere, com interesse apaixonado os feitos e palavras dos bolcheviques, tivesse captado nas mesmas um só indício de nacional-socialismo, teria dado o alarme imediatamente. Naquele tempo, ela parecia criticar severamente a política bolchevista. Mas não. Eis aqui o que ela escreveu sobre a linha geral do

partido: “O fato de que os bolcheviques em sua conduta política tenham desviado inteiramente o rumo de sua ação no sentido da Revolução mundial do proletariado, é precisamente o mais brilhante testemunho de sua visão política, da firmeza de seus princípios e do alcance amplo de sua orientação política.”

Justamente esses princípios, que Lenine desenvolvera numa atividade constante, sendo difundidos no órgão central do partido, sob a responsabilidade de Stalin como editor, inspirando os discursos de pequenos e grandes agitadores, é que Rosa de Luxemburgo considerou o mais expressivo exemplo da visão política dos bolcheviques. E foram exatamente tais pontos de vista que a Internacional Comunista condenou em 1926. “As opiniões de Trotsky e seus seguidores sobre a questão básica do caráter e das perspectivas de nossa Revolução”, assim reza a resolução do Sétimo Congresso Comunista Internacional, “nada tem em comum com os pontos de vista de nosso partido, com o leninismo.” Desse modo, os líderes do bolchevismo libertaram-se do seu próprio passado...

Se houve alguém que lutou em 1917 contra a teoria de uma Revolução permanente, foram os cadetes e os conciliadores. Miliukov e Dan apontaram as “ilusões revolucionárias do trotskismo” como a principal causa do fracasso da Revolução de 1905. Em seu discurso de abertura da Conferência Democrática, Cheidze, verberou o empenho “de acender a fogueira da guerra capitalista convertendo a Revolução num movimento socialista e mundial.” A 13 de outubro, Kerensky disse no pré-parlamento: “Não há agora nenhum inimigo mais perigoso da Revolução, da Democracia e de todas as conquistas da liberdade, do que estes que, sob o pretexto de aperfeiçoarem a Revolução e convertê-la numa Revolução social permanente, estão deformando-a, e ao que parece já conseguiram perverter as massas.” Cheidze e Kerensky eram inimigos da Revolução permanente, pela mesma razão de serem adversários dos bolcheviques.

No Segundo Congresso dos Sovietes, na ocasião da tomada do poder, Trotsky disse o seguinte: “Se o povo europeu não se insurgir e derrotar o imperialismo, nós deveremos ser esmagados, isto é indubitável. Ou a Revolução Russa consegue fazer eclodir a luta no Ocidente, ou então os capitalistas do mundo inteiro sufocarão a nossa Revolução.” “Há um ter-

ceiro caminho” – exclamou uma voz das tribunas. Era, talvez, a de Stalin? Não, a voz pertencia a um menchevique. Isto ocorreu alguns anos antes que os bolcheviques descobrissem esse “terceiro caminho”.

Motivado pelas inúmeras repetições na imprensa internacional stalinista, foi considerado quase estabelecido em vários e diversos círculos políticos que duas concepções repousavam no fundo dos desacordos de Brest-Litovsk. Uma delas tinha como seu ponto de partida a possibilidade, não só de defender, de promover o socialismo com as forças mais profundas da Rússia. Quanto à outra concepção, apoiava suas esperanças exclusivamente numa insurreição na Europa. Na realidade tal contraste entre pontos de vista só foi criado alguns anos mais tarde, e o responsável por eles não teve o cuidado de testá-los de acordo com documentos históricos. Para sermos exatos, teria sido uma tarefa difícil. Todos os bolcheviques sem exceção, encontravam-se então ainda às voltas com a ideia de que se uma Revolução não ocorresse na Europa em futuro próximo, a República Soviética estaria condenada à destruição. Alguns contam o tempo em semanas, outros em meses; ninguém conta em anos.

“Desde o início preciso da Revolução Russa...” escreveu Bukharin em 28 de janeiro de 1918, “o partido do proletariado revolucionário estatuirá: ou a Revolução de âmbito internacional, incitada pela Revolução Russa, deve banir a guerra e o sistema capitalista, ou o capital internacional sufocará a Revolução Russa.” Mas não foi Bukharin quem então liderou os defensores da guerra revolucionária com a Alemanha, atribuindo os pontos de vista do seu grupo ao partido inteiro? Tão natural como essa suposição possa ser, ela é contraditada de forma cabal pelos documentos históricos.

Os relatórios do Comitê Central do ano de 1917 e do começo de 1918 – e publicados em 1929 – a despeito de cortes e de espírito tendencioso dos seus editores, oferece um exemplo inestimável do problema. “Na sessão de 11 de janeiro de 1918, o camarada Sergeiev [Artem] assinou, que todos os oradores mostravam-se de acordo quanto ao fato de que nossa república socialista está ameaçada de destruição no caso do fracasso de uma Revolução socialista no Ocidente.” Sergeiev assumiu a posição de Lenine, isto é, a assinatura da paz. Ninguém se opôs a Sergeiev. Todos os

três grupos antagônicos apelaram então para uma única premissa: Sem uma Revolução mundial não se poderia dar o grande salto.

Stalin, seguramente, deu uma nota especial ao debate. Ele fundamentou a necessidade da assinatura de uma paz em separado no fato de que: “Não existe nenhum movimento revolucionário na Europa, não há nada concreto, apenas algo em potencial, e nós não podemos nos basear em possibilidades.” Embora ainda longe de uma teoria do socialismo num país isolado, ele, no entanto, revelou claramente nessas palavras sua desconfiança pelo movimento de natureza internacional. “Nós não podemos basear-nos em possibilidades.” Lenine logo discordou “em certos pontos” desse manifesto stalinista. “É verdade que a Revolução no Ocidente, não começou ainda”, disse ele. “Todavia, se em vista de tal fato devemos alterar nossa tática, então estaremos traindo o socialismo internacional.” Se ele, Lenine, era favorável a uma imediata paz em separado, isto não se deve ao fato de descreer no movimento revolucionário europeu, e ainda menos porque acreditasse na viabilidade de uma Revolução russa isolada. “É importante para nós mantermos o poder firmemente até o advento de uma Revolução geral socialista, e só poderemos atingir tal propósito com a assinatura da paz.” O significado da capitulação de Brest foi resumida por Lenine com, as palavras “foi um desaforo.”

As agendas das conferências então realizadas atestam que após a advertência de Lenine, Stalin buscou uma oportunidade para corrigir-se. “Sessão do dia 23 de fevereiro de 1918. Camarada Stalin: ...Nós também desempenhamos nosso papel a respeito da Revolução, mas você calcula o tempo em semanas, e nós, em meses.” Aqui, Stalin repete literalmente a fórmula leninista. A distância reinante entre as duas alas do Comitê Central a respeito da questão da Revolução mundial, era a mesma existente entre semanas e meses.

Ao defender a assinatura da paz em separado de Brest durante o Sétimo Congresso do Partido em março de 1918, Lenine disse: “É inteiramente verdadeiro que sem uma Revolução alemã nós deveremos perecer. Talvez não fracassássemos em Petersburgo ou em Moscou, mas em Vladivostok, ou em algum outro ponto remoto onde tenhamos de nos refugiar..., mas em qualquer caso, em meio a todas as circunstâncias concebíveis, se a Revolução Alemã não eclodir, pereceremos.” Mas não se tratava somente da

questão alemã, contudo. “O imperialismo internacional, que representa um poder atual gigantesco, não pode em caso algum e sob quaisquer condições conviver com a República Soviética. Aí o conflito seria inevitável. Eis o maior problema histórico, a necessidade de evocar uma Revolução internacional.” Na decisão secreta adotada, lemos: “O Congresso admite a plena garantia da consolidação da Revolução socialista que obteve a vitória na Rússia unicamente em sua conversão numa Revolução do proletariado internacional.”

Alguns dias depois, Lenine apresentou um relatório ao Congresso Soviético: “O imperialismo reinante no mundo e a marcha triunfal de uma Revolução social não podem viver lado a lado.” Em 23 de abril, disse ele numa das sessões dos soviets em Moscou: “Nossas condições de atraso nos têm impulsionado para frente, e nós fracassaremos se não nos mostrarmos firmes até encontrarmos um apoio poderoso da parte dos trabalhadores revolucionários de outros países.” “Nós poderemos retirar-nos [ante o imperialismo] até mesmo para os Urais”, escreveu ele em maio de 1918, “porque esta é a única chance de ganhar tempo para o amadurecimento da Revolução no Ocidente...”

Lenine tinha nítida consciência do fato de que o prolongamento das negociações de Brest deveria dificultar as condições de paz, mas ele colocava a empresa revolucionária internacional acima das desavenças com Trotsky a respeito da assinatura da paz. Lenine disse na conferência dos negócios interiores em Moscou: “Quando das negociações de Brest, as exposições do camarada Trotsky foram divulgadas ante o mundo inteiro, e não se levou em conta aspecto político de que no país inimigo, em tempo de guerra, um grande movimento revolucionário abre caminho.” Uma semana mais tarde, num relatório do Conselho de Comissários do Povo durante o Quinto Congresso dos Sovietes, ele retornou à mesma questão: “Nós cumprimos nosso dever à vista de todos os povos... através da nossa delegação liderada pelo camarada Trotsky.” Um ano mais tarde, Lenine recordava: “Na época da paz de Brest... o poder soviético situou a ditadura mundial do proletariado e a Revolução no mundo mais alto do que quaisquer obrigações de caráter nacional, não importando quão pesados tenham sido os sacrifícios exigidos então.”

E quando o tempo já apagara da memória de Stalin as distinções nunca bem definidas entre as ideias, ele indagaria: “Qual o significado da

afirmação de Trotsky de que a Rússia revolucionária não poderia resistir diante de uma Europa conservadora? Só pode haver um significado: Trotsky não percebeu o potencial interno de nossa Revolução.”

Na realidade, o partido estava unanimemente convencido de que “diante de uma Europa de espírito conservador”, a República Soviética não podia sustentar-se. Mas isto foi apenas o reverso da ideia de que uma Europa conservadora não poderia impor-se diante de uma Rússia revolucionária. Na forma negativa tal convicção expressava uma confiança inabalável no poder internacional da Revolução Russa. E fundamentalmente, o partido não incorria em erro. A Europa conservadora não resistiu de forma cabal. A Revolução Alemã, embora traída como foi pela social-democracia, mostrava-se bastante forte ainda para rogar as garras de Ludendorff e Hoffmann. Sem tal articulação a República Soviética dificilmente poderia ter evitado sua destruição.

Mas mesmo após a destruição do militarismo germânico, nenhuma modificação ocorreu na apreciação da situação internacional. “Nossos esforços devem, inevitavelmente, levar a uma Revolução mundial,” disse Lenine na sessão do Comitê-Central Executivo em fins de julho de 1918. Os fatos processaram-se de tal modo que, tendo emergido... da guerra com uma aliança, (nós) logo experimentamos os ataques imperialistas de outras bandas.” Em agosto, quando a guerra civil tomava corpo no Volga com a participação dos tcheco-eslovacos, Lenine disse num comício em Moscou: “Nossa Revolução começou com um sentido universal... As massas proletárias devem assegurar a vitória à República Soviética sobre os tcheco-eslovacos e a possibilidade de garantir tal conquista até que a Revolução socialista mundial ocorra.” Tal como antes, essa garantia exigida até a eclosão de uma Revolução de alcance mundial representava a fórmula básica do partido.

Naquele mesmo período, Lenine dirigiu mensagem escrita aos trabalhadores americanos. “Nós permanecemos numa fortaleza sitiada até que outras forças da Revolução socialista internacional venham em nosso auxílio.” Ele pronunciou-se, de modo mais categórico ainda, em novembro: “Os fatos registrados na história do mundo têm demonstrado que a conversão de nossa Revolução russa numa Revolução socialista não representa uma aventura mas uma necessidade imperiosa, pois não há outra alternativa. O imperialismo inglês, francês e americano deve, inevitavel-

mente estrangular a independência e liberdade da Rússia a menos que a Revolução socialista mundial, o bolchevismo em escala internacional, seja vitorioso.” Para usarmos as palavras de Stalin, Lenine obviamente não sentiu o “potencial interno de nossa Revolução”.

O primeiro aniversário da Revolução já transcorrera. O partido tivera tempo para fazer uma revisão dos fatos. E não obstante, em seu relatório apresentado ao Oitavo Congresso do Partido em março de 1919, Lenine declarou novamente: “Nós vivemos não só num Estado mas num sistema de estados, e a existência da República Soviética lado a lado com governos imperialistas por um período amplo e inexequível. No fim um ou outro deverá dominar.” Durante o terceiro aniversário da Revolução, que coincidiu com a derrota dos brancos, Lenine recordou fatos e generalizou: “Se naquela noite [a Revolução de Outubro] alguém nos tivesse dito que em três anos isto deveria ser nossa vitória, ninguém, nem mesmo o mais ardoroso otimista, teria acreditado; nós entendíamos então que nossa vitória deveria ser um êxito somente quando nossa causa viesse a dominar o mundo inteiro, pois iniciamos nossa empresa contando exclusivamente com a Revolução mundial.” Não poderia haver testemunho mais incontestável. Nos momentos iniciais da Revolução, “o mais ardoroso otimista” não só não pensou na criação do nacional-socialismo, como nem mesmo acreditou na possibilidade de promover a Revolução sem ajuda direta do exterior! “Nós iniciamos nossa empresa contando exclusivamente com a Revolução mundial.” A fim de garantir a vitória numa luta de três anos contra legiões de inimigos, nem o partido e nem o Exército Vermelho tiveram necessidade do mito do socialismo empreendido num país isolado.

A situação mundial adquiriu uma feição mais favorável do que se podia esperar. As massas proletárias revelaram uma extraordinária capacidade de sacrifício em nome dos novos objetivos. Os líderes lançaram mão habilmente das contradições do imperialismo durante o período inicial e mais difícil. Em consequência disso, a Revolução demonstrou maior estabilidade do que “o mais ardoroso otimista” antecipara. Mas ainda assim, a totalidade do partido manteve sua posição inicial quanto à Revolução internacional.

“Se não ocorresse a guerra”, acentuou Lenine em janeiro de 1918, “nós teríamos presenciado a união dos capitalistas do mundo intei-

ro, uma consolidação baseada na luta aberta contra nós.” “Por que transcorridos semanas e meses... daquele mês de outubro obtivemos a oportunidade de passar tão facilmente do triunfo para outro êxito?”, perguntou ele no Sétimo Congresso do Partido. “Unicamente porque uma conjuntura internacional formada de modo especial protegeu-nos temporariamente do imperialismo.” Em abril, Lenine falou numa sessão do Comitê Central Executivo: “Nós pudemos respirar aliviados somente porque o conflito imperialista ainda prolongou-se no Oriente, no Extremo Oriente a rivalidade imperialista cada vez mais se intensifica; isto por si só explica a existência da República Soviética.”

Este excepcional conjunto de circunstâncias não poderia durar para sempre. “Nós passamos, agora, da guerra para a paz,” disse Lenine em 1920. “Mas não nos esqueçamos de que nova guerra poderá eclodir. Assim, enquanto o socialismo e o capitalismo permaneçam em conflito, não poderemos viver em paz. Um ou outro, mais cedo ou mais tarde, deverá vencer. Então um canto fúnebre será entoado seja para a República Soviética, seja para o mundo capitalista. Este período é de uma trégua numa longa guerra.”

A mudança do clima de “desafogo” para uma fase prolongada de precário equilíbrio foi motivada não apenas pela luta de grupos capitalistas, mas também pelo movimento revolucionário internacional. Em consequência da Revolução de novembro na Alemanha as tropas germânicas foram obrigadas a abandonar a Ucrânia, os Países Bálticos e a Finlândia. “A penetração da semente da rebelião nos exércitos da Entente forçaram os governos” francês, inglês e americano a retirar suas tropas das costas meridional e nordeste da Rússia. A Revolução proletária no Ocidente não foi vitoriosa, mas em seu empenho deu cobertura ao governo soviético por muitos anos.

Em julho de 1921, Lenine assim resumiu a situação: “Nós obtivemos um certo equilíbrio, embora extremamente bastante instável, mas apesar disso um equilíbrio que permite a vigência de uma república socialista – naturalmente não por longo tempo – num *background* capitalista.” Assim foram passando semanas, meses, anos, e o partido somente aos poucos foi assimilando a noção de que o governo proletário poderia por certo tempo – “naturalmente não por longo período” – continuar a vigorar pacificamente num círculo capitalista.

Uma conclusão de certa relevância oriunda daquela fase permanece de todo irrefutável: Se, de acordo com a crença geral dos bolcheviques, o Estado soviético não poderia manter-se por longo tempo sem o êxito do proletariado no Ocidente, então o programa da organização socialista num país isolado fica, por este simples fato, praticamente fora de cogitação; o problema real é escamoteado, por assim dizer, em sua consideração preliminar.

Contudo, seria um erro supor, como os membros da nova escola tentaram insinuar recentemente, que o único obstáculo localizado pelo partido no caminho para uma sociedade nacional-socialista, era o exército capitalista. A ameaça de intervenção armada estendeu-se na realidade até a linha de frente, mas o perigo da guerra em si foi meramente a manifestação mais expressiva da predominância técnica e industrial das nações capitalistas, em última análise, o problema reduz-se ao isolamento da República Soviética e ao seu atraso.

Socialismo é a organização de uma produção planejada e harmoniosa para o atendimento das necessidades humanas. A posse coletiva dos meios de produção não representa ainda o socialismo, mas apenas sua premissa legal. O problema de uma sociedade socialista não pode ser desligado do problema das forças produtivas, que no atual estágio de desenvolvimento humano são de natureza mundial em sua verdadeira essência. O Estado isolado, tendo se tornado muito limitado para o capitalismo, é assim também o menos habilitado a tornar-se o cenário de uma sociedade socialista aperfeiçoada. O grau de atraso de um país revolucionário intensifica, todavia, o perigo, para ele, de ser devolvido ao regime capitalista. Ao rejeitarem a perspectiva de um desenvolvimento socialista isolado os bolcheviques tinham em vista não um problema de intervenção mecanicamente isolado, mas o contexto completo de problemas ligados à base econômica internacional do socialismo.

No Sétimo Congresso do Partido, disse Lenine: “Se a Rússia passa agora – o que é indubitável – de uma ‘Paz de Tilsit’ para um florescimento nacional, então o sentido de tal despertar não significa uma transição para o governo burguês, mas a passagem para a Revolução socialista internacional.” Tal era a alternativa: ou uma Revolução de âmbito internacional ou o retorno ao capitalismo. Não havia lugar para o nacional-socia-

lismo. “Quantas fases de transição ocorrerão até a efetivação do socialismo, eis o que não podemos saber. Dependerá de quando for iniciada numa escala real, a Revolução socialista europeia.”

Em abril do mesmo ano, quando apelou para uma reorganização das forças partidárias para um trabalho eminentemente prático, Lenine escreveu o seguinte: “Podemos oferecer uma séria colaboração à Revolução socialista ocidental, adiada por uma série de motivos, somente na medida em que consigamos resolver o problema de organização que enfrentamos.” Esta primeira abordagem da organização econômica inclui-se de imediato num esquema internacional. É um problema de “cooperação oferecida à Revolução socialista no Ocidente,” e não de criação do império socialista autossuficiente no Leste.

Sobre o problema da fome então nascente, Lenine declarou aos trabalhadores em Moscou: “Em meio a toda a nossa agitação devemos explicar que o infortúnio que desabou sobre nós é um mal sentido internacionalmente, e que não há outro caminho para evitá-lo senão a Revolução internacional.” Assim, para liquidar o fantasma da fome deveremos ter uma Revolução do proletariado mundial – afirmou Lenine. A fim de criar uma sociedade socialista basta uma Revolução num país isolado – respondem os líderes mais jovens. Tal é o fim da discussão! Quem está com a razão? Não devemos esquecer que, a despeito do êxito da industrialização, o problema da fome não foi ainda solucionado até hoje.

O congresso das juntas de economia popular realizado em dezembro de 1913, formulou o plano da organização socialista nos seguintes termos: “A ditadura do proletariado no mundo tornou-se historicamente inevitável... Ela determina o desenvolvimento tanto da sociedade do mundo inteiro como de cada país em particular. O estabelecimento da ditadura do proletariado e a forma soviética de governo em outros países deverá possibilitar o início de relações econômicas mais estreitas entre as nações, uma divisão do trabalho produtivo internacional, e finalmente a organização em escala internacional, dos órgãos econômicos administrativos.” O fato de que uma tal resolução pudesse ser adotada por um congresso de líderes estatais às voltas com questões estritamente práticas – carvão, lenha, açúcar extraído da beterraba, etc. – prova melhor do que qualquer outra

coisa como, de forma inseparável, a perspectiva da Revolução em caráter permanente dominava a consciência partidária durante aquele período.

No *ABC do Comunismo*, a cartilha do Partido organizada por Bukharin e Preobrazhensky, com um grande número de edições, lemos o seguinte: “A Revolução comunista só poderá ser vitoriosa como uma Revolução mundial... Numa situação onde os trabalhadores tenham vencido apenas num único país, a organização econômica torna-se realmente difícil... Para que o comunismo vença é necessário o êxito da Revolução mundial.”

Imbuído dessas mesmas ideias, Bukharin escreveu num panfleto diversas vezes reeditado pelo partido e traduzido em vários idiomas: “O proletariado russo tem diante de si, mais premente do que nunca, o problema da Revolução internacional... A Revolução permanente na Rússia desenvolve-se numa Revolução europeia do proletariado.”

Num livro bem conhecido de Stepanov-Skvortzov, intitulado *Electifications*, lançado sob a responsabilidade editorial de Lenine e com prefácio de sua autoria, num capítulo que o editor recomenda com especial entusiasmo a atenção dos leitores, ele afirma: “O proletariado russo nunca pensou em criar um Estado socialista isolado. Um governo ‘socialista’ autossuficiente é um ideal pequeno-burguês. Uma certa aproximação desta imagem é passível de ser pensada com uma predominância econômica e política da pequena burguesia. Isolado do mundo exterior tal Estado busca meios de consolidar suas formas econômicas, que são convertidas então, pelas novas técnicas e pela nova economia, em formas verdadeiramente instáveis.” Estas linhas admiráveis, que indubitavelmente escaparam da vigilância de Lenine, projetam um expressivo raio de luz sobre a mais recente forma de evolução dos epígonos!

Em suas teses sobre problemas nacionais e coloniais no segundo Congresso da Internacional Comunista, Lenine define a tarefa geral do socialismo, emergindo da fase nacional de luta, como “a criação de uma economia mundial associada, regulada de acordo com um plano geral pelo proletariado mundial, como um todo, a tendência já revelada anteriormente com inteira clareza sob o regime do capitalismo, e que, indubitavelmente receberá um posterior desenvolvimento e amplo acabamento sob o regime socialista”. Em

relação a esta tendência hereditária e progressiva, a noção de uma sociedade socialista num país isolado significa reacionarismo.

As condições para o advento de uma ditadura do proletariado e aquelas necessárias à criação de uma sociedade socialista não idênticas, sim de natureza diversa, e em certos aspectos, até mesmo antagônicas. O fato de que o proletariado russo alcançou primeiro o poder não implica de nenhum do que atingirá também em primeiro lugar o socialismo. Aquela desigualdade contraditória que conduziu à Revolução de Outubro não desapareceu com a efetivação de tal movimento. Ela reside na mesma base do primeiro governo dos proletários.

“Para um país subdesenvolvido que é forçado, como consequência dos vaivéns da História, a encetar a Revolução socialista, mais difícil deverá ser a passagem do plano das velhas relações capitalistas para as de natureza socialista.” Esta ideia, articulada por Lenine em março de 1918, foi por ele repetida em discursos ou artigos ano após ano. “Para nós é fácil iniciar uma Revolução e muito difícil prosseguir-la”, disse ele em maio de 1918. “No Ocidente o mais difícil é iniciar uma Revolução, mas deverá ser bem mais fácil levá-la adiante.” Em dezembro, Lenine desenvolveu o mesmo pensamento perante uma audiência de camponeses, quando considerou mais difícil do que antes transcender as fronteiras nacionais: “Há [no Ocidente] a transição para uma economia socialista... deverá processar-se mais depressa e ser aperfeiçoada mais facilmente do que entre nós... Unidos ao proletariado socialista do mundo inteiro, os trabalhadores rurais russos obterão todas as vantagens.” “Em comparação com os países desenvolvidos”, repetiu ele em 1919, “foi mais fácil para os russos promoverem a grande Revolução proletária, mas será bem difícil para eles assegurarem-na, e conduzi-la, através de uma vitória decisiva no sentido da completa organização de uma sociedade socialista.” “Para a Rússia”, insistia Lenine a 27 do abril de 1920, “... foi fácil idear a Revolução socialista, conquanto se torne mais difícil para ela prosseguir nesse rumo e aperfeiçoar tal movimento do que para os países europeus. Já assinalara tal circunstância no início de 1918, e a experiência de dois anos veio confirmar inteiramente aquela apreciação.”

As épocas históricas decorrem na forma de diferentes níveis culturais o tempo faz-se necessário para superar o passado, não em termos

de novas eras, mas décadas. “As novas gerações, embora mais preparadas, dificilmente promoverão essa transição completa para o socialismo”, disse Lenine numa sessão do Comitê Central Executivo em 29 de abril de 1918. Quase dois anos mais tarde, num Congresso de Comunas Agrícolas, ele se referiu a uma fase ainda mais remota: “Nós não podemos promover agora uma ordem socialista. Deus queira que no tempo de nossos filhos, ou talvez nossos netos, ela venha a ser estabelecida aqui.” Os trabalhadores russos encetaram a marcha mais cedo do que os demais, porém chegarão mais tarde à meta. Isto não é uma nota de pessimismo, mas realismo histórico.”

“Nós, o proletariado da Rússia, estamos à frente da Inglaterra ou da Alemanha em nossa estrutura política...”, escreveu Lenine em maio de 1918, “e ao mesmo tempo atrás do mais atrasado dos países da Europa... quanto à nossa preparação para o advento prático-produtivo do socialismo.” A mesma ideia foi expressada por Lenine na forma de um contraste entre dois governos. “Alemanha e Rússia encarnaram em 1918 de maneira realmente óbvia a realização material das condições econômico-produtivas e sócio-industriais do socialismo de um lado, e das condições políticas de outro.” Os elementos da sociedade futura são, por assim dizer, divididos entre diferentes países. Reuni-los e subordiná-los uns aos outros é a tarefa de uma série de revoluções de caráter nacional empreendidas no seio de uma Revolução mundial.

A noção do caráter autossuficiente seria glosada por Lenine mais adiante: “Enquanto a nossa Rússia Soviética permanecia um solitário subúrbio do imenso mundo capitalista,” dizia ele em dezembro de 1920, no Oitavo Congresso dos Sovietes, “durante aquela fase, pensar em que nossa completa independência econômica seria uma total fantasia, uma utopia.” Em 27 de março de 1922, no Undécimo Congresso do Partido, Lenine advertiu: Nós nos defrontamos com “um teste que está sendo ultimado pelo mercado russo e internacional, a que estamos subordinados, com o qual nós passaremos por cima daquilo que não podemos vencer. Trata-se de um teste muito sério, pois aqui eles podem derrotar-nos econômica e politicamente.”

Tal noção da dependência da economia socialista em relação à economia mundial, é considerada, agora, “contrarrevolucionária” pela Internacional Comunista. O socialismo não pode depender do capitalismo!

Os epígonos têm-se esforçado bastante para esquecer que o capitalismo, como o socialismo, repousa sobre uma divisão de trabalho mundial, ampla, que aí está pronta a receber seu melhor acabamento sob o socialismo. A organização econômica num estado proletário isolado seja ele tão importante quanto for, deve mostrar-se acanhada, limitada, contraditória, não poderá alcançar o nível de uma nova e harmoniosa sociedade.

“O despertar autêntico de uma economia socialista na Rússia”, escreveu Trotsky em 1922, “deve tornar-se possível somente após a vitória do proletariado nos mais importantes países europeus.” Estas palavras tornaram-se um libelo; no entanto em sua época expressaram o pensamento geral do Partido. A obra construtiva, disse Lenine em 1919, “depende inteiramente de que a Revolução seja o mais cedo possível vitoriosa nos mais importantes países da Europa. Somente após tal vitória nós poderemos empreender seriamente a tarefa de caráter construtivo.” Tais palavras expressam não uma falta de confiança na Revolução russa, mas a fé numa próxima Revolução mundial. Mas também agora, após o formidável êxito econômico da União, continua a ser verdade que o “despertar autêntico de uma economia socialista” só é possível numa base internacional.

Com esse mesmo ponto de vista, o partido encarava o problema da coletivização da indústria agrícola. O proletariado não pode criar uma nova sociedade sem conduzir os camponeses ao socialismo através de uma série de etapas de transição, quando se sabe que os fazendeiros representam uma parcela considerável da população em inúmeros países a predominante – e reconhecidamente estão em maioria no mundo todo. A solução de tal problema, o mais difícil de todos, depende em última análise, das correlações quantitativas e qualitativas entre indústria e agricultura.

Os homens do campo seguiriam o rumo da coletivização, de modo voluntário e mais bem sucedido na medida em que os líderes citadinos se mostrassem mais hábeis e generosos em promover a fertilização da terra e estimular a produção.

Existirá, todavia, poder industrial suficiente para a transformação econômica do país? Tal problema Lenine também equacionou além das fronteiras nacionais. “Se encaramos a questão dentro de uma conjuntura mundial,” disse ele durante o Nono Congresso dos Sovietes, “tal florescimento de uma indústria em larga escala a ponto de suprir o mundo

inteiro com todos os produtos necessários, não existe sobre a Terra... Nós enquadrámos o problema na base de nossas próprias estimativas.” A correlação existente entre indústria e agricultura, incomparavelmente menos favorável na Rússia do que nos países do Ocidente, permanece até hoje a fonte das crises econômicas e políticas que ameaçam em certos momentos a estabilidade do sistema soviético.

A política do chamado “comunismo militarista” não se baseou na ideia da construção de uma sociedade socialista dentro dos estritos limites nacionais. Apenas os mencheviques, fazendo blague com o poder soviético, atribuíram-lhe tais projetos. Para os bolcheviques os destinos do regime espartano imposto pela ruína e a guerra civil, estavam em dependência direta do desenvolvimento da Revolução na Europa. Em janeiro de 1919, no auge do comunismo militarista, Lenine declarou: “Nós devemos defender as bases de nossa política comunista no setor da alimentação, e devemos também conduzi-la com mão firme até a fase da vitória total e de expressão mundial do comunismo.” Como os demais membros do Partido, Lenine estava enganado. Era necessário modificar a política alimentista. Atualmente podemos julgar estabelecido que, mesmo que a Revolução socialista na Europa tivesse ocorrido durante os primeiros dois ou três anos após o movimento de Outubro, um recuo na linha da nova política econômica teria sido, do mesmo modo, inevitável. Mas, numa visão retrospectiva do primeiro estágio da ditadura, torna-se particularmente claro a que ponto os métodos do comunismo militarista e suas ilusões estavam estreitamente entrelaçadas com a perspectiva da Revolução permanente.

A crise interna profunda ao término dos três anos de guerra civil envolveu a ameaça de um rompimento direto entre o proletariado e os fazendeiros, entre o partido e o proletariado. Uma revisão cabal dos métodos utilizados pelo poder soviético tornou-se necessário. “Temos de atender às necessidades econômicas do camponês médio, e adotar o livre comércio,” explicou, então, Lenine. “De outro modo seria impossível preservar o poder do proletariado russo, tendo em vista o protelamento da Revolução internacional.” Mas a transição para o NEP não foi acompanhada, todavia; por um rompimento, em princípio, do vínculo existente entre problemas domésticos e internacionais?

Lenine fez uma estimativa geral do novo estágio então processado em sua tese apresentada ao Terceiro Congresso da Internacional Comunista: “Do ponto de vista da Revolução do proletariado no mundo como um processo único, o significado da fase que a Rússia está atravessando reside no ensaio experimental da política utilizada em relação à massa pequeno-burguesa de um proletariado que retém o poder estatal.” Sua verdadeira definição da estrutura da Nova Política Econômica, afasta nitidamente a questão do socialismo praticado num único país.

Não menos esclarecedoras são aquelas linhas escritas por Lenine naqueles dias em que os novos métodos industriais foram sendo examinados e ativados: “Dez a vinte anos de relações corretas com os fazendeiros e a vitória numa escala mundial está garantida ainda mesmo com o adiamento das revoluções proletárias, que estão em articulação.”

A meta estava fixada: acomodar-nos ao novo e mais prolongado período que se fazia necessário para o amadurecimento da Revolução no Ocidente. Neste sentido, e somente nele, Lenine confidenciou: “Da Rússia do NEP deverá surgir uma Rússia socialista.”

Não basta dizer que a ideia da Revolução internacional não foi aqui revisada. Em certa medida, recebeu uma formulação mais profunda e mais distinta: “Nos países de capitalismo desenvolvido”, disse Lenine no Décimo Congresso do Partido, explicando a posição histórica da NEP, “há uma classe de trabalhadores agrícolas assalariados que foi formada no curso de algumas décadas... Onde esta classe se mostre suficientemente esclarecida, a transição do capitalismo para o socialismo é possível. Temos acentuado, numa série de artigos, em nossos discursos, em todas as nossas obras já editadas, o fato de que na Rússia a situação não é assim. Na Rússia nós temos uma minoria de trabalhadores na indústria e uma enorme maioria de pequenos donos de terras. Num país assim, a Revolução só pode encontrar o rumo do sucesso sob duas condições: primeiro, ser apoiada oportunamente por uma Revolução social encetada em um ou vários países progressistas... A outra condição é um acordo entre o proletariado que retém o poder estatal e a maioria da população rural... Somente um acordo com os camponeses pode salvar a Revolução socialista na Rússia até que a Revolução comece em outros países.” Todos os elementos do problema são aqui reunidos num só. Uma união com os fazendeiros é necessária para

a verdadeira existência do poder soviético; mas isto não substitui a Revolução internacional, que pode por si só criar a base econômica de uma sociedade socialista.

Nesse mesmo Décimo Congresso um relatório especial foi apresentado sobre “A República Soviética num círculo capitalista”, motivado pelo protelamento da Revolução no Ocidente. Kamenev indicado como seu porta-voz pelo Comitê Central Executivo: “Nunca fixamos nós mesmos a tarefa”, disse ele, como se se tratasse de alguma coisa inquestionável de todo, “de cair uma estrutura comunista num só país isoladamente. Todavia, nos encontramos numa posição onde é necessário assegurar e defender as bases da estrutura comunista, os alicerces do estado socialista, a república proletária soviética, cercada por todos os lados pelas relações capitalistas. Podemos cumprir esta tarefa? Penso que a questão é escolástica. Para tal problema numa situação como esta não caberia nenhuma resposta. O problema pode ser situado assim: Como poderemos, nas condições dadas, manter o poder soviético, e defendê-lo até o dado momento em que o proletariado deste ou daquele país deva vir em nosso auxílio?” Se as ideias do orador, que, sem dúvida, e por mais de uma vez, se afastara do esboço traçado juntamente com Lenine, entravam em contradição com a tradição do bolchevismo, por que então os membros do Congresso não protestaram? Como é possível que nenhum dos delegados ali presente não observasse que, sob o legítimo problema da Revolução, Kamenev estava tecendo considerações que nada tinham em comum com os pontos de vista do Partido Bolchevista? Como ocorreu que ninguém no Partido notasse tal heresia?

“De acordo com Lenine”, Stalin afirmou, “a Revolução descobriu sua força antes de tudo entre os operários e camponeses da própria Rússia. Trotsky tinha declarado que as forças necessárias a tal Revolução só poderiam ser encontradas no palco da Revolução mundial do proletariado.” Para este tipo de contraste pré-fabricado, como muitos outros, Lenine preparou sua resposta de antemão: “Nem por um minuto nós esquecemos, nem devemos esquecer”, disse ele no dia 14 de maio de 1918 numa sessão do Comitê Central Executivo, “a fraqueza da classe operária russa em comparação com outras divisões de trabalhadores do proletariado internacional... Mas nós devemos permanecer em nosso posto até a chegada de nossos aliados, o proletariado internacional.” Durante o terceiro aniversá-

rio da Revolução de Outubro, Lenine ratificou sua opinião: “Nós sempre apoiamos nosso plano numa Revolução internacional e isto era realmente certo... Nós sempre realçamos o fato de que, num país isolado é impossível cumprir uma tarefa de tal envergadura como é uma Revolução socialista.” Em fevereiro de 1921, Lenine declarou no congresso dos trabalhadores da indústria de agulhas: “Sempre repetimos aos trabalhadores que a tarefa essencial e a condição básica de nossa vitória é a propagação do movimento revolucionário pelo menos a vários dos países mais avançados.” Não, Lenine estava por demais comprometido com seu pertinaz desejo de encontrar forças no setor mundial.

Exatamente como Trotsky se colocou em oposição a Lenine, este situou-se em oposição a Marx, e com a mesma base. Se Marx supôs que a Revolução do proletariado devia começar na França mas ser completada somente na Inglaterra, isto se explica, segundo Stalin, pelo fato de Marx não conhecer ainda a lei do desenvolvimento desigual. Na realidade, o prognóstico marxista contrastando o país de iniciativa revolucionária com aquele de realização socialista, baseava-se inteiramente na lei do desenvolvimento desigual. E Lenine, que não admitia reticências acerca de problemas relevantes, nunca e em nenhuma parte recordou seu desacordo com Marx e Engels a respeito do caráter internacional da Revolução. Pelo contrário! Se “os fatos se processaram ao contrário do que Marx e Engels esperavam”, disse Lenine durante o terceiro Congresso dos Sovietes, isto ocorreu apenas em relação à continuidade histórica observada em todos os países. O curso dos acontecimentos concedeu ao proletariado russo “o honroso papel de vanguardista da Revolução social internacional, e agora nós vemos claramente como o desenvolvimento da Revolução deverá processar-se no futuro. Os russos a encetaram, os alemães, os franceses e os ingleses, deverão conduzi-la, e o socialismo, levar a palma.”

Mais adiante somos admoestados por um argumento formulado do ponto de vista do prestígio estatal. “Uma recusa da teoria do nacional-socialismo segundo Stalin, “nos conduz a desentronização de nosso país.” Tal terminologia por si só, intolerável aos ouvidos marxistas, fornece-nos uma boa ideia da intensidade do rompimento com a tradição bolchevique. Não era o “desgoverno” ou a “desentronização” o que Lenine temia, mas a beatice nacional. “Nós somos um dos destacamentos revolucionários da

classe trabalhadora”, explicou ele em abril de 1918 numa das sessões dos soviets em Moscou, “tendo chegado antes ao *front* não por sermos melhores do que outros, mas precisamente porque somos um dos países menos desenvolvidos do mundo. Deveremos alcançar a vitória total somente em união com todos os trabalhadores de outros países, o proletariado mundial.”

O apelo à sóbria autoestima tornou-se um motivo constante nos discursos leninistas. “A Revolução Russa”, disse ele no dia 4 de junho de 1918, “...deveu-se aos méritos especiais do proletariado russo, mas também ao rumo... de acontecimentos históricos, e este proletariado viu-se colocado temporariamente na primeira fila pela vontade da História e ocupando por algum tempo a vanguarda da Revolução mundial.” “O papel de vanguardista desempenhado pelo proletariado russo no movimento proletário mundial”, disse Lenine em conferência dos Comitês Fabris em 23 de julho de 1918, “é explicado não pelo desenvolvimento industrial do país, mas exatamente o contrário, pelo grau de atraso da Rússia.”

“O proletariado russo está perfeitamente consciente de que a condição necessária e a razão fundamental de sua vitória repousam na ação conjunta dos trabalhadores do mundo inteiro, ou de vários países avançados dentro da conjuntura capitalista.” A Revolução de Outubro não foi abordada aqui apenas em razão do grau de atraso verificado na Rússia, e isto Lenine entendia muito bem. Mas ele, deliberadamente, levou tal motivação um pouco longe demais para enfatizá-la.

Num congresso das Juntas de Economia Popular – órgãos especialmente convocados a edificar o socialismo, Lenine disse em 26 de maio de 1918: “Não devemos omitir fato de que nós sozinhos, usando apenas nossas próprias forças não podemos promover a Revolução socialista num único país, ainda mesmo supondo que tal país isolado fosse bem menos atrasado do que a Rússia.” E aqui, antecipando a manifestação futura da hipocrisia burocrática, ele explicou: “Isto não deve suscitar uma certa dose de pessimismo, porque a tarefa que objetivamos encerra uma dificuldade histórica de âmbito mundial.”

No Sexto Congresso dos Soviets realizado no dia 8 de novembro, Lenine assim se expressou: “A vitória cabal da Revolução socialista é impraticável num país isolado, mas exige a mais ativa cooperação, pelo menos de alguns países progressistas, entre os quais a Rússia não pode

ser incluída...” Lenine não só nega à Rússia o direito de ter sua própria organização socialista, como lhe indica um lugar secundário na promoção do socialismo feita por outros países. Que criminosa “desentronização” de nosso país!

Em março de 1919, durante um congresso do Partido, Lenine mostra-se bastante impetuoso ao dizer: “Nós tivemos uma experiência prática ao dar o primeiro passo na destruição do capitalismo num país onde há uma relação especial entre o proletariado e os fazendeiros. Nada mais. Se nós ficarmos inchados como uma rã, e nos envaidecermos e insultarmos isto deverá ser motivo de grande riso para o mundo inteiro. Nós seríamos meros fanfarrões, caso assim procedêssemos.” Alguém ofendeu-se com tais palavras? No dia 19 de maio de 1921, Lenine declarou: “Nenhum dos bolcheviques jamais negou que a Revolução só poderia triunfar de modo cabal quando ela abarcasse todos os pelo menos vários países dos mais avançados!” Em novembro de 1920, numa conferência regional do partido realizada em Moscou, Lenine novamente recordou aos seus ouvintes que os bolcheviques nunca tinham prometido ou sonhado “operar no mundo inteiro, contando unicamente com os recursos nacionais... Nunca chegamos a tal absurdo, mas, ao contrário, sempre afirmamos que nossa Revolução deverá ter êxito quando os trabalhadores de todos os países lhe derem seu apoio.”

“Nós não complementamos nem mesmo as bases de uma economia socialista. E este trabalho inicial ainda poderá ser anulado pelas forças hostis de um capitalismo moribundo. Devemos ter nítida consciência de tal fato e reconhecê-lo publicamente. Sabemos que não há nada mais perigoso que certas ilusões e mentalidades vacilantes, especialmente em altos postos. E não há nada de “terrível”, nem um motivo real para o menor desencorajamento, em reconhecer esta verdade amarga: o esforço conjugado dos trabalhadores de diversos países progressistas é necessário para o êxito de socialismo.” Tais palavras foram escritas por Lenine no começo de 1922.

Dois anos mais tarde, Stalin solicitaria uma renúncia do marxismo quanto a essa questão básica. E o que motivou tal pedido? Foi alegado que Marx desconhecia a lei mais elementar da dialética da natureza assim como também da sociedade, isto ignorava a desigualdade da evolução. Mas o que dizer do próprio Lenine que, segundo Stalin, “descobriu”

primeiro esta lei da desigualdade como resultante da experiência do imperialismo e que não obstante, apegou-se obstinadamente ao “ABC da Verdade de Marxismo?” Nós procuraríamos em vão uma explicação para isto.

O “trotsquismo”, de acordo com a acusação e a sentença da Internacional Comunista, “deveria e assim continua a ser da ideia de que nossa Revolução nela e por ela mesma [!] não é socialista em essência, que a Revolução de Outubro é somente o indício, o impacto inicial e o ponto de partida para uma Revolução socialista no Ocidente.” Tal degeneração nacionalista é mascarada aqui de puro formalismo. A Revolução de Outubro “nela e por si mesma” não existiu. Seria impossível sem os precedentes históricos da Europa, e deveria ser um fracasso sem um prosseguimento na Europa e no mundo inteiro. “A Revolução Russa é somente um elo na cadeia da Revolução internacional” (Lenine). Sua força reside exatamente onde os epígonos veem sua “desentronização”. E justamente porque, e somente por tal motivo, não se trata, de um todo autossuficiente, mas um “sinal”, “um impacto inicial”, um “ponto de partida”, um “elo”, é que deveria adquirir um caráter socialista.

“Naturalmente a vitória total do socialismo num só país é impossível,” disse Lenine durante o Terceiro Congresso dos Sovietes, em janeiro de 1918, “mas alguma coisa mais é possível: um exemplo vivo, o fato de lançar-se ao trabalho, em algum ponto de um país isolado. Isto é que deverá inflamar as massas trabalhadoras de todos os países.” Em julho, numa sessão do Comitê Central Executivo, assim se pronunciou Lenine: “Nossa tarefa agora é ... segurar firmemente esta tocha ardente do socialismo de modo que possa continuar a brilhar tão intensamente quanto for possível para incrementar a conflagração da Revolução social.” Um mês depois, afirmou num comício de operários: “A Revolução [europeia] está em marcha e nós teremos que defender o poder soviético até que ela se precipite. Nossas falhas deverão servir de lição para o proletariado ocidental.” Alguns dias depois, assim se pronunciou num congresso de educadores: “A Revolução Russa é somente um exemplo, apenas o primeiro passo numa série de revoluções.” Em março de 1919 num Congresso do Partido, ele afirmou: “A Revolução Russa foi em essência um ‘ensaio geral’... de uma Revolução do proletariado mundial.” Não foi uma Revolução “nela e por ela mesma”, mas uma tocha simbólica, uma lição, um exemplo apenas, um

passo inicial, somente um elo! Não foi uma representação integral, mas somente um ensaio! Que maneira rude e desapiedada de “desentronizar” o poder revolucionário!

Mas Lenine ainda foi mais longe. “Se ocorresse um fracasso de nossa parte por precipitação”, disse ele em 8 de novembro de 1918,... deveríamos ter o direito de afirmar, sem omitir nossos erros, que usamos o período de tempo ofertado pelo destino, inteiramente voltados para a Revolução socialista mundial.” Como estão longe tais palavras, tanto na maneira de pensar como em psicologia política, da autocomplacência fanática dos epígonos, que se imaginam o eixo do mundo.

Uma falsidade acerca de uma questão fundamental, se o interesse político nos compele a aderir à mesma, conduz a inumeráveis equívocos e aos poucos modifica todo o nosso modo de pensar. “Nosso Partido não tem o direito de iludir as classes operárias”, disse Stalin numa sessão plenária do Comitê Executivo da Internacional Comunista em 1926. “Devemos dizer francamente que a falta de confiança na possibilidade de promover o socialismo em nosso país deverá levar a uma renúncia do poder, e à passagem do nosso partido da posição de partido dominante para a oposição.” A Internacional Comunista consagrou esta interpretação entre as suas resoluções: “A negação desta possibilidade (de uma sociedade socialista num país isolado) de parte da oposição, nada mais é senão uma não aceitação das bases para uma Revolução socialista, na Rússia.” As “bases” ou “premissas” não são as condições gerais da economia mundial, nem as contradições mais íntimas do imperialismo, nem a correlação de classe na Rússia, mas uma garantia dada de antemão da possibilidade de efetivar o socialismo num país isolado!

Devemos responder a este argumento teleológico defendido pelos epígonos no outono de 1926, fazendo as mesmas considerações com que respondemos aos mencheviques na primavera de 1905. “Uma vez que o desenvolvimento objetivo da luta de classes desafia o proletariado num determinado momento da Revolução, a fazer a opção entre tomar sobre seus próprios ombros os direitos e deveres do poder estatal ou renunciar à sua posição classista, a social-democracia deverá, colocar a conquista do poder de estado na ordem do dia. Ao agir assim, não poderá ignorar de modo nenhum o processo de desenvolvimento de um tipo mais profun-

do, processos de crescimento e concentração da produção. Mas dizem eles que, quanto à lógica da luta de classes, repousando em última análise sobre os rumos do desenvolvimento econômico, impele o proletariado para a ditadura antes que a burguesia tenha cumprido sua missão econômica ... isto significa somente que a História confiou ao proletariado uma empresa gigantesca por suas dificuldades. Talvez o proletariado venha a ficar mais exaurido na luta de classes e sucumba ao peso de sua tarefa. Mas ele não pode recusar tal missão cultivando o receio da desfiguração classista e lançando o país inteiro no caos.” Nada precisaremos acrescentar às palavras proferidas em 1905.

“Seria um erro irreparável”, escreveu Lenine em maio de 1918, “afirmar que, uma vez reconhecida a falta de correspondência entre nossas forças econômicas e políticas, “segue-se” então que não conquistamos o poder... unicamente pessoas encerradas numa “torre de marfim” raciocinam assim, esquecendo-se de que nunca deverá existir uma “correspondência”, que não podia haver seja no processo de evolução da natureza ou da sociedade. Esquecem-se de que, somente por meio de uma série de tentativas – cada uma das quais depois de operadas em separado deverão ser postas lado a lado e confrontadas, sofrendo então de uma certa falta de correspondência – poderá o socialismo em seu sentido cabal ser consumado sem a cooperação revolucionária dos proletários de todos os países.” As dificuldades da Revolução internacional devem ser superadas não por uma adaptação passiva, por uma abdicação de poder, nem por uma atitude de expectativa e vigilância quanto à insurreição mundial, mas sim pela pura ação, superando as contradições pelo dinamismo empregado na luta e na ampliação de sua esfera de ação.

Se tomarmos a sério a doutrina história dos epígonos, os bolcheviques deviam ter sabido antes do movimento de Outubro, que eles teriam que defender-se de uma legião de inimigos, e também que deveriam passar do comunismo militarista para a NEP. Acrescentemos também que, em caso de necessidade deveriam saber que precisariam construir seu próprio nacional-socialismo. Em resumo, antes de conquistarem o poder, eles deviam ter feito seus cálculos acuradamente, e assegurado um saldo de crédito. O que ocorreu na realidade foi pouco mais ou menos o que traduz esta caricatura piedosa.

Num relatório apresentado durante o congresso do partido, em maio de 1919, Lenine disse: “Frequentemente, temos de tatear ao longo de nosso caminho; tal constatação torna-se mais evidente ainda quando tentamos analisar o que já fizemos. Mas isto não nos inquietou de modo algum, nem mesmo quando, no dia 10 de outubro de 1917, solucionamos o problema acerca da tomada do poder. Não tínhamos dúvida que estava acima de nossas forças, de acordo com as palavras do camarada Trotsky, fazer tal experiência. Nós empreendemos um movimento que ninguém neste mundo já pensara em efetuar em tal escala.” E mais adiante: “Quem poderia empreender uma Revolução gigantesca, sabendo de antemão como conduzi-la até o fim? Onde alguém poderia contar com tal conhecimento? Isto não pode ser encontrado nos livros. Nem há livros sobre tal tipo de conhecimento prévio. Nossa decisão só poderia, assim, ter nascido da experiência das massas populares.”

Os bolcheviques não visavam nenhuma prova de que a Rússia seria capaz de criar uma sociedade socialista. Não tinham nenhuma necessidade disto. Eles não viam como usá-las pois contradizia tudo o que tinham aprendido na escola do marxismo. “A tática dos bolcheviques”, escreveu Lenine criticando Kautsky, “era apenas de característica internacional, porque eles não se baseavam numa atitude covarde de receio da Revolução mundial, e nem na filistina falta de confiança em tal movimento...” Os bolcheviques “contribuíram ao máximo possível num só país para o desenvolvimento, o apoio e o estímulo da Revolução em todos os países”. Com uma tática assim foi impossível indicar de antemão uma linha de ação infalível, e ainda menos possível assegurar-se uma vitória nacional. Mas os bolcheviques sabiam que o perigo é algo inerente a uma Revolução, como à guerra. Eles saíram ao encontro do perigo de olhos abertos.

Exibindo para o proletariado mundial, como um exemplo e uma crítica, o modo como a burguesia arrojadamente arrisca-se a uma guerra em nome de seus interesses, Lenine atacou com ódio aqueles socialistas “que temem encerrar a luta enquanto não tenham ‘assegurada’ uma fácil vitória... Esses lambe-selas do socialismo internacional, lacaios da moralidade burguesa, merecem triplo desprezo.” Lenine, como é bem sabido, não se detinha em escolher palavras quando dominado pela indignação.

“Mas o que devemos fazer”, Stalin fez tal indagação, “se a Revolução internacional está destinada a um protelamento? Existe alguma luz orientadora para a nossa Revolução? Trotsky não ofereceu nada nesse sentido.” Os epígonos solicitaram privilégios históricos para o proletariado russo: ele deveria ter trânsito livre e cômodo para um ininterrupto movimento de acesso ao socialismo, sem se preocupar com o que acontecesse ao resto da humanidade. A História, infelizmente, não tinha preparado tal caminho confortável. “Se observarmos os fatos de um ângulo principiado pela história do mundo”, disse Lenine durante o Sétimo Congresso do Partido, “não há a menor dúvida de que a vitória definitiva de nossa Revolução, se ela tivesse de permanecer isolada... deveria ser um fracasso”.

Mas, mesmo nesse caso, ela não teria sido infrutífera. “Mesmo que os imperialistas chegassem a derrubar o poder bolchevique amanhã”, afirmou Lenine num congresso de educadores em maio de 1919, “não deveríamos lamentar, um segundo que fosse termos assumido o poder. E nenhuma das classes trabalhadoras politizadas iria lamentar o mesmo, ou duvidar de que nossa Revolução foi vitoriosa, apesar de tudo.” Lenine só pensava na vitória em termos de uma sucessão de movimentos de uma luta desenvolvida internacionalmente. “A nova sociedade é uma abstração que não pode ganhar vida senão mediante uma série de tentativas concretas e incompletas a fim de criar este ou aquele estado socialista.” Esta atilada distinção, e em certo sentido um contraste entre “estado socialista” e “nova sociedade” oferece uma pista para os inúmeros abusos perpetrados pelos epígonos em relação aos artigos e livros de Lenine.

Lenine explicou com a maior simplicidade possível o significado da estratégia bolchevique em fins do quinto aniversário da tomada do poder. “Quando iniciamos aquele tempo, nosso movimento não era já com vistas à Revolução de que poderíamos antecipar seu desenvolvimento, mas sim porque umas séries de circunstâncias nos obrigaram a promover a Revolução de Outubro. Nosso modo de pensar era o seguinte: Ou a Revolução internacional virá em nossa ajuda, e nesse caso nosso êxito estaria inteiramente assegurado, ou então deveríamos empreender nossa modesta tarefa revolucionária tendo consciência de que, em caso de fracasso teríamos apesar de tudo servido à causa revolucionária, e nossa experiência deveria ser útil a outras revoluções. Para nós era bem evidente que sem o

apoio da Revolução de caráter mundial seria impossível o êxito definitivo da ascensão do proletariado. Mesmo antes da Revolução, e de igual modo depois de sua eclosão, nosso pensamento era: seja imediatamente ou de qualquer forma em período bem próximo, uma Revolução deveria ser iniciada em outros países, capitalisticamente mais desenvolvidos ou em caso contrário teríamos que sucumbir. A despeito dessa tomada de consciência do problema, fizemos tudo para preservar o sistema soviético em todas as circunstâncias e a qualquer preço, já que sabíamos estar trabalhando não só para nosso bem, como também para a Revolução internacional. Cientes disto, expressamos tal convicção com frequência antes da Revolução de Outubro, exatamente como fizemos durante e após a conclusão do Tratado de Paz de Brest-Litovsk. E, de modo geral, isto estava certo. “As datas dos acontecimentos perderam-se no tempo, o padrão dos mesmos adquiriu feições sob muitos aspectos inesperados, mas a orientação básica permanece imutável.

O que pode ser acrescentado àquelas palavras? “Nós iniciamos a Revolução internacional.” Se uma Revolução no Ocidente não começar “imediatamente, ou em período bem próximo”, anunciavam os bolcheviques, “nós deveremos sucumbir.” Mas nesse caso também a conquista do poder teria sido justificada, outros aprenderiam com a experiência daqueles que sucumbiram. “Estamos trabalhando não apenas para nós mesmos, mas para a Revolução internacional.” Estas ideias, saturadas de internacionalismo, foram expostas por Lenine ante a Internacional Comunista. Alguém se opôs a elas? Alguém ao menos insinuou a possibilidade, de uma sociedade socialista nacional? Ninguém. Nem uma só palavra foi dita nesse sentido!

Cinco anos mais tarde, no Sétimo *Plenum* do Comitê Executivo da Internacional Comunista, Stalin teceu considerações exatamente opostas àquelas. Elas já são conhecidas por nós: Se não há “confiança na possibilidade de promover o socialismo em nosso país”, então o Partido terá que passar “da posição de dominante, para aquela de um partido de oposição...” Precisaríamos ter uma garantia preliminar de êxito antes de tomar o poder; e somente em condições de caráter nacionalista encontraríamos tal garantia. Precisaremos confiar na possibilidade de desenvolver o socialismo na Rússia camponesa; então poderíamos caminhar muito bem

sem a expectativa da vitória do proletariado mundial. Cada um dos elos dessa cadeia de raciocínio golpeia de frente a tradição bolchevista.

Para ocultar sua ruptura com o passado, a escola stalinista tentou fazer uso de certas frases de Lenine, que parecem as menos adequadas. Um artigo datado de 1915 sobre “Os Estados Unidos da Europa” insinuava incidentalmente a observação de que as classes trabalhadoras em cada país separadamente deviam conquistar o poder e partir para a estruturação socialista, sem esperar pela intervenção dos demais. Se por trás dessas linhas, cuja autoria é indiscutível, luzia um pensamento acerca de uma sociedade socialista de cunho nacionalista, como pôde Lenine tê-la esquecido de modo tão frisante durante os anos seguintes, e de modo cabal contradizê-las e cada passo? Mas não há razão de apelarmos para inferências mais ou menos sutis quando dispomos de afirmações diretas. As teses programáticas esboçadas por Lenine naquele mesmo ano, 1915, respondem à pergunta de maneira cabal e diretamente: “A tarefa do proletariado russo é a de conduzir até o fim a Revolução democrática burguesa na Rússia a fim de incentivar a revolução socialista na Europa. Esta segunda missão tornou-se, agora, extremamente mais aproximada da primeira, mas, no entanto ela permanece como uma tarefa secundária e especial, pois é um problema de classes diferentes cooperando com o proletariado russo. Para a primeira missão o colaborador é a pequena burguesia camponesa da Rússia, para a segunda, o proletariado de outros países.” Não se poderia exigir maior clareza de pensamento.

A segunda tentativa para aproveitar as citações leninistas pecou, também, pela falta de base. O artigo inacabado de Lenine sobre cooperação reza que na República Soviética nós temos à mão “tudo que é necessário e em boa dose” a fim de, sem novas revoluções, operar a passagem para o socialismo. Eis aqui uma questão, como fica bem claro pelo conteúdo de texto, de premissas políticas em legais de natureza socialista. O autor não se esqueceu de lembrar a seus leitores que as premissas produtivas e culturais são inadequadas. Em geral Lenine repetia tal pensamento com frequência. “Nós... carecemos de certo polimento para operar a passagem diretamente para o socialismo”, escreveu ele num artigo datado daquele mesmo período, o início de 1923, “conquanto tenhamos condições políticas para fazê-lo.” Neste caso como nos demais, Lenine partiu da pressupo-

sição de que o proletariado europeu devia encaminhar-se para o socialismo junto com o proletariado russo e encabeçando-o. O artigo sobre o tema da cooperação não continha a menor indicação no sentido de que a República Soviética poderia de forma harmoniosa e através de medidas reformistas criar seu próprio nacional-socialismo, em vez de desempenhar um papel de expectador através de um processo de desenvolvimento antagônico e revolucionário da sociedade socialista no mundo inteiro. Ambas as citações, incluindo, mesmo, no contexto do programa da Internacional Comunista, foi há muito tempo explicada em nossa “Crítica do programa” e nossos adversários nem uma vez tentaram defender suas distorções de pensamento e seus enganos. Tal tentativa teria sido infrutífera.

Em março de 1923 – no derradeiro período de sua atividade criadora – Lenine escreveu o seguinte: “Nós nos defrontamos no presente momento com este problema”: devemos ser bem sucedidos mantendo-nos na defensiva com a nossa realmente bem reduzida produção agrícola, com as nossas condições precárias, até que os países capitalistas do leste europeu ultimem seu desenvolvimento no rumo do socialismo? “Vemos novamente que as datas se esfumaram, a tessitura dos acontecimentos mudou, mas a base, internacionalista da política permanece intocável. Aquela crença na Revolução internacional – segundo Stalin “uma falta de confiança nas forças internas da Revolução Russa” – seguiu com o grande internacionalista para seu túmulo. Somente após colocarem o corpo de Lenine num mausoléu, os epígonos foram capazes de nacionalizar seus pontos de vista.

Partindo do sistema de divisão do trabalho no mundo inteiro, da desigualdade de desenvolvimento em diferentes países, de sua mútua dependência econômica, da desigualdade de diferentes aspectos da vida cultural nos diferentes países do mundo, da dinâmica das forças produtivas contemporâneas; segue-se que, a estrutura socialista pode ser construída somente por um sistema de espiral econômica, somente pela abordagem das discordâncias internas e profundas de um país isolado em relação a um grupo de outros países, somente pelo intercâmbio mútuo de serviços entre diferentes países, e uma suplementação mútua dos diversos ramos de sua indústria, e atividade culturais – isto é, em última análise, unicamente na esfera mundial.

O antigo programa do Partido, adotado em 1903, começa com as seguintes palavras: “O desenvolvimento cambial estabeleceu laços tão

estreitos entre os povos do mundo civilizado que o grande movimento libertador do proletariado precisou tornar-se, e há muito já o fez de âmbito internacional...” A preparação do proletariado para a Revolução social em marcha é definida como a missão da “social-democracia internacional”. Todavia, “no caminho para sua meta comum derradeira... os social-democratas de vários países são obrigados a fixar eles mesmos tarefas urgentes heterogêneas”. Na Rússia a derrubada do czarismo foi uma tarefa desse tipo. A Revolução democrática foi, assim, encarada de antemão como um passo dado pelos russos para uma Revolução socialista internacional.

A mesma concepção repousa no cerne do programa adotado pelo Partido após a conquista do poder. Numa discussão preliminar do esboço deste programa durante o Sétimo Congresso, Miliutin propôs uma emenda à resolução de Lenine. “Eu proponho”, disse ele, a inserção das palavras “Revolução ‘Socialista internacional’ onde se lê ‘a era da Revolução social agora iniciada’... Penso que é desnecessário discutir isto... Nossa Revolução social só pode ter êxito como uma Revolução internacional. Ela não pode vencer na Rússia isoladamente, conservando-se a estrutura burguesa nos países vizinhos... Proponho assim que aquelas expressões sejam inseridas no texto a fim de evitar mal-entendidos.” O presidente do conclave, Sverdlov assim se pronunciou: “O Camarada Lenine aceita tal emenda, a votação torna-se, portanto, desnecessária.” Eis como um pequeno detalhe da técnica parlamentar [“é desnecessário discutir”, e “a votação é desnecessária”], refuta a falsa historiografia dos epígonos de forma mais convincente talvez do que a mais exaustiva investigação! O fato de que o próprio Miliutin, como também Skvortzov e Stepanov que citamos há pouco, e mais centenas e milhares de outros, logo após condenaram seus próprios pontos de vista sob o nome de “trotsquismo”, não modifica em nada as coisas. As grandes correntes históricas são mais fortes do que os artifícios humanos. As ideias são capazes de subsistir, mesmo após a morte física e espiritual daqueles que as defenderam.

Um ano mais tarde, durante o Oitavo Congresso do Partido que ratificou o novo programa de ação, a mesma questão foi novamente focalizada numa áspera troca de censuras entre Lenine e Podbelsky. O delegado moscovita protestava contra o fato de que a despeito do movimento de Outubro o programa ainda se referia à Revolução social no

futuro. “Podbelsky”, disse Lenine, “critica o fato de que num de seus parágrafos o programa fala de a Revolução social *poder vir...* Seu argumento é obviamente sem sentido, pois, em nosso programa nos referimos à Revolução social numa escala mundial.” Realmente, a história do Partido Bolchevista não deixou para os epígonos um simples recanto na sombra para abrigá-los...

No programa da Juventude Comunista adotado em 1921, o mesmo tema foi focalizado de uma forma simples e essencialmente popular. “A Rússia” lê-se num dos parágrafos, “embora possua enormes recursos naturais é, não obstante, no setor industrial um país atrasado em que uma população de pequeno-burgueses predomina. Ela só poderá objetivar o socialismo através da Revolução socialista mundial, um estágio para cuja promoção efetiva nós começamos a lutar.” Ratificado naquela mesma data pelo Politburo, com participação não só de Lenine e de Trotsky, mas também de Stalin, este programa ganhou plena força no outono de 1926, quando o Comitê Executivo da Internacional Comunista colocou no *index* a não aceitação do socialismo num país isolado.

Nos dois anos seguintes, todavia, os epígonos foram levados a rebuscar nos arquivos documentos relativos ao programa da época leninista. O novo documento, uma espécie de colcha de retalhos na base de trechos fragmentados, foi por eles chamado de programa da Internacional Comunista. E enquanto Lenine no programa “Russo”, falava da Revolução internacional, no programa de cunho internacional dos epígonos fala-se do socialismo “Russo”.

Quando exatamente ocorreu e como se processou pela primeira vez e abertamente, o rompimento com o passado? É fácil indicar a data histórica, já que coincide com uma sensível mudança de direção nas atitudes de Stalin. Em abril de 1924, três meses portanto após a morte de Lenine, Stalin expôs com modéstia os pontos de vista tradicionais do Partido. “Destruir o poder da burguesia e firmar o poder do proletariado num único país”, escreveu ele em seus *Problemas do Leninismo*, “não significa assegurar a vitória efetiva do socialismo. A missão principal do socialismo, a organização da produção socialista, ainda nos desafia. Poderá esta tarefa ser cumprida? É possível alcançar a vitória suprema do socialismo num só país, sem os esforços conjugados do proletariado de vários países desenvol-

vidos? Não, não é possível. Os esforços desenvolvidos por um país isolado bastam, e isto é revelado pela história de nossa Revolução, para a derrubada da burguesia. Mas para a vitória derradeira do socialismo, para a organização da produção socialista, o empenho de um único país, especialmente agrícola como a Rússia, não é suficiente. Por isto precisamos contar com a colaboração dos proletários de países progressistas.” Stalin concluiu sua exposição com as palavras: “Tais são, em linhas gerais, os traços característicos da teoria leninista da Revolução do proletariado.”

No outono do mesmo ano, sob a influência da luta travada com o trotsquismo, descobriu-se de repente que a Rússia era o país realmente capacitado a construir a sociedade socialista com seus próprios recursos, caso não fosse molestado por alguma intervenção de ordem estranha. Numa nova edição de *Problemas do Leninismo*, Stalin acentuava: “Tendo consolidado seu poder, e tomado a liderança dos camponeses abastados, o proletariado do país vitorioso pode e tem que edificar uma sociedade socialista.” *Pode e tem!* Somente a fim de “garantir o país contra uma intervenção... a vitória da Revolução é necessária... pelo menos em alguns países.” A proclamação desta nova linha de pensamento, que confere ao proletariado mundial o papel de polícia da fronteira, finaliza com aquelas mesmas palavras: “Tais são, em linhas gerais, os traços característicos da teoria leninista da Revolução do proletariado.” No transcurso de apenas um ano, Stalin atribuiu a Lenine dois pontos de vista diretamente opostos acerca de um problema básico do socialismo.

Durante a sessão plenária do Comitê Central em 1927, Trotsky assim falou sobre as duas opiniões contraditórias de Stalin: “Pode-se dizer que Stalin cometeu um equívoco e posteriormente corrigiu-se a si mesmo. Mas como pôde cometer *tal* erro sobre uma tal questão? Se fosse verdade que, já em 1915, Lenine fixou a teoria da formação do socialismo num país isolado (o que é inteiramente falso) se fosse verdade que posteriormente Lenine apenas reforçasse, e desenvolvesse tal ponto de vista (o que é totalmente inverídico) – então como, teríamos que perguntar, pôde Stalin elaborar e guardar só para si mesmo lidando com Lenine antes e durante o derradeiro período de sua vida, aquela concepção sobre um problema tão importante que ganhou forma na citação stalinista de 1924? Parece que sobre essa questão fundamental Stalin sempre fora um trotsquista, e somente

após 1924 deixou de sê-lo. Seria interessante se Stalin pudesse encontrar pelo menos uma citação entre suas próprias obras mostrando que antes de 1924 ele dizia algo sobre a formação do socialismo num país isolado. Ele não irá encontrá-lo!” Tal desafio ficou sem resposta.

Não devemos, contudo, exagerar o alcance atual da modificação operada por Stalin. Exatamente como na questão da guerra, de nossas relações com o Governo Provisório, ou a questão nacional, e assim também no tocante às perspectivas gerais da Revolução, Stalin assumiu duas posições: uma independente, orgânica, nem sempre formulada expressamente, ou pelo menos nunca expressa de todo e a outra, condicional, fraseológica, tomada de empréstimo a Lenine. Entre duas pessoas pertencentes a um único e mesmo partido deveria ser impossível supor um abismo tão profundo como o que separava Stalin de Lenine, tanto sobre problemas básicos da concepção revolucionária como de psicologia política. O caráter oportunista de Stalin é agora disfarçado, pelo fato de que seu poder repousa sobre uma Revolução proletária vitoriosa. Mas nós observamos a posição independente de Stalin em março de 1917. Já tendo sido efetivada a Revolução burguesa, ele indicou ao Partido a missão de “colocar um freio no ímpeto” da burguesia – isto é, dos oponentes da Revolução proletária. Se a Revolução foi levada a cabo, a culpa não foi dele. Mas junto com todo o esquema burocrático, Stalin firmou sua posição baseado num fato consumado. Uma vez que existia uma ditadura do proletariado, tinha que haver socialismo também. Invertendo o argumento dos mencheviques contra a Revolução proletária na Rússia, Stalin, com sua teoria do socialismo num país separado, começou a defender-se contra a Revolução internacional. E como ele nunca levou a seu termo a reflexão sobre qualquer questão de princípios, não podia, embora achasse que sim, continuar a pensar “essencialmente” da mesma forma como fazia no outono de 1924. E desde que ele, além disso, nunca entrou em contradição com a opinião predominante do Partido, não se poderia pretender que o Partido também “essencialmente” pensasse como ele, embora lhe parecesse que sim.

A substituição operada inicialmente foi inconsciente. Não se tratava de um caso de falsificação, mas de infiltração ideológica. Mas, na medida em que a doutrina do nacional-socialismo viu-se às voltas com uma crítica mais apurada, tornou-se necessário uma revisão das engrenagens do

sistema. A teoria do nacional-socialismo foi então enunciada, melhor dizendo, decretada. Ela foi testada pelo método das proposições contrárias, pela detenção daqueles que não concordavam com seu teor. Na mesma época foi iniciada uma fase de revisão sistemática do passado partidário. A história do Partido transformou-se num hieróglifo. Tal destruição de documentos ainda continua, e além do mais, com uma fúria sempre crescente.

Todavia, o fator decisivo, não foi o das repressões ou falsificações. O triunfo dos novos pontos de vista correspondentes à situação e interesses da burocracia, residiu em circunstâncias objetivas, temporárias, mas extremamente poderosas. Foi aberta para a República Soviética a possibilidade de desempenhar, tanto na política exterior como interna, um papel bem mais significativo do que ninguém antes da Revolução teria podido calcular. O estado proletário isolado não só se mantivera firme entre uma legião de inimigos, mas também elevou-se economicamente falando. Este fato muito ponderável forjou a mentalidade social da geração mais nova, que ainda tinha aprendido a pensar em termos históricos, isto é, a comparar e prever.

A burguesia europeia saiu bastante ferida da última guerra para, levemente, empreender outra. O receio por consequências de caráter revolucionário serviu bastante para sustar os planos de intervenção militar. Mas o fator medo é instável. A ameaça de uma Revolução jamais substituiu a Revolução em si mesma. Um perigo que permanece por longo tempo irrealizável perde seu efeito. Ao mesmo tempo o antagonismo irreconciliável entre o governo dos trabalhadores e o mundo imperialista sobe à tona. Fatos recentes demonstraram com eloquência que a esperança de uma “neutralização” do mundo burguês para a complementação da estrutura socialista, tem sido abandonada pela atual facção reinante; de certo modo, ela converteu-se, mesmo, em adversária daquela linha política.

O êxito industrial alcançado durante os anos de paz é uma demonstração cabal das incomparáveis vantagens de uma economia planejada. Tal fato, de modo algum contraria o caráter internacional da Revolução: o socialismo não pode ser efetivado na arena mundial, não estando seus recursos e pontos de apoio preparados em países isolados. Não é uma casualidade que os inimigos da teoria do nacional-socialismo sejam os verdadeiros promotores da industrialização, do princípio do planejamento,

do Plano Quinquenal, e da coletivização. Rakovsky, e a seu lado milhares de outros bolcheviques, estão pagando por sua luta por uma arrojada iniciativa industrial com vários anos de exílio e prisão. Mas eles também, por outro lado, tinham sido os primeiros a erguer-se contra a superestima dos resultados obtidos contra a complacência nacional. Por outra parte, os 'práticos', desconfiados e de pouca visão, que antigamente pensavam não ser possível ao proletariado de uma Rússia subdesenvolvida conquistar o poder, e que após a tomada do mesmo negaram a possibilidade de ampla industrialização e coletivização, tomaram depois exatamente a posição oposta. O êxito foi além de suas expectativas. Eles, simplesmente, multiplicaram uma série inteira de Planos Quinquenais, trocando a tábua de multiplicação por uma perspectiva histórica. Esta é a teoria do socialismo num país isolado.

Na realidade o desenvolvimento da economia soviética permanece um processo antagônico. Fortalecendo o estado proletário o êxito econômico não está levando, de modo algum, automaticamente à criação de uma sociedade harmoniosa. Ao contrário, está tornando mais agudas ainda às contradições de uma estrutura socialista isolada. A Rússia ruralista necessita, como antes, de um plano industrial mútuo com a Europa urbanista. A divisão de trabalho no mundo inteiro repousa sobre a ditadura do proletariado num país separado, e de modo imperativo dita seu futuro caminho. A Revolução de Outubro não excluía a Rússia do processo desenvolvimentista do resto do mundo, mas pelo contrário tentava vinculá-la estreitamente ao mundo. A Rússia não é um núcleo de bárbaros, nem ainda uma Arcádia socialista. Trata-se de um país com um grau maior de transitoriedade numa época de transição. "A Revolução Russa é apenas um elo da cadeia da Revolução internacional." As condições atuais da economia mundial possibilitam afirmar que o capitalismo aproximou-se muito mais da Revolução proletária do que a União Soviética do socialismo. A sorte do primeiro estado proletário está ligada indissolivelmente ao destino do movimento libertador do Ocidente e do Oriente. Mas este tema amplo exige um exame em separado. Esperamos voltar a abordá-lo.

.....

Apêndice Três

REFERÊNCIAS HISTÓRICAS SOBRE A TEORIA DA “REVOLUÇÃO PERMANENTE”

NO APÊNCIDE ao primeiro volume desta história prolongamos fragmentos de uma série de artigos que escrevemos em março de 1917 em Nova Iorque, e de nossas mais recentes polêmicas com o professor Pokrovsky. Em ambos os casos a matéria abordada era uma análise das forças dinâmicas da Revolução Russa, e parcialmente também da Revolução internacional. Foi na base desse problema que os grupos de princípios fundamentais se cristalizaram no campo revolucionário russo desde o começo do século. À medida que o fluxo revolucionário crescia, eles adquiriam cada vez mais o caráter de um programa estratégico, e finalmente, um caráter diretamente tático. Os anos de 1903 a 1906 constituem um período de cristalização intensiva de tendências políticas na democracia social russa. Foi nessa época que foi escrito nosso trabalho *Sumários e Perspectivas*. Foi escrito por partes e por motivos diferentes. Uma prisão, em dezembro de 1905, permitiu ao autor expor mais sistematicamente do que antes suas opiniões sobre o caráter da Revolução Russa e suas perspectivas. Esta obra selecionada apareceu como livro em língua russa, em 1906. A fim de que os seus fragmentos dados abaixo possam ter um lugar adequado na mente

do leitor, devemos lembrar-lhe de novo que em 1904-1905 nenhum dos marxistas russos defendia, ou mesmo manifestava, a ideia da possibilidade, de construir uma sociedade socialista, num único país em geral, e particularmente na Rússia. Esta concepção foi primeiramente transmitida na imprensa somente doze anos depois, no outono de 1924. No período da primeira Revolução, como também nos anos entre as duas revoluções, a disputa abrangia a dinâmica da Revolução burguesa, e não as chances e as possibilidades de uma Revolução socialista. Todos os atuais partidários da teoria do socialismo em um único país, sem nenhuma exceção, acreditavam durante esse período nas perspectivas da Revolução Russa criar uma república democrático-burguesa, e até abril de 1917 consideravam impossível não somente a construção do socialismo nacional, mas também a conquista do poder pelo proletariado da Rússia antes que a ditadura do proletariado tivesse se instalado em nações mais avançadas.

“Trotskismo”, no período de 1905 a 1917, significava a concepção revolucionária segundo a qual a Revolução burguesa na Rússia não seria capaz de resolver seus problemas sem colocar o proletariado no poder. Somente no outono de 1924 o “trotskismo” começou a significar a concepção segundo a qual o proletariado russo, tendo chegado ao poder, não seria capaz de construir uma sociedade socialista nacional com suas próprias forças.

Para conveniência do leitor apresentaremos a disputa esquematicamente na forma de um diálogo no qual a letra T significa um representante da concepção “trotskista”, e a letra S significa um daqueles “práticos” russos que agora permanecem à frente da burocracia soviética.

1905-1917

T. – A Revolução Russa não pode resolver seus problemas democráticos, sobretudo os problemas agrários, sem colocar a classe operária no poder.

S. – Mas isto não significa a ditadura do proletariado?

T. – Indiscutivelmente.

S. – Na Rússia atrasada? Antes que ela ocorra nos países capitalistas avançados?

T. – Exatamente.

S. – Mas você está ignorando a Rússia rural – isto é, o campesinato atrasado afundado no lodo da semiescravidão.

T. – Ao contrário, é somente a profundidade do problema agrário que abre a perspectiva imediata de uma ditadura do proletariado na Rússia.

S. – Você rejeita, então, a Revolução burguesa?

T. – Não, apenas tento mostrar que sua dinâmica conduz à ditadura do proletariado.

S. – Mas isto significa que a Rússia está madura para a construção do socialismo?

T. – Não, não é isso. A evolução histórica não tem um tal caráter planejado e harmônico. A conquista do poder pelo proletariado na Rússia é harmônico. A conquista do poder pelo proletariado na Rússia atrasada decorre inexoravelmente da correlação de forças na Revolução burguesa. As perspectivas econômicas futuras que serão abertas pela ditadura do proletariado dependem das condições internas e mundiais sob as quais ela for instalada. Não é necessário dizer que a Rússia não pode chegar ao socialismo independentemente. Mas, uma vez tendo-se aberto uma era de transformação socialista, ela pode suprir o ímpeto ao desenvolvimento socialista da Europa e assim chegar ao socialismo no despertar dos países avançados.

1917-1923

S. – Devemos reconhecer que Trotsky “antes mesmo da Revolução de 1905 antecipou a original e agora especialmente famosa teoria da Revolução permanente, afirmando que a Revolução burguesa de 1905 iria diretamente dar numa Revolução socialista e experimentar a primeira de uma série de revoluções nacionais.” (A citação é das notas às *Obras Completas de Lenine*, publicadas durante sua vida).

1924-1932

S. – E então você nega que nossa Revolução possa chegar ao socialismo?

T. – Acho, como antes, que nossa Revolução pode e chegará ao socialismo depois de ter adquirido um caráter internacional.

S. – Você não acredita, então, nas forças internas da Revolução Russa?

T. – Estranho que isso não impediu a minha previsão e a minha pregação da ditadura do proletariado quando você a rejeitou como utópica!

S. – Mas você nem por isso nega a Revolução socialista na Rússia?

T. – Até abril de 1917 você me acusou de rejeitar a Revolução burguesa. O segredo de suas contradições teóricas repousa no fato de que você anda atrás do processo histórico e agora está tentando apanhá-lo e passar por ele. Contar a verdade: este também é o segredo de seus equívocos industriais. O leitor terá sempre diante dele esses três estágios históricos no desenvolvimento das concepções revolucionárias na Rússia, se desejarem corretamente julgar os problemas reais na atual luta de facções e grupos do comunismo russo.

TRECHOS DO ARTIGO
“SUMÁRIOS E PERSPECTIVAS” – 1905.

PARTE 4. *A Revolução e o Proletariado.*

O proletariado crescerá e se fortalecerá juntamente com o crescimento do capitalismo. Neste sentido o desenvolvimento do capitalismo é o desenvolvimento do proletariado em direção à ditadura. Mas o dia e a hora em que o poder passará para as mãos da classe operária dependem diretamente não do nível obtido pelas forças produtivas, mas das relações na luta de classes, da situação internacional, e finalmente de uma série de fatores subjetivos, tradições, iniciativas, estado de preparação para a luta...

Em um país economicamente mais atrasado o proletariado pode chegar ao poder mais cedo do que em um país capitalisticamente avançado...

A ideia de alguma espécie de dependência automática da ditadura proletária das forças técnicas e dos recursos de um país é um preconceito derivado de um materialismo “econômico” extremamente supersimplificado. Tal ponto de vista nada tem em comum com o marxismo.

A Revolução Russa, segundo a nossa opinião, criará condições quais o poder pode (e com a vitória da Revolução deve) passar ao proletariado antes que os políticos do liberalismo burguês tenham chance de desenvolver plenamente seu gênio de estadistas.

O marxismo é, sobretudo, um método de análise – não análise de textos mas análise de relações sociais. É verdade a respeito da Rússia que a fraqueza do liberalismo capitalista necessariamente significa uma fraqueza do movimento operário?

O número do proletariado industrial, sua concentração, sua cultura, seu peso político, dependem indubitavelmente do grau do desenvolvimento da indústria capitalista. Mas essa dependência não é direta. Entre as forças produtivas do país e a força política de suas classes a cada momento dado intervêm vários fatores sociopolíticos de caráter nacional e internacional, e eles deslocam, e até completamente mudam a forma, a expressão política das relações econômicas. Não obstante as forças produtivas da indústria nos Estados Unidos sejam dez vezes maiores do que as nossas, o papel político do proletariado russo, sua influência na política do país e a impossibilidade de sua futura influência na política do mundo, é incomparavelmente maior do que o papel e o significado do proletariado americano.

PARTE 5. *O Proletariado no Poder e o Campesinato.*

No caso de uma vitória decisiva da Revolução, o poder virá para as mãos daquela classe que desempenhou o papel principal na luta – em outras palavras: para as mãos do proletariado. Acrescentemos logo como coisa patente que isto não exclui o ingresso no governo de representantes revolucionários de grupos sociais não proletários... Toda a questão é: quem suprirá o conteúdo à política do governo? Quem consolidará no governo uma maioria homogênea? Uma coisa é quando os representantes das camadas democráticas do povo participam em um governo onde a classe operária está em sua maioria; outra coisa é quando os representantes do proletariado participam num caráter de reféns mais ou menos respeitados, em um governo definitivamente burguês-democrático.

O proletariado não pode perpetuar seu poder sem ampliar a base da Revolução. Muitas camadas das massas esgotadas, especialmente no campo, serão as primeiras a entrar na Revolução e não adquirir organização política somente depois da vanguarda da Revolução, o proletariado urbano, ficar no leme do estado.

...O caráter de nossas relações sócio-históricas, que joga todo o peso da Revolução burguesa nos ombros do proletariado, não somente criará enormes dificuldades para o governo do operariado, mas também lhe dará, pelo menos no primeiro período de sua existência, vantagens sem preço. Isso se expressará nas relações entre o proletariado e o campesinato.

A Revolução Russa não permite, e por muito tempo não permitirá a criação de qualquer espécie de ordem constitucional burguesa que possa resolver os mais elementares problemas de democracia... Em consequência disso o destino dos interesses revolucionários mais elementares do campesinato – até mesmo de todo o campesinato como casta – é limitado pelo destino de toda a Revolução – isto é, pelo destino do proletariado. O proletariado no poder surgirá ao campesinato como uma classe emancipadora.

Mas se o próprio campesinato empurrar o proletariado e ocupar o seu lugar? Isto é impossível. Toda a experiência da História protesta contra essa consideração. Ela mostra que o campesinato é completamente incapaz de desempenhar um papel político *independente*.

A burguesia russa entregará todas as posições revolucionárias ao proletariado. Ela terá de entregar também a liderança revolucionária do campesinato. Na situação que será criada por uma transferência de poder ao proletariado nada será permitido ao campesinato senão aderir ao regime da democracia dos trabalhadores. Esperemos que o faça não com mais consciência do que aderindo ao regime burguês! Mas considerando que cada partido burguês depois de ganhar os votos dos camponeses se apresse a usar seu poder, a fim de privá-los e desiludi-los de todas as suas esperanças e de toda a sua fé nas promessas, e suceda o que suceder deixe o seu lugar a outro partido capitalista, o proletariado, contando com o campesinato, empregará todas as suas forças para levantar o nível cultural do campo e desenvolver no campesinato uma consciência política.

PARTE 6. *O Regime Proletário.*

O proletariado somente pode chegar ao poder enquanto contar com um despertar nacional, com uma inspiração popular universal. O proletariado entrará no governo como um representante revolucionário da nação, como o líder reconhecido do povo em sua luta com o absolutismo e o barbarismo feudais. Mas chegando ao poder, o proletariado inaugurará uma nova época – uma época de legislação revolucionária, de política afirmativa – e então a preservação de seu papel como um porta-voz reconhecido da nação não é de nenhuma maneira garantida.

A cada dia se aprofundará a política do proletariado no poder, e cada vez mais se definirá o seu caráter de classe. E então o elo revolucioná-

rio entre o proletariado e a nação será quebrado. O desmembramento de classe do campesinato aparecerá em forma política. O antagonismo entre suas partes constituintes aumentará à medida que a política de governo operária se defina, e deixe de ser uma política democrática geral para ser uma política de classe.

A destruição da escravidão feudal terá o apoio de todo o campesinato como uma casta oprimida... E com as medidas legislativas em defesa do proletariado agrícola ganhará não apenas uma simpatia ativa da maioria, mas irá contra a resistência ativa da minoria. O proletariado se sentirá obrigado a levar a luta de classe para o campo, e assim destruir essa comunidade de interesses que indubitavelmente deve ser encontrada em cada campesinato, embora dentro de limites comparavelmente estreitos. O proletariado será obrigado, nos primeiros momentos de seu domínio, a buscar apoio opondo o pobre rural ao rico rural, o proletariado agrícola ao burguês rural.

Uma vez o poder nas mãos de um governo revolucionário com uma maioria socialista, então a diferença entre mínimo e máximo programa perde tanto o seu significado em princípio como o significado diretamente prático. Um governo proletário não pode possivelmente restringir-se dentro dos limites dessa distinção.

Ingressando no governo não como reféns impotentes, mas como um poder dominante, os representantes do proletariado destruirão com esse ato mesmo os limites entre o mínimo e máximo programa. Isto é, colocarão o coletivismo na ordem do dia. Saber em que ponto o proletariado será interrompido em sua marcha depende da correlação de forças, mas não absolutamente das intenções originais do partido do proletariado.

É por isso que não cabe nenhuma conversa, sobre qualquer forma especial de ditadura proletária em uma Revolução burguesa, particularmente uma ditadura democrática do proletariado (ou do proletariado e do campesinato). A classe operária não pode garantir caráter democrático de sua ditadura sem transgredir os limites de seu programa democrático. Qualquer ilusão sobre esse ponto seria absolutamente prejudicial.

Uma vez o partido do proletariado tome o poder, lutará por ele até o fim. Enquanto um meio de arriscar essa luta pela preservação e pela perpetuação do seu poder será a agitação e a organização, especialmente

no campo, outro meio será uma política coletivista. O coletivismo se tornará não apenas uma inferência inevitável da posição do partido no poder, mas também um meio de preservar sua posição enquanto contar com o proletariado.

Quando, na imprensa socialista, foi formulada a ideia de uma Revolução ininterrupta, associando a liquidação do absolutismo e da servidão civil com uma Revolução socialista, graças aos crescentes conflitos sociais, aos levantes de novas camadas das massas, aos incessantes ataques do proletariado sobre os privilégios políticos e econômicos das classes dominantes, nossa “progressista” imprensa levantou um unânime gemido de indignação.

Os representantes mais radicais dessa mesma democracia não somente consideraram fantástica a ideia mesmo de um governo operário na Rússia, mas negaram também a possibilidade de uma Revolução socialista na Europa na próxima época histórica. As “premissas” necessárias ainda não estão à mão. É verdade isso? Não é evidentemente uma questão de fixar a data de uma Revolução socialista, mas de dar-lhe um lugar na atual perspectiva histórica...

(Aqui segue-se uma análise das premissas gerais de uma economia socialista e a prova de que, nos tempos atuais – o começo do século XX – essas premissas, se considerarmos a questão numa escala europeia e mundial, já estão à mão.)

...Dentro dos limites fechados de estados separados uma produção socialista não poderia em nenhum caso ser introduzida – tanto por razões políticas como econômicas.

PARTE 8. *Um Governo Operário na Rússia e Socialismo.*

Mostramos acima que as premissas objetivas de uma Revolução socialista já foram criadas pelo desenvolvimento econômico dos países capitalistas adiantados. Mas o que pode ser dito a esse respeito sobre a Rússia? Podemos esperar que a transferência de poder para o proletariado russo seja o começo de uma transformação de nossa economia nacional sobre princípios socialistas?

Os operários franceses, como Marx disse, não exigiam milagres da Comuna. Agora, também, não se pode esperar milagres instantâneos da

ditadura do proletariado. O poder do estado não é onipotente. Seria absurdo imaginar que o proletariado tenha somente que receber o poder e substituir o capitalismo por socialismo com alguns decretos. Uma estrutura econômica não é um produto da atividade do estado. O proletariado pode somente empregar o poder de estado com toda a sua força a fim de promover a evolução econômica em direção do coletivismo, e abreviar o seu caminho.

A socialização da produção começa naqueles setores que oferecem as menores dificuldades. Durante o primeiro período a produção socializada tomará a forma de oásis ligados a empresas industriais privadas pelas leis da circulação livre. Quanto maior o campo já tomado pela indústria socializada, mais óbvias serão as suas vantagens, mais sólido se sentirá o novo regime político, e mais audaciosas serão as subseqüentes empresas industriais do proletariado. Nessas empresas o proletariado será capaz e contará, não somente com as forças produtivas nacionais, mas também com a técnica internacional, justamente como em sua política revolucionária contará não somente com a experiência das relações nacionais de classe, mas também com toda a experiência histórica do proletariado internacional.

O regime proletário será compelido desde o início mesmo a empreender a solução do problema agrário, pelo qual está limitado o destino da imensa massa da população da Rússia. Resolvendo esse problema, como resolvendo todos os outros, o proletariado tomará como seu ponto de partida esforço fundamental de sua política econômica: conquistar o campo mais largo possível para a organização da indústria socialista. E as formas e o tempo dessa política no problema agrário terão de ser determinados tanto pelos recursos materiais no comando do proletariado, como pela necessidade de desdobrar ao máximo suas atividades para não empurrar possíveis aliados para as fileiras da contrarrevolução.

Mas até que ponto pode a política socialista da classe operária ir às condições industriais da Rússia? Apenas uma coisa pode ser dita com certeza. Ela se precipitará sobre obstáculos políticos antes que venha contra o atraso técnico do país. Sem apoio direto estatal do proletariado europeu a classe operária da Rússia não pode permanecer no poder e não pode converter o seu domínio temporário em uma prolongada ditadura socialista...

O “otimismo” político pode assumir duas formas. Ele pode exagerar suas próprias forças e os aspectos vantajosos da situação revolucionária-

ria, e fixar-se tarefas cuja solução não é permitida pela correlação existente das forças. Mas ele pode, por outro lado, otimisticamente, fixar um limite a suas tarefas revolucionárias para além do qual a lógica da situação inevitavelmente nos empurrará.

Devemos fixar um limite a todos os problemas da Revolução pela convicção de que nossa Revolução é burguesa em suas aspirações objetivas, e também em seu resultado inevitável, e devemos assim fechar os nossos olhos para o fato de que o agente principal dessa Revolução burguesa será o proletariado, e o proletariado será empurrado em direção ao poder por todo o desenrolar da Revolução...

Podemos nos acalmar com a ideia de que as condições sociais da Rússia ainda não estão maduras para uma economia socialista, e imediatamente podemos negligenciar o fato de que o proletariado, uma vez no poder, será inevitavelmente compelido por toda a lógica de sua situação a introduzir uma economia operada pelo estado.

A definição sociológica geral, “Revolução burguesa”, não resolve de nenhuma maneira esses problemas táticos políticos, essas contradições essas dificuldades, que serão antecipados pela mecânica da referida Revolução burguesa.

Dentro da armação da Revolução burguesa do fim do século XVIII, cuja tarefa objetiva era restabelecer o domínio do capital, uma ditadura dos *sans-culottes* provou ser possível. Em uma Revolução no início do século XX, que é também burguesa em suas tarefas objetivas imediatas aparece em perspectiva próxima a inevitabilidade, ou pelo menos a probabilidade, de um domínio político do proletariado. Que este domínio não prove ser um mero “episódio” passageiro, como certos filistinos realistas esperam – o próprio proletariado verá isto. Mas não é muito cedo para se pôr a questão: Deve essa ditadura do proletariado ser despedaçada inevitavelmente contra os limites da Revolução burguesa? Pode ela, dados os fundamentos histórico-mundiais, não agir à perspectiva de uma vitória para ser consumada depois de quebrar esses limites?

(Segue-se aqui um desenvolvimento da ideia de que a Revolução Russa pode, e em todas as probabilidades deve desatar uma Revolução proletária no oeste, que por sua vez garantirá o desenvolvimento socialista da Rússia.)

Deve ser acrescentado que, durante os primeiros anos da existência da Internacional Comunista, o trabalho acima citado foi oficialmente publicado em línguas estrangeiras como uma interpretação teórica da Revolução de Outubro.

QUADRO CRONOLÓGICO

1774

Revolta de Pugachev de cossacos e camponeses.

1825

DEZEMBRO – Levante dos Dekabrist (dezembristas) contra o tzarismo, dirigido pelos oficiais liberais.

1848

O *Manifesto Comunista* publicado por Karl Marx e Friedrich Engels – o fundamento do socialismo ou comunismo revolucionário.

1861

Reforma Camponesa; abolição da escravatura na Rússia.

1864

“A Internacional” (primeira organização internacional de trabalhadores socialistas) estabelecida por Marx e outros.

1871

A Comuna de Paris.

1882

Plekhanov publica o primeiro panfleto introduzindo na Rússia o socialismo marxista.

1905

A Revolução de 1905 na Rússia. Primeira organização de Sovietes pelos trabalhadores russos.

9 DE JANEIRO* – “Domingo Sangrento” – trabalhadores, conduzidos pelo padre Gapon levando uma petição ao tzar, são ceifados pelas tropas do tzar.

1914

1º DE AGOSTO – Começa a Guerra Mundial. Alemanha declara guerra contra a Rússia.

* As datas russas são dadas de acordo com o velho calendário. Acrescentar 13 dias para achar a data de acordo com o calendário que agora é internacional.

[Nota de Max Eastman.]

4 DE NOVEMBRO – Deputados bolcheviques na Duma do Estado são presos e enviados para a Sibéria.

1915

ABRIL – Jornal revolucionário russo internacionalista, *Nashe Slovo*, aparece em Paris, com Trotsky no estafe editorial.

SETEMBRO – Congresso socialista internacional em Zimmerwald, Suíça.

1916

MAIO – Segundo Congresso de socialistas internacionalistas em Kienthal.

1917

9 DE JANEIRO – *Meetings* de rua e uma greve de tipógrafos celebram o aniversário do “Domingo Sangrento”.

14 DE FEVEREIRO – A última Duma do Estado se reúne.

23 DE FEVEREIRO – A Comemoração do Dia Internacional das Mulheres começa a Revolução.

24 DE FEVEREIRO – Duzentos mil trabalhadores em greve em Petrogrado.

25 DE FEVEREIRO – Greve geral em Petrogrado. Tiroteios e prisões de revolucionários.

26 DE FEVEREIRO – Duma dissolvida pelo tzar. Os deputados se dispersam, mas decidem não deixar a cidade. Dezenas de milhares de trabalhadores nas ruas.

27 DE FEVEREIRO – Motim dos regimentos da guarda. Formação do Soviete dos deputados e dos trabalhadores. Formação do Comitê Provisório da Duma.

28 DE FEVEREIRO – Prisão dos ministros do tzar. Captura da prisão de Schusselberg. Primeira edição de *Izvestia* – “As Notícias do Soviete”.

1º DE MARÇO – “Ordem nº 1” é editada para os soldados. Formação da seção de soldados do Soviete. Primeira sessão do Soviete de Moscou.

2 DE MARÇO – O tzar abdica em favor do grão-duque Miguel. O Governo Provisório é formado pelo Comitê Provisório da Duma, com o apoio do Soviete e com Kerensky como ministro da Justiça.

3 DE MARÇO – O grão-duque Miguel abdica. O Governo Provisório anuncia a Revolução ao mundo pelo rádio.

5 DE MARÇO – A primeira edição do *Pravda*, órgão central do Partido Bolchevique.

6 DE MARÇO – O Governo Provisório declara anistia para os prisioneiros políticos.

8 DE MARÇO – O czar é preso em Moghilev.

14 DE MARÇO – Mensagem do Soviete “ao povo do mundo inteiro” declarando-se pela paz sem anexações ou indenizações.

23 DE MARÇO – Funeral dos mártires da Revolução.

29 DE MARÇO – Conferência de todos os Sovietes russos.

3 DE ABRIL – Lenine, Zinoviev e outros bolcheviques chegam da Suíça.

4 DE ABRIL – “Teses de Abril”, de Lenine, esboçando a sua política de Revolução proletária.

18 DE ABRIL – Comemoração do feriado socialista internacional de 1º de maio. O ministro do Exterior Miliukov envia uma nota aos aliados prometendo guerra para a vitória nos velhos termos.

20 DE ABRIL – Demonstrações armadas de protesto contra a nota de Miliukov – as “Jornadas de Abril”.

24 DE ABRIL – Início de uma conferência nacional do Partido Bolchevique.

1º DE MAIO – O Soviete de Petrogrado vota por um governo de coalizão.

2 DE MAIO – Miliukov renuncia.

4 DE MAIO – Trotsky chega da América, apoiando a política de Lenine. Abre-se em Petrogrado um congresso nacional de deputados dos camponeses.

5 DE MAIO – Governo de coalizão é organizado com Kerensky como ministro da Guerra.

17 DE MAIO – O Soviete de Kronstadt declara-se o único poder governante em Kronstadt.

25 DE MAIO – Congresso nacional do Partido Social Revolucionário.

30 DE MAIO – Abre-se a primeira conferência em Petrogrado de comitês de lojas e fábricas.

3 DE JUNHO – Primeiro Congresso Nacional dos Sovietes.

16 DE JUNHO – Kerensky ordena que os exércitos russos tomem a ofensiva.

18 DE JUNHO – Uma demonstração convocada pelos mencheviques e social-revolucionários acaba numa demonstração bolchevique.

19 DE JUNHO – Demonstração patriótica na Perspectiva Nevsky, conduzindo retratos de Kerensky.

3-5 DE JULHO – “Jornadas de Julho” – semi-insurreição seguida por uma tentativa de estabelecimento do bolchevismo em Petrogrado.

6 DE JULHO – A ofensiva de Kerensky desanima quando os alemães rebentam as linhas russas em Tarnopol na frente sulina.

7 DE JULHO – Governo Socialista de Salvação da Revolução é formado com Kerensky como presidente.

12 DE JULHO – Restauração da pena de morte no exército.

16 DE JULHO – Kornilov substitui Brussilov, como comandante-chefe do exército.

23 DE JULHO – Trotsky e Lunacharsky aprisionados; Lenine oculto.

24 DE JULHO – Novo governo de coalizão com os cadetes que substituem o governo de salvação da Revolução.

26 DE JULHO – Sexto Congresso do Partido Bolchevique; fusão com os *Mezhrayontzi*; eleito Comitê Central que é para liderar o partido através da Revolução de Outubro.

12 DE AGOSTO – Conferência de Estado em Moscou provoca greve geral dos trabalhadores da cidade. Conferência saúda Kornilov, que secretamente prepara a insurreição contrarrevolucionária de 27 de agosto.

18-21 DE AGOSTO – Alemães rompem a frente do norte, tomam Riga, ameaçam Petrogrado.

26 DE AGOSTO – Governo dobra o preço do trigo. Ministros renunciam para dar mão livre a Kerensky.

27 DE AGOSTO – Kerensky tenta remover Kornilov, que ignora suas ordens e começa a marchar sobre Petrogrado. Formado Comitê Soviete para a luta contra a contrarrevolução.

28-29-30 DE AGOSTO – Golpe de Kornilov fracassa quando os trabalhadores sabotam o seu avanço e suas tropas desertam.

1º DE SETEMBRO – Kornilov é preso no quartel-general em Moghilev. Resolução bolchevique conduz o Soviete de Petrogrado pela primeira vez.

4 DE SETEMBRO – Trotsky é liberado sob fiança pelo Governo Provisório.

5 DE SETEMBRO – Resolução bolchevique conduz o Soviete de Moscou.

9 DE SETEMBRO – Maioria bolchevique do Soviete de Petrogrado ratifica formalmente. Renúncia dos *comprometidos* do comitê.

14 DE SETEMBRO – Conferência democrática abre-se em Petrogrado.

21 DE SETEMBRO – Conferência democrática termina depois da eleição de um Conselho da República, ou Pré-Parlamento. Soviete de Petrogrado envia uma convocação para um Congresso Nacional de Soviete, em 20 de outubro.

24 DE SETEMBRO – Formado o último governo de coalizão, com Kerensky como Presidente.

7 DE OUTUBRO – Retirada dos bolcheviques do Conselho da República.

9 DE OUTUBRO – Soviete de Petrogrado vota para formar o Comitê da Defesa Revolucionária.

10 DE OUTUBRO – Comitê Central Bolchevique adota resolução de Lenine sobre insurreição armada como uma tarefa imediata.

13 DE OUTUBRO – Soviete dos Soldados de Petrogrado vota para transferir a autoridade militar do quartel-general para o Comitê Militar Revolucionário. Congresso dos Sovietes Regionais do Norte endossa o próximo Congresso Nacional e se declara pelo poder do Soviete.

15 DE OUTUBRO – Soviete de Kiev declara-se pelo poder do Soviete.

16 DE OUTUBRO – Congresso dos Sovietes Regionais do Sudoeste declara pelo poder do Soviete. *Meeting* do Comitê Central Bolchevique reafirma a resolução de Lenine sobre a insurreição contra a oposição de Zinoviev e Kamenev.

17 DE OUTUBRO – Divulgado levante bolchevique, deixa de se materializar. Zinoviev e Kamenev atacam a política insurrecionária do Comitê Central bolchevique na imprensa pública. Comitê Executivo Central de todos os soviets russos adia o seu congresso nacional de 20 de outubro para 25 de outubro.

19 DE OUTUBRO – Congresso de Sovietes Regionais de Ural declara-se pelo poder ao Soviete.

20 DE OUTUBRO – Comitê da Defesa Revolucionária, conhecido como o Comitê Revolucionário Militar, começa as preparações ativas para a insurreição.

22 DE OUTUBRO – Enormes *meetings* em Petrogrado quando as forças do Soviete são mobilizadas para revista.

23 DE OUTUBRO – Fortaleza de Pedro e Paulo, o último obstáculo militar de alguma importância em Petrogrado, passa para os Sovietes.

24 DE OUTUBRO – Governo Provisório emite ordens para tomar medidas legais contra o Comitê Revolucionário Militar, para suprimir os jornais bolcheviques, e para trazer as tropas leais para a capital; ordens que nunca foram executadas. Kerensky faz o seu último discurso para o Conselho da República. Sociais-revolucionários de esquerda indicam disposição de participar no Comitê Revolucionário Militar.

25 DE OUTUBRO – Insurreição começa às 2 horas da madrugada. Conselho da República fechado pelas tropas ao meio-dia. Lenine faz a sua primeira aparição pública numa sessão do Soviete de Petrogrado, às 3 horas da tarde. Operações contra o estabelecimento do Governo Provisório no Palácio de Inverno começam às 9 horas da noite. O Segundo Congresso Nacional dos Sovietes abre-se em Smolny, às 11 horas da noite.

26 DE OUTUBRO – Palácio de Inverno cai e o Governo Provisório é preso às 2 horas da madrugada.

26-27 DE OUTUBRO – Segundo Congresso Nacional dos Sovietes decreta sobre paz e território e fixa o novo governo do Conselho dos Comissários do Povo. Congresso se transfere para as 5 horas da madrugada, em 27 de outubro.

BREVE LISTA DE PERSONAGENS PRINCIPAIS

GENERAL ALEXEIEV – Monarquista e ativo contrarrevolucionário, comandante-chefe dos exércitos do Governo Provisório de abril a 22 de maio.

ANTONOV-OVSEENKO – Líder militar bolchevique, ativo da Revolução de 1905, associado aos mencheviques durante os anos de reação; internacionalista durante a guerra juntou-se aos bolcheviques depois do seu retorno à Rússia; um dos organizadores da insurreição de Outubro em Petrogrado.

AVKSENTIEV – Professor e líder do Partido Social Revolucionário. Presidente do Comitê Executivo do Congresso dos Camponeses, ministro do Interior em vários governos, de coalizão, presidente do Conselho da República.

BLAGONRAVOV – Cabo bolchevique, que foi comissário da fortaleza de Pedro e Paulo na época da insurreição de Outubro.

GENERAL BRUSILOV – General czarista que posteriormente deu sua lealdade ao Governo Soviete.

BUCHANAN – Embaixador britânico na Rússia durante a Revolução.

BUKHARIN – Líder e teórico bolchevique, ativo em Moscou; membro do Comitê Central do Partido Bolchevique, em Outubro.

CHEIDZE – (Menchevique) – Social-democrata, primeiro presidente do Soviete de Petrogrado.

CHERNOV – Líder da camada Social Revolucionária entre direitistas e esquerdistas, ministro da Agricultura no governo de coalizão.

CHUDLOWSKY – Líder militar bolchevique, retornado da América com Trotsky, um dos organizadores da insurreição de Outubro.

DAN – Líder ativo nos Sovietes; membro do Comitê Executivo Nacional dos Sovietes, até a insurreição.

GENERAL DENIKIN – General czarista que mais tarde comandou forças antibolcheviques no sul da Rússia.

DYBENKO – Marinheiro bolchevique e líder do Soviete da Esquadra Báltica.

DZERZHINSKY – Democrata-social polonês libertado da prisão pela Revolução de Fevereiro, associado aos bolcheviques, mais tarde tornou-se o primeiro presidente do *Cheka*.

PADRE GAPON – Sacerdote que conduziu os trabalhadores levando uma petição ao czar no “Domingo Sangrento”, 9 de janeiro de 1905.

PRÍNCIPE GOLYTSIN – Um septuagenário que encabeçou o último ministério czarista.

GOREMYKIN – *Prémier* da Rússia imediatamente antes do Príncipe Golytsin.

GORKY – O grande contista e romancista.

GOTZ – Terrorista e líder do Partido Social Revolucionário. Membro do Comitê Executivo Nacional dos Sovietes até Outubro.

GUCHKOV – O primeiro ministro da Guerra e Marinha sob o Governo Provisório, um conservador moderado e imperialista, um dos fundadores do Partido Outubrista.

GENERAL IVANOV – Comandante russo que tentou trazer suas forças para Petrogrado para esmagar a Revolução de Fevereiro. Onze anos antes subjuguou um levante em Kronstadt.

IZVOLSKY – Ministro russo de Negócios Exteriores (1906-1910) e embaixador na França (1910-1917).

JOFFÉ – Associou o Partido Bolchevique com os *Mezhbrayontzi* no congresso de fusão em julho, membro do Comitê Central de Outubro do Partido Bolchevique. Primeiro embaixador soviético na Alemanha.

GENERAL KALÉDIN – General cossaco e líder contrarrevolucionário, eleito *atman* do exército cossaco do Don em julho, sustentáculo da insurreição de Kornilov.

KAMENEV – Membro proeminente do Comitê Central do partido bolchevique, posteriormente um diplomata do Governo soviético e presidente do Conselho de Trabalho e Defesa.

KERENSKY – Um Trudoviks na Duma – depois da Revolução um social-revolucionário, primeiro ministro da Justiça, depois da Guerra e Marinha, e finalmente “Ministro presidente” do Governo Provisório, fugiu da Rússia quando os bolcheviques triunfaram.

GENERAL KHABALOV – General czarista, comandante militar das tropas do distrito de Petrogrado durante os primeiros dias da Revolução.

ALMIRANTE KOLCHAK – Oficial naval russo, posteriormente líder das forças antibolcheviques na Sibéria.

KONOVALOV – Industrial de Moscou, ministro do Comércio e Indústria na primeira coalizão, renunciou depois de duas semanas, associou-se ao

Partido Cadete, vice-presidente, do último (em setembro) governo de coalizão.

GENERAL KORNILOV – General russo que sucedeu Khabalov no comando do distrito de Petrogrado – posteriormente tentou estabelecer uma ditadura militar.

GENERAL KRASNOV – Comandante da Terceira Cavalaria, líder monarquista da marcha de Kornilov sobre Petrogrado, mais tarde ativo na contrarrevolução.

KRYLENKO – Porta-estandarte bolchevique e líder no *front*, comandante chefe dos exércitos depois da insurreição, mais tarde Procurador-Geral da República Soviética.

KROPOTKIN – Líder anarquista que se tornou um patriota durante a guerra e um antibolchevique durante a Revolução.

LASHEVICH – Oficial bolchevique não comissionado, líder militar proeminente em Petrogrado.

LENINE – Chefe do Partido Bolchevique, líder da Revolução Russa e primeiro chefe do Governo Soviético.

LIEBKNECHT – Deputado alemão socialista do *Reichstag*, um dos poucos que, mantiveram uma posição internacionalista durante a guerra; aprisionado, depois um líder do *Spartacus Bund*, morto durante a Revolução de 1919.

LOMOV – Membro do Comitê Central de Outubro do Partido Bolchevique, primeiro comissário do Povo da Justiça.

LUNACHARSKY – Associou os bolcheviques aos *Mezhrayontzi* em julho; primeiro comissário do Povo da Educação no Governo Soviético.

LUXEMBOURG – Líder socialista polonês, internacionalista durante a guerra, aprisionado, líder do *Spartacus Bund*, morto no mesmo dia como Liebknecht durante a Revolução Alemã de 1919.

PRÍNCIPE LVOV – Cadete, democrata constitucional, primeiro primeiro-ministro depois da Revolução de Fevereiro.

MARTOV – Líder e teórico do Partido Menchevique, oponente vitalício de Lenine, um internacionalista durante a guerra; tentou desempenhar o papel da oposição leal depois da Revolução de Outubro.

MILIUKOV – Chefe do Partido Cadete, ministro das Relações Exteriores e o patrão real do Governo Provisório.

MILIUTIN – Economista e membro do Comitê Central de Outubro do Partido Bolchevique; primeiro Comissário do Povo da Agricultura.

NABOKOV – Líder cadete, ministro sem Pasta no Governo Provisório. Autor das memórias do Governo Provisório.

NOGIN – Membro do Comitê Central de Outubro do Partido Bolchevique, primeiro Comissário do Povo do Comércio e da Indústria.

PALCHINSKY – Engenheiro cadete, ministro do Comércio e Indústria, no Governo Provisório, Governador Geral de Petrogrado.

PLEKHANOV – Veterano social-democrata russo, tradutor de Karl Marx e considerado o pai do marxismo russo, assumiu uma posição patriótica e conservadora durante a Guerra Mundial e a Revolução.

PODVOISKY – Líder militar bolchevique, um dos organizadores da insurreiçã de Petrogrado.

PROTOPOPOV – Líder do bloco progressivo na última Duma, depois rompeu com ela, juntou-se à camarilha da corte e virou ministro do Interior sob o tzar.

RASKOLNIKOV – Líder bolchevique na esquadra báltica e em Kronstadt.

GREGORY RASPUTIN – Um ignorante monge siberiano que exerceu grande influência no tzar e na tzarina e foi assassinado em dezembro de 1916, pelos membros da corte.

REED – Jornalista revolucionário americano em Petrogrado, depois um dos fundadores do Partido Comunista dos Estados Unidos.

RODZIANKO – Um grande proprietário de terras, camareiro-mor sob o tzar e presidente conservador da Duma.

RYKOV – Membro do Comitê Central de Outubro do Partido Bolchevique; primeiro Comissário do Povo do Interior.

SAVINKOV – Terrorista social-revolucionário, durante a Revolução de 1905, e depois patriota, durante a guerra; ativo na conspiração contrarrevolucionária de Kornilov conduziu levantes contrarrevolucionários; depois da Revolução de Outubro morreu numa prisão soviética.

SAZONOV – Ministro das Relações Exteriores na Rússia, depois de 1910; demitido pelo tzar em 1917.

PRÍNCIPE SHERBATOV – Ministro russo do Interior durante a Guerra Mundial.

SKOBELEV – Um dos líderes do Partido Menchevique, tornou-se ministro do Trabalho no governo de coalizão.

STALIN – Membro proeminente do Comitê Central do Partido Bolchevique, editor ao lado de Kamenev do órgão oficial *Pravda* até a chegada de Lenine na Rússia, tornou-se secretário-geral do partido em 1922 e foi chefe virtual do Governo soviético.

STANKEVICH – Socialista comprometido, comissário político do Governo Provisório para o Comando Supremo do Exército, autor das memórias da Revolução.

STÜMER – *Prémier* da Rússia durante a maior parte de 1916.

SUKHANOV – Social-democrata pertencente ao grupo de Gorky, um dos líderes do Soviete de Petrogrado nos primeiros dias da Revolução, autor de *Notas da Revolução* em vários volumes.

SVERDLOV – Bolchevique desde 1903, libertado do exílio pela Revolução de Fevereiro; um dos mais talentosos organizadores do Partido Bolchevique, ativo em Petrogrado; presidente de todos os Sovietes depois da Revolução de Outubro, morreu em 1919.

TERESHCHENKO – Cadete – Ministro das Relações Exteriores no Governo Provisório reconstruído depois da renúncia de Miliukov.

TSERETELLI – Líder do Partido Menchevique e líder principal do Soviete até os bolcheviques ganharem a maioria.

URITZKY – Associou o Partido Bolchevique em julho com os *Mezhrayontzi*, membro do Comitê Central de Outubro, assassinado em 1918.

VERKHOVSKY – Comandante Militar do Distrito de Moscou, ministro da Guerra no último governo de coalizão de Kerensky.

CONDE WITTE – Estadista russo do velho regime, defensor do desenvolvimento industrial, morreu em 1915.

GENERAL YUDENICH – General czarista que posteriormente dirigiu as forças antibolcheviques numa tentativa de capturar Petrogrado.

PRÍNCIPE YUSSUPOV – Um dos assassinos de Rasputin.

ZINOVIEV – Membro proeminente do Comitê Central do Partido Bolchevique, veio para a Rússia com Lenine em 3 de abril, da Suíça, posteriormente primeiro presidente da Terceira Internacional (Comunista).

BREVE LISTA DE LUGARES PRINCIPAIS

TEATRO ALEXANDRINSKY – Teatro de Petrogrado onde se realizou a Conferência Democrática.

CIRCO MODERNO – Auditório perto da fortaleza de Pedro e Paulo.

GATCHINA – Subúrbio no sul de Petrogrado, onde expirou a marcha de Kornilov sobre a capital.

HELSINQUE – Capital porto de mar da Finlândia, cerca de 120 milhas a oeste de Petrogrado no Golfo da Finlândia.

KIEV – Capital da Ucrânia, cerca de 600 milhas ao sul de Petrogrado.

KRASNOE SELO – Subúrbio ao sul de Petrogrado.

KRONSTADT – Ilha fortaleza no Golfo da Finlândia guardando Petrogrado.

PALÁCIO DE KSHESINSKAIA – Palácio de um antigo dançarino favorito do czar, localizado perto da fortaleza de Pedro e Paulo. Quartel-General do Partido Bolchevique até as “Jornadas de Julho”.

PALÁCIO DE MARIINSKY – Palácio em Petrogrado, onde o ministério do Governo Provisório realizou seus *meetings*.

MOGHILEV – Pequena cidade, cerca de 400 milhas ao sul de Petrogrado, onde o Alto Comando se estabeleceu.

ILHAS MONSUND – Base naval estratégica no Báltico, perto de Riga.

PERSPECTIVA NEVSKY – A principal avenida de Petrogrado.

ORANIENBAUM, PETERHOF – Subúrbios no oeste de Petrogrado, onde estavam situadas as academias militares.

FORTALEZA DE PEDRO E PAULO – Formidável fortaleza-prisão em uma ilha em Petrogrado.

RIGA – Capital da antiga província czarista de Latvia, porto do mar Báltico.

SCHLUSSELBURG – Subúrbio a leste de Petrogrado, local de uma fábrica de munições e uma prisão.

INSTITUTO SMOLNY – Antiga escola para as filhas da nobreza, ocupada pelo Soviete, quando saiu do Palácio de Táuride.

PALÁCIO DE TÁURIDE – Palácio em Petrogrado, na ala direita de onde se realizou a Duma. O Soviete foi formado e realizou os seus *meetings* durante os primeiros meses da Revolução, na ala esquerda do mesmo palácio.

TSARSKOE SELO – Cidade perto de Petrogrado, onde estava situado um dos palácios do czar.

VYBORG – O principal distrito industrial de Petrogrado.

PALÁCIO DE INVERNO – A residência oficial do tzar em Petrogrado.

BREVE GLOSSÁRIO DE TERMOS POUCO FAMILIARES OU
TERMOS EMPREGADOS NESTE LIVRO EM SENTIDO ESPECIAL

ATMAN – Chefe eleito dos cossacos.

BLANQUISMO – Teoria de insurreição de uma seleta facção de conspiradores, geralmente oposta à concepção marxista da insurreição da massa. O nome é tirado de Louis Auguste Blanqui, revolucionário francês, 1805-1881.

BONAPARTISMO – No sentido marxista: governo transitório baseado na força militar durante um período em que a classe dominante não está segura.

BURGUESIA – Usada na época feudal para designar o povo da cidade em oposição àquele que vivia no campo, esta palavra define os representantes da capital em oposição à nobreza latifundiária e aos assalariados. Quando a nobreza latifundiária cessa de desempenhar um papel de classe separada, a palavra significa geralmente quase o mesmo que “classes proprietárias”.

PEQUENA BURGUESIA – Pequenos proprietários, camponeses, artesãos e comerciantes – gente que, amplamente falando, emprega trabalho, mas também trabalha.

CAMARILHA – Grupo de assessores, uma fração – o nome do autor deste pequeno grupo ao redor do tzar e da tsarina e Rasputin que dominou a Rússia até antes da Revolução.

COMISSÁRIO – Comissionado. No governo central equivalente a ministro; mas o nome foi aplicado também aos representantes do governo nas províncias que substituíram os governadores tzaristas, e aqueles representantes especiais nas várias unidades do exército: “Comissário do *front*, Ocidental”, “Comissário do Quartel-General”, etc.

TERRA COMUNAL – Terra possuída em comum pelos camponeses de uma aldeia.

COMUNA – O regime revolucionário estabelecido pelo levante dos proletários em Paris em 1871, quando o poder foi tomado e conservado por setenta e dois dias.

COMPRADORES – Agentes nativos de negócios estrangeiros concernentes à China.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE – A assembleia eleita pelo sufrágio universal que, como foi prometido, determinaria a constituição permanente do Estado russo.

CONVENÇÃO – Governo revolucionário da França, eleito por sufrágio universal para substituir a Assembleia Legislativa. A Convenção durou de 1792 a 1795, quando foi derrubada pelo Diretório.

COOPERATIVAS – Sociedades cooperativas de consumidores fundadas pelos liberais e socialistas moderados através da Rússia.

COSSACOS – Soldados da cavalaria que formavam uma casta e quase uma nacionalidade na Rússia czarista, desde que gozavam de privilégios especiais (isenção de taxas e lotes de terras) em retribuição de um serviço militar obrigatório, e desde que os lotes de terra fossem consignados como territórios especiais.

DUMAS – Corporações do governo eletivas municipais.

A DUMA – O Parlamento russo, limitado em poder e baseado num sufrágio grandemente restrito.

EPÍGONOS – Discípulos que corrompem as doutrinas de seu mestre – aplicado pelo autor aos líderes presentes, historiadores, e teóricos do Partido Bolchevique na Rússia.

FRONDEURS – Membros da *Fronde*, uma fração da nobreza francesa que se opôs ao governo durante a menoridade de Luís XIV, e combateu o partido da corte. Também um termo geral para uma oposição que se levantou dentro da nobreza dominante, às vezes, para uma oposição que surge de mera “contrariedade”.

GEORGIANO – Natural de Geórgia, uma província na parte sudeste da Rússia europeia.

GIRONDISTAS – Membros da Gironda, partido da Revolução Francesa que expressava os interesses da alta burguesia do sul e do oeste da França (a maioria dos seus líderes vinha da província de Gironda). Queriam derrubar o velho regime, que permaneceu no caminho do desenvolvimento econômico, mas temiam os pobres da cidade e as massas camponesas que sozinhas o derrubariam, e, além disso, perpetuamente hesitante entre a Revolução e a contrarrevolução, cedendo finalmente à última.

HANSA – A liga Hanseática das cidades comerciais do norte durante a Idade Média.

IZVESTIA – “As notícias”, órgão oficial do Soviete. Seu nome completo era “As Notícias do Soviete”.

JACOBINOS – Ala esquerda da Convenção Francesa, composta de pequenos burgueses e delegados dos trabalhadores. Os jacobinos derrubaram os girondistas em 1792-93 e dominaram o Supremo até a execução do líder jacobino, Robespierre, em julho de 1794.

JACQUERIE – Nome dado à revolta dos camponeses franceses em 1358 e desde então aplicado a qualquer espontâneo levante armado camponês.

JUNKERS – Estudantes das escolas dos oficiais.

CULAQUE – “Punho” – alcunha para um camponês sadio.

KUOMINTANG – Partido nacionalista burguês chinês, dirigido por Chiang Kai-shek.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – Congresso predominantemente monarquista e altamente burguês criado pela Assembleia Nacional Francesa em outubro de 1791. A Assembleia Legislativa foi forçada a se dissolver, em favor da Convenção revolucionária em 1792.

MUJIQUE – Alcinha para o camponês russo em geral.

ASSEMBLEIA NACIONAL – A primeira corporação representativa da Revolução Francesa. Composta dos delegados dos Estados Gerais, que foram eleitos pelas classes, a Assembleia Nacional dominou a França de 1789 a 1791, quando foi substituída pela Assembleia Legislativa.

REVOLUÇÃO PALACIANA – Deposição e, se necessário, assassinato de um monarca reinante pelos membros e associados da corte.

GREVE POLÍTICA – Greve em que trabalhadores têm um objetivo político – frequentemente um protesto contra alguma política governamental.

POGROM – Invasão e massacre da população judia e, em raras ocasiões, de outras minorias.

PRAVDA – “A verdade” – jornal oficial do partido bolchevique, publicado pela primeira vez em 1912.

RADA – O congresso nacional ucraniano.

SEIM – O congresso nacional finlandês

SOVIETE – O termo russo para *conselho*. É usado nesta tradução somente para designar os conselhos de trabalhadores e de soldados (e mais tarde também de camponeses). Em outros casos o termo russo “soviete” é traduzido por “conselho”.

SÍNODO SAGRADO – A mais alta corporação do governo da Igreja Ortodoxa Grega na Rússia.

TERMIDOR – No 9º dia do Termidor (27 de julho), em 1794, Robespierre foi deposto e executado, e o poder revolucionário veio para as mãos dos oportunistas, de quem gradualmente passou para a reação.

VERSTA – Medida russa de distância, cerca de dois terços de uma milha.

VIKZHEL – Nome abreviado da União dos Trabalhadores Ferroviários Russos.

ZEMSTVO – Conselho provinciano e distrital, eleito na base do direito de voto limitado pelas mais altas qualificações de propriedade, e tendo somente funções econômicas e culturais.

LISTA DE PARTIDOS E GRUPOS POLÍTICOS

ANARQUISTAS – Pessoas que pensavam que a cooperativa comunitária pudesse ser introduzida pela abolição do estado político.

CEM NEGROS – Nome popular da União do Povo Russo – uma liga dos mais reacionários monarquistas e nacionalistas que empregavam métodos de terror criminoso contra os revolucionários e foram os principais instigadores de *pogroms* (massacres).

BOLCHEVIQUE – Partido Revolucionário Marxista, que acreditava que a classe trabalhadora se uniria aos camponeses pobres, assumindo a liderança numa luta contra toda a sociedade burguesa, não somente para a derrubada do tzarismo, mas para a inauguração de uma república de trabalhadores e de um Estado socialista.

BUND – Organização de trabalhadores judeus russos, dirigida por Lieber, menchevique em política.

OS COMPROMETIDOS – Nome geral dos líderes dos partidos mencheviques e social-revolucionário no Soviete, que, embora professando princípios socialistas, comprometeram-se com os cadetes em vários pontos essenciais, voluntariamente transmitindo o poder para eles.

DEFENSORES – Aqueles que acreditavam em prosseguir a guerra como uma guerra em defesa da pátria.

DECEMBRISTAS – Participantes no mal sucedido levante contra o Tzar Alexandre I em dezembro (Dekabr) de 1825.

CADETES – Nome popular dos democratas constitucionais (do K.D.) – posteriormente também chamado Partido da Liberdade do Povo – o grande partido liberal a favor de uma monarquia constitucional ou mesmo mais tarde de uma república, o partido dos donos de terra progressistas, média burguesia e *intelligentsia* burguesa, liderado por Miliukov, um professor de história.

ESQUERDA MENCHEVIQUE – Ala extrema-esquerda dos mencheviques, dirigida por Larin, associada aos bolcheviques em julho.

ESQUERDA SOCIAL – Ala esquerda do Partido Social Revolucionário.

REVOLUCIONÁRIA – Como um partido separado participou por breve tempo no governo estabelecido pelos bolcheviques, mas poucos meses depois da Revolução de Outubro organizou os levantes antibolcheviques.

MAXIMALISTAS – Tendência extremista que rompeu com os social-revolucionários na Revolução de 1905.

MENCHEVIQUES – Partido socialista moderado declarando lealdade a Karl Marx, mas acreditando que a classe trabalhadora devia combinar com a burguesia liberal para derrubar o tzarismo e estabelecer uma república democrática.

INTERNACIONALISTAS MENCHEVISQUES – Grupo de mencheviques de esquerda dirigido por Martov, firmemente associado ao *Novaia Zhizn* jornal radical socialista de Maxim Gorky, e em muitas questões amigo dos bolcheviques.

MEZHRAYONTZI – O assim chamado Grupo Interurbano, uma organização de cerca de 4.000 trabalhadores e revolucionários, incluindo Trotsky, Joffé, Uritsky, Riazanov, Manuilsky, Lunacharsky, etc., que se fundiu com os bolcheviques no Congresso de Julho.

NARODNITKS – Nome geral para os revolucionários com ideais socialistas que, não conhecendo ou aceitando a teoria marxista, esperavam que os camponeses mais do que a classe trabalhadora tomassem a liderança na derrubada do tzarismo e na transformação da Rússia. O nome (de *narod*, que significa povo) inclui os terroristas que esperavam destruir o tzarismo e levantar os camponeses pela “propaganda da verdade”, como também o meio socialista evangélico que esperava transformar a Rússia “indo ao povo”.

OUTUBRISTAS – Partido denominado por seu apoio ao manifesto imperial de Outubro, em 1905, estabelecendo uma Duma – monarquista e imperialista, o partido da alta burguesia comercial, industrial e latifundiária, liderado por Guchkov, um capitalista de Moscou.

BLOCO PROGRESSIVO – Aliança da maioria dos deputados na Duma durante a guerra, lutando por um governo forte.

A REAÇÃO – A velha oposição clerical, tzarista e do latifúndio aristocrático ao progresso democrático até mesmo do tipo representado pelo Partido Cadete.

SEGUNDA INTERNACIONAL – Fundada em 1889, a Segunda Internacional reuniu todos os partidos da classe trabalhadora. Depois do seu fracasso político durante a guerra, a Terceira Internacional (Comunista) foi

formada pela ala esquerda da Segunda Internacional, em 1919. Ambas as Internacionais existem hoje.

SOCIAL-DEMOCRATA – Partido baseado nas teorias de Karl Marx, que foi traduzido para o russo durante as duas últimas décadas do século 19 por Plekhanov. Buscava o desenvolvimento do capitalismo industrial e a criação de uma classe trabalhadora revolucionária para a derrubada do tzarismo e a transformação da Rússia em um Estado socialista. O partido rompeu em 1903 com os mencheviques (homens da minoria) e com os bolcheviques (homens da maioria).

SOCIAL-PATRIOTA – Socialistas que abandonaram o princípio do internacionalismo e outros princípios revolucionários no interesse do patriotismo de tempo de guerra.

SOCIAL-REVOLUCIONÁRIO – Partido socialista camponês; formado no início do século de uma fusão de várias tendências dos Narodniks. Representando os interesses hesitantes dos pequenos proprietários camponeses na Revolução, este partido logo se dividiu num grupo de esquerda social revolucionária, anarquista em suas inclinações, mas participante por um momento do governo bolchevique, e na direita social-revolucionária que apoiou Kerensky.

TRUDOVIKS – Partido composto de prudentes intelectuais narodniks que defendiam os camponeses contra os senhores de terra, mas não se aventuravam muito na esquerda dos Cadetes – o partido ao qual Kerensky pertencia quando na Duma.

ZIMMERWALDISTS – Socialistas leais ao princípio do internacionalismo durante a guerra – assim chamados por sua adesão ao programa do Congresso Socialista Internacional realizado em Zimmerwald, na Suíça, em 1915.

.....
Índice onomástico
.....

A

ABRAMOVICH – 286
ALEXANDROVICH, Nicolau (imperador) – 29
ALEXEIEV (general) – 262, 263, 274, 277
ANET, Claude – 252, 308, 332
ANGARSKY – 161
ANTONOV – 102, 138, 139, 140, 213, 214, 235, 261, 262, 268, 271, 276, 278, 282, 283, 326, 382, 385
ANTONOV-OVSEENKO – 129, 169, 177, 275, 311, 318, 347
ANTONOV-SARATOVSKY – 158, 168
ARBEKOV – 40
AUERBACH – 220
AVANESSOV – 318
AVILOV – 348, 349, 350, 351, 352, 354
AVKSENTIEV – 44, 86, 87, 250, 255, 286, 351

B

BAGRATION (general) – 262, 264, 272
BAIYEVSKY – 159
BAKUNIN – 191
BARIATINSKY (princesa) – 40
BARNARD – 32
BAUER, Otto (teórico austríaco) – 59, 78, 79, 80, 81
BEGISHEV – 30, 36, 40
BEGMAN – 160
BELGARDT (senador) – 26
BERKENHEIM – 32
BERTHIER (general) – 147
BERZIN (subtenente) – 296, 330, 370

BLAGONRAVOV (tenente) – 138, 139, 227, 230, 262, 269, 275, 276, 310, 382
BLANQUI, Auguste – 188
BOBKOV – 40
BOBORYKIN – 52
BOCH, Eugênia – 164, 215
BOGDANOV – 117
BOKY – 210, 296
BONAPARTE – 82, 307
BOUGOLMINSKY – 47
BRENNER, Karl – 80
BRONSTEIN – Ver TROTSKY, Leon
BRUSILOV – 454
BUBNOV – 173, 227, 380, 381, 383
BUCHANAN – 220
BUDBERG (barão de) – 92, 93, 122, 214, 215, 216, 342, 390
BUKHARIN – 99, 152, 153, 380, 404, 409, 417
BURTSEV – 93
BYELENKY – 404

C

CHALIAPIN – 280
CHEIDZE – 60, 243, 317, 408
CHENKELI (menchevique da Geórgia) – 68
CHEREMISSOV (general) – 112, 118, 120, 121, 140, 329
CHERNOV – 36, 60, 317
CHESTAKOV – 50
CHIANG KAI-CHEK – 76
CHINENOV – 43
CHLIAPNIKOV – 347

472 Leon Trotsky

CHUDNOVSKY – 94, 139, 169, 238,
239, 251, 261, 269, 277, 278, 311,
312

CONSTANTINOVINA, Nadyezhda –
156

D

DACHKEVICH (subtenente) – 269

DAN – 100, 104, 117, 118, 128, 141,
233, 243, 255, 318, 319, 323, 332,
371, 408

DANS (os) – 322

DANTON – 374

DASHKEVICH (subtenente) – 118, 133

DENISSOV – 46

DIADIA – 156

DICKENS – 16

DRUTSKOI-LIUBETSKOI (príncipe)
– 47

DUKHONIN (general) – 140, 246, 258

DYBENKO – 115, 116, 154, 213, 347

DZERZHINSKY – 173, 226, 227, 237,
338, 380, 381, 383

E

EASTMAN, Max – 19

EBERT – 22

EFIMOV – 203

EFIMOV (os) – 203

ENGELS – 145, 146, 187, 189, 424, 451

EREMEEV – 338

F

FEIT (Dr.) – 264

FEODOROV – 118

FLEMSKY – 238

FLEROVSKY – 238, 239, 268, 269,
278, 279, 281

FRANCIS, David (embaixador) – 259

FRIEDRICH – 451

FRUNZE – 171

G

GANDHI – 64

GAPON (padre) – 451

GAPONENKO – 31

GATRAN – 40

GENIA – 156

GLEBOV – 348

GORKY – 124, 125, 179, 180, 218, 348

GOROVITZ – 405

GOTZ – 105, 118, 243, 323

GRAFF, Tatiana – 206, 207

GRIGORIEV – 43

GRUNKO – 31

GUILHERME – 332

H

HABSBURGOS (os) – 78, 80

HALPERIN – 243

HERZEN – 191

HILFERDING – 144, 376, 377

HOBBES – 281

HOFFMANN – 84, 412

HOHENZOLLERN – 348

HOHENZOLLERN (os) – 80, 173,
189

HOMERO – 121, 249

HUTTEN – 390

I

ILICH, Vladimir – Veja LENINE

IVANOV – 43

J

JAURÈS – 374

JOFFÉ – 167, 178, 324, 373, 380, 382

K

KALEDIN – 216, 336
KALEGAEV – 346
KALININ – 159, 161, 162, 169, 170, 178
KAMENEV – 72, 86, 94, 103, 145, 159, 160, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 199, 210, 226, 227, 228, 300, 318, 319, 326, 327, 335, 339, 347, 348, 354, 363, 364, 365, 367, 370, 373, 376, 378, 379, 384, 389, 390, 423, 455, 460
KAMKOV – 325, 326
KAPEUPLINSKY – 329
KAPSUKAS – 338
KARELIN – 349
KARTASHEV (ministro) – 243
KAYUROV – 207, 382
KERENSKY – 27, 36, 37, 51, 60, 61, 62, 63, 74, 85, 86, 87, 89, 90, 100, 110, 112, 117, 118, 120, 121, 126, 129, 135, 140, 141, 144, 149, 153, 155, 157, 165, 166, 167, 175, 195, 201, 211, 214, 216, 221, 224, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 245, 250, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 267, 269, 270, 271, 273, 274, 280, 282, 292, 301, 304, 305, 308, 310, 312, 322, 326, 327, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 346, 350, 351, 358, 371, 389, 408, 452, 453, 454, 455, 456
KHARACH – 321
KHARITONOV – 403
KHARSHES (os) – 322, 329
KHINCHUK – 286
KHRUCHTCHEV – 280
KISHKIN – 259, 264, 266, 271, 272, 280, 281

KISHKINS (os) – 352
KISSELEV – 170
KNIZHNIK – 251
KOCHEROVSKY – 203
KOLLONTAI, Alexandra – 94, 318, 340
KOLOVANOV – 232, 283
KONOPLIANNIKOVA – 105
KONOVALOV – 256, 257, 258, 260, 266, 269
KONOVALOVS (os) – 352
KORKAV – 236
KORNILOV – 28, 52, 53, 92, 106, 111, 144, 152, 195, 202, 204, 205, 211, 213, 224, 257, 323, 327, 333, 336, 357, 454
KOTOV – 42
KOZMIN – 205
KRASNOV (general) – 357, 358
KRESTINSKY – 104
KRUPSKAIA – 156
KRYLENKO (subtenente) – 102, 169, 177, 318, 329, 347, 364
KRYMOV – 211
KUCHIN (tenente) – 321, 326
KUCHINS (os) – 322, 329
KURKOV – 225
KUZMICHEV – 31, 34

L

LAPINSKY – 331, 338
LASHEVICH – 94, 102, 103, 118, 129, 138, 169, 227, 246, 261, 262, 278, 279, 310
LASIMIR – 113, 115, 116, 119, 129, 132
LAVAL – 144
LEBEDEV – 170
LENIN, Vladimir Ulianov – Ver LENINE

LENINE – 28, 32, 36, 41, 42, 43, 48, 57, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 94, 100, 112, 114, 126, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 189, 190, 195, 197, 210, 226, 228, 231, 232, 237, 253, 277, 281, 290, 292, 293, 297, 298, 299, 300, 308, 310, 313, 318, 319, 320, 335, 336, 337, 338, 339, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 357, 358, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 393, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 453, 455, 456

LEVITSKY (general) – 245

LICHKOV – 203

LLOYD GEORGE – 72, 89

LOMOV – 164, 347, 380

LOZOVSKY – 320

LUDENDORFF – 84, 412

LUÍS FILIPE – 189

LUKOMSKY (general monarquista) – 60

LUNACHARSKY – 94, 181, 318, 320, 326, 330, 347, 348, 389, 454

LUXEMBURGO, Rosa – 57, 64, 344, 390, 407, 408

LVOV (príncipe) – 72

M

MALAKHOVSKY – 302

MALAPARTE, Curzio (escritor) – 307, 308

MALEVSKY – 127

MALIANTOVICH (ministro) – 126, 216, 222, 259, 260, 275

MANIKOVSKY (general) – 258, 271

MANUILSKY – 169

MAQUIAVEL – 22

MARTOV – 198, 233, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 325, 326, 331, 335

MARX, Karl – 21, 73, 80, 145, 146, 187, 194, 392, 393, 424, 426, 448, 451

MASARYK – 247

MASLOV (ministro) – 266, 271, 327, 345

MCDONALD – 64, 144, 394

MEKHONOSHIN – 118, 129, 132, 382

MEZHARAYONTZI – 389

MIGUEL (grão-duque) – 452, 453

MIKHAILOVA, Tatiana – 42

MILIUKOV – 17, 42, 52, 54, 81, 86, 88, 93, 105, 120, 121, 134, 141, 176, 195, 227, 232, 233, 234, 250, 257, 274, 284, 356, 408, 453

MILIUTIN – 168, 176, 177, 347, 380, 389, 435

MIN (general) – 105

MINICHEV – 203

MITREVICH – 296, 297

MOISEIEV – 171

MOLOTOV – 158, 160

MORGUNOV – 162

MSTISLAVSKY – 135, 136, 199

MURALOV – 39, 291, 313

MURANOV – 159, 318

N

NABOKOV (liberal) – 16, 141, 250, 269, 357

NAPOLEÃO – 147, 183

NAUMCHENKOV – 39
NAUMOV – 156
NEVSKY – 42, 169
NICOLAIEVICH, Nicolau – 31
NICOLAU – 327
NIKITIN (ministro) – 283, 287
NOGUIN – 168, 318, 347, 380
NOVKOV – 31

O

ODINTSOV – 25
ORDZHONIKIDZE – 161

P

PALTCHINSKY – 220, 264, 271, 277,
279, 304
PANNEKOEK – 145
PARVUS – 41, 390
PAVLOV – 403
PESKOVOI – 207
PESTKOVSKY – 135, 161, 237
PETERSON – 102, 103, 322
PIANYKH – 345, 346
PIATAKOV, G. – 162, 164, 171, 405
PILATOS – 37
PLEKHANOV – 85, 146, 451
PODBELSKY – 435
PODVIKY – 272
PODVOISKY – 129, 161, 169, 212,
223, 227, 245, 261, 262, 281, 311,
382, 385
POIKONVINIKOV – 264
POINCARÉ – 64, 308
POKROVSKY, M. N. (professor) – 13,
301, 302, 441
POLKOVNIKOV (coronel) – 119, 132,
141, 241, 248, 256, 257, 262, 263,
272
POLONNIK – 42

PÔNCIO JÚNIOR – 37
POPOV – 136
PORADELOV (general) – 230, 271
POTRESSOV – 121, 128
POVOLZHISKY – 38, 96
PREOBRAZHENSKY – 417
PRIKHODKO – 284
PROKOPOVICH – 278, 285, 286, 287
PROUST, Marcel (escritor memorialista)
– 11
PUGACHEV – 451
PUCHKIN – 53

R

RAKHIA – 199
RAKITOV – 204
RAKOVSKY – 76, 440
RALZEVICH – 244
RASKOLNIKOV – 226
RASPUTIN – 73, 358
RAVICH, Olga – 296
REDEMEISTER – 273, 280
REED, John – 131, 141, 142, 219, 225,
243, 284, 286, 317, 330, 336, 337,
339, 340, 346, 348, 352, 368, 369,
407
RENNER, Karl – 78
RIAZANOV – 117, 318, 389
RODZIANKO – 25, 26, 52, 83, 84
ROGOVSKY – 256
ROLAND, Jean-Marie – 16
ROMANOV (os) – 70
ROSHAL – 245
RUTHENBERG – 264
RYKOV – 160, 164, 168, 170, 318, 347,
380, 389

S

SADOVSKY – 118, 129, 132, 136, 169,
261, 302, 382

476 Leon Trotsky

SALAZKIN – 345
SAVCHENKO – 32, 36
SAVIN – 238
SAVINKOV – 264, 274
SCHMIDT – 209
SCHNEIDER – 25
SCHREIDER – 119, 286
SERGEIEV [Artem] – 409
SHER (tenente) – 242, 243
SHIDLOVSKY – 251
SHLIAPNIKOV – 171, 226
SHOTMANN – 176, 177
SINEGUB – 211, 249, 279
SINOVIEV – 176
SITZOV – 162
SKLIANSKY (Dr.) – 215, 318
SKOBELEV – 60, 89, 105, 319, 352
SKORINKO – 204, 207, 231
SKVORTZOV – 160, 417, 435
SMILGA – 153, 154, 213, 214, 239,
365, 380
SOKOLNIKOV – 167, 173, 181, 404
SOKOLOV, Boris – 200, 390
SPINOZA – 15
SPIRIDONOVA – 318
STALIN – 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 94,
155, 158, 159, 160, 161, 162, 163,
173, 174, 175, 181, 182, 184, 226,
300, 347, 368, 370, 371, 373, 374,
375, 376, 377, 378, 379, 380, 381,
384, 385, 386, 387, 398, 401, 404,
406, 408, 410, 411, 413, 423, 424,
426, 428, 431, 432, 434, 436, 437,
438
STANKEVICH – 249, 250, 254, 258,
266, 287, 341
STARK – 238
STEPANOV – 213, 417, 435
STRUVE, Peter (monarquista) – 17
STUCHKA – 318, 338

STUKOV – 404
SUKHANOV – 85, 86, 87, 88, 94, 115,
125, 126, 135, 137, 151, 152, 164,
165, 195, 197, 199, 243, 308, 309,
310, 318, 320, 322, 324, 325, 329,
335, 339, 341, 342, 348, 349, 354
SUKHANOVS (os) – 349
SVERDLOV – 94, 101, 126, 129, 132,
165, 166, 180, 181, 226, 227, 239,
310, 318, 378, 379, 380, 381, 382,
383, 435
SVESHNIKOV – 156, 370, 371, 381

T

TADEUSH – 43
TCHKEIDZE – 60
TCHUDNOVSKY – 277, 282, 284
TERESHCHENKO – 25, 62, 88, 219,
220, 327, 352
THEODOROVICH – 347
TOLSTOI (conde) – 25
TOLSTOI, Leon – 25, 53
TOMCHAK – 203
TOMCHAKS (os) – 203
TOMSKY – 169
TRETIAKOV (ministro) – 269
TROTSKY, Leon – 19, 44, 76, 84, 86,
87, 88, 93, 94, 97, 99, 100, 102,
103, 105, 112, 113, 117, 118, 119,
124, 126, 129, 131, 132, 135, 136,
138, 140, 150, 152, 164, 166, 167,
168, 173, 174, 175, 177, 179, 180,
181, 205, 222, 223, 225, 227, 228,
229, 230, 232, 234, 238, 242, 243,
244, 245, 253, 255, 261, 296, 300,
301, 302, 308, 318, 319, 320, 324,
325, 326, 327, 347, 348, 349, 352,
357, 364, 365, 368, 371, 372, 373,
376, 377, 378, 379, 380, 381, 382,
383, 385, 386, 387, 389, 390, 391,
400, 401, 406, 408, 411, 412, 420,

423, 424, 430, 431, 436, 437, 443,
452, 453, 454

TSERETELLI – 16, 26, 54, 60, 62, 117,
161, 243, 317

TURGUENIEV – 53

TZNIKOVSKY (general) – 264

TZYGANKOV – 31

U

URITZKY – 167, 206, 373, 380, 381,
383

V

VASSILIEV – 42

VELIAMINOV – 26

VERDEREVSKY (almirante) – 264,
269, 271, 272, 279

VERKHOVSKY (ministro) – 92, 93

VERMENICHEV – 36, 40, 41, 50

VINNICHENKO (chefe ucraniano) –
62

VITOLIN – 404

VLADIMIR – 232, 385

VOITINSKY – 119, 330

VOLODARSKY – 94, 103, 169, 296,
388

VON LINSINGEN (general) – 376

VOROBIEV – 42, 45

VRACHEV – 43, 171

W

WILSON – 79

Y

YAKOLEV – 49, 50, 51, 170, 372, 373

YARCHUK – 238, 239

YAROSLAVSKY (historiador) – 161, 162,
306, 308, 368, 370, 379, 381, 382,
386

YUGOV – 27

YURENEV – 103

YURKOV – 46

Z

ZALESKY (general) – 358

ZARUDNY – 222

ZENZINOV – 286, 323

ZHDANOV – 91

ZINOVIEV – 94, 163, 167, 168, 169,
170, 172, 173, 174, 176, 177, 178,
179, 180, 182, 183, 199, 210, 226,
228, 298, 300, 318, 348, 367, 373,
376, 377, 378, 379, 384, 389, 453,
455

ZUMORIN – 42, 43

A história da Revolução Russa,

de Leon Trotsky, em 3 volumes, foi composto em Garamond, corpo 12/14 e impresso em papel vergê 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em junho de 2017, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.

Em 2017 celebra-se o primeiro centenário da Revolução Russa, que levou ao poder o bolchevismo e criou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, um acontecimento que marcou profundamente o século XX e redefiniu o mapa ideológico das nações. Só este fato justificaria a publicação deste livro de Leon Trotsky, um dos protagonistas do evento que mudou a configuração política do Planeta.

O fundamental desta obra é seu caráter histórico. Conhecer a revolução mais extremada que durou do início até o findar do século, é matéria que interessa a todos, independentemente de sua preferência ideológica. Os ideais da revolução russa tomaram metade da Europa e Ásia, expandiram-se pelo Caribe e África e influenciaram corações e mentes de vários governos populares ao redor do mundo.

